

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Vieira Ferreira

**Tendências do irracionalismo no pensamento administrativo-político dos militares a
partir do Projeto de Nação do Instituto SAGRES**

Juiz de Fora – Minas Gerais

2024

Rodrigo Vieira Ferreira

Tendências do irracionalismo no pensamento administrativo-político dos militares a partir do Projeto de Nação do Instituto SAGRES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.
Área de concentração: Gestão e Organizações

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha

Juiz de Fora – Minas Gerais

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Rodrigo Vieira.

Tendências do irracionalismo no pensamento administrativo-político dos militares a partir do Projeto de Nação do Instituto SAGRES / Rodrigo Vieira Ferreira. -- 2024.

450 p.

Orientador: Elcemir Paço Cunha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2024.

1. Irracionalismo. 2. Administração Política. 3. Pensamento administrativo-político. 4. Análise imanente. 5. Instituto SAGRES. I. Paço Cunha, Elcemir, orient. II. Título.

Rodrigo Vieira Ferreira

Tendências do irracionalismo no pensamento administrativo-político dos militares a partir do projeto de nação do Instituto Sagres

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
Administração
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Administração. Área
de concentração:
Gestão e
Organizações

Aprovada em 12 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Henrique Almeida de Queiroz
Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus* Governador Valadares

Juiz de Fora, 12/08/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elcemir Paco Cunha, Professor(a)**, em



12/09/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Almeida de Queiroz, Professor(a)**, em 16/09/2024, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia, Professor(a)**, em 16/09/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1917955** e o código CRC **E0B9BD69**.

Aos meus pais, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ana Claudia e Levino, meus pais, a quem dedico este trabalho, pelo desmedido esforço e dedicação na criação de seus três filhos, pelo incentivo aos estudos e a ciência, pelos valores humanistas e pela consciência crítica que nos foram legados e pelo apoio constante e sem limites ao longo de toda minha trajetória pessoal e acadêmica.

A Isabela e Vinícius, meus irmãos, pelo apoio e pelas conversas ao longo de toda minha vida e de minha trajetória acadêmica e por serem, cada um à sua maneira e em graus distintos, responsáveis por me mostrarem o mundo, a arte e as belezas da vida.

À vó Zilda (*in memoriam*) por ser exemplo de luta e determinação. Te agradeço pela companhia nos nossos cafés da tarde após as aulas do mestrado, por todas as conversas (muitas vezes brigas) sobre política e história do Brasil, pelo incentivo aos estudos e pelas milhares de histórias contadas ao longo de todos esses anos. Essa conquista também é sua.

A todos os demais familiares pelo apoio ao longo da caminhada.

Ao Elcemir pela orientação ao longo de toda minha trajetória acadêmica, um verdadeiro privilégio, o qual colocou novos rumos e perspectivas a serem seguidos tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Agradeço pelo incessante interesse no envio dos mais diversos materiais, pela disponibilidade em estar presente, trocar ideias, sugerir alterações e pelos (merecidos) “puxões de orelha” ao longo do mestrado. Por fim, agradeço pelo exemplo de rigor teórico depositado na elaboração de seus trabalhos e na condução de suas aulas, o qual terei como o norte a ser buscado em minha vida profissional e acadêmica.

À Renata pela orientação e pela confiança depositada ao longo de um ano de estágio de docência, experiência ímpar em minha vida acadêmica, a qual ficará eternamente guardada na memória. Agradeço pelas conversas honestas sobre as belezas e os percalços da carreira e a vida de professor universitário e em especial agradeço pelas diversas oportunidades cedidas e pelas portas abertas ao longo de todos esses anos, apoio sem o qual eu certamente não teria trilhado os caminhos que trilhei.

Ao Alexandre Arbia pelas contribuições tanto na banca de qualificação quanto na banca de defesa da dissertação. Em especial agradeço pelas indicações de leitura acerca dos militares, as quais foram da maior importância para a melhor compreensão da atuação política dos militares brasileiros e de seu ideário.

Ao Henrique Queiroz igualmente agradeço pelas contribuições e apontamentos em ambas as bancas. Em especial agradeço pelas indicações de forma e conteúdo voltadas a tornar a leitura do texto mais fluida e inteligível.

De forma conjunta agradeço ao Alexandre e ao Henrique pelo tom amistoso com o qual conduziram as bancas e pelas genuínas palavras de apoio tanto na qualificação quanto na defesa da dissertação, palavras as quais serviram, respectivamente, de incentivo para seguir na elaboração da presente pesquisa e como confirmação de que, em algum grau, a trajetória do mestrado propiciou-me o desenvolvimento teórico-científico ansiado.

Ao Ronaldo Vielmi Fortes por ter me cedido um exemplar de *A Destruição da Razão*, obra fundamental para a consecução do presente trabalho. Agradeço também pelas brilhantes aulas da disciplina de “Introdução à Ontologia de György Lukács”, experiência fundamental na trajetória do mestrado uma vez que possibilitou contato dirigido com a obra de Lukács além de ter sido um verdadeiro “estopim” para buscar novos textos e materiais.

À Ester Vaisman pela extensa e importantíssima produção teórica ao longo de anos, textos os quais, em especial aqueles acerca da determinação social do pensamento, foram da maior importância para a melhor compreensão da temática em torno das formações ideais e para a fundamentação teórica da presente pesquisa. Agradeço também pela atenção e pelas palavras de incentivo depositadas quando de um evento presencial no qual pude conhecê-la.

A todos os professores tanto da Universidade Federal de Juiz de Fora quanto da Faculdade Machado Sobrinho com os quais tanto aprendi ao longo da minha vida acadêmica.

Ao Zé Mário por ter feito tudo ao seu alcance para que eu pudesse concluir o curso de Engenharia de Produção em quatro anos, o que foi fundamental para que eu pudesse focar exclusivamente na elaboração deste trabalho no segundo ano do mestrado.

Ao Itamar pela presença ao longo de toda a trajetória acadêmica, por todos os ensinamentos práticos e teóricos e em especial pela forma singela e “pé no chão” com a qual me apresentou as belezas e dificuldades da vida de professor e a importância, no longo prazo, de se realizar um curso de mestrado.

A todos os colegas da turma de mestrado pelas discussões em sala de aula e pela ajuda mútua na realização dos trabalhos ao longo do curso.

Ao Igor, que se tornou um grande amigo, pelos incontáveis cafezinhos na Faculdade de Educação, por ajudar a lidar com as dificuldades e inseguranças do mestrado e pela parceria em todos os trabalhos, apresentações de seminários e na escrita de artigos.

Ao Alencar, Abrita, Gabrielzinho, Gui, Vitin e Samu pela amizade e pelas palavras de apoio ao longo da trajetória do mestrado.

Ao Pedrão pela amizade que não espera nada em troca, pela presença constante, pelas infindáveis conversas e pela disposição em ouvir e opinar acerca das minhas inquietações e dificuldades vivenciadas ao longo do mestrado.

À Flavia pelo esforço em manter o contato e pelos encontros e conversas na faculdade de Direito durante os intervalos das aulas de quinta-feira.

Ao Jhow, Balão, Cizinho, Soneca, Unha e Rhai pela amizade de anos e em especial pelo convívio durante os dias de exposição, primordiais para “deixar de lado”, ainda que momentaneamente, os percalços do mestrado.

Ao Victor Cordeiro, Fernandinho, Brenoso, Clara, Guizão e demais amigos da faculdade de Administração pelo convívio e pelas risadas ao longo dos anos.

Ao João, Iagão, Marcinho e demais amigos da faculdade de Engenharia de Produção pelas conversas e gargalhadas do primeiro ao último dia, as quais fizeram com que as tarefas de conciliar o mestrado com a segunda graduação e de lidar com o cansaço das aulas noturnas após um dia inteiro de aulas do mestrado se tornassem consideravelmente mais toleráveis.

Ao Hugo e Ana Lígia, amigos do Alaíde/Di Maria, pela companhia e pelas risadas ao longo de quase três anos de idas e vindas entre Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Ao Victor Oeiras por ter me mostrado em primeira mão do que se trata uma aula de mestrado, experiência que me marcou profundamente e por ter, de uma maneira ou de outra, influenciado em minha decisão de cursar a pós-graduação.

À Fernanda e ao Fernando pelo convívio semanal durante as aulas de alemão, as quais proporcionaram, para além do aprendizado da língua, necessários momentos de pausa nos estudos do mestrado.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis pelas inúmeras oportunidades de crescimento pessoal e profissional, pelas amizades que me proporcionaram, pelas incontáveis memórias e pelo catártico pôr do sol após as aulas do mestrado.

À CAPES pela bolsa cedida.

Por fim, agradeço à Carol, minha parceira de vida, exemplo de humanismo, foco e determinação e minha maior fonte de inspiração, pelo incentivo em cursar o mestrado e seguir a carreira do magistério, pelo apoio constante em todas as etapas da minha trajetória acadêmica e pelo estímulo e apoio nos momentos difíceis tanto com palavras dóceis, de acolhida, quanto com palavras de “acorda pra vida” quando necessário. Agradeço pela escuta e pelo interesse em se inteirar dos temas da minha pesquisa, apoio fundamental para a resolução de uma série de impasses e questionamentos. Acima de tudo agradeço simplesmente por estar em minha vida, pelo companheirismo, pelo esforço em se fazer presente, pelos abraços longos que mandam a saudade embora e pelas conversas infundáveis. Que possamos continuar, juntos, a seguir sempre adiante nessa estrada da vida.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo apreender, por meio da análise imanente, a natureza do *pensamento administrativo-político* dos militares expresso em materiais do Instituto SAGRES com o fito de desvelar suas tendências irracionistas. Para sua consecução retomou-se, a partir das elucidações do filósofo brasileiro José Chasin, a possibilidade de *recorte legítimo* ao multifacetado *ideário militar brasileiro*, tornando possível a delimitação do *pensamento administrativo-político militar* enquanto objeto ideológico a ser particularmente perscrutado. Dos materiais do Instituto SAGRES, um *think tank* militar, destaca-se o Projeto de Nação enquanto fio condutor da análise imanente realizada, a qual igualmente se deu junto a uma série de outros artigos, documentos e vídeos de autoria deste mesmo Instituto. Como resultado da análise realizada foi possível apreender a natureza “progressiva” (ainda que conservadora) do *pensamento administrativo-político militar* em termos econômicos e “regressiva” no que diz respeito ao plano ideopolítico. Quando voltado ao plano econômico, o *pensamento administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação informa uma genuína propositura “progressiva” (conservadora), tomando como virtude o primado do Capital e do “livre mercado” diante da “subsidiariedade” do Estado, este último tido como responsável por tão somente *induzir* o desenvolvimento econômico, propositura incentivada pelo ímpeto do “Desenvolvimento”, elemento basilar do *ideário militar* e pelo explícito objetivo de “projetar” o “Poder Nacional”, outro elemento fundamental do *ideário militar*, diante da arena de disputa econômica interestatal. A análise da propositura de “progresso” (conservador) em tela desvelou uma variante da apologética direta do modo de produção capitalista amparada pela *aparência de racionalidade* de seus apontamentos, tendência própria da “nova forma de irracionismo”, conforme apontou Lukács no *Epílogo da Destruição da Razão*. Esta *aparência* se efetivou a partir da conjunção entre críticas de talhe *politicista* por parte do Projeto de Nação às inerentes insuficiências e falhas do Estado enquanto gestor da economia capitalista e os consequentes apontamentos de caráter supostamente “técnico” e “pragmático” como forma de racionalizar e aprimorar a atuação estatal voltada ao plano econômico. Já quando voltado ao plano ideopolítico, o *pensamento administrativo-político militar* informa uma propositura “regressiva” abertamente afeita a conspiracionismos, a qual é incentivada pelo ímpeto da manutenção da “Segurança Nacional” e da “Coesão Nacional”, elementos basilares do *ideário militar*. A análise dos materiais revelou certa “tônica” *romântica* que perpassa a crítica do Instituto SAGRES ao assim chamado “Ultracapitalismo”, a partir da qual este *think tank* militar identifica os elementos supostamente probantes da conformação de um conspiratório “Movimento Globalista

Mundial”, principal representante do “Ultracapitalismo” e incontestada ameaça à “Segurança Nacional” e à “Coesão” do povo brasileiro. Ainda no plano ideopolítico, o SAGRES reitera o empedernido anticomunismo militar, um marcador do irracionalismo, incorrendo na delirante crítica ao dito principal representante hodierno do Socialismo: o “marxismo cultural”, o qual, assim como o “globalismo”, se coloca como uma ameaça à “Segurança” e à “Coesão” nacionais. Desta feita, o Projeto de Nação incorre na *debacle da razão* voltando-se a denunciar veementemente a existência de tais conspiratórios adversários político-ideológicos ao mesmo tempo que aciona o Estado no cumprimento de regressivas e persecutórias medidas visando combatê-los.

Palavras-chave: Irracionalismo; Administração Política; Pensamento administrativo-político; Análise imanente; Instituto SAGRES.

ABSTRACT

The present research aimed to understand, through immanent analysis, the nature of the military's *administrative-political thinking* expressed in materials from the SAGRES Institute with the aim of revealing its irrationalist tendencies. To achieve this, based on the elucidations of the Brazilian philosopher José Chasin, the possibility of a *legitimate approach* to the multifaceted *Brazilian military ideology* was resumed, making it possible to delimit *military administrative-political thinking* as an ideological object to be particularly scrutinized. Among the materials from the SAGRES Institute, a military *think tank*, the Nation Project stands out as the guiding thread of the immanent analysis carried out, which was also carried out alongside a series of other articles, documents and videos authored by this same Institute. As a result of the analysis carried out, it was possible to grasp the “progressive” (although conservative) nature of *military administrative-political thinking* in economic terms and “regressive” with regard to the ideopolitical plane. When focused on the economic plane, the *military administrative-political thinking* crystallized in the Nation Project informs a genuine “progressive” (conservative) proposal, taking as its virtue the primacy of Capital and the “free market” in the face of the “subsidiarity” of the State, this the latter considered responsible for only *inducing* economic development, a proposition encouraged by the impetus of “Development”, a basic element of *military ideology* and the explicit objective of “projecting” “National Power”, another fundamental element of *military ideology*, in the arena of interstate economic dispute. The analysis of the proposition of “progress” (conservative) on screen revealed a variant of the direct apologetics of the capitalist mode of production supported by the *appearance of rationality* in its notes, a tendency typical of the “new form of irrationalism”, as pointed out by Lukács in the *Epilogue of The Destruction of Reason*. This *appearance* came about from the conjunction between *politicistical* criticisms on the part of the Nation Project regarding the inherent insufficiencies and failures of the State as manager of the capitalist economy and the consequent remarks of a supposedly “technical” and “pragmatic” nature as a way of rationalizing and improving state action focused on the economic plan. When focused on the ideopolitical plane, military administrative-political thinking informs a “regressive” proposal openly linked to conspiracies, which is encouraged by the impetus to maintain “National Security” and “National Cohesion”, basic elements of *military ideology*. The analysis of the materials revealed a certain *romantic* “tonic” that permeates the SAGRES Institute’s criticism of the so-called “Ultracapitalism”, from which this military *think tank* identifies the elements supposedly proving the formation of a conspiratorial “World Globalist Movement”, the main representative of “Ultracapitalism” and

an unquestionable threat to the “National Security” and “Cohesion” of the Brazilian people. Still on the ideopolitical level, SAGRES reiterates the hardened military anti-communism, a marker of irrationalism, incurring the delirious criticism of the so-called main representative of Socialism today: “cultural Marxism”, which, like “globalism”, positions itself as a threat to national “Security” and “Cohesion”. This time, the Nation Project incurs a *debacle of reason* by once again vehemently denouncing the existence of such conspiratorial political-ideological adversaries while at the same time calling on the State to comply with regressive and persecutory measures aimed at combating them.

Keywords: Irrationalism; Political Administration; Administrative-political thought; Immanent analysis; SAGRES Institute.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Publicação no Twitter do general Eduardo Villas Bôas em 03/04/2018.....	102
Figura 2 - Publicação no Facebook do General Luiz Eduardo Rocha Paiva em 08/03/2021.	113
Figura 3 - Modelo da Metodologia Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE)...	203
Quadro 1 - Eixos, Temas Estratégicos e Incertezas Críticas da etapa de elaboração do Projeto de Nação.....	214
Quadro 2 - Eixos, Temas Estratégicos e Incertezas Críticas conforme documento final do Projeto de Nação.....	247
Quadro 3: Descrição das diferentes rodadas de implementação do Delphi.....	276

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos do Executivo Federal recebidos pelo Instituto SAGRES entre 2014 e 2021.....	92
-------------------------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.2 OBJETIVOS.....	35
1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES.....	35
2 ASPECTOS DE MÉTODO.....	38
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	39
2.2 OPERACIONALIZAÇÃO.....	46
3 ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E MILITARES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO...	56
3.1 DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA A DELIMITAÇÃO DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO.....	57
3.1.1 Estudos seminais e os primeiros passos da administração política no Brasil.....	58
3.1.2 A apreensão materialista da administração política.....	61
3.1.3 Delimitando o pensamento administrativo-político.....	67
3.2 OS MILITARES E A POLÍTICA BRASILEIRA.....	70
3.2.1 Os militares e a política brasileira: do incessante processo de politização das Forças Armadas a atuação política militar recente.....	71
3.2.2 A atuação política do Instituto SAGRES e de seus think tanks parceiros (2014-2023).....	89
4 TENDÊNCIAS DO IRRACIONALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	124
4.1 CASO CLÁSSICO ALEMÃO.....	125
4.1.1 O caminho particular de objetivação do capitalismo alemão: a “via prussiana”..	126
4.1.2 Primeira fase da decadência ideológica da burguesia: da filosofia clássica a apologética direta do capitalismo e o agnosticismo.....	139
4.1.3 Segunda fase da decadência ideológica da burguesia: a apologética indireta do capitalismo e o irracionalismo.....	144
4.2 DIFUSÃO E MODIFICAÇÕES DE TENDÊNCIAS NO PÓS-GUERRA: IDEÓLOGOS DO CAPITAL MONOPOLISTA.....	151
4.2.1 O pensamento administrativo-político no pós-guerra.....	152
4.2.2 O “imperialismo tardio” e a vigência do irracionalismo.....	161

4.3 REGRESSIVIDADES HISTÓRICAS NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....	166
4.3.1. O caminho particular de objetivação do capitalismo brasileiro: a “via colonial”	167
4.3.2 Reacionarismo na particularidade brasileira: tendências de regressividade no Brasil da via colonial.....	172
5 OS MATERIAIS DO INSTITUTO SAGRES: DAS MOTIVAÇÕES E ETAPAS POR TRÁS DA CONSECUÇÃO DO PROJETO DE NAÇÃO À APREENSÃO DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO MILITAR E SUAS TENDÊNCIAS IRRACIONALISTAS.....	188
5.1 A ORIGEM E AS MOTIVAÇÕES POR TRÁS DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE NAÇÃO.....	190
5.2 A FRASEOLÓGICA DEFESA DA TÉCNICA: AS DEBILIDADES DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DO PROJETO DE NAÇÃO.....	200
5.2.1 O método por trás da elaboração do Projeto de Nação: os fundamentos da metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica.....	201
5.2.2 A primeira etapa de elaboração do Projeto de Nação: esclarecimentos metodológicos a partir da consulta a outros projetos do Instituto SAGRES.....	206
5.2.2.1 Os indícios de enviesamento deliberado na apreensão dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” do Projeto de Nação.....	211
5.2.2.2 A atuação do “grupo de interatividade” do SAGRES e a escolha unilateral dos “Temas” e “Incertezas”.....	239
5.2.3 A realização da consulta externa do Instituto SAGRES: a “Consulta Águres”..	255
5.2.4 A elaboração dos cenários prospectivos do Projeto de Nação: os “Mini Cenários Foco” e o “Cenário Foco”.....	278
5.2.5 A última etapa da metodologia FIGE: a elaboração dos “Objetivos Nacionais”, “Diretrizes Político-Estratégicas” e “Óbices”.....	288
5.2.6 Apontamentos conclusivos.....	303
5.3 O PROJETO DE NAÇÃO: A CRISTALIZAÇÃO DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO DOS MILITARES BRASILEIROS.....	306
5.3.1 A relação entre Estado e Capital no interior do pensamento administrativo-político dos militares brasileiros: a “subsidiariedade” do Estado frente o primado do Capital.	311
5.3.2 Entre o “Capitalismo Clássico” e o “Socialismo Marxista”: o enquadramento do	

“neoliberalismo” da Doutrina militar enquanto uma variante da ideologia de “terceira via”.....	323
5.3.3 A propositura “progressiva” (conservadora) da economia brasileira nos marcos do capitalismo globalizado: a reiteração da resoluta defesa da centralidade da iniciativa privada e da “subsidiariedade” do Estado na particularidade do Projeto de Nação.....	346
5.3.3.1 A “projeção do poder nacional”: das funções derivadas do conflito interestatal no plano internacional ao ímpeto do “progresso” econômico (de horizonte conservador).....	355
5.3.3.1.1 As áreas estratégicas para a “Soberania Nacional” brasileira em meio a propositura de “progresso” (conservador) econômico do Projeto de Nação: a pontual e excepcional concessão a proeminente intervenção estatal sobre a dinâmica econômica.....	359
5.3.3.1.2 A propositura de “progresso” econômico (conservador) das demais áreas da economia: a predileção pelas virtuosas “parcerias público-privadas” enquanto forma de reiteração do incontestado primado do Capital frente a “subsidiariedade” do Estado.....	368
5.3.3.2 Conclusões parcelares: do ímpeto pelo “Desenvolvimento” à resposta “progressiva” em face do estágio globalizado do capitalismo.....	376
5.3.4 A propositura regressivo-conspiratória no plano ideopolítico diante do Socialismo e do “Ultracapitalismo”: o acionamento do Estado no persecutório combate ao “marxismo cultural” e ao “globalismo” na particularidade do Projeto de Nação.....	379
5.3.4.1 A atualização parcial do “impasse” da “terceira via” militar: a crítica romântica ao “Ultracapitalismo” e a conspiratória concepção do assim chamado “globalismo”.....	380
5.3.4.2 Do anticomunismo empedernido à adesão à concepção do assim chamado “marxismo cultural”.....	388
5.3.4.3 A propositura do Projeto de Nação diante de seus adversários político-ideológicos: entre a denúncia e o combate persecutório.....	406
5.3.4.3.1 O Projeto de Nação diante do “Movimento Globalista Mundial”: a paranoica denúncia acima do combate efetivo.....	408
5.3.4.3.2 O ímpeto pela manutenção da “Coesão Nacional”: a denúncia e o combate persecutório ao “marxismo cultural”.....	413
5.3.4.3.3 O Estado e a promoção da educação conservadora: o retorno da aparência de racionalidade em meio ao delírio regressivo-conspiratório.....	416
5.3.4.3.4 A educação conservadora e o deságue no aprimoramento do modelo político: a manutenção da democracia e o combate à corrupção.....	419

5.3.4.4 Conclusões parcelares: do ímpeto pela manutenção da “Segurança” e da “Coesão Nacional” à resposta regressivo-conspiratória no plano ideopolítico.....	422
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	425
REFERÊNCIAS.....	433

TENDÊNCIAS DO IRRACIONALISMO NO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO DOS MILITARES A PARTIR DO PROJETO DE NAÇÃO DO INSTITUTO SAGRES

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército, sempre estiveram direta ou indiretamente atreladas a discussões sociais, econômicas e políticas no Brasil, o que levou à forte e constante presença das instituições militares no debate público ao longo dos anos. Este envolvimento com os rumos do país estão entrelaçados ao processo de politização das Forças Armadas em curso desde os primeiros passos da República (Lentz, 2022a), processo intensificado na última década, isto porque os militares “sempre, desde o fim da ditadura de 1964-1985, vislumbraram uma volta ao poder” (Leirner, 2021a, p. 84). Na consecução dessa “volta ao poder”, incontáveis esforços foram realizados por parte dos próprios militares para sustentar a imagem de uma instituição confiável, séria e munida de razão e cientificidade capaz, portanto, de dar direcionamentos a problemas de ordens diversas que extrapolam o âmbito puramente militar.

No que diz respeito ao esforço de construção dessa imagem a ser difundida frente a sociedade civil temos, por exemplo, a publicação, em 2014, de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas¹ por parte do Exército Brasileiro em seu site oficial que apontava as Forças Armadas como a instituição (entre públicas e privadas) mais confiável do país com 68% de credibilidade. No mesmo ano, publica novamente em seu site oficial os resultados de nova pesquisa², do mesmo instituto, indicando a continuidade das Forças Armadas como sendo a instituição mais confiável do Brasil segundo a opinião pública, mantendo os mesmos 68% de confiabilidade.

Entretanto, a tarefa de divulgação e propagação dessa imagem das Forças Armadas como sendo uma instituição confiável não ficou limitada apenas às próprias Forças Armadas. Em publicação de 11 de maio de 2021 a *Veja* divulgou nova pesquisa de confiabilidade apontando as Forças Armadas como a instituição mais confiável do país (Silva, 2021). No

¹ Trata-se do Relatório ICJBrasil - Índice de Confiança na Justiça no Brasil do 2º trimestre de 2013 ao 1º trimestre de 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12024/Relat%20ICJBrasil%20-%20ano%202014.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

² Trata-se do Relatório ICJBrasil - Índice de Confiança na Justiça no Brasil dos 2º e 3º trimestres de 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13599/Relat%20ICJBrasil_2%20ba-e-3%20ba-Trim_2014.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

mesmo dia o jornal *Poder 360* divulgou a mesma pesquisa de autoria do Instituto Paraná Pesquisas³, a qual aponta as Forças Armadas como a instituição mais confiável do país para 32,6% dos entrevistados (Forças, 2021).

Atrelado ao esforço de propagação dessa imagem de confiabilidade, destaca-se ainda a atuação da mídia brasileira na construção de uma imagem de racionalidade, destacando sempre a técnica e o conhecimento como pontos fortes das Forças Armadas brasileiras. Muito dessa imagem de racionalidade foi sendo sedimentada ao longo do último governo. Com tom de acriticidade, a grande mídia brasileira corroborou, em diversos episódios, a existência de uma suposta cisão no governo Bolsonaro entre as assim chamadas “ala ideológica” e “ala racional”.

Como exemplo podemos citar matéria da *Exame* de 11 de abril de 2019 ainda do início do governo anterior a qual apontava “uma guerra interna instalada no governo Bolsonaro” (Fonseca, 2019). Nesta suposta frente de batalha tínhamos de um lado a “ala ideológica ou ‘olavista’, composta de seguidores de Olavo de Carvalho” e de outro a “união entre a ala militar e os ministros Sergio Moro e Paulo Guedes” (Fonseca, 2019) donde a primeira seria pintada como descontrolada e desequilibrada em suas colocações já a segunda como sua antítese. Segundo a matéria em tela quando se olha para a ala técnica - da qual fazem parte os militares - “a imagem é diferente: vemos ministros com enorme capacidade de trabalho apresentando projetos” e assevera com certa dose de voluntarismo que “seria de se esperar que o Presidente tirasse poder da ala olavista e favorecesse a ala técnica” (Fonseca, 2019).

Ainda no mesmo ano de 2019 em matéria da *BBC News Brasil* publica-se entrevista com Scott Mainwaring professor de Harvard para quem “estava claro desde o início que uma coalizão muito heterogênea apoiava o governo Bolsonaro. Algumas divisões eram previsíveis” (Passarinho, 2019) remetendo uma vez mais as distintas “alas” que comporiam os conflitos internos do governo. Na sequência o entrevistado coloca que “uma surpresa positiva é o comportamento do vice-presidente” uma vez que “desde que assumiu a Vice-Presidência, ele aderiu de maneira consistente a um discurso e comportamento democráticos” (Passarinho, 2019), destacando, assim, o lado racional do executivo federal: o vice-presidente militar atrelado a assim chamada “ala racional”. Para que não restem dúvidas, ao ser perguntado do porquê os militares terem prestígio no país responde que “as Forças Armadas brasileiras têm algumas qualidades significativas. É uma instituição num país afetado por grandes escândalos

³ Trata-se da Pesquisa de Opinião Pública Nacional realizada entre os dias 30 de abril e 04 de maio de 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/05/midia-br-opiniao-parana-11mai2021.pdf>.

de corrupção. Que eu saiba nenhuma grande liderança militar está sendo processada por corrupção” e ainda, retomando os elogios ao vice-presidente da reserva, afirma que “alguns líderes militares, entre eles o vice-presidente Mourão, têm demonstrado capacidade técnica e expressado visões coerentes e inteligentes do mundo atual” (Passarinho, 2019). Por fim, ao ser perguntado abertamente sobre a suposta cisão do governo em “alas” afirma que diferente da “ala olavista” a “ala militar” tem “uma visão muito racional e, na maioria dos casos, científica do mundo” ainda que reconheça uma “parcela” dos militares que “parece acreditar nas teorias da conspiração de que ONGs internacionais de defesa do meio ambiente são uma ameaça na Amazônia” (Passarinho, 2019).

Mantendo o tom acrítico ao tratar das aparentes cisuras internas do governo a *Veja* em matéria de 3 de julho de 2020 afirma que “Bolsonaro percebeu, enfim, que a insistência na radicalização acabaria por derrubá-lo e sossegou o facho: abandonou a ‘ala ideológica’, cedeu à ‘ala técnica’” (Rangel, 2020). A *Folha de São Paulo* também colaborou, de forma acrítica, na construção dessa cisão em “alas” ao dizer em matéria de outubro de 2019 que “Bolsonaro emulou o entorno ideológico” pautado pela influência da “ala ideológica” fato que se colocou como “a principal fonte de preocupação na cúpula das Forças Armadas” (Gielow, 2019). Desta maneira foi se legitimando o caráter pragmático, consequente e racional da assim chamada “ala técnica” da qual faziam parte os militares, sempre anunciada como oposta a “ala ideológica” e contrária a tais ideias radicais e conspiratórias⁴.

Ainda em se tratando da construção dessa imagem de uma entidade munida de técnica e conhecimento por parte das Forças Armadas temos a atuação de diversas organizações que possuem claros vínculos com o exército brasileiro – o que será demonstrado no decorrer do trabalho em tela – como é o caso do Instituto SAGRES fundado por seis militares. Este Instituto, autointitulado *think tank* em seu site oficial (Sagres, [s.d.a])⁵, vem atuando incessantemente na construção dessa imagem de racionalidade em tempos recentes. Tendo desenvolvido diversos métodos e ferramentas atrelados a gestão e análise de projetos tal Instituto atua no sentido de ratificar a imagem do exército brasileiro como instituição técnica e preparada para avaliar e atuar nos mais diversos cenários.

⁴ Vale pontuar brevemente que a construção de tal imagem de racionalidade não se deu sem contrapontos. A este respeito Piero Leirner em entrevista à BBC Brasil aponta que, ao contrário, da imagem construída ao longo do governo Bolsonaro indicativos de teoria conspiratória aparecem também na assim chamada “ala técnica” ou “ala racional” militar. O professor da Universidade de São Carlos evidencia tais nuances ao dizer que “os militares usam fragmentos do arsenal olavista para convencimento do próprio público, de que a conspiração comuno-globalista está batendo à porta no Brasil, colocando isso no âmbito de uma teoria de guerra de 4ª geração, as guerras assimétricas, irregulares, híbridas” o que implica na constatação de que “não faz sentido se falar em ‘alas’ no governo” (Ferraz, 2020). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52926714>.

⁵ Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>.

Vale destacar, contudo, que a atuação militar hodierna não se resume somente à tarefa de corroboração dessa imagem das Forças Armadas, mas também tendo atuação e influência direta sobre direcionamentos socioeconômicos para o país. Em se tratando dessa questão, Leirner (2021a) aponta para uma forma de atuação dos militares “em segundo plano” alcançando influência e “conquistando” o Estado sem a necessidade do uso da força direta. O autor afirma, em seu artigo intitulado *Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado*, que após um longo processo de experiências e estudos propagados na formação militar no Brasil os militares têm hoje uma forma de “atuação híbrida que mescla o ‘campo da guerra’ e o ‘político’” (Leirner, 2021a, p. 88). Com tal afirmação o autor salienta que os militares passam a atuar de forma menos direta e evidente ainda que com consequências igualmente eficazes. Segundo Leirner, os militares

estão camuflados. Os militares não têm a varinha mágica para torcer a realidade ao seu próprio benefício, no entanto, possuem instrumentos que lhes dão vantagens óbvias – sendo o mais relevante o controle dos órgãos de informação do Estado (GSI, Abin, e, com as novas estruturas montadas no Decreto nº 9.527/2018 e na Medida Provisória 870/2019, o controle militar de todos os setores de informações do Poder Executivo, além do Decreto nº 10.631/2021 que dispensa licitação para todas atividades de inteligência, o que as tornarão indetectáveis e uma fonte inesgotável de repasse de recursos). Tudo isso sugere um caminho para pensarmos que parte de seu projeto para o governo Bolsonaro compreende o agenciamento que eles tentarão impor aos processos políticos, estabelecendo, assim, uma versão tropicalizada do que é o Pentágono norte-americano [...]. Nessa paisagem, Bolsonaro se torna o ponto disfuncional de todo o sistema, e **simplesmente se oblitera quem foi o agente operacional por onde sua campanha presidencial começou e se consolidou: o Exército.** Não estou falando dos militares, mas sim da Instituição Militar, pois a campanha começou dentro dos quartéis, portanto na ativa e com o aval da cadeia de comando, em 2014 (Leirner, 2021a, p. 109, grifos nossos).

Da passagem acima, evidencia-se, dentre outras questões, tamanha influência exercida pelos militares sobre órgãos estatais dos mais distintos setores bem como sua atuação como “agente operacional” que possibilitou a ascensão de Bolsonaro à presidência da República. Indica também que as Forças Armadas, em especial o Exército, conformam um dos fatores que possibilitaram a efetivação do governo Bolsonaro.

Fica indicado, assim, a capacidade por parte dos militares brasileiros em fazer valer seu projeto de Brasil dada sua influência e entrelaçamento com o governo recentemente terminado – mas que não se resume somente a este. É válido pontuar, segundo o autor previamente citado, “que estamos falando de um processo em andamento, e como tal há poucos fatos que estejam publicamente documentados” (Leirner, 2021a, p. 84). Nota-se que quando da publicação do referido artigo - o ano de 2021 -, o autor ainda não poderia ter tido contato com diversos elementos probantes de tal afirmação que viriam nos anos seguintes.

Isto posto, sustentamos que um - entre diversos - elemento probante da tentativa dos militares brasileiros em apontar os rumos políticos, econômicos e sociais do país trata-se da própria atuação do já citado Instituto SAGRES, o qual vem há anos publicando materiais que expressam prerrogativas de um projeto para o Brasil. Dentre os materiais elaborados pelo SAGRES, destaca-se o Projeto de Nação, documento publicado no ano de 2022 em parceria com ainda outros dois *think tanks* conservadores, o Instituto General Villas Bôas, um *think tank* fundado pelo general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército (2015-2019) e o Instituto Federalista, um *think tank* fundado por civis. A partir de tal documento, fica indicado determinada forma de atuação estatal frente ao modo de produção capitalista na medida em que o Projeto de Nação do Instituto SAGRES defende

um **liberalismo econômico não desmedido** e com responsabilidade de apoio social como um dos fundamentos da democracia, cabendo ao Estado o poder regulador sobre ativos econômicos de alto risco social, no exercício de sua função supletiva, de subsidiariedade; [...] **as intervenções do Estado na Economia devem regular as relações de mercado e permanecer restritas às áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional** (Sagres, 2022a, p. 15, grifos nossos).

Da passagem anterior é possível apontar que Projeto de Nação expressa uma propositura de administração política. Em linhas gerais, podemos dizer que administração política se trata da atuação objetiva por parte do Estado frente a seu objeto de gestão: o modo de produção capitalista e as contradições daí provenientes sem, no entanto, eliminá-las (Paço Cunha, 2019). Fica apontado, portanto, a existência de uma propositura de administração política por parte de *think tanks* conservadores ligados aos militares que, pelo menos à primeira vista, está pautada em um “liberalismo econômico não desmedido” admitindo baixo grau de intervenção do Estado, o qual deve “regular as relações de mercado” e intervir restritamente nas “áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional” (Sagres, 2022a, p. 15).

Além do mais, é possível reter da passagem anterior que a atuação estatal, ainda que limitada e restrita a certas áreas, é tomada como pressuposto para o bom funcionamento da economia uma vez que apesar de não defenderem um elevado grau de intervenção estatal, apontam que cabe ao Estado “o poder regulador sobre ativos econômicos de alto risco social” (Sagres, 2022a, p. 15). Outrossim, já se é possível entrever daí, a partir de um *recorte*

*legítimo*⁶, o *pensamento administrativo-político*⁷ dos militares expresso nos materiais do Instituto SAGRES; pensamento este que alimenta sua propositura de administração política.

Tratando de forma pormenorizada, o Projeto de Nação foi publicado no dia 19 de maio de 2022 tendo sido elaborado, conforme já anunciado, a partir da atuação conjunta de três frentes, donde o Instituto SAGRES desponta como o principal responsável por sua concepção, coordenação e produção efetiva. O Projeto de Nação em tela traz proposituras de ação acerca de 37 temas distintos divididos em 7 eixos de atuação, a saber: 1) Geopolítica Mundial; 2) Governança Nacional; 3) Desenvolvimento Nacional; 4) Ciência, Tecnologia e Educação; 5) Saúde; 6) Segurança e Defesa Nacional e 7) Segurança Pública. Vale dizer que este Projeto de Nação está pautado em um estudo prospectivo, ou seja, um estudo voltado ao futuro. Assim sendo, as análises contidas no Projeto de Nação visam o “horizonte temporal” do ano de 2035, o que permite “conhecer a evolução de uma conjuntura fictícia, como subsídio para a tomada de decisões, especialmente no nível político-estratégico” (Sagres, 2022a, p. 9).

Tendo estes 7 eixos como baliza, o Projeto de Nação do Instituto SAGRES, “a partir da elaboração de Cenários Prospectivos e da descrição do Cenário Foco propõe Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas” (Sagres, 2022a, p. 2) que servirão de base orientativa para a atuação do Estado brasileiro até o ano de 2035. Contudo, o Projeto de Nação não fica apenas no plano teórico, uma vez que apresenta “uma ideia geral de como implantar e colocar em execução o Projeto de Nação” (Sagres, 2022a, p. 2) evidenciando, portanto, o já mencionado caráter fático de tal projeto que expõe uma verdadeira propositura de administração política a ser implementada pelo Estado brasileiro⁸.

A publicação de tal documento reverberou na mídia e nos jornais logo após sua publicação. Em edição de 27 de maio de 2022, o *Diplomatique Brasil* afirmou que a “proposta representa a continuidade de uma ideologia de segurança nacional, tem insuficiências metodológicas e vem embutida de uma visão autoritária” (Janot et al., 2022). O jornal discute

⁶ Reconhecendo a totalidade multifacetada do pensamento militar, evidencia-se a possibilidade de estudar uma parte de seu ideário a partir de um recorte legítimo (Chasin, 1988). Para o presente caso: o *recorte legítimo* delimita o *pensamento administrativo-político militar* expresso nos escritos do Instituto SAGRES enquanto o objeto ideológico central para a presente pesquisa.

⁷ O presente estudo estará interessado na apreensão da propositura de administração política dos militares exposta nos materiais do Instituto SAGRES e na simultânea análise do pensamento administrativo-político materializado em tais textos.

⁸ A implementação deste Projeto de Nação pelo Estado brasileiro é justamente o objetivo último dos autores desta empreitada. Quanto a isso, o *Resumo Executivo* do Projeto de Nação aponta explicitamente que “Ao aceitar esse Projeto de Nação e se dispor a implementá-lo, o governo atual e os vindouros, poderão introduzir modificações julgadas necessárias, sem nenhuma dificuldade, haja vista ser uma proposta que aponta rumos gerais, sem descer a detalhes pontuais e sem imposições ou posições radicais, porém, mantendo a objetividade e a clareza no que propõe e o foco no futuro sonhado, tudo como exige uma Estratégia Nacional na busca do desenvolvimento, segurança e bem-estar da Nação” (Sagres, 2022a, p. 28).

ainda o caráter conservador das propostas do documento e como tais proposituras de ação estão atreladas a uma ideologia militar amplamente difundida na formação de militares no Brasil.

Ainda em se tratando da recepção do Projeto, o *Jornal GGN* publica em 24 de maio de 2022 matéria a respeito salientando pontos centrais que caracterizam o teor do documento sendo eles: 1) o antiglobalismo; 2) a guerra ideológica; 3) o ultraliberalismo e 4) o Partido Militar (Nassif, 2022). Temos ainda o *The Intercept Brasil* também com matéria publicada no dia 24 de maio apontando, sobre outras coisas, a atuação conjunta entre conhecidas figuras militares das mais diversas patentes que se alinham com objetivo de obter colaboração de frações da burocracia estatal e segmentos do exército brasileiro para a elaboração da versão final do Projeto de Nação, tudo isso com objetivo “de dar ao ‘Projeto de Nação’ a legitimidade de um documento nascido de dentro da sociedade civil brasileira” (Martins, 2022).

Mas não somente em canais de mídia jornalística reverberou a publicação de tal Projeto, como é o caso da publicação de artigo científico tratando do tema, ainda que de forma breve. Estudando a crescente da extrema direita conservadora no Brasil, Farage (2022, p. 96) aponta o Projeto de Nação como uma projeção de “privatizações, retrocessos, conservadorismo, autoritarismo, produção do medo e cerceamento da liberdade de expressão e da organização coletiva que seja considerada por eles subversiva”. A autora ainda chama atenção para um elemento que aparenta ser basilar para essa propositura ao dizer que “entre as muitas posições conservadoras, pautadas no pensamento da extrema-direita e explicitados no documento, merece destaque a construção de um novo inimigo, o denominado globalismo” (Farage, 2022, p. 94) como já fora evidenciado anteriormente pelas matérias de jornal.

Contudo, para além dos apontamentos da autora acerca do fato de que tal documento é a explicitação de uma forma de pensamento conservador e atrelado à extrema-direita, parece-nos ser uma questão central retomar que o Projeto de Nação, entendido enquanto uma propositura de administração política, é a explicitação de um decisivo *fato doutrinário*: o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*. Dito isso, tal propositura só pode ser entendida a partir da análise do pensamento que a orienta, fazendo-se necessária a delimitação do *pensamento administrativo-político dos militares*⁹ como um “objeto

⁹ Reconhece-se temáticas diversas trabalhadas pelas publicações do Instituto SAGRES como temas bélicos propriamente ditos, estudos históricos e biográficos. Nosso Intuíto, entretanto, é analisar as obras que tratem da problemática da atuação do Estado frente ao modo de produção capitalista - expressando uma propositura de administração política, portanto - e por conseguinte apreender a natureza do pensamento administrativo-político dos militares que orienta tal propositura de administração política expressa nos materiais do Instituto SAGRES.

ideológico” passível de ser estudado. A este respeito, o filósofo brasileiro José Chasin – evidenciando as contribuições de Lukács para o tema – afirma que “Lukács oferece-nos o conjunto de sua concepção metodológica ao estabelecer que a abordagem de um objeto ideológico implica na determinação de sua gênese e de sua função social” (Chasin, 1978, p. 62), donde

O estudo genético desdobra-se, de um lado, em evidenciar "todos os passos que no campo do pensamento prepararam o terreno para a ideologia" em tela; e doutro, "É claro que Marx (...), quando coloca a questão da gênese, está perguntando pela base da qual nasce uma determinada superestrutura concreta", pois "Sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social não há análise científica possível". Imbricada nesta procura dos fundamentos genéticos reais, encontra-se a preocupação em determinar a função que no contexto desempenha uma determinada ideologia, visto que não havendo ideologias "inocentes", na opção entre "o novo e o velho não decidem, em primeiro plano, as considerações filosóficas ou mentais, mas a situação de classe e a vinculação uma classe" (Chasin, 1978, p. 78).

Dessa forma, parte-se da compreensão de que o surgimento de distintas formas de pensamento é possibilitado a partir de condicionantes sócio-históricas e que tais ideias podem vir a exercer determinada função social na realidade caso as mesmas sejam tomadas na busca por dar direcionamentos aos conflitos sociais. Dito de outra forma, o *pensamento administrativo-político* dos militares - cristalizado no Projeto de Nação do Instituto SAGRES, mas não somente - não brota de um vácuo, pelo contrário, seu surgimento é possibilitado em decorrência de condições sócio-históricas e busca dar direcionamentos a este quadro societal do qual surgiu. Uma vez evidenciadas as categorias de gênese e função social deve-se atentar para o fato de que “só se compreende a natureza efetiva de uma entidade ideológica, quando se articula a análise imanente dos textos que a explicitam com a investigação de sua gênese histórica e com a da função social que desempenha” (Chasin, 1978, p. 78).

Evidencia-se assim o *tríptico metodológico lukacsiano* para estudos de objetos ideológicos, o qual consiste nas análises de gênese, função social e análise imanente de determinado *fato doutrinário*. Tendo realizado a análise imanente do pensamento de Plínio Salgado, José Chasin aponta que foi possível “condensar os traços fundamentais de seu ideário, descrevendo-os na sua articulação própria, completando assim a determinação da natureza da proposta ideológica pliniana” (Chasin, 1978, p. 88), atestando, assim, que este procedimento investigativo pôde ser levado à cabo sem a realização simultânea - e obrigatória - das análises de gênese e função do ideário pliniano.

Dessa forma, análise imanente se trata de um procedimento metodológico que respeita a trama interna de um *discurso ideológico* sendo capaz de apreender a natureza de tal

pensamento. Retomando o Projeto de Nação do Instituto SAGRES, temos que o mesmo expressa uma forma de *pensamento administrativo-político*, o qual já foi colocado inicialmente como expressão - supostamente - de pensamento racional e criterioso atrelado à competência técnica e ao conhecimento científico. Na introdução do Projeto de Nação os militares salientam que sua consecução somente foi possível

a partir da elaboração de Cenários Prospectivos e da descrição do Cenário Foco, decorrentes de ampla Consulta a Especialistas e ao público em geral (Consulta Augures), propõe Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas, estabelecidas após a identificar [sic] os óbices para a concretização daqueles Objetivos. A metodologia empregada – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE) – desenvolvida pelo Instituto Sagres, implica um denso diagnóstico de desafios nacionais e internacionais, aqui traduzidos como Temas Estratégicos de alta relevância para o País (Sagres, 2022a, p. 2).

Tal colocação vai ao encontro do já mencionado esforço por parte das Forças Armadas em construir e divulgar uma imagem de instituição dotada de conhecimento e racionalidade, atributos que supostamente seriam as forças moventes de suas ações. Assim, fica indicado um alegado caráter racional-científico que orienta a propositura de administração política em tela.

Entretanto, as colocações que os militares fazem de si mesmos podem ser questionadas uma vez que “não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz” (Marx, 2008, p. 48). Em outros termos, a análise imanente tendo como objetivo desvelar a “natureza real ou a qualidade efetiva” (Chasin, 1978, p. 604) de um pensamento, se coloca como método necessário ao estudo do *pensamento administrativo-político* dos militares sendo capaz de extrair - e não imputar - a natureza real de tal pensamento indo além das aparências ou daquilo os militares dizem de si mesmos.

Assim como já fora dito anteriormente, as elaborações de György Lukács contribuíram muitíssimo para os apontamentos de José Chasin até aqui apresentados. Válido - e necessário - será apontar na sequência as elaborações da lavra do próprio autor húngaro que foram basilares para a presente pesquisa. Em primeiro lugar deve-se reter que o homem é “um ser que responde a seu ambiente” (Lukács, 1969, p. 40) o que implica dizer que determinadas formas de pensamento não surgem desprovidas de conexão com determinado “ambiente” - a sociabilidade para a qual o homem responde. Com isso, Lukács quer dizer que “o homem é um ser que dá respostas e que sua liberdade [em dar respostas] consiste no fato de que deve e pode fazer uma escolha no interior das possibilidades oferecidas dentro de uma certa margem” (Lukács, 1969, p. 129). Disso, enfatiza-se - retomando o objeto ideológico previamente apontado - que a propositura de administração política dos militares está pautada

em uma forma de pensamento administrativo-político voltado a dar respostas ao “ambiente” do Brasil atual, ou seja, às contradições e conflitos inerentes à sociabilidade brasileira, procurando apresentar-se como alternativa aos demais agentes.

Dessa feita, salienta-se que tal resposta “não é puramente espontânea” na medida em que o ser humano “é um ser que reage somente às alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva. Mas, fazendo isso, este ser abstrai certas tendências contidas no processo espontâneo para transformá-las em perguntas e encontrar para elas uma resposta” (Lukács, 1969, p. 132). Desta feita, temos que uma liberdade espontânea e absoluta em dar respostas “não pode existir: tal liberdade é simplesmente uma ideia de professores e na realidade nunca existiu. *A liberdade existe no sentido de que a vida dos homens coloca alternativas concretas*” (Lukács, 1969, p. 129, itálico no original).

Dito de outra forma, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25), determinação esta a qual certamente foi apreendida por Lukács servindo como categoria basilar para sua obra *A destruição da razão*, a qual foi, por conseguinte, basilar para a presente pesquisa. Em tal obra, o filósofo magiar tem como objetivo analisar o fenômeno do “Irracionalismo” que foi traço fundamental da filosofia burguesa dos séculos XIX e XX. Lukács se atém a análise desse fenômeno na Alemanha - apesar de salientar que se trata de um fenômeno internacional - donde pôde constatar sua expressão nas mais diversas elaborações filosóficas que foram responsáveis por criar terreno propício ao surgimento do nacional-socialismo. Assim, segundo o próprio autor, o livro tem como objetivo “desmascarar todos aqueles trabalhos teóricos que prepararam o terreno para a ‘visão de mundo nacional-socialista’” (Lukács, 2020, p. 10).

Daí, retomando os apontamentos prévios do *caráter de resposta* de distintas formas de pensamento salienta-se que o irracionalismo e suas distintas etapas surgem como respostas ao estágio da luta de classes. Mais importante ainda é apreender a natureza real dessa resposta: de cunho reacionário. Disso, implica compreender que a natureza das respostas pode assumir dois teores: de cunho regressivo (de reacionarismo e irracionalismo, portanto) ou de cunho progressivo na medida em que “um autêntico filósofo é aquele que pode analisar as grandes contradições de seu tempo e avançar para novas conexões seculares” (Lukács, 2020, p. III).

O caráter de tais respostas fica ainda mais evidenciado quando Lukács diz que

quanto mais se desenvolve a sociedade burguesa, quanto mais a burguesia se dedica apenas à defesa de seu poder contra o proletariado, quanto mais ela se converte em classe reacionária, mais raramente os intelectuais e filósofos burgueses estão dispostos a extrair consequências filosóficas da enorme riqueza de dados e de fatos obtidos pela ciência; num momento em que o desenvolvimento se aproxima de um ponto no qual se coloca na ordem do dia avançar mais um passo na explicação terrenal do mundo, na leitura do mundo a partir do próprio mundo, da apreensão racional da dialética em seu próprio movimento, a filosofia burguesa encaminha-se cada vez mais para soluções irracionistas (Lukács, 2020, p. 98-99).

Da passagem acima, depreende-se mais uma vez que o reacionarismo – pautado no irracionismo – não é um simples posicionamento autônomo de intelectuais e filósofos burgueses, pelo contrário, se dá em decorrência do próprio estágio de desenvolvimento da sociedade burguesa. É, portanto, mais do que uma resposta possibilitada pelas condições objetivas daquele momento histórico, uma resposta *socialmente necessária* de certas posições sociais àquelas condições históricas e àquele estágio da luta de classes, qual seja, a fase imperialista do capitalismo.

Atrelado ao que acaba de ser dito salienta-se que “jamais uma circunstância permanece a mesma; ela deve necessariamente avançar ou regredir” (Lukács, 2020, p. 63) o que implica que as condições históricas e seus problemas mudam e necessariamente mudam também as respostas dadas pelos homens. Entretanto - e isso é mister para a presente pesquisa - o Irracionismo, apesar de ser um fenômeno surgido nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, não é exclusivo desta e mais: não é de forma alguma um fenômeno exclusivo da sociabilidade alemã. Ressalta-se, portanto, que não se trata de um fenômeno estanque e datado, pelo contrário é internacional e possui formas de expressão nos dias atuais - e isso é vital para a presente pesquisa - na medida em que suas múltiplas tendências estão presentes em elaborações de pensadores dos mais diversos países e regiões.

Respaldados no próprio Lukács temos, portanto, que o Irracionismo estudado por ele foi “de fato um fenômeno internacional, principalmente no período imperialista. Mas, apenas em casos muito raros, episódicos e isolados, extraem-se disso todas as consequências, convertendo-se o irracionismo numa tendência tão geral e dominante como na Alemanha” (Lukács, 2020, p. 21), donde fica apontado que apesar de encontrar seus desdobramentos mais agudos em solo alemão não se trata de um fenômeno exclusivo de tal país.

Nessa toada, verificou-se na particularidade brasileira, já no século passado, formas de pensamento regressivas que em algum grau deixaram entrever semelhanças às formas de pensamento reacionárias marcadamente irracionistas (Chasin, 1978; Assunção, 1999; Paço Cunha; Guedes, 2022). Assim, dado seu caráter internacional, foi possível captar a expressão de certas tendências em formas de pensamento tipicamente brasileiras em suas mais distintas

elaborações. Fala-se em *tendências do irracionalismo* porque essas se expressam a partir de e atuando em contextos sociais distintos o que implica que são *tendências historicamente determinadas*. Disso se faz necessário reter que não se trata, portanto, de aferir uma meia dúzia de conceitos estanques que definam o Irracionalismo e buscar identificá-los posteriormente no pensamento de certos autores¹⁰. A este respeito Lukács afirmou que

as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes. **O conteúdo, a forma, o método, o tom etc. de sua reação contra o progresso na sociedade não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo, pelo adversário, pelas condições de luta, que são impostas à bourgeoisie reacionária. Isso precisa ser fixado como princípio básico do desenvolvimento do irracionalismo** (Lukács, 2020, p. 14-15, grifos nossos).

Com isso o autor deixa claro que, em se tratando das diferenças no conteúdo, forma, método e tom da resposta reacionária dada nas diferentes etapas do irracionalismo, o mais importante deve ser ressaltar que esses elementos aparecem no pensamento daquele pensador como resposta reacionária à luta de classes. Isso implica que o pensamento de um ideólogo do nacional-socialismo do século passado e o pensamento de um ideólogo militar brasileiro dos dias atuais, por exemplo, podem conter, ambos, alguns desses elementos citados no conjunto de seu pensamento entretanto “o conteúdo, a forma, o método, o tom” com o qual esses elementos irão se expressar podem ser completamente distintos - porque igualmente distintos são os contextos sócio-históricos de onde brotam - sendo possível apreender, entretanto, continuidades e descontinuidades de tendências irracionalistas nos distintos ideários citados como exemplo.

Assim como já fora colocado, o Irracionalismo se trata de um fenômeno internacional, mas resta ainda enfatizar outro aspecto: não se trata de um fenômeno morto, datado, relativo exclusivamente ao caminho percorrido de finais do século XIX à primeira metade do século XX, ao revés, perdura e atua ainda nos dias atuais. A esse respeito

¹⁰ Não se trata, portanto, de tomar elementos que aparecem em diferentes etapas do irracionalismo e aglutiná-los em um “tipo ideal” que servirá como lupa para apreender tais tendências. Em outros termos, assim como Lukács (2020) evidenciou o a-historicismo, sublevação da razão, defesa da intuição, criação de mitos e a recusa do progresso são questões que aparecem em quase todo pensador irracionalista. Não se trata, entretanto, de tomar esses elementos citados para a consecução de um tipo ideal que servirá para delimitar tendências do irracionalismo via analogia. Pelo contrário, a extração de tendências do irracionalismo deve se dar por um decurso analítico que retire do texto sua própria constatação não sendo, portanto, um exercício de imputação a partir de semelhanças superficiais. Assumindo a possibilidade de continuidade de tendências do irracionalismo, é possível, assim, a apreensão de certas variações enquanto modificações e renovações em formas de pensamento tipicamente brasileiros.

não poderíamos deixar de lembrar que a derrocada militar do nazifascismo, culminando o término da II Guerra Mundial, não significou necessariamente a eliminação das tendências irracionaisistas que vingaram no plano do pensamento e prepararam o caminho para o advento da ideologia propriamente nazista. O livro de Lukács tem, nesse sentido, de fato, a intenção não só de mostrar como se verificou tal trajetória, mas, também, de demonstrar a perpetuação do irracionalismo nas tendências filosóficas da segunda metade do século XX. Efetivamente, grande parte do pensamento que se hegemonizou a partir desse momento deita suas raízes nas correntes do irracionalismo do período imperialista do século XIX e da primeira metade do século XX. **Desse modo, seguindo a periodização levada a efeito no livro, poder-se-ia dizer que se vive desde então o terceiro período da trajetória do irracionalismo**, analisado, em parte, por Lukács no epílogo do livro, intitulado “Sobre o irracionalismo no pós-guerra” (Vaisman; Fortes, 2022, p. X, grifos nossos).

Dito isso, temos com o próprio Lukács apontamentos do Irracionalismo enquanto fenômeno cujos rastros são apreensíveis nos dias que correm. No Epílogo citado na passagem acima, Lukács parte da pergunta: “quais são e como se manifestam os novos traços do período posterior a 1945?” para o qual o objetivo do mesmo é “indicar as principais tendências da ideologia da guerra fria, nos seus representantes mais significativos” (Lukács, 2020, p. 664). Lukács assevera a este respeito

Trata-se aqui apenas de pôr de manifesto a mudança geral de orientação da ideologia após a derrocada de Hitler. A demagogia social hitlerista esteve sempre atrelada a um irracionalismo aberto, que culmina no seguinte estado de coisas: as contradições do capitalismo, tidas como insolúveis mediante o emprego de meios normais, abriram caminho para um salto num mito radicalmente irracionalista. **A defesa atual – diretamente apologética – do capitalismo, renuncia, aparentemente, ao mito e ao irracionalismo.** Pelo contrário: segundo a forma, o modo de exposição, o estilo, trata-se aqui de uma cadeia argumentativa puramente conceitual e científica. Mas só aparentemente, pois o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediatez da superfície da realidade econômica. **Estamos, portanto, diante de uma nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade** (Lukács, 2020, p. 673, grifos nossos).

Tem-se com a passagem anterior que o período pós-guerra é marcado por nova forma de irracionalismo “caracterizado por sua aparência de racionalidade”. Necessário se torna, portanto, retomar a já prenunciada “aparência de racionalidade” dos militares brasileiros em especial a um de seus *think tanks*: as elaborações do Instituto SAGRES fortemente atreladas a uma – aparente, autodeclarada – racionalidade.

Por conseguinte, é válido apresentar, de partida, algumas breves elaborações do Projeto de Nação do Instituto SAGRES. Por exemplo, a respeito do tema 28 - Ensino Técnico no Brasil lê-se que “o Modelo de Gestão, com metodologia de coordenação e convergência de ações, permitiu organizar e estruturar uma educação técnica de qualidade” (Sagres, 2022a, p. 77). Ressalta-se a partir da defesa de tal “Modelo de Gestão” o já mencionado apelo à técnica,

ao pragmatismo e aos mais diversos métodos e ferramentas por parte dos militares em sua propositura de administração política. Entretanto, as consequências de tal ação deixam entrever desencadeamentos desprovidos de legalidade real. Quando apontam que “a melhor qualificação do trabalhador ajudou a impulsionar a produtividade e o empreendedorismo e a ampliar o emprego, aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida das famílias” (Sagres, 2022a, p. 77) evidenciam conexões causais simplórias e que têm como pano de fundo a compreensão de que uma problema de nível social, como é o caso do desemprego, pode ser eficazmente resolvido pela ênfase no âmbito individual e na defesa do empreendedorismo. Vê-se daí a construção de meras “conexões aparentes”, próprias da “nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade” (Lukács, 2020, p. 673) o que faz questionar acerca da existência de tendências irracionalistas inerentes ao *pensamento administrativo-político militar* que informa o Projeto de Nação em tela.

A alusão anterior ganha maiores contornos quando consideramos o já mencionado “cenário atual, em que grassam formas de pensar, propostas e projetos de cunho político-ideológico fortemente amparadas em postulados de caráter explicitamente irracionalista” (Vaisman; Fortes, 2022, p. X), o que reitera a vigência do fenômeno do irracionalismo. A respeito da vigência deste fenômeno, John Bellamy Foster em seu artigo intitulado *O novo irracionalismo* aponta um contexto hodierno de um “imperialismo tardio” e como essa realidade habilita a propagação de um irracionalismo ainda mais agudo para o qual a possibilidade de saída para os problemas enfrentados se vê cada vez mais irrealizável (Foster, 2023). Vaisman e Fortes sinalizam aspecto semelhante a essa colocação ao afirmarem que

não há como negar que, na atualidade, como decorrência da **total ausência de perspectiva de futuro**, em larga medida determinada tanto pelo prolongamento histórico do capital quanto pelo fracasso das transições ao socialismo intentadas, tudo conspira a favor da propagação de tendências irracionalistas, autointituladas pós-modernas – denominação esta que, infelizmente, seus antagonistas vieram a adotar, ratificando, assim, um velamento de sua real natureza. Denominar tais correntes teóricas como pós-modernas é um beneplácito, ato que corrobora as intenções de seus titulares, cujo propósito é simplesmente confundir e dissimular seus alvos de ataque. É vital, assim, que as denominemos por aquilo que elas de fato representam no plano teórico-ideológico: o irracionalismo (Vaisman; Fortes, 2022, p. IX, grifos nossos).

Os autores consolidam dessa forma a constatação da alarmante vigência de tendências irracionalistas as quais estão difundidas nas mais diversas correntes de pensamento. Salientam também, assim como fez John Bellamy Foster, aspectos da sociabilidade do imperialismo tardio - aqui evidenciado como “prolongamento histórico do capital” até os dias atuais -

marcada pela “total ausência de perspectiva de futuro” e como esta sociabilidade se torna terreno propício ao surgimento de formas de pensamento de natureza irracionalista.

A vigência do fenômeno do irracionalismo foi também denunciada na área de Administração e Estudos Organizacionais:

Um exemplo muito claro [que atesta a presença de tendências irracionalistas no Brasil nos dias atuais] é o entendimento corrente de que vivemos uma sociedade do consumo e não mais da produção. Nessa formação social do consumo não haveria mais lugar para a luta de classes, mas apenas para lutas localizadas em torno de outras questões que não a exploração do trabalho como categoria econômica decisiva à compreensão do capitalismo. Aliás, “capitalismo” teria ficado para trás em nome de um conceito mais abrangente como pós-modernidade (Paço Cunha; Ferraz, 2015, p. 193).

Soma-se a isso o fato de que dentre os debates recentes da área da Administração e Estudos Organizacionais “a luta contra o delírio contemporâneo: as formas variadas do irracionalismo” parece que “se desenvolve de modo um pouco mais silencioso” (Paço Cunha; Ferraz, 2015, p. 193). Outros materiais, ainda que escassos, reforçam a indicação previamente apontada para a área da administração (Queiroz, 2015; Paço Cunha; Guedes, 2022). Dito isso, estudos que vão ao encontro do desvelamento de tendências irracionalistas em formas de pensamento administrativos, dado sua escassez, se apresentam como necessários e contributivos para a área da administração a qual parece estar ainda pouco interessada nessa problemática.

Nessa toada temos que “a obra de Lukács é incontornável para todos que buscam o entendimento e a crítica das ideias prevalentes na contemporaneidade, tanto no campo acadêmico-cultural quanto nas movimentações políticas” (Vaisman; Fortes, 2022, p. XI). Assim, em se tratando da “crítica das ideias”, o *pensamento administrativo-político* dos militares que municiou a atuação recente e aparece objetivado no Projeto de Nação do Instituto SAGRES - mas não somente - se coloca como objeto de legítimo interesse científico para os dias atuais os quais - e tratamos de evidenciá-lo até aqui - estão marcados pela proliferação de tendências do irracionalismo nas mais diversas elaborações teóricas.

Dessa forma, tendo lido em Marx que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (Marx, 2017a, p. 880) o presente trabalho propõe-se a *apreender, por meio da análise imanente, a natureza do pensamento administrativo-político dos militares com objetivo de desvelar suas tendências irracionalistas*. Evidencia-se que para a consecução da presente proposta de pesquisa a delimitação dos materiais que expressam uma propositura de administração política e por

consequente a apreensão da natureza do *pensamento administrativo-político* dos militares somente foi possível - e não poderia ter sido de outra maneira - a partir das inúmeras aproximações aos materiais disponíveis no próprio site do Instituto SAGRES, os quais compuseram, *junto ao* Projeto de Nação, o conjunto de nosso objeto de análise: materiais do Instituto SAGRES que expressam o *pensamento administrativo-político* dos militares.

1.1 PROBLEMA

A partir das considerações inicialmente apontadas, as quais chamam atenção ao fenômeno do irracionalismo em solo brasileiro deixando entrever suas tendências nas elaborações do Instituto SAGRES, parte-se da pergunta orientadora: *qual a natureza efetiva do pensamento administrativo-político dos militares consubstanciado nos materiais do Instituto SAGRES?*

1.2 OBJETIVOS

Atrelado ao problema de pesquisa previamente colocado tem-se como objetivo central: *apreender, por meio da análise imanente, a natureza do pensamento administrativo-político dos militares expresso em materiais do Instituto SAGRES com o fito de desvelar suas tendências irracionistas.*

Quanto aos objetivos secundários foram elencados os seguintes: 1) Identificar, a partir das constantes aproximações com o objeto da pesquisa, materiais de autoria do Instituto SAGRES que expressem uma propositura de administração política com intuito de aglutinar tais materiais a serem analisados junto ao Projeto de Nação; 2) Apreender, a partir da análise imanente de documentos e artigos do Instituto SAGRES, a propositura de administração política dos militares ali expressa; 3) Identificar, a partir da análise imanente de documentos e artigos do Instituto SAGRES, expressões de continuidades e descontinuidades de tendências do irracionalismo no pensamento administrativo-político dos militares e 4) Identificar, a partir da análise imanente de documentos e artigos do Instituto SAGRES previamente aglutinados, continuidades e descontinuidades do pensamento dos militares brasileiros do século XX em seu ideário hodierno.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Tendo como objetivo para este subtópico apresentar as justificativas e contribuições do presente trabalho partimos de uma provocação inicial: “queiramos ou não, gostemos ou não, o que se passa no universo filosófico – aparentemente tão evanescente e distante – deságua na vida cotidiana, pois dela partiu, trazendo consigo suas dores e as possíveis direções a seguir, para frente ou para trás” (Vaisman, 2021, p. 305). Assim como fora apontado por Lukács na *Destruição da Razão*, determinados ideários podem exercer influência sobre a realidade dando a esta certos direcionamentos: avançando ou regredindo. Portanto, se a filosofia pode produzir efeitos sobre a realidade prática, o que esperar de uma *forma de consciência administrativo-política* tal como aquela inerente ao ideário militar?

É bastante notório que o ideário dos militares brasileiros exerceu - vem exercendo para ser mais exato - papel decisivo no Brasil contemporâneo preparando o terreno para o grau de regressividade em que o país se encontra atualmente. Como bem mostrou Leirner (2021a), os militares - e com eles seu ideário - buscam desde o fim da ditadura militar dar direcionamentos aos rumos do país e o que mais importa ressaltar: desde então sempre o fizeram e continuam, hoje, a fazê-lo. Entretanto, vale lembrar que o fazem mais frequentemente de forma menos direta, por trás das cortinas.

A partir desses apontamentos - os quais em grande medida foram destacados na introdução deste trabalho - incorremos que o estudo da natureza do pensamento dos militares brasileiros, dado sua influência e atuação sobre a realidade brasileira, se coloca como uma tarefa importante para a área da administração uma vez que o Instituto em tela expressa uma propositura de administração política a qual aponta uma série de medidas como forma de orientar os rumos econômicos, políticos e sociais do país.

Assim, o presente trabalho se justifica na medida em que busca apreender a *natureza efetiva* de um *pensamento administrativo-político* que exerce papel fundamental na sociabilidade brasileira buscando dar - e o faz - direcionamentos à administração política do Estado brasileiro. A pesquisa em tela se justifica ainda pelo fato de que além de terem sido - um dos - responsáveis pela gestação do governo Bolsonaro e de sua ascensão à presidência da república (Leirner, 2021a) os militares - e seu pensamento - em grande medida foram coparticipes da tragédia da Covid-19, a qual ceifou a vida de mais de 700.000 brasileiros e brasileiras no decorrer da Pandemia do coronavírus.

Em se tratando das contribuições do presente trabalho retoma-se os apontamentos previamente assinalados a respeito do *novo irracionalismo* ou do *irracionalismo do imperialismo tardio* para ressaltar a extrema atualidade e vigência do irracionalismo enquanto fenômeno internacional presente, portanto, em solo brasileiro. Assim, o trabalho tem como

primeira contribuição demonstrar que - usando as palavras de Foster - “Nesse clima perigoso e destrutivo do imperialismo tardio, o irracionalismo passou a desempenhar um papel crescente na constelação do pensamento” (Foster, 2023, p. 388).

Atrelado a forma como as tendências do irracionalismo do pós-guerra se apresentam - as quais perduram até os dias de hoje - retomamos em Lukács que “estamos, portanto, diante de uma nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade” (Lukács, 2020, p. 673). Assim sendo, outra contribuição do estudo diz respeito ao esforço de, a partir da análise imanente, apreender a natureza efetiva do *pensamento administrativo-político dos militares*, desvelando, por conseguinte, suas tendências irracionalistas para além da *aparência de racionalidade* de seus apontamentos. Assim, a imagem de racionalidade construída a partir do já mencionado esforço por parte das Forças Armadas brasileiras em se colocarem enquanto uma instituição racional, pragmática e imbuída de conhecimento e técnica é colocada em xeque uma vez reveladas as tendências irracionalistas de seu pensamento.

Defende-se também a possibilidade de contribuição para os estudos da administração política uma vez que a presente pesquisa se propõe a apreender uma propositura de administração política que - assim como já evidenciado anteriormente - possui potencial de influir na realidade social. Além disso, verificou-se ao longo dos anos aumento constante da quantidade de pesquisas publicadas a respeito da administração política. Constata-se para a ampla maioria de tais trabalhos, o foco em discussões teóricas a respeito de fundamentos epistemológicos e metodológicos para a administração política (Cristaldo, 2021) donde é possível captar a escassez de trabalhos que se proponham a apreensão de proposituras de administração política reais. Tal constatação faz com que a presente pesquisa ganhe maiores contornos contributivos dado que se debruça sobre uma propositura de administração política por parte dos militares brasileiros, instituição esta a qual, ao que tudo indica, ainda não foi tematizada por nenhum trabalho da área. Ainda em se tratando de contribuições para a área da administração defende-se a contribuição no sentido de apreender um *pensamento administrativo-político*, delimitação de objeto (ideológico) de pesquisa ainda pouco explorado - nesses termos - em trabalhos recentes da área de administração (Cristaldo, 2021).

Para além da área da administração, destaca-se que muitos trabalhos têm sido publicados tendo como objeto o pensamento militar mais amplo, em especial como decorrência do governo passado amplamente ligado às Forças Armadas. Entretanto, até agora, salvo melhor juízo, nenhum trabalho foi publicado a respeito de uma - nestes termos - propositura de administração política dos militares brasileiros ou acerca de seu *pensamento*

administrativo-político, o que se apresenta como uma lacuna para pesquisadores interessados na temática militar. Assim, com caráter - neste sentido - pioneiro, a presente pesquisa apresenta contribuição científica na medida em que se propõe a dar os primeiros passos no preenchimento de tal lacuna - tarefa que definitivamente não será sanada exclusivamente por este trabalho.

2 ASPECTOS DE MÉTODO

O presente trabalho foi, como já mencionado, orientado por um problema de pesquisa que implica na apreensão da natureza do pensamento *administrativo-político* dos militares com o objetivo de desvelar as tendências do irracionalismo presentes em tal *fato doutrinário*. Assim, o objeto estudado trata-se de um objeto ideológico, qual seja, o *pensamento administrativo-político* dos militares, o qual está materializado em materiais diversos publicados pelo Instituto SAGRES. Destarte, evidencia-se que os aspectos metodológicos da pesquisa em tela estão pautados na compreensão materialista de um objeto ideológico, a qual assume a análise de gênese e função e análise imanente para o devido estudo de um objeto ideológico - ainda que não obrigatoriamente realizadas de forma conjunta e concomitante (Paço Cunha, 2023a). Destaca-se a partir da gênese e função, sucintamente, que a formação de um pensamento se dá enquanto possibilitado - e na mesma medida pode atuar impeditivamente - pela sociabilidade a partir da qual é engendrado - gênese - bem como essas ideias, uma vez formadas, podem ser assumidas por grupos ou indivíduos na busca por responder aos conflitos sociais - exercendo, portanto, uma função social.

Em suma, as ideias florescem a partir de um chão histórico podendo vir a atuar sobre o mesmo, alterando-o inclusive. Salienta-se que, atrelado a análise de gênese e função de um objeto ideológico a execução da análise imanente se coloca como método capaz de, a partir de uma leitura que respeite a trama interna de um texto, extrair de um material a natureza do pensamento ali materializado. Assim, conforma-se o *tríptico metodológico lukacsiano* para estudo de objeto ideológico: análise de gênese e função e a análise imanente de um objeto ideológico. Ressalta-se, todavia, que a presente pesquisa propõe levar a cabo apenas a análise imanente dos materiais do Instituto SAGRES com o fito de apreender a natureza do *pensamento administrativo-político* que os orienta, revelando as tendências irracionalistas desse pensamento.

Dessa forma, portanto, o presente estudo não se propõe a realizar análises de gênese e/ou de função desse pensamento. A escolha de pautar a pesquisa exclusivamente a partir da

análise imanente, trata-se de uma escolha legítima orientada ao nosso problema de pesquisa podendo ser realizada sem a necessidade de simultânea análise de gênese e função. Não se quer de forma alguma apontar com isso que as análises de gênese e função são secundárias ou até mesmo irrelevantes, pelo contrário, são da maior importância. A escolha tomada, entretanto, trata-se de uma escolha legítima que se deu orientada ao problema de pesquisa - *qual a natureza efetiva do pensamento administrativo-político dos militares consubstanciado nos materiais do Instituto SAGRES?* - na medida em que a análise imanente dos materiais se coloca como método capaz de, por si só, sanar satisfatoriamente o problema de pesquisa em tela. Evidencia-se dessa forma que a definição do método a ser realizado se deu por uma escolha orientada pelo problema em tela e não por mera opção ou preferência por parte do autor.

Assim sendo, o presente capítulo estará dividido em duas partes. A primeira irá tratar da fundamentação teórico-metodológica, trazendo os delineamentos fundamentais do materialismo científico para pesquisas de objeto ideológico. Será retomado nesta primeira parte com maior profundidade a categoria da *determinação social do pensamento* e a relação existente entre ser e pensar enquanto unidade realizada no interior da atividade prática humana. Será apontado ainda o caráter de resposta das formas de pensamento as quais respondem em última medida a sociabilidade da qual florescem e sobre a qual podem vir a atuar. Será ainda evidenciado o já mencionado *tríplice metodológico lukacsiano* ainda que, como foi dito anteriormente, o estudo em tela não se propõe a levar a cabo as análises de gênese e função do pensamento estudado estando pautado apenas na análise imanente do mesmo.

A segunda parte do capítulo irá tratar da operacionalização da pesquisa. Serão evidenciados, portanto, procedimentos fundamentais que possibilitaram o bom andamento do estudo proposto. Tal fato implica em retomar aspectos fundamentais da análise imanente enquanto método, bem como evidenciar a delimitação do objeto ideológico a ser analisado: o *pensamento administrativo-político* dos militares. Implica ainda em evidenciar quais os critérios adotados para a delimitação dos materiais analisados e ainda salientar o *recorte legítimo* realizado ao se propor a analisar apenas o *pensamento administrativo-político* dos militares sintetizados nos materiais do Instituto SAGRES.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa em tela parte de um problema que tem como enfoque um objeto ideológico. Assim, apreender a *natureza efetiva do pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* se coloca como um exercício científico que deve ser capaz de extrair a natureza de tal pensamento, bem como apreender as múltiplas relações entre o objeto em tela e os demais elementos que a ele estão interligados. Nesse sentido, é tarefa basilar para o presente trabalho realizar neste tópico a apresentação dos fundamentos do materialismo científico e suas contribuições para pesquisas que se debruçam sobre objetos ideológicos. Assim, parte-se da compreensão de que as ideias possuem enraizamento social e surgem como respostas a certas condições sócio-históricas podendo vir a atuar sobre as mesmas. As contribuições do materialismo científico serão assim evidenciadas e explicadas na sequência.

Iniciamos essa seção do presente trabalho com uma “honesto provocação: a rigor, não há uma questão de método no pensamento marxiano” (Chasin, 2009, p. 89). Evidencia-se daí que não há um método específico aprioristicamente determinado para a produção de conhecimento em Marx. Dessa forma, como aludido pelo filósofo brasileiro temos em termos sucintos que:

Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana (Chasin, 2009, p. 89).

A passagem anterior sustenta que uma operação metodológica que precede o ato da investigação propriamente dita não existe em Marx. Com isso, Chasin não sustenta de forma alguma a incognoscibilidade absoluta de determinado objeto estudado pelo contrário, evidencia que o ato de o conhecer não pode ser ditado por uma prévia arrumação metodológica e sim por um processo investigativo que tenha a realidade mesma como baliza de uma verdadeira incursão científica. Em outros termos, o método analítico para o materialismo vai se constituindo à medida em que se aproxima, repetidas vezes, do objeto estudado, não sendo, portanto, um conjunto de elaborações previamente estabelecidas.

Tendo um objeto ideológico em análise para a presente pesquisa ressalta-se, portanto, que a escolha de um conjunto de métodos ou ferramentas logo de partida não pode ser realizada. Entretanto, vale dizer que o materialismo científico se presta de fundamentos basilares os quais serão aqui evidenciados em sequência.

Tendo os pressupostos do materialismo científico como baliza da pesquisa em tela ressalta-se como ponto de partida os “homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Com isso, se estabelece um ponto de partida sólido, real; não se parte das ideias mesmas uma vez que estas “não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (Marx; Engels, 2007, p. 94). O propósito de tal colocação é evidenciar que as ideias não surgem do mundo próprio das ideias, não são, portanto, autoengendradas, surgem a partir do desenvolvimento do processo de vida humano o qual é resultante da própria atividade humana.

Desta maneira, destaca-se que o ponto de partida não pode ser as ideias mesmas, em outros termos, “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso” (Marx; Engels, 2007, p. 94) e sim dos próprios homens reais e seu processo de vida objetivo. Consequentemente, compreende-se que os homens “não são aquilo que ‘pensam’ ou ‘imaginam’ que sejam, mas o que eles efetivamente são passa pelo reconhecimento da resultante objetivada de sua própria atividade, cuja característica básica é a efetivação de sua materialidade específica” (Vaisman, 2006, p. 8).

Apontado fica que os seres humanos são responsáveis pelo desenvolvimento de seu próprio processo de vida e invariavelmente são responsáveis por sua autoconstituição, assim

Ao referir, consequentemente, que os indivíduos produzem seu modo de vida, Marx identifica o caráter efetivante da atividade humana, por meio da qual os homens produzem a si próprios no sentido abrangente do termo, ou seja, entificam o seu próprio modo de vida no contexto de dada materialidade específica, isto é, histórico-social, que possui, assim, caráter real (Vaisman, 2006, p. 8).

Com a passagem acima evidencia-se o caráter multifacetado da autogênese do homem no “sentido abrangente do termo”, ou seja, não se trata da constituição objetiva do homem tão somente, inclusa está também sua produção subjetiva engendrada a partir de seu processo de vida. Assim, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 94) cabendo o arremate:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio

espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material (Marx; Engels, 2007, p. 93).

Isto posto, destaca-se o aspecto ativo da atividade humana a qual suporta o entrelaçamento entre a atividade material e a produção de ideias tendo com isto a unidade existente entre objetividade e subjetividade enquanto vinculação fundada no interior de sua atividade prática (Vaisman, 1996). Fica apontado com isto que “objetividade e subjetividade humanas são produtos da autoconstitutividade do homem, a partir e pela superação de sua naturalidade” (Chasin, 2009, p. 92).

Ainda a respeito dessa unidade fundada no interior da prática humana retém-se que “na instauração ontológica marxiana o mundo humano é reconhecido na unidade de sua atividade objetiva, que funde objetividade e subjetividade e a prática emerge como o momento que confere unidade às referidas dimensões” (Vaisman, 2006, p. 10) por isso fala-se em atividade sensível ou prática do homem enquanto mediação, enquanto o elo entre objetividade e subjetividade. Trata-se, portanto de “momentos distintos de um ato unitário” que apesar de distintos não são intransigentes, pelo contrário sustenta-se que

pela mediação da prática, objetividade e subjetividade são resgatadas de suas mútuas exterioridades, ou seja, uma transpassa ou transmigra para a esfera da outra, de tal modo que interioridade subjetiva e exterioridade objetiva são **enlaçadas e fundidas**, plasmando o universo da realidade humano-societária - decantação de subjetividade objetivada ou, o que é o mesmo, de objetividade subjetivada. É, por conseguinte, a plena afirmação conjunta, enriquecida pela especificação do atributo dinâmico de cada uma delas, da subjetividade como atividade ideal e da objetividade como atividade real, enquanto momentos típicos e necessários do ser social, cuja potência se expressa pela síntese delas, enquanto construtor de si e de seu mundo (Chasin, 2009, p. 98, grifos nossos).

Dito isto, fica claro que a atividade sensível comporta dois momentos: real e ideal os quais são, através da prática humana, transpassados um ao outro. Tal fato implica, portanto, que o homem produz não somente seu mundo humano, mas também sua subjetividade humana a partir de tal prática. Evidencia-se desta forma que além de ser o ser humano um ser socialmente determinado seu pensamento também se verifica, igualmente, enquanto produto social. A este respeito:

significa que **o mundo humano, tanto subjetiva quanto objetivamente, é resultado da produção humana que torna sociais tanto os sentidos que apropriam, quanto os objetos apropriados**, na medida em que se tornam adequados ao homem. Em suma, tendo em vista o caráter ativo do homem que constrói seu mundo efetivo, tem-se simultaneamente a produção das esferas subjetiva e objetiva de sua existência (Vaisman, 2006, p. 6, grifos nossos).

O que deixa claro que a esfera subjetiva da existência humana é produto de sua atividade social. Em outros termos, “atividade ideal é atividade social” (Chasin, 2009, p. 106) donde “as ideias, as representações são resultado da atividade de homens reais e estão diretamente entrelaçadas com a atividade material por eles desenvolvida” (Vaisman, 2006, p. 20). Assim sendo

O pensamento tem caráter social porque sua atualização é a atualização de um predicado do homem, cujo ser é, igualmente, atividade social. Na universalidade ou na individualidade de cada modo de existência teórica – cientista, pensador etc. – o pensamento é atividade social, inclusive pelos materiais e instrumentos empregados. Em síntese, consciência, saber, pensamento etc., sob qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada a mais genérica, dependem do ser da atividade sensível, socialmente configurado, ao qual confirmam por sua atividade abstrata, igualmente social (Chasin, 2009, p. 106).

Tem-se assim, que o ato de pensar é uma atividade social o que implica que o pensamento não se coloca como um fenômeno autoengendrado e sim possibilitado a partir do potencial societário do qual florescem. Em outros termos fala-se em *determinação social do pensamento* aspecto do pensamento marxiano que apesar de “generalizadamente tomado no sentido básico de constrangimento social que pesa, obstaculiza e deforma, quando não impede, o processo de aquisição do saber, em razão de vetores e valores societários” (Chasin, 2009, p. 105) trata-se, em verdade, de compreender “a sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento” (Chasin, 2009, p. 105). A este respeito fica assegurado que a

sociabilidade é, portanto, condição de possibilidade para a própria efetivação individual, mas a mediação social não se faz presente apenas nessa ou naquela forma de atividade humana individual, ao revés, **ela penetra em todas as suas formas de exteriorização, inclusive – é o que importa salientar aqui – na constituição de seu pensamento** (Vaisman, 2006, p. 15, grifos nossos).

Evidencia-se, portanto, a sociabilidade enquanto condição de possibilidade para efetivação de formas de pensamento, as quais podem se manifestar tanto como expressão real ou ilusória de um dado objeto a depender do potencial societário na qual são engendradas. Uma vez levantada essa questão, parte-se da compreensão de que as formações ideológicas têm seu enraizamento em condições sócio-históricas, portanto objetivas, configurando-se como a “gênese” de todo e qualquer objeto ideológico. Assim, para a compreensão da gênese de um pensamento temos a categoria da *determinação social do pensamento* conforme aludido como sendo “as condições objetivas de possibilidade: o estágio de desenvolvimento do modo capitalista de produção enquanto objetividade e da explicitação de seu antagonismo, além da posição social nesse antagonismo” (Paço Cunha, 2018, p. 163). Evidencia-se assim

que o nascedouro de formas de pensamento apenas se coloca como uma possibilidade real a partir dos próprios traços da objetividade a qual remetem.

Desta feita deve-se salientar que distintas formas de pensamento surgem como resposta a essas condições objetivas. A este respeito retomamos o fato de que “o homem é um ser que dá respostas” (Lukács, 1969, p. 132) e que a liberdade com a qual as formula está ligada uma vez mais a questões concretas e não a uma liberdade incondicionada. Em outros termos, a sociabilidade se coloca como a condição de possibilidade do pensamento e coloca ao ser humano um campo de possibilidades concretas capazes de serem tomadas. A liberdade em responder, não está, portanto, absolutamente livre, ao revés diz respeito às possibilidades concretas dadas pela sociabilidade: a etapa de desenvolvimento societal, o estágio da luta de classes e a posição social na qual o pensador se encontra as quais implicam fundamentalmente no teor da resposta dada.

A este respeito, Marx na *Miséria da Filosofia* ao evidenciar as distintas escolas econômicas – clássica, romântica, fatalista, humanista, filantrópica – surgidas ao longo dos anos demonstrou que as mesmas não se deram em decorrência do acaso, o conjunto de seu pensamento surgiu como resposta a questões postas pela própria sociabilidade e na mesma medida foi esta a qual – enquanto um campo de possibilidades – possibilitou, a depender da etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista, certas respostas possíveis às quais se verificaram, portanto, como *socialmente necessárias* àquele momento e lugar.

Toma-se, por exemplo, a escola clássica para a qual, dado o momento de inflexão de passagem da sociedade feudal para a sociedade burguesa, foi possível desenvolver um pensamento econômico de verdadeiro cunho científico apreendendo as relações sociais de produção burguesas – ainda que com limites. A este respeito tem-se que

os clássicos, como Adam Smith e Ricardo, representam uma burguesia que, lutando ainda contra os restos da sociedade feudal, trabalha apenas para depurar as relações econômicas das marcas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar um novo impulso à indústria e ao comércio (Marx, 2017b, p. 112).

Da passagem anterior fica claro que a posição social – representantes dos interesses da burguesia – de Adam Smith e Ricardo e o momento de inflexão societal – passagem do feudalismo ao capitalismo – atuaram como condicionantes para a formulação do pensamento da escola clássica da economia.

Cabe ainda outro exemplo da lavra de Marx a respeito da escola romântica da economia a qual se dá em quadro societal distinto do anteriormente citado. Nas palavras de

Marx “os românticos pertencem à nossa época, na qual a burguesia se encontra em oposição direta ao proletariado e a miséria se engendra em tão grande abundância quanto a riqueza” (Marx, 2017b, p. 112) e conclui dizendo que “eles [românticos] plagiam todos os desenvolvimentos de seus antecessores [clássicos], e a indiferença que, naqueles era ingenuidade, neles se converte em afetação” (Marx, 2017b, p. 112). Por conseguinte, salienta-se que as formulações da escola romântica não se deram por acaso, pelo contrário, dado o fato de terem se realizado a partir de um momento mais avançado de desenvolvimento do capitalismo no qual a luta de classes já se colocava na ordem do dia, já não era mais possível um pensamento inclinado ao desvelamento objetivo das relações sociais de produção burguesas implicando em um pensamento pautado na afetação, ou seja, na apologética atrelada ao ocultamento da luta de classes em suas elaborações. A respeito das formulações de Marx cabe a síntese:

Esta verdadeira classificação das escolas econômicas indica como em suas diferenciações as teorias científicas vão se sucedendo, **a partir das modificações sócio-históricas do evolir da produção capitalista. Não se trata, pois, de mera vinculação linear das formações ideais a momentos processuais, mas evidênciação do modo pelo qual as diferentes escolas apresentam diretrizes práticas para a solução dos “inconvenientes da produção burguesa”, ou seja, reconhecimento da participação dessas teorias na resolução de dilemas práticos vividos pela burguesia em diferentes fases de desenvolvimento enquanto agente social específico** (Vaisman, 2006, p. 202-203, grifos nossos).

A passagem anterior é de suma importância uma vez que deixa claro que não se trata de uma relação linear como se daquele quadro societal só pudesse sair uma escola e como se tivesse que ser aquela invariavelmente. O fato é que aquelas condições sócio-históricas e a posição social assumida possibilitaram, enquanto possibilidades objetivas, a formação de tais escolas e ideias. Entretanto tais formas de pensamento somente vieram a se efetivar de fato a partir da escolha objetiva dos homens ativos na busca por responder a esse quadro societal. Tal fato implica no reconhecimento da já anunciada “participação dessas teorias na resolução de dilemas práticos vividos pela burguesia em diferentes fases de desenvolvimento enquanto agente social específico” (Vaisman, 2006, p. 203). Ainda a respeito do caráter ativo das ideias

distante de qualquer linearidade ou automatismo, o exame das formações ideais vinculado às inflexões da sociabilidade não compreende qualquer mecânica do constrangimento que reduza a produção espiritual a epifenômeno. Ao revés, reconhece a qualidade ativa das ideias, sua capacidade operativa, isto é, sua função social enquanto coprotagonistas de qualquer efetivação humana, inclusive quando falsas (Chasin, 2009, p. 112).

Assim sendo, as ideias são socialmente determinadas a partir da sociabilidade – enquanto campo de possíveis – e uma vez efetivadas podem vir a assumir capacidade operativa, em outros termos, determinada função social. Dessa forma, reconhece-se o caráter de resposta do pensamento a dado quadro societal podendo vir a atuar sobre o mesmo. Retomando o objeto ideológico em tela: o *pensamento administrativo-político* dos militares brasileiros defende-se, na mesma medida, seu reconhecimento enquanto socialmente determinado. Assim, se coloca como resposta aos conflitos sociais da sociabilidade brasileira dando, em alguma medida, direcionamentos a resolução de tais problemas.

Vale ressaltar para fins deste tópico que a análise de função social desempenhada por tal pensamento, ou seja, a análise de sua eficácia em, a partir de sua influência sobre a consciência dos indivíduos, dirimir conflitos sociais não é tarefa para a qual o presente trabalho se propõe. Não poderia deixar de ser colocado, entretanto, tais fundamentos do materialismo científico que são basilares para pesquisas voltadas a objetos ideológicos.

Na mesma medida, salientamos até aqui a categoria da determinação social do pensamento a qual entende a atividade ideal como atividade social, sendo, portanto, socialmente determinada a partir de um campo de possíveis. Este apontamento implica na análise de gênese do *pensamento administrativo-político* militar, tarefa à qual o presente trabalho não se propõe a realizar ainda que se reconheça seu nascedouro – e de toda formação ideal, inclusive – enquanto socialmente determinado.

Retomando o objetivo do presente estudo – *apreender, por meio da análise imanente, a natureza do pensamento administrativo-político dos militares expresso em materiais do Instituto SAGRES com o fito de desvelar suas tendências irracionistas* – evidencia-se para fins deste tópico que uma vez apontadas questões fundamentais para a compreensão de objetos ideológicos, a apreensão da natureza efetiva do *pensamento administrativo-político* dos militares será extraída dos materiais selecionados a partir da análise imanente; procedimento este que será destrinchado na sequência do trabalho junto às delimitações de operacionalização.

2.2 OPERACIONALIZAÇÃO

O presente tópico tem o intuito de apontar os procedimentos relativos à operacionalização da pesquisa em tela. Em outros termos o objetivo será aqui apontar as discussões que informaram os procedimentos efetivamente tomados para a realização da presente pesquisa. Assim, serão discutidos na sequência a legitimidade do emprego da análise

imaneente enquanto método voltado a determinação da natureza do *pensamento administrativo-político militar* estudado bem como será discutido a vigência da análise imaneente enquanto método capaz de satisfatoriamente delimitar o objeto ideológico em tela e os materiais do Instituto SAGRES que o expressam.

Como ponto de partida, retomamos José Chasin em seu estudo do Integralismo o qual se tratou de “uma investigação balizada pelo talhe histórico-genético praticado por Lukács” do ideário de Plínio Salgado (Chasin, 1978, p. 61) ressaltando a importância do *tríplice metodológico lukacsiano* para o estudo de objetos ideológicos ao dizer que

Lukács oferece-nos o conjunto de sua concepção metodológica ao estabelecer que a abordagem de um objeto ideológico implica na determinação de sua gênese e de sua função social. Porém isso não basta, há que necessariamente acrescentar àqueles dois pontos a crítica imaneente (Chasin, 1978, p. 62).

Na sequência, Chasin resalta que

Em outros termos, a formulação sintética de que partimos, logo à primeira aproximação, implica reconhecer que o tratamento analítico de uma questão ideológica qualquer (como qualquer outro fenômeno sócio-histórico) só pode ser dirimido se nos situarmos no terreno das relações entre o todo e as partes, na imprescindibilidade de relacionar a ideologia (parte) ao todo da existência social (Chasin, 1978, p. 63).

Aponta-se com isso o vínculo entre os objetos ideológicos (parte) e o todo da existência social ressaltando que os primeiros provêm dessa base social, ou seja, são possibilitados a partir de condições sócio-históricas podendo retornar à totalidade da qual emergiram dando novos contornos. Chasin arremata ao afirmar que

fica com isto superado o tipo de análise que dicotomiza a questão, colocando de um lado as condições para o florescimento de uma ideologia, e doutro a ideologia ela própria, o que, de algum modo, sugere sempre que cada uma delas habita um universo fechado e que suas relações se baseiam numa *reciprocidade excludente*, isto é, **aparecem como se fossem externas uma à outra, da mesma forma que o ninho, apesar de sustentar, é externo ao ovo e à ave que o ocupam** (Chasin, 1978, p. 67, grifos nossos).

Fica apontado a partir daí os ganhos científicos ao se apreender dialeticamente a relação entre a parte e o todo. Em se tratando de estudos de objeto ideológico – e é esse o caso da presente pesquisa – necessário e fundamental é compreender que o entrelaçamento entre objeto ideológico (parte) e a totalidade social (todo) da qual floresceu não se trata de uma relação polarizada: ideias de um lado e sociedade do outro, pelo contrário “sinaliza um

enlaçamento íntimo, substantivo” (Chasin, 1978, p. 67). A analogia do filósofo brasileiro explicita bem a relação uma vez que o ninho (todo) apesar de parecer externo ao ovo (parte) trata-se na verdade de sua sustentação, trata-se do elemento que possibilita ao ovo sua existência e seu desenvolvimento. Não há, portanto, ovo, e muito menos aves, sem o ninho que os sustentem e possibilitem sua existência. Não são, portanto, externos um ao outro, estão intrinsecamente ligados bem como as ideias e as condições sócio-históricas que as possibilitaram.

Uma vez apresentados os aspectos centrais do *tríptico metodológico lukácsiano* Chasin (1979, p. 75) ressalta que apesar de seu esforço em expor o tema “não tivemos, como não poderia deixar de ser, a preocupação de exaustividade e sistematicidade” e arremata:

Procuramos, tão somente, alinhar uma série de testemunhos fundamentados que esclarecessem a proposta metodológica lukácsiana, **que desde o início afirmamos desejar seguir**. Uma exposição completa e ordenada das concepções metodológicas de Lukács evidentemente é matéria extremamente complexa por si e pelas implicações a que remete (tanto de ordem genética como polêmica) e é empreitada, com certeza, para trabalhos especialmente a isto dedicados. **Não sendo este o nosso caso, procuramos não confundir ambições com necessidades e contentamo-nos, através dos testemunhos fundamentados, em ilustrar o mencionado procedimento científico, de modo que a proposta lukácsiana de análise de gênese e função sociais e de análise imanente fosse referida às suas bases e significados principais** (Chasin, 1978, p. 75, grifos nossos).

Evidencia-se a partir da passagem acima que o declarado desejo de seguir a “proposta metodológica lukácsiana” não implica necessariamente na necessidade de expor à fundo a discussão de tal proposta sendo suficiente “ilustrar o mencionado procedimento científico”. Ficará evidenciado na sequência a também não necessária utilização concomitante de todo o conjunto do tríptico metodológico lukácsiano na consecução de uma pesquisa.

Nessa toada, Chasin salienta que “ao propor-se um estudo do Integralismo brasileiro estamos convencidos de que um itinerário análogo teria que ser seguido; todavia, nossa proposta é muito menor e muito mais modesta ao enfrentarmos o pensamento de Plínio Salgado” (Chasin, 1978, p. 80) e retomando as contribuições de Lukács e seu procedimento analítico realizado na *Destruição da Razão* o filósofo brasileiro argumenta que

Enquanto a obra de Lukács perfila a análise, ainda que parcial e unicamente voltada para a proposta específica da obra, de dezenas de autores, rastreando a composição genética do nacional-socialismo, **nós só nos dedicaremos, quase que exclusivamente, ao exame dos textos do ideólogo referido**. Da paráfrase que metaforicamente poderíamos estabelecer – o caminho brasileiro que levou a Plínio Salgado – só pretendemos reter alguns poucos instantes **e claramente fixar-nos, analiticamente, sobre esse único autor, e assim mesmo de modo fundamental ao**

nível da análise imanente de seu discurso ideológico explícito (Chasin, 1978, p. 80, grifos nossos).

Da passagem acima retiramos que *O Integralismo de Plínio Salgado* se trata do esforço científico em apreender a natureza efetiva do pensamento de Plínio Salgado e não de todo o conjunto do ideário integralista. A este respeito, Chasin chega a constatar “a existência de tendências distintas dentro do movimento, a tal ponto que talvez seja mais correto falar de integralismos do que de integralismo” (Chasin, 1978, p. 81) além da enorme quantidade de material publicado pelo movimento o que fica registrado na constatação do fato de que “durante o período que vai de 1932 a 1937 os integralistas publicavam oito jornais diários, cinco revistas e noventa semanários” (Chasin, 1978, p. 81).

As contribuições de Chasin são de extrema importância para a delimitação da operacionalização do presente trabalho. Ao evidenciar a delimitação de um pensador dentro de uma vertente – o ideário de Plínio Salgado dentro do Integralismo como um todo – o filósofo brasileiro deixa apontada a possibilidade de análise imanente do ideário de um autor em detrimento da análise total do grupo ao qual faz parte. A partir desse apontamento decisivo temos, para o caso da presente pesquisa, que a análise imanente do *pensamento administrativo-político* dos militares sintetizado nos materiais do Instituto SAGRES pode ser levada a cabo sem a necessidade de análise de todos os materiais produzidos por militares e institutos análogos ao SAGRES.

Outra contribuição de Chasin se deu em decorrência do apontamento da não necessidade intrínseca em se realizar simultaneamente, quando matrizados pelo *tríptico metodológico lukacsiano*, as análises de gênese e função e análise imanente de um objeto ideológico. A este respeito Chasin salienta que a escolha em se realizar apenas um desses pontos se justifica uma vez que

A opção de circunscrever nosso estudo à análise imanente do discurso ideológico de P. Salgado deriva, em parte, é claro, de limites e limitações próprias do autor da tese, mas, temos certeza de que, **além de ser um recorte legítimo, ela se justifica pela complexidade do objeto total a que estamos referidos**, e pelo estágio em que se encontram os estudos de idéias em geral, no Brasil, e particularmente os referentes à análise do movimento integralista (Chasin, 1978, p. 80, grifos nossos).

Fica claro, portanto, que para estudos que se debruçam sobre objetos ideológicos, a realização de apenas um dos elementos do *tríptico* é possível e se dá sem perdas de critério e rigor científico. A esse respeito Paço Cunha (2023) ao comentar as contribuições legadas por José Chasin n’*O Integralismo* salienta que

Essa conquista da análise imanente sobrevive à predileção por superficialidades com vasta penetração entre intelectuais no Brasil. Ao cabo, registra a possibilidade metodológica de considerar elementos do “tríptico metodológico” à luz das necessidades investigativas as quais são impostas ao interesse científico, isto é, configuram exigências ao conhecimento e não preferências subjetivas. **Assim, a análise imanente, diante da tarefa de determinar a natureza de uma formação ideal, tem lugar sem os demais elementos metodológicos do tríptico a depender de problemáticas específicas envolvidas.** A mesma coisa se aplica às análises de gênese e de função (Paço Cunha, 2023a, p. 133-134, grifos nossos).

A partir do que foi colocado, o autor deixa claro que, além de se tratar de um procedimento possível, a utilização de elementos do *tríptico metodológico lukacsiano* se dá em decorrência “de problemáticas específicas envolvidas”. Assim, retomando o problema da presente pesquisa, qual seja, *qual a natureza efetiva do pensamento administrativo-político dos militares consubstanciado nos materiais do Instituto SAGRES?* habilita e legitima, para além de quaisquer preferências subjetivas, a delimitação da análise imanente enquanto método a ser – unicamente – utilizado para a apreensão da natureza do *pensamento administrativo-político* dos militares brasileiros.

Dito isso, incorremos outra vez mais nas contribuições legadas por José Chasin ao delimitar um procedimento de *recorte legítimo* do objeto em tela. Para o caso d’*O Integralismo*, o filósofo brasileiro efetiva um *recorte* ao objeto estudado (*O Integralismo*) ao se propor a estudar exclusiva e pormenorizadamente o ideário de Plínio Salgado. Sendo assim, delimita sua pesquisa ao *Integralismo de Plínio Salgado* tão somente. Com isso, Chasin ressalta a legitimidade científica de se delimitar e analisar um objeto ideológico (o integralismo de Plínio Salgado) inerente a uma corrente ideológica mais ampla (Integralismo). A este respeito, em outra obra, José Chasin comenta o seguinte:

Como é que eu recorto legitimamente um objeto? Se eu tomar uma laranja e recortá-la empiricamente, eu posso passar a faca de qualquer lado e de qualquer jeito. Essa talhada corta não ao nível orgânico da laranja e seu eu começo a estudar assim, eu tenho uma arbitrariedade. Qual foi a lógica que me inspirou o corte? Nenhuma. A casualidade. A coleta de dados empíricos é uma causalidade arbitrária. O que eu colho é um caos que não tem ordenação (Chasin, 1988, s/p).

Tem-se da passagem acima que o respeito à lógica interna do objeto é pressuposto básico para qualquer análise científica de rigor. Vale ressaltar que a lógica interna do objeto possibilita recortes legítimos do mesmo caso estes sejam feitos respeitando tal lógica. A este respeito Chasin afirma que “se eu tomo a laranja e a recorto de acordo com a lógica orgânica dela própria, aí então eu respeito o seu em si” (Chasin, 1988, s/p) e assegura que

Se eu tomo a laranja e me aproximo dela já com a atitude de quem a respeita. Supondo que ela tem uma lógica dela, que **não sou eu que vou dar a lógica a ela, através da minha cabeça, mas que a minha cabeça vai descobrir a lógica dela**, eu já tenho uma atitude completamente diferente da do coletor de dados empíricos. Tiro a casca da laranja; tiro a película que resta; vejo que ela é formada de gomos. Em vez de dar um corte, eu separo os gomos. **Eu mantive unidades, eu mantive recortes de integralidade do fruto**. Abro a película de um dos gomos e descubro que lá dentro existem aqueles grânulos, que separados são unidades reais. **Só nesse descascar, só nessa dissecação eu estou descobrindo as partes da sua integralidade. Eu não vou reinventar depois uma lógica, mas eu já sei que debaixo da casca há gomos, dentro dos gomos há aquelas cápsulas...** (Chasin, 1988, s/p, grifos nossos).

A partir das colocações acima, se torna necessário esclarecer para fins deste tópico que a presente pesquisa reconhece a ampla gama de temas que conformam o pensamento dos militares brasileiros. Assim, se reconhece que os escritos do Instituto SAGRES são a materialização de um ideário multifacetado. É possível apreender, a partir de aproximações já realizadas, materiais pautados em um pensamento de guerra, ou seja, materiais que expressam o que fazer e como fazer em contextos de conflito bélico. Há também materiais que tratam de temas históricos das Forças Armadas lembrando guerras e conflitos passados e suas consequências. Atrelada a essa linha das publicações históricas é possível captar materiais que retomam a vida e obra de figuras históricas - muitas delas militares, mas não somente - sempre de forma vangloriosa.

Entretanto, deve-se deixar claro que a presente pesquisa está interessada em outros materiais: aqueles que sejam a materialização do *pensamento administrativo-político* dos militares. Enfatiza-se assim, retomando Chasin ainda a respeito da analogia da laranja:

A laranja na sua integralidade é esse todo. **Esta é a totalidade, o que não quer dizer que eu tenha que estudá-la toda de uma vez**. Posso estudar por partes se cada parte estiver referida ao conjunto, se não é uma abstração. Se eu estudo uma parte, em diferentes camadas de concreção eu fico. **É legítimo, numa tese, dizer: vou ficar mais abstrato aqui e mais concreto acolá** (Chasin, 1988, s/p, grifos nossos).

Fica evidenciado a partir da colocação anterior que - reconhecendo o caráter multifacetado do ideário militar exposto nas publicações do Instituto SAGRES - é possível estudar o pensamento *administrativo-político* dos militares não sendo necessário perscrutar a totalidade do ideário militar materializada em publicações do Instituto SAGRES que tratam dos mais diversos temas.

Assim sendo, a delimitação do *pensamento administrativo-político* se trata de um *recorte legítimo* possível de ser feito na medida em que, partindo do reconhecimento

preliminar do caráter multifacetado do ideário militar, é permitida a delimitação de uma parte do todo a ser estudada. Não estaremos dessa forma, interessados em analisar as obras de cunho bélico voltados à temas de guerra bem como não estaremos interessados em analisar as obras que retomam figuras históricas e seus feitos. Estaremos, portanto, para fins deste trabalho interessados nos materiais que expressem uma *propositura de administração política* dos militares brasileiros e na consequente apreensão do *pensamento administrativo-político* ali materializado com o fito de desvelar *suas* tendências irracionistas.

Uma vez esclarecido esse ponto importantíssimo da operacionalização da presente pesquisa retomamos o método já aludido anteriormente - análise imanente - a fim de esclarecer como se dará a delimitação dos materiais que serão analisados. Assim, na sequência do presente tópico o interesse será demonstrar como se dará a delimitação dos materiais a serem estudados e como de fato, se dará a consecução da análise proposta.

Adentrando a discussão a respeito do método que se coloca como aspecto chave na concretização da presente pesquisa - a análise imanente - sustenta-se que José Chasin nos legou grandes contribuições a respeito. Vaisman (2021) ressalta esse legado quando diz que

Já há algum tempo, venho insistindo, na trilha aberta por Chasin, na denúncia das interpretações grosseiras e reducionistas acerca do complexo da determinação social do pensamento. De fato, não se trata de uma questão fácil de ser devidamente esclarecida, mas é necessário convir que houve e ainda há uma certa má vontade em buscar a sua devida elucidação; muito mais fácil e cômodo, adequado ao tempo presente, é continuar insistindo na mesma tecla ao invés de **realizar um confronto leal e honesto com os textos: procedimento que Chasin denominou de análise imanente**. Seguindo à risca as várias pistas e indicações concretas nos seus escritos desde a década de 1970, **constata-se que não se trata de algo parecido com a conhecida “análise estrutural”**, procedimento adotado pelos filósofos uspianos da velha geração, **nem muito menos com alguma técnica específica da “análise de discurso”**, proposta mais recente e mais ao gosto do noviciado. Diferentemente das hermenêuticas em voga, sequazes que são de abordagens nascidas em meio à proliferação das correntes irracionistas, **a análise não se confunde com operações que imputam ao texto vivências de ordem subjetiva por parte do leitor** (Vaisman, 2021, p. 285, grifos nossos).

Da passagem acima evidencia-se que não se trata, portanto, de uma análise a partir de paradigmas que aceitem compreensão subjetiva das ideias ali expressas - procedimental amplamente difundido na área de administração - bem como não se trata de método que imputa unilateralmente verdades ao texto analisado. Pelo contrário, trata-se de um procedimental que possibilita a extração da natureza do conteúdo de um material estudado; trata-se, portanto, de uma leitura atenta e honesta que respeita a própria lógica interna do texto.

Ainda que os distintos desdobramentos ideológicos não tenham origem própria, ou seja, a partir do próprio mundo das ideias, sendo, portanto, radicalmente respondentes a totalidade social da qual emergem, não quer dizer que a análise de um objeto ideológico só possa ser levada a cabo a partir da análise dessas condições objetivas. A este respeito Chasin esclarece que

Por análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito, origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias. O que vale dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, **mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituem em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam** (Chasin, 1978, p. 77, grifos nossos).

A partir dessa passagem temos que - ainda que se reconheça que as ideias “não possuem uma história autônoma” - a análise imanente é um procedimento analítico capaz de revelar objetivamente o perfil de conteúdos de determinado pensamento uma vez que os objetos ideológicos são “entidades específicas, com características próprias”. Assim, uma vez que possibilita a apreensão da natureza efetiva de um objeto ideológico - no presente caso o *pensamento administrativo-político* dos militares - a análise imanente se coloca como o método que sustenta a operacionalização da presente pesquisa.

Prosseguindo, se coloca como da maior importância apontar, para fins deste tópico, como serão consolidados o conjunto de textos a serem analisados. Retomando outra vez mais as contribuições de Chasin em sua análise do ideário pliniano temos em um momento a evidência necessária de que “cada conjunto de textos examinados, enfeixados estes sob critério duplo - cronológico e por gênero de escrito” (Chasin, 1978, p. 491). Assim, estabelecer critérios para a reunião de conjuntos de textos será vital para o prosseguimento da análise aqui pretendida; José Chasin o fez a partir de dois critérios: cronológico e gênero.

Remetendo a presente pesquisa o critério cronológico não se faz necessário dado que os materiais disponíveis no Instituto SAGRES dizem respeito a período de tempo pouco extenso estando circunscritos em sua ampla maioria à última década. Em contrapartida, o critério de gênero parece ser aquele que dará os delineamentos para uma correta segmentação e - na mesma medida - para uma pertinente aglutinação dos textos. Assim como já mencionado anteriormente o Instituto SAGRES possui publicações tratando dos mais diversos temas - trataremos por “temas” e não por “gênero” propriamente dito. Dessa forma torna-se

necessário a delimitação dos materiais que expressem o *pensamento administrativo-político* dos militares. Porém como fazê-lo?

Uma vez trazido tal questionamento devemos necessariamente retomar ao método aludido para respondê-lo. A este respeito, José Chasin em algum momento de sua análise dos textos de Plínio Salgado diz que “desde o princípio do rastreamento de textos que estamos efetuando, buscamos bem marcar a constante irracionalista de Salgado, fazendo aflorar a característica, e grifando, nos escritos examinados, as passagens que a explicitam” (Chasin, 1978, p. 331). Disso, ressalta-se o *gerúndio* presente na colocação ao se tratar de um “rastreamento de textos que estamos efetuando”. Com a passagem anterior, Chasin deixa evidente que a análise imanente se trata de um processo analítico a ser realizado *à medida que* se vai tendo contato com os materiais.

Desta feita, salientamos que o escrutínio dos temas dos diversos materiais do Instituto SAGRES só poderá ser feito *à medida que* a análise for sendo realizada. Em outros termos, fala-se de um processo analítico que se dá de forma simultânea: *à medida que*, a partir da análise imanente, as aproximações com o objeto forem sendo realizadas é que os materiais poderão ser delimitados como úteis para nosso trabalho ou não. Assim sendo, para que fique claro, não se trata de primeiro aglutinar os textos que serão utilizados e descartar os que não serão para depois realizar a análise imanente dos textos selecionados. Pelo contrário, a delimitação dos textos será feita *à medida em que*, a partir da análise imanente, se forem dando as contínuas aproximações aos textos do Instituto SAGRES.

Delimitados ficaram até aqui os aspectos centrais da operacionalização da presente pesquisa como, por exemplo, a delimitação do objeto ideológico a ser estudado, do método a ser utilizado, bem como a explicitação da maneira como serão selecionados os textos que comporão a redação final e os critérios estabelecidos para fazê-lo.

Fica ainda em aberto uma questão. György Lukács e José Chasin realizam a análise imanente dos textos atrelada à crítica imanente daquele ideário revelando sua falsidade. A este respeito Lukács faz a ressalva:

Revelar essa gênese e função é de grande importância; mas, mesmo assim, isso ainda não é o suficiente. A objetividade do progresso naturalmente basta para estigmatizar corretamente como reacionário um determinado fenômeno ou uma determinada tendência. Mas uma verdadeira crítica marxista-leninista da filosofia reacionária não pode parar por aqui. Antes, **ela precisa apresentar concretamente – no próprio material filosófico – a falsidade filosófica, a distorção das questões filosóficas fundamentais, o aniquilamento de suas conquistas etc. como consequências necessárias, objetivamente filosóficas, de tais posicionamentos.** Nesse sentido, a crítica imanente é um elemento legítimo e até indispensável para a

exposição e o desmascaramento das tendências reacionárias na filosofia (Lukács, 2020, p. 11, grifos nossos).

Da passagem anterior tem-se que a análise imanente deve ser exercida atrelada à crítica do pensamento estudado revelando sua falsidade ideológica, a “distorção das questões filosóficas fundamentais”. A este respeito - tendo lido em Lukács - José Chasin aponta igualmente tal importância ao dizer que

Se se dá, como essencial e imprescindível, a análise imanente, quando se sabe, então, do que se fala, e se avalia o material ideológico em exame face às conquistas já logradas no campo geral da produção intelectual, pois se “a objetividade do progresso basta, evidentemente, para estigmatizar certamente (...) uma determinada tendência”, **a crítica científica não pode contentar-se com isto, deve demonstrar a falsidade intrínseca da doutrina posta para análise** (Chasin, 1978, p. 77-78, grifos nossos).

Assim, ambos autores chamam atenção para a importância da crítica imanente do ideário analisado revelando suas falsidades ideológicas - a colocação de problemas falsos e as igualmente falsas elaborações filosóficas e respostas dadas.

Salienta-se, entretanto, que esse procedimental analítico de cunho crítico revelando “suas inadequações como expressões conceituais da realidade” (Chasin, 1978, p. 28) não será assumido aprioristicamente para a presente pesquisa uma vez que só a incursão da análise imanente mesma será capaz de dar os direcionamentos de sua real necessidade. Assim, uma vez apontada a possibilidade de crítica imanente, defende-se que a pesquisa em tela terá como base a análise imanente e deixa-se em aberto que a crítica imanente pode se efetivar na medida em que ao longo de nossa análise sejam apreendidos tais aspectos de falsidade nos materiais dos textos estudados.

Ainda a respeito da operacionalização temos, por fim, que discorrer brevemente a respeito da forma expositiva a ser adotada. A exposição do ideário analisado se dará, portanto, na mesma medida em que for se dando a análise imanente dos textos selecionados. A este respeito Chasin (1978, p. 603) salienta que “em cumprimento à própria especificidade da análise imanente” o incurso analítico se dá simultaneamente ao recurso descritivo.

Para o caso do ideário pliniano analisado por Chasin, este chama atenção para o fato de que “a prova da interpretação que se construía realizava-se pela própria possibilidade de extração, do material examinado” no que foi possível “colar o método expositivo ao método de investigação, o que se expressou, no mais visível, no esforço de dizer, o máximo possível, através da própria palavra do objeto analisado” (Chasin, 1978, p. 603). Com isso, o filósofo brasileiro deixa claro que à medida que vai se realizando a análise dos materiais vai se dando

sua apresentação. Não se trata, portanto, de um procedimento do tipo “primeiro isto, depois aquilo”. Pelo contrário, a análise imanente - e possível crítica imanente - e a exposição de um ideário deve se dar simultaneamente. Este será o fundamento para a análise e exposição do *pensamento administrativo-político* dos militares, os quais serão apresentados no capítulo de “Resultados” (Capítulo 5).

Ficam assim, delimitados todos os aspectos fundamentais da operacionalização da presente pesquisa, a delimitação do objeto ideológico, o método de análise utilizado - com a possibilidade de concomitante crítica imanente -, os critérios utilizados para seleção dos textos analisados além do método expositivo que se dará de forma entrelaçada ao próprio método de investigação adotado.

3 ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E MILITARES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo está dividido em duas partes: a primeira com o intuito de apresentar aspectos fundamentais da administração política e do pensamento administrativo-político e a segunda com o fito de, uma vez apresentada a discussão inicial, apresentar o processo de politização das Forças Armadas brasileiras bem como apresentar a atuação política recente do Instituto SAGRES e, ainda que de forma mais pontual, a atuação política recente de seus *think tanks* parceiros - Instituto General Villas Bôas e Instituto Federalista. Nesse primeiro subtópico serão apresentados, portanto, além de uma discussão mais bem detalhada a respeito da administração política, aspectos centrais para tal discussão: como por exemplo o papel do Estado, a relação Estado e Capital, a gestão estatal como objeto da administração política, a necessidade de um projeto de nação para o Brasil bem como debates inerentes a esse tema no Brasil em especial entre dois grupos: um de inspiração notadamente keynesiana e outro marcadamente materialista pautado, portanto, no pensamento econômico de Marx. Além disso, será apresentada uma discussão visando delimitar com maior grau de rigor do que se trata o *pensamento administrativo-político*.

Uma vez apresentado esse quadro geral da administração política, será apresentado no segundo subtópico o trajeto da politização das Forças Armadas que deságua nos dias de hoje a partir das contribuições de Rodrigo Lentz. O intuito é demonstrar que, ao fim e ao cabo, os militares brasileiros sempre estiveram atrelados aos rumos da política nacional. Na sequência, será apresentada a atuação política do Instituto SAGRES e de seus *think tanks* parceiros na última década com o fito de evidenciar o papel decisivo destes Institutos e de seus integrantes no Brasil contemporâneo. Serão apontados também a sinergia entre o institutos em tela e

outras frações dos militares bem como com outros grupos da direita conservadora atual tanto a nível nacional quanto internacional com intuito de revelar uma forma de atuação conjunta dos militares brasileiros. Evidenciaremos que a atuação política destes *think tanks* em algum grau ajudou, prática e idealmente, a preparar o terreno que tornou possível a ascensão de Bolsonaro à presidência da República, Ademais, uma vez eleito o governo anterior, a atuação política dos *think tanks* em tela potencializou-se, como veremos adiante.

3.1 DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA A DELIMITAÇÃO DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO

A presente seção do referencial teórico, dividida em três subtópicos, tem o intuito de apresentar a fundamentação teórica a respeito da administração política, a origem do termo e suas distintas concepções, as distintas vertentes teóricas interessadas em estudá-la, os pontos chave tratados por distintas linhas teóricas bem como pretende, ao final, delimitar aquilo que estamos chamados de pensamento administrativo-político.

Dessa forma, para fins expositivos, pensou-se em apresentar no primeiro subtópico os estudos seminais a respeito do tema e sua determinação de administração política. A breve apresentação dessa discussão teve como intuito apresentar alguns elementos centrais para aquela que denominamos de “corrente hegemônica” da administração política uma vez que esses elementos, em grande medida, serão retomados para sua crítica científica no tópico posterior.

Assim, teremos para a segunda parte desse tópico a apresentação dos estudos e apreensões a respeito do tema por aquela que denominamos de “corrente marxista” da administração política. Sustentamos que tal corrente, pautada no materialismo científico, acumulou avanços científicos em relação à primeira corrente ao demonstrar entre outras coisas a relação dialética entre Estado, a administração política exercitada e o Capital, além de propor avanços ao apreender o objeto real da administração política: o modo de produção capitalista e seus conflitos. Por isso fala-se em administração política do capital. Assim, aponta-se que a presente pesquisa estará fundamentada em tal corrente e suas contribuições para os andamentos da pesquisa o que será basilar para a apreensão da propositura de administração política dos militares expressa nos materiais do Instituto SAGRES em seus devidos termos e determinações.

Por fim, no terceiro subtópico, serão apresentados os fundamentos daquilo que estamos tratando enquanto pensamento administrativo-político. O intuito é apresentar ao leitor

uma breve discussão que possibilite a compreensão dos elementos essenciais que irão embasar a posterior delimitação do *pensamento administrativo-político militar* ecoado nos materiais do Instituto SAGRES. Soma-se a isso a importante delimitação do pensamento administrativo-político enquanto derivação de um pensamento econômico mais amplo. Essa discussão será importante, como veremos, para a etapa de *Resultados* uma vez que estudos a respeito do pensamento econômico militar mais amplo serão eventualmente utilizados na delimitação de maiores contornos do *pensamento administrativo-político militar* mais restrito.

3.1.1 Estudos seminais e os primeiros passos da administração política no Brasil

Inicia-se, nessa toada, a presente sessão a qual tem o intuito de apresentar os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre a problemática da administração política no Brasil bem como delimitar que tais esforços científicos deram o pontapé inicial para a conformação daquela que estaremos chamando de “corrente hegemônica” da administração política. Esta última, também apontada como corrente *mainstream* da administração política (Cristaldo, 2021), não pode ser ignorada uma vez que o conjunto de suas elaborações se tornou nos dias atuais a visão hegemônica - ainda que não a única - para a compreensão do tema em tela o que aponta a importância de retomar, ainda que brevemente, seus apontamentos.

Enquanto objeto de estudo a Administração Política apareceu pela primeira vez com o artigo seminal publicado em 1993 *A Administração Política Brasileira* de autoria de Reginaldo Souza Santos e Elizabeth Matos Ribeiro, ambos professores e pesquisadores da Universidade Federal da Bahia. O artigo é reconhecido como o primeiro a trazer à tona o tema da Administração Política sendo amplamente comentado pela literatura que prosseguiu (Cruz; Neto, 2019; Gomes, 2012) ainda que o conteúdo essencial da Administração Política já estivesse plenamente delimitado e discutido pelo professor Reginaldo Souza Santos já na década de 1980, conforme Paço Cunha (2023b).

Retendo maior atenção sobre o conhecido trabalho de 1993 temos que enquanto “produto de um contexto de inquietações e também da preocupação de apreender as múltiplas dimensões do processo de desenvolvimento do Estado capitalista” (Santos; Ribeiro, 1993, p. 102), o artigo que deu o pontapé inicial sobre o tema procura se debruçar sobre a relação existente entre as etapas de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e as formas de atuação estatal em cada uma dessas etapas. Compreendendo, portanto, que a atuação estatal está entrelaçada com aspectos econômicos e sociais, analisar essa relação se colocou como da maior importância. Assim, foi feita uma “releitura dos limites de ação das políticas públicas,

procurando apreender as inter-relações do Estado com a sociedade” (Santos; Ribeiro, 1993, p. 106).

Ficava apontada assim a administração política como a atuação do Estado frente ao desenrolar da economia capitalista, relação essa que excedia os limites de implicações puramente econômicas uma vez que distintas formas de administração política tinham implicações sociais na medida em que buscavam dar respostas à sociedade. No mesmo artigo seminal citado anteriormente os autores trazem, ainda que de forma incipiente, uma definição para a Administração Política entendendo “ser a administração política a forma pela qual o Estado se organiza e se estrutura para gerir o processo das relações sociais de produção” (Santos; Ribeiro, 1993, p. 106).

Após a publicação desse primeiro artigo sobre o tema percebe-se um hiato de quase uma década para uma nova publicação. Esse hiato é rompido no ano de 2001 com a publicação de *Em busca da apreensão de um conceito para a administração política* de autoria de Reginaldo Santos. A virada do século marca a guinada de novas pesquisas sobre a administração política e sua propagação em diversos periódicos (Cruz; Neto, 2019; Gomes, 2012) o que deu as bases para um posterior aumento na quantidade de trabalhos publicados a respeito do tema em especial após o ano de 2008, marcado pelo surgimento da *Revista Brasileira de Administração Política* (Cristaldo, 2021) a qual proporcionou em grande medida o crescimento da quantidade de publicações e o estabelecimento da corrente hegemônica da administração política.

Buscando segmentar as bases de pesquisa da administração política, Santos (2001) intenta definir o objeto de gestão de tal área, seus objetivos, seu agente e a maneira de alcançar seus efeitos programados. Em se tratando do objeto da Administração Política o autor parte da constatação de que sempre fora tratado no currículo disciplinar de bacharelado em Administração “que o verdadeiro objeto da administração seriam as organizações, nas quais o administrador, de posse daqueles instrumentos apropriados de outros campos do conhecimento, teria a incumbência de estudá-las e geri-las de acordo com os seus propósitos” (Santos, 2001, p. 62). O autor entende tal fato como uma “impropriedade metodológica” dado que

em primeiro lugar, as organizações/instituições, como expressões das relações sociais, constituem objetos de estudos de diferentes campos do conhecimento. Em segundo lugar, como nossa discussão é fundamentalmente epistemológica — porque se trata da tentativa de apreensão do objeto e do método de um dado campo do conhecimento — temos de fazer a diferenciação importante da noção (compreensão) do objeto e do campo específico do conhecimento (e dele se pode dizer que é

inalienável) daquela noção de objeto de um estudo ou de uma pesquisa específica (Santos, 2001, p. 62).

Dito isso, incorre no reconhecimento de que, por ser objeto de diversos campos do conhecimento, as organizações não poderiam ser o objeto específico da Administração, pois, “elas são espaços particulares onde apenas habita o objeto” (Santos, 2001, p. 62). Assim, o autor evoca a seguinte pergunta: “E o que cabe, então, à administração?” e apresenta a resposta: “Pura e simplesmente, a gestão” (Santos, 2001, p. 63) afirmando que

cabe à administração estruturar um modelo de gestão viabilizador do objetivo da organização. Portanto, a gestão é apenas um dos conteúdos que dão institucionalidade e essência às organizações. Então, podemos concluir que é a gestão, e não a organização, que caracteriza o objeto e que dá autonomia à administração como um campo próprio do conhecimento (Santos, 2001, p. 63).

Uma vez alcançada a definição de um objeto próprio da administração, necessitavam ser tratados ainda outros aspectos da maior importância como, por exemplo, a determinação do agente capaz de exercer tal gestão, quais seriam os objetivos de tal gestão e como alcançá-los. Santos responde a todos esses questionamentos de maneira entrelaçada. Discutindo a relação entre sociedade e Estado o autor faz apontamentos importantíssimos sobre os objetivos da administração política e como atingi-los ao dizer que para

chegarmos a uma dada finalidade, precisamos partir das necessidades individuais não contempladas nas relações de mercado e que obstruem a conquista da finalidade. Essas necessidades individuais vão compor as necessidades coletivas (formadas a partir de uma compreensão de uma sociedade hierarquizada e excludente) e conformar um conjunto de desejos que aqui chamamos de necessidade coletiva, dando origem a um **projeto da nação (o planejamento da demanda social), o qual nada mais é do que o método para o construto da finalidade, portanto, do bem-estar pleno da humanidade** (Santos, 2001, p. 66, grifos nossos).

Em outros termos, o autor aponta que o objetivo normativo da Administração Política seria o “bem-estar pleno da humanidade” e que este seria alcançado a partir da elaboração de um Projeto de Nação que seria o “método para o construto da finalidade”. Assim, entre meios e fins, o autor define o projeto nacional como sendo o primeiro e o bem-estar como o segundo. Na sequência, ainda em se tratando do projeto de nação, Santos entende que

a oportunidade para construção de um projeto de nação em busca da finalidade ocorre porque a dimensão do capitalismo responsável pela base técnica e organizativa para se alcançar a finalidade social não cumpre seu papel, pois sua finalidade é distinta, porque particularizada (Santos, 2001, p. 66).

Da passagem anterior, o autor deixa colocado que a finalidade - o bem-estar social - não é capaz de ser alcançada plenamente pelas vias da própria economia capitalista, implicando, portanto, na necessidade da elaboração de um projeto de nação que seja capaz de fazê-lo. Mas, se não o desenvolvimento econômico, resta saber que é o agente capaz de levar a cabo tamanho empreitada de desenvolvimento social. O autor arremata a questão - e retoma os aspectos de meios e fins discutidos anteriormente - ao afirmar que

o Estado deve ser instrumentalizado agora numa outra direção e perspectiva. Em vez de ser instrumentalizado no sentido de viabilizar a finalidade de um sujeito particular — o capital —, agora **tem o papel de gestor e executor do projeto da nação, cuja finalidade é o bem-estar social**. O Estado é gestor porque tem a incumbência de (depois de coletadas as necessidades, definidas as prioridades e as temporalidades teóricas de execução de cada uma das finalidades) elaborar o modelo de gerenciamento mais adequado no processo de execução do projeto de nação que leve à finalidade do desenvolver social (Santos, 2001, p. 66, grifos nossos).

Da passagem acima ficam evidenciados, todos os aspectos basilares da “corrente hegemônica” da Administração Política. Atrelado ao fato de o desenvolvimento econômico - por ser uma finalidade de um sujeito particular - não conseguir levar a cabo o bem-estar social tal tarefa passa a ser de autoria do Estado, sendo este, portanto, o agente da Administração Política. O Estado, tem, assim, a partir da canalização das demandas coletivas da sociedade a missão de elaborar o modelo de gestão mais adequado ao projeto de nação a ser executado na busca pela finalidade de sua ação: o bem-estar social. Ficam, assim, colocados as apreensões basilares dessa corrente da administração política, o objeto específico da Administração, seu agente, sua finalidade e os meios para atingi-lo.

3.1.2 A apreensão materialista da administração política

Com a consolidação da Administração Política enquanto área de pesquisa e a crescente quantidade de trabalhos a respeito do tema, debates de cunho científico começaram a aparecer de tal forma que “Se observa nesse campo um cisma de ordem ontológica: duas diferentes concepções de natureza da administração política coexistem” (Cristaldo, 2022, p. 334). A este respeito evidencia-se a publicação de pesquisas recentes pautadas no materialismo científico que buscaram, entre outras coisas, repensar temas antes tratados como resolvidos e basilares para a corrente hegemônica da Administração Política.

Buscou-se, portanto, para o presente subtópico apontar as principais contribuições daquela que estaremos tratando enquanto “corrente marxista” da administração política, conforme Cristaldo (2022). As contribuições dessa corrente serão fundamentais para a reta

compreensão da problemática em tela bem como para a conseqüente apreensão da propositura de administração política expressa nos materiais do Instituto SAGRES.

Como ponto de partida tem-se a determinação marxista da administração política como sendo “antes de tudo, a transformação dos problemas sociais em objeto de gestão por parte de uma forma de poder político em sociedades classistas” (Paço Cunha, 2022, p. 1). Assim sendo, a vigência da sociedade capitalista, cindida em classes sociais antagônicas, incorre conseqüentemente na constatação da igualmente vigente administração política. Disso apreende-se, nos marcos societais hodiernos, que

a administração política se realiza como um conjunto de respostas de eficácia variada ao problema central de como organizar a produção (relações sociais de produção e forças produtivas, envolvendo a distribuição dos meios de produção, divisão do trabalho social etc.) e como realizar a apropriação da riqueza (distribuição da riqueza socialmente gerada) (Paço Cunha, 2022, p. 1-2).

Dessa passagem fica evidenciado que a administração política é, portanto, um conjunto de respostas as quais são determinadas - enquanto condição de possibilidade, não mecanicamente, portanto - pela configuração mesma do modo de produção capitalista, na medida em que surgem em decorrência dessa configuração buscando dar respostas a esta última. Atrelado a essa determinação deve-se reter atenção ao fato de que “a administração política é parte constitutiva da relação entre Estado e economia” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 703) na medida em que “na forma particular do modo de produção capitalista em que esse problema central é persistente, a administração política se desenvolveu envolvendo as contradições que brotavam de seu próprio processo” (Paço Cunha, 2022, p. 2).

Chama-se atenção para a dialética da questão em tela: distintos modos de administração política surgem como resposta - socialmente determinadas, portanto - a conflitos e contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista os quais na realização efetiva alteram contingencialmente os contornos daquela configuração econômico-societária resultando em um novo quadro de conflitos e contradições a serem resolvidos. Apreende-se daí a administração política como sendo parte inerente da relação Estado e Capital, sendo ela mesma, portanto, um conjunto de respostas que não tem como objetivo superar tal relação. Da constatação prévia implica dizer que enquanto “momento da estrutura do capital, o Estado está geneticamente impedido de transcender seus próprios fundamentos” (Arbia, 2018, p. 118) o que explica o fato de que sua “administração política se desenvolveu continuamente em linha tendencial como promoção do processo de produção de

mercadorias e do processo de reprodução de suas condições objetivas e subjetivas” (Paço Cunha, 2022, p. 2). A esse respeito tem-se o arremate:

Considerada nos marcos mais acabados da macroeconomia e do repertório acumulado de expedientes, **a administração política – nem sempre bem-sucedida – revela-se essencialmente no ajustamento permanente de medidas de eficácia variada às circunstâncias históricas tendo em vista a função precípua de gerenciar o processo de acumulação em sentido expansivo.** Seu ímpeto fundamental é, portanto, manipulativo dos mecanismos identificados e das relações de causalidades presumidas. **A manipulação desses mecanismos e causalidades opera em tal nível da realidade objetiva sem que, ao menos deliberadamente, provoque transformação essencial das relações sociais de produção que asseguram o modo historicamente particular de distribuição dos meios de produção.** Administrar tem por função, quando bem-sucedida, a reprodução positiva desse modo particular de produção por médio da manipulação daqueles mecanismos e causalidades (Paço Cunha, 2022, p. 2-3, grifos nossos).

Evidencia-se dessa forma que, por se tratar de um modo de atuação próprio de sociabilidades cindidas em classes, a administração política não tem o ímpeto de - e não poderia tê-lo - superar o modo capitalista de produção e distribuição da riqueza e seus decorrentes conflitos e contradições, apenas gerenciando-os com fito de possibilitar a efetiva perpetuação de tais circunstâncias históricas.

Dado que é parte inerente das circunstâncias históricas no interior das quais atua, a administração política é, portanto, determinada pelo seu objeto (o modo de produção capitalista de produção). Tomando em Lukács que em uma relação entre fatores sempre há um preponderante (Lukács, 2012) tal relação não pode ser entendida como mecânica ou determinista: o Estado pode – e o faz – a partir de sua administração política implicar em alterações em sua base real, entretanto nunca suprimindo-a dado que o Estado pressupõe sua existência e apenas a administra (Paço Cunha, 2021a). Arrematando, temos nos termos do autor previamente citado que

São as propriedades gerais e particulares desse objeto que explicam a estruturação administrativa e política do Estado [...] ao circunscrever a problemática da administração política numa base materialista, de verve ontológica, passamos a reconhecer que a capacidade de administração política por parte do Estado no esforço de organizar o sistema econômico é contingente [...] e é a abordagem aqui desenvolvida que habilita a apreensão da existência dessa **dialética entre os fatores relacionados, isto é, o Estado, os meios práticos efetivados e a coisa de sua administração política, e em cuja unidade relacional prepondera o último entre tais fatores** (Paço Cunha, 2021a, p. 12, grifos nossos).

Ainda sobre a relação Estado e Capital – com preponderância do último sobre o primeiro – para que não restem dúvidas a respeito de ser uma relação dialética, portanto jamais mecânica temos que:

Como pressuposto objetivo, tal base não é apenas historicamente anterior, mas também prossegue sendo a condição objetiva de possibilidade sem a qual não haveria qualquer superestrutura (nem Estado, portanto) ou formas de consciência. É importante grifar que não se trata de uma causalidade mecânica, mas da criação das condições de possibilidade, condições habilitadoras (que também são, em sentido inverso, condições limitantes) (Paço Cunha, 2021a, p. 5).

Ainda atrelada a relação dialética em tela incorremos na “autonomia relativa” do Estado em agir sobre seu objeto de gestão (o modo de produção capitalista). Nestes termos retemos que cabe “ao Estado assegurar a reprodução do capital enquanto sistema [...] para tanto deve apresentar-se como uma forma autônoma de controle” (Arbia, 2018, p. 120) ou, em outros termos, deve colocar-se como aquele que administra em “nome do sistema como um todo”:

na medida em que o capitalismo se desenvolve, os Estados se tornam mais do que nunca envolvidos na vida econômica, especialmente no estabelecimento e administração do quadro jurídico, regulatório e de infraestrutura na qual a propriedade privada, a competição e contratos operam. Estados capitalistas se tornaram também crescentemente o principal ator na tentativa de conter crises capitalistas, incluindo como credor de última instância. O capitalismo não poderia se desenvolver e expandir a menos que os Estados viessem a fazer tais coisas. Inversamente, os Estados tornaram-se cada vez mais dependentes do sucesso da acumulação de capital tendo em vista a receita fiscal e a legitimidade popular. [...] o que os Estados fazem na prática, e a medida em que são bem-sucedidos, resulta das complexas relações entre atores sociais e estatais, do balanço de forças de classes e, não menos importante, da extensão e do caráter das capacidades de cada Estado. Os Estados capitalistas desenvolveram variados meios de promover e orquestrar a acumulação de capital, tanto quanto antecipar futuros problemas e contê-los quando surgem, e isso foi frequentemente cristalizado em diferentes instituições com domínios especializados [burocracia estatal]. **É nesse sentido que devemos compreender a “autonomia relativa” dos Estados capitalistas: não sem conexão com as classes capitalistas, mas tendo capacidades autônomas para agir em nome do sistema como um todo.** A este respeito, capitalistas parecem ser menos capazes de ver a floresta pelas árvores do que os funcionários públicos e políticos, cujas responsabilidades são de ordem diferente de fazer lucro em uma empresa [...] **Porém, o que esses Estados podem fazer autonomamente, ou fazer em resposta a pressões sociais, é limitado em última instância por sua dependência do sucesso da acumulação de capital. É nesse sentido, sobretudo, que a autonomia é apenas relativa** (Panitch; Gindin, 2013, p. 3-4, grifos nossos).

A passagem acima auxilia no reforço conclusivo do que já foi colocado. Em suma, o Estado burguês atua sobre seu objeto de gestão sem nunca o suprimir sendo capaz apenas de administrá-lo. Nesse sentido, o Estado atua em nome do “sistema como um todo” com autonomia circunscrita e de forma alguma com “potência absoluta”, já que para atuar na

realidade, o Estado precisa ter capacidades para tal. Essas capacidades, entretanto, – assim como o próprio Estado – são determinadas pelas condições histórico-concretas postas. Assim sendo

tais capacidades desenvolvidas surgem como condição ao exercício de uma efetiva administração política, **é impróprio supor o Estado como potência absoluta**. O que o Estado é capaz de fazer não decorre de mera vontade política, mas sim, depende de diferentes fatores, incluindo sua dependência frente aos ciclos econômicos e que se dá em meio ao conflito social e às pressões de diferentes tipos (Paço Cunha; Mendes; 2022, p. 19, grifos nossos).

Isto posto, fica claro que o Estado não atua enquanto agente indeterminadamente autônomo e com potência absoluta frente a seu objeto de gestão. Ao revés, o Estado possui “autonomia relativa” frente à dinâmica econômica, ou seja, atua enquanto gestor contingente do modo de produção capitalista de produção e distribuição da riqueza. Isso porque “Tendo a estrutura econômica como sua base real, o Estado dá respostas variadas a uma dinâmica que não controla inteiramente, sendo ele próprio um resultado da dinâmica conflitiva proveniente daquela base” (Paço Cunha; Mendes; Ferreira, 2023, p. 6). Ainda a este respeito cabe o arremate:

Em última instância, o Estado é dependente do processo de acumulação do capital para sua saúde fiscal e legitimidade político-social e é por esse motivo que sua autonomia é historicamente relativa como resultante dos canais de interação, das modalidades de interação e das capacidades estatais envolvidas no disciplinamento contingente do capital (Paço Cunha; Mendes; Ferreira, 2023, p. 18, grifos nossos).

Desta feita, uma vez que o materialismo científico “admite o desenvolvimento desigual e relacional entre economia e Estado em que prepondera a primeira [...] revela o caráter relativo de sua autonomia a depender de circunstâncias históricas particulares” (Paço Cunha; Mendes; Ferreira; 2023; p. 18). Assim sendo, a este ponto fica claro porque a apreensão materialista da administração política compreende que “Estado e capital [...] são fatores estruturalmente dependentes que compõem as sociedades capitalistas” (Paço Cunha; Mendes; Ferreira; 2023; p. 18).

Buscamos até aqui demonstrar que o avanço científico não se dá sem debates e contestações. Nesse sentido, as contribuições por parte da “corrente marxista” da administração política se colocam como da maior importância para os andamentos da pesquisa na medida em que, a partir de uma ontologia materialista, tais contribuições serão

basilares para a compreensão do modo de administração política proposto pelo Instituto SAGRES.

Tais contribuições vão na contramão daquilo que vem sendo publicado em larga escala a respeito da administração política ajudando a combater compreensões repletas de voluntarismo em suas elaborações e ilusão quanto a figura do Estado e de seus potenciais resolutivos a partir de sua administração política. Assim a “corrente marxista” aponta os limites da atuação estatal ao deixar claro que

o esforço de gerir – com potência variada e contingente – as contradições sociais, não é o mesmo que as abolir. De tal forma, vai se demonstrando que o objeto real da administração política são as contradições sociais que formam a base material do Estado e não a gestão pura e simplesmente (Paço Cunha, 2019, p. 166).

Resta, para fins deste subtópico, apontar as contribuições que serão caras para a consequente determinação do modo de administração política do Instituto SAGRES: os diferentes modos de atuação estatal que configuram distintos modos de administração política.

Para a corrente crítica de verve materialista a ideia amplamente difundida do “Estado-coerção” como um aparato de força da classe dominante seria apenas uma forma de atuação estatal. Fazendo-se necessário apreender outros modos pelo qual o Estado administra politicamente os conflitos sociais. Em termos sintéticos temos que

A atuação do Estado desenvolvido, portanto, dá-se por uma unidade entre modos de atuação, dos quais destacamos a repressão direta e medidas administrativas em que tais elementos existem simultaneamente e se condicionam [...] Medidas administrativas tomam lugar da coerção direta, mas podem ceder lugar novamente à coerção extraeconômica na medida mesma que tais meios administrativos são ineficazes, por princípio, na abolição dos problemas sociais e, portanto, não eliminam as classes nem suas tensões; antes, as pressupõem (Paço Cunha, 2016, p. 230).

Atrelados a essa reciprocidade entre coerção e medidas administrativas temos outros dois “meios” de atuação do Estado: meios jurídicos e políticos (Paço Cunha, 2021a). Em suma temos que o Estado é capaz de atuar sobre seu objeto de gestão a partir de

1) medidas administrativas, como políticas públicas, programas governamentais, inserção econômica do Estado (como estatizações ou o contrário) etc., e manipulação das variáveis macroeconômicas, política econômica e monetária; 2) meios jurídicos, como normas de todo tipo e instruções provenientes de análises e decisões jurídicas; 3) ação política, como processo de articulação e desarticulação horizontal, no plano do próprio Estado, dos poderes e burocracia, e vertical, em relação às classes e suas organizações e forças transnacionais; 4) ameaça ou efetivo

emprego das armas, tanto no sentido policial quanto militar, intra e internacional (Paço Cunha, 2021a, p. 7).

Vale destacar ainda que as distintas modalidades de administração previamente mencionadas são acionadas frente a distintas funções derivadas do próprio objeto da administração política como por exemplo as funções derivadas do processo de acumulação do capital, outras provenientes dos conflitos sociais (tanto em âmbito nacional quanto internacional), do conflito interestatal na busca por legitimidade internacional e outras derivadas das necessidades comunitárias (Paço Cunha, 2021a).

Disso decorre que existem múltiplas formas de administração política as quais serão determinadas - aceitando combinações, portanto - em decorrência tanto das funções que acionam tais modalidades quanto da - e preponderantemente - relação entre Estado e seu objeto de gestão com o fito de administrar os conflitos sociais sem o intuito de superá-los.

Concluindo o presente subtópico, ressalta-se que tais determinações fundamentais apresentadas aqui serão basilares para a apreensão da propositura de administração política dos militares a partir da análise dos escritos e elaborações do Instituto SAGRES. Tal esforço de apreensão ficará, todavia, para a sessão de “Resultados” (Capítulo 5).

3.1.3 Delimitando o pensamento administrativo-político

Como já aludido anteriormente, a presente pesquisa se inclina sobre um objeto ideológico: o pensamento administrativo-político dos militares brasileiros expresso nos materiais do Instituto SAGRES. Entretanto, resta delimitar o pensamento administrativo-político enquanto categoria. Assim, o presente subtópico tem como objetivo trazer apontamentos que auxiliem na melhor compreensão do objeto em tela.

Não se trata, entretanto, de realizar aqui um tratado a respeito do tema. O objetivo é deixar indicado apontamentos fundamentais a respeito do que se trata o pensamento administrativo-político, os quais serão essenciais em especial para o capítulo de “Resultados” (Capítulo 5). A rigor a categoria “pensamento administrativo-político” foi poucas vezes utilizada – nestes termos – em meios acadêmicos o que faz com que o intuito do presente subtópico esteja muito mais voltado a uma explanação sintética por parte do autor do que uma longa discussão teórica a partir de uma revisão bibliográfica.

Iniciando os breves apontamentos propostos é mais do que necessário indicar as contribuições de Paço Cunha (2023b) a respeito do tema uma vez que foi, salvo engano, o único autor a apontar a categoria do “pensamento administrativo-político” nestes exatos

termos. Analisando a trajetória da administração política enquanto conceito através da obra do professor Reginaldo Souza Santos, Paço Cunha (2023b, p. 2) evidencia a necessidade de ter dedicado “inevitável atenção à relação entre tal conceito [Administração Política] e a economia política sobretudo, considerando-a expressão do pensamento econômico, uma vez que constituiu a base intelectual principal da trajetória de nosso autor”. Fica apontado a partir dessa colocação inicial a origem do conceito de Administração Política enquanto expressão do pensamento econômico de tal forma que o primeiro deriva deste último.

Assim sendo, a partir da trilha aberta por Paço Cunha (2023b) seria pertinente compreender o caráter mais estreito do “conteúdo essencial” da Administração Política quando comparado a ampla gama de conteúdos inerentes ao pensamento econômico. Sucintamente, entende-se o “conteúdo essencial” da Administração Política enquanto a “relação entre Estado (aparato administrativo-político) e economia capitalista (estrutura econômica e suas relações sociais de produção e distribuição)” (Paço Cunha, 2023b, p. 5) de tal maneira que é possível captar o caráter focalizado da Administração Política.

Dito isso, o pensamento administrativo-político se coloca justamente enquanto aquela formação ideal que trata dessa relação entre Estado e Capital previamente sublinhada. Entretanto, o tratamento da questão, como já discutido anteriormente, não deve se dar de maneira simples e direta. A compreensão do conceito da Administração Política e por conseguinte do *pensamento administrativo-político* perpassa o esforço de inter-relacioná-la a economia política. Assim, devemos entender o pensamento administrativo político enquanto aquela forma de consciência que trata da relação entre Estado e economia capitalista em sua totalidade, envolvendo os impactos de uma esfera sobre a outra bem como aquela forma de consciência que trata tanto das múltiplas - e constantemente alteradas - modalidades de administração política quanto das distintas funções que acionam esses determinados modelos de gestão estatal, conforme Paço Cunha (2021a, 2023b).

Fica claro, portanto, o caráter focalizado do pensamento administrativo-político enquanto derivação de um pensamento econômico mais amplo que abarca uma série de outras questões. A este respeito devemos retomar os apontamentos de Paço Cunha (2023) em seu esforço de apontar o conteúdo essencial¹¹ da Administração Política presente na obra de

¹¹ No esforço inicial de delimitação do conteúdo essencial da Administração Política a partir da leitura da obra do professor Reginaldo Souza Santos, Paço Cunha (2023, p. 5) aponta ser “inconteste que o conteúdo essencial é, em ‘última análise, [...] a forma pela qual o Estado se organiza e se estrutura para gerir o processo das relações sociais de produção’ (Santos; Ribeiro, 1993, p. 106). Trata-se da relação entre Estado (aparato administrativo-político) e economia capitalista (estrutura econômica e suas relações sociais de produção e distribuição). Esse conteúdo essencial recebeu o título de AP”.

Souza Santos já em materiais prévios ao ano de 1993¹² de tal forma que foi possível apreender “a presença do conteúdo propriamente dito desde os materiais mais regredidos até materiais próximos e posteriores a 1993, ainda que não empregassem a terminologia emprestada do verbete [Administração Política]” (Paço Cunha, 2023b, p. 26).

Ainda mais valiosas e elucidativas são as contribuições de Paço Cunha ao dizer que a “mobilização daquele conteúdo” da Administração Política por parte do autor baiano se deu de modo “integralmente associado ao território do pensamento econômico pelo qual transitou” (Paço Cunha, 2023b, p. 26). É possível reter dessa caracterização uma vez mais o pensamento administrativo-político enquanto derivação de um pensamento econômico mais amplo. A este respeito, a partir da análise do itinerário intelectual de Souza Santos, cabe o arremate por parte do autor ao apontar que

é possível verificar que essa trajetória percorrida pelo caminho do pensamento econômico, considerando as influências de certa tendência do marxismo e da clara posição keynesiana afinal prevalescente, **garante a possibilidade de sublinhar um subproduto, por assim dizer, como uma espécie de pensamento administrativo-político ocupado com a relação entre Estado gerencial e economia capitalista. [...] Tudo indica ser identificável uma espécie de quadrante do pensamento econômico voltado ao estudo positivo, normativo e crítico-radical daquilo que o Estado capitalista é eventualmente capaz de fazer e faz como gerente da economia do capital e suas contradições correspondentes.** O aspecto positivo e crítico-radical, no caso de Santos, assumiu nos materiais aqui considerados um peso cada vez menor se comparado às exigências de seu posicionamento normativo quanto àquilo que o Estado deve fazer como gerente da economia capitalista (acumulação do capital e harmonização social), sobretudo nas conexões entre tendências pós-keynesiana e desenvolvimentista voltadas a um “projeto de nação” orientado pelo “bem-estar” geral (Paço Cunha, 2023b, p. 26-27).

A passagem anterior é da maior importância uma vez que evidencia o interesse fundamental do *pensamento administrativo-político*: a “relação entre Estado gerencial e economia capitalista”. Além disso, evidencia a já prenunciada relação entre *pensamento administrativo-político* e pensamento econômico, donde o primeiro advém do segundo. Esta relação entre o “todo” e a “parte” fica claro com os apontamentos presentes na passagem onde lê-se que o *pensamento administrativo-político* se coloca enquanto “subproduto” ou ainda um “quadrante” proveniente do pensamento econômico.

Assim como já antecipado no início do presente subcapítulo, não é nosso intuito realizar um verdadeiro tratado a respeito da temática em foco. Desta feita, julgamos que os

¹² Assim como já fora aludido no primeiro subcapítulo desta seção, o ano de 1993 é considerado enquanto “seminal” para a Administração Política uma vez que foi marcado pela publicação do artigo *A administração política brasileira* de autoria de Reginaldo Souza Santos e Elizabeth Matos Ribeiro. Daí o interesse de Paço Cunha em demarcar a presença do “conteúdo essencial” da Administração Política já em obras anteriores ao celebrado ano de 1993.

apontamentos aqui feitos, ainda que breves, são capazes de embasar a delimitação daquilo que estamos tratando como *pensamento administrativo-político*. Concluindo, vale retomar uma interessante passagem de José Chasin na qual o autor aponta que não devemos “confundir ambições com necessidades” (Chasin, 1978, p. 75) de tal forma que os breves apontamentos aqui expostos auxiliam decisiva e suficientemente na consequente delimitação e compreensão daquilo que estamos tratando enquanto *pensamento administrativo-político*.

Uma vez feita tal delimitação, estamos agora aptos para melhor compreendermos o objeto ideológico sobre o qual este estudo se debruça: o *pensamento administrativo-político militar* expresso nos materiais do Instituto SAGRES. Vale ainda deixar indicado que, enquanto “expressão particular do pensamento econômico mais geral” (Paço Cunha, 2023b, p. 39), objeto ideológico de interesse desta pesquisa será eventualmente apreendido a partir do esforço de derivação de um *pensamento econômico militar* mais amplo, como veremos na etapa de *Resultados*. Esse incurso analítico de “depuração” fica assim, desde já, apontado enquanto possibilidade legítima e necessária para o cumprimento do objetivo do presente trabalho.

3.2 OS MILITARES E A POLÍTICA BRASILEIRA

O presente tópico está dividido em duas partes. A primeira delas tem por intuito apresentar breves apontamentos acerca do caminho que vai da histórica politização das Forças Armadas brasileiras até o desague na recente e decisiva atuação política dos militares brasileiros. Entretanto, mais do que apenas apontar uma série de acontecimentos, o objetivo é demonstrar que, ao fim e ao cabo, os militares nunca deixaram de estar ligados a política no Brasil ainda que, a depender do momento histórico, a politização das Forças Armadas influencie em maior ou menor grau os rumos do país. Por conseguinte, adicionalmente serão apresentados elementos fundamentais da atuação política militar recente na última década. Como será demonstrado, o período recente foi – e vem sendo – amplamente influenciado pela participação militar no direcionamento político do país. Para além da apresentação de elementos da evidente politização das Forças Armadas durante o período do Governo Bolsonaro, nosso intuito é demonstrar que esse processo já vinha ocorrendo há anos. Mais do que isso, o objetivo é demonstrar que a politização das Forças Armadas não se efetivou após a eleição do último governo, ao contrário, o possibilitou.

Por fim, na segunda parte serão apresentados os delineamentos da atuação política recente do Instituto SAGRES e, ainda que com menor ênfase, a atuação política de seus *think*

tanks parceiros para o período de 2014 a 2023. Sustentaremos que o Instituto SAGRES, junto ao Instituto general Villas Bôas e o Instituto Federalista e ainda outros grupos militares parceiros, exerceram fundamental influência nos desdobramentos sociais que desaguarão no quadro societal regressivo vigente. Buscaremos ainda apresentar, por meio da atuação política do SAGRES, a orquestrada e conjunta atuação dos militares brasileiros bem como evidenciar o completo enraizamento dos membros do SAGRES no aparato estatal assumindo cargos em diversos órgãos e sendo eleitos para os mais diversos postos em especial no Governo Bolsonaro. É também nosso objetivo posicionar o próprio Projeto de Nação no interior desse quadro de atuação política destes *think tanks* de tal forma que o documento se apresenta como sua mais bem acabada propositura diretiva para o país. Isto posto, salientamos uma vez mais que o período de 2014 a 2023 trata-se de uma baliza analítica e não de uma orientação limitante. Assim, acontecimentos e dados relativos a anos anteriores e/ou posteriores ao período delimitado poderão, eventualmente, compor o quadro geral que objetivamos apresentar.

3.2.1 Os militares e a política brasileira: do incessante processo de politização das Forças Armadas a atuação política militar recente

O presente subcapítulo tem como objetivo apresentar de forma sintética o processo de politização das forças armadas, processo este, em andamento desde a proclamação da República. A rigor, a formação das Forças Armadas no Brasil remonta ao período imperial, contudo, em especial por uma limitação temporal para a consecução da presente pesquisa, não é nosso intuito tecer aqui comentários acerca da atuação política militar neste período. Interessa-nos, portanto, efetivar uma breve e sintética apresentação acerca do processo da politização das Forças Armadas no período republicano de nossa história, desembocando no período atual marcado pela decisiva influência dos militares na cena política nacional.

Para a realização do objetivo pretendido, teremos a obra *República de Segurança Nacional* de Rodrigo Lentz como a baliza das discussões que seguirão. Entretanto, destacamos que o presente subcapítulo não tem como objetivo descrever uma série infundável de acontecimentos que marcaram a atuação política das Forças Armadas ao longo do período republicano, o que certamente tomaria um tempo do qual não dispomos para a conclusão do presente trabalho. Assim sendo, não sendo nosso intuito reproduzir aqui todos os apontamentos de Rodrigo Lentz, trata-se do esforço de jogar luz sobre momentos decisivos da politização das Forças Armadas evidenciando os desdobramentos de sua atuação política

sobre o *ideário militar brasileiro* e vice-versa. Em suma, trata-se de apontar sinteticamente que, ao fim e ao cabo, os militares brasileiros sempre estiveram atrelados a cena política do país.

Feitos estes apontamentos iniciais, salientamos que em seu livro, Rodrigo Lentz apresenta uma análise acerca da “fundação política da organização militar” a qual se deu durante o período de 1822 a 1889, desaguando “em sua primeira experiência na direção do poder do Estado” (Lentz, 2022a, p. 25). Entretanto, conforme aludido anteriormente, os apontamentos acerca deste período não serão trazidos à baila até mesmo porque, segundo o próprio autor, “somente na República foi que se desencadeou o desenvolvimento da politização dos militares” (Lentz, 2022a, p. 25).

Tomemos de partida, portanto, o primeiro período republicano analisado por Lentz, o qual vai do ano de 1889 ao ano de 1930. Neste período é possível destacar a evidente relevância da atuação das Forças Armadas já no nascedouro da República no Brasil, de tal forma que “pela primeira vez na história, o Exército assumia o consórcio de direção do poder político da sociedade nacional” (Lentz, 2022a, p. 38). A partir de um golpe *pelo alto*, ou seja, a partir da “aliança entre as elites civis e militares”, é proclamada a República, episódio que se coloca como o “ponto alto de um processo de mais de meio século de fundação política da organização burocrático-corporativa” (Lentz, 2022a, p. 38).

Contudo, mais do que descrever o envolvimento das Forças Armadas nos acontecimentos políticos que marcaram o período entre os governos de Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Washington Luís (1926-1930), interessa-nos apontar a “autonomia política” conquistada pelas Forças Armadas nesse período, passo decisivo tomado na trajetória da politização dos militares brasileiros. De acordo com Lentz (2022a, p. 41) “A primeira autonomia política foi assegurar às ‘forças de terra e mar’ o caráter de instituições nacionais e permanentes do Estado” o que “conferiu aos militares legitimidade política entre a elite civil, pois os equiparou ao próprio Estado e contribuiu significativamente para sua autonomia em relação ao poder civil”. Vale dizer que essa “legitimidade política” seguiu ao longo de todo o período republicano, uma vez que em todas as “Constituições republicanas do período (1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), foi preservado o caráter permanente e nacional da Força Armada” (Lentz, 2022a, p. 42).

Além dessa “primeira autonomia”, Lentz aponta ainda a “segunda autonomia” adquirida pelas Forças Armadas, a qual

se refere aos “direitos políticos” da instituição militar com uma elite política [...] Com a fundação política da organização, estava assegurada, na seção de “declarações de direitos” da nova Constituição, que a Força Armada teria “um foro especial nos delitos militares”: o Supremo Tribunal Militar (STM), com sua organização e atribuições a serem reguladas [...] Reconhecer no pacto político entre as elites nacionais essa autonomia visava garantir à organização militar condicionar a obediência ao poder civil à sua própria interpretação sobre a legalidade do comando político (Lentz, 2022a, p. 42-43).

Em suma, portanto, já estava elaborado naquele momento um “paradoxo” que vige ainda nos dias de hoje, o “dever de obedecer, mas o direito de deliberar sobre a própria obediência” (Lentz, 2022a, p. 44).

Ainda neste primeiro período da politização das Forças Armadas (1889-1930) parece-nos relevante pontuar que, uma vez findado o governo do também militar Floriano Peixoto (1891-1894) “Entrava em descenso a politização dos militares, mas longe de representar no horizonte seu afastamento da política” (Lentz, 2022a, p. 48-49). Inicia-se, portanto, um período marcado por presidentes civis, uma “nova fase em que os civis assumiam o protagonismo e os militares se tornavam coadjuvantes” (Lentz, 2022a, p. 49). Destes militares “coadjuvantes” destaca-se a figura de Hermes da Fonseca, ministro da Guerra entre os anos de 1906 a 1908, responsável por uma “reorganização do Exército em 1908” (Lentz, 2022a, p. 50). É da autoria de Hermes da Fonseca a realização de “mudanças profissionalizantes” nas Forças Armadas, entre elas a instituição do serviço militar obrigatório e a realização das “missões alemãs (1906, 1908, 1910), com o envio de oficiais brasileiros para as escolas militares germânicas” os quais trouxeram “novas ideias de profissionalização e uma concepção sobre o papel das Forças Armadas na sociedade Nacional” (Lentz, 2022, p. 51).

Por fim, destacamos deste período (1889-1930) a realização, na década de 1920, das “missões francesas” responsáveis por “formar ‘oficiais do Estado-Maior’ com uma cúpula hierárquica preparada para efetivamente planejar e controlar a atividade militar” (Sagres, 2022a, p. 62). Além do mais, as “missões francesas” levaram a introdução da concepção de “guerra total” no ideário militar brasileiro, uma “nova concepção de defesa [que] abrangia todas as dimensões relevantes da vida nacional, da preparação militar ao desenvolvimento industrial” (Lentz, 2022a, p. 62). Vai se desvelando, portanto, o fato de que as Forças Armadas brasileiras desde há muito estão diretamente ligadas aos direcionamentos políticos e econômicos do país. Soma-se a isso o contexto internacional marcado pela eclosão da revolução russa (1917) seguida da fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922) de tal

forma que já naquele período as “elites nacionais” aliadas a “cúpula da Força Armada, se engajavam no movimento anticomunista contra o ‘perigo vermelho’” (Lentz, 2022a, p. 56).

Para além deste período (1989-1930) que marca os primeiros passos da politização das Forças Armadas brasileiras, Lentz (2022a, p. 17) afirma que a “partir de 1930, o processo histórico da politização dos militares é apresentado em quatro gerações de segurança nacional”¹³ as quais “firmaram uma hegemonia interna, reduzindo progressivamente a pluralidade ideológica na organização militar por meio de intensas disputas políticas e diferentes graus de violência”. Isto posto, serão apresentados na sequência os momentos decisivos que marcam a politização das Forças Armadas no período da “primeira geração de segurança nacional” que vai de 1930 a 1946, conforme Lentz (2022, p. 17).

Como consequência de um golpe de Estado perpetrado por militares e civis, inicia-se o período que marca a “Ditadura de Segurança Nacional” que vai de 1930 a 1946. São vários os acontecimentos que influem decisivamente no processo da politização das Forças Armadas e os reflexos desse processo no *ideário militar* durante esse período, dos quais destaca-se, por exemplo, o fato de que

Nesse novo pacto político, a Força Armada manteve suas prerrogativas políticas da Constituição de 1891 (Brasil, 1891), mas com mudanças significativas: **pela primeira vez na história constitucional surgiu o termo segurança nacional**, ainda que sem definição, para regular a instituição militar e os direitos políticos e civis [...] Para além da “manutenção da lei” da Constituição anterior, **a Força Armada passou a ser responsável pela manutenção da ordem no plano interno** [...] A nova síntese de poder reconhecia à Força Armada sua atribuição institucional de garantir a estabilidade da nova ordem instituída pelos “revolucionários de 1930” – a ordem da segurança nacional independentemente da Lei. Não por acaso, **tal dispositivo viria a ser evocado como lastro constitucional das intervenções posteriores, retratadas como a própria função constitucional das Forças Armadas. Eis a gênese da segurança nacional: a sobrevivência de uma ordem social e política instituída por elites civis e militares que está acima da ordem constitucional ou da soberania popular** (Lentz, 2022a, p. 71, grifos nossos).

A extensa passagem anterior joga luz ao nascedouro da atribuição das Forças Armadas enquanto mantenedores da “Segurança Nacional”, elemento basilar ao ideário militar até os dias de hoje. Conforme aponta Lentz, a prerrogativa de estarem atuando no sentido da manutenção da “Segurança Nacional” será utilizada em outros momentos pelas Forças Armadas como forma de justificar fraseologicamente suas intervenções diretas sobre a política nacional.

¹³ São elas: 1) Ditadura de Segurança Nacional (1930-1946); 2) Democracia de Segurança Nacional (1946-1964); 3) Ditadura militar-civil de Segurança Nacional (1964-1988) e 4) O novo sentido da intervenção militar (1988-presente).

Ainda acerca deste período, é relevante destacar a existência de distintas correntes de pensamento dentro das Forças Armadas, fato que, como veremos, desaparecerá ao longo do processo de politização das Forças Armadas, um processo que perpetra o afinamento ideológico dos militares brasileiros ao longo dos anos. De acordo com Lentz (2022a, p. 74) havia neste período “cinco correntes militares cingidas em dois blocos”, em suma, de um lado, o “bloco comunista, liderados por Luís Carlos Prestes - minoritário, ligado ao Partido Comunista Brasileiro e representado pelos militares marxistas-leninistas” e de outro o “bloco anticomunista, amplamente majoritário, que agregaria quatro correntes ideológicas entre os militares” (Lentz, 2022a, p. 74). Não sendo do nosso interesse entrar nos pormenores de cada uma das correntes anunciadas, salientamos que, apesar das divergências político-ideológicas, as correntes do bloco anticomunista se aproximaram em torno do decidido combate ao “bloco comunista” neste período.

São diversos os acontecimentos que propulsionaram o anticomunismo por parte das Forças Armadas naquele período, sendo o principal deles o revisitado episódio da assim chamada “Intentona Comunista”. Ocorrida em 1935 em algumas cidades do Brasil, a “Intentona” foi decididamente derrotada pelas Forças Armadas brasileiras tendo sido “decisiva para o fortalecimento da segurança nacional” (Lentz, 2022a, p. 78). Vale ressaltar que a fracassada “Intentona” implicou em relevantes consequências naquele período. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta

Essa tentativa fracassada da esquerda (liderada por comunistas, mas com participação de pessoas sem militância também) provocou resposta violenta do Estado e dos setores sociais dominantes, que capricharam na repressão e na propaganda. Naquele contexto, foram criados (ou ampliados) aparatos legislativos e policiais que serviram para reprimir não apenas os militantes de esquerda, mas todo tipo de movimento social e liderança progressista. Além disso, construiu-se um aparato de propaganda que solidificou um imaginário anticomunista, ou seja, um conjunto de imagens e ideias socialmente enraizadas (Motta, 2021, p. 22).

Assim sendo, fica claro que o período em tela foi marcado pelo esforço de edificação do anticomunismo na sociedade brasileira e em especial dentro das Forças Armadas. A luta anticomunista desembocou em ações repressivas por parte do governo militar da época, das quais destaca-se a perseguição à Aliança Nacional Libertadora (ANL) liderada pelo capitão do Exército Luís Carlos Prestes, a qual “foi proscribida pelo governo de Getúlio Vargas, por iniciativa de Góes Monteiro¹⁴, sob a justificativa de infringir a ‘segurança nacional’” (Lentz, 2022a, p. 78). Daqui já é possível corroborar a alusão anteriormente apresentada por Rodrigo

¹⁴ Líder da corrente “transformação-conservadora” que uniu as correntes anticomunistas no período analisado (Lentz, 2022a, p. 77-78).

Lentz de que a prerrogativa de manutenção da “segurança nacional” foi efetivamente usada pelas Forças Armadas ao longo dos anos como forma de justificar intervenções e perseguições aos adversários político-ideológicos.

Além do mais, o anticomunismo das Forças Armadas arrimou a oposição a candidatura de José Américo, candidato às eleições de 1938, que “passou a ser considerado uma ameaça em uma ‘situação de alarma geral’ entre as elites civis e militares anticomunistas que o acusavam de promover ‘agitação proletária e das massas inconscientes’, se tornando, para essas elites da ordem, um ‘ambicioso criminal’” (Lentz, 2022a, p. 79). Neste contexto de escalada do anticomunismo “novamente uma ‘solução de força’ passou a ser defendida, com especial liderança de Góes Monteiro” desaguando no “autogolpe de novembro de 1937 que se antecipou à eleição de janeiro de 1938” (Lentz, 2022a, p. 80). Na orquestração do autogolpe militar de 1937 “cumpru papel decisivo a corrente integralista dos militares” em especial a figura do “general Olímpio Mourão Filho, diretor do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB)”, responsável pela elaboração do “Plano Cohen”, um documento falso “divulgado pelo próprio governo em 1937” que “simulava um plano da Internacional Comunista para implementar uma ‘ditadura judaico-comunista’ no Brasil” (Lentz, 2022a, p. 80). Este episódio do “Plano Cohen” foi o “estopim” para o autogolpe de 1937 que instaura o Estado Novo.

Com o advento do Estado Novo, os militares anticomunistas responsáveis pelo autogolpe apontam seus objetivos como sendo “o desenvolvimento econômico pela industrialização; a segurança interna e a defesa externa contra o comunismo” (Lentz, 2022a, p. 80) explicitando o estreito vínculo das Forças Armadas com os rumos políticos, econômicos e sociais do país naquela conjuntura. Em adição, foi também no período do Estado Novo que internamente o Exército buscou “o isolamento das pressões e disputas da sociedade” o que se verificou “na porta de entrada da sociedade na organização, com restrições de orientação ideológica (comunistas, anarquistas, socialistas, integralistas), religiosa (não católicos, sobretudo judeus), racial (negros) e de descendência (imigrantes)” (Lentz, 2022, p. 86), mais um importante passo dado, portanto, no sentido da homogeneização ideológica das Forças Armadas brasileiras.

Com o fim do “Estado Novo de Segurança Nacional” inicia-se o período da “Democracia de Segurança Nacional” (1946-1964), o qual marca importante fase do processo de politização das Forças Armadas. Ainda que marcado por um período de longevidade democrática, as Forças Armadas continuaram a exercer influência sobre a vida política do país neste período (1946-1964), em especial, como veremos, na articulação com civis na

preparação do golpe de 1964 que poria fim a este período democrático. Acerca deste período, parece-nos relevante trazer à baila a identificação de que à época a instituição militar ainda apresentava um quadro ideológico heterogêneo com distintas linhas de pensamento político o que se traduzia em um problema de “coesão ideológica” tanto interna, entre os militares, quanto com as lideranças civis. Por exemplo, a pluralidade ideológica interna “foi exposta durante as eleições de 1945, com a disputa entre duas chapas militares e a liderança de Prestes ecoando nos quartéis” (Lentz, 2022a, p. 99). Neste sentido, essa pluralidade ideológica foi identificada pelo Alto Comando como um problema de “coesão ideológica”, de tal forma que a promoção da unidade ideológica tanto interna quanto com as lideranças civis se tornou tarefa “Fundamental para a segunda geração de segurança nacional” (Lentz, 2022a, p. 99).

Neste período, portanto, “se afirmava a percepção da necessidade em se buscar a coesão ideológica entre setores sociais estratégicos da sociedade nacional” (Lentz, 2022a, p. 100). É a partir, portanto, dessa percepção que se coloca em andamento o projeto de criação da Escola Superior de Guerra (ESG), responsável pela elaboração de uma “doutrina de ação política de ação política conjunta entre civis e militares liderada pelas Forças Armadas - única instituição do Estado ‘nacional e permanente’”, conforme Lentz (2022a, p. 100).

Além do mais, é mister ressaltar o contexto global marcado pela “Guerra Fria” e o incessante combate ideológico entre Estados Unidos e União Soviética. Assim sendo, ocorre neste período decisivas aproximações entre as Forças Armadas brasileiras e as Forças Armadas norte-americanas de tal forma que “uma nova hegemonia militar se formou em favor da corrente liberal-conservadora intervencionista, devido a confluência de seus parâmetros ideológicos e interesses ao projeto de hegemonia dos EUA nos continentes americanos” (Lentz, 2022a, p. 103). É diante desse “quadro de influências que o governo de Gaspar Dutra criou a ESG brasileira” (Lentz, 2022a, p. 105) no ano de 1949, visando a aproximação entre militares e lideranças civis em torno da “coesão ideológica” ansiada. O esforço de efetivação de uma “coesão ideológica” entre militares e civis a partir da Escola Superior de Guerra pode ser sintetizado da seguinte forma:

Em relação aos civis, o objetivo era duplo: por um lado, auxiliar na capacitação dos oficiais militares da escola nos assuntos civis, em especial econômicos e administrativos voltados para a direção do poder político nacional, caso fosse necessário [...] De outra banda, urgia integrar os civis no pensamento de segurança nacional estabelecendo relações de camaradagem [...] um projeto amplo de hegemonia no contexto internacional – bipolaridade da Guerra Fria – visando tanto a formação ideológica quanto a articulação da ação política civil-militar brasileira (Lentz, 2022a, p. 105-106).

Vê-se, portanto, que a Escola Superior de Guerra nasce com o intuito de propiciar a articulação político-ideológica entre militares e civis. Ademais, a Escola foi vital no caminho trilhado para a “coesão ideológica” interna das Forças Armadas. Isto porque, uma vez identificadas as distinções ideológicas no interior do bloco anticomunista, “segundo a própria ESG, a primeira funcionalidade da escola seria promover o debate intelectual entre os militares anticomunistas em disputa capaz de produzir uma síntese voltada para a ação política conjunta de segurança nacional” (Lentz, 2022a, p. 108). Em suma, portanto, apesar das divergências ideológicas internas, “a finalidade estratégica da ESG era compartilhada entre os militares anticomunistas em disputa” (Lentz, 2022a, p. 109).

Entretanto, é mister ressaltar “a direção tomada pela escola, pendendo para a corrente liberal-conservadora intervencionista” (Lentz, 2022a, p. 109), corrente ideológica que irá imprimir definitivas marcas no ideário das Forças Armadas brasileiras. A atuação dos militares liberais-conservadores da Escola Superior de Guerra será decisiva ao longo da década de 1950 culminando no golpe de 1964. Por exemplo, nas eleições de 1960 “os militares liberais-conservadores da ESG se aliavam a Jânio Quadros” (Lentz, 2022a, p. 120), quem, como é sabido, saiu vencedor naquele pleito. Por conseguinte, as lideranças militares liberais-conservadoras da Escola Superior de Guerra ocuparam posição de destaque no governo de Quadros como é o caso do general Cordeiro de Oliveira que passou a chefiar o Estado Maior das Forças Armadas, o brigadeiro Gabriel Grün Moss como Ministro da Aeronáutica, o general Pedro Geraldo Almeida à frente do Gabinete Militar e coronel Golbery de Couto e Silva à frente do Gabinete da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, todos ligados a Escola Superior de Guerra (Lentz, 2022a, p. 122).

Sem adentrar os meandros de todo o percurso político analisado por Lentz, é importante ressaltar que “os militares do governo Quadros seriam aliados, mas não protagonistas” (Lentz, 2022a, p. 126). Além dos mais, como é sabido, Quadros apresenta em 1961 “uma inesperada renúncia, enquanto o vice-presidente eleito Goulart (PTB), sucessor constitucional, fazia viagem oficial à China” (Lentz, 2022a, p. 127). De acordo com Caio Navarro de Toledo o episódio em tela pode ser assim sintetizado:

A rigor, a renúncia constituía-se no primeiro ato de uma trama golpista. Julgava o demissionário que os ministros militares não apenas impediriam a posse de João Goulart, como também procurariam impor, juntamente com o massivo e sonoro “clamor popular”, o retorno do “grande líder”. Na sua fantasia, Quadros voltaria, pois, nos “braços do povo”. As ilusões do renunciante, contudo, logo se desvaneceram. Nem os ministros militares e, menos ainda, as massas populares tomaram qualquer iniciativa no sentido de reivindicar a volta de Quadros (Toledo, 1986, p. 7-8).

Uma vez frustrada a “trama golpista” de Quadros, fato é que “os três ministros militares¹⁵ reuniram-se para traçar um ‘veto’ militar à posse do líder nacional-trabalhista [João Goulart]” (Lentz, 2022a, p. 127). O “veto” militar é seguido por um pronunciamento oficial por parte dos três ministros militares “acusando Goulart, por suas ‘tendências ideológicas’, de promover ‘infiltrações comunistas’ e de ‘elementos esquerdistas’ no Estado brasileiro” (Lentz, 2022a, p. 128) entre outras acusações embebidas no anticomunismo: “demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista” (Toledo, 1986, p. 12). Ainda que frustrada, a tentativa de golpe perpetrada pelos ministros militares já deixava entrever “as digitais da doutrina de ação política gestada na ESG” (Lentz, 2022a, p. 128) de tal forma que a relevância da Escola na fundamentação do *ideário militar* se tornava cada vez mais evidente.

Entretanto, apesar das tentativas golpistas, Goulart toma posse como presidente do Brasil, entretanto, “sob o manto do regime parlamentarista” (Toledo, 1986, p. 20) o que ocasionou “redução considerável dos poderes constitucionais da presidência assumida por Goulart” (Lentz, 2022a, p. 130). Neste contexto, assume como primeiro ministro Tancredo Neves, egresso da turma de 1957 do Curso Superior de Guerra (CSG) da ESG (Lentz, 2022a, p. 130), mais uma evidência acerca da relevância da ESG naquele período. Isto posto, Lentz (2022a, p. 130) aponta que no curto período de vigência do regime parlamentarista (1961-1963) “o projeto da ESG de coesão ideológica entre civis e militares foi crucial”, preparando ideologicamente as Forças Armadas e lideranças civis com o fito de depor Goulart e tomar o poder. Contudo, vale adicionar que a Escola atuou ainda de forma coligada com outros *think tanks* atrelados a militares e civis liberais-conservadores dos quais se destacam o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), conforme demonstrou Dreifuss (1981).

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) operava com civis e militares liberais-conservadores tendo à frente de sua direção executiva já em 1961 a figura de Golbery do Couto e Silva, responsável por criar “por meio do Ipes, uma série de aparelhos que ligavam civis a setores das Forças Armadas e de Informações” (Lentz, 2022a, p. 131). Além do mais, potencializando a atuação do Ipes, Golbery “contava com a ligação com membros do alto escalão militar articulados pela ESG em torno do projeto de tomada do poder político” (Lentz, 2022a, p. 131), não podendo ser, portanto, desprezado.

¹⁵ Dentre eles, Grün Moss, ministro da Aeronáutica ligado à Escola Superior de Guerra, conforme aludido anteriormente.

Golbery é ainda responsável pela criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), *think tank* financiado pela CIA e pelo empresariado brasileiro e norte-americano, o qual atuou “Diretamente ligado à ESG e ao Ipes” servindo estrategicamente “como parte da doutrina de ação política de segurança nacional, visando a preparação das expressões do poder nacional no bojo da guerra revolucionária que, para os liberais-conservadores da ESG, chegava a seu auge com Goulart” (Lentz, 2022a, p. 136). Fica claro, por conseguinte, o papel de destaque ocupado pelos militares liberais-conservadores através deste conjunto de *think tanks* visando a preparação do terreno que culminaria com a deposição de Goulart em 1964.

Ademais, a atuação político-ideológico destes *think tanks* angariou decisiva influência sobre a mídia e a imprensa naquele decisivo período dado que “a ampla maioria dos empresários da imprensa do país estava mobilizada em torno da doutrina de ação política posta em prática pelo complexo ESG/Ipes/Ibad” (Lentz, 2022a, p. 138-139). Em decorrência do alinhamento ideológico entre a imprensa nacional e o “complexo ESG/Ipes/Ibad”, forjou-se “um discurso consensual na imprensa que visava legitimar o golpe de Estado liderado pelos militares e apoiado pelos civis desse complexo” além da construção da imagem de Goulart enquanto figura que fomentava a anarquia e a subversão (Lentz, 2022a, p. 139). A construção desse discurso pela imprensa foi fundamental para a concretização do golpe uma vez que “essa crença disseminada [...] foi capaz de unir as elites nacionais de oposição em torno dos militares liberais-conservadores da ESG” (Lentz, 2022a, p. 140).

Em decorrência de toda esta mobilização entre militares e civis, com a preponderância dos primeiros, forjou-se as condições para o golpe ansiado. Naquela conjuntura, a volta do presidencialismo “foi usada como ‘evidência’ do plano governista de implementar uma ‘república sindicalista’” (Lentz, 2022a, p. 140), forjando o “estopim” necessário para a efetivação do golpe. Além do mais, os chefes do Legislativo e Judiciário deram respaldo a toda a orquestração do golpe uma vez que o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou falsamente a vacância da presidência, o presidente do Supremo tribunal Federal, Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, egresso da turma de 1957 do CSG da ESG, reconheceu a vacância e nomeou o presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli, egresso da turma de 1953 do CSG da ESG, para assumir o Executivo (Lentz, 2022a, p. 141). Chega ao fim, dessa maneira, a “Democracia de Segurança Nacional” e entra em vigor a “Ditadura militar-civil de Segurança Nacional”.

A respeito do período correspondente à “Ditadura militar-civil de Segurança Nacional” cabe a ressalva de que, por razões óbvias, um sem número de episódios e acontecimentos da maior relevância poderiam ser aqui trazidos à baila. Contudo, em

decorrência da limitação temporal para a realização deste trabalho, objetivamos apontar na sequência tão somente alguns momentos decisivos do processo de politização das Forças Armadas que possuem, de uma maneira ou de outra, influência sobre o *ideário militar brasileiro*. Portanto, o intuito não é – e nem poderia ser – reproduzir aqui todos os apontamentos de Lentz acerca da “terceira geração de segurança nacional” e sim apresentar alguns momentos decisivos, cientes, de partida, das limitações da exposição que segue.

Retomando as contribuições Rodrigo Lentz, ressaltamos de partida que o regime instaurado após o golpe de 1964, a “Ordem de Segurança Nacional”, passou, como é sabido, por distintos governos formados por alianças militares-civis de tal forma que “apesar de comungar nos termos gerais do anticomunismo, [cada aliança] divergia sobre a leitura da conjuntura política e na escolha de estratégias e ações políticas” (Lentz, 2022a, p. 146). Entretanto, apesar das divergências, Lentz extrai “objetivos revolucionários” comuns a todas as alianças entre militares e civis daquele período, são eles:

consolidar estruturalmente a hegemonia do grupo da ESG na organização militar e garantir a coesão ideológica das instituições militares federais e estaduais; 2) reorganizar o sistema político e implementar o sistema de informações para a segurança nacional; 3) neutralizar a organização política do nacional-trabalhismo e eliminar os movimentos revolucionários e as resistências armadas; 4) realizar reformas no Estado e no sistema econômico para impulsionar uma concepção de desenvolvimento nacional; 5) preparar bases institucionais seguras para o retorno controlado da democracia eleitoral direta (Lentz, 2022a, p. 147).

Deste conjunto de “objetivos revolucionários” é possível notar que o grupo liberal-conservador da ESG que maquinou o golpe exercerá crescente influência dentro das Forças Armadas neste período bem como é possível captar a relevância dada a busca pela “coesão ideológica” interna e ao combate aos adversários ideológicos do regime, questões que implicarão, por conseguinte, em decisivos desdobramentos sobre o ideário militar. Isto posto, é possível dizer que esses “objetivos” já começaram a ser atingidos logo nos primeiros dias após o golpe de 1964. De acordo com Thomas Skidmore em seu livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*, imediatamente após o golpe iniciou-se a repressiva “Operação Limpeza”, de tal forma que o recém instaurado regime militar-civil

em 60 dias, suspendeu os direitos políticos e/ou cassou os mandatos eleitorais de 441 brasileiros, dentre os quais três ex-presidentes; seis governadores de estado; 55 membros do Legislativo federal; e vários diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos (Skidmore, 1991, p. 60).

Ainda pautados em Skidmore, é necessário exprimir que

As punições políticas não ficaram restritas aos civis; também os militares tiveram sua quota. Entre 1 de abril e 15 de junho, cerca de 122 oficiais foram forçados a se aposentar (embora com pensão integral). Muitos deles haviam feito oposição ao golpe, enquanto outros eram acusados de considerar o novo governo constitucionalmente ilegítimo. Outros ainda eram tidos como tão extremadamente golpistas, ou tão identificados com Goulart, que não podiam merecer confiança (Skidmore, 1991, p. 60).

Mais uma vez, portanto, vê-se que os “objetivos revolucionários” elencados por Lentz já começaram a se efetivar nos primeiros dias após o golpe de 1964, em especial em decorrência da promulgação do Ato Institucional nº1. Nestas circunstâncias está claro que as ações tomadas impactaram o *ideário militar* uma vez que propiciaram a almejada “coesão ideológica” interna em torno do liberalismo-conservador da aliança militar-civil ligada a Escola Superior de Guerra. A rigor, a relevância dos militares e civis ligados a ESG será evidente, em maior ou menor grau, em todos os governos militares.

A este respeito, tomemos a exemplaridade do primeiro presidente ditador, João Castelo Branco (1964-1967), militar ligado aos liberais-conservadores e ex-chefe do “departamento de estudos da ESG (1956-1958)”, conforme Lentz (2022a, p. 152). Soma-se a isso o fato de que “dos 18 ocupantes no gabinete da ditadura de Castelo Branco, 14 tinham vínculos com a ESG” (Lentz, 2022a, p. 156), o que atesta, mais uma vez, a relevância da corrente liberal-conservadora da ESG já nos primeiros dias da ditadura.

Entretanto, havia divergências ideológicas internas no governo de Castelo Branco, como é o caso do embate entre os liberais-conservadores e os antiliberais-conservadores, embate que, a rigor, irá perdurar durante todo o período ditatorial (1964-1985) (Lentz, 2022a, p. 156). Fato é que as divergências entre tais correntes tratavam-se “menos de objetivos e mais de estratégias para atingi-los” de tal forma que “as duas correntes estavam inseridas no programa político da Doutrina de Segurança Nacional da ESG” (Lentz, 2022a, p. 156).

A relevância e influência da “Doutrina de Segurança Nacional” em torno da manutenção da “Ordem de Segurança Nacional” a todo custo acabou impactando o *ideário militar*, em especial com relação à luta persecutória aos adversários político-ideológicos que marcaria os anos da ditadura. Outrossim, a influência da “Doutrina de Segurança Nacional” se fazia perceber claramente na criação do Serviço Nacional de Informações em 1964, tendo na figura de Golbery do Couto e Silva figura central para sua fundação (Lentz, 2022a, p. 161). Neste contexto, “a ESG também influenciou na formação profissional dos quadros do SNI, por meio da oficialização do Curso Superior de Informações” (Lentz, 2022a, p. 162).

Em suma, o SNI se trata de um mecanismo de Estado voltado à “produção de conhecimento sobre o poder da oposição política” e análise dos “impactos de acontecimentos políticos para identificar tendências, evitar surpresas e planejar a ação política na disputa pelo poder” (Lentz, 2022a, p. 161). Foi dessa maneira, portanto, que se configurou o governo da primeira aliança militar-civil em torno da manutenção da “Ordem de Segurança Nacional”, recaindo em “progressiva violência política contra dissidências, adversários e inimigos comuns” (Lentz, 2022a, p. 162). Ainda visando a garantia da “Segurança Nacional”, o primeiro governo ditatorial tomou uma série de medidas autoritárias e de caráter persecutório, das quais a “principal delas foi a derrubada completa da Constituição de 1946 e a imposição de uma nova carta política” (Lentz, 2022a, p. 168). A relevância da questão em torno da “Segurança Nacional” era tamanha que houve “a integral incorporação ao texto constitucional da Doutrina de Segurança Nacional” (Lentz, 2022a, p. 169). Em suma, “estavam criadas as bases fundamentais do novo Estado de Segurança Nacional a serem desenvolvidas pelas ditaduras seguintes” (Lentz, 2022a, p. 172).

E, de fato, tais “bases” continuaram a ser desenvolvidas já no governo de Costa e Silva (1967 e 1969). Eleito através do recém implementado sistema bipartidário (ARENA/MDB), o então ministro da Guerra Arthur da Costa e Silva, ligado a linha antiliberal-conservadora, representava a segunda aliança militar-civil. Entretanto, ainda que em algum grau divergente da linha liberal-conservadora, a vitoriosa vertente antiliberal-conservadora também estava orientada, como vimos, pela Doutrina de Segurança Nacional da ESG¹⁶. Com composição distinta ao primeiro governo militar, “a segunda aliança militar-civil avançou no alcance dos ‘objetivos revolucionários’ combinando o binômio segurança-desenvolvimento da doutrina da ESG” (Lentz, 2022a, p. 177).

Dentre as diversas medidas tomadas pelo governo Costa e Silva destacam-se a implementação do Ato Institucional nº 5, o “ápice da violência política [...] com base na Doutrina de Segurança Nacional” (Lentz, 2022a, p. 179) além da promulgação dos Atos Institucionais nº 13¹⁷ e nº 14¹⁸, claramente “consoantes à teoria de guerra revolucionária da

¹⁶ No governo Costa e Silva a Doutrina de Segurança Nacional exerceu, por exemplo, decisivas marcas sobre o conteúdo da nova Lei de Segurança Nacional (LSN) uma vez que em 1967, quando a LSN foi reeditada, “a segunda aliança incluiu expressamente a teoria da guerra revolucionária da Doutrina de Segurança Nacional da ESG, com dispositivos sobre a ‘segurança interna’, a ‘guerra revolucionária ou subversiva’, a ‘guerra psicológica’, as ‘ameaças ou pressões antagônicas’, aos ‘campos político, econômico, psicossocial e militar’, aos ‘inimigos, neutros e amigos’ e aos ‘objetivos nacionais’” (Lentz, 2022a, p. 170).

¹⁷ Através do qual conforme Lentz (2022a, p. 181) “foi criado o dispositivo legal do banimento de quem se tornasse, para a ditadura, ‘inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional’ (Brasil, 1969a)”.

¹⁸ Através do AI-14 “foram decretadas as penas ‘de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco’ nos casos de ‘guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva’ (Brasil, 1969b)”, conforme Lentz (2022a, p. 181).

Doutrina de Segurança Nacional da ESG” (Lentz, 2022a, p. 181). Após o afastamento de Costa e Silva por motivos de saúde assume uma “junta militar” responsável pela edição do Ato Institucional nº 17 visando “afastar dissidências minoritárias e aumentar a coesão ideológica da organização” (Lentz, 2022a, p. 185).

O conjunto de medidas tomadas foi fundamental no processo de politização das forças armadas, tendo como consequência o fato de que a partir de então “A política seria exercida não mais por uma fração de militares políticos [...] mas pela própria hierarquia da burocracia militar”, ou seja, a centralidade do processo estaria sobre a própria “organização militar” e não mais em um conjunto de indivíduos (Lentz, 2022a, p. 186). Além do mais, as medidas incorreram, não por acaso, no “estreitamento ideológico entre os liberais-conservadores e os antiliberais-conservadores”, conforme Lentz (2022a, p. 186). Em suma: “Tal reorganização militar garantiu autonomia da corporação para aplicar a ‘política do Exército’ na direção política da sociedade nacional, orientada de forma coesa pela Doutrina de Segurança Nacional” (Lentz, 2022a, p. 187).

Após o curto período de existência da “junta militar” conforma-se a terceira aliança militar-civil a qual assume o poder através da eleição indireta de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Neste contexto, a influência da “Doutrina de Segurança Nacional” já estava dada de partida, uma vez que no que diz respeito à conformação do gabinete de Médici “praticamente todos os ocupantes das pastas militares haviam passado pela ESG” (Lentz, 2022a, p. 188). Assim sendo, visando a realização dos persecutórios “objetivos revolucionários” de manutenção da “Segurança Nacional”, a “ditadura de Médici foi marcada pelo ápice do terrorismo de Estado” (Lentz, 2022a, p. 193). Dentre uma série de medidas tomadas destacamos aquela que melhor ilustra o aparelhamento da política nacional pelos militares, qual seja a construção de “mecanismos de controle político dos cargos eletivos para os poderes Executivo e Legislativo” de tal forma que supostamente visando um “perfil ‘apolítico’ e ‘técnico’ [...] Médici ‘elegeu’ os sucessores de 21 dos 22 governos estaduais” (Lentz, 2022a, p. 195).

Já em 1974, assume o general Ernesto Geisel (1974-1979), “exponente dos liberais-conservadores ligados à ESG” (Lentz, 2022a, p. 197). Efetiva-se, portanto, a quarta aliança militar-civil a qual “daria início a um novo ciclo de dominação política pela Ordem de Segurança Nacional” marcado pelo início do “processo ‘lento, gradual e seguro’ de abertura política”, conforme Lentz (2022a, p. 198). Assim como foi para todos os precedentes governos ditatoriais, o gabinete de Geisel estava alinhado, de uma maneira ou de outra, a Doutrina de Segurança Nacional da ESG, uma vez que ao menos no “âmbito militar, a

maioria [dos chefes de gabinete] seguia com vinculações com a ESG” (Lentz, 2022a, p. 198). Em suma, portanto “a ditadura de Geisel deu prosseguimento ao binômio segurança-desenvolvimento da doutrina da ESG adaptada à nova conjuntura interna de dominação política e não interrompeu as ações de terrorismo de Estado” (Lentz, 2022a, p. 204). Com o objetivo de preparar o terreno para a “autorreforma” que somente se concretizaria no governo ditatorial seguinte, o governo Geisel lança o “Pacote de Abril”¹⁹ visando as eleições de 1978 ao mesmo tempo que elabora a “Emenda Constitucional n. 11” responsável por “revogar os Atos Institucionais e Complementares, de forma que não contrariassem a Constituição de 1967” (Lentz, 2022a, p. 207). Em suma, o governo Geisel trilhou “os passos estruturais da desmobilização nacional” (Lentz, 2022a, p. 209).

Nas eleições de 1978 o general Figueiredo, militar liberal-conservador, é eleito à presidência iniciando, por conseguinte, o governo da quinta aliança militar-civil. Sintomática do perfil do novo governo, o gabinete de Figueiredo foi formado por 38 membros, dos quais 21 eram civis, “revelando um certo equilíbrio em relação aos ocupantes com formação militar” (Lentz, 2022a, p. 212). Contudo, apesar do fato de que dos 38 membros “apenas oito tinham alguma passagem pela ESG” é sabido que “as pastas diretamente ligadas às Forças Armadas foram ocupadas por militares com formação na ESG”, conforme Lentz (2022a, p. 212). Em suma, o governo Figueiredo “deu prosseguimento ao processo de ‘desmobilização nacional’ da doutrina da ESG” (Lentz, 2022a, p. 218). Dentre as medidas tomadas destacam-se a Lei de anistia política de 1979 e a reforma do sistema bipartidário ocorrida no mesmo ano (Lentz, 2022a, p. 219). Além do mais, é importante ressaltar a reforma do Estatuto dos Militares a partir da qual “se consolidaram os eficazes mecanismos de controle da politização dos militares, mantendo as atividades políticas dos membros da corporação subordinadas à política institucional do Exército” (Lentz, 2022a, p. 220).

Desta feita, as medidas tomadas pelo governo Figueiredo incorreram em um “cenário de estabilidade dinâmica da Ordem de Segurança Nacional” a partir do qual seriam realizadas as eleições - indiretas - de 1985 (Lentz, 2022a, p. 225). Assim sendo, com 70% dos votos válidos Tancredo Neves é eleito presidente, contudo, tendo falecido antes da posse, José Sarney, então eleito como vice-presidente, assume como o primeiro presidente civil em 21 anos, era “o fim da era dos militares no comando do poder político” (Lentz, 2022a, p. 227).

¹⁹ De acordo com Lentz (2022a, p. 205) o Pacote de Abril incorria na “prorrogação do mandato presidencial para seis anos, votação indireta de 1/3 dos senadores (senadores biônicos), aumento da bancada dos estados ‘Arenistas’, maioria simples para emendas constitucionais e incorporação da Lei Falcão (Brasil, 1976) às eleições gerais”.

Isto posto, vale dizer que, apesar do fim da ditadura militar-civil, não chegava ao fim a influência dos militares e de seu ideário sobre a vida política do país. Isto porque, mesmo após a efetivação da “transição transada”, para usar os termos de Chasin (2000a), “os militares permaneceram ocupando postos estratégicos no gabinete do Poder Executivo” de Sarney, além do mais “dos oito ocupantes, seis haviam passado pela ESG” (Lentz, 2022a, p. 229). A assim chamada “redemocratização” trata-se, portanto, de um “cenário de ausência de ruptura entre os governos e, mais, de uma certa continuidade” entre eles (Lentz, 2022a, p. 231). Em suma, conforme apontou Neto (2021, p. 24) “Pela forma como ocorrera a redemocratização, as corporações sentiam o novo regime como concessão de sua parte”.

Em decorrência deste cenário de não ruptura, a elaboração da nova Constituição, conforme Lentz (2022a, p. 231) teve como resultado “a normalização da autonomia dos militares pelos civis, com a definição de Forças Armadas e de suas funções, recebendo praticamente a mesma redação de 1967”. Por exemplo, apesar de pontuais alterações, “as Forças Armadas preservaram sua função política de ‘garantes’ das instituições democráticas, assim como a separação entre a ‘lei’ e a ‘ordem’” (Lentz, 2022a, p. 232). Além do mais, em decorrência da “forte presença e pressão dos militares na Constituinte” (Lentz, 2022a, 232) podem ser destacados a “camuflagem” da Doutrina de Segurança Nacional inserida, de uma maneira ou de outra, no conteúdo da Constituição de 1998. Soma-se a isso a manutenção da “autonomia de autorregulação de sua atividade política, por meio do Judiciário militar”, ou seja, “um nível de autonomia que nenhuma instituição de Estado possui, a não ser as Forças Armadas” (Lentz, 2022a, p. 233). Por fim, a Constituição de 1988, elaborada com decisiva participação militar, manteve as polícias e os bombeiros militares “como forças auxiliares e reservas do Exército, preservando inteiramente o controle das instituições de violência do Estado” (Lentz, 2022a, p. 233). Em suma, a nova Constituição manteve praticamente intocadas as prerrogativas legais que sustentaram e que possibilitaram a intromissão das Forças Armadas na cena política do país ao longo de todo o século XX.

Ficam assim apresentados, de forma bastante sintética, alguns momentos decisivos que demarcam a trajetória da politização das Forças Armadas brasileiras desde os primeiros dias da República até o fim da ditadura civil-militar. Conforme vimos em Rodrigo Lentz, ao longo do período de atuação das três primeiras “gerações de segurança nacional” (1889-1988), os militares brasileiros impactaram, em maior ou menor grau, os rumos políticos do país. Sumariamente, podemos destacar que a incessante trajetória de politização das Forças Armadas foi marcada, dentre outras coisas, pela estreita e vital relação entre militares e civis, pelo fortalecimento do anticomunismo e a ojeriza a qualquer movimento político-social das

massas trabalhadoras, pela consolidação da Doutrina da Escola Superior de Guerra enquanto documento oficial que fundamenta o *ideário militar brasileiro* bem como parametriza a atuação política das Forças Armadas brasileiras e o decisivo afinamento ideológico das Forças Armadas ao longo dos anos, a “coesão ideológica”, desembocando, ao fim e ao cabo, no triunfo do liberalismo-conservador, o qual defende preceitos liberais em termos econômicos e conservadores em termos políticos, ideológicos e sociais.

Isto posto, podemos agora afirmar que o vigente contexto político marcado pela escalada da participação das Forças Armadas na vida política do país não é uma exceção em sua história, é antes reiteração desta. Dito de outra forma, o contexto vigente está inserido na trajetória de politização das Forças Armadas, um caminho que, como vimos, vem sendo trilhado, de maneira incessante, desde os primeiros dias da República. E são várias as interpretações para a intensificação recente da politização das Forças Armadas que teve como ponto alto o período do governo Bolsonaro (2019-2022).

Longe de ser do nosso interesse trazer aqui uma série de interpretações a este respeito, nos parece coerente retomar as contribuições de Rodrigo Lentz, responsável por apontar, ainda que de forma pontual e ensaística, que a recente politização das Forças Armadas, em especial após o ano de 2016 que culmina no governo Bolsonaro, não é casual, ao revés paga tributo a trajetória de politização das Forças Armadas que, a rigor, não cessou com o fim da ditadura. Além do mais, a recente intensificação da politização militar pagaria tributo ao “sistema de crenças da doutrina da ESG”, doutrina que, como vimos, ao longo da trajetória da politização das Forças Armadas consolidou-se “como o pensamento hegemônico da instituição militar” (Lentz, 2022a, p. 287). Assim sendo, o autor destaca que aquela que foi “a principal doutrina da ditadura de 1964” continua sendo reeditada até os dias de hoje, de tal forma que entre 1988 e 2019 houve 12 novas edições da Doutrina da Escola Superior de Guerra (Lentz, 2022a, p. 288).

Há também a interpretação de Piero Leirner de que a atuação política recente dos militares brasileiros que culmina na conquista do Estado está inserida “pelo menos desde 2013” em uma “modalidade de guerra [...] uma guerra híbrida” (Lentz, 2021, p. 107). Segundo o autor, a “guerra híbrida” travada em tempos recentes teve como figura central um grupo de generais que “conscientemente [...] articulou certos procedimentos, emplacou certas visões e viabilizou uma movimentação do conjunto da tropa” (Leirner, 2021b, p. 108). De forma bastante sintética a “guerra híbrida” se efetiva de forma dissimulada, transmutando a guerra convencional na política da vida cotidiana, ou seja, “uma definição de guerra híbrida passa pela eliminação da fronteira entre estes dois planos [guerra e política]: não há

‘continuação por outros meios’, um é o meio do outro” (Leirner, 2021b, p. 110). Neste sentido, o autor aponta que a “guerra híbrida” angariada por parte do generalato brasileiro ocorreu primeiramente “no interior das próprias Forças Armadas, que foram alvo de campanha eleitoral de Bolsonaro desde 2014” (Leirner, 2021b, p. 121). A este respeito:

Durante quatro anos, um grupo de generais passou a publicar e dar palestras nas escolas militares convencendo seus pares de que o Brasil estaria sendo alvo de uma guerra híbrida conduzida pelo próprio governo Dilma Roussef, e depois do impeachment dela a guerra continuou e se intensificou, sendo travada pelo PT, junto com ONGs, ONU e organizações populares e sociais (índios, quilombolas, sindicatos, Igreja) [...] um dos seus principais instrumentos foram a Escola Superior de Guerra e think tanks gaúchos, muito ligados aos principais generais que hoje estão em cargos importantes do Governo: Hamilton Mourão, vice-presidente; Augusto Heleno, ministro do GSI; Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército e depois conselheiro do GSI, entre outros. Todos eles, de diferentes formas, desde 2014 passaram a atuar dentro e fora dos quartéis na construção de dois elementos interligados: a hipostasiação de um “inimigo interno” na figura do PT e da esquerda, e a solução a partir de uma candidatura ligada aos militares. Posteriormente, então, isso se replicou numa estratégia de guerra desdobrada na própria campanha eleitoral de Bolsonaro, cujo resultado todos agora sabemos qual foi (Leirner, 2021b, p. 121-122).

Assim sendo, o autor defende a não-casualidade do quadro de politização recente das Forças Armadas e tampouco a espontaneidade do governo Bolsonaro, tendo sido orquestrado por parte do generalato a partir de estratégias próprias da “guerra híbrida”. Soma-se a isso o fato de que Bolsonaro participou “só em 2017, de ao menos doze eventos realizados em unidades militares. E nesses eventos estavam aqueles que iriam compor sua base ministerial” (Santos, 2021, p. 165).

Ainda outras interpretações e apontamentos acerca da atuação política recente das Forças Armadas poderiam vir à baila, como é caso da “criação em 2011 da Comissão Nacional de Verdade (CNV), que incomodou profundamente os militares” (Fuccille, 2021, p. 212) tendo sido imediatamente contrariada por *think tanks* ligados a militares da reserva (Chirio, 2021). Entretanto, não sendo o intuito do presente subcapítulo deslindar as origens do governo Bolsonaro, salientamos que sua candidatura angariou, de uma maneira ou de outra, candidaturas por parte de figuras militares dado que nos idos de 2018 “71 militares, integrantes das três Forças, lançaram candidaturas pelo PSL e por partidos de direita e centro-direita”, em especial militares formados nas turmas de 1973 a 1977 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) (Santos, 2021, p. 165).

Uma vez eleito, Bolsonaro estaria cercado de figuras militares, e são vários os apontamentos que o atestam. Por exemplo, é sabido que, durante seu governo, Bolsonaro empregou 79 militares contemporâneos de seus tempos de Aman para comandar e/ou atuar

em distintos órgãos públicos (Oliveira, 2023). Além do mais, ainda durante o governo Bolsonaro, “em junho de 2020, nove dos 22 ministros, incluindo o da Defesa, eram militares” (Santos, 2021, p. 165). Soma-se a isso a efetiva escalada do generalato que “orquestrou” a candidatura de Bolsonaro a posições de destaque no governo passado de tal forma que, também no ano de 2020 era sabido que:

Entre os 17 generais-de-exército da 304^o RACE²⁰ em 2016, todos hoje na reserva, há um vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características públicas. O próprio comandante do Exército [general Villas Bôas], dirigente da reunião, é assessor ministerial [GSI] no governo (Souza, 2021, p. 126).

Desta feita, ainda que muitos outros apontamentos pudessem ser aqui apresentados, sustentamos que a breve discussão aqui realizada já é suficientemente capaz de evidenciar o fato de que os militares desempenharam papel fundamental no governo anterior. Como veremos a partir das discussões que seguem, essa afirmação se confirmará ainda mais.

Fica, portanto, concluído o objetivo do presente subcapítulo, qual seja, apresentar breves apontamentos acerca da histórica trajetória de politização das Forças Armadas, um caminho que vai dos primeiros passos da República à intensa atuação política por parte dos militares durante o governo passado. O objetivo último foi, portanto, tecer uma espécie de “pano de fundo” que permita a melhor compreensão da atuação política do Instituto SAGRES e de seus *think tanks* parceiros, igualmente intensificada durante a última década. Em suma, estaremos agora melhor habilitados a analisar a atuação política recente do Instituto SAGRES, de seus membros e de seus parceiros, porquanto “posicionada” em meio a um contexto mais amplo de intensa politização das Forças Armadas em tempos recentes. Como veremos no próximo subcapítulo, este contexto mais amplo de politização das Forças Armadas certamente se fará sentir na atuação política do Instituto SAGRES, de seus membros e *think tanks* parceiros.

3.2.2 A atuação política do Instituto SAGRES e de seus *think tanks* parceiros (2014-2023)

O presente subtópico tem como objetivo apontar elementos da atuação política por parte do Instituto SAGRES, de seus membros e *think tanks* parceiros para o recorte do período de 2014 a 2023. O intuito último é demonstrar que o Instituto em tela e seus membros

²⁰ Trata-se da “Reunião do Alto Comando do Exército”, através da qual “cinco vezes ao ano, a cúpula hierárquica discute os temas mais relevantes da instituição” (Souza, 2021, p. 125).

e parceiros possuem forte atuação política no Brasil recente dando, em momentos diversos e de maneiras diversas, direcionamentos aos conflitos. Mais do que isso, pretende-se apresentar as distintas formas como o Instituto SAGRES o faz. Evidencia-se assim uma variedade de formas pelas quais o Instituto atua politicamente, seja por meio de seus projetos de consultoria à órgãos públicos e organizações privadas, seja através de sua influência no meio militar, seja pela ação conjunta com segmentos do Exército brasileiro, pela parceria com outros *think tanks*, pela publicação de artigos ou até mesmo por meio de publicações em redes sociais como bem será demonstrado.

Ressaltamos ter sido da maior importância a consulta a jornais, revistas e blogs para a delimitação das ações fundamentais que compuseram o quadro de atuação política recente do Instituto SAGRES e de seus parceiros e o(s) meio(s) como o fazem. O intuito será, portanto, demonstrar a atuação política pensada e arquitetada pelo Instituto SAGRES, sempre junto a outros *think tanks*, grupos políticos e figuras políticas e/ou militares, a qual elevou-o a um posto de relativo protagonismo durante o Governo Bolsonaro, culminando com o lançamento de seu Projeto de Nação no ano de 2022. Antes de tudo, entretanto, se faz necessário apresentar com maior nível de detalhe o próprio Instituto SAGRES.

Fundado em 2004, o Instituto SAGRES se configura enquanto “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, Brasil” (Sagres, 2016, p. 1). Além da definição jurídica, em seu site oficial²¹ o Instituto se declara como “um Think Tank orientado para Política, Estratégia, Planejamento, Gestão e Prospectiva, com capacidade para articular e mobilizar atores em âmbito nacional e internacional” (Sagres, [s.d.a]). Assim, tendo sido criado por seis militares²² - todos coronéis com ampla formação acadêmica militar - e entendendo-se enquanto um *think tank*, o Instituto SAGRES carrega desde seus primeiros dias de existência intrínseca associação com a questão militar, além dos declarados anseios de atuar em sinergia com distintos atores na prestação de seus serviços de consultoria e disseminação de ideias dos mais variados temas.

No que diz respeito a sua diversificada gama de atuação prática o Instituto tem “por finalidade promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, bem como eventos, consultorias, capacitação, cursos, palestras, conferências, desenvolvimento e

²¹ Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>.

²² São eles: Homero José Zanotta Vieira, José de Fátima Moura Leal, José Olavo Coimbra de Castro, Mário Giussepp Santezzi Bertotelli Andreuzza, Raul José de Abreu Sturari e Sérgio de Sousa Cirillo. Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>.

treinamento” (Sagres, 2016, p. 1) em diversas áreas. As 14 áreas de atuação do SAGRES, segundo seu estatuto são: 1) Política e Estratégia; 2) Planejamento e Gestão Estratégica, pública e empresarial; 3) Desdobramento e Alinhamento, tático e operacional, da Estratégia organizacional; 4) Prospectiva Estratégica; 5) Relações internacionais; 6) Defesa, preservação e conservação do Meio Ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; 7) Segurança e Defesa; 8) Inteligência Estratégica; 9) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; 10) Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; 11) Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; 12) Logística e gestão de recursos; 13) Ciência, tecnologia e inovação e 14) Comunicação Social e Gestão de Crises (Sagres, 2016, p. 1-2).

Fica claro, a partir dessa prévia apresentação, que o instituto em tela se entende preparado para atuar nas mais diversas áreas. Mais do que isso, destacamos que esse conjunto de 14 áreas constitui um amplo leque de atuação que acaba potencializando a possibilidade de impacto por parte do Instituto no direcionamento das ações de órgãos públicos uma vez que uma das formas de atuação do Instituto SAGRES segundo seu estatuto é:

V - Formular e propor planos, programas, projetos e atividades destinados ao desenvolvimento político, econômico, social, científico-tecnológico e ambiental do Brasil ou territórios específicos (estados, municípios, regiões metropolitanas, regiões de desenvolvimento integrado, consórcio de municípios etc.), oferecendo-os para implementação, em parceria com o Poder Público (Sagres, 2016, p. 3).

Assim sendo, é possível notar de partida o interesse declarado do Instituto SAGRES em atuar junto ao Poder Público a partir dos mais diversos projetos de consultoria. Esse interesse é ainda corroborado pela 9ª forma de atuação do SAGRES segunda a qual o Instituto teria como objetivo “IX - Colaborar com os governos federal, estaduais e municipais, como também com instituições governamentais, em programas e projetos aderentes às finalidades do SAGRES” (Sagres, 2016, p. 3). Destaca-se dessas duas formas de atuação previamente citadas os declarados anseios do Instituto em atuar em parceria com o Poder Público seja nas instâncias federal, estadual ou municipal. Esse anseio, como veremos, se torna realidade e a intrusão direta do Instituto SAGRES nos andamentos da política brasileira através de seus projetos de consultoria começa a se desvelar.

Seguindo a trilha indicada de uma forma de atuação política do Instituto SAGRES por meio de parcerias com o Poder Público destacamos a realização de diversas consultorias ao longo dos anos aos mais diversos órgãos públicos. Remontando ao período de 2014 até 2021 ressalta-se o recebimento de recursos do Executivo Federal em 21 ocasiões por parte do

Instituto SAGRES, a partir de apuração realizada pelo jornal *Brasil de Fato* (Motoryn, 2022). Entre 09/02/2014 e 31/05/2021 o Instituto SAGRES recebeu um total de R\$720.000,00 em 21 lançamentos advindos de importantes órgãos federais (Motoryn, 2022). Segue abaixo todos os órgãos que firmaram parcerias com o SAGRES e o valor de cada lançamento durante o período demarcado:

Tabela 1 - Recursos do Executivo Federal recebidos pelo Instituto SAGRES entre 2014 e 2021

Data	Órgão superior	Valor recebido (em R\$)
09/02/2014	Ministério da Defesa	36.860,00
25/03/2014	Ministério da Defesa	54.790,00
07/05/2014	Ministério da Defesa	67.980,00
13/05/2014	Embrapa	9.600,00
06/07/2014	Ministério da Defesa	101.190,00
06/07/2014	Ministério da Defesa	73.560,00
06/07/2014	Ministério da Defesa	33.670,00
30/11/2014	Ministério da Defesa	3.862,50
30/11/2014	Ministério da Defesa	73.387,50
26/08/2015	Banco Central do Brasil	13.500,00
16/09/2015	Banco Central do Brasil	16.200,00
15/10/2015	Banco Central do Brasil	29.700,00
14/05/2017	Secretaria da Receita Federal	604,80
14/05/2017	Secretaria da Receita Federal	128,00
14/05/2017	Secretaria da Receita Federal	5.667,20
03/09/2019	Ministério da Agricultura	303,20
03/09/2019	Ministério da Agricultura	14.853,70
07/02/2021	Ministério das Comunicações	300,00
07/02/2021	Ministério das Comunicações	14.700,00

31/05/2021	Codevasf	8.500,00
31/05/2021	Codevasf	161.500,00
Total		720.856,90

Fonte: Motoryn (2022)

Fica explícito, a partir dos dados da tabela acima, que o Instituto SAGRES vem de fato concretizando seus objetivos declarados em seu estatuto. Nosso intuito, entretanto, não é apenas deixar indicado as parcerias estabelecidas entre o SAGRES e órgãos públicos federais; mais do que isso, o intuito é demonstrar *como* a atuação política do Instituto SAGRES e de seus membros se verifica *a partir* da análise dessas parcerias.

Jogando luz sobre a prestação de serviço mais recentemente apurada, o SAGRES recebeu R\$170.000,00 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em duas ordens de lançamento distintas relativas à realização do Fórum de Desenvolvimento do Semiárido o qual foi organizado justamente pelo SAGRES e outros órgãos governamentais, segundo Motoryn (2022). O Fórum de Desenvolvimento do Semiárido 2020 foi uma iniciativa realizada pelo Instituto SAGRES em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido²³, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

O Fórum, realizado em dezembro de 2020, adquiriu reconhecimento tendo sido patrocinado por diversas empresas e contado com a participação do então vice-presidente da república, o general Hamilton Mourão, responsável pela abertura oficial do evento (Sagres, [2020]; Motoryn, 2022). A iniciativa teria como objetivo fomentar debates e gerar ideias e propostas a serem implementadas na região do semiárido brasileiro. Além disso, o Fórum de Desenvolvimento do Semiárido “busca, também, a promoção da integral implementação do PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO (PDS)” (Sagres, [2020]).

Tendo esse objetivo definido, após o término do evento o Instituto SAGRES ficaria responsável por consolidar todos os temas e ideias debatidos e apresentar “as conclusões à Codevasf e à Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido, conteúdo que dará base para a conversão do Plano em um Projeto de Lei, a ser levado para aprovação no Congresso Nacional” (Sagres, [2020]). Evidencia-se daí a atuação direta do Instituto SAGRES na

²³ Frente Parlamentar coordenada pelo militar general Eliéser Girão também um dos responsáveis pela criação e direção da Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina, a qual será comentada ao longo do trabalho. Os demais membros da Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido podem ser consultados em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54051>.

elaboração de um documento diretivo de políticas públicas para a região do semiárido brasileiro. Entretanto, a atuação política do SAGRES nesta empreitada vai além da prestação de consultoria e organização do Fórum de Desenvolvimento do Semiárido e do Plano de Desenvolvimento do Semiárido.

No site do Instituto SAGRES é possível ter acesso a um vídeo no qual o deputado federal Eliéser Girão Monteiro Filho, um general da reserva, deixa claro que o Fórum de Desenvolvimento do Semiárido nasce enquanto iniciativa da Frente Parlamentar em Prol do Semiárido, coordenada pelo próprio general (Sagres, [2020]). Assim sendo, a atuação política do Instituto SAGRES por meio da consultoria prestada para a realização do Fórum ganha outra dimensão quando se tem que Raul Sturari, então presidente do Instituto SAGRES atuou “de fevereiro de 2019 a abril de 2021” enquanto “secretário parlamentar na Câmara, justamente no gabinete de Girão” (Motoryn, 2022). A informação é endossada pelo boletim *O lobby dos militares no Legislativo* publicado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social ao apontar que Sturari atuou como “chefe de gabinete” do deputado Girão “entre 2019 e 2021” (Tricontinental, 2023, p. 18).

Daí se tem apontado com clareza a sinergia de ação entre o Instituto SAGRES e seus membros junto a figuras políticas e partidos. Mais do que isso, aponta para vínculos pessoais entre os membros do SAGRES e tais figuras, vínculos que certamente potencializam a atuação do Instituto. Para o caso anterior, o próprio presidente do Instituto SAGRES, ocupando cargo público, fez valer dessa forma de atuação angariando uma parceria que rendeu financiamento por parte da Codevasf²⁴. Evidenciando ainda mais a pessoalidade nas tratativas entre o SAGRES e o general Girão é possível ler em matéria da *UOL* de 4 de outubro de 2023 que “A verba da Codevasf foi destinada ao instituto a partir de uma emenda do deputado bolsonarista General Girão” (Neves, 2023).

A atuação conjunta entre o SAGRES e as iniciativas do general Girão não param por aí. Houve nos últimos anos a divulgação no site oficial do Instituto SAGRES de ideias da chamada “Frente parlamentar mista dos conservadores da América Latina” mais uma iniciativa na qual o general Girão²⁵ desempenhou papel decisivo. A tal frente parlamentar que,

²⁴ O Instituto SAGRES recebeu um total de R\$170.000,00 para a realização do Fórum de Desenvolvimento do Semiárido. Informação disponível no *Portal da Transparência*: <https://portaldatransparencia.gov.br/busca/pessoa-juridica/07132495000151-sagres---politica-e-gestao-estrategic-a-aplicadas?paginaçãoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Corgao%2CunidadeGestora%2CnumeroLicitacao%2CdataAbertura&id=23944882>.

²⁵ Publicado em 8 de novembro de 2020 no site oficial do general Girão tem-se documentada a criação da frente parlamentar. De acordo com o site do general, foi a partir do “elevado espírito de discutir ideias que um grupo de parlamentares se reuniu com o Ministro das Relações Exteriores, em 14 de outubro último, com vistas a criar um polo de sinergias que permita a convergência de representantes legislativos de toda a América Latina para

por si só, já é indicativo da vigência do processo de politização das Forças Armadas, publicou no ano de 2020 um documento intitulado *Manifesto Conservador n° 1 – o embrião*, o qual foi ecoado pelo SAGRES em seu site oficial reforçando os claros entrelaçamentos e, em especial, o alinhamento ideológico entre o Instituto e figuras políticas militares. O conteúdo do tal *Manifesto* será tratado no capítulo de “Resultados” (Capítulo 5) uma vez apresenta ideias e elaborações quase idênticas àquelas contidas no Projeto de Nação do SAGRES, auxiliando no esforço de apreensão do *pensamento administrativo-político* militar. Além do mencionado *Manifesto*, ainda outros três artigos²⁶ de autoria do general Girão foram divulgados no site oficial do Instituto SAGRES.

Ao fim e ao cabo, essa sinergia entre o SAGRES e as iniciativas do deputado federal general Girão se justificam, em especial, pela sinergia existente entre os militares a qual é possibilitada pela própria trajetória de formação e atuação dos militares brasileiros, os quais – em especial os de patentes mais alta – estabelecem contato profissional e/ou pessoal em distintos momentos de suas carreiras. Dito isso, é mister ressaltar que tanto o então presidente do SAGRES, o coronel Raul Sturari quanto o general Girão, para além de terem atuado juntos em tempos recentes na Câmara dos Deputados, são ambos bacharéis em Ciências Militares formados na mesma turma (Infantaria) no ano de 1976 pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), conforme informações biográficas disponíveis tanto no site do SAGRES²⁷ quanto no site oficial do deputado general Girão²⁸. Entretanto, esse vínculo entre o general Girão e o SAGRES não se restringe a figura de Sturari; não podemos perder de vista que ao menos cinco dos seis membros fundadores do Instituto SAGRES são formados exatamente pela mesma turma de 1976 da Aman²⁹.

discutir e promover os mais caros ideais democráticos, conservadores e liberais. Além do nosso anfitrião, o Chanceler Ernesto Araújo, estavam presentes o Senador Eduardo Girão e os Deputados Bia Kicis, Daniel Silveira, Osmar Terra e eu, General Girão, honrado com as funções de relator” (Girão, 2020a). Foi assim que segundo o deputado general Girão: “resolvemos criar a **Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina**, ao tempo em que estamos buscando, sob a liderança da Deputada Bia Kicis, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão, no Senado Federal, angariar os apoios necessários, no âmbito do Congresso Nacional, para a criação da **Frente Parlamentar Mista Conservadora**” e ainda: “Novos passos estão sendo dados a cada dia, como a reunião com senadores colombianos e a reunião com o Ministro Fábio Faria, com a participação de vários outros parlamentares, como o deputado Coronel Chrisóstomo e a deputada Major Fabiana” (Girão, 2020a). Disponível em: https://generalgirao.com.br/a_convergencia_dos_ideais_conservadores/.

²⁶ Os artigos de autoria do general Girão intitulam-se *Princípios da Potiguaridade*, *Sexta-Feira de Cinzas e Pela Vida e Pelas Obras Essenciais*; tratam-se respectivamente dos artigos de número 113, 116 e 118 disponíveis no site do Instituto SAGRES: <https://sagres.org.br/opiniao/>.

²⁷ Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>.

²⁸ Disponível em: <https://generalgirao.com.br/quem-sou/>.

²⁹ Segundo as biografias disponíveis no site do SAGRES, é possível afirmar que cinco dos seis fundadores do Instituto são formados em Ciências Militares pela turma de 1976 da Aman. A possível exceção seria Sérgio de Souza Cirillo, a respeito de quem o site oficial do Instituto SAGRES não informa com clareza o ano em que

Tal fato, que indica o estabelecimento de relações pessoais entre as partes já há anos, não pode ser desconsiderado quando nos propomos a entender a atuação política do SAGRES através de sua intensa sinergia com as iniciativas do general Girão. Outrossim, dá novos contornos para compreendermos a indicação de Raul Sturari para o cargo de secretário parlamentar de seu velho conhecido, uma espécie de reedição em menor escala da política de indicações utilizada pelo chefe do Executivo Federal naquele mesmo período³⁰.

Seguindo a trilha indicada de atuação direta dos membros do SAGRES em cargos públicos e suas relações sinérgicas com entidades e figuras políticas temos o coronel Mário Andreuzza, atual membro do Conselho Consultivo e ex-presidente do Instituto SAGRES³¹ entre os anos de 2011 e 2014. Matéria de 2021 do jornal *Intercept Brasil* ratifica esta forma de atuação política, ao apontar que o Instituto SAGRES atua por meio de “ligações partidárias com a extrema direita” (Martins, 2021). Além disso, a matéria aponta as ligações partidárias do coronel Mário Andreuzza e destaca sua atuação política enquanto coordenador da bancada do Partido Social Liberal (PSL) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Para além de sua atuação na Assembleia, é possível ler em outro lugar que o coronel da reserva “participou ativamente das campanhas de Mourão e do tenente coronel Zucco” (Tricontinental, 2023, p. 25). Tendo atuado fortemente no apoio a candidatos militares nas eleições de 2022, destaca-se em especial o apoio de Andreuzza ao então candidato a senador pelo Rio Grande do Sul, o general Hamilton Mourão tanto em eventos presenciais quanto em suas redes sociais³². O apoio por parte de Andreuzza à candidatura do general, ao que tudo indica, rendeu-lhe a indicação para compor a equipe de Mourão no Senado Federal, conforme Tricontinental (2023).

As relações do SAGRES com o ex-vice-presidente da República, entretanto, não se dão apenas por intermédio de Andreuzza. Quando do exercício do cargo de vice-presidente, Mourão esteve presente em diversos eventos promovidos pelo SAGRES. Assim como já

conclui sua formação na Aman. Em suma, Cirillo é igualmente graduado pela Aman, ficando apenas ausente a informação do ano de conclusão de sua graduação. Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>.

³⁰ Entre 2019 e 2022 Bolsonaro indicou 79 ex-companheiros da Academia Militar das Agulhas Negras para cargos de relevância no governo federal. Disponível em; <https://www.intercept.com.br/2023/08/31/jair-bolsonaro-empregou-79-ex-colegas-de-aman-em-cargos-de-comando-e-com-supersalarios-no-governo/#:~:text=Jair%20Bolsonaro%20empregou%2079%20ex,e%20com%20super%20sal%C3%A1rios%20no%20governo&text=Os%20colegas%20de%20Jair,o%20governo%20do%20ex%20presid%20ente>.

³¹ O acesso a uma curta biografia do coronel Mário Andreuzza se encontra na aba “Fundadores” no site oficial do Instituto SAGRES. Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>. A informação que atesta sua atuação enquanto membro do Conselho Consultivo do Instituto SAGRES se encontra na aba “Diretoria” presente no site do Instituto. Disponível em: <https://sagres.org.br/diretoria/>.

³² Em sua conta oficial na plataforma *Facebook*, o coronel da reserva Mário Andreuzza publicou uma série de posts apoiando a candidatura de Mourão. O perfil do coronel pode ser acessado em: <https://www.facebook.com/mario.andreuzza.5>.

aludido anteriormente, Mourão esteve presente no Fórum de Desenvolvimento do Semiárido realizado em 2020 ficando responsável pela abertura do evento (Sagres, [2020]; Motoryn, 2022). Em 1º de novembro de 2019 ocorreu, em um auditório do Congresso Nacional, o *Simpósio Amazônia Brasileira: História, Providências e Oportunidades*, iniciativa “dos Institutos Federalista e Sagres, com apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia” (Amazônia, 2019) o qual contou com a participação ativa de Mourão que ficou responsável pela fala de abertura do evento. O evento contou ainda com a participação, mais uma vez, do deputado general Girão que, ao lado de Mourão, fez questão de saudar a iniciativa do Instituto SAGRES, conforme entrevista concedida a TV Câmara³³. Mourão esteve presente também no *II Simpósio da Amazônia* promovido uma vez mais pelo Instituto SAGRES, pelo Instituto Federalista e pela Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia. Ocorrido entre 18 de maio e 01 de junho de 2021 de maneira remota, o evento³⁴ contou novamente com a participação de Mourão que ficou, uma vez mais, responsável pela fala de abertura do simpósio, além da participação do deputado federal general Girão.

O então vice-presidente da República esteve ainda presente no dia 16 de dezembro de 2021 no lançamento do Programa Bicentenário³⁵, mais uma atividade desenvolvida pelo Instituto SAGRES com apoio do Instituto Federalista. O evento contou também com a presença do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, o então Comandante do Exército brasileiro. Por fim, Mourão esteve presente no dia 19 de maio de 2022 na cerimônia de lançamento do Projeto de Nação. Incumbido de realizar a fala de encerramento do evento³⁶, o então vice-presidente da República cumprimenta os três Institutos responsáveis pela elaboração do Projeto de Nação e assegura que este “tem a grande finalidade de dar um norte, um rumo, que tanto precisamos nesse momento que estamos vivendo no nosso país” e ainda que é “a pedra fundamental” para o Brasil realizar o seu “destino manifesto”: tornar-se “a maior e mais próspera democracia liberal ao sul do Equador” (Sagres, 2022b).

³³ A curta entrevista concedida pelos dois generais a *TV Câmara* está disponível no canal do *YouTube* da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PlhJ5iIgL3U&t=7s&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados.

³⁴ A íntegra das falas dos generais Mourão e Girão pode ser encontrada no canal oficial do Instituto Federalista no *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AnUxFD9FkRs&t=2363s&ab_channel=InstitutoFederalista.

³⁵ O Programa Bicentenário, realizado em decorrência dos 200 anos da independência do país em 2022, foi lançado em finais de 2021 e contou, mais uma vez, com a participação de Mourão. As informações estão disponíveis no site do Instituto SAGRES: https://sagres.org.br/bicentenario_lancamento/.

³⁶ A íntegra da fala do general Mourão na cerimônia de lançamento do Projeto de Nação pode ser encontrada no canal oficial do Instituto SAGRES na plataforma *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZNhzTS-aDF4&t=1668s&ab_channel=InstitutoSagres.

O fato de ter contado com a participação direta do vice-presidente da República em diversos de seus eventos é indicativo da capacidade de articulação política do SAGRES e de seus membros. Não podemos perder de vista que o vice-presidente do executivo federal não apenas esteve presente na cerimônia como recebeu o documento - que parametriza a atuação estatal - em mãos e enalteceu-o fortemente demonstrando enorme aderência às propostas ali contidas. Assim, os acontecimentos que envolvem a cerimônia de lançamento do Projeto de Nação são sintomáticos da capacidade do Instituto SAGRES em delinear, em alguma medida, um norte para a atuação do Estado brasileiro bem como evidenciam a atuação política do Instituto, sempre em sinergia com figuras políticas e/ou militares.

Entretanto, o ganho de notoriedade do SAGRES também é decorrente de sua atuação junto a outros *think tanks* que permitiram a ampliação de seu escopo de atividades e zona de influência. Destacamos os Institutos Federalista e General Villas Bôas os quais somaram-se ao SAGRES para a elaboração do Projeto de Nação. Em relação ao primeiro, trata-se de um *think tank* idealizado fundamentalmente por Thomas Korontai. Empresário e defensor do federalismo, Korontai almeja há algum tempo notoriedade na vida política do país, tendo se candidatado à presidência da República em 2018 ainda que sem ligação a nenhum partido (Martins, 2021). O mesmo orgulha-se de tal feito e aponta em sua curta biografia disponível no site do Instituto Federalista ter sido “o primeiro brasileiro da História a exigir candidatura independente à Presidência da República em 2018, por meio de um mandado de Injunção no STF” (Federalista, [s.d.a]). Após ver frustrada a sua candidatura independente expressou com ressentimento que o mandado de Injunção foi “negado monocraticamente (e ilegalmente) por um ministro” (Federalista, [s.d.a]).

Já nas eleições de 2022, o presidente do Instituto Federalista candidatou-se para deputado federal, desta vez filiado ao pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não sendo eleito. Apesar do insucesso em suas candidaturas a cargos políticos, Korontai estabeleceu relações com diversas figuras políticas do sul do país, das quais destacam-se Deltan Dallagnol, ex-deputado federal pelo Paraná, Alvaro Dias, ex- deputado estadual, ex-deputado federal, ex-senador e ex-governador do estado do Paraná além do general Hamilton Mourão, ex-vice-presidente da República e atual senador pelo estado do Rio Grande do Sul, conforme apontado em matéria do *Diário do Centro do Mundo* (Araujo, 2022). Uma vez apresentados breves apontamentos a respeito da atuação político-partidária recente de seu idealizador, voltemo-nos ao Instituto Federalista.

Com clara propositura de cunho político, o Instituto Federalista foi “fundado no ano de 2005 com o objetivo de atuar na difusão do federalismo” (Federalista, [s.d.b]). Ainda

segundo seu site oficial, o Instituto Federalista teria como finalidade “a formulação teórica, formação adequada de especialistas em federalismo, difusão por todos os meios possíveis e auxílio técnico a todas as entidades privadas, públicas ou estatais que necessitassem dos seus conhecimentos, na forma de consultoria e assessoria” (Federalista, [s.d.b]).

Assim sendo, enquanto *think tank*, o Instituto Federalista tem como objetivo propagar suas ideias e atuar em parceria com uma série de entidades, em especial a partir de consultorias e assessorias. É tendo esses objetivos declarados que se dá sua atuação junto ao SAGRES: os dois institutos realizaram uma série de iniciativas e projetos, como é o caso dos três simpósios sobre a Amazônia, dos quais as duas primeiras edições já foram comentadas anteriormente.

Analisando a programação de cada um dos eventos ocorridos em 2019³⁷, 2021³⁸ e 2022³⁹ é possível captar a ampla participação de figuras militares nas discussões do evento. Entretanto, a associação ao Instituto Federalista, formado por figuras da sociedade civil, rendeu palestras de seus membros associados em todas as edições do evento dirigido pelo SAGRES. Em especial, destaca-se a presença de Thomas Korontai que teve falas em todas as edições do Simpósio Amazônia. Além do presidente do Instituto Federalista, as segunda e terceira edições do Simpósio contaram com apresentações de Ivomar Costa, vice-presidente do Instituto⁴⁰. A primeira edição do evento contou ainda com a participação de Edward Luz, membro associado do Instituto Federalista; já a terceira edição contou com a fala de Dircêo Ramos, também membro associado do Instituto Federalista⁴¹. A associação entre os dois institutos, além de apontar para um alinhamento ideológico entre seus membros, serve funcionalmente aos interesses de ambos: por um lado, o Instituto Federalista ganha palco para divulgar seus ideais e projetar seus principais representantes, por outro, ajuda a dar um “tom civil” para as atividades e elaborações do SAGRES além de ampliar o leque de assuntos tratados por este *think tank* militar.

É notória a ampliação das atividades do Instituto Federalista em tempos recentes, em especial durante o governo anterior, contando, muitas das vezes, com o apoio do Instituto

³⁷ A programação completa do *I Simpósio da Amazônia* pode ser lida no site oficial do evento. Disponível em: <https://www.amazoniaenossa.com.br/simposio-2019/>.

³⁸ A programação completa do *II Simpósio da Amazônia* pode ser lida no site oficial do Instituto SAGRES. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/ConvSimpAmazBr2.pdf>.

³⁹ A programação completa do *III Simpósio da Amazônia* pode ser lida no site oficial do Instituto Federalista. Disponível em: <https://if.org.br/3o-simposio-amazonia-brasileira-para-sempre-26-a-30-de-setembro-de-2022/>.

⁴⁰ As informações a respeito dos membros que compõem a diretoria do Instituto Federalista estão disponíveis no site oficial do Instituto. Disponível em: <https://if.org.br/diretoria-instituto-federalista/>.

⁴¹ Edward Mantoanelli Luz e Dircêo Torrecillas Ramos compõem o quadro de membros associados do Instituto Federalista, conforme informações disponíveis no site oficial do Instituto. Disponível em: <https://if.org.br/associados-instituto-federalista/>.

SAGRES. Destaca-se a realização do *Fórum Federalista Nacional* o qual teve cinco edições entre os anos de 2018 e 2022. Já em sua primeira edição em 2018, o *I Fórum Federalista Nacional* contou com a participação⁴² do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, co-coordenador do Projeto de Nação e diretor de geopolítica e conflitos do Instituto SAGRES. Ademais, o *IV Fórum Federalista Nacional* contou uma vez mais com a participação⁴³ de Rocha Paiva, além de Verônica Korilio, que viriam a ser os dois coordenadores do Projeto de Nação.

As atividades conjuntas entre os dois institutos, apontam para a ampliação do terreno de influência do Instituto SAGRES para setores da sociedade civil. Essa parceria, como já antecipado, é importante para o SAGRES na medida em que dá uma “conotação civil” para suas atividades. Como veremos no capítulo de “Resultados” (Capítulo 5), o SAGRES fará uso dessa retórica para defender o “caráter civil” do Projeto de Nação culminando na vinculação das ideias contidas no Projeto às ideias supostamente compartilhadas pela “nação” ou pelo “povo” brasileiro.

A associação entre os dois institutos auxilia ainda a divulgação de suas ideias para um público cada vez mais amplo. E isto se dá para ambos os lados. Por parte do Instituto Federalista houve a divulgação em seu site oficial de texto do general Rocha Paiva⁴⁴, enquanto por parte do Instituto SAGRES houve divulgação de dois textos de Ivomar Schuler da Costa⁴⁵, vice-presidente do Instituto Federalista. Ficam apontados assim, uma série de elementos que explicitam a atuação conjunta entre os dois institutos em tela, uma atuação atrelada a realização de distintos eventos e projetos com forte teor político-propositivo, permeada pela vinculação a figuras políticas e a divulgação de ideias, a qual culminou com a produção do Projeto de Nação.

Quanto ao Instituto Villas Bôas, igualmente responsável pela elaboração de tal projeto, vale destacar, em primeiro lugar, sua ligação umbilical à figura de Eduardo Villas Bôas, o general da reserva que dá nome ao instituto em tela. Villas Bôas possui renomada carreira

⁴² O general Luiz Eduardo Rocha Paiva esteve presente no *I Fórum Federalista Nacional* para compor a mesa de abertura do evento. A íntegra da fala do general está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HjB4QMWgASA&t=12254s&ab_channel=InstitutoFederalista.

⁴³ A programação do *IV Fórum Federalista Nacional* aponta a participação dos dois coordenadores do Projeto de Nação. A programação completa se encontra no site oficial do Instituto Federalista. Disponível em: <https://if.org.br/vem-ai-o-iv-forum-federalista-nacional/>.

A íntegra das falas de Rocha Paiva e Korilio podem ser acessadas no perfil oficial do Instituto Federalista na plataforma *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O8_42Dl6mzE&ab_channel=InstitutoFederalista.

⁴⁴ Trata-se do texto intitulado *Visão Desfocada* publicado em 11 de agosto de 2019 no site oficial do Instituto Federalista. Disponível em: <https://if.org.br/visao-desfocada-gen-rocha-paiva/>.

⁴⁵ Trata-se dos textos intitulados *O desafio atual do estado-Nação* e *Desenvolvimento responsivo* publicados no site oficial do site do Instituto SAGRES. Disponíveis respectivamente em: https://sagres.org.br/artigos/desafio_atual_estado-nacao.pdf e <https://sagres.org.br/artigos/Artigo%20Desenvolvimento%20Responsivo.pdf>.

militar tendo alcançado o posto máximo de comandante do Exército, posto que ocupou entre os anos de 2015 e 2019. Posteriormente, uma vez deixado o comando do Exército, “foi nomeado assessor especial do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) no governo Bolsonaro, cargo que ocupou até julho de 2022” (Victor; Feitoza, 2024). Portanto, levando em conta as posições que ocupou, não é acaso o fato de Villas Bôas possuir elevada reputação dentro das Forças, em especial no Exército.

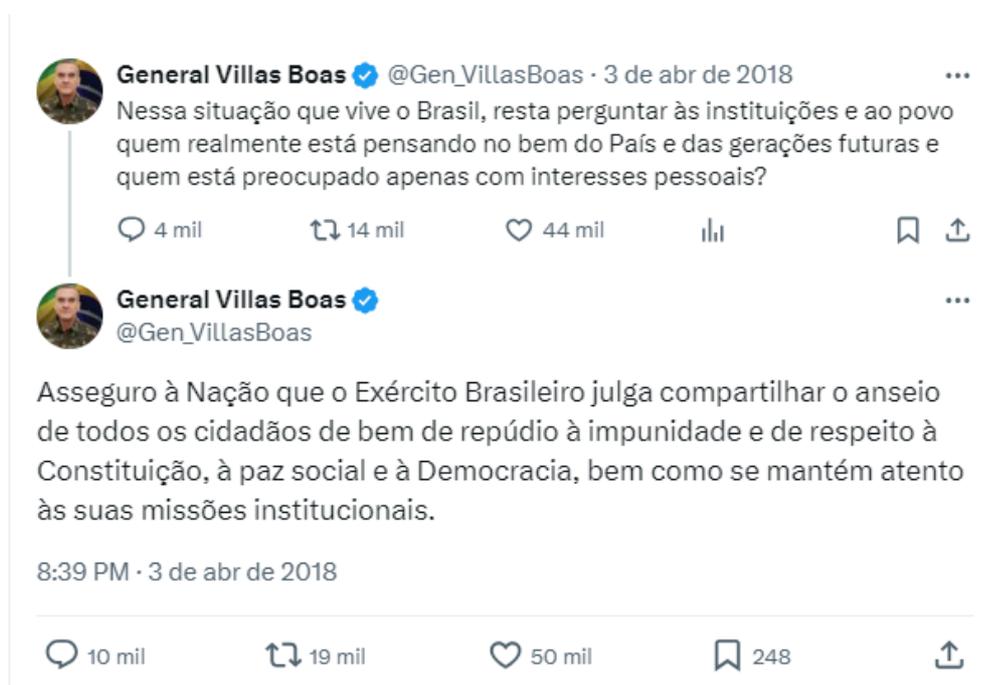
Contudo, para além da carreira militar, Villas Bôas possui extensa atuação política, especialmente em tempos recentes. Assim sendo dado sua ligação umbilical ao instituto que ajudou a fundar e a posição de renome – e influência – alcançada dentro das Forças, necessário torna-se discutir momentos fundamentais de sua atuação política. Em entrevista à Folha de São Paulo, publicada em 11 de novembro 2018, ao ser perguntado a respeito da associação do governo Bolsonaro aos militares Villas Bôas afirmou que o Alto Comando do Exército estaria “tratando com muito cuidado essa interpretação de que a eleição dele [Bolsonaro] representa uma volta dos militares ao poder” e assegurou: “Absolutamente não é” (Gielow, 2018). Ainda a este respeito o então Comandante do Exército deixou claro que “institucionalmente há uma separação” assegurando ainda que o Alto Comando do Exército estaria “trabalhando com muita ênfase para caracterizar isso, porque queremos evitar que a política entre novamente nos quartéis” (Gielow, 2018).

Na sequência, ainda a respeito de uma possível militarização das Forças armadas o então comandante do Exército atestou que “Hoje as Forças Armadas estão muito afastadas das questões políticas no dia a dia” (Gielow, 2018) deixando claro que um processo de politização dos militares não estaria em curso no país. Entretanto, menos de dois meses após a entrevista em tela, as falas de Villas Bôas passaram a ser contestadas após ter seu nome vinculado ao governo Bolsonaro a partir de falas advindas do próprio presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Em 2 de janeiro de 2019, quando do evento de nomeação do novo ministro da Defesa, Bolsonaro⁴⁶ agradeceu a figura de Villas Bôas e, após assegurá-lo de que “O que já conversamos fica entre nós”, deixou claro: o general Villas Bôas foi “um dos responsáveis por eu estar aqui” (Gielow; Fernandes; Dias, 2019). Tais declarações de Bolsonaro, um dia após ter tomado posse como presidente da República, repercutiram muitíssimo e puseram em xeque os supostos esforços de refreamento da politização dos militares aludidos por Villas Bôas poucos meses antes. É nesta toada que se torna da maior relevância retomar momentos decisivos da atuação política de Villas Bôas.

⁴⁶ A íntegra da fala de Bolsonaro está disponível no canal da *TV Brasil* na plataforma *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6tEEXMIePKw&ab_channel=TVBrasil.

A este respeito, evidencia-se episódio protagonizado pelo general que é sintomático do envolvimento dos militares nos processos políticos que antecederam a eleição de Bolsonaro. Trata-se do episódio de 3 de abril de 2018 no qual o então comandante do Exército brasileiro publicou um tuíte⁴⁷ “ameaçando o Superior Tribunal Federal na votação do *Habeas Corpus* relativo à prisão do ex-presidente Lula” (Leirner, 2021a, p. 85). Abaixo o conteúdo da publicação do general:

Figura 1 - Publicação no Twitter do general Eduardo Villas Bôas em 03/04/2018



Fonte: Bôas (2018)

Este episódio reverberou na mídia à época enquanto indício – dado que partiu do comandante da instituição – de intromissão dos militares em processos políticos recentes. O episódio em tela foi tópico de uma rodada de entrevistas entre o general e Celso Castro, professor da *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*. O conteúdo das entrevistas realizadas em agosto e setembro de 2019 seria posteriormente publicado na forma de livro intitulado *General Villas Bôas: conversa com o comandante* organizado por Celso Castro. Ao ser perguntado em relação a este tuíte, Villas Bôas evidenciou que seu “conteúdo foi minuciosamente discutido por todos nós” (Castro, 2021, p. 191), declaração que foi

⁴⁷ O conteúdo da publicação pode ser encontrado no perfil oficial do general Villas Bôas no *Twitter*. Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336.

imediatamente seguida da contestação por parte de Celso Castro: “Nós quem? O senhor com o seu staff ou o Alto-Comando?” (Castro, 2021, p. 191). O general respondeu que

O texto teve um “rascunho” elaborado pelo meu *staff* e pelos integrantes do Alto-Comando residentes em Brasília. No dia seguinte – dia da expedição -, **remetemos para os comandantes militares de área.** Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo o expediente, até por volta das 20 horas, momento em que liberei o CComSEx [Centro de Comunicação Social do Exército] para a expedição (Castro, 2021, p. 191, grifos nossos).

Fica claro, a partir da resposta de Villas Bôas que o conteúdo do tuíte foi elaborado por muitas cabeças – todas militares – tendo sido concebido pelo esforço conjunto entre o Alto-Comando do Exército, os comandantes de área⁴⁸ e o *staff* de Villas Bôas e finalmente veiculada pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). Outrossim, vale lembrar que o *staff* de Villas Bôas era integralmente composto por militares; segundo as palavras do general:

Meu *staff* imediato era integrado pelos generais Tomás, chefe de gabinete, a quem se subordinavam a Assessoria Parlamentar e a Assessoria de Ligação com o Judiciário. Por esse intermédio, acompanhávamos detalhadamente o que acontecia naqueles ambientes. Eu contava também com o general Rêgo Barros na comunicação e o general Poty, aquele mesmo dos Tenharim, no Centro de Inteligência do Exército (CIE). Na Secretaria-Geral, revezaram-se os generais Pereira Gomes, Negraes e Montenegro. Todos tinham em comum a circunstância de terem sido meus cadetes, além de altamente preparados, inteligentes, proativos, leais, desassombrados e bem-humorados. Jamais deixaram de me contrariar quando julgaram necessário. Diariamente, se juntavam a esse grupo os chefes do Estado-Maior, na sequência, Etchegoyen, Fernando, agora no MD, e Paulo Humberto (Castro, 2021, p. 194-195).

A respeito do trabalho conjunto para publicação do significativo tuíte, o antropólogo Piero Leirner em entrevista ao *Brasil de Fato* evidenciou que “foi uma decisão do Exército, e não algo que partiu da cabeça do comandante” de tal forma que a declaração de Villas Bôas a Celso Castro “deixa um claro papel institucional de ingerência no Poder Judiciário” (Melito, 2021). Ainda segundo Leirner o tuíte de Villas Bôas teria como objetivo “deixar o STF de mãos atadas frente à opinião pública” e arremata: “Ou seja, fez-se política” (Melito, 2021).

Evidencia-se, portanto, o evidente teor político do episódio em tela, o qual expôs em última instância a articulação entre o Alto-Comando do Exército e comandantes de Área Militares na tentativa de interferência nas decisões do Supremo Tribunal Federal. Assim, é

⁴⁸ Trata-se dos 8 Comandos Militares de Área. São eles: Comando Militar da Amazônia (CMA), Comando Militar do Leste (CML), Comando Militar do Nordeste (CMNE), Comando Militar do Norte (CMN), Comando Militar do Oeste (CMO), Comando Militar do Planalto (CMP), Comando Militar do Sudeste (CMSE) e Comando Militar do SUL (CMS).

pertinente apontar que o ocorrido contradiz as falas de Villas Bôas a respeito da não politização dos militares em novembro de 2018 (Gielow, 2018). Esse caráter discrepante entre a realidade e o discurso proferido por parte do comandante do Exército foi apontado por Leirner enquanto uma ação pensada, uma vez que Villas Bôas “‘para fora’ tinha um discurso legalista, mas ‘para dentro’ deixou a política tomar altas doses de vitamina” (Melito, 2021).

O episódio em tela é sintomático de um *modus operandi* em “segundo plano”, conforme destacado por Leirner (2021a), de tentativa de ingerência nas decisões do Supremo Tribunal Federal, ainda que da negação por parte de Villas Bôas, conforme Gielow (2018). Em uma fala a respeito do período em atuou enquanto comandante do Exército em entrevista à *Folha de São Paulo*, o general destacou que durante seu comando:

Eu precisei ter o domínio da narrativa. Por isso, às vezes nós éramos mais enfáticos na expressão, sempre no limite para não invadir o espaço de outras instituições. Eu reconheço que houve um episódio em que nós estivemos realmente no limite, que foi aquele tuíte da véspera da votação no Supremo da questão do Lula. **Ali, nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite. Mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse** (Gielow, 2018, grifos nossos).

Com essa colocação Villas Bôas tentar negar o caráter intromissivo do tuíte, mas logo na sequência da entrevista deixa claro que, a despeito das críticas “Do pessoal de sempre” avaliava que “a relação custo-benefício foi positiva” (Gielow, 2018), em outros termos: o resultado esperado foi de alguma maneira alcançado.

Vale destacar ainda que o episódio em tela aponta para a sinergia existente entre os membros do Alto-Comando do Exército e suas articulações com os comandantes de Áreas Militares, bem como o papel central desempenhado pelo Comandante do Exército na eficaz orquestração das ações. Assim, levando em conta a orquestrada atuação militar, segundo Leirner (2021a, p. 85) o tuíte em questão seria apenas a “ponta do iceberg” de um projeto militar de conquista do Estado. De acordo com o autor em tela

tudo isso sugere um caminho para pensarmos que parte de seu [dos militares] projeto para o governo Bolsonaro compreende o agenciamento que eles tentarão impor aos processos políticos, estabelecendo, assim, uma versão tropicalizada do que é o Pentágono norte-americano (Leirner, 2021a, p. 109).

Assim sendo, apesar das falas de Villas Bôas, o que se viu foi uma acentuação do fenômeno de politização dos militares e a conseqüente intromissão fardada em larga escala nos rumos políticos do país em tempos recentes, conforme demonstrado no subcapítulo

anterior. E se o general esteve no centro de um episódio que ajudou a pavimentar os caminhos para a eleição de Bolsonaro nos idos de 2018, recentemente o mesmo volta à cena já nos últimos dias do governo que ajudou a eleger. Segundo matéria da Folha de São Paulo, Bolsonaro e Braga Netto foram à casa de Villas Bôas ao menos em duas ocasiões durante o mês de dezembro de 2022. A primeira dessas visitas ocorreu “no dia 7 de dezembro, horas antes da reunião em que, segundo a PF [Polícia Federal], o então presidente apresentou uma minuta golpista aos comandantes militares” enquanto a “segunda ocorreu em 20 de dezembro” (Victor; Feitoza, 2024).

O episódio anteriormente aludido evidencia, uma vez mais, o enorme prestígio e respeito nutrido à figura de Villas Bôas por seus pares. De acordo com a mesma matéria “Militares que trabalharam com Bolsonaro dizem que o ex-presidente foi consultar Villas Bôas sobre a conjuntura política da transição e pedir uma espécie de bênção para os planos golpistas” (Victor, Feitoza, 2024) o que reitera exatamente o prestígio atrelado à figura de Villas Bôas. E é exatamente fazendo uso do prestígio e renome ligados à imagem do ex-comandante do Exército que o Instituto Villas Bôas será fundado. Ademais, o próprio SAGRES, como veremos, beneficiar-se-ia dessa “imagem” de prestígio a partir de suas associações ao Instituto General Villas Bôas.

É assim, portanto, tendo fortes vínculos à imagem de renome do general que surge o instituto que leva o nome de Villas Bôas. O Instituto terá inclusive suas pautas e frentes de trabalho alinhadas aos temas considerados caros ao general. No site oficial do Instituto General Villas Bôas é possível ler uma passagem a respeito do histórico de fundação da organização que deixa claro a influência da trajetória pessoal e profissional de Villas Bôas na concepção do instituto:

O Instituto General Villas Bôas (IGVB) foi inspirado pelo desejo de se lançar um olhar sobre a história do Brasil e do seu povo, buscando caminhos que contribuam para o nosso crescimento como Nação e para o alcance das aspirações mais profundas e mais caras ao País. *“Após intensas reflexões, decorrentes da minha vivência pessoal e profissional, decidi retribuir, por meio do IGVB, todo o conhecimento e acesso que tive a oportunidade de adquirir em todos esses anos”*, registra o General Villas Bôas (General Villas Bôas, [s.d.a], grifos nossos).

Esse histórico marcado pela trajetória pessoal e profissional de Villas Bôas ajuda a entender, portanto, a delimitação dos três pilares de atuação do IGVB, a saber: 1) Memória. 2) Pilar Nacional e 3) Tecnologia Assistiva (General Villas Bôas, [s.d.b]). De acordo com informações disponíveis no site do Instituto o 1º pilar estaria atrelado ao objetivo de “preservação das ideias e do trabalho do General” enquanto o 2º estaria voltado a “Provocar o

debate sobre o modelo de desenvolvimento do País para se chegar ao Brasil que desejamos” (General Villas Bôas, [s.d.b]). Por fim, o 3º pilar teria como intuito trabalhar na “Difusão de informações sobre tecnologias assistivas que possam melhorar a qualidade de vida de quem tem algum tipo de limitação” (General Villas Bôas, [s.d.b]).

Fica evidente, portanto, como a trajetória de Villas Bôas pauta os pilares de atuação do IGVB. Inclusive, o 3º pilar de atuação condiz, e muito, com sua trajetória pessoal na medida em que “Em 2016, Villas Bôas foi diagnosticado com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica)” (General Villas Bôas, [s.d.a]). Assim, uma vez acometido pela terrível doença, fundou o IGVB, com o qual “ele busca compartilhar sua história, suas ideias e reflexões, e por essa razão elegeu a Tecnologia Assistiva como um dos pilares da associação que leva o seu nome” (General Villas Bôas, [s.d.a]).

Feitos esses apontamentos iniciais, fica clara a ligação umbilical do IGVB à figura de Villas Bôas. Como dissemos anteriormente, trata-se de um indivíduo muito respeitado por setores da sociedade civil, políticos e em especial pelos militares, o que explica a rápida vinculação do Instituto General Villas Bôas a uma série de outras organizações e figuras políticas considerando seu curto tempo de existência. O evento de inauguração do IGVB corrobora o prestígio de Villas Bôas uma vez que contou, por exemplo, com a presença do general Augusto Heleno, então chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Alexandre de Moraes, ministro do STF, Abraham Weintraub, então ministro da Educação e Sérgio Moro, então ministro da Justiça e Segurança Pública, segundo Angel (2019).

Tendo sido fundado em dezembro de 2019 (Angel, 2019), chama a atenção uma série de parcerias firmadas pelo IGVB e órgãos públicos federais pouco tempo após sua fundação (Zanini, 2021). Devemos levar em conta que, apesar de sua fundação em dezembro de 2019, o instituto só iniciou suas atividades no segundo semestre do ano seguinte. Em publicação oficial no site do IGVB no dia 22 de setembro de 2020 lê-se que “Os trabalhos no IGVB começam agora, passado o período mais complicado da Pandemia” (General Villas Bôas, 2020a). Esta publicação, que divulgava o início das atividades oficiais do instituto em tela, foi seguida de uma série de publicações divulgando as parcerias firmadas entre o IGVB e órgãos públicos federais, o que é indicativo do praticamente imediato ganho de notoriedade por parte da entidade de Villas Bôas.

Dentre as entidades parceiras destaca-se “a Fundação Habitacional do Exército, entidade que financia a compra de imóveis por militares e [que] doou R\$ 60 mil ao instituto [General Villas Bôas]” (Zanini, 2021). De acordo com matéria da *Folha de São Paulo*, segundo “a assessoria da fundação [Habitacional do Exército], o repasse foi feito em setembro

de 2020 para projetos sem especificação. Ou seja, é um patrocínio para ser usado livremente pelo IGVB” (Zanini, 2021). Vale ressaltar ainda que “O instituto [General Villas Bôas], segundo a fundação [Habitacional do Exército], foi quem pediu o apoio”, conforme levantado por Zanini (2021). Assim sendo, a parceria firmada tão precocemente e o repasse financeiro para uso indiscriminado apontam para a influência de Villas Bôas sobre seus pares e configuram mais um exemplo da sinergia existente entre *think tanks* fundados por militares e órgãos federais ligados ao Exército brasileiro.

Ainda nesta toada, o IGVB firmou uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) (Zanini, 2021) então comandado por Milton Ribeiro tendo como intuito “editar 200 livros da coleção ‘Pensadores do Brasil’ até 2022” (General Villas Bôas, 2020b). Segundo publicação oficial no site do IGVB o projeto em tela “tem o objetivo de resgatar o pensamento clássico brasileiro e trazê-lo para o debate público contemporâneo” (General Villas Bôas, 2020b) tendo a publicação dos livros parametrizada por “um Conselho Editorial constituído por intelectuais, que faz a seleção dos títulos da coleção” (General Villas Bôas, 2020b).

Vale ressaltar, contudo, que a iniciativa em tela demarca a atuação entrelaçada entre o IGVB e o SAGRES uma vez que compõem o Conselho Editorial, o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, diretor de Geopolítica e Conflitos do SAGRES e co-coordenador do Projeto de Nação e o general Ridauto Lúcio Fernandes, Diretor de Segurança e Defesa⁴⁹ do SAGRES e um dos colaboradores do Projeto de Nação. Além destes, compõe o Conselho o general de exército Alberto Mendes Cardoso que esteve à frente da Casa Militar e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República durante o primeiro e segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso, respectivamente (Porto, 2023), além de ser membro do Comitê Revisor do Projeto de Nação, segundo Sagres (2022a, p. 97) e um dos fundadores do IGVB (General Villas Bôas, [s.d.a]).

Desta feita, a iniciativa marcada pela presença de figuras militares indica o compromisso político-ideológico do IGVB com a promoção de autores e ideias caros aos militares brasileiros ao ter entre as primeiras obras editadas o livro *Geopolítica e Poder* de autoria “do general Golbery do Couto e Silva, figura de destaque da fase final da ditadura militar” (Zanini, 2021) sobre o qual será discutido mais de perto no subcapítulo 4.3.2 do presente trabalho. Outro livro publicado intitula-se *A Organização Nacional* de Alberto Torres (General Villas Bôas, 2020b), autor apontado como basilar para a fundamentação do Projeto

⁴⁹ As informações a respeito dos cargos ocupados pelos generais Luiz Eduardo Rocha Paiva e Ridauto Lúcio Fernandes estão contidas no site oficial do Instituto SAGRES. Disponível em: <https://sagres.org.br/diretoria/>.

de Nação, conforme indicado em Sagres ([s.d.b]) e igualmente fundamental para a concepção da doutrina da Escola Superior de Guerra (Lentz, 2019).

Por fim, a iniciativa sinaliza para o alinhamento político-ideológico entre o IGVB e o governo Bolsonaro, tendo sido saudada pelo então vice-presidente da República general Hamilton Mourão - que esteve presente no evento de lançamento dos quatro primeiros livros - deixando claro que o “O Instituto [General Villas Bôas], que leva o nome de um dos mais notáveis vultos militares da nossa geração, assume um papel de vanguarda na luta para romper o que a hegemonia e o consenso fizeram com a cultura nacional” (General Villas Bôas, 2020b).

Além das iniciativas apontadas anteriormente, o IGVB firmou no ano de 2020 parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), então chefiado pelo tenente-coronel da Força Aérea Marcos Pontes tendo como foco o “desenvolvimento de projetos de tecnologia assistiva” (Zanini, 2021). Em publicação de 6 de outubro de 2020 é possível ler no site do Instituto General Villas Bôas que o acordo de cooperação firmado junto ao MCTI contou também com a participação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) então comandado por Damares Alves e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) resultando no lançamento de “um edital de R\$ 40 milhões para projetos de tecnologia assistiva” deixando claro que “A assinatura não implica no repasse de recursos entre as entidades” (General Villas Bôas, 2020c). O episódio em tela atesta, uma vez mais, o elevado prestígio ligado à figura de Villas Bôas⁵⁰ e a consequente e imediata notoriedade alcançada pelo IGVB tendo firmado parceria com dois Ministérios e realizado um edital⁵¹ na casa dos milhões um mês após o anúncio do início das atividades do IGVB.

Ainda no ano de 2020, poucos meses após o início de suas atividades, o Instituto General Villas Bôas lançou o projeto Moda Connect a partir de parceria com outro órgão federal: o Instituto Brasileiro de Formação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (Zanini, 2021). A iniciativa, na realidade, não foi pensada pelo IGVB e sim por Ana Beatriz Goldstein, coordenadora do projeto fundado em 2019 tendo como objetivo capacitar jovens com

⁵⁰ O elevado prestígio ligado à figura de Villas Bôas fora anteriormente anunciado pelo próprio ministro Marcos Pontes que, em 11 de janeiro de 2019, quando da passagem de comando do Exército, fez questão de publicar em suas redes sociais um registro com o “Excelentíssimo General Villas Bôas e sua esposa Cida Villas Bôas” agradecendo-o “por tudo”. O registro, que aponta o estabelecimento de relações entre Villas Bôas e Marcos Pontes, foi publicado no perfil oficial deste último na plataforma *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/astronauta.marcospontes/photos/neste-momento-com-o-excelent%C3%ADssimo-general-villas-b%C3%B4as-e-sua-esposa-cida-villas-/2212386785459109/>.

⁵¹ Mais informações a respeito do funcionamento do edital e dos repasses financeiros podem ser encontrados no site do Governo Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2020/09/mcti-finep-edital-de-r-40-milhoes-apoiara-projetos-na-area-de-tecnologia-assistiva>.

deficiência motora para a produção de moda sustentável (General Villas Bôas, 2020d). A iniciativa de Goldstein “precisou se expandir e virar um projeto de capacitação profissional” o que se tornou possível a partir da parceria com o IGVB que angariou o “apoio da OEI [Organização de Estado Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura] e do IBICT [Instituto Brasileiro de Formação em Ciência e Tecnologia]” (General Villas Bôas, 2020d) para viabilização do projeto que contou com financiamento da OEI “no valor de R\$ 98.707,95”, segundo Zanini (2021). O IGVB anunciou também parceria com outra iniciativa de Ana Beatriz Goldstein, o projeto Rompendo Barreiras que tem como objetivo fomentar a profissionalização de jovens paraplégicos ou tetraplégicos a partir da capacitação destes “como mão-de-obra, onde o setor produtivo necessitar” (General Villas Bôas, 2020d).

Os dois projetos em tela que a princípio pouco teriam a apontar a respeito da atuação política de Villas Bôas e do IGVB, assim como os anteriores, indicam forte atuação do Instituto General Villas Bôas junto a figuras políticas para viabilizar suas iniciativas e ampliar seu campo de influência. Em primeiro lugar, é válido apontar que o projeto Moda Connect é um braço do Projeto Rompendo Barreiras e ambos foram apoiados pelo senador do Distrito Federal Izalci Lucas em diversas ocasiões. Em 27 de novembro de 2019 o senador então filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) esteve presente no evento de abertura do Moda Connect e apontou que os jovens assistidos passariam a ter acesso a uma oficina de robótica no Instituto Federal de Brasília assegurando que “O IFB [Instituto Federal de Brasília] agora vai transformar a iniciativa em um curso regular”, conforme seu site oficial (Lucas, 2019a).

O senador esteve ligado às iniciativas de Ana Beatriz Goldstein desde o início dos projetos tendo destinado “R\$ 200 mil para institucionalizar o projeto [Rompendo Barreiras]” (Lucas, 2021) e, uma vez concretizado o objetivo de criar um curso regular no Instituto Federal de Brasília, auxiliou na ampliação do projeto Rompendo Barreiras para o estado do Rio Grande do Sul a partir de parceria com o governo do estado (Lucas, 2020), então comandado pelo governador Eduardo Leite também filiado ao PSDB. Dito isso, fica claro o papel ativo desempenhado pelo senador para com a viabilização e expansão do projeto Rompendo Barreiras e do Movimento Moda Connect. Contudo, é controverso o fato de a idealizadora de tais projetos, Ana Beatriz Goldstein, ter ocupado cargo comissionado de auxiliar parlamentar sênior justamente no gabinete do senador Izalci Lucas entre os anos de 2019 e 2022, conforme informações disponíveis no site oficial do Senado Brasileiro (Brasil, [s.d.a]; [s.d.b]; [s.d.c]; [s.d.d]). Além disso, vale destacar que Ana Beatriz é esposa do Vice-Almirante da Marinha Sérgio Goldstein - o que justifica a presença deste no evento de

lançamento do Moda Connect (General Villas Bôas, 2020d) -, responsável pela entrega em 15 de março de 2019 da medalha “Amigo da Marinha” para Ivone Fernandes Ferreira, esposa do senador Izalci Lucas (Lucas, 2019b).

Izalci, que ficara conhecido por ser o maior empregador de cargos comissionados no senado já no ano de 2019, conforme Sobrinho (2019), estabeleceu naquele mesmo ano relações diretas com Villas Bôas. Na ocasião de uma reunião realizada em 1º de outubro de 2019, o senador e o general da reserva, este último ocupando o cargo de assessor do Gabinete de Segurança Institucional, reuniram-se com representantes de institutos de pesquisa ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - então chefiado, como dito anteriormente, por Marcos Pontes - visando “fortalecer o diálogo entre a ciência produzida nos institutos de pesquisa e a sociedade, apresentar o trabalho dos órgãos, integrar ações e promover a valorização da pesquisa nacional” (Lozzi, 2019).

Na ocasião da reunião, Villas Bôas evidenciou que esses institutos de pesquisa são importantes iniciativas para “promover políticas integradoras que provoquem convergência e sejam capazes de oferecer soluções que envolvam diferentes camadas da sociedade” (Lozzi, 2019). Vale dizer que a reunião em tela contou com a participação de representantes de dois institutos de pesquisa: o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) o mesmo instituto federal que viria a apoiar, no ano seguinte, o projeto Moda Connect, um projeto idealizado pela assessora de Izalci Lucas e abraçado pelo Instituto General Villas Bôas. O episódio em tela demonstra a capilaridade da atuação de Villas Bôas durante o período que esteve alocado no GSI além de jogar luz sobre a entrelaçada atuação do Instituto General Villas Bôas junto a órgãos públicos federais, entrelaçamento possibilitado a partir de ligações a figuras políticas para a efetivação de suas atividades.

Entretanto, o IGVB contou também com parcerias junto a iniciativas privadas para concretizar sua atuação. À título de exemplo tem-se a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a qual “hospeda sem custo o IGVB em uma sala de prédio de sua propriedade em Brasília” bem como “também patrocina o instituto de forma direta” (Zanini, 2021). Contudo, a relação entre o IGVB e a CNI não é casual. No dia 21 de fevereiro de 2018, quando ainda ocupava o cargo de comandante do Exército, Villas Bôas foi condecorado com a Ordem do Mérito Industrial entregue por Robson Braga, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018), a mesma condecoração recebida um ano mais tarde por Bolsonaro, também pelas mãos de Robson Braga, conforme CNI (2019). O episódio aponta para relações diretas entre Villas Bôas e a direção nacional da Confederação Nacional da Indústria, o que

ajuda a explicar o estabelecimento da imediata parceria entre o IGVB e a CNI, bem como o patrocínio cedido por parte da entidade privada ao instituto de Villas Bôas.

Ainda em se tratando da atuação do IGVB, há o estabelecimento de outra parceria com uma entidade privada em especial que é da maior importância para a pesquisa em tela: a parceria com o Instituto SAGRES que culminou na elaboração do Projeto de Nação. Como veremos no capítulo de “Resultados” (Capítulo 5), o Instituto SAGRES coordenará as diversas etapas de elaboração do Projeto de Nação bem como sua escrita final, entretanto no dia 06 de outubro de 2020 quando os dois institutos assinaram o acordo de cooperação para desenvolver o Projeto de Nação, o IGVB deixou claro que tal projeto foi “Idealizado pelo General Villas Bôas” além de ser “um dos pilares do IGVB e aspira ser a sonhada Grande Estratégica Brasileira” (General Villas Bôas, 2020e). Ao que tudo indica, portanto, o Projeto de Nação tem seu embrião no desejo do ex-comandante do Exército em elaborar uma diretriz de atuação para o Estado brasileiro.

A reunião entre os dois institutos umbilicalmente ligados a figuras de militares, contou com a presença do general Marco Aurélio Vieira, então presidente do IGVB, e daqueles que viriam assumir a coordenação do Projeto de Nação: Verônica Korilio Campos, então presidente do SAGRES e o general Luiz Eduardo Rocha Paiva membro da diretoria do SAGRES (General Villas Bôas, 2020e). Contudo, vale destacar que este último também é integrante do Instituto General Villas Bôas, sendo inclusive um dos fundadores do instituto (General Villas Bôas, [s.d.a]). Assim sendo, torna-se necessário reter atenção sobre um fator explicativo fundamental que levou à vinculação do SAGRES e do IGVB: a relação entre Villas Bôas e Rocha Paiva.

Os dois generais possuem ampla carreira militar, tendo sido formados na mesma turma da Aman no ano de 1973, conforme destacado com orgulho pelo próprio Rocha Paiva na cerimônia de lançamento do Projeto de Nação (Sagres, 2022b). Os anos de formação na Aman - como já comprovado por outros episódios citados anteriormente - são da maior importância na trajetória dos militares brasileiros e no estabelecimento de relações pessoais e profissionais entres estes. A importância da Academia Militar das Agulhas Negras é ressaltada pelo próprio Villas Bôas em seu livro de memórias ao deixar claro que “A Academia é uma forja de amigos. Amigos para a vida toda. Amigos que nossos filhos chamam de tios” (Castro, 2021, p. 39). Ainda segundo o general “Há também os que eu chamo de ‘irmãos profissionais’”, amigos militares “unidos desde o tempo de cadetes, inicialmente pela identidade de pensamento e valores; mais tarde em relação à carreira e à vida” (Castro, 2021, p. 40). Nessa toada, Villas Bôas fez questão de destacar que um destes

“irmãos profissionais” seria justamente Rocha Paiva, quem, de acordo com Villas Bôas “sempre foi intelectualmente brilhante. Conhecedor profundo de história militar, geopolítica e estratégia. [...] é o intelectual da turma” (Castro, 2021, p. 40).

Desta feita, não é mero acaso o fato de Rocha Paiva ser um dos fundadores do IGVB o que ajuda a delimitar, com mais clareza, a origem do vínculo estabelecido entre os institutos em tela quase que imediatamente após o início das atividades do IGVB⁵². Assim, ao que tudo indica o general Rocha Paiva, membro de ambos os institutos em tela e “irmão profissional” de longa data de Villas Bôas, certamente desempenhou papel central na articulação entre o Instituto SAGRES e o IGVB para a realização do Projeto de Nação.

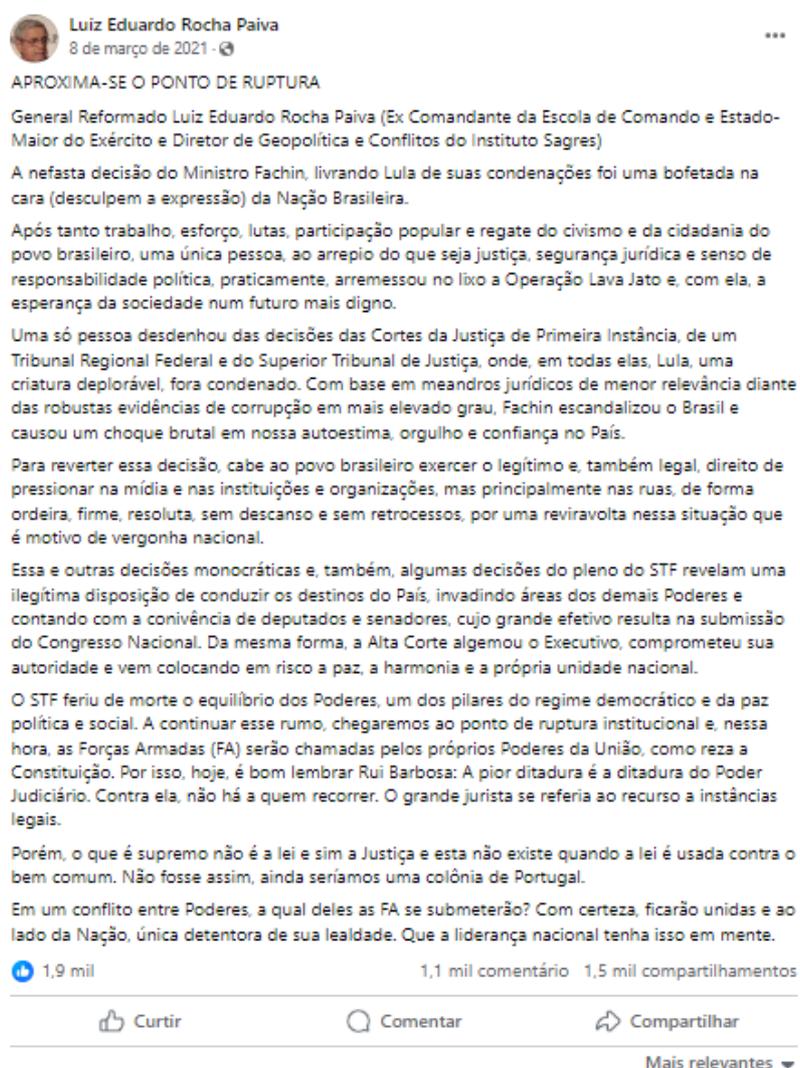
Retendo atenção na figura de Rocha Paiva, vale ressaltar que este parece ter sido igualmente o “elo” entre o Instituto SAGRES e o Instituto Federalista, o terceiro *think tank* responsável pela elaboração do Projeto de Nação. A este respeito, conforme Araújo (2022) Thomas Korontai e Ivomar Schuler da Costa – presidente e vice-presidente do Instituto Federalista, respectivamente – haviam estabelecido relações com o general do SAGRES já no ano de 2018. Ainda a este respeito, em 2022 quando da cerimônia de lançamento do Projeto de Nação, o organizador do evento convoca Rocha Paiva ao palco ressaltando aquilo que estamos tratando de evidenciar: “convidamos o general de brigada Luiz Eduardo Rocha Paiva, Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto SAGRES, conselheiro do Instituto General Villas Bôas e colaborador do Instituto Federalista a fazer a apresentação sucinta do Projeto de Nação” (Sagres, 2022b). Fica evidenciado daí, que o general que coordenou o Projeto de Nação atua diretamente em todos os três institutos responsáveis pela concepção e produção de tal projeto, fato que o aponta enquanto figura fundamental para compreendermos a articulação entre o SAGRES, o IGVB e o Instituto Federalista. Dessa maneira, sua figura não pode ser ignorada quando nos propomos a compreender as articulações entre os institutos em tela.

Atendo-nos mais detalhadamente sobre a figura do general Rocha Paiva, é possível notar que sua atuação ratifica diversos elementos da atuação políticas dos militares brasileiros no período em análise (2014-2023): a ligação a figuras políticas e militares de renome, o enraizamento no aparato estatal, a publicação e divulgação de artigos e notas de cunho político e tentativas de interferência na política nacional. A respeito dos dois últimos, destaca-se o episódio ocorrido em 2021 quando da anulação dos processos contra Lula por parte do então ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin. Deixando clara sua inconformada posição diante da decisão, o General Rocha Paiva – perpetrando uma espécie

⁵² O anúncio da parceria entre o SAGRES e o IGVB para a realização do Projeto de Nação (06/10/2020) se deu poucos dias após o anúncio do início das atividades do Instituto General Villas Bôas (22/09/2020).

de reedição do tuíte de Villas Bôas - publicou em seu perfil oficial no *Facebook* a seguinte nota:

Figura 2 - Publicação no Facebook do General Luiz Eduardo Rocha Paiva em 08/03/2021



Luiz Eduardo Rocha Paiva
8 de março de 2021 · 🌐

APROXIMA-SE O PONTO DE RUPTURA

General Reformado Luiz Eduardo Rocha Paiva (Ex Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres)

A nefasta decisão do Ministro Fachin, livrando Lula de suas condenações foi uma bofetada na cara (desculpem a expressão) da Nação Brasileira.

Após tanto trabalho, esforço, lutas, participação popular e regate do civismo e da cidadania do povo brasileiro, uma única pessoa, ao arrepio do que seja justiça, segurança jurídica e senso de responsabilidade política, praticamente, arremessou no lixo a Operação Lava Jato e, com ela, a esperança da sociedade num futuro mais digno.

Uma só pessoa desdenhou das decisões das Cortes da Justiça de Primeira Instância, de um Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça, onde, em todas elas, Lula, uma criatura deplorável, fora condenado. Com base em meandros jurídicos de menor relevância diante das robustas evidências de corrupção em mais elevado grau, Fachin escandalizou o Brasil e causou um choque brutal em nossa autoestima, orgulho e confiança no País.

Para reverter essa decisão, cabe ao povo brasileiro exercer o legítimo e, também legal, direito de pressionar na mídia e nas instituições e organizações, mas principalmente nas ruas, de forma ordeira, firme, resoluta, sem descansa e sem retrocessos, por uma reviravolta nessa situação que é motivo de vergonha nacional.

Essa e outras decisões monocráticas e, também, algumas decisões do pleno do STF revelam uma ilegítima disposição de conduzir os destinos do País, invadindo áreas dos demais Poderes e contando com a conivência de deputados e senadores, cujo grande efetivo resulta na submissão do Congresso Nacional. Da mesma forma, a Alta Corte algemou o Executivo, comprometeu sua autoridade e vem colocando em risco a paz, a harmonia e a própria unidade nacional.

O STF feriu de morte o equilíbrio dos Poderes, um dos pilares do regime democrático e da paz política e social. A continuar esse rumo, chegaremos ao ponto de ruptura institucional e, nessa hora, as Forças Armadas (FA) serão chamadas pelos próprios Poderes da União, como reza a Constituição. Por isso, hoje, é bom lembrar Rui Barbosa: A pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário. Contra ela, não há a quem recorrer. O grande jurista se referia ao recurso a instâncias legais.

Porém, o que é supremo não é a lei e sim a Justiça e esta não existe quando a lei é usada contra o bem comum. Não fosse assim, ainda seríamos uma colônia de Portugal.

Em um conflito entre Poderes, a qual deles as FA se submeterão? Com certeza, ficarão unidas e ao lado da Nação, única detentora de sua lealdade. Que a liderança nacional tenha isso em mente.

👍 1,9 mil 1,1 mil comentário 1,5 mil compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Mais relevantes ▼

Fonte: Paiva (2021a)

Na nota acima, que recebeu uma série de curtidas e compartilhamentos, o general de brigada ressalta que a decisão do Supremo Tribunal Federal “feriu de morte o equilíbrio dos Poderes” e asseverou que “a continuar esse rumo, chegaremos ao ponto de ruptura institucional e, nessa hora, as Forças Armadas (FA) serão chamadas pelos próprios Poderes da União, como reza a Constituição” (Paiva, 2021a). Desta feita, fazendo alusão a intervenção das Forças Armadas no processo em questão, o general Rocha Paiva reitera uma das formas de atuação política dos militares brasileiros: a tentativa de ingerência de determinados processos políticos decisivos a partir de colocações indiretas e sugestões de intervenção

militar como já fora feito anteriormente por Mourão em 2017 (Valente, 2017) e Villas Bôas em 2018 (Bôas, 2018).

O general Rocha Paiva reitera ainda outro elemento da politização dos militares: a ocupação de cargos públicos visto que “no governo Bolsonaro, foi nomeado membro da Comissão da Anistia, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” (Motoryn, 2022) tendo sido “indicado pela ministra Damares Alves” (Gullino, 2020). Segundo o site oficial do Ministério em tela, a Comissão de Anistia teria “o objetivo de reparar as vítimas de atos de exceção, ocorridos entre 1946 e 1988” tendo “por finalidade específica apreciar os requerimentos de anistia que tenham comprovação inequívoca dos fatos relativos à perseguição política sofrida, além de assessorar a ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em suas decisões” (Brasil, 2019a).

Entretanto, a atuação de Rocha Paiva a partir de 2019 na Comissão de Anistia explicita o assumido compromisso de defesa de figuras das Forças Armadas por seus pares. Prova disso é o fato de que o general de brigada levava “para todas as sessões da comissão o livro de memória de Carlos Brilhante Ustra, militar condenado por tortura na ditadura militar”, conforme Amado (2019). Ainda segundo a matéria do jornal *O Globo* “Nos intervalos dos julgamentos do colegiado, que analisa indenizações para vítimas da ditadura, Rocha Paiva deixa o livro do ex-chefe do DOI-CODI, órgão de repressão do regime, à disposição dos outros conselheiros” (Amado, 2019).

A defesa da figura de Ustra não é casual uma vez que o general Rocha Paiva “comandou a ONG Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), criada em 1998 por fardados defensores e nostálgicos da ditadura militar” (Melo, 2022) entre os quais se destaca a figura do próprio Ustra que é apontado como criador da ONG Ternuma (Santini, 2022). Desta feita, destaca-se o caráter político da defesa de Carlos Alberto Brilhante Ustra, posicionamento que, como vimos, não é desinteressado e tão pouco repentino. Ainda a este respeito, vale destacar que Rocha Paiva, que também é “membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil” (Eblog, [s.d.]), publicou no site desta instituição uma nota exaltando a figura de Carlos Alberto Brilhante Ustra salientando que:

Ustra se tornou um dos símbolos da vitória da Nação sobre os que pretenderam estabelecer o sanguinário regime socialista no Brasil, ideologia do atraso e da violência fratricida, hoje, reconhecidamente fracassada. Ele era o Doutor Tibiriçá, comandante destemido e líder da gloriosa Operação Bandeirante - a OBAN - honraria que o fez **alvo de permanente perseguição revanchista, alimentada por representantes da antiga esquerda revolucionária, encastelados nos altos escalões da República após o início dos anos 1990** (Paiva, [2015], grifos nossos).

Ratificando o profundo anticomunismo dos militares brasileiros, Rocha Paiva saúda a atuação de Ustra e deixa claro que este é “alvo de permanente perseguição revanchista” por parte da esquerda. Com isso, o general de brigada do SAGRES alimenta uma clara crítica à Comissão Nacional da Verdade, a qual teria perpetrado a suposta “perseguição revanchista” a Ustra. É importante salientar que a Comissão Nacional da Verdade determinou, com evidências, a inclusão do nome de Ustra em duas seções⁵³ de seu relatório final. Tal documento afere que “No período em que esteve à frente do DOI-CODI do II Exército ocorreram ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados por ação de agentes dessa unidade militar, em São Paulo” (Brasil, 2014, p. 859) bem como determina que Ustra “Teve participação direta em casos de prisão ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver” (Brasil, 2014, p. 884). Assim, dado o histórico de sua atuação à frente do Ternuma e de idolatria da figura de Ustra, Rocha Paiva invariavelmente se opõe às determinações da Comissão Nacional da Verdade. Na mesma nota anteriormente citada escreve:

Em 2013, assisti ao depoimento do Coronel Ustra em audiência pública da **nefasta, e indevidamente chamada, Comissão Nacional da Verdade**. Ustra enfrentou, com indescritível e admirável coragem moral, inteligência, lucidez e segurança, o cenário montado com o propósito de intimidar e enfraquecer **o mais relevante símbolo da vitória do Exército contra a luta armada**. [...] A audiência foi encerrada, apressadamente, após o tumulto provocado por antigo preso da OBAN, nos anos 1970, frustrado pela intervenção de militares que assistiam ao evento e cuja reação obrigou a comissão a fazer cumprir as recomendações estabelecidas por ela mesma ao início do evento (Paiva, [2015], grifos nossos).

Na sequência, o general de brigada assegura de maneira irônica que:

Por causa desse fracasso, a comissão da omissão da verdade nunca mais fez uma audiência pública durante seus trabalhos, cuja finalidade, de fato, nunca foi revelar a verdade histórica sobre violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988 e promover a reconciliação nacional, propósitos surrealistas após centenas de obras escritas sobre o regime militar e mais de trinta anos da redemocratização. **Seus objetivos, claros desde o início, eram provocar a revisão da Lei de Anistia, para punir apenas os agentes do Estado que combateram a luta armada, condenar os governos militares e os chefes do passado e imobilizar as Forças Armadas, contribuindo com o projeto da liderança política no poder de implantar o socialismo no Brasil**. As Histórias do Brasil e do Exército, inclusive nos anos 1960 e 1970, não hão de ser conhecidas apenas pela versão dessa esquerda socialista radical, derrotada e anistiada pelos governos militares, e descompromissada com os

⁵³ Carlos Alberto Ustra teve seu nome incluído em duas seções do relatório final da Comissão Nacional da Verdade: a Seção “B) Responsabilidade pela gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p. 855) e Seção “C) Responsabilidade pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p. 873). Para ler as delimitações a respeito de Ustra para a Seção B ver página 859 do documento. Para ler as delimitações a respeito da Seção C ver páginas 884 e 885.

feitos históricos e os heróis nacionais. **A verdade não será sufocada pelos apóstolos de Lênin e Mao, seguidores de Fidel, Lula e Chaves e serventes da atual liderança política, pouco afeita à verdade, mentora dos escândalos do mensalão e do petrolão** (Paiva, [2015], grifos nossos).

A partir das passagens anteriores evidencia-se o anticomunismo exacerbado e a camaradagem entre os militares que incorrem na empedernida defesa de Ustra por parte de Rocha Paiva. Ainda outro elemento que reitera o alinhamento político-ideológico entre Ustra e Rocha Paiva é o fato de que este último escreveu “o prefácio do livro *A verdade sufocada*” (Giovanaz, 2021) de autoria do próprio Brilhante Ustra. A rigor o prefácio escrito pelo general do SAGRES trata-se do mesmo texto publicado em 2015 no site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil citado anteriormente. Tratado como um “epílogo” de *A verdade sufocada*, o texto foi divulgado em sites militares no ano de 2020 ainda que se tratasse da mesma elaboração de cinco anos antes, conforme pode ser averiguado em Paiva (2020).

Desta feita, a partir dos apontamentos a respeito da trajetória do co-coordenador do Projeto de Nação, explicita-se, claramente, um elemento que caracteriza o *pensamento político dos militares brasileiros*: o anticomunismo, conforme Lentz (2019, p. 69). Rocha Paiva possui extensa publicação e divulgação de artigos de opinião política nos quais destila seu anticomunismo bem como evidencia sua explícita adesão a vertente anticomunista mais insana: a crença na existência de uma suposta “revolução gramscista” em andamento no Brasil e no mundo e na necessidade de denunciar e combater o assim chamado “marxismo cultural” e suas eventuais articulações com o “Movimento Globalista Mundial” ou simplesmente “globalismo”. Não é o caso de antecipar aqui os escritos de Rocha Paiva – o que será feito no capítulo de “Resultados” (Capítulo 5) –, mas apenas deixar indicado que o general de brigada há anos, está atrelado a uma produção político-ideológica que justifica a obstinada defesa da figura de Ustra durante sua atuação na Comissão de Anistia.

Contudo, vale antecipar um artigo do general do SAGRES publicado na 487ª edição da *Revista do Clube Militar*, uma vez que joga luz sobre episódio fundamental da história recente do país: o envolvimento das Forças Armadas nos atos antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023. A 487ª edição da *Revista do Clube Militar* traz uma série de artigos de autoria de militares da reserva em defesa das manifestações que clamavam por intervenção militar no final do ano de 2022. É tendo este contexto como pano de fundo que Rocha Paiva publica o artigo intitulado *Vocês merecem admiração, respeito, acolhimento e esperança* no qual começa saudando as manifestações e posiciona-se contra a candidatura de Lula:

As gigantes e duradouras manifestações legais, legítimas, pacíficas, espontâneas e plenas de espírito cívico e patriótico, realizadas em todo o País há mais de uma semana, representam os anseios de moralidade, liberdade e justiça, necessidades vitais, para metade ou mais da metade de toda a Nação, hoje ameaçadas pelo PT. Ela não aceita ser governada por Lula, indiciado, julgado e condenado por unanimidade em três instâncias da justiça por corrupção quando era presidente. Por um ex-presidiário solto, com quase dois anos de prisão, após condenações anuladas com base em *questões formais* levantadas pelo STF. [...] **Lula será a ruína moral, política, econômica e social do Brasil, motivo de vergonha nacional.** Muitos nele votaram por alienação intelectual, ao desconhecer seu desditoso envolvimento com a justiça. Há, também, os que assim votaram por professarem a ideologia socialista liberticida onde, pasmem vocês, os fins justificam os meios (Paiva, 2022, p. 20, grifos nossos).

Com claro cunho político, o artigo de autoria de Rocha Paiva aponta a candidatura de Lula enquanto uma ameaça para os valores defendidos pela suposta maioria da população de tal forma que, por conta disso, as manifestações que ficaram dias diante de quartéis do Exército seriam legítimas. O general do SAGRES, contudo, vai além, indicando que a volta de Lula à cena política do país somente tornou-se possível a partir da atuação da assim chamada “liderança patrimonialista fisiológica”, caracterização que, como veremos, estará presente no Projeto de Nação. Nesta trilha, Rocha Paiva assegura:

A Nação também não suporta mais ser conduzida por uma longeva **liderança patrimonialista fisiológica**, em grande parte corrupta, que desvirtua e deslegitima as leis, manipulando-as para usurpar os bens nacionais em favor de interesses pessoais, grupais e partidários. **Ela está nos três Poderes da União** e, ao sentir a ameaça da operação lava-jato e da ascensão de uma nova liderança, ambas sinalizando novos rumos para a política nacional, **aliou-se ao PT e reabilitou o único político capaz de, com base na indignação moral ou intelectual e na servidão ideológica de grande parte da sociedade, disputar a presidência com Bolsonaro.** O anseio de viver num País com muito menos corrupção foi frustrado após o **desmonte da operação lava-jato promovido pelo STF com base em questões formais legais, mas usadas com ilegítimas intenções** (Paiva, 2022, p. 20, grifos nossos).

A partir dessas colocações, Rocha Paiva, que parte de uma crítica a Lula, deságua na crítica ao alvo preferido dos militares: o Supremo Tribunal Federal. Ao deixar claro que a assim chamada “liderança patrimonialista fisiológica” está presente “nos três Poderes da União”, o general de brigada intenta deslegitimar a figura dos três poderes e deságua, conseqüentemente, na crítica a decisão do STF – a quais ele já havia repudiado na publicação do *Facebook* anteriormente reproduzida – como responsável por reabilitar o retorno de Lula e do Partido dos Trabalhadores para as eleições daquele ano. Na seqüência, Rocha Paiva aponta que “Uma pauta das manifestações decorre do insucesso do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] em convencer plenamente a Nação da segurança das urnas eletrônicas e da imparcialidade no

processo eleitoral” (Paiva, 2022, p. 20-21) fazendo clara crítica ao órgão e botando em xeque a legitimidade das urnas. Em suma: deslegitima os adversários para legitimar os aliados.

Por fim, saúda as manifestações e, uma vez mais termina com o “tom” de ameaça tantas vezes utilizado pelos militares brasileiros em momentos decisivos da política nacional ao dizer que “Essa imensa parcela da Nação terá que ser considerada pelo futuro governo ou haverá uma série de movimentos legais, legítimos e ordeiros, mas permanentes e afirmativos, que tornarão o governo inviável” (Paiva, 2022, p. 21). Essa prática de ameaças é constante nas elaborações do general do SAGRES uma vez que, além da publicação de 2021 trazida anteriormente, segundo o relatório da CPMI o mesmo “defendeu, em coluna publicada no jornal *O Estado de São Paulo* de 05/10/2017, uma ‘intervenção militar’ respaldada no art. 142 da Constituição Federal” utilizando, portanto, a mesma prerrogativa “de uso frequente entre os insurgentes do Oito de Janeiro” (Brasil, 2023, p. 2019).

Os escritos de caráter político e compromissado de Rocha Paiva renderam-lhe a reprodução integral deste mesmo artigo no relatório final da Comissão Parlamentar Mista dos Inquéritos dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (Brasil, 2024, p. 214-215). Ademais, o general foi citado no mesmo relatório em decorrência da coordenação do Projeto de Nação, o qual foi estudado pelos membros da CPMI e apontado enquanto um projeto pautado na ideia de “que a soberania do País estaria em risco, mas haveria, entre os nacionais, aqueles mais capacitados e formados a salvar o futuro da nação” o que implica a sugestão de “que seriam os militares os designados para a relevante e abnegada função” (Brasil, 2023, p. 207).

O Projeto de Nação levou a CPMI a atentar-se ao Instituto SAGRES, o qual foi, em decorrência de sua atuação política, igualmente citado ao longo do relatório final. De acordo com o relatório, a CPMI constatou

por exemplo, que **associações civis, compostas essencialmente por oficiais militares da reserva, difundem abertamente teorias conspiracionistas de natureza criptocrática muito semelhantes ao “marxismo cultural”** [...] Neste caso, porém, o discurso não é produzido em fóruns anônimos de internet, mas por **instituições que chegam a contar com apoio público do Estado e que têm larga penetração nos quadros das Forças Armadas.** Este é caso, por exemplo, do Instituto Sagres, que, em parceria com o Instituto General Villas Bôas (IGVB) e com o Instituto Federalista, articula uma reação a um suposto movimento “globalista”, por meio de um projeto coordenado pelo general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, ex-comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e ex-presidente da organização não-governamental Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) (Brasil, 2023, p. 204, grifos nossos).

Assim sendo, a CPMI incorre na constatação daquilo que estamos tentando demonstrar ao longo deste subcapítulo: que a atuação do SAGRES não é isolada, ao revés,

caminha na esteira da atuação de diversos outros *think tanks* militares e de direita que veem há anos divulgando notas de opinião de cunho político, recebendo verbas públicas, tendo seus membros alocados no aparato estatal, em cargos políticos e nas Forças Armadas e, principalmente, atuando em sinergia uns com os outros.

Desta feita, é sintomática a citação dos três institutos em análise – SAGRES, General Villas Bôas e Federalista – no relatório final da CPMI do 8 de janeiro. A atuação destes institutos e de seus membros não pode ser, portanto, ignorada e sublevada. Ademais, além de Rocha Paiva, outro general que compõe a diretoria do SAGRES foi citado no relatório final da CPMI do 8 de janeiro, o general de exército Ridauto Lúcio Fernandes. Este último passou a ser investigado pela CPMI pois “produziu imagens que demonstram que estava in loco no dia 8 de janeiro de 2023, ou seja, participou diretamente dos atos antidemocráticos contra os Poderes da República” (Brasil, 2023, p. 870).

A inquestionável participação direta de Ridauto nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 levaram a CPMI a concluir pela responsabilidade criminal deste (Brasil, 2023, p. 871). Vale ressaltar que além de Ridauto ser “um dos subscritores e idealizador do documento denominado ‘Projeto de Nação’” também é “integrante do grupo denominado ‘kids pretos’” (Brasil, 2023, p. 869). O grupo dos “kids pretos”, “também chamado de ‘forças especiais’ (FE)”, é composto por “militares da ativa ou da reserva do Exército, especialistas em operações especiais [...] treinados para participar de missões com alto grau de risco e sigilo” (Tralli, 2023a). Os “kids pretos” são responsáveis pela realização de “operações de guerra irregular – terrorismo, guerrilha, insurreição, movimentos de resistência e insurgência” além de serem “preparados para situações que envolvam sabotagem, operações de inteligência, planejamento de fugas e evasões” (Tralli, 2023a).

Assim sendo, a Polícia Federal, a partir da Operação Lesa Pátria, voltou as investigações ao grupo “kids pretos” por suspeita de terem “dado início às invasões às sedes dos Três Poderes” (Tralli, 2023a). Os “kids pretos” foram também investigados pela CPMI do 08 de janeiro pelo possível treinamento de parte dos manifestantes envolvidos nos atos antidemocráticos. O relatório final da CPMI aponta um relatório de inteligência produzido pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o qual relata “a presença de indivíduos uniformizados [no dia 8 de janeiro] com treinamentos militar, possivelmente recrutados e treinados por ‘kids pretos’” (Brasil, 2023, p. 870).

Assim sendo, as imagens que comprovam a participação direta de Ridauto no dia 8 de janeiro corroboraram uma operação de busca e apreensão contra o mesmo no dia 29 de setembro de 2023, conforme Tralli (2023a). A figura de Ridauto tornou-se, portanto, central

para as investigações em torno dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, sendo “acusado de ser um dos líderes dos kids pretos” (Brasil, 2023, p. 207). Desta feita, enquanto membro da diretoria do instituto SAGRES, a atuação de Ridauto não pode ser ignorada quando nos propomos a analisar a atuação política recente deste instituto, de seus membros e parceiros.

É ainda necessário destacar que Ridauto, assim como outros membros do SAGRES já tratados anteriormente, também esteve alocado em órgão público durante o último governo. A este respeito, salienta-se de antemão que “Em quatro anos, a gestão de Bolsonaro convocou pelo menos 26 kids pretos” (Abreu, 2023) para assumir cargos públicos, quantidade que chama atenção, considerando que “Segundo o Exército, atualmente os ‘kids pretos’ têm um efetivo aproximado em torno de 2,5 mil militares”, segundo Bastos (2023). A indicação de tantos “kids pretos” para cargos públicos estratégicos se dá por conta deste ser “o grupo preferido de Bolsonaro na corporação” de tal forma que “chegou ao poder em Brasília e cercou-se dos kids pretos – única força em que Bolsonaro dizia confiar plenamente” (Abreu, 2023).

Dentre os “kids pretos” alocados no aparato estatal da gestão Bolsonaro destaca-se “o general Luiz Eduardo Ramos, que foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência e, também, da Casa Civil” responsável pela “articulação para que Bolsonaro colocasse no Comando do Exército o general Freire Gomes, outro kid preto” (Abreu, 2023). Ainda outro “kid preto” nomeado por Bolsonaro é o tenente-coronel Mauro Cid. Conhecido como “ajudante de ordens de Bolsonaro” (Abreu, 2023), Mauro Cid está envolvido em uma série de episódios controversos⁵⁴.

Outro “kid preto” indicado por Bolsonaro trata-se do “general Eduardo Pazuello, que fez a desastrosa gestão do Ministério da Saúde na pandemia”, além de seu “principal auxiliar”, o “coronel Elcio Franco Filho, outro kid preto” (Abreu, 2023). Este último, que esteve envolvido em casos de má gestão durante a pandemia da Covid-19⁵⁵, recentemente protagonizou um episódio diretamente ligado aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 “por aparecer num áudio em que se discutia a mobilização de 1,5 mil soldados para dar um golpe e devolver o poder a Bolsonaro” (Abreu, 2023). Trata-se de conversas de áudio que vieram a público “depois da apreensão do celular de Mauro Cid” (Abreu, 2023). Nestes áudios “Mauro

⁵⁴ Segundo Abreu (2023) Mauro Cid “certamente, é o militar mais enrolado nas falcatruas do governo, do contrabando das joias sauditas à falsificação da carteira de vacinação contra a Covid, passando por toda sorte de manipulação com dinheiro vivo dentro do palácio”. Ademais, ainda na mesma matéria, é apontado que houve o envolvimento de outros dois “kids pretos” no caso das joias sauditas: “Cleiton Henrique Holzschuk, que tentou registrar as joias como bem privado de Bolsonaro” e “Marcelo da Costa Câmara, que gerenciava o acervo particular do ex-presidente” (Abreu, 2023).

⁵⁵ De acordo com Abreu (2023) Elcio Franco Filho “ficou conhecido por não ter respondido ao e-mail da Pfizer oferecendo vacinas ao Brasil” além de, posteriormente, “ter autorizado a compra de vacina superfaturada”.

Cid e o ex-major Ailton Barros conversam com o coronel Elcio Franco [...] sobre como mobilizar o comandante do Exército, general Freire Gomes, para uma intentona golpista” (Brasil, 2023, p. 502).

O conjunto de áudios revelados contém ainda uma conversa entre Elcio Franco e Ailton Barros, “um ex-paraquedista expulso do Exército nos anos 2000 e muito próximo de Bolsonaro” (Abreu, 2023). O conteúdo do diálogo é reproduzido pelo relatório final da CPMI do 8 de janeiro, no qual Ailton Barros defende que “É preciso convencer o comandante da Brigada de Operações Especiais de Goiânia a prender o Alexandre de Moraes. Vamos organizar, desenvolver, instruir e equipar 1,5 mil homens” (Brasil, 2023, p. 242). Vale ressaltar que os “kids pretos”, ao finalizar seus treinamentos, “passam a integrar um dos quatro batalhões do Comando de Operações Especiais (COpEsp), todos eles instalados em Goiânia, ou a 3ª Companhia de Forças Especiais, em Manaus” o que explica a menção de Ailton à Brigada de Operações Especiais de Goiânia, conforme Abreu (2023). Ainda em outra conversa, dessa vez com Mauro Cid, Ailton Barros defende a mesma coisa: “Vamos organizar, desenvolver, instruir e equipar 1,5 mil homens” (Brasil, 2023, p. 829).

Desta feita, as conversas previamente apontadas endossam as suspeitas de vínculos entre militares, em especial os “kids pretos”, e os atos antidemocráticos o que culminou com a indicação de responsabilidade criminal de Elcio Franco, Ailton Barros por parte da CPMI do 08 de janeiro, conforme Brasil (2023, p. 830) e de Mauro Cid, segundo Brasil (2023, p. 827).

Retomando o “kid preto” do SAGRES, o general Ridauto, ressalta-se que, além de ter tido deflagrada participação direta nos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, o mesmo reiterou ainda outro movimento típico da politização dos militares: alocou-se no aparato estatal, tendo sido nomeado para atuar justamente no Ministério comandado pelo “kid preto” Eduardo Pazuello. Desta feita, mesmo após ter se envolvido em caso controverso no ano de 2020⁵⁶, Ridauto “ingressou no Ministério da Saúde em 2021 a convite do general Eduardo

⁵⁶ Trata-se da ligação entre Ridauto e a “Biogeoenergy, uma empresa de soluções tecnológicas suspeita de irregularidades em venda de ventiladores pulmonares” (Amaral, 2022). A Biogeoenergy foi alvo da Operação Ragnarok, uma ação coordenada pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia a qual “investigou uma possível fraude na venda de 300 ventiladores pulmonares ao Consórcio Nordeste por cerca de R\$ 48,7 milhões”, segundo Amaral (2022). É sabido que em maio de 2020 Ridauto acompanhou Paulo de Tarso, CEO da Biogeoenergy em uma reunião no Ministério da Saúde e outra em um hospital do Exército com o objetivo de conseguir “incentivos governamentais para a produção dos ventiladores pulmonares” da Biogeoenergy (Amaral 2022). Vale ressaltar que a razão pela presença de Ridauto nestas reuniões se deu pelo fato do Instituto SAGRES prestar consultoria para a Biogeoenergy. As duas organizações já haviam estabelecido contato anteriormente uma vez que a Biogeoenergy “fechou contrato de patrocínio de R\$300 mil com o Sagres para um fórum sobre o semiárido em Mossoró (RN) que o instituto ajudou a promover” (Amaral, 2022), o mesmo Fórum de Desenvolvimento do Semiárido já citado previamente neste trabalho. Assim sendo, com a assessoria do SAGRES, a Biogeoenergy conseguiu fechar contratos com o governo federal recebendo “cerca de R\$810 mil da União” (Amaral, 2022). Contudo, no que diz respeito aos negócios privados com o Consórcio Nordeste, “os ventiladores pulmonares da Biogeoenergy nunca foram produzidos ou entregues aos estados nordestinos” e “Paulo de Tarso chegou a ser

Pazuello” (Soares, 2023) no final de janeiro daquele ano para ocupar o cargo de assessor do Departamento de Logística em Saúde, conforme Amaral (2022). Posteriormente, em julho de 2021, Ridauto assumiu a direção do Departamento de Logística, cargo que ocupou até dezembro de 2022, conforme Tralli (2023b). Desta feita, tendo atuado em cargo chave no Ministério da Saúde durante a pandemia da Covid-19, a atuação de Rodauto configura mais um exemplo do enraizamento da diretoria do SAGRES em órgãos públicos, sempre a partir de nomeações angariadas por vínculos precedentes entre as partes envolvidas.

Assim sendo, fica delimitado, para fins deste subtópico, um quadro geral da atuação política do Instituto SAGRES bem como dos outros dois institutos responsáveis pela elaboração do Projeto de Nação, o Instituto General Villas Bôas e o Instituto Federalista. Tratamos de evidenciar, ao longo do presente subcapítulo, a maneira muitíssimo articulada com a qual esses *think tanks* operam, potencializando suas ações a partir de vínculos diretos com órgãos públicos, figuras políticas da direita e militares da ativa e da reserva. Ademais, o estudo das atividades realizadas pelos três institutos possibilitou compreender as origens do Projeto de Nação bem como o “elo” responsável por concretizar a articulação entre os institutos em tela: o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, “amigo profissional” de Villas Bôas e integrante de todos os três *think tanks*, que viria a ser co-coordenador do Projeto de Nação. Ressaltamos que ainda outros apontamentos a respeito das origens e elaboração do Projeto de Nação serão discutidos no capítulo de “Resultados” (Capítulo 5).

Por fim, ressaltamos que o objetivo do presente subtópico não foi apenas narrar uma série de episódios chave envolvendo os institutos, mas sim, tomando-os como ponto de partida analítica, apreender a *maneira como* os institutos em tela atuam: através de consultorias a órgãos públicos e privados, a partir da sinergia com outros *think tanks*, através da articulação com figuras e partidos políticos, além da produção ideológica a partir da realização de fóruns e seminários e da publicação de artigos, notas e publicações de cunho político que demonstram, como vimos, claro alinhamento ideológico entre os militares brasileiros bem como suas tentativas de ingerência a processos políticos decisivos. Assim, os achados vão ao encontro da anterior constatação de enraizamento e influência que os militares exercem hoje sobre a atuação estatal, conforme Leirner (2021a), o que mostra ter sido da

preso” (Amaral, 2022). A controvérsia surge quando “Tanto o Instituto Sagres quanto o general Ridauto negam que tenham assessorado a Biogeoenergy nas negociações com a Hempcare [intermediária do Consórcio Nordeste], pois o contrato previa apenas assessoria sobre atividades relativas a órgãos governamentais” (Amaral, 2022). Entretanto, contrapondo-se às declarações do Sagres e de Ridauto, este último foi citado na CPI da Covid da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em depoimento de Cleber Isaac, um intermediário do Consórcio Nordeste que afirmou que o general Ridauto era responsável até mesmo pela “relação institucional de Paulo de Tarso” nas tratativas do Consórcio Nordeste, conforme apurado por matéria do Jornal UOL (Amaral, 2022).

maior importância o esforço de evidenciar *as formas* de atuação dos institutos em tela e de seus membros durante a última década.

Remetendo ao período delimitado para análise (2014-2023) identifica-se a atuação política do Instituto SAGRES a partir do entrelaçamento de suas ações com os mais diversos institutos, órgãos e entidades e figuras políticas. Destaca-se o entrelaçamento do Instituto SAGRES com distintos grupos militares: em matéria de 17 de julho de 2021 do *The Intercept Brasil* quando do período de elaboração do Projeto de Nação “um alto oficial do Exército mandou que fosse distribuído esta semana um questionário elaborado por três instituições privadas e que servirá para ‘criar condições objetivas para o Brasil proporcionar um futuro de justiça e felicidade ao povo brasileiro’”⁵⁷ (Martins, 2021). O alto oficial mencionado se trata do general Valério Stumpf Trindade quem estava à época à frente do Comando Militar do Sul e que, de acordo com a matéria, ordenou que uma pesquisa - etapa de elaboração do Projeto de Nação - fosse compartilhada com a Rede de Colaboradores do núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul a fim de obter respostas para um questionário que iria dar base para a formulação do Projeto de Nação⁵⁸.

A respeito dessa etapa de elaboração do Projeto de Nação tem-se documentado que a etapa de aplicação de questionário - intitulada “Consulta Áugures” - se daria como uma “consulta a Especialistas”, a qual somente seria exitosa “com a ampla participação da sociedade por intermédio da colaboração de Órgãos e Instituições Públicas, de Empresas do Mercado, de Instituições Acadêmicas e da Sociedade Civil Organizada” (Sagres, [2021a], p. 2). O jornal *The Intercept Brasil* captou bem a relação ao dizer que “sim, é exatamente o que você pensou: uma espécie de plano de governo para o país, elaborado com a colaboração de militares da ativa por institutos privados que pertencem, também, a militares” (Martins, 2021). Evidencia-se a partir desse episódio, ainda mais uma vez, a atuação do Instituto SAGRES sempre em contato com entidades externas - nesse caso um segmento do Exército - buscando atingir seus objetivos. Reitera-se, portanto, o *modus operandi* da atuação política do instituto em tela, contando sempre com o auxílio de figuras de renome e prestígio para endossar suas propostas.

⁵⁷ O questionário dessa etapa de elaboração está presente em documentação encontrada no site do Instituto SAGRES ainda que não seja mais possível visualizá-lo. Disponível em: <https://sagres.org.br/Apresent/3.%20Consulta%20a%20Especialistas%20-%20V.Digital%2014.02.21-1.pdf>.

⁵⁸ Trata-se da chamada “Consulta Áugures”, etapa de consecução do Projeto de Nação baseado na aplicação de um questionário com o fito de obter respostas a respeito de 37 temas - os mesmos que compõem a versão final do Projeto de Nação. Disponível em: https://sagres.org.br/Apresent/2.%20Resumo%20do%20Pjt%20e%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20aos%20Respondentes%20da%20Consulta_J.pdf.

4 TENDÊNCIAS DO IRRACIONALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O presente capítulo tem como objetivo fazer apontamentos acerca de uma questão central do presente trabalho: o irracionalismo. Para tanto, este capítulo estará dividido em três partes. A primeira delas tem como foco apontar o caso clássico alemão tendo como base os apontamentos de György Lukács a respeito da questão. Esta primeira parte está dividida em três subtópicos. O primeiro deles tem como objetivo apresentar a categoria da “via prussiana”, a qual diz respeito à forma particular de entificação do capitalismo na Alemanha que conforma o chão histórico do qual nasceu o irracionalismo em seu “caso clássico”. Já os dois subtópicos restantes terão como objetivo apresentar as duas fases do processo de *decadência ideológica da burguesia* em meio ao qual está inserido o nascedouro do irracionalismo, fenômeno que alcançou o ápice de seu desenvolvimento justamente em solo alemão durante a fase imperialista do capitalismo.

O segundo subcapítulo está dividido em duas partes. Na primeira, serão apresentados os apontamentos de Lukács a respeito da difusão e modificação das tendências do irracionalismo no pós-guerra tendo como foco particular os apontamentos do filósofo húngaro acerca do irracionalismo inerente ao pensamento administrativo-político produzido naquele período. Este subtópico está fundamentado, em grande parte, a partir das análises de Lukács a respeito do tema presentes no *Epílogo d’A Destruição da Razão*. Já na segunda parte, serão apresentados os apontamentos de John Bellamy Foster acerca do “imperialismo tardio” que conforma as condições objetivas que possibilitam o florescimento e propagação de tendências irracionalistas nos dias de hoje, o que o autor chama do “novo irracionalismo”. Trata-se, portanto, do objetivo de demonstrar que o irracionalismo não se trata de um fenômeno morto e datado, ao revés trata-se de um fenômeno vigente em nossos dias e que deve ser, por conseguinte, devidamente combatido.

No terceiro e último subtópico o interesse repousa em apontar tendências de regressividade observadas no Brasil ao longo dos anos. Para tanto, o subcapítulo em tela estará dividido em duas partes. A primeira tem o intuito de apresentar os traços da particularidade da forma de ser capitalismo brasileiro do século XX, apreensão necessária para a compreensão do nível de regressividade do ideário daí engendrado. Para tanto, estaremos sustentados na categoria da *via colonial* elaborada por José Chasin para a devida explicação da forma particular de efetivação do capitalismo brasileiro. Por fim, a segunda parte tem como objetivo retomar trabalhos científicos que se inclinaram sobre formas de pensamento regressivas e extraíram daí expressões de tendências do irracionalismo. Temos

como exemplo o já muitas vezes mencionado estudo de José Chasin acerca do integralismo de Plínio Salgado. No campo do pensamento militar brasileiro serão trazidos à baila os trabalhos de Vânia Assunção com relação ao pensamento de Golbery do Couto e Silva, importante ideólogo militar. Por fim, no campo da administração política, será retomado o estudo de Elcemir Paço Cunha e Leandro Guedes acerca do pensamento de Roberto Simonsen. O objetivo último deste subcapítulo será, portanto, demonstrar que tendências regressivas e irracionais já estavam presentes em formas de pensamento tipicamente brasileiros já no século passado.

4.1 CASO CLÁSSICO ALEMÃO

O irracionalismo “como tendência central decisiva da filosofia reacionária dos séculos XIX e XX” (Lukács, 2020, p. 16) foi estudada a fundo por György Lukács. O filósofo húngaro apreendeu o caráter internacional de tal ideologia podendo constatar suas tendências em pensamentos de outros países que não apenas a Alemanha. O intuito deste subcapítulo é, entretanto, a partir das contribuições de Lukács expor as linhas gerais do caso “clássico” do Irracionalismo verificado na Alemanha dado seu caráter mais agudo que desaguou no ideário nacional-socialista.

Vale ressaltar, entretanto, que o caso “clássico” alemão ocorreu a partir de um processo histórico, o qual se deu no interior do processo de *decadência ideológica da burguesia*, categoria estudada por Lukács em *A Destruição da Razão* e em seu *Existencialismo ou Marxismo*. Segundo Lukács, esse processo histórico de decadência ideológica - que se deu atrelado às condições sócio-históricas da Alemanha - se iniciou bem antes do período imperialista e da ascensão do nazifascismo remontando à meados do século XIX.

Tendo isso em vista, salientamos que o irracionalismo em seu caso “clássico” alemão se deu a partir de um processo histórico o qual é necessário conhecer. Assim sendo, antes de tudo, torna-se necessário deslindar a forma particular de entificação societário-capitalista na Alemanha, forma essa a qual concebida como “via prussiana” por Lenin e amplamente desenvolvida por Lukács aponta os traços fundamentais do chão histórico alemão que engendrou esta *decadência ideológica*. Este será, portanto, o objetivo da primeira parte do presente subcapítulo: explicitar os fundamentos da categoria da “via prussiana” em especial a partir dos escritos de Lukács bem como apontar os escritos de Marx que expõem a apreensão

dos traços essenciais da particularidade do desenvolvimento do capitalismo alemão na figura daquilo que o Mouro designou como “Miséria Alemã”.

Na sequência, nosso objetivo será apresentar as distintas fases da decadência ideológica da burguesia. Reconhecendo o irracionalismo como tendência central do período imperialista, Lukács afirma que “é evidente que, se falamos de uma crise constante da filosofia no estágio do imperialismo, é necessário distinguir várias etapas dessa crise” (Lukács, 1968, p. 30) evidenciando que o processo histórico que levou ao completo domínio do irracionalismo na Alemanha não se deu de forma única.

Assim, o filósofo húngaro aponta a existência de três períodos distintos que demarcam o percurso do pensamento burguês os quais serão destrinchados nos *subtópicos 4.1.2 e 4.1.3* da presente seção do trabalho: o *período clássico* de verdadeiro interesse científico que perdurou até 1848 e teve em Ricardo seu principal expoente, o período seguinte - *primeira fase da decadência ideológica da burguesia* - que vai de 1848 até 1890 sendo marcado pelo agnosticismo e a apologética direta ao capitalismo e um terceiro período - *segunda fase da decadência* - marcado pela apologética indireta ao capitalismo, o irracionalismo agudo e tendo em Nietzsche seu principal expoente.

4.1.1 O caminho particular de objetivação do capitalismo alemão: a “via prussiana”

Indo ao encontro do já apontado entrelaçamento entre as condições históricas e as formações ideais que daí florescem, ressaltamos de partida que “nenhuma análise científica é possível sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social” (Lukács, 2020, p. 21). Portanto, para compreender o “caso clássico” do irracionalismo – ocorrido na Alemanha – necessário torna-se apreender os “fundamentos reais da situação histórico-social” da Alemanha dos séculos XIX e XX como bem aludiu Lukács. Em outros termos, compreender tais fundamentos perpassa o exercício de apreender o processo particular de entificação do capitalismo alemão - bem como suas correspondentes formas políticas e formas de consciência - o qual respondeu a uma série de contingências sócio-históricas legadas pelo passado social, político e econômico daquele país. Assim, o objetivo deste subcapítulo é exatamente jogar luz sobre os traços fundamentais e as contingências históricas que perfizeram o “caminho” alemão de objetivação do capitalismo ou, para retomar o termo de Lenin, apreender os traços fundamentais da “via prussiana” de entificação do capitalismo.

As circunstâncias históricas que perfizeram o “caminho” alemão foram trazidas à baila por Marx em diversas de suas obras. Destacamos de início a importância dos textos do Mouro

contidos na *Nova Gazeta Renana*, um “diário editado em Colônia entre 1º de junho de 1848 e 19 de maio de 1849”, o qual se tornou “o centro diretivo político-ideológico da sua intervenção revolucionária na Alemanha” (Netto, 2020, p. 242). A relevância desta empreitada de Marx e Engels é ainda ratificada por José Chasin ao afirmar ter sido “a arma teórica e prática de Marx na revolução alemã de 48” (Chasin, 1993, p. 16).

Muitas vezes ignorados, de tal forma que o “desconhecimento da riquíssima coleção de artigos do periódico renano é lamentável” (Chasin, 1993, p. 15), os textos de Marx publicados na *Nova Gazeta Renana* apresentam uma série de contribuições para a discussão pretendida para o presente subtópico. De um total de 301 volumes publicados, ressaltamos *A burguesia e a contra-revolução*⁵⁹, texto composto por uma série de quatro artigos “redigidos em apenas três semanas, [o qual] faz o balanço de março a dezembro do processo alemão de 48” (Chasin, 1993, p. 38).

Neste conjunto de artigos Marx aponta de maneira brilhante uma série de elementos determinantes do caminho particular de desenvolvimento do capitalismo alemão como por exemplo seu caráter *tardio*, sua feição antidemocrática atrelada a manutenção de um Estado *anacrônico* de tipo absolutista-feudal possibilitado pelo conluio entre a aristocracia prussiana e a pusilânime burguesia alemã e a inércia do proletariado alemão justificado por sua incompletude de classe. Essa soma de fatores apontava para uma forma de entificação capitalista particular, que não se pôs a partir de um movimento verdadeiramente revolucionário, mas sim por um processo antidemocrático de *reformismo pelo alto* (Marx, 2020).

Ao tratar da revolução prussiana de março de 1848 na 169ª edição da *Nova Gazeta Renana*, Marx aponta que esta estava “Bem longe de ser uma *revolução europeia*” (Marx, 2020, p. 324). Com “revolução europeia” Marx refere-se “a expressão clássica do capitalismo como resultante de uma revolução, que denomina enfaticamente de ‘tipo europeu’ (inglesa e francesa)”, conforme Chasin (1993, p. 38). Assim sendo, ainda na 169ª edição, Marx destaca

⁵⁹ Os quatro textos que conformam “A burguesia e a contra-revolução” dizem respeito às publicações de Marx nos números 165, 169, 170 e 183 da *Nova Gazeta Renana* (Chasin, 1993; Netto, 2020). Esse conjunto de textos foi publicado de maneira inédita em 1982 no Brasil na 10ª edição da *Revista Nova Escrita Ensaio* por iniciativa da Editora Ensaio dirigida por José Chasin. O conjunto de quatro textos foi originalmente traduzido pelo próprio Chasin e Maria Dolores Prades sendo posteriormente publicado em forma de livro em 1987 também pela Editora Ensaio. A publicação de 1987, a qual contou com a tradução de Chasin, Maria Dolores Prade e Márcia Valéria Martinez de Aguiar foi utilizada anos mais tarde por Livia Cotrim quando da inédita publicação pela editora Expressão Popular de todo o conjunto de textos de Marx e Engels publicados na *Nova Gazeta Renana* em língua portuguesa (Marx, 2020). Em decorrência de pequenos ajustes no texto e pela facilidade do leitor interessado em acessar a edição da Expressão Popular estaremos utilizando a edição organizada por Livia Cotrim quando da citação de passagens da *Nova Gazeta Renana* em detrimento das edições de 1982 e 1987 publicadas pela Editora Ensaio.

elementos particulares da revolução prussiana de março de 1848 que a distingue das revoluções burguesas efetivadas por França e Inglaterra. Em última instância esse escrito sublinha elementos fundamentais da particularidade da “via prussiana” frente a “via clássica” ao ressaltar que:

Não se deve confundir a revolução prussiana de março nem com a revolução inglesa de 1648, nem com a revolução francesa de 1789. Em 1648, a burguesia estava aliada com a nobreza moderna contra a monarquia, a aristocracia feudal e a Igreja dominante. Em 1789, a burguesia estava aliada com o povo contra a monarquia, a nobreza e a Igreja dominante. [...] **Nas duas revoluções a burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta (Spitze) do movimento.** [...] **As revoluções de 1648 e 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (Stils) europeu.** Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. **Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais.** A revolução de 1648 foi o triunfo do século XVII sobre o século XVI, a revolução de 1789 o triunfo do século XVIII sobre o século XVII. Essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo de então do que das partes do mundo onde tinham ocorrido, Inglaterra e França (Marx, 2020, p. 323-324, grifos nossos).

Na sequência, o autor em destaque evidencia que em oposição aos países de “via clássica”

Não houve nada disso na revolução prussiana de março. [...] **Bem longe de ser uma revolução europeia, era apenas o retardado eco débil de uma revolução europeia num país atrasado.** Em vez de estar à frente de seu século, atrasara-se mais de meio século em relação a ele. [...] **Não se tratava da instauração de uma nova sociedade, mas do renascimento berlinense da sociedade morta em Paris.** A revolução prussiana de março não foi sequer *nacional, alemã*, era desde o princípio *provincial-prussiana*. [...] **Enquanto 1648 e 1789 tinham orgulho infinito de estar na ponta da criação, a ambição do 1848 berlinense consistia em formar um anacronismo.** [...] A burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia cujas ideias e interesses são aparentados aos do proletariado. E tinha não apenas uma classe *detrás* de si, *diante* dela toda a Europa olhava com hostilidade. **A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que, diante dos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava toda a sociedade moderna.** Ela havia decaído ao nível de uma espécie de *casta*, tanto hostil à Coroa como ao povo, querelando contra ambos, mas indecisa contra cada adversário seu tomado singularmente, pois sempre via ambos diante ou detrás de si; estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida (Marx, 2020, p. 324-325, grifos nossos).

As duas passagens trazidas acima exprimem com rigor o fato de que as *revoluções europeias* inglesas e francesas encarnavam todos os anseios de uma nova sociedade em vias de entificação: a sociedade burguesa. Desta maneira, Marx deixa claro o caráter verdadeiramente revolucionário e democrático das revoluções europeias que marcaram profundamente a “via clássica” de efetivação do capitalismo. O mesmo, entretanto, não ocorreu para o caso alemão. *Tardiamente* principiado, o processo de desenvolvimento do capitalismo na Alemanha se deu de maneira reacionária e antidemocrática através da coligação entre os representantes da velha sociedade feudal e a titubeante burguesia alemã *contra* as massas populares.

Assim sendo, a burguesia alemã não realizou sua *tarefa histórica* de destruição do antigo regime absolutista-feudal. A este respeito, Marx salienta na 183ª edição da *Nova Gazeta Renana* que, ao contrário da burguesia francesa, os representantes da burguesia alemã “Não haviam derrubado trono nenhum, não haviam eliminado a sociedade feudal, muito menos seus últimos vestígios, não tinham que manter nenhuma sociedade criada por eles próprios” (Marx, 2020, p. 330).

Em decorrência deste caminho particular, o desenvolvimento econômico alemão sofreria uma série de constrangimentos e restrições. Seguindo a contribuição dos escritos marxianos, é possível reter de uma passagem do prefácio da primeira edição *d’O Capital* de 1867 o precário desenvolvimento do capitalismo alemão quando comparado ao capitalismo inglês:

Onde a produção capitalista se instalou plenamente entre nós - por exemplo, nas fábricas propriamente ditas -, as condições são muito piores que na Inglaterra, pois aqui não há o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, atormenta-nos, do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. **Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!*** (Marx, 2017c, p. 79, grifos nossos).

A passagem é da maior importância uma vez que aponta um verdadeiro contraste entre os distintos graus de desenvolvimento econômico entre a Alemanha e a Inglaterra. Vale lembrar que, da data de publicação da primeira edição *d’O Capital*, a Alemanha havia ainda de unificar seus distintos territórios independentes, o que só ocorreria quatro anos mais tarde, no ano de 1871. Mais importante ainda é a indicação de Marx ao fato de que o precário desenvolvimento alemão, em última instância, paga tributo ao passado daquele país, um

passado não apenas econômico, mas que engloba simultaneamente seu correspondente “séquito de relações sociais e políticas anacrônicas”. Assim, o filósofo alemão joga luz sobre a relação entre o débil desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e o passado econômico, social e político ao qual responde.

É possível reter com Lukács em *A destruição da razão* o já antecipado caráter *tardio* do processo de entificação do capitalismo alemão de tal sorte que “pode se dizer que o destino, a tragédia do povo alemão, consiste no fato de que o desenvolvimento burguês moderno chegou tarde demais ao país” (Lukács, 2020, p. 37). A Alemanha se encontrava na primeira metade do século XIX atrasada economicamente quando confrontada com os países de “via clássica” de desenvolvimento capitalista – dos quais se destacam Inglaterra e França –, que já haviam tomado uma série de passos, os quais, para a Alemanha, estavam ainda muito distantes de serem realizados. Soma-se a isso o fato de que a Alemanha na primeira metade do século XIX se encontrava ainda fragmentada em uma série de territórios independentes, com dialeto próprio e voltados ao comércio local, o que dificultava a universalização da troca de mercadorias e o consequente estabelecimento de uma economia sob moldes capitalistas em todo o território alemão.

Levando em conta a fragmentação territorial alemã, principal fator obstaculizador do pleno desenvolvimento econômico do país, que já perdurava há séculos (Lukács, 2020, p. 38)⁶⁰, tornou-se um imperativo para o desenvolvimento econômico da Alemanha do século XIX deprender um processo de unificação nacional. Esta problemática tornou-se elemento central para a Alemanha já na passagem do século XVIII ao XIX dado que

nesse período - pela primeira vez, desde as lutas dos camponeses -, a unificação nacional converteu-se em objeto das exigências de um amplo movimento de massas, que abrangia importantes camadas da nação alemã. Assim - Lênin foi o primeiro a formular isso claramente -, **a questão da unificação nacional tornou-se a questão central da revolução burguesa na Alemanha** (Lukács, 2020, p 44, grifos nossos).

É possível reter daí elemento reiterador do caráter *tardio* do processo de desenvolvimento do capitalismo na Alemanha uma vez que os “grandes povos do Ocidente, principalmente a Inglaterra e a França, conquistaram a sua unidade nacional já sob a

⁶⁰ A respeito da fragmentação do território alemão e seus consequentes entraves ao desenvolvimento econômico da Alemanha, Lukács ressalta que tal estado de coisas perdurou por séculos no território alemão. Segundo o autor, “houve na Alemanha, no final da Idade Média e no início da Modernidade, um forte progresso da mineração, da indústria e nos transportes, mas que se deu de modo muito mais lento do que na Inglaterra, na França e na Holanda. Engels chama a atenção para o fato de que existia na época um elemento essencialmente desvantajoso para o desenvolvimento alemão, que consistia nas fracas relações econômicas existentes entre os diversos territórios, se comparadas com as dos grandes países da civilização ocidental” (Lukács, 2020, p. 38).

monarquia absoluta, isto é, a unidade nacional foi o primeiro resultado da luta de classes entre a burguesia e o feudalismo” enquanto na Alemanha “a revolução burguesa precisava ainda conquistar essa unidade nacional, precisava construir seus alicerces” (Lukács, 2020, p. 45). No prefácio de *Goethe e seu tempo* Lukács (2021, p. 33) reafirma a elaboração anterior ao dizer que naquele momento histórico “se excetuarmos a Itália –, somente na Alemanha a questão é formulada de maneira que o problema central da revolução burguesa consiste na unidade nacional *a ser criada*”.

Entretanto, o filósofo magiar deixa claro que o destacado caráter “tardio” do desenvolvimento do capitalismo pela “via prussiana” em relação aos países de “via clássica” não se dá por uma questão meramente temporal, mas pela distinção do *quadro histórico* em que os distintos “caminhos” se efetivaram, de tal forma que o “desenvolvimento espontâneo do capitalismo ocorreu na Alemanha não na fase da produção manufatureira, como na Inglaterra e na França, mas na era do capitalismo realmente moderno [imperialista]” (Lukács, 2020, p. 50).

Portanto, em decorrência da *tardia* unificação nacional alemã, elemento caracterizador da particularidade da “via prussiana”, o desenvolvimento capitalista alemão encontraria uma série de obstáculos e nuances que divergem da unificação nacional ocorrida nos países de “via clássica”. Dentre elas, destaca-se o fato de que o processo de unificação alemã foi marcado desde o princípio por seu caráter reacionário e antidemocrático, pela esterilidade da burguesia ascendente alemã e pela total exclusão da participação popular no processo de unificação do capitalismo, uma vez que

As circunstâncias desfavoráveis determinadas pela situação de fragmentação nacional na qual se encontrava a Alemanha no período da atualidade da revolução democrático-burguesa **se manifestavam no fator subjetivo da revolução pelo fato de a burguesia, a pequena burguesia, as massas plebeias e o proletariado terem ingressado na revolução politicamente despreparados.** A fragmentação em pequenos estados foi extremamente desvantajosa para a educação democrático-revolucionária dos estratos inferiores da população, para o desenvolvimento de tradições democrático-revolucionárias das massas plebeias. Sua única experiência política constituía-se apenas de pequenas e mesquinhas lutas locais no âmbito dos pequenos estados (Lukács, 2020, p. 48, grifos nossos).

Assim, em decorrência de circunstâncias históricas, pavimentou-se o caminho para que, em especial os *Junkers*, representantes da nobreza aristocrática da Prússia, assumissem o protagonismo no processo de desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. Dado o despreparo político-ideológico de amplos setores sociais “a burocracia absolutista-feudal dos pequenos estados alemães, principalmente da Prússia, foi forçada a intervir, de modo ativo e

proeminente, na sustentação do desenvolvimento capitalista” (Lukács, 2020, p. 50).

Enquanto epicentro do processo em tela, a Prússia irá, como veremos, imprimir sua marca no caminho particular de desenvolvimento econômico alemão – e nos correspondentes desdobramentos nos campos político e ideológico – uma vez que o processo de unificação nacional efetivou “uma prussianização da Alemanha”, donde “tanto a burocracia aristocrática como todas as instituições destinadas a conservar intacta a sua hegemonia política (o sistema eleitoral das três classes na Prússia etc.) foram cuidadosamente mantidas” (Lukács, 2020, p. 54).

Desta forma, ao contrário do ocorrido nos processos de “via clássica” de entificação do capitalismo, o processo de unificação nacional e o conseqüente desenvolvimento do capitalismo alemão não foi liderado pela emergente burguesia nacional junto às massas, tomando parte no embate histórico *contra* as antigas classes feudais. Ao revés, realizou-se a “criação da unidade alemã ‘de cima para baixo’ por meio das baionetas prussianas” (Lukács, 2020, p. 54) atrelada à conciliação de classes entre a burguesia e os representantes do antigo regime.

A respeito do modelo político alemão, Marx em a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* publicado em 1843 já havia chamado a atenção para o fato de que “A luta contra o presente político alemão é a luta contra o passado das nações modernas” (Marx, 2010, p. 154), de tal forma que “o atual regime alemão [...] é um anacronismo” (Marx, 2010, p. 154). Assim sendo, em decorrência do protagonismo da nobreza aristocrática prussiana no processo de unificação alemã atrelado ao compromisso de classes e a esterilidade das massas, o processo de desenvolvimento do capitalismo alemão pôde se dar sem o necessário revolucionamento do anacrônico modelo político feudal-absolutista prussiano. O processo em tela é sinteticamente explicitado pela pesquisadora marxista Isabel Loureiro em seu livro *A Revolução Alemã*:

Em outras palavras, os *Junker* prussianos, nobres proprietários de terras, conseguiram impor à sociedade alemã seu modelo político-institucional militar e autoritário - apoiados por parte da burguesia liberal -, que internamente não oferecia condições para o enraizamento de uma tradição revolucionária democrática e, externamente, representava uma ameaça para seus vizinhos europeus (Loureiro, 2020, p. 26, grifos nossos).

Reassegurando o caráter anacrônico do modelo político absolutista-feudal prussiano anteriormente destacado por Marx, Loureiro (2020, p. 30) destaca que “a Alemanha do Segundo Império era um Estado moderno industrializado numa velha casca política autoritária

semifeudal” evidenciando que, apesar da regressividade no plano político, foi possível galgar avanços econômicos na Alemanha naquele período. A este respeito, a partir das contribuições de Lenin, Lukács evidencia o protagonismo do Estado prussiano no processo de desenvolvimento econômico em tela bem como joga luz sobre as contingências que permitiram a manutenção do Estado prussiano no interior de tal processo:

Essa “via prussiana” do desenvolvimento da Alemanha teve, todavia, consequências imediatas, pois **esse tipo de surgimento da unidade econômica teve, como consequência, a existência, em amplos setores capitalistas, de antemão, da dependência em relação ao Estado prussiano, a tendência a fazer pactos contínuos com a burocracia semifeudal, a perspectiva da possibilidade de realizar os interesses econômicos da burguesia em aliança pacífica com a monarquia prussiana.** Por isso, Engels pôde dizer mais tarde, que **em 1848, não havia para a burguesia prussiana uma necessidade imperiosa de resolver pela via revolucionária o problema do poder dentro do Estado** (Lukács, 2020, p. 50, grifos nossos).

Em outros termos, o *historicamente novo* encetou o desenvolvimento capitalista *unido* ao *historicamente velho* não assumindo relação de antagonismo, como foi o caso das revoluções burguesas inglesa e francesa. Em *Goethe e seu tempo*, Lukács, tendo Engels como lupa, evidenciou esse grau de reacionarismo enquanto um dos elementos que demarcam o caráter “não clássico” da “via prussiana” ao dizer que “Engels certa vez comparou o desenvolvimento alemão e o francês desde o início da liquidação do feudalismo até o surgimento da unidade nacional e da democracia burguesa” chegando ao resultado de que “em toda época, os franceses encontraram uma solução progressista para todo problema histórico e os alemães, uma solução reacionária” (Lukács, 2021, p. 32)

Contrastando com a “via clássica”, demarcada por seu caráter democrático, de tal sorte que as burguesias inglesa e francesa realizaram sua tarefa histórica efetivamente revolucionária *contra* o antigo regime (Marx, 2020), a “via prussiana” de desenvolvimento do capitalismo foi demarcada por um processo de unificação nacional do qual a burguesia alemã furtou-se da tarefa de assumir a posição de ponta de lança e, a partir da conciliação de classes “pelo alto”, cedeu as rédeas deste processo às elites aristocráticas e militares prussianas. Dito de outra forma, trata-se da conciliação do *historicamente novo* com o *historicamente velho* como bem salientou José Chasin ao tratar da “via prussiana” nas páginas finais *d’O Integralismo*:

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, **tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento.** Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de

forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. **Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os pecados de todas as formas de estado”** (Chasin, 1978, p. 625, grifos nossos).

Assim, marcada pelo reacionarismo, a unificação alemã se deu a partir de um “reformismo pelo alto”, ou seja, a partir de um processo de conciliação de classes possibilitando simultaneamente o desenvolvimento capitalista e a manutenção do já – supostamente – superado modelo político absolutista-feudal. Contudo, é mister salientar uma vez mais que a saída reacionário-conciliadora não se deu por acaso. Pelo contrário, em decorrência de seu caráter *tardio*, o desenvolvimento alemão se deu em um *quadro histórico* no qual o proletariado e a burguesia já haviam travado suas primeiras batalhas, de tal sorte que não era mais possível, como foi para os países de “via clássica”, uma ação conjunta entre a burguesia e a classe trabalhadora *contra* o antigo regime.

Marcado em especial pelas revoluções de 1848, aquele *quadro histórico* exerceu “um efeito assustador sobre a burguesia alemã e acelerou decididamente a já existente tendência à conciliação [...] com os ‘antigos poderes’” (Lukács, 2020, p. 51). Fica claro, portanto, que a saída conciliadora se deu enquanto *resposta* da burguesia e da aristocracia feudal frente a um emergente proletariado alemão, o qual, “embora pouco desenvolvido, [era] um proletariado moderno” (Lukács, 2020, p. 51). Entretanto, é importante reter que tal conciliação pôde se efetivar sem a devida contestação das massas trabalhadoras uma vez que, apesar da existência de “um proletariado já independente”, este ainda “não era capaz de influir decisivamente no curso dos acontecimentos” (Lukács, 2020, p. 51).

Assim sendo, quando se iniciou *tardiamente* o processo de desenvolvimento capitalista na Alemanha o proletariado daquele país, ainda que do incipiente desenvolvimento econômico, já havia aprendido com o proletariado de outros países europeus contra quem lutar. Marx e Engels salientaram no *Manifesto Comunista* publicado em 1848 que “A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (Marx; Engels, 2010, p. 40-41) de modo que um processo de desenvolvimento econômico e sociopolítico verdadeiramente democrático encabeçado pela burguesia junto à classe trabalhadora estava barrado desde o início para o caso alemão.

A este respeito Loureiro evidencia sinteticamente a maneira antidemocrática como se deu a unificação alemã excluindo a participação popular enquanto resultado da conciliação reacionária entre burguesia e aristocracia feudal:

Na Alemanha da segunda metade do século XIX, existiam dois projetos políticos em disputa: um, liberal e democrático; o outro, militarista e reacionário. Com a derrota, em 1849, do ideal de uma Alemanha democrática, as elites conservadoras da Prússia - nobreza, burocracia, militares -, que haviam participado, com a Áustria, da repressão à revolução, lideradas por Bismarck (ministro-presidente da Prússia a partir de 1862 e chanceler do Reich desde 1871), passam a comandar militarmente o processo de unificação nacional. **A maior parte da burguesia alemã se une em torno de Bismarck, inimigo declarado do liberalismo desde 1848, para que ele realize a unidade do país tornada indispensável pelo desenvolvimento das forças produtivas.** De 1850 a 1870, a Alemanha – principalmente a Prússia, mas também os pequenos principados e cidades livres que em seguida formariam o Estado alemão – experimenta um rápido desenvolvimento econômico, o que permite criar condições para a unificação nacional. Esta, por sua vez, favorece o desenvolvimento econômico. **Agora, no entanto, em vez de ser fruto de um movimento liberal e democrático, a unificação é feita pelo alto, pela diplomacia e pela guerra** (Loureiro, 2020, p. 25, grifos nossos).

Contrapondo-se a conhecida passagem de Marx e Engels de que “A burguesia desempenhou na história um papel iminente revolucionário” (Marx; Engels, 2010, p. 42), a burguesia alemã contentou-se com o avanço econômico alcançado pelo país abrindo mão de tomar partido na luta contra a forma política absolutista-feudal então vigente. Lukács (2020, p. 53) evidencia igualmente tal posicionamento da burguesia alemã ressaltando que “quando, em 1848, eclodiu uma primeira revolução, as consequências [...] do atraso econômico e da fragmentação nacional levaram à debilidade das massas plebeias, à traição da burguesia contra a sua própria revolução e, com isso, selar a vitória da reação feudal-absolutista”. A coligação de classes enquanto *resposta* à frustrada revolução de 1848 é também evidenciada por Marx na 170ª edição da *Nova Gazeta Renana* ao apontar que “A revolução de março [de 1848] de maneira nenhuma submeteu o soberano por graça divina ao povo soberano. Ela somente obrigou a Coroa, o Estado absolutista, a se entender com a burguesia, a conciliar (*vereinbaren*) com sua velha rival” (Marx, 2020, p. 325).

O desenvolvimento do capitalismo alemão deu-se, portanto, de maneira muito peculiar mantendo o modelo político do *ancien régime* intacto e simultaneamente galgando elevado grau de desenvolvimento econômico a partir da conciliação de classes *contra* o proletariado e as massas. Assim, é vital apreender que a derrota das massas em 1848 “foi decisiva para todo desenvolvimento estatal e ideológico posterior da Alemanha” (Lukács, 2020, p. 53), uma vez que deu condições, como vimos anteriormente, para que a nobreza feudal-absolutista, em

especial aquela advinda da Prússia, toma-se as rédeas do processo de unificação alemã e do desenvolvimento econômico do país mantendo seu *status quo* nos planos político e social.

Da passagem anterior de Lukács, evidencia-se a já tantas vezes anunciada inter-relação entre a sociabilidade alemã marcada pela “via prussiana” e as formações ideais daí emergentes. Evidenciando o entrelaçamento entre o terreno material e as formações ideais daí provenientes, Lukács ressalta que no período pós-1848 depreendeu-se uma verdadeira “falsificação em grande estilo da história alemã” (Lukács, 2020, p. 55), porquanto resposta necessária a apologética daquele estado de coisas, isto é:

uma historiografia que celebra precisamente o caráter retardatário do desenvolvimento alemão como um traço especialmente glorioso, como um traço particular correspondente à “essência alemã”, que critica e nega como um caráter não alemão avesso ao “espírito nacional” alemão, todos os princípios e resultados do desenvolvimento revolucionário democrático-burguês do Ocidente. E as iniciativas voltadas para uma inflexão progressista na história alemã, a guerra dos camponeses, o jacobinismo de Mainz, determinadas tendências democráticas da época das guerras de libertação, as reações plebeias diante da revolução de junho de 1848, ou foram totalmente mantidas em silêncio ou falsificadas de tal modo que se apresentavam ao leitor como eventos assustadores. O ano de 1848 foi chamado, na terminologia burguesa alemã, desde então, de “o ano louco”. Os períodos reacionários da história alemã, pelo contrário, foram apresentados em Esplendor e Glória (Lukács, 2020, p. 55, grifos nossos).

Fica claro, portanto, que a “via prussiana”, a qual desaguou numa verdadeira “prussianização da Alemanha”, impactou fortemente em desdobramentos no plano ideológico. Assim, o homem, enquanto um *ser que dá respostas*, efetivou uma historiografia apologética dos traços fundamentais da “via prussiana”, elevando-os ao patamar de essência mesma daquele país.

Entretanto, a apologética em tela “não se limitou aos fatos da história” uma vez que também “influenciou de modo desastroso a metodologia da ciência histórica e da ciência social e, muito para além disso, todo o pensamento social e histórico na Alemanha” de tal forma que após 1848 “surgiu uma nova onda, a do irracionalismo histórico-social” (Lukács, 2020, p. 55) na Alemanha. De acordo com Lukács (2020, p. 56) o triunfo do irracionalismo enquanto corrente dominante daquele período encontrou “suas raízes na vida social e política da Alemanha”, donde o “motivo mais essencial de todos” diz respeito “a psicologia de súdito do alemão médio, e também do intelectual, por mais elevada que seja sua posição” (Lukács, 2020, p. 56).

Esse predominante traço de personalidade do povo alemão – servilismo – só pode ser ontologicamente compreendido enquanto desdobramento da “prussianização da Alemanha”, como bem destacou Isabel Loureiro:

O predomínio da Prússia no processo de unificação da Alemanha também teve sérias consequências no plano cultural. Em contraste com os países do outro lado do Reno, a sociedade alemã se formou num ambiente dominado pela tradição militar de comando e obediência - e pela glorificação da força. O exército era um organismo privilegiado; e seus membros, cidadãos que gozavam de prerrogativas, como a que dava um subtenente prussiano o direito de exigir que um civil lhe cedesse o lugar na calçada. A virtude primeira do soldado, a disciplina, se estendia a todos os cidadãos. Um exemplo gritante da mentalidade militar do Segundo Império era o das confrarias estudantis universitárias (*Burchenschaft*), impregnadas de espírito semifeudal. O estudante candidato à confraria precisava passar pela prova do duelo, demonstração de honra e coragem, em que cada concorrente sofria um corte no rosto, cujo resultado, visto como uma distinção de classe, era uma cicatriz ostensiva e permanente. Na passagem do século, até mesmo as confrarias estudantis liberais viraram adeptas dessa prática ridícula. Fazer parte de uma confraria significava uma adesão ao espírito aristocrático e conservador do império. **O *Kaiserreich* era assim uma sociedade formada de indivíduos disciplinados, treinados para obedecer às ordens do alto sem questioná-las, como exigia o imperador Guilherme II (1859-1941) [...] Não por acaso, os estudiosos da época são unânimes ao apontar no alemão médio traços de submissão e servilismo em relação ao de cima, compensados pela agressividade com os de baixo. É com essa matéria-prima psíquica que será moldada mais tarde a massa amorfa dos “pequenos nazistas”** (Loureiro, 2020, p. 27-28, grifos nossos).

Da extensa passagem anterior fica claro que o servilismo, a obediência e a glorificação da força encontram, em última instância, sua raiz explicativa na sociabilidade alemã marcada pela influência decisiva da Prússia. O filósofo húngaro reafirma ainda em outro lugar que “a ideologia *Junker* imprime seu cunho nas camadas determinantes da intelectualidade burguesa” (Lukács, 2021, p. 33) influência esta que vai “desde os hábitos de vida mais superficiais até a visão de mundo” (Lukács, 2021, p. 34). Assim sendo, a influência *Junker* nas formações ideais tipicamente alemãs ou ainda o processo de “prussianização da Alemanha” explicam

toda a “mentalidade” neoalemã [...] queremos chamar a atenção do leitor para alguns traços principais. Por exemplo, **a falta de coragem cívica**, constatada já por Bismarck como característica nacional e que inquestionavelmente constitui uma marca da nobreza cortesã e da nobreza do funcionalismo. Na mais estreita relação com isso encontram-se **o medo de tomar uma decisão autônoma responsável e a concomitante brutalidade desumana e inescrupulosa praticada contra os de baixo (e dissimulada em relação aos de cima)**. A incapacidade da burguesia alemã, com frequência constatada no campo da política, deve ser igualmente atribuída a esse desenvolvimento (Lukács, 2021, p. 34, grifos nossos).

Enquanto desdobramentos subjetivos próprios da “via prussiana” tais traços da personalidade do alemão médio, como indicado por Lukács e Loureiro, serão basilares para o posterior desenvolvimento da filosofia irracionalista alemã nos séculos XIX e XX. Tal caminho particular de objetivação do capitalismo alemão impactou igualmente as expressões artísticas daquele país. Retendo atenção especial sobre a literatura, Lukács (2021, p. 35)

denuncia o fato de que “as tendências reacionárias se tornaram preponderantes no campo da cultura”, de tal forma que “Nem mesmo gigantes como Goethe e Hegel puderam se desvencilhar da atmosfera opressiva do filistinismo estreito que envolvia toda a literatura alemã clássica” (Lukács, 2021, p. 37) reverberando, por conseguinte, a necessidade de conhecermos os fundamentos da situação histórico-social da Alemanha deste período.

Não é por acaso, portanto, que György Lukács tenha iniciado seu livro *A Destruição da Razão* explicitando justamente os traços fundamentais da “via prussiana”, a qual deu os contornos objetivos e subjetivos para a posterior efetivação do fenômeno do irracionalismo. Efetivada a partir de um *desenvolvimento desigual e combinado*, na medida em que “na Alemanha o progresso social e o desenvolvimento nacional não se apoiaram reciprocamente e se impulsionaram, como na França, mas assumiram uma relação antagônica entre si” (Lukács, 2021, p. 33), a sociabilidade capitalista alemã encetou personalidades tacanhas e mesquinhas bem como efetivou formações ideais reacionárias e filisteias.

Tais formações ideais apologéticas do capitalismo alemão justificam-se sobretudo pelo elevadíssimo grau de desenvolvimento econômico alcançado pela Alemanha, a despeito do regime político reacionário e anti-democrático do *Segundo Reich*. Jogando luz uma vez mais sobre o *desenvolvimento desigual e combinado* alemão Lukács ressalta que

A Alemanha, ano após ano, deixou de ser um país economicamente atrasado. Pelo contrário: no período imperialista, o capitalismo alemão superou o capitalismo inglês, que até então liderava a Europa; **a Alemanha converteu-se – ao lado dos Estados Unidos – na região capitalista mais típica e mais altamente desenvolvida do mundo. Ao mesmo tempo, porém, como vimos, ela enrijeceu a sua estrutura política e social democraticamente atrasada** (relações agrárias, parlamentarismo de fachada, “governo pessoal” do Imperador, resquícios do espírito provinciano dos pequenos Estados etc.) (Lukács, 2020, p. 58, grifos nossos).

Assim sendo, apesar de *tardio*, o rápido e intenso desenvolvimento econômico alemão, explica a capitulação apologética da intelectualidade alemã diante daquele estado de coisas, o que configura uma verdadeira *decadência ideológica da burguesia*. A este respeito, cabe o arremate do filósofo húngaro:

como a relação contraditória assim dada, entre economia e política, não impedia, na Alemanha, o desdobramento do capitalismo alemão - aqui se pode então compreender claramente a “via prussiana” do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha -, **formou-se necessariamente uma ideologia capaz de defender no plano do pensamento essa contradição entre a estrutura econômica e a estrutura política da Alemanha como inerente a uma mais alto nível de desenvolvimento, com maior possibilidade de progresso em comparação com o Ocidente democrático** (Lukács, 2020, p. 59, grifos nossos).

A apologética em tela efetiva-se, portanto, diante de um desenvolvimento *desigual* entre economia e estrutura política alemã, donde o avanço do primeiro a um grau antes impensável exerce enorme influência no posicionamento dos intelectuais e ideólogos burgueses, que passam a defender aquele estado de coisas marcado por uma forma política autoritária, reacionária e antidemocrática. Em *Goethe e seu tempo* nosso autor reafirma a apologética depreendida pela intelectualidade alemã e evidencia o “pioneirismo” alemão em efetivar ideologias antidemocráticas e reacionárias:

Após a fundação reacionária da unidade alemã, **esse caráter retrógrado foi estilizado em termos ideológicos, como se justamente essa Alemanha tivesse sido vocacionada para superar as contradições da democracia moderna em uma “unidade superior”.** Não é por acaso que o antidemocratismo como visão de mundo tomou forma em **primeiríssimo lugar exatamente nessa Alemanha**, que no período imperialista assumiu o papel de liderança na elaboração da ideologia reacionária (Lukács, 2021, p. 34, grifos nossos).

Fica claro, portanto, o caráter de *resposta* das formações ideais diante das circunstâncias históricas uma vez que o ideólogo efetiva suas ideias, verdadeiras ou falsas, não importa, a partir das decisões que toma diante de tais circunstâncias. Assim, retomando em Marx que “A filosofia alemã é o *prolongamento ideal* da história alemã” (Marx, 2013, p. 156), evidenciamos que o Irracionalismo se efetivou em seu “caso clássico” na Alemanha, no interior daquilo que ficou conhecido como a *decadência ideológica da burguesia*, enquanto desdobramento subjetivo – não mecânico – da “via prussiana” e de seu corolário: o servilismo exacerbado da intelectualidade alemã.

Ficam assim expostos os elementos fundamentais da “via prussiana”, a qual diz respeito ao processo de objetivação do capitalismo na Alemanha. Mais importante, entretanto, é reter que tais aspectos particulares conformam a base objetiva, bem como seu séquito de desdobramentos subjetivos, os quais habilitaram a efetivação do fenômeno do irracionalismo no interior de um processo mais amplo de *decadência ideológica da burguesia*. Entendida tal fundamentação histórica, podemos agora avançar mais a fundo sobre o fenômeno do irracionalismo e as distintas fases da *decadência* que serão tema dos próximos subcapítulos.

4.1.2 Primeira fase da decadência ideológica da burguesia: da filosofia clássica a apologética direta do capitalismo e o agnosticismo

György Lukács aponta o irracionalismo “clássico” alemão como o resultado de um processo histórico que se iniciou anteriormente ao período imperialista propriamente dito e

sempre atrelado às condições sócio-históricas e ao estágio da luta de classes em tal país. Portanto, o irracionalismo não brota do fortuito, pelo contrário, suas tendências se verificam como *resposta* aos contornos sócio-históricos, ao estágio da luta de classes e aos adversários ideológicos com os quais o ideólogo burguês se depara. Esses apontamentos são, portanto, fundamentais para a reta compreensão da problemática do irracionalismo uma vez que as condições da luta de classes se alteram no tempo e, por consequência, alteram-se e renovam-se as respostas irracionalistas acionadas.

Isto posto, vale ressaltar que o irracionalismo é uma tendência da filosofia que se verifica no interior do processo da *decadência ideológica da burguesia*, sendo inclusive, a deflagração do ponto mais agudo deste processo – como iremos discorrer no próximo subtópico. Desta feita, Lukács aponta que, ainda que o Irracionalismo em seu caso “clássico” alemão tenha se verificado em resposta a *decadência ideológica da burguesia*, é mister ressaltar que a *decadência* conforma duas distintas fases, implicando, por conseguinte, na conformação de tendências irracionalistas de distintas feições e elaborações ao longo do período que marcou o caso “clássico” alemão.

Como já aludido anteriormente, a filosofia irracionalista se trata da “culminância de um longo processo, inicialmente tido como ‘inocente’” (Lukács, 2020, p. 82) indicando que, ainda que se tenha observado seu ponto mais agudo e explícito de desenvolvimento na fase imperialista, o irracionalismo se colocou a partir de um longo processo iniciado antes da fase propriamente imperialista do capital.

Ainda a respeito deste fenômeno o autor húngaro coloca que “tanto as suas origens como a sua forma de manifestação hitlerista, bem como a sua permanência no presente têm raízes socioeconômicas internacionais, e por isso a filosofia irracionalista se manifestava igualmente em escala internacional” (Lukács, 2020, p. 82). Tais constatações salientam o caráter não só internacional de sua manifestação, mas também de suas origens, de sua gênese. Assim, compreender o irracionalismo “clássico” alemão perpassa a dupla tarefa de compreendê-lo como fenômeno internacional e simultaneamente particular atrelado às próprias condições sócio-históricas alemãs dos séculos XIX e XX.

Assim sendo, torna-se possível delimitar aqui aspectos fundamentais da primeira fase da *decadência ideológica da burguesia* – de caráter internacional – atrelada aos aspectos fundamentais da particularidade alemã do mesmo período.

Antes de adentrar a primeira fase da *decadência ideológica da burguesia*, entretanto, necessário se torna apontar o período do pensamento burguês clássico que a precedeu. Tal período, o qual já foi apontado anteriormente neste trabalho a respeito das figuras de Ricardo

e Smith na escola econômica clássica, se deu em contraponto à antiga sociedade feudal. O pensamento burguês deste período pôde assumir caráter verdadeiramente científico atrelado ao estudo - descompromissado - das relações de produção burguesas. Como já referido a esse respeito, Marx deixa claro em *A Miséria da Filosofia* que

Os economistas como Adam Smith e Ricardo, que são os historiadores dessa época, não têm outra missão a não ser demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesas, formular essas relações em categorias, em leis, e demonstrar como essas leis, essas categorias, são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal (Marx, 2017b, p, 112).

Ressalta-se assim o caráter científico – socialmente possibilitado – da fase do pensamento clássico burguês atrelado a uma análise de rigor possibilitada pelo interesse genuíno em apreender as relações sociais de produção do novo modo de produção em desenvolvimento – capitalista – frente aos remanescentes traços do feudalismo em fenecimento. Marx considera Ricardo como o principal expoente do pensamento econômico clássico evidenciando que o economista “nos apresenta o movimento real da produção burguesa que constitui o valor” (Marx, 2017b, p. 57) tal fato sendo possibilitado pelo estágio da luta de classes ainda latente. Sobre tal nível de compromisso científico socialmente possibilitado cabe o arremate

Marx entende, portanto, que Ricardo significa o momento culminante da cientificidade burguesa no plano da economia, isto é, representa momento histórico ascensional dessa classe, quando ainda era possível “um estudo descompromissado da perspectiva burguesa”. **A obra deste economista assinala o momento em que “a luta de classes não estava desenvolvida”, daí a possibilidade de fazer ciência, mesmo que sob certas ilações ingênuas. Mas, a partir de Ricardo, as coisas mudam, “a ciência burguesa da economia havia chegado a seus limites intransponíveis”** (Vaisman, 1996, p. 203, grifos nossos).

Fica claro assim, que tal caráter descompromissado é socialmente possibilitado pelo estágio latente da luta de classes. Entretanto, essa fase do pensamento chega a “limites intransponíveis”. Vaisman questiona “Que limites são esses?” (Vaisman, 1996, p. 203) e a resposta vem em sequência ao dizer que “Marx reconhece que a burguesia teve lugar e momento sociais para fazer ciência. O limite histórico-social intransponível que a impossibilitou de continuar produzindo do mesmo modo são as revoluções de 1848” (Vaisman, 1996, p. 204).

Tal colocação vai ao encontro do que foi colocado por Lukács a respeito da evolução do pensamento burguês em sua primeira fase ao dizer que “o primeiro período é o da filosofia

burguesa clássica, que vai até cerca do fim do primeiro terço do século XIX, ou, no máximo, até 1848” (Lukács, 1967, p. 31). Vale dizer, entretanto, que esta etapa de verdadeiro descompromisso científico para o pensamento econômico nunca se deu em solo alemão. Dado seu processo de objetivação capitalista de caráter tardio frente a Inglaterra de Ricardo – país de “via clássica”, conforme discutido anteriormente – é possível dizer que “situação completamente distinta do caso inglês ocorre com os alemães” (Vaisman, 1996, p. 204).

Tal impossibilidade se deu duplamente: pela falta das condições objetivas – em decorrência do caráter tardio da entificação do capitalismo alemão – e, pelo fato de que quando estas condições objetivas finalmente se deram, o quadro histórico – pós 1848 – já estava marcado pelo antagonismo explícito da luta de classes entre burguesia e proletariado não sendo mais possível a produção de uma ciência econômica descompromissada em solo alemão. Dessa forma

a situação dos alemães, ao contrário do caso inglês, demonstra a impossibilidade posta socialmente de constituição de uma teoria econômica científica, pois enquanto havia condições subjetivas para tanto - “o estudo descompromissado” -, faltavam-lhes as condições objetivas - “as relações econômicas modernas” [...] Os alemães se encontraram, assim, impossibilitados historicamente, por duas vezes, de criar uma economia política. A constituição específica do desenvolvimento capitalista naquele país, diferentemente dos casos inglês e francês, o conduziu a uma situação de anacronismo em relação a esses últimos, produzindo também entraves teóricos para a apreensão da realidade capitalista a partir da ótica burguesa (Vaisman, 1996, p. 204-205).

Assim, fica delimitado aspectos fundamentais do processo histórico da efetivação capitalista em solo alemão que explicam por que não foi possível haver historicamente na Alemanha uma economia política livre de liames apologéticos, portanto, verdadeiramente científica.

Uma vez apontada a fase clássica da filosofia burguesa tem-se a passagem à primeira fase da decadência ideológica da burguesia para a qual Lukács afirma que “as revoluções de 1830, e ainda mais as de 1848, atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social” (Lukács, 1967, p. 32) assumindo assim caráter conservador em suas elaborações. Não sendo mais possível, portanto, assumir posicionamento descompromissado em suas elaborações inicia-se, assim, o processo de decadência ideológica da burguesia.

A respeito da primeira etapa da decadência ideológica da burguesia Lukács aponta que “em 1830 começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848” (Lukács, 1967, p. 32) tendo-se a partir daí seu nascedouro

marcado, desde seus primeiros dias, pela “defensiva contra o proletariado ascendente” (Lukács, 1967, p. 33).

Fica claro, portanto, que a filosofia burguesa desse período assume posição conservadora almejando a manutenção do *status quo*. A filosofia burguesa da primeira fase da decadência ideológica segundo Lukács atua no plano do pensamento em conformidade com a posição social alcançada – posição pela qual se propõe a defender – pela burguesia. A este respeito o filósofo magiar ressalta que

A filosofia deste período constitui reflexo exato, no plano do pensamento, do compromisso social. Renuncia à missão de dar resposta às últimas questões do espírito. No plano da teoria do conhecimento, esta tendência se manifesta pelo agnosticismo, o qual pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade que este conhecimento não teria aliás nenhuma utilidade para nós (Lukács, 1967, p. 33).

Assim, o agnosticismo que “se apresenta na maioria das vezes sob os traços de um neokantismo ou de um positivismo” (Lukács, 1967, p. 34) atua como verdadeira resposta reacionária ao conflito de classes ascendente tendo como objetivo “vigiar para que ninguém ultrapasse os limites definidos pelas ciências e para que ninguém ouse tirar das ciências econômicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o regime” (Lukács, 1967, p. 34).

Estes tais limites das ciências dos quais fala Lukács dizem respeito ao processo de ampla especialização e separação das diferentes áreas do conhecimento pautados pela ausência de diálogo entre diferentes áreas da ciência. Assim, a filosofia dominante desse período, pautada pelo agnosticismo, “torna-se ciência especializada. Renuncia à sua antiga missão social: cessa de ser expressão, no plano do pensamento, dos grandes interesses históricos da burguesia e abandona o exame de todo problema ideológico. Aceita encarregar-se da função de guarda-fronteira” (Lukács, 1967, p. 34). Ressalta-se a partir daí o caráter diretamente apologético do capitalismo da filosofia burguesa deste período atuando no escamoteamento deliberado da luta de classes e o abandono de análises científicas das questões centrais da vida humana. Presa em gabinetes e departamentos universitários a filosofia burguesa deste período foi realizada em conformidade com os interesses objetivos da classe dominante evitando a todo custo – e isso não é um acaso – que quaisquer tematizações que colocassem em xeque a vigente ordem societal capitalista viesse à baila.

Ainda a respeito deste período é importante dizer que a divisão social do trabalho própria dessa etapa do capitalismo se verifica também nas universidades. Assim, a filosofia burguesa, cada vez mais especializada e dividida em áreas alheias umas às outras, passa a

habitar apenas os corredores das universidades, “é uma filosofia de professores” (Lukács, 1967, p. 34) dado que “a partir da segunda metade do século XIX os intelectuais têm, dentro de certos limites, uma perfeita liberdade de movimento: a filosofia torna-se de seu interesse exclusivo” (Lukács, 1967, p. 36). Por conseguinte, “a burguesia se desinteressa completamente de conhecer o que ensina tal ou tal professor de filosofia, com a condição de que a filosofia realize sua função de ‘guarda-fronteira’” (Lukács, 1967, p. 36).

Assim sendo, após as revoluções de 1848 marcadas pelo acirramento da luta de classes a burguesia e seus ideólogos deixam de atuar de maneira revolucionária e verdadeiramente científica – como fora no período anterior frente ao feudalismo – passando a atuar de maneira conservadora buscando realizar a manutenção da ordem capitalista. Não por acaso o agnosticismo – a incapacidade da razão humana em conhecer totalmente um objeto – passa a ser tendência fundamental da filosofia deste período dado que atuava justamente na manutenção da ordem vigente evitando que se extraísse dos objetos analisados consequências revolucionárias.

Fica assim delimitado, o primeiro período da decadência ideológica da burguesia pautada pela apologética direta da ordem societária capitalista que caminhou de mãos dadas com o agnosticismo enquanto tendência fundamental – e socialmente necessária – do período exposto.

4.1.3 Segunda fase da decadência ideológica da burguesia: a apologética indireta do capitalismo e o irracionalismo

No que diz respeito à segunda fase da decadência ideológica da burguesia estaremos, uma vez mais, pautados nas contribuições de Lukács para sua explicitação. Este período tem início no final do século XIX perdurando até meados do século XX.

A segunda fase da decadência ideológica se dá na fase imperialista do capitalismo, quadro socioeconômico distinto da primeira fase. Em contraposição a filosofia burguesa da primeira fase - completamente alheia aos problemas sociais e econômicos e trancada nos corredores das universidades -, a filosofia do imperialismo, segundo Lukács, “torna-se de novo ‘interessante’” (Lukács, 1967, p. 36) chegando a esboçar “às vezes, um gesto de revolta” (Lukács, 1967, p. 38). Com isso Lukács lança o questionamento: “assistimos a uma mudança radical?” e, respondendo a sua pergunta: “não o cremos” (Lukács, 1967, p. 36), chama atenção para aspectos de continuidade entre a primeira e a segunda fase da decadência ideológica da burguesia apesar da aparência de revolta da nova filosofia

É fácil ver, primeiramente, que os fundamentos burgueses persistem, sem ter sofrido nenhuma crítica séria. Além disso, a camada social que se tornou depositária da filosofia nova, conhece cada vez menos a estrutura econômica da sociedade burguesa e se mostra mesmo cada vez menos inclinada a estudá-la enquanto problema filosófico. [...] Acrescentemos, de passagem, que **esse afastamento das questões sociais, dos problemas da economia e da vida política, coincide objetivamente com as exigências de classe da burguesia imperialista e que é, ao mesmo tempo, a consequência necessária da posição social da “intelligentzia” desse período** (Lukács, 1967, p. 38, grifos nossos).

Da passagem anterior retemos, uma vez mais, o caráter de resposta das ideias frente às exigências dadas pelo plano material, respostas estas que, em última análise, coincidiram com “as exigências da classe da burguesia imperialista”. Em outros termos, o afastamento ainda mais agudo das questões econômicas se coloca como resposta socialmente necessária ao nível ideológico para a manutenção da ordem imperialista vigente. Fica claro, portanto, que a filosofia da fase imperialista, assim como a filosofia da fase anterior, se coloca como resposta de natureza reacionária não se tratando, portanto, de uma mudança radical ao período anterior.

Evidenciando ainda mais esse caráter de resposta, Lukács aponta que o irracionalismo pode ser dividido em dois períodos. A respeito do primeiro o filósofo húngaro aponta que

O primeiro período importante do irracionalismo moderno surge, de maneira correspondente, em oposição ao conceito histórico-dialético idealista de progresso; trata-se do caminho de Schelling a Kierkegaard e que é, ao mesmo tempo, o caminho que vai da reação feudal provocada pela Revolução Francesa à hostilidade burguesa contra o progresso (Lukács, 2020, p. 12).

Fica claro que as tendências histórico-filosóficas do irracionalismo surgem como resposta reacionária ao estágio de desenvolvimento do capitalismo em que se encontram e ao pensamento com o qual rivalizam. Para o primeiro período do irracionalismo que vai de 1848 até 1870 a filosofia com a qual se rivaliza é o idealismo dialético e seu conceito de progresso. Já em relação ao segundo período Lukács coloca que

A situação muda radicalmente com as Jornadas de Junho do proletariado parisiense e, sobretudo, com a Comuna de Paris: a partir de agora a concepção de mundo do proletariado, o materialismo histórico e dialético, passa à condição de adversário, cuja natureza essencial determina o desenvolvimento do irracionalismo. O novo período terá Nietzsche como o primeiro e mais importante representante (Lukács, 2020, p. 12).

Com isto, evidencia-se outra vez mais que o irracionalismo como resposta reacionária ao estágio da luta de classes se depara a partir de 1870 com outro momento histórico no qual a classe trabalhadora já havia alcançado em algum grau uma experiência verdadeiramente

revolucionária: a Comuna de Paris em 1871. Isso tudo implica em um grau ainda maior de reacionarismo na resposta dada, uma vez que, o adversário desse período é o materialismo histórico e dialético e a luta de classes assume caráter agudo. Desta feita, a respeito das diferentes tendências do irracionalismo verificadas não somente - mas principalmente - na Alemanha, Lukács evidenciou que estas diferentes tendências são determinadas “primariamente pelo caráter, pela intensidade e pela severidade da luta de classes em cada país e, paralelamente, pela herança filosófica recebida e pela posição do pensamento com o qual se rivaliza diretamente” (Lukács, 2020, p. 21).

Assim, fica evidente que o irracionalismo e suas tendências diversas se colocam como resposta reacionária adquirindo graus mais ou menos distintos a depender do estágio da luta de classes, da herança filosófica recebida e do pensamento com o qual se rivaliza. São exatamente estes fundamentos expostos por Lukács que possibilitaram delimitar objetivamente a diferença entre os dois períodos do irracionalismo previamente expostos dado que “ambas as etapas do irracionalismo dirigem seus ataques contra o mais alto conceito filosófico de progresso de seu tempo” (Lukács, 2020, p. 12) - o idealismo dialético e o materialismo histórico dialético. Há, entretanto, diferenças qualitativas entre as respostas dadas:

Existe, porém, inclusive do ponto de vista puramente filosófico, uma diferença qualitativa se o adversário é a dialética idealista burguesa ou se é o materialismo dialético, a concepção de mundo do proletariado, o socialismo. **Na primeira etapa ainda é possível uma crítica relativamente justificada, que mostra os reais defeitos e limites da dialética idealista. Na segunda, entretanto, vemos que os filósofos burgueses já estavam privados da capacidade e da vontade de conhecer o adversário, de empreender esforços para refutá-lo seriamente** (Lukács, 2020, p. 12-13, grifos nossos).

O segundo período do irracionalismo, aquele que se deu durante a fase imperialista do capitalismo e teve Nietzsche como seu principal expoente, expõe tendências histórico-filosóficas ainda mais reacionárias. Tal fato evidencia que “o rebaixamento de nível da filosofia é, portanto, um traço essencial do desenvolvimento do irracionalismo” (Lukács, 2020, p. 13). Entretanto, vale ressaltar que “apesar disso tudo, no entanto, deve-se destacar a unidade do desenvolvimento do irracionalismo, pois a mera constatação do rebaixamento do nível filosófico é insuficiente para caracterizar a história do irracionalismo” (Lukács, 2020, p. 13). O fundamental é, portanto, reter que

o desenvolvimento do irracionalismo não apresenta, em quaisquer de suas etapas, um caráter essencial “imanente”, como se, de uma certa maneira de colocar ou

resolver os problemas, derivasse outra, impelida pela dialética interna do pensamento filosófico em movimento. **Queremos demonstrar, pelo contrário, que as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom etc. de sua reação contra o progresso na sociedade não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo, pelo adversário, pelas condições de luta, que são impostas à bourgeoisie reacionária.** Isso precisa ser fixado como princípio básico do desenvolvimento do irracionalismo (Lukács, 2020, p. 14-15, grifos nossos).

Assim como já fora colocado anteriormente em outros momentos, o pensamento e sua formação não são livres de determinação social. Fica indicado, portanto, que o irracionalismo e suas diversas fases e tendências surgem exatamente como respostas - reacionárias, é bom que se lembre - a aspectos sociais objetivos como o estágio da luta de classes e as ideias com as quais se rivaliza.

Retomando o “gesto de revolta” do irracionalismo do período imperialista, Lukács aponta seu aparente tom crítico, rebelde e pautado - aparentemente - em um desacordo com a ordem social vigente, atuando como uma apologética indireta da ordem capitalista imperialista. Isso se dá porque “certamente, o tom da crítica torna-se aparentemente mais agressivo, mas quase diz respeito somente à cultura propriamente dita e à moral individual” (Lukács, 1967, p. 38) não trazendo à baila questões de verve econômico, político e social. A este respeito o autor magiar assegura que

Essa “intelligentzia” afasta-se, portanto, voluntariamente, dos problemas econômicos, políticos e sociais e é precisamente esse abandono que equivale ao respeito muito escrupuloso dos limites que foram traçados à filosofia pela burguesia imperialista. Esse respeito, aliás, vale por uma margem de liberdade que lhe permite tornar-se “interessante” e esboçar mesmo, às vezes, um gesto de revolta (Lukács, 1967, p. 38, grifos nossos).

Destaca-se da passagem anterior o caráter de resposta aparentemente contrária à ordem societal capitalista do período imperialista. Entretanto, ao se afastar voluntariamente de aspectos da totalidade social focando sua crítica somente a aspectos culturais e morais da sociedade capitalista, a filosofia irracionalista do período imperialista desempenha uma apologética indireta da ordem social vigente.

A apologética indireta se coloca, portanto, como tendência fundamental da filosofia deste período, suportando um tom de suposta crítica à ordem capitalista ainda que a mantenha intacta. Tem-se, por exemplo, que “Nietzsche critica severamente os sintomas culturais da divisão capitalista do trabalho, sem considerar a menor transformação da organização social” (Lukács, 1967, p. 39) e há o arremate:

A finalidade verdadeira dessa tendência é impedir o descontentamento engendrado pela crise, de se voltar contra as bases da sociedade capitalista e proceder de tal forma que a crise não possa fazer com que a “intelligentzia” se levante contra a sociedade do imperialismo. Não se trata mais de fazer o elogio direto e grosseiro da sociedade capitalista, como o fizeram os turiferários assalariados ou voluntários do passado. **A crítica da cultura capitalista constitui, ao contrário, o tema central dessa filosofia nova. À medida que a crise se prolonga, a concepção de um “terceiro caminho” progride cada vez mais no plano social: é uma ideologia segundo a qual nem o capitalismo nem o socialismo correspondem às verdadeiras aspirações da humanidade** (Lukács, 1967, p. 44, grifos nossos).

Exposto fica que a ideologia de “terceiro caminho” enquanto tendência do irracionalismo se verifica à medida em que a filosofia burguesa se debruça sobre aspectos meramente culturais e morais. Essa tendência opera, portanto, como apologética indireta da sociedade capitalista da fase imperialista. Uma vez que a crise atinge níveis alarmantes uma apologética direta e declarada do modo de produção capitalista não é mais - posição socialmente determinada, portanto - possível bem como a defesa de uma saída revolucionária tendo como norte o socialismo também não é de interesse da filosofia reacionária do período. Destarte, verifica-se a busca de um “terceiro caminho” ou “terceira via” que opera como apologia indireta do modo de produção capitalista vigente.

Tendência central do irracionalismo do período imperialista, a ideologia de “terceiro caminho” “parece aceitar tacitamente o fato de que o sistema capitalista é teoricamente indefensável tal como existe” (Lukács, 1967, p. 44) entretanto, na realidade “está investido da missão social que consiste em impedir a ‘intelligentzia’ de tirar da crise a conclusão socialista. Por ser indireto, o ‘terceiro caminho’ não deixa de ser uma apologia do capitalismo” (Lukács, 1967, p. 45). Destaca-se daí, uma vez mais, o caráter reacionário das respostas dadas pelo conjunto da filosofia do período imperialista.

Uma vez apontada a ideologia de “terceiro caminho” enquanto tendência fundamental do irracionalismo do período imperialista Lukács salienta que “chegada a esse ponto, a evolução da filosofia não parou” (Lukács, 1967, p. 48) na medida em que, não mais pautada pela incognoscibilidade da razão - própria do período anterior -, “A variante moderna do agnosticismo torna-se mística e criadora de mitos” (Lukács, 1967, p. 48). Assim, o idealismo típico desse período da decadência ideológica da burguesia, ao abandonar o agnosticismo, “cai na fabricação de mitos, porque está forçado a atribuir às construções puras do espírito um papel de realidade na explicação dos fenômenos reais” (Lukács, 1967, p. 49).

Dessa maneira, não podendo de forma alguma remeter a primazia da objetividade própria do materialismo científico o idealismo desse período opera, abandonando o

agnosticismo, uma maneira de explicar a realidade a partir da criação de mitos. Assim, para o período imperialista a construção de mitos “opõe-se primeiramente ao conhecimento científico; a primeira missão do mito é dissimular e tornar obscuras as consequências sociais das aquisições da ciência” (Lukács, 1967, p. 50) cabendo o arremate:

A função social da ideologia, isto é, dos mitos é, portanto, atualmente, a seguinte: sugerir uma concepção do mundo que corresponda à da filosofia do imperialismo, onde quer que a ciência se mostre incapaz de oferecer uma visão de conjunto, e substituir a perspectiva oferecida pela ciência, cada vez que esta contradisser a concepção proposta pela filosofia paradoxal do estágio do imperialismo: a filosofia mantém de um lado a teoria do conhecimento do idealismo subjetivo herdada do agnosticismo, mas, por outro lado, estamos em presença de uma função completamente nova desse agnosticismo, função que consiste em criar um novo pseudo-objetivismo, franqueando o limite que o separa do mito (Lukács, 1967, p. 50-51).

Destaca-se daí a função social exercida pela tendência irracionalista da criação de mitos: esta tendência atua, a partir da defesa da incapacidade de compreensão do conjunto dos problemas analisados pela ciência, através da substituição da ciência objetiva por mitos que explicam a realidade criando assim um pseudo-objetivismo. A este respeito o filósofo húngaro afirma ainda que este “novo objetivismo pressupõe a existência de um instrumento novo de conhecimento” (Lukács, 1967, p. 51), qual seja, a intuição.

Nesta toada, Lukács destaca que de maneira alguma a intuição é desnecessária ao fazer científico ao dizer que “na realidade a intuição não é o contrário, mas o complemento do pensamento discursivo” (Lukács, 1967, p. 51). O problema aparece quando a intuição é tomada como metodologia objetiva para a explicação da realidade na medida em que “A filosofia do estágio do imperialismo atribui à intuição um lugar central na sua metodologia objetiva” (Lukács, 1967, p. 52). Assim, o irracionalismo atinge nessa etapa da decadência ideológica seus traços mais agudos uma vez que a filosofia burguesa do imperialismo pretende “criar uma nova ideologia supracientífica ou anticientífica, graças à intuição, novo instrumento da razão” (Lukács, 1967, p. 54) atrelado a sua aparência de um “conhecimento superior”.

Lukács expõe, assim, a verdadeira *destruição da razão* na medida em que

Essa nova ideologia procura antes de tudo destronar a razão [...] Ainda uma vez: a base, no plano da teoria do conhecimento, é sempre o agnosticismo e o relativismo que o acompanha. A única diferença é que a nova filosofia vai mais longe que a antiga na sua ofensiva contra o pensamento racional (Lukács, 1967, p. 54).

Sendo ainda mais agudo em seu caráter reacionário, o irracionalismo do período imperialista e suas tendências de criação de mitos e defesa da intuição como meio de se conhecer o mundo, leva ao completo descrédito da ciência e da razão. Destacando uma vez mais o *caráter de resposta* do irracionalismo frente a problemas postos socialmente, esse nível agudo do irracionalismo não se deu por acaso. Segundo Lukács diante da crise do imperialismo a qual assume teor cada vez mais acirrado a “intelligentzia burguesa obrigada a duvidar das verdades que ela acreditava eternas, encontra-se diante de uma alternativa filosófica” (Lukács, 1967, p. 55). Destaca-se daí o - já mencionado ao longo do trabalho - *caráter de resposta* do pensamento frente a um *campo de possíveis*. Está aí delimitada a liberdade socialmente determinada do pensamento na medida em que diante da crise imperialista os ideólogos da burguesia se encontravam diante de duas possíveis alternativas:

De um lado, deve reconhecer-se incapaz de abarcar intelectualmente toda a verdade. Neste caso, a própria realidade não estaria privada de seu caráter racional, o que provaria a falência do pensamento burguês. Ora, a burguesia não pode reconhecer sua falência porque seria preciso então aderir ao socialismo. Eis porque a filosofia burguesa deve fatalmente se orientar em direção ao outro termo da alternativa e declarar a falência da razão (Lukács, 1967, p. 55-56).

Uma vez diante de alternativas, a liberdade de efetivação do pensamento se dá delimitada a um campo de possibilidades. Tendo dito isto, para o caso da filosofia irracionalista do período analisado por Lukács - dado seu caráter reacionário e antissocialista - a resposta dada ao campo de possíveis caminhou necessariamente na direção da declaração da falência da razão.

Conclusivamente, destaca-se que filosofia irracionalista burguesa do período imperialista pautada no “arbitrário ‘genial’ da intuição” (Lukács, 1967, p. 60) enquanto seu método científico geral, realiza de um lado a “justificação filosófica dos mitos arbitrários, e de outro, a submersão da filosofia especulativa na lógica formal” (Lukács, 1967, p. 61). O irracionalismo e suas tendência atuam ainda no sentido de dar “ao homem certo conforto no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e intelectual” (Lukács, 2020, p. 25).

Tem-se por fim que as diferentes etapas do irracionalismo e suas tendências histórico-filosóficas se verificaram enquanto respostas reacionárias diversas ao estágio da luta de classes. Entretanto, retomando Lukács temos que

Mas isso não significa que o irracionalismo – dentro do quadro social assim definido – não apresente uma unidade ideal. Pelo contrário. **Precisamente por esse seu**

caráter resulta que os problemas metodológicos e de conteúdo, trazidos por ele, tenham uma forte coesão e apresentem uma surpreendente (e estreita) unidade. A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista (Lukács, 2020, p. 15, grifos nossos).

Fica colocado, assim, que as diversas tendências do irracionalismo apontadas ao longo deste subtópico apresentam uma estreita unidade ainda que, evidentemente, a forma e o conteúdo de cada uma destas se dê em respostas ao estágio da luta de classes e ao pensamento com o qual rivalizam. Vale ressaltar conclusivamente que tendências irracionalistas como a depreciação da razão, a glorificação da intuição e a mitomania apesar de terem alcançado seus níveis mais agudos durante o período imperialista não são tendências que sumiram e foram eliminadas junto a derrota do hitlerismo e da passagem da fase imperialista do capital à sua fase monopolista. Pelo contrário, Lukács já escrevera em 1948 que “a crise da filosofia burguesa ainda perdura” (Lukács, 1967, p. 62) indicando que o fenômeno do irracionalismo prosseguiu mesmo no período pós-guerra. Os aspectos de continuidade e renovação do fenômeno do irracionalismo no período pós-guerra serão discutidos no próximo tópico.

4.2 DIFUSÃO E MODIFICAÇÕES DE TENDÊNCIAS NO PÓS-GUERRA: IDEÓLOGOS DO CAPITAL MONOPOLISTA

Como aludido anteriormente, o irracionalismo encontrou seu “caso clássico” em solo alemão. Contudo, como salientado por Lukács, o irracionalismo não se trata de um fenômeno exclusivamente limitado a um tempo e espaço tendo se difundido e revigorado para além das fronteiras germânicas e para além do período demarcado pela etapa imperialista do capitalismo. Assim sendo, nosso objetivo para este tópico é trazer à baila as continuidades e modificações do fenômeno do irracionalismo no período monopolista do capital. Mais do que isso, o objetivo do presente subcapítulo é justamente demonstrar a vigência deste fenômeno nos dias de hoje.

Para realizar nosso objetivo, serão, uma vez mais, fundamentais os escritos do autor húngaro que vem orientando as discussões até este ponto. Assim sendo, tendo o *Epílogo de A Destruição da Razão* como ponto de partida, apresentaremos no subtópico seguinte (4.2.1) as denúncias e alertas feitos por Lukács a respeito do prolongamento do fenômeno do irracionalismo no período pós-guerra. Ainda a partir deste *Epílogo*, trataremos de delimitar uma crítica do autor magiar a uma espécie de *pensamento administrativo-político* no pós-guerra. Esses apontamentos a partir do texto lukácsiano os quais, salvo melhor juízo, não

foram anteriormente aludidos *nestes termos* por outras pesquisas na área da administração, acabam acrescentando novas contribuições para a sequência das discussões deste trabalho bem como se colocam, ainda que incipientemente, como uma contribuição secundária desta pesquisa.

Na sequência, uma vez apontadas as elaborações de Lukács a respeito da vigência e perpetuação do fenômeno do irracionalismo no período posterior à II Guerra Mundial findada em 1945, apontaremos as contribuições de John Bellamy Foster a respeito da perpetuação deste fenômeno até os dias atuais. Assim, tendo como base seu recente artigo intitulado *O novo irracionalismo*, trataremos de evidenciar a vigência do irracionalismo, suas continuidades e renovações desde o fim da II Grande Guerra até o período vigente. De tal maneira, pode-se dizer que Foster, partindo das contribuições Lukács, expande o escopo de análise para além do período da Guerra Fria.

4.2.1 O pensamento administrativo-político no pós-guerra

Uma vez apresentado o caso “clássico alemão” de surgimento e propagação das tendências do irracionalismo, as quais, intencionalmente ou não, acabaram de alguma maneira, preparando o terreno de regressividade que desembocou na ideologia nazifascista, temos como objetivo para o presente tópico demonstrar que, mais do que um fenômeno do período imperialista e mais do que um fenômeno exclusivamente alemão, o irracionalismo e suas tendências continuaram a se difundir no período pós-guerra e para além das fronteiras alemãs.

Assim sendo, versaremos aqui sobre elementos que corroboram o reconhecimento da difusão de tendências do irracionalismo no pós-guerra pautados, em especial, na trilha aberta por Lukács. O objetivo será delimitar, ao longo da discussão, uma crítica do filósofo húngaro a uma espécie de *pensamento administrativo-político* irracionalista do período pós-guerra – ainda que o autor não tenha utilizado o termo exato “pensamento administrativo-político” em seus escritos.

A este respeito retomamos, como ponto de partida, os apontamentos basilares do pós-escrito de *A destruição da razão* publicado em 1953 por Lukács no qual o filósofo húngaro atesta que o fim da II Guerra Mundial “não significou senão a preparação de uma nova guerra, dessa vez, contra a União Soviética” (Lukács, 2020, p. 663). Assim sendo, é neste contexto de luta ideológica contra a experiência socialista da União Soviética que “os Estados Unidos passaram a assumir cada vez mais a força da liderança da reação imperialista,

tomando assim o lugar da Alemanha” (Lukács, 2020, p. 663). Ao posicionar os Estados Unidos enquanto o bastião da reação burguesa à experiência socialista da União Soviética, Lukács tece o pano de fundo de um período que continuou a ver de perto a difusão de tendências irracionais. Marcado pelo embate entre progresso e reação, o período da Guerra Fria fundamentou um ambiente ideológico no qual o pensamento burguês, que continuava a ter o comunismo como seu adversário central, viu-se compelido a renovar sua defesa da ordem capitalista de maneira cada vez mais assídua. Assim sendo, admitindo a possibilidade de continuidade e renovação do irracionalismo, Lukács assegura que

Hoje, em meio a uma acirrada guerra fria, um escrito de luta contra o irracionalismo como ideologia da reação militante – ainda que orientado essencialmente ao aspecto histórico – não pode terminar com Hitler; deve ao menos tentar esboçar os momentos mais importantes até aqui do movimento intelectual que se seguiu à derrota de Hitler (Lukács, 2020, p. 663).

Reconhecendo, portanto, a permanência e renovações de tendências do irracionalismo no período pós-guerra, Lukács afirma que o objetivo do *Epilogo* “é indicar as principais tendências da ideologia da guerra fria, nos seus representantes mais significativos” (Lukács, 2020, p. 664). Em vista disso, Lukács reterá sua atenção, naturalmente, aos principais ideólogos dos Estados Unidos daquele período.

Entretanto, antes de expor o irracionalismo imanente às elaborações destes autores, Lukács aponta os fundamentos da sociabilidade capitalista dos Estados Unidos. Reiterando a fundamental importância da análise das condições objetivas, visto que essas conformam um *campo de possíveis* que, em última instância, habilita a efetivação de determinadas formações ideais, Lukács volta sua atenção aos fundamentos da sociabilidade capitalista dos Estados Unidos ressaltando que neste país

a existência do sistema capitalista não chegou a se encontrar em perigo nem nos mais profundos períodos de crise. A Constituição dos Estados Unidos foi desde o princípio, ao contrário da alemã, uma Constituição democrática, e a classe dominante havia conseguido ali, especialmente durante o período imperialista, consolidar as formas democráticas de tal modo que se pudesse assegurar, com os meios da legalidade democrática, uma ditadura do capital monopolista pelo menos tão vigorosa quanto a que Hitler havia conquistado com seus procedimentos tirânicos. As prerrogativas do presidente dos Estados Unidos, o poder de decisão da Suprema Corte em matéria constitucional (e depende sempre do capital monopolista que um problema seja ou não considerado como tal), o monopólio financeiro sobre a imprensa, o rádio etc., os enormes gastos eleitorais que impedem eficazmente a formação e o funcionamento de partidos democráticos reais, ao lado dos já tradicionais que representam o monopólio capitalista e, finalmente, o emprego de meios terroristas (o sistema de Lynch), **tudo isso contribui para criar uma “democracia” que funciona dentro da normalidade, e que pode obter de fato, sem romper formalmente com a democracia, tudo aquilo a que Hitler**

aspirava. Acrescente-se a isso a base econômica incomparavelmente mais extensa e mais sólida do capitalismo monopolista nos Estados Unidos (Lukács, 2020, p. 667, grifos nossos).

Assim sendo, a partir dos apontamentos prévios, compreende-se que a forma particular de objetivação da sociabilidade capitalista nos Estados Unidos possibilitou, ao contrário do caso alemão, uma defesa do capital monopolista a partir da legalidade democrática. Portanto, a defesa e manutenção deste estado de coisas, serve aos “monopólios capitalistas dos Estados Unidos” na medida em que “Para eles, o sistema ideal da economia continua sendo o capitalismo, e a ‘liberdade democrática’ o modelo da organização do Estado e do regime de governo” (Lukács, 2020, p. 668). Ressaltando, uma vez mais, o vínculo entre as condições objetivas e as formações ideais, Lukács arremata seus apontamentos iniciais deixando claro que “as condições econômicas, sociais e políticas dos Estados Unidos têm necessariamente que engendrar uma ideologia em cujo centro se ergue a defesa aberta do capitalismo, da ‘liberdade’ capitalista” (Lukács, 2020, p. 668).

Distinto, portanto, do caso alemão do período imperialista, a filosofia reacionária galgada pelos EUA e seus ideólogos, na medida em que responde à totalidade social a qual está ancorada, pôde - e segue podendo - realizar a defesa declarada do capitalismo. Consuma-se, portanto, o retorno da *apologia direta* da ordem capitalista que, como vimos, demarcou a primeira fase da *decadência*. A este respeito Lukács apreende que

Do ponto de vista filosófico-metodológico, o papel dirigente da ideologia americana no campo da reação, tornada uma realidade hoje, **significa a ruptura com aquele método que em seu desenvolvimento alemão temos designado como a apologia indireta do capitalismo. Método que, com a queda de Hitler, também veio ao chão como ideologia dominante da reação, para ceder lugar novamente ao da apologia direta do capitalismo** (Lukács, 2020, p. 668-669, grifos nossos).

Atestando o retorno da apologética direta do capitalismo, Lukács ressalta que “O problema do capitalismo monopolista continua ocupado o lugar central da apologética direta do capitalismo, assim como da indireta” (Lukács, 2020, p. 669) de tal forma que a defesa do capital monopolista, torna-se seu objetivo último. Contudo, essa defesa não pode ser feita de forma simplória uma vez que “as massas que já compreenderam a conexão íntima que os monopólios possuem com as leis que regem a vida do capitalismo não se deixam facilmente enganar por uma propaganda apologética” (Lukács, 2020, p. 669). Assim, não podendo simplesmente negar a existência dos problemas inerentes ao capitalismo monopolista os “ideólogos do capitalismo monopolista norte-americano” veem-se diante de uma tarefa socialmente necessária: a imprescindível elaboração de uma teoria capaz de “fazer do

capitalismo monopolista algo fortuito e contingente, passível de ser eliminado”, conforme Lukács (2020, p. 669).

Desta feita, uma vez apontado o retorno da apologia direta do capitalismo - efetivação, no plano do pensamento, de uma necessidade social demandada e igualmente possibilitada pela raiz sócio-histórica à qual responde -, Lukács retém atenção sobre alguns dos principais ideólogos do capital monopolista. Tomando como exemplo a apologética direta dos monopólios realizada por Lippmann e Röpke, o filósofo húngaro sintetiza as elaborações do primeiro da seguinte forma:

Seu método é o da economia normal e vulgar; ele identifica a economia com a técnica, **fala praticamente sempre em técnica no lugar de economia** para extrair daí a seguinte “prova”, que, evidentemente, não tem nenhuma força de convencimento, nem mesmo partindo-se de seus próprios pressupostos: **o de que o desenvolvimento da técnica e da produção em massa “não exige nenhum tipo de monopólio”.** “A concentração tem sua origem no privilégio e não na técnica”. Mas de onde vem esse privilégio? A resposta soa extremamente simples: **os liberais** – em consequência de sua míope e equivocada aplicação do princípio do *laissez-faire* – **têm admitido e inclusive estimulado a criação de tais privilégios;** [...] **Desse erro dos liberais surgiram os monopólios** (Lukács, 2020, p. 669-670, grifos nossos).

Como é possível reter da passagem anterior, o comprometimento de defesa do capitalismo monopolista, faz com que Lippmann não possa admitir a origem dos monopólios enquanto fenômeno inerente ao próprio desenvolvimento da economia capitalista daquele período tendo que incorrer em elaborações vazias e no uso de pressupostos que não respondem à legalidade econômica. Procedimento similar é também realizado pelo economista suíço Röpke que nega, “assim como Lippmann, a necessidade econômica da concentração do capital e, portanto, dos *trusts*, dos cartéis, das holdings etc” (Lukács, 2020, p. 670). Entretanto, ao negarem o inerente vínculo entre a acumulação de capital e a consequente tendência à formação dos monopólios, Lippmann e Röpke necessariamente têm que tratar este fenômeno enquanto fruto de contingências externas a própria lógica do capital, incorrendo, portanto, na compreensão de que os monopólios podem ser superados sem a necessária destruição do modo de produção vigente. A este respeito, Lukács (2020, p. 670) atesta que “tanto Lippmann quanto Röpke estão de acordo quanto ao fato de que os monopólios não são fenômenos inevitáveis” o que faz com que os autores apologetas tenham que eliminar

solenemente da economia do imperialismo todos os traços objetivos essenciais, para apreender conceitualmente – do mesmo modo que seus antecessores, os economistas vulgares da metade do século passado – **somente a mera superfície do capitalismo;** e, como é natural, toda superfície imediata, artificialmente isolada da

essência, das leis do movimento, produz necessariamente uma imagem deformada, inclusive da própria superfície enquanto tal (Lukács, 2020, p. 670, grifos nossos).

Os apontamentos prévios da articulação interna do ideário dos dois autores em tela, sintetiza os embaraços e insuficiências teóricas que os autores apologetas têm, necessariamente, que incorrer. Desta feita, diz Lukács, ainda que Lippmann e Röpke não se proponham a resolver os problemas da acumulação e dos monopólios radicalmente, ou seja, a partir da compreensão destes, enquanto “fenômenos econômicos produzidos com base em legalidades, como formas inevitáveis no capitalismo imperialista” não podem ignorá-los, uma vez que “sua existência produz consequências perturbadoras com as quais o apologeta de algum modo tem de lidar” (Lukács, 2020, p. 670). Portanto, é desta inescapável necessidade de tratar do problema dos monopólios que os autores realizam sua propositura de administração política como forma de lidar com a questão.

A respeito da propositura de administração política dos monopólios de Lippmann, Lukács aponta que esta está pautada na seguinte prerrogativa: “Se a legislação da sociedade burguesa criou os *trustes* etc., ela também pode impor limites a isso, inclusive aboli-los totalmente, pondo um fim à concentração do capital” (Lukács, 2020, p. 670-671). Fica claro, portanto, a acentuação sobre da administração política dos monopólios a partir de *meios jurídicos*, conforme apontado por Paço Cunha (2021a), sendo esta para Lippmann “a grande tarefa do liberalismo renovado de hoje” (Lukács, 2020, p. 671). Ainda a respeito desta propositura de administração política, com clara acentuação sobre os *meios jurídicos* como forma de resolução do problema dos monopólios, Lukács evidencia, tendo como pedra angular as elaborações de Röpke e Lippmann, seu caráter inerentemente estéril e irresoluto:

Uma mudança, porém, segundo Lippmann, é possível: “Os homens de hoje podem reformar a ordem social, modificando as leis”. Como Lippmann enxerga apenas a superfície subjetivamente distorcida da sociedade capitalista, não lhe ocorre perguntar como surgem as leis, ou seja, investigar mais de perto a relação entre a economia e a superestrutura jurídico-política. Assim, ele pode declarar, com a desfaçatez do “cretinismo parlamentar”, que esse tipo de mudança é possível; mas passa completamente por alto a única questão que realmente interessa, qual seja, a de saber quais forças sociais são capazes de operar realmente essa mudança; antes, se contenta em tecer projetos demagógicos – e teoricamente inconsistentes – a fim de ludibriar leitores incautos. Esse tipo de raciocínio é um claro exemplo de falta de *bonna fide*. Isso pode se comprovar ainda mais facilmente com Röpke, autor com ideias afins às de Lippmann. Ele apoia com os seguintes argumentos sua política antimonopolista “ativa”, que culmina, como no caso de Lippmann, num apelo à legislação: “A prova de que esse último caminho é perfeitamente viável foi dada pelo exemplo dos Estados Unidos com o ato Sherman, a lei que proíbe o monopólio e toda associação monopolista, e que continua sendo ainda hoje a base do direito econômico americano”. Naturalmente, os fatos o obrigaram a reconhecer que “até agora essa lei se mostrou ineficaz” (Lukács, 2020, p. 671, grifos nossos).

A passagem anterior evidencia o caráter irresoluto do *pensamento administrativo-político* que informa a propositura de Lippmann e de Röpke na medida em que não se compromete em compreender a articulação entre o surgimento dos monopólios e os fundamentos da acumulação capitalista. A rigor, assim como destacado pelo próprio Röpke, a administração política dos monopólios por meios jurídicos já havia sido tentada e, invariavelmente, não obteve os resultados esperados. Não por acaso, portanto, Lukács ressalta o caráter demagógico e de “falta de *bonna fide*” de tal propositura uma vez que, apesar de seu aparente compromisso com a resolução dos problemas, em realidade propõe uma saída que já havia sido implementada e se mostrado ineficaz. Acerca do fracasso do *Ato Sherman*, Lukács (2020, p. 671) aponta que este falhou em decorrência, “por um lado, da política aduaneira dos Estados Unidos, que finda por promover o monopólio e, por outro, pelo fato de que essa lei antimonopólio nunca foi energeticamente implementada para valer”. Assim sendo, a similar propositura de administração política através de *meios jurídicos* feita por Lippmann e Röpke, mostrou-se imediatamente vulgar e apologética:

Ora, quando se oferece como uma perspectiva real e promissora, partindo de tais premissas, **a implementação desse caminho neoliberal de abolição legal dos monopólios** (sem examinar as causas socioeconômicas que determinam na prática o fracasso disso), é impossível não se admirar da ousadia daqueles que se atrevem a servir seus leitores com semelhantes absurdos, nos quais nem eles mesmos acreditam (Lukács, 2020, p. 671, grifos nossos).

Contudo, ressalta o filósofo húngaro que “Lippmann e Röpke são aqui meros exemplos” dado que “Os mesmos raciocínios, ainda que formulados de um modo distinto, encontramos em outros autores” (Lukács, 2020, p. 672). Desta feita, Lukács amplia sua crítica aos *ideólogos do capital monopolista*, autores que realizam, assim como Lippmann e Röpke, a já renunciada defesa aberta e vulgar do modo de produção capitalista. A este respeito, o autor sintetiza:

Como elementos essenciais e comuns a todos, destacam-se principalmente dois. **Em primeiro lugar, a concepção do capitalismo (a chamada “economia de livre-mercado”) como ordem social ideal. As eventuais “perturbações” que nela porventura ocorram são simplesmente fenômenos secundários que a legislação pode sempre que quiser eliminar;** e isso é possível, na medida em que se vive na “liberdade” de uma “democracia”, em que a voz da maioria é decisiva e todo-poderosa. **Em segundo lugar, esse método representa idealmente um suposto retorno aos clássicos da economia.** Mas que tipo de retorno é esse? A grande contribuição teórica dos clássicos foi ter criado a teoria do valor-trabalho, ou seja, ter concebido e demonstrado realmente, ainda que com falhas e de modo fragmentário, a legalidade do capitalismo, de modo a poder fundamentar a teoria da mais-valia (da exploração), a consciência das contradições do capitalismo, tal como isso já se torna visível na dissolução da escola de Ricardo. **É claro que não cabe**

falar aqui realmente de um retorno. Seu nexu não é tanto com os clássicos quanto com os epígonos decadentes, com os economistas vulgares, aqueles que eliminaram da teoria do capitalismo toda contradição e que interpretam os clássicos como se a sua própria superficialidade, que busca a todo custo a harmonia, constituísse realmente a essência da doutrina clássica (Lukács, 2020, p. 672, grifos nossos).

Assim sendo, a partir da prévia síntese do pensamento econômico do pós-guerra, fica claro que o retorno da defesa apologética e vulgar do capitalismo perpetrada pelos *ideólogos do capital monopolista* operacionaliza-se, em larga medida, pela defesa da legislação e a ênfase em seu caráter supostamente resolutivo. Em outros termos, ao analisar a proposta de tais ideólogos, Lukács, ainda que assegure que “O presente epílogo não pretende sequer esboçar os problemas da economia capitalista contemporânea” (Lukács, 2020, p. 673), contribui para a discussão em tela ao demarcar a exaltação dos *meios jurídicos* enquanto elemento central de uma espécie de *pensamento administrativo-político do capital monopolista*.

Não apenas isso, o filósofo magiar delimita também o interesse dos *ideólogos do capital monopolista* em defender um suposto “retorno aos clássicos da economia”. Em realidade, diz Lukács, este suposto “retorno” cumpre a função de dar um “tom” técnico e racional às suas elaborações, justamente porque “A defesa atual – diretamente apologética – do capitalismo, renuncia, aparentemente, ao mito e ao irracionalismo” (Lukács, 2020, p. 673). A respeito deste “tom” racional artificialmente atrelado ao pensamento econômico do pós-guerra, nosso autor ressalta que

segundo a forma, o modo de exposição, o estilo, trata-se aqui de uma cadeia argumentativa puramente conceitual e científica. **Mas só aparentemente, pois o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediatez da superfície da realidade econômica. Estamos, portanto, diante de uma nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade** (Lukács, 2020, p. 673, grifos nossos).

Delimita-se, assim, o caráter vago, dúbio, que marca as elaborações dos *ideólogos do capital monopolista*. Portanto, como denunciado por Lukács, o suposto “retorno” aos clássicos pretendido por esses *ideólogos* se justifica pela necessidade de se atrelar uma *aparência de racionalidade* a este ideário, uma atormentada tentativa de obnubilar a completa ausência de rigor teórico, própria dessas elaborações. Assim sendo, em decorrência dos apontamentos prévios, “o irracionalismo implícito da antiga economia vulgar se converte

agora num irracionalismo explícito” (Lukács, 2020, p. 674), ainda que da aparência do contrário.

Desta feita, ficam assim delimitadas, para fins deste subtópico, algumas sucintas indicações - até mesmo pelo caráter sintético do *Epílogo* - feitas por Lukács a respeito do *pensamento econômico* predominante no pós-guerra. A partir dos apontamentos do filósofo húngaro, foi possível, ainda que preambularmente, apreender a conformação de um *pensamento administrativo-político* marcado pela predileção pela administração política do capital por *meios jurídicos*.

Como vimos, os problemas inerentes ao processo de acumulação de capital e o consequente surgimento dos monopólios criam a inescapável necessidade de tratar dessas questões. É em decorrência desta imperiosa necessidade que se explica a predominância da propositura de administração política por *meios jurídicos* no período pós-guerra. Ao se colocar enquanto capaz de resolver tais problemas, essa propositura realiza uma série de tarefas fundamentais aos apologetas vulgares: corrobora, ainda que apenas aparentemente, uma tomada de posição comprometida em resolver tais problemas, delega ao Estado uma espécie de potência absoluta para lidar com a questão e coloca o problema dos monopólios enquanto superável a partir da manutenção do modo de produção capitalista. Tudo isso permite realizar seu fim último: manter intocada a base econômica que engendra a escalada dos monopólios, o modo capitalista de produção e distribuição da riqueza.

Para fins conclusivos, vale retomar um apontamento fundamental já discutido anteriormente neste trabalho: o fato de que o Estado não possui uma “potência absoluta” para atuar frente a dinâmica econômica (Paço Cunha; Mendes, 2022). Dito isso, não podemos perder de vista que o Estado possui uma *autonomia relativa* (Paço Cunha; Mendes; Ferreira, 2023) para agir, tendo em vista que sua capacidade de disciplinar o processo de acumulação de capital - que engendra os monopólios - é sempre contingente, dependente, portanto, da própria dinâmica econômica à qual responde e da qual é estruturalmente dependente.

Assim sendo, levando conta esses elementos fundamentais da relação Estado e Capital, o *pensamento administrativo-político do pós-guerra* e sua ênfase sobre o acionamento de *meios jurídicos* como forma de adestrar o capital monopolista expressa, de imediato, o caráter desonesto e vulgar das proposituras que informa. Isso se dá, pois, ao fim e ao cabo, a própria realidade objetiva contradiz esta compreensão do Estado enquanto “potência absoluta” capaz de, através do acionamento de *meios jurídicos* - vide o fracasso do já implementado *Ato Sherman* nos Estados Unidos -, tolher o avanço dos monopólios.

Assim, o *pensamento administrativo-político do pós-guerra*, pautado em uma equivocada compreensão a respeito da relação entre Estado e Capital, incorre em uma estéril propositura de administração política a qual tem, como fim último, ocultar as contribuições legadas pelo materialismo, impossibilitando assim, a contestação verdadeiramente crítica do modo de produção vigente. Se bem entendido, *o homem é um ser que dá respostas*, de tal forma que essa tomada de posição por parte dos *ideólogos do capital monopolista* não pode ser tomada como acidental ou “inocente”. A respeito dessa questão, Lukács volta, novamente, sua atenção a Lippmann, um *ideólogo do capital monopolista*, defensor da ideia de que

um belo dia a legislação dos Estados Unidos fará desaparecer realmente, ainda que de modo gradual, a concentração “excessiva” de capital, os trusts etc. **Mas um publicista tão experiente e consagrado como Lippmann, naturalmente, não acredita nem um pouco nisso. Mas no que acredita, então? O que motiva sua atitude? Ao nosso ver, o desespero, o cinismo, ou ambos.** Como fundamento desse estado de espírito entre os apologistas ideológicos do imperialismo, não figura apenas a impossibilidade de uma solução teórica satisfatória para os problemas do capitalismo monopolista, que deixe intacta sua dominação e que, ao mesmo tempo, venha a aplacar a hostilidade das massas contra esse regime, **mas também o estado atual da luta contra o inimigo principal, contra o socialismo** (Lukács 2020, p. 681, grifos nossos).

A passagem anterior, além de evidenciar uma vez mais a “falta de *bonna fide*” dos *ideólogos do capital monopolista* explicitada pelo “cinismo” de Lippmann, delimita um “estado de espírito” pautado pelo “desespero” que exige uma tomada de posição cada vez mais vulgar e explicitamente irracionalista. Como já discutido a fundo em outro momento deste trabalho, o adversário teórico com o qual o ideólogo se contrapõe, forja, em grande medida, o “tom”, a forma e o conteúdo de suas elaborações. Assim sendo, a passagem anterior salienta que o socialismo continua sendo o adversário central a ser rebatido pelos *ideólogos do capital* de tal forma que constitui o “fundamento” do “desespero” que molda o itinerário irracionalista no pós-guerra.

Isso dito, é pertinente admitir, que o “fundamento” do “desespero” irracionalista permanece em voga até os dias de hoje, uma vez que o socialismo segue sendo o inescapável contraponto ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, uma vez mantido o “fundamento” deste “desespero”, é possível supor um agudizamento ainda maior da vulgaridade e do “cinismo” teórico enquanto marcadores fundamentais da trajetória da apologética irracionalista da segunda metade do século passado aos dias de hoje. Nesta seara, o próximo subtópico tem como objetivo apresentar, ainda que de forma sintética, discussões que demonstram a vigência do fenômeno do irracionalismo nos tempos atuais, atestando, por conseguinte, a efetiva persistência deste fenômeno do pós-guerra aos tempos hodiernos.

4.2.2 O “imperialismo tardio” e a vigência do irracionalismo

Conforme evidenciou György Lukács no *Epílogo de A Destruição da Razão*, o fim do nazismo não implicou o fim da formação e proliferação de tendências irracionalistas, isto porque no pós-guerra os Estados Unidos tomam o posto da Alemanha enquanto o principal terreno habilitador da proliferação de tais tendências regressivas. Ainda pautados no *Epílogo* de Lukács, ressaltamos, uma vez mais, que o crescimento econômico dos EUA e a correspondente estabilidade político-social no período pós-guerra permitiu o retorno da apologética direta do capitalismo, tendo nas figuras de Lippmann e Röpke exemplos de *ideólogos apologetas do Capital monopolista* denunciados pelo filósofo magiar. Entretanto, a volta da apologia direta não pode ser tomada de forma definitiva, como se todo pensador irracionalista do pós-guerra aos dias de hoje efetivasse uma defesa aberta do capitalismo a partir de suas elaborações.

A este respeito, o próprio Lukács já havia identificado no *Epílogo de A Destruição da Razão* que “alguns ativistas do imperialismo americano sentem que a apologética direta do capitalismo monopolista lhes coloca numa situação desfavorável, em termos de propaganda, em comparação com a apologética indireta de Hitler” (Lukács, 2020, p. 683). Em decorrência disto, de acordo com Lukács (2020, p. 683) surgiram “inevitáveis tentativas de descobrir novas formas de apologética indireta, mais adequadas às situações dos Estados Unidos”, deixando claro que o retorno da apologética direta não pode ser entendido de forma absoluta, ou seja, enquanto o completo desaparecimento da apologética indireta do capitalismo.

A respeito das incessantes tentativas de renovação da “apologética indireta” por parte dos ideólogos burgueses, Lukács aponta o livro *The Managerial Revolution*, de Burnham, enquanto “A tentativa mais conhecida e eficiente de encontrar uma base teórica nova e mais eficaz por meio de uma mudança de rumo em direção à apologética indireta” (Lukács, 2020, p. 683). Isto posto, Lukács deixa claro que neste livro de Burnham

pode-se ver com grande clareza um desejo de assimilar e desenvolver a estrutura decisiva da apologética indireta: **Burnham não pretende negar as contradições do capitalismo monopolista**, nem simplificá-las como uma “perturbação” de fácil remoção. **Pelo contrário, encara essas contradições, da mesma forma como Hitler o fez, como ponto de partida, procurando obter de sua análise uma nova e atraente perspectiva demagógico-social** (Lukács, 2020, p. 683, grifos nossos).

Evidencia-se, portanto, que o profuso retorno da apologética direta no período pós-guerra – vigorando até os dias de hoje – não implica no absoluto desaparecimento das tentativas de renovação da apologética indireta do capitalismo, vide a renovação intentada por Burnham, conforme denuncia Lukács no *Epílogo de A Destruição da Razão*.

Entretanto, é necessário apontar que o *Epílogo* de que falamos foi escrito no ano de 1953, de tal forma que, visando constatar a vigência do irracionalismo nos dias de hoje, será necessário trazer à baila ainda outros estudos que atestem os apontamentos feitos por Lukács naquele momento. Neste sentido, o trabalho intitulado *O novo irracionalismo* de John Bellamy Foster apresenta importantes contribuições para o cumprimento da tarefa aqui pretendida uma vez que o pesquisador norte-americano denuncia o fato de que “O irracionalismo está, agora, completamente na moda novamente” (Foster, 2023, p. 409).

Seguindo as decisivas contribuições de Lukács, Foster sustenta a relevância de *A Destruição da Razão* e aponta que a denúncia do irracionalismo feita pelo filósofo húngaro nesta obra angariou descontentamento tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda à época. Conforme aponta Foster (2023, p. 383) o livro *A Destruição da Razão* “provocou uma tempestade entre os teóricos da esquerda ocidental que buscavam se acomodar ao novo império americano”, deixando claro que a adesão apologética ao capitalismo nos Estados Unidos não se limitou apenas aos ideólogos da direita. Em conformidade com apontamentos já aludidos até aqui, Foster explicita que a contribuição de Lukács se verifica pelo fato de que o filósofo húngaro apreende “o irracionalismo como relacionado ao estágio imperialista do capitalismo de modo geral” (Foster, 2023, p. 385).

Segundo o autor norte-americano, Lukács teria explicitado um argumento “irrefutável” (Foster, 2023, p. 385) ao apontar o vigor da economia e a estabilidade político-democrática dos Estados Unidos enquanto condição material para a proliferação de tendências irracionais no período pós-guerra. Em outras palavras, tratava-se da implicação de que o irracionalismo não havia desaparecido no pós-guerra, o que fomentou o despreço por esta obra de Lukács. A este respeito, Foster indica que

o que mais indignou os críticos de Lukács no Ocidente no início dos anos 1960 foi sua sugestão de que o problema da destruição da razão não havia desaparecido com a derrota histórica do fascismo, mas que continuava nutrindo tendências reacionárias, ainda que mais veladamente, na nova era da Guerra Fria dominada pelo império dos EUA [...] Esta afirmação chocante a respeito da existência de uma continuidade na relação entre imperialismo e irracionalismo, estendendo-se ao longo de um século inteiro, desde o fim do século XIX, passando pelo fascismo e continuando no novo império da OTAN dominado pelos Estados Unidos, foi fortemente rejeitada na época por muitos dos associados a tradição filosófica do Marxismo Ocidental. Foi sobretudo isso, portanto, que levou à quase completa rejeição da obra posterior de

Lukács (depois de *História e Consciência de Classe*, de 1923) pelos pensadores de esquerda que trabalhavam em conjunto com o novo liberalismo pós-Segunda Guerra Mundial (Foster, 2023, p. 385-386).

Assim sendo, o despreço pela *Destruição da Razão* incorreu em uma desesperada e infundada reação por parte dos ideólogos do Capital monopolista, de tal forma que tal obra “não foi objeto de uma crítica sistemática por parte de seus opositores” tendo sido “rejeitada de forma difamatória pela esquerda Ocidental” (Foster, 2023, p. 386). Desvelando uma tomada de posição diametralmente oposta aos desesperados opositores do filósofo húngaro, John Bellamy Foster retoma as contribuições de Lukács de forma honesta apontando, uma vez mais, que a principal contribuição de Lukács foi ter relacionado as distintas formações ideais irracionais “com os desenvolvimentos históricos e materiais dos quais emergiram” (Foster, 2023, p. 386).

Em suma, Bellamy Foster sublinha da obra de Lukács o fato de que “O irracionalismo foi, portanto, identificado [...] com as condições histórico-materiais da era do capitalismo monopolista” (Foster, 2023, p. 387). O autor norte-americano faz este necessário preâmbulo como forma de demarcar o ponto de partida teórico-filosófico que arrima a sua tese acerca do “novo irracionalismo”. Isto porque, tendo lido em Lukács que o fenômeno do irracionalismo está vinculado radicalmente às condições materiais do imperialismo e do capital monopolista, o autor norte-americano aponta que:

Hoje em dia, **essa realidade material fundamental persiste em muitos aspectos, mas foi de tal forma modificada sob o império global dos EUA que se pode dizer que surgiu uma nova fase, a do imperialismo tardio**, que remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial, incorporando-se imediatamente à Guerra Fria e perpetuando-se, após um breve interregno, na Nova Guerra Fria dos nossos dias. O imperialismo tardio, neste sentido, corresponde cronologicamente ao fim da Segunda Guerra Mundial, à emergência da era nuclear e ao início da Época do Antropoceno da história geológica, que marcou o advento da crise ecológica planetária. A consolidação do capital monopolista global (mais recentemente do capital monopolista-financeiro) e a luta dos Estados Unidos – apoiado pelo imperialismo coletivo da tríade Estados Unidos/Canadá, Europa e Japão – pela supremacia global em um mundo unipolar correspondem a essa fase do imperialismo tardio (Foster, 2023, p. 387, grifos nossos).

Da passagem anterior é possível reter que o “imperialismo tardio” - que perdura até os dias atuais - identificado por Bellamy Foster não efetiva um rompimento radical com os contornos do imperialismo “clássico” uma vez que a “realidade material fundamental” do imperialismo denunciada por Lukács em *A Destruição da Razão* “persiste em muitos aspectos” nos dias de hoje. O “imperialismo tardio” conforma, portanto, o chão histórico vigente que, tendo mantido aspectos do imperialismo clássico, continua habilitando o

florescimento e propagação de tendências irracionais. Dito de outra forma, Foster reitera o apontamento de Lukács acerca do fato de que o fim do nazismo não implicou o fim do irracionalismo, ou seja, o irracionalismo do pós-guerra ou do capital monopolista apontado pela primeira vez por Lukács em seu *Epílogo* de 1953 continua tendo, nos dias de hoje, condições objetivas postas para sua perpetuação e renovação.

Ainda segundo o autor norte-americano, o “imperialismo tardio” que vai do imediato pós-guerra até os dias de hoje é decisivamente marcado pela falência da esquerda, “sobretudo, pela derrota das revoltas de 1968, seguida pelo desaparecimento das sociedades de tipo soviético após 1989” (Foster, 2023, p. 387). A debacle da União Soviética e a derrocada das revoltas 1968 “colocaram o conjunto da esquerda ocidental em uma posição enfraquecida”, não sendo mais capaz, portanto, de barrar o espraiamento de tendências irracionais e apologetas do capitalismo (Foster, 2023, p. 387). A rigor, além de não ter sido capaz de barrar o avanço do irracionalismo a esquerda atual opera no sentido de sua propagação, reverberando pensadores irracionais – vide o atual apreço por Heidegger e Nietzsche – e alinhando-se a uma perspectiva de manutenção da ordem do Capital. Em suma, a falência da esquerda é marcada pela “subordinação geral aos parâmetros mais amplos do projeto imperialista centrado nos Estados Unidos e pela sua recusa em alinhar-se com a luta anti-imperialista, garantindo, assim, a sua irrelevância revolucionária” (Foster, 2023, p. 387).

Este conjunto de coisas fundamenta um “clima perigoso e destrutivo” que marca o “imperialismo tardio” no qual o irracionalismo passa a ocupar posição de destaque (Foster, 2023, p. 388). Tecendo comentários sintéticos acerca do caminho percorrido pelo irracionalismo ao longo do “imperialismo tardio”, Foster (2023, p. 388) indica que inicialmente vigorou “a forma relativamente branda de um pós-modernismo e pós-estruturalismo desconstrutivistas” desembocando nas “novas filosofias da imanência” as quais “constituem um irracionalismo mais profundo, representado por figuras supostamente de esquerda como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Bruno Latour, Jane Bennett e Timothy Morton”. Isto posto, vale dizer que, sendo o objetivo deste subcapítulo tão somente apontar indicativos acerca da vigência do irracionalismo no tempo presente, não se trata de reproduzir aqui os apontamentos de Bellamy Foster com relação a cada um destes pensadores.

Assim sendo, ressaltamos das contribuições de Foster o fato de que todos estes ideólogos “supostamente de esquerda” “recorrem diretamente a uma linhagem intelectual irracionalista e antimodernista que remonta ao antimodernismo reacionário de Nietzsche, Bergson e Heidegger”, conforme Foster (2023, p. 388). Além do mais, as tendências filosóficas defendidas pelos autores previamente mencionados “estão associadas ao ceticismo,

ao niilismo e a uma perspectiva pessimista de fim do mundo” próprias do “imperialismo tardio” (Foster, 2023, p. 389). Desvela-se, portanto, o papel de destaque desempenhado pelo irracionalismo nos tempos atuais, estando presente inclusive nas elaborações de figuras – supostamente – de esquerda.

Isto posto, Foster ressalta uma vez mais que a vigência do irracionalismo nos dias de hoje é *explicada* pela inter-relação entre as formações ideais e a sociabilidade do “imperialismo tardio” que determina as condições de possibilidade para o florescimento de tais tendências. Dito de outra forma, é este terreno material, marcado pela debacle da esquerda, pelas guerras ao redor do mundo e pela possibilidade de destruição da humanidade tanto por meios bélicos quanto pela destruição ecológica do planeta, que informa o niilismo e o pessimismo inerentes às tendências da renovação do irracionalismo no período do “imperialismo tardio”.

Nesta seara, Foster delimita três distintos períodos que marcaram a trajetória do “imperialismo tardio” do fim da II Guerra Mundial aos dias de hoje. São eles:

(1) A Guerra Fria imediata, de 1945 a 1991, na qual os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica da economia mundial capitalista, procurou dominar o Sul Global engajado em revoltas anticoloniais ao mesmo tempo em que travava uma luta global contra a União Soviética e a China. (2) O período de 1991 a 2008, no qual Washington tentou consolidar um mundo unipolar permanente no vazio deixado pela remoção da União Soviética da cena mundial e pela abertura da China à economia mundial. (3) De 2008 (a Grande Crise Financeira) até à atualidade, marcada pela reemergência da China e da Rússia como grandes potências e pela designação oficial de Washington desses dois países como seus principais inimigos, conduzindo a uma Nova Guerra Fria, marcada pelo conflito entre o mundo unipolar centrado nos EUA e uma ordem mundial multipolar emergente (Foster, 2023, p. 404).

Vê-se, portanto, que todos os períodos resguardam entre si um aspecto em comum, qual seja, o incessante esforço por parte dos Estados Unidos em assegurar sua hegemonia no plano da disputa interestatal. Vê-se também que toda a trajetória do “imperialismo tardio” é marcada pela ocorrência de crises que demarcam o sistema do Capital e a constante iminência ou até mesmo a efetivação de conflitos bélicos e/ou conflitos “frios”. Soma-se a esses elementos ainda outro marcador do “imperialismo tardio”, o fato de que “Durante todo este tempo, a esquerda ocidental ocupou posição enfraquecida no seio do capitalismo monopolista” (Foster, 2023, p. 404), conforme apontado anteriormente.

Portanto, é a essas circunstâncias históricas que o ideólogo do Capital monopolista é chamado a responder, recaindo, muitas das vezes, em uma tomada de posição pessimista, regressiva, anti-humanista, em suma: irracionalista. A perpetuação e renovação do irracionalismo responde radicalmente, portanto, a um chão histórico marcado pela

“radicalização da impossibilidade de... saída’, uma vez que o mundo do imperialismo tardio enfrenta duas formas de extermínio: a guerra nuclear e a emergência ecológica planetária” (Foster, 2023, p. 409).

Isto posto, cabe o decisivo arremate de que “Nessas circunstâncias, o irracionalismo burguês passou a definir o clima intelectual dominante do imperialismo tardio, refletindo uma contínua destruição da razão”, conforme Foster (2023, p. 404). Ficam assim expostos sinteticamente os apontamentos de John Bellamy Foster com relação ao “novo irracionalismo” advindo do “imperialismo tardio”, um período histórico que vai do pós-guerra aos dias de hoje, marcado pela debacle da esquerda, pela iminência dos conflitos bélicos (entre eles a guerra nuclear), pelas reincidentes crises econômicas, pela possibilidade de devastação ecológica do planeta, em suma, pela ausência de perspectivas de mudança efetiva das circunstâncias postas e de resolução dos correspondentes problemas enfrentados. Ao fim e ao cabo, Foster demonstra que as circunstâncias sócio-históricas que demarcam e configuram o “imperialismo tardio” habilitam o florescimento e a propagação do irracionalismo desde o fim da II Guerra Mundial até os dias de hoje. Falamos, portanto, de um fenômeno vigente, porquanto vige a sociabilidade que o nutre.

4.3 REGRESSIVIDADES HISTÓRICAS NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Uma vez apresentados o caso “clássico” alemão bem como a propagação de tendências irracionalistas no pós-guerra até os dias atuais, iremos, neste tópico apontar expressões de tendências do irracionalismo na particularidade brasileira. Assim, faremos apontamentos do irracionalismo no ideário de Plínio Salgado como bem demonstrou Chasin bem como serão apresentadas tendências do irracionalismo no pensamento militar e administrativo-político de Golbery do Couto e Silva e de Roberto Simonsen respectivamente.

Tudo isso para jogar luz à uma questão fundamental: o irracionalismo enquanto tendência histórico-filosófica se verificou em formas de pensamento tipicamente brasileiros já no século passado. Vai no caminho, de uma vez mais, demonstrar que tais tendências não ficaram presas às fronteiras alemãs e tampouco europeias. Se verificaram no Brasil e, o que é ainda mais importante, exerceram função social na sociabilidade brasileira como será demonstrado a partir dos ideários delimitados para sua sucinta, ainda que suficiente, apresentação.

Entretanto, antes da apresentação de tais formações ideais e as tendências do irracionalismo ali expressas faremos aqui, a partir das contribuições de José Chasin, a

apresentação dos traços fundamentais da particularidade brasileira que as engendrou. Assim retomaremos a categoria de *via colonial* elaborada pelo filósofo brasileiro para a delimitação do caminho particular de efetivação do capitalismo brasileiro para a explicação coerente das formações ideais típicas desse período.

Retomaremos ainda, ao final deste tópico, os escritos de Chasin e outros pensadores a respeito do fim da via colonial a partir da *integração desigual* do Brasil no mercado global o qual não findou o caráter subordinado da sociabilidade brasileira mantendo, inclusive, traços de regressividade do período anterior. A argumentação vai no sentido de demonstrar que, no plano objetivo da sociedade brasileira, resquícios de regressividade permanecem nos dias atuais propiciando expressões de tendências do irracionalismo em formas de pensamento tipicamente brasileira em pleno século XXI.

4.3.1. O caminho particular de objetivação do capitalismo brasileiro: a “via colonial”

Iniciando, portanto, a delimitação da *via colonial* retomamos em Lukács - já comentado em outro momento - que “nenhuma análise científica é possível sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social” (Lukács, 2020, p. 21) ou ainda em Chasin que “para serem apreendidas, as ideologias necessitam ser remetidas ontologicamente às raízes de suas bases materiais” (Chasin, 1978, p. 24). Tais passagens evidenciam que a formação de determinada forma de pensamento se dá em decorrência das condições sociais nas quais o pensador está inserido. Assim, para apresentar as expressões de tendências do irracionalismo na particularidade brasileira se torna mister apresentar os contornos da socialidade que as gestou.

Retomando assim a categoria de *via colonial* exposta por José Chasin temos que esta se trata da delimitação da via, do caminho ou, em outros termos, da forma particular de efetivação do capitalismo brasileiro. Chasin comenta de partida que as formas clássicas de objetivação do capitalismo - Inglaterra, França e EUA - não são “obrigatórias, e que, por exemplo, o caso alemão é evidência da possibilidade de passagens específicas” (Chasin, 1978, p. 619) salientando que o capitalismo brasileiro teve formação distinta daquelas, particular, portanto.

Assim sendo, a partir da compreensão de que “há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo” (Chasin, 1978, p. 621) Chasin delimita que o capitalismo não se põe nos diferentes países no mesmo momento e principalmente, sob condições idênticas. Pelo contrário, possibilitando modos particulares de efetivação, a forma como o capitalismo se pôs

no Brasil não poderia ser explicada pela “via clássica” uma vez que para sê-lo possível as condições histórico-sociais dos países clássicos teriam que se verificar no Brasil do século XX.

Tendo dito isso, considerando que “o caso alemão é evidência da possibilidade de passagens específicas” (Chasin, 1978, p. 619) Chasin retoma à via prussiana de entificação do capitalismo na Alemanha - já aludida ao longo do trabalho - ressaltando que se coloca como via particular tardia de objetivação do capital. Retendo o caráter “tardio” desse processo Chasin joga luz a um problema no campo das ciências sociais brasileiras ao dizer que “no Brasil, só em anos muito recentes, o problema da via prussiana mal que aflorou, e alguns raríssimos pesquisadores voltaram sua atenção para ela, em busca de referencial para efeito da análise do caso brasileiro” (Chasin, 1978, p. 626) e afirma que tais pesquisadores como por exemplo Carlos Nelson Coutinho

estão convencidos da real efetividade de tomar o caminho prussiano como fonte apropriada de sugestões, como referencial exemplar, e, mais do que tudo, como um caminho histórico concreto que produziu certas especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproximam de algumas das que foram geradas no caso brasileiro (Chasin, 1978, p. 626).

Assim, a categoria da via prussiana, segundo Chasin, passa a ser utilizada como explicação da forma particular de objetivação do capitalismo no Brasil. O filósofo brasileiro identifica semelhanças entre o processo alemão e o processo brasileiro e afirma que “é precisamente enquanto modo particular de se constituir e ser capitalismo que o caminho prussiano tem para nós importância básica” deixando muito claro que a via prussiana permite “destilar certos caracteres, mais ou menos gerais, que importa considerar para orientar a apreensão do caso brasileiro” (Chasin, 1978, p. 626). Em outros termos, a equiparação mimética entre a forma particular de objetivação do capitalismo para o caso alemão e para o caso brasileiro não pode ser realizada - ou pelo menos não sem debilidades - ainda que a via prussiana pudesse - e foi - ser utilizada para *orientar* a apreensão da via brasileira.

Desta forma, enfatizando características comuns aos modos particulares alemão e brasileiro - enquanto aspectos de orientação e não de mimetismo - Chasin coloca que

Nessa linha de raciocínio, a conexão que se está indicando situa-se no plano de certas determinações gerais, de algumas abstrações operadas em relação ao concreto da particularidade do caminho prussiano. **Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo "alto" caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas**

influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. **Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do "verdadeiro capitalismo", do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculização e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas.** Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que **o novo paga alto tributo ao velho** (Chasin, 1978, p. 627, grifos nossos).

Apesar dos traços comuns apontados e do fato de que em ambos os modos particulares analisados “o novo paga alto tributo ao velho” Chasin destaca que “o caminho prussiano, na totalidade concreta do processo real alemão, se põe de modo distinto daquele em que se põe na totalidade concreta do processo real brasileiro” (Chasin, 1978, p. 627) o que obriga a, apesar das semelhanças observáveis, “pensar no como se objetivam os predicados de e em cada uma das singularidades” (Chasin, 1978, p. 628). Assim, o filósofo brasileiro, delimitando as diferenças particulares, aponta que

Desse modo, se aos dois casos convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção **ao atentar como ela se objetiva em cada uma das entidades sociais**, isto é, no momento em que se determina que, **no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial** (Chasin, 1978, p. 628, grifos nossos).

E prossegue:

Do mesmo modo quanto à expansão das forças produtivas. Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos casos clássicos. Mas, **enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão**, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, **no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde**, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, **e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o "verdadeiro capitalismo" alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio** (Chasin, 1978, p. 628, grifos nossos).

A partir do apontamento de tais questões particularmente diferenciadoras dos processos alemão e brasileiro Chasin destaca a gênese histórica da grande propriedade rural brasileira enquanto proveniente do latifúndio colonial e da industrialização brasileira que se deu no quadro histórico de vigência do imperialismo - início do século XX - configurando um processo, portanto, hiper-tardiamente iniciado.

Em outro lugar o filósofo brasileiro retoma a passagem anterior complementando-a qualitativamente ao dizer que “o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hipertardio, é caudatário das economias centrais” (Chasin, 1977, p. 156). Daí obtém-se outra diferença particularizante entre a via prussiana e a via colonial: no primeiro caso, a Alemanha, ainda que tardiamente, toma as rédeas de seu próprio processo de industrialização, que chega a se efetivar objetivamente. Já para o caso brasileiro o processo de industrialização, além de hiper-tardiamente iniciado, não viu sua classe burguesa efetivar um processo de industrialização plena, pelo contrário, além de incompleta era caudatária das economias centrais, ou seja, essencialmente incompletável.

Vale destacar que “a propositura Chasiniana procura compreender a incompletude do capital interno por sua referência necessária aos movimentos e inflexões do capital como sistema de produção global” (Silva; Alves, 2008, p. 180), porquanto o filósofo paulista destaca em seu texto *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda* que “a mundialização do capital subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimentos desiguais e combinados” (Chasin, 1989, p. 41). Assim, remetendo às relações existentes no plano mundial entre as distintas formações sociais capitalistas Chasin arremata:

O que importa ressaltar, nesta sumária colocação do processo, é que pela *via colonial* da objetivação do capitalismo o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global de desenvolvimento. **Em outras palavras, pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis.** Pelo que *são e vão sendo*, em todo fluxo de sua ascensão, ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do “arcaico”, para a qual todo estágio de “modernização” alcançada é imediatamente reafirmação de sua incontemporaneidade. **O receptor é assim a desatualidade permanente, o “arcaico” irremissível, por si e pela relação com o outro; dito ao inverso, o “arcaico” é a condição de existência do receptor** (Chasin, 1989, p. 41, grifos nossos).

Assim, o caráter incompleto e incompletável do capitalismo brasileiro não diz respeito a um mero acaso histórico ou simples falta de vontade de sua burguesia em levar à cabo um processo verdadeiramente industrializante, diz respeito a sua própria forma de ser capitalismo: atrofico e caudatário; estruturalmente irrealizado e irrealizável. Donde cabe a conclusão sintética de que “o capital atrofico é incompletável em função da relação que mantém com o capital subordinante. A incompletude do capital atrofico é a condição de possibilidade para a reprodução do capital subordinante” (Silva; Alves, 2008, p. 180).

Uma vez entendida a diferença particularizada entre a efetivação do capitalismo verdadeiro - industrialização completa e autônoma - pela via prussiana e para a incompletude crônica de tal processo para os países de via colonial, jogamos luz a uma questão já mencionada, mas ainda não devidamente destacada. Em relação ao caráter tardio e hiper-tardio de ambos os caminhos particulares Chasin destaca que tal diferença

é óbvio, não é simplesmente cronológica. Enquanto a *industrialização tardia* se efetiva num **quadro histórico** em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas, e a estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a *industrialização hiper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais (Chasin, 1977, p. 176, grifos nossos).

Ressalta-se daí os contornos de mais uma característica particularizadora da via colonial dado que o *quadro histórico* em que se efetivam as vias prussiana e colonial são invariavelmente distintos. Não se trata, portanto, de aferir a qualidade de “tardio” ou “hiper-tardio” a partir de uma constatação temporal - ainda que a questão temporal necessariamente esteja aí inserida - e sim analisar como se deram tais caminhos e em quais circunstâncias históricas se efetivaram.

Desta feita, a partir dos elementos prévios apresentados, foi possível a “constatação não mais apenas de uma única forma particular de constituição não clássica do capitalismo, mas a mais de uma” de tal sorte que a via particular brasileira diante da via prussiana se coloca como “um outro particular, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada) de extração colonial” (Chasin, 1978, p. 628), donde “sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de via ou caminho colonial” (Chasin, 1978, p. 628-629).

Ficam assim apontadas sinteticamente as elaborações de José Chasin que o possibilitaram apreender o caminho particular de entificação do capitalismo no Brasil enquanto *via colonial* e as distinções particularizadoras frente a via prussiana a partir das quais torna-se seguro afirmar que “quaisquer igualizações ou identificações, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica” (Chasin, 1978, p. 643).

4.3.2 Reacionarismo na particularidade brasileira: tendências de regressividade no Brasil da via colonial

Uma vez feita a exposição da *via colonial* nos dedicamos agora à apresentação pretendida de expressões de tendências do irracionalismo em formas de pensamento tipicamente brasileiras. Como aludido anteriormente, a título de exemplo, faremos apontamentos do ideário de Plínio Salgado que nos interessa na medida em que se mostrou influente no campo do pensamento conservador brasileiro no século passado; do ideário de Golbery do Couto e Silva enquanto demonstração de que tais tendências se verificaram também no pensamento militar e apontamentos do ideário de Roberto Simonsen enquanto demonstração da presença de tais tendências em proposituras de administração política tipicamente brasileiras.

Iniciando pelos apontamentos de tendências do Irracionalismo no ideário pliniano temos necessariamente que retomar as contribuições de José Chasin n’*O Integralismo*. Após os apontamentos “dos primeiros momentos significativos da objetivação do “verdadeiro capitalismo” no Brasil” ficam claros os aspectos fundamentais da determinante objetiva do ideário de Plínio dado que a via colonial se inicia “exatamente nos anos em que o ideário pliniano foi elaborado” (Chasin, 1978, p. 642), donde é possível apreender o ideário de Plínio enquanto uma “erupção ideológica diretamente atada ao processo que faz transitar o país da economia agro-exportadora para a forma urbano-industrial” (Chasin, 1978, p. 644).

Assim, diante de tal processo transitório marcado por sua industrialização incipiente é que Plínio Salgado elabora seus escritos. Tendo lido em Lukács que diante de determinadas condições sócio-históricas avançamos ou regredimos (Lukács, 2020) José Chasin aponta que “a reação ruralista pliniana, em face do incipiente ‘verdadeiro capitalismo’” (Chasin, 1978, p. 644) assume caráter regressivo, anti-industrialista. Muito além de uma proposta de retorno a terra a partir da perspectiva agroexportadora a antimodernização pliniana

é mais extremada, manifestando-se, na crítica romântica ao capitalismo, e na reação diante do que toma como a derrocada mundial deste (o primeiro conflito mundial, as crises de superprodução e desemprego, a instauração do estado soviético), como um salto para trás em busca de formas pré-capitalistas de entificação social. Donde, numa expressão formal, ao contrário do fascismo que, no fundo, é uma combinação de expansão econômica com regressão social, política e ideológica, o integralismo pliniano articula visceralmente duas regressividades: a deste último plano, e a regressividade econômica (Chasin, 1978, p. 644).

Apreende-se daí o pensamento de Plínio enquanto resposta reacionária frente às condições sócio-históricas brasileiras e ao estágio da luta de classes (a nível mundial, inclusive) com os quais se deparou. Marcado por sua natureza marcadamente regressiva, a resposta dada por Plínio se coloca como uma proposta bucólica de retorno ao campo. Vê-se daí que, nem capitalismo e nem socialismo, a resposta pliniana pretende um “salto para trás” uma vez que se trata de

uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, uma proposta de freagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o “capitalismo verdadeiro” [...] o integralismo se põe como fenômeno do capitalismo imaturo ou nascente, a traduzir uma proposta de regressão, em país de extração colonial que emerge como formação hiper-tardia do “capitalismo verdadeiro” (Chasin, 1978, p. 647).

Assim, a recusa do progresso sócio-histórico enquanto tendência do irracionalismo é realizada no pensamento de Plínio na medida em que o pensador integralista defende o retorno ao campo, o que mais do que uma proposta de frenagem, se coloca como uma crítica romântica ao capitalismo. É importante ressaltar, entretanto, que estamos diante de uma *forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio* donde a extração de tendências do irracionalismo de tal ideário não pode ser realizada através da mera transposição ou equiparação das tendências do irracionalismo alemão do período imperialista para os materiais de Plínio.

Desta forma, apreendidas enquanto tendências histórico-filosóficas, e a possibilidade de continuidades e descontinuidades de tais tendências em distintos tempos e lugares evidencia-se que as mesmas só podem ser extraídas - para o caso do ideário de Plínio - quando remetidas ao chão histórico hiper-tardiamente objetivado do quão brotaram e da análise imanente da formulação própria de Salgado junto ao respeito radical à sua lógica interna. Tendo feito tal análise Chasin apreende a tendência irracionalista de recusa do progresso sócio-histórico na elaboração própria de Plínio na medida em que

Tropeça-se muito freqüentemente, ao longo de toda a literatura de Salgado, com um sem-número de afirmações que claramente evidenciam conservantismo, tradicionalismo, crítica de talhe romântico, teor reacionário (no sentido lato) evidente; **em uma palavra, o progresso é encarado com franco desdém e hostilidade, as mudanças históricas são vistas com temor e alta negatividade. Verifica-se o que, de forma resumida, poderia ser chamado de recusa à transcendência histórica** (Chasin, 1978, p. 339, grifos nossos).

A partir de tal constatação

compreende-se, então, plenamente, qual a direção histórica da ideologia pliniana; **capta-se transparentemente sua proposta de restaurar a capacidade espiritual de ouvir “o eterno chamado da terra”;** **depreende-se seu esforço de reencontro com a terra;** seu regresso a ela a partir da nascente civilização urbano-industrial tantas vezes e tão veementemente condenada por ela. Eis portanto, a direção histórica do ideário pliniano: do urbano-industrial ao agrário, **num movimento regressivo que obriga a eliminar a história.** Ao “volver ao Passado, está-se caminhando para o futuro”. Sob a égide do irracionalismo, é claro (Chasin, 1978, p. 341, grifos nossos).

Evidencia-se, assim, a recusa à transcendência histórica pliniana enquanto resposta reacionária ao momento de inflexão societária com o qual se deparou. Na figura de sua propositura ruralista de retorno ao campo é possível extrair tendências de misticismo presentes em sua defesa da *etnogonia tupi* - termo cunhado por Chasin - que “nada mais é do que a expressão mítica da perspectiva ruralista de Salgado” (Chasin, 1978, p. 341). Pautada na defesa do tradicionalismo, no retorno às origens e no retorno a terra a criação do mito pliniano é assim apreendida por Chasin:

A avaliar que a destinação brasileira é a terra, e que a correta palavra de ordem é: Rumo à Terra!, temos a etnogonia tupi. Mito no plano étnico, propiciado pela tradição etnocêntrica da cultura brasileira da época, a garantir que a voz do oeste, a voz da terra será ouvida e atendida, como já o foi em outras oportunidades cruciais do itinerário histórico nacional. Constitui, a certeza, pelo mistério tornado como última instância, da justeza da proposta pliniana (Chasin, 1978, p. 617, grifos nossos).

Daí incorremos que o mito pliniano nos termos de sua tradição etnocêntrica expressa tendências de intuicionismo e apelo ao subjetivismo. José Chasin já havia extraído a defesa pliniana da “subjetividade coletiva nacional” (Chasin, 1978, p. 252), a qual realiza em seus últimos termos a desqualificação da razão na medida em que “o tupi é o aval de ‘mistério’ que garante que a ‘voz do oeste’ será necessariamente ouvida, a certeza do retorno à terra” (Chasin, 1978, p. 341).

A sublevação da razão é assim levada ao extremo quando da constatação de que para Plínio a verdade é “insondável para os débeis recursos da razão, verdade a que só intuição pode perscrutar: o ‘desconhecido’, base da autêntica dedicação humana” (Chasin, 1978, p. 341), cabendo sua reafirmação:

O apelo ao subjetivismo, ao irracionalismo encontra clara expressão também no Nhengaçu Verde-Amarelo. Aí temos que “A filosofia tupi tem de ser forçosamente a ‘não filosofia’” [...] Toda a força cognitiva é remetida ao intuicionismo revelador das determinantes decisivas e modelador dos caminhos históricos: “Foi o índio que nos ensinou a rir de todos os sistemas e de todas as

teorias. Criar um sistema em nome dele será substituir a nossa **intuição americana e a nossa consciência de homens livres** por uma mentalidade de análise e de generalização características dos povos já definidos e cristalizados. A continuação do caminho histórico tupi só se dará pela ausência de imposições temáticas, de imperativos ideológicos: O arbítrio mental não pode sobrepor-se às fatalidades cósmicas, étnicas, sociais ou religiosas” (Chasin, 1978, p. 251, grifos nossos).

E ainda:

A hipervalorização, típica do irracionalismo, dos mistérios insondáveis, unicamente perscrutáveis a golpes de intuição, em detrimento da reflexão racional, dada esta, pelo menos, como superficial e limitada, revela, pois, nos fragmentos estampados, a função de base que exerce no ideário pliniano: a defesa do místico, da religiosidade, da crença impassível à interrogação racional (Chasin, 1978, p. 338).

Tipicamente brasileiro, o ideário de Plínio Salgado se coloca assim, como uma formação ideal própria de *via colonial* a qual expressa elevado grau de regressividade tendo, portanto, natureza reacionária enquanto resposta de refreamento frente ao momento de inflexão com o qual o Brasil se deparava no início do século passado. Buscou-se apontar aqui, sucintamente, a partir das contribuições de José Chasin tendências do irracionalismo expressas neste ideário. É seguro dizer que o pensamento de Plínio expressa, à sua maneira, tendências de intuicionismo, recusa do progresso histórico e ainda da criação de mitos. Tais tendências acabam por exercer - e isso é chave - a depreciação da razão nos termos próprios de sua elaboração tipicamente brasileira da *via colonial*.

Como dito anteriormente, faremos ainda a apresentação breve do ideário de Golbery do Couto e Silva e Roberto Simonsen. No que diz respeito ao primeiro, teremos como base os estudos de Vânia Assunção a respeito do ideólogo militar (Assunção, 1999; Assunção, 2005; Assunção, 2019) para a realização da apresentação pretendida.

O general Golbery foi personagem central no Brasil do século passado. Tendo sua peculiaridade de “agir nas sombras” (Assunção, 2005, p. 2) foi ator fundamental em episódios como o

que redundou na demissão do então ministro João Goulart, tendo redigido o Manifesto dos Coronéis; propôs da “solução parlamentarista” na crise de 1961; defendeu o processo de auto-reforma do regime ditatorial – a “abertura” lerda, longa e limitada –, para citar apenas alguns episódios (Assunção, 2005, p. 1-2).

Fica claro que o estudo do ideário do General se justificou dado sua forte influência em diversos episódios do Brasil do século XX. Vale ressaltar daí - assim como apontamos anteriormente para os militares brasileiros nos dias atuais - que o general Golbery e seu

ideário não se limitavam a questões puramente militares, bélicas. Pelo contrário, Golbery “unia as qualidades de intelectual e homem prático a serviço da burguesia, à qual foi útil em várias ocasiões” (Assunção, 2019, P. 392) tendo desenvolvido, portanto, um ideário multifacetado que se ocupou dos mais diversos temas como política, economia e sociedade, os quais serão, em alguma medida, apontados na sequência.

Iniciando os apontamentos fundamentais do ideário golberyano a autora, a partir das apreensões de Oliveiros Ferreira⁶¹, afirma “sem sombra de dúvida, que a quase integralidade da sua teoria baseava-se na questão primária do medo advindo da insegurança” (Assunção, 2005, p. 2) tendo desdobramentos em outros temas como “nação, Estado, ocidente, liberdade, elite e pensamento planejado, além da geopolítica e da estratégia” (Assunção, 1999, p. 21). Apontamos que não cabe aqui fazer o recorrido de toda essa discussão (Cf. Assunção, 1999) apenas apontamentos mais gerais que sirvam aos propósitos deste subtópico.

Retomando a base do pensamento golberyano, o medo aparece constantemente em suas elaborações nas mais distintas colocações. Daí temos que esse “elemento irracional” (Assunção, 1999, p. 62) se coloca como “mais que um sentimento, um estado de espírito terrível que surgia da ‘insegurança generalizada e crescente’, da ‘angústia existencial’ do homem diante do mundo” (Assunção, 2005, p. 2), donde, a partir da influência de Hobbes, “a natureza do homem sob o capitalismo, egoística, mesquinha e interesseira, é tomada como sua essência” por Golbery (Assunção, 2019, p. 2).

Tem-se daí a transmutação da natureza humana socialmente determinada em sua essência mesma, imutável, portanto. Daí, deixa-se entrever aspectos de a-historicidade no ideário golberyano na medida em que nega a natureza sócio-historicamente determinada do homem, do seu modo de agir e de pensar.

O medo leva a outras questões como por exemplo a figura do Estado no pensamento golberyano. Por conseguinte, temos que “Atormentada pela insegurança própria do viver, a humanidade acabou por engendrar uma entidade à qual delegou poderes excepcionais, a fim de ver-se em segurança [...] Desta forma, no princípio, era o medo, e o medo fez-se Estado e veio habitar no meio de nós” (Assunção, 2005, p. 3). Nascia assim o Estado golberyano, o responsável pelo bem-estar nacional dado que para o general

o Estado teria como função arbitrar conflitos internos dos homens-lobo em disputa, a fim de que a segurança do todo fosse garantida. Seria, portanto, um árbitro imparcial capacitado para decidir com sabedoria salomônica as divergências que ocorressem

⁶¹ Trata-se de: FERREIRA, Oliveiros. A Geopolítica do Brasil revisitada. Revista Política e Estratégia, São Paulo, Convívio, v. II, n. 4, 1984.

no interior do grupo e que pudessem ameaçar sua segurança e, portanto, sua existência. **Contraditoriamente, este pensamento teria acabado por fecundar teorias absolutamente díspares – tanto o liberalismo quanto o totalitarismo** (Assunção, 2005, p. 4, grifos nossos).

A concepção de Estado de Golbery sustenta, portanto, a possibilidade de manutenção do bem-estar social de forma imparcial e sem atritos. É bem verdade que “Golbery não chega a dar uma definição única, inequívoca, de Estado” (Assunção, 1999, p. 62), entretanto vale destacar os dizeres de Assunção (1999) em passagem que retoma os próprios escritos do general:

Na atual conjuntura de guerra total, os perigos para o Estado recresceram em escala exponencial - “Hoje, a insegurança do Homem é a mesma, maior ainda, talvez”, do que aquela que provocou o surgimento do Estado (PE:362; GB:9). Ou seja, falhou a tentativa inicial de conseguir segurança pela criação do Estado. O grande responsável por isso é o liberalismo, que prega o Estado abúlico, fraco, indefeso (Assunção, 1999, p. 64)⁶².

É possível extrair daí, uma vez mais, o caráter a-histórico do ideário golberyano expresso em formulações que pretendem um surgimento da figura do Estado a partir da mera necessidade de atendimento a demandas sociais escamoteando os contornos históricos e conflituosos que levaram a formação do Estado. Assim, a concepção de Estado golberyana se colocava como resposta a-histórica na medida em que “A origem apontada para o Estado buscava justamente transmitir a idéia de que esta instituição eliminou conflitos e diferenças sociais mais graves e representava os interesses de toda uma sociedade – em vez de classes antagônicas, o *povo* ou, como ele preferia, a *nação*” (Assunção, 2005, p. 7). Soma-se a isto o fato de que

Não havia aqui, portanto, o conteúdo classista que permeia as relações sociais no capitalismo – Golbery, aliás, evitava furtivamente a identificação de seu Estado com o capitalista –, de modo que os interesses econômicos contraditórios, as divergências políticas, sociais, ideológicas internas a cada Estado desaparecem nesse todo em que todos os interesses são pardos (Assunção, 2005, p. 7).

Apreende-se daí a negação da luta de classes exercida pelo general na figura de seu Estado. Marcadamente anticomunista “Golbery não podia trabalhar com a ideia de nação dividida” (Assunção, 2005, p. 9) o que levaria a constatação de classes sociais distintas.

⁶² Aqui as siglas “PE” e “GB” utilizadas por Vânia Assunção dizem respeito, respectivamente, às obras *Planejamento Estratégico* e *Geopolítica do Brasil*, ambas de autoria do general Golbery do Couto e Silva. Isto porque a pesquisa de mestrado de Assunção teve “o objetivo básico de reproduzir, criticamente, a ideologia do general Golbery do Couto e Silva, contida principalmente em seus livros *Planejamento Estratégico* e *Geopolítica do Brasil*” (Assunção, 1999, p. 7).

Evidencia-se, portanto, o caráter de resposta conservadora de seu ideário uma vez que, diante da luta de classes, as mesmas “eram elididas quase o tempo todo em função de uma visão homogeneizante da sociedade” (Assunção, 2005, p. 9).

Atrelado ao anticomunismo explícito - visto como totalitário - temos que, na consecução do ideário golberyano o antiliberalismo tem também peso decisivo. O general entendia o liberalismo como contrário à figura do Estado na medida em que “prega o Estado abúlico, fraco, indefeso” (Assunção, 1999, p. 64). Essa consideração vai ao encontro da constatação de que

Para ele, o sistema liberal estava ultrapassado e poderia, inclusive, ser responsabilizado por vários males que rondavam a sociedade. Palavras como “decadência”, “impotência”, “lentidão”, “tolerância”, “abulia” e “desilusão” eram frequentemente associadas, por ele, ao liberalismo (Assunção, 2005, p. 12).

Assim, tendo a figura do Estado como ponto central de seu pensamento, Golbery vê no liberalismo um sistema diretamente contrário a seu ideário. Soma-se a isto fato de que para Golbery era a falência do liberalismo “que explicava o ressurgimento das ‘ideologias totalitárias’, o que, por sua vez, estava umbilicalmente ligado ao antagonismo vital pelo qual, no seu entender, o mundo passava” (Assunção, 2005, p. 12). Desta forma, realiza-se o entrelaçamento entre seu anticomunismo - considerado por ele enquanto ideologia totalitária - e seu antiliberalismo. O entrelaçamento se justificava na medida em que o liberalismo, para o general, além de ser anti-Estado, trata-se também do sistema econômico que engendrou o comunismo em decorrência de sua falência. Assim, anticomunista e antiliberal, por qual caminho proceder?

Nem socialismo e nem liberalismo: entrevê-se daí a necessidade de Golbery em formular uma variante de terceira via, ideologia que, como vimos em Lukács, reverberou sempre atrelada a elevados graus de reacionarismo e irracionalismo enquanto apologia indireta do capitalismo. Assim, temos que “rejeitando tanto o liberalismo quanto o totalitarismo, Golbery acabará por propor uma terceira via” (Assunção, 1999, p. 71). A respeito de sua proposta de terceira via:

Era, pois, fundamental encontrar um regime que, rejeitando o liberalismo inativo, não descursasse da importância que a liberdade tinha para a vida social. Este era um pecado em que, de acordo com sua visão, incorria o “totalitarismo”, o extremo oposto da democracia. Ele proporia como “terceira via” a democracia participativa e o planejamento democrático (Assunção, 2005, p. 17).

Defensor explícito da “liberdade” uma vez que “outro dado interessante que reflete as bases da visão de mundo de Golbery são os termos colocados do ‘velho dilema’ liberdade versus segurança” (Assunção, 1999, p. 62) o general baliza por aí sua proposta de terceiro caminho: a democracia participativa e o planejamento democrático. A respeito da primeira, temos como ponto de partida o fato de que para ele “a democracia nos moldes liberais fracassou, e precisa ser repensada, embora nunca de todo desprezada” (Assunção, 1999, p. 78). Daí, incorre-se no fato de que “Para Golbery, o fator essencial que está ligado à democracia não é a defesa das liberdades, embora isso seja fundamental. Para ele, o essencial é a própria participação” (Assunção, 1999, p. 78).

A democracia participativa golberyana fica, entretanto, restrita à participação partidária. Não há em seu pensamento - e nem poderia haver - a inclusão de grupos ou entidades não oficiais nas tomadas de decisão. Assim sendo, “Pode-se dizer que a democracia por ele proposta é uma democracia metodológica ou procedimental, no sentido de que não importa muito o que é decidido, mas como isso é feito” (Assunção, 1999, p. 78). Restrita ao campo da política, a participação golberyana acaba expressando o elitismo inerente ao seu ideário uma vez que

A democracia participativa golberyana difere essencialmente da democracia participativa reivindicada por movimentos sociais e autores ligados à esquerda, pois, além de instrumental, é essencialmente uma democracia partidária. **E esta é uma precaução coerente com o elitismo, o exclusivismo de seu pensamento, o qual está fundamentado na própria exclusão estrutural das massas das decisões. Canalizar qualquer participação para o âmbito partidário é, pois, concentrá-la aos limites estabelecidos pelo próprio sistema, e que, portanto, não peitaria sua própria fundamentação** (Assunção, 1999, p. 79, grifos nossos).

Enclausurada em sua atuação exclusivamente partidária, a proposta de democracia participativa golberyana acaba por evidenciar sua “necessidade de manutenção, de conservação do status quo” (Assunção, 1999, p. 80) na medida em que, na prática, exclui a participação popular da tomada de decisões.

Forjado no Brasil de *via colonial* o conjunto do pensamento de Golbery reflete, portanto, a própria forma de *ser e ir sendo* capitalismo brasileiro, processo de efetivação hipertardiamente iniciado “tendo por suporte, então, uma burguesia especialmente despojada de ‘ilusões humanitárias’” (Chasin, 1977, p. 176). Por conseguinte, tal proposta de democracia participativa apenas expressou no plano ideal os traços objetivos da sociabilidade brasileira a qual se objetivou desde o início com a exclusão da participação das massas.

Destaca-se ainda a respeito de seu elitismo que para o general “a entidade ‘povo’ pode ser facilmente manejável” (Assunção, 1999, p. 79) cabendo “à elite - e a um certo setor da elite - interpretar suas verdadeiras ‘aspirações sempre algo difusas na alma nacional’ (PE:358)” (Assunção, 1999, p. 79). Retêm-se, uma vez mais, o caráter conservador de suas elaborações sem contar a colocação de “alma nacional”, que deixa entrever a figura irracionalista da criação de mitos assim como vimos em Plínio Salgado e sua “subjetividade coletiva nacional” (Chasin, 1978, p. 252).

Adentrando o planejamento democrático golberyano ressalta-se como ponto basilar o fato que para o general “o Estado deve ser o agente de um planejamento democrático” (Assunção, 1999, p. 81). Anticomunista na figura de sua crítica ao totalitarismo, como vimos, Golbery tem necessariamente que esclarecer “‘que *planejamento e controle centralizado ou autoritário da economia e da sociedade não são, em absoluto, conceitos que mutuamente se impliquem*’ (PE:252-253, grifos nossos)”, conforme Assunção (1999, p. 81). E ainda, assentado em seu antiliberalismo “ele insiste em que o planejamento, ao contrário do que pregaria o liberalismo, não é dispensável, antes o contrário” (Assunção, 1999, p. 81).

Desta maneira, “não é, pois, o planejamento ou a ação efetiva do Estado que contrapõem totalitarismo e democracia. A questão está em como atua o Estado” (Assunção, 1999, p. 82). Assim, o planejamento seria, segundo o general

“um sistema de escolhas sucessivas e hierarquizadas entre alternativas que se prefiguram, dentro de um universo de conhecimentos em expansão dirigida”, cujo fito é “racionalizar e orientar a ação com vistas à consecução de determinados fins - dadas, de um lado, certa disponibilidade estimada de recursos e, de outro, uma série, também estimada, de obstáculos” (PE:254) (Assunção, 1999, p. 83).

Destaca-se das colocações de Golbery o aspecto teleológico de tal planejamento focado sempre no “objetivo a alcançar” (Assunção, 1999, p. 84) de tal maneira que “o general sublinha que ‘em todo o domínio do planejamento, o princípio fundamental é o princípio da intencionalidade’ (PE:254)” (Assunção, 1999, p. 84). Este planejamento está, entretanto, condicionado “aos fatores de dominância (campo ou ação em que se processará com maior intensidade) e criticidade (fatores críticos identificados neste ou nos demais campos)” (Assunção, 1999, p. 84) a partir dos quais o planejador deve ser capaz de interpretá-los, decidir e atuar. Assim sendo, “frisa o general, ‘o ato de escolha como elemento fundamental do planejamento’” (Assunção, 1999, p. 85) dado que para ele “‘o planejamento é, no fundo, um conjunto encadeado de julgamentos de valor e todo plano não deixa de apresentar seu

aspecto negativo (hipóteses ou alternativas rejeitadas)’ (PE:258)”, conforme Assunção (1999, p. 85).

De sua proposta de terceira via, na figura de seu planejamento democrático deixa-se entrever - e isto nos é da maior importância - “nuanças irracionalistas” (Assunção, 1999, p. 85) na medida em que sua proposta de “juízo de valor” acaba sendo ancorada em elevado grau de intuícionismo. Assim, desqualificando a razão

o conhecimento técnico e científico “do ‘mundo-como-natureza’, esquematizado em leis, fórmulas, teorias e sistemas”, **pode revelar-se “insuficiente e estéril se não dispusermos, ao mesmo tempo, de uma interpretação viva do momento que passa, à luz de uma perspectiva fisiognomônica do passado - o conhecimento, muito mais intuitivo que racionalista, do ‘mundo-como-processo-histórico’**”. Este conhecimento é, segundo o general, o “único que nos permite perscrutar o futuro nas linhas mestras de um *destino condicionador de todas as atividades humanas*” (PE:163, grifos nossos) (Assunção, 1999, p. 86, grifos nossos).

Assim, é possível extrair “nódoas irracionalistas” do pensamento do general ainda que o mesmo efetive “paradoxalmente, a busca da racionalização pelo planejamento” (Assunção, 1999, p. 83). Em suma, o “paradoxo” em tela diz respeito justamente ao fato de que a partir da defesa da suposta racionalidade do processo de planejamento democrático o general incorra na sublevação da razão frente a intuição. Ademais, vale destacar que de acordo com Golbery “para agir no mundo, é preciso conhecê-lo’ (PE:12)”, conforme Assunção (1999, p. 83). A respeito desse processo de conhecimento do mundo, o general afirma que para conhecer a

“realidade complicada e impenetrável, necessário é desmontá-la”, mesmo que à custa da quebra de sua “organicidade unitária”, far-se-á imprescindível selecionar “na complexidade desalentadora de seus elementos infinitos aqueles que se afigurem as variáveis estratégias da situação existencial”. Contudo, atesta o general, nesse sutil processo de abstração, “não chegaremos senão a construir uma pobre visão distorcida - **e na verdade irreal** - dessa **realidade misteriosa** que nos propõe o desafio eterno da esfinge lendária - ‘compreende-me ou eu te devoro!’” (PE:12) (Assunção, 1999, p. 83, grifos nossos).

Evidenciado fica que o escrutínio do mundo, da realidade, terá sempre um resultado “irreal” sendo, portanto, impossível apreender efetivamente a realidade. Vânia Assunção evidencia daí que para Golbery “o conhecimento da realidade do mundo é, pois, impossível - mais que parcial ou distorcido, é irreal” (Assunção, 1999, p. 83) cabendo o arremate quando da discussão do general a respeito da delimitação dos objetivos nacionais (ON):

No tratamento dessa questão aparecem também os laivos irracionalistas do pensamento do general. Temas como “instinto”, “alma popular” ou “alma nacional”, “vontade coletiva” são aqui recorrentes e aditam-se ao a-historicismo - ou, antes,

anti-historicismo - de seu pensamento. **Segundo ele, a elaboração, para fins expositivos, dos ON “é, por assim dizer, instintiva** e resulta naturalmente do processo histórico através do qual o grupo adquire e plasma uma consciência nacional” (PE:60-61 e GB:252) (Assunção, 1999, p. 97, grifos nossos).

E ainda:

Golbery insiste em que os ON, especialmente os permanentes, não são criações especulativas, mas “se acham imersos, com evidência maior ou menor, as mais das vezes apenas **vislumbrados antes pelo sentimento do que pela razão, nas aspirações sempre algo difusas da alma nacional**, como quer, aliás, que se entenda esta expressão” (PE:358, grifos nossos). Outras formas de conhecê-los também passam pela intuição ou pela simples formulação por algum membro inspirado da elite: “Não menos verdadeiro é, também, que **pró-homens do país, expoentes todos da própria nacionalidade e seus legítimos intérpretes - realistas, uns e visionários, outros - poderiam já haver intuído ou formulado objetivos tão fundamentais à vida nacional**” (PE:358, grifos nossos) (Assunção, 1999, p. 97-98, grifos nossos).

É possível capturar, a partir das passagens anteriores, formulações do general que articulam nuances irracionistas na figura de seu apelo à intuição ou ao instinto e ainda na figura do elitismo inerente ao seu ideário. Respondendo ao capital atrofico e à sua posição social burguesa, Golbery responde sempre excluindo as massas populares de suas elaborações. Elabora sua terceira via “diante do falso dilema anomia ou totalitarismo” (Assunção, 1999, p. 19) o que o leva a, pautado no antiliberalismo e no anticomunismo, propor uma atuação estatal regida pelos limites da ordem política burguesa e tendo seu planejamento realizado pela elite. Ficam delimitados assim, alguns nódulos centrais do pensamento golberyano que, através do não reconhecimento - e não poderia fazê-lo - das cisuras de classes e da ênfase da democracia partidária, do caráter a-histórico de suas elaborações, da defesa da intuição e do instinto, atuou prática e idealmente em nome dos interesses da burguesia com amplos elementos de regressividade e apologética do capitalismo.

Dando prosseguimento, faremos na sequência a apresentação sumária das formulações de Roberto Simonsen na figura de sua propositura de administração política (Paço Cunha; Guedes, 2022) e seus iminentes elementos de regressividade. Para a consecução da tarefa aqui pretendida estaremos pautados no trabalho de Paço Cunha e Guedes (2022), os quais, reconhecendo que as ideias de Simonsen “ajudaram a moldar não apenas o ideário brasileiro, a respeito dos meios de desenvolvimento do capitalismo nacional, como também a prática política propriamente dita nessa direção” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 699), apreenderam a propositura de administração política de Simonsen enquanto uma variante da ideologia de terceira via em condições atroficas.

Assim, esta contribuição é chave para o presente tópico porque além de revelar formas de regressividade próprias do capitalismo de *via colonial* na propositura de administração política de Simonsen trata-se de um ideário que teve implicações na sociabilidade brasileira no século passado. Reconhece-se de partida uma “constelação de influências teóricas” no ideário de Simonsen bem como sua “consciência prática ocupada da realidade nacional” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 706). Dito isto, Roberto Simonsen se depara na década de 1940 com um Brasil ao seu ver em condição semicolonial o qual necessitava segundo o autor de desenvolvimento rápido. A este respeito temos que

Nesse contexto, despontaram-se as duas alternativas evocadas pelo autor, abstraindo qualquer via revolucionária, quais sejam: i) “meios clássicos de apressar a evolução econômica, estimulando pelos processos normais as iniciativas privadas, as várias fontes produtoras e o mercado interno”, caminho este de matriz na ortodoxia liberal; ou ii) “novos métodos [...] em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional numa guerra ao pauperismo para elevar rapidamente o nosso padrão de vida”. A posição de Simonsen era a de que se mostrava “ser impossível” a realização de tais finalidades com a “simples aplicação dos processos clássicos” (Simonsen, 2010a [1945], p. 44), restando o caminho da planificação para uma economia dirigida em que a industrialização ocupava lugar especial (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 707).

Constata-se daí o diagnóstico de Roberto Simonsen que o leva a trilhar a opção pelo planejamento econômico. Eliminando qualquer saída revolucionária, Simonsen vê na figura do Estado o agente central de sua propositura enquanto responsável pela planificação da economia. A industrialização era para Simonsen aspecto chave para fazer eliminar a condição semicolonial do Brasil, “cabendo uma organização e direção externas ao plano diretamente produtivo diante do reconhecimento da incontornável atuação estatal” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 707).

Reconhecendo que “não existiria contradição entre intervencionismo estatal e iniciativa privada” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 708), Simonsen propõe, a partir de uma Junta de Planificação, a possibilidade de atuação conjunta entre Estado e Capital na consecução do plano. Tal planificação na visão de Simonsen deveria ser

“principalmente levada a efeito por meio de negociações entre o órgão planejador e as empresas privadas”, em que se destacariam os “meios suasórios” (p. 136), isto é, a coordenação do Estado teria caráter de convencimento dos agentes econômicos e não qualquer modo compulsório (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 707).

Atrelado a coordenação “o Estado deveria ocupar o lugar produtivo da iniciativa privada tão somente nos poros em que os capitais são hipossuficientes” (Paço Cunha; Guedes,

2022, p. 707), tendo, portanto, uma propositura de atuação em duas vertentes: a necessária coordenação e planificação por parte do Estado e a possibilidade de atuação direta em setores nos quais a iniciativa privada não angariasse o desenvolvimento industrial requerido. Desta forma, torna-se possível a apreensão de uma propositura de administração política para a qual “o planejamento como meio está acomodado à postura industrialista de anseios promotores do capitalismo nacional e, simultaneamente, à doutrina política corporativista, ainda que adaptada” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 711).

A partir da delimitação dos contornos fundamentais de sua propositura de administração política os autores destacam que há no ideário de Simonsen “a simultânea recusa do liberalismo e do socialismo” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 715) a qual se verifica justamente pelo fato de que na propositura de administração política de Simonsen o “aceite de uma atuação, até certo limite, mais incisiva do Estado sobre os problemas econômicos deriva de uma postura crítica tanto ao liberalismo econômico clássico quanto à alternativa revolucionária socialista” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 716).

Desta feita, a dupla recusa do liberalismo e do socialismo “posiciona Simonsen no interior do gradiente da terceira via” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 716) na medida em que sua propositura de administração política busca resolver tanto “os fracassos históricos do liberalismo e sua inaptidão para o contexto semicolonial, ou o autoritarismo exacerbado socialista que lhe aparentava ser reacionário” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 717).

Como vimos, há também no ideário golberyano a recusa do liberalismo e do socialismo, o que implicou em sua proposta de terceiro caminho (Assunção, 1999). Entretanto, assim como foi para o pensamento do general, as condições sócio-históricas do capitalismo atrofico brasileiro de *via colonial* impactaram necessariamente o ideário de Simonsen e sua consequente propositura de administração política.

Assim, apreendida enquanto uma “variante da terceira via” os autores jogam luz aos “aspectos de particularidade envolvidos” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 719) em tal variante, aspectos esses que são necessariamente delimitados pelo chão histórico no qual se situa o autor: o Brasil de via colonial. Vimos em outro momento do presente trabalho que a ideologia de terceiro caminho surge na segunda fase da decadência ideológica da burguesia enquanto proposta alternativa ao liberalismo e ao socialismo proposta a qual acabava por exercer na prática uma apologia indireta do capitalismo (Lukács, 1967).

Dito isto, os autores ressaltam que para o caso da variante da terceira via de Simonsen, remetendo às condições semicoloniais da *via colonial* (Chasin, 1978), tem-se que as “circunstâncias brasileiras, portanto, eram outras quando a ideologia da terceira via foi

importada de além-mar – o que é algo distinto de simples cópia” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 720). Assim, cabe a delimitação da particularidade da variante da terceira via de Simonsen na figura de sua propositura de administração política:

Considerada a administração política integralmente, temos uma matriz industrial que demanda a aceleração da acumulação capitalista sem, contudo, admitir um expansionismo territorial em busca de matéria-prima e mercados consumidores, diferenciando-se da economia imperialista de talhe fascista. **A planificação espelhava as preocupações com a resolução dos dilemas internos, tendo o protecionismo como condição. É a proposição de um capitalismo industrial nas condições incipientes identificadas. Sob esse aspecto, sua resposta não foi regressiva pois sua seta apontava para frente [...]** Com diferenças, portanto, ao corporativismo integral italiano, a administração política de Simonsen procurava uma fórmula política moderada. Embora mantivesse a ideia geral de uma organização a partir dos ofícios, **Simonsen procurava garantir maior autonomia para as federações patronais e participação dessas organizações empresariais nas definições econômicas, políticas e jurídicas. Os elementos de regressividade estão contidos nesses aspectos corporativistas. A organização a partir dos ofícios e sob direção de uma elite, não obstante o conteúdo técnico, assemelha-se à fórmula do passado, ainda que adaptada às novas condições.** O corporativismo de Simonsen, entretanto, é parcialmente decantado do espiritualismo irracionalista comum às expressões europeias e ao integralismo [...] sua crítica de talhe corporativista ao liberalismo alimentava garantias ao próprio regime liberal, **não se confirmando como uma crítica dos aspectos essenciais do capitalismo**, enquanto negociava a cessão de maior sala à intervenção estatal, desde que esta garantisse o protecionismo (Paço Cunha; Guedes, p. 722-723, grifos nossos).

Da extensa passagem acima evidenciam-se traços fundamentais da variante da terceira via de Simonsen. Destaca-se o caráter de progresso de sua proposta econômica a qual tinha sua seta voltada para frente, ou seja, voltada ao interesse do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Entretanto, a análise imanente de tais materiais possibilitou a extração - e isso nos importa para o presente tópico - de tendências regressivas em sua propositura consubstanciada na administração política a partir de ofícios enfatizando a atuação das elites burguesas em tal processo. Tal propositura expressa assim elementos de regressividade justamente por se assemelhar em alguns aspectos ao corporativismo fascista marcadamente reacionário.

Fica assim delimitada a variante de terceira via de Simonsen: progressiva no plano econômico apesar de conservador dado que “alimenta a visão de uma sociedade idealizada em termos essencialmente capitalistas, em que o progresso técnico é considerado dentro dos parâmetros do modo de produção capitalista e do horizonte de um ideólogo industrialista” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 722) e regressiva no plano ideopolítico donde destacam-se “essencialmente os traços do corporativismo elitista como vestígio do irracionalismo, uma vez que remonta à antiga forma de organização social baseada nos ofícios” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 726).

Por fim, ressalta-se a correspondência de tal pensamento a tecitura societal da qual floresceu: enquanto propositura possibilitada a partir de um capitalismo de condições semicoloniais

a administração política de Simonsen foi orientada pela ideologia da terceira via apenas na medida em que, uma vez adaptada às condições nacionais, serviria ao projeto industrialista, tomada da posição de um ideólogo do capital industrial. **Mas no caso brasileiro, em condições semicoloniais, “nem liberalismo, nem socialismo” tem sentido, apenas como antecipação de circunstâncias ainda não inteiramente existentes. Trata-se, portanto, mais de uma projeção para as condições nacionais do que de extração a partir de sua realidade efetivamente posta [...]** Se a ideologia em tela serviu, em seu território próprio, como resposta às consequências do capitalismo e no evitamento da alternativa revolucionária, **pela pena de Simonsen assumiu a finalidade de articular maior margem de atuação estatal e protecionismo no interesse do capital industrial** (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 724-725, grifos nossos).

Fica assim demarcado, a partir da exposição de seus nexos internos, mais uma forma de pensamento próprio da sociabilidade brasileira da via colonial e seus imanentes elementos reacionários: a propositura de administração política de Roberto Simonsen. Cumpre-se assim, a tarefa desejada para o presente tópico uma vez que tal pensamento “ao invés de ser uma resposta às consequências do capitalismo industrial, decorreu precisamente do retardo brasileiro” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 726) sendo exatamente por tal fator uma formação ideal própria do Brasil da via colonial. Em suma, trata-se de um ideário que apresenta, assim como o pensamento de Plínio Salgado e de Golbery, imanentes elementos de regressividade.

Vale destacar, por fim, que a via colonial enquanto o caminho particular de efetivação do capitalismo no Brasil se encerra ao final do século XX com o advento da globalização. É nesses termos que chega ao fim “o período iniciado em 1930 pela imposição definitiva da integração subordinada ao sistema mundializado do capital” (Cotrim, 2000, p. XXX), donde apreende-se que a via colonial “se encerrou não em função de sua resolução, mas em função da reconfiguração do padrão de acumulação do capital, ou seja, da superação do capital monopolista pelo capital globalizado” (Silva; Alves, 2008, p. 180).

A respeito dessa transição que marca o encerramento da via colonial em decorrência da efetivação de parâmetros produtivos qualitativamente distintos, Chasin evidencia em *O poder do real* que

Para o bem e para o mal, aqui se fecha e fica para trás um longo ciclo, cujas características dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século. Traços que, reduzidos ao essencial, conferiram ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por conseqüência, suas peculiares

mazelas sociais e políticas. **Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias** (Chasin, 1996, p. 102-104, grifos nossos).

Chega ao fim, portanto, a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro a partir do advento do novo parâmetro global de produção e distribuição da riqueza: a globalização. Importa reter desta mudança de natureza do capital constatada que “no caso brasileiro, a transição demandada [ao novo parâmetro produtivo] é antes uma regulação de caráter jurídico, por certo de longo alcance, do que uma reviravolta na essência das coisas” (Chasin, 1996, p. 104-105). Em outros termos, a transição em tela

não significa o desaparecimento das relações desiguais e da subordinação, entre países e no interior de cada um, mas sim uma metamorfose em seu modo de existência, que, entre outras consequências, **relega ao nível de propostas regressivas todos os tipos de nacionalismo**, já esgotado e vencidos nas distintas variantes sob as quais se manifestou ao longo do século. **Pensar a partir do nacionalismo é, hoje, pôr-se contra a lógica do movimento histórico** (Cotrim, 2000, p. XXX, grifos nossos).

Assim sendo, é da maior importância reter que o movimento de inserção do Brasil neste novo padrão de produção e reprodução do capital a nível global não alterou sua posição de subordinação dado sua inserção globalmente subordinada. Soma-se a isso o fato de que tal inserção subordinada “não significa uma cabal transformação social” (Silva; Alves, 2008, p. 183), o que indica a manutenção – ainda que no interior de um novo padrão produtivo – de uma sociabilidade a qual continua habilitando o surgimento de “propostas regressivas”.

Queremos chamar atenção, portanto, para o fato de que tal alteração vivenciada na natureza do capitalismo não significou – e isto é chave para a presente pesquisa – a redução dos graus de regressividade da sociabilidade brasileira ou, ao menos, não significou a efetivação de uma nova sociabilidade que impedisse desdobramentos regressivos no plano ideal. A este respeito, seguindo os escritos de Livia Cotrim, tomemos como exemplo as “debilidades” e a “crescente inconsistência ideológica” (Cotrim, 2000, p. XXII) de Luís Inácio da Silva e do Partido dos Trabalhadores os quais nos idos de 1994

Incapazes de compreender a marcha dos acontecimentos, vêm se apegando à defesa extemporânea de um **nacionalismo regressivo**, estreito, reduzido ao estatismo e ao corporativismo; reverberando contra um suposto complô ideológico neoliberal responsável pela globalização, **dão as costas ao presente**. [...] Ancorados nesse **olhar regressivo**, esquivam-se à efetivação mesmo das tarefas mais imediatas, as de procurar as alternativas para a inserção na economia mundializada menos penosas para as massas trabalhadoras (Cotrim, 2000, p. XXII, grifos nossos).

Tendo lido em Chasin que “a política, na transição para a globalização, ou se torna seu agente inteligente e brutal, ou se manifesta como agente perturbador de curto fôlego” (Chasin, 2000b, p. 75), a autora defende que a proposta de nacionalismo pautado em um processo de desenvolvimento autônomo por parte do Partido dos Trabalhadores se colocou, portanto, como resposta regressiva ao quadro societal daquele momento histórico. Uma vez que tal proposta responde ao seio societal do qual emerge – enquanto possibilidade socialmente determinada e não mecânica – fica claro que, os traços de regressividade da sociabilidade brasileira não se esvaíram com o advento da globalização. A questão é ainda mais sintomática quando a proposta que atesta tal permanência de regressividade é uma proposta *à esquerda*, a qual furta-se da tarefa de inserção do Brasil na nova ordem econômica de caráter global sob a ótica do trabalho.

Ressaltamos, que o caráter regressivo de uma propositura nacionalista nesse quadro histórico se verifica exatamente *em relação* ao chão histórico ao qual remete e pretende dar respostas. Em outros termos, uma proposta nacionalista se coloca como regressiva justamente porque aponta uma seta para trás quando se depara com “a nova (des)ordem internacional do capital” que é “e será cada vez mais, até onde possam os horizontes ser vislumbrados, o mundo real a ser vivido por todos” de modo que “Em verdade, não tem alternativa: ou participa dessa *civilização* ou envereda pela estagnação degenerativa” (Chasin, 1996, p. 105). Assim o caráter “regressivo” de uma propositura não se dá *a priori*, mas sim se verifica *em relação* ao chão histórico do qual advém e ao qual busca dar respostas.

Assim, fica indicado para fins do presente tópico que, além de ter servido de base para formações ideais marcadamente regressivas, a sociabilidade brasileira da via colonial e seus traços de regressividade imanentes ainda expressa, de uma maneira ou de outra, resquícios na sociabilidade brasileira hodierna. Ao fim e ao cabo, a constatação acerca da conservação de tais resquícios indica a configuração, nos dias atuais, de um solo propício à continuidade e à renovação de expressões de tendências irracionistas no Brasil.

5 OS MATERIAIS DO INSTITUTO SAGRES: DAS MOTIVAÇÕES E ETAPAS POR TRÁS DA CONSECUÇÃO DO PROJETO DE NAÇÃO À APREENSÃO DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO MILITAR E SUAS TENDÊNCIAS IRRACIONALISTAS

O presente capítulo tem como *objetivo último apreender, por meio da análise imanente, a natureza do pensamento administrativo-político dos militares com objetivo de*

desvelar suas tendências irracionalistas. Para tanto, serão perscrutados os elementos fundamentais da propositura de administração política dos militares brasileiros expressa concretamente no Projeto de Nação de autoria dos institutos SAGRES, Villas Bôas e Federalista, com a centralidade do primeiro. A análise pretendida busca ganhar maiores contornos junto a análise de artigos e outros materiais publicados nos sites e plataformas dos institutos em tela, donde o Instituto SAGRES desponta como o mais profícuo produtor de conhecimento e, portanto, responsável pela elaboração dos principais materiais que permitirão a apreensão pretendida. Não por acaso, portanto, os materiais do Instituto SAGRES compuseram a baliza fundamental da análise imanente que segue.

Contudo, a análise dos materiais disponíveis nos sites e plataformas dos três institutos responsáveis pela elaboração do Projeto de Nação indicou o necessário deslindamento de ainda duas temáticas que ocuparão as páginas dos próximos dois subcapítulos (5.1 e 5.2). O subcapítulo 5.1 tem como objetivo compreender as motivações que levaram a elaboração de um “Projeto de Nação” por parte de três *think tanks* ligados, direta ou indiretamente, a militares brasileiros. O objetivo último foi demonstrar que, a despeito do que afirmam os autores deste projeto, sua idealização e elaboração se deu tendo fundamentalmente por figuras militares, com a centralidade do Instituto SAGRES e de seus consortes. Este esforço buscou desvelar, portanto, a origem militar desta propositura de administração política, um projeto que se insere na esteira do recente agravamento do processo de politização das Forças Armadas brasileiras e, em particular, no processo de intenso envolvimento recente dos *think tanks* em tela e de seus colaboradores nos debates políticos do país.

Isto feito, o subcapítulo 5.2 buscou compreender e apresentar todas as etapas e procedimentos metodológicos tomados para a realização deste Projeto de Nação. O objetivo último foi o de demonstrar as inúmeras fragilidades teórico-metodológicas desta empreitada com o fito de colocar em xeque a *aparência de racionalidade*, técnica e rigor tantas vezes aludidas pelos militares brasileiros e, como vimos, sedimentada, em considerável grau, pela mídia acrítica brasileira. A explanação dos procedimentos tomados permitiu denunciar uma série de imputações deliberadamente enviesadas e o uso de critérios questionáveis que, ao fim e ao cabo, habilitaram o deliberado triunfo do *ideário militar* que informa os autores desta propositura de administração política em face de uma análise rigorosa e pautada em critérios claros e objetivos. Trata-se, ao fim e ao cabo, de um Projeto Nação calcado no *ideário militar brasileiro*, em particular no seu *subproduto* que nos interessa para a presente pesquisa: o *pensamento administrativo-político* dos militares.

Por fim, o subcapítulo 5.3 estará voltado especificamente ao cumprimento do objetivo central da presente pesquisa, porquanto objetiva a apreensão da natureza do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* que informa a propositura em tela com o fito de desvelar suas tendências irracionalistas⁶³. Como dito anteriormente, os materiais disponíveis no site do Instituto SAGRES compuseram a baliza da análise pretendida, de tal forma que o esforço de apreensão do objeto ideológico em tela se dará a partir da *central* análise do Projeto de Nação *junto* a outros materiais elaborados pelo SAGRES, em especial os 131 artigos disponíveis no site deste *think tank* militar. O subcapítulo 5.3 estará voltado, portanto, ao esforço de apreensão, por meio da análise imanente, da natureza efetiva do *pensamento administrativo-político* militar que orienta tal propositura com o fito de desvelar as evidências irracionalistas presentes em tal ideário.

5.1 A ORIGEM E AS MOTIVAÇÕES POR TRÁS DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE NAÇÃO

Este curto subcapítulo tem como intuito apontar alguns breves, porém fundamentais, apontamentos a respeito das articulações e motivações que levaram a elaboração do Projeto de Nação. Como dito anteriormente, o Projeto de Nação configura o material central da análise proposta pelo presente trabalho de tal forma que, compreender a origem e as motivações por trás da elaboração deste documento, joga luz sobre o papel específico desempenhado por cada instituto, além de servir como uma necessária apresentação ao leitor a respeito deste documento.

Assim como já mencionado no *subcapítulo 3.2.2*, o Projeto de Nação foi elaborado a partir da atuação conjunta de três *think tanks* ligados, direta ou indiretamente, ao espectro político de direita e, em especial, ao ideário militar brasileiro. Naquele mesmo subcapítulo, tratamos de apontar uma série de projetos e iniciativas realizadas em conjunto por estes três institutos que evidenciam a forte articulação e coesão político-ideológica entre as partes. Assim sendo, apesar de ter sido elaborado por “três mãos”, a realização deste Projeto de Nação configura-se como mais um forte indicador do alinhamento ideológico entre estes três institutos. Além disso, o estudo da atuação política recente destes institutos deixou indicado o

⁶³ Para que fique claro: apenas o *subcapítulo 5.3* estará voltado ao cumprimento do objetivo do presente trabalho. Os *subcapítulos 5.1 e 5.2* são, portanto, esforços analíticos adicionais que ajudam, de uma maneira ou de outra, a melhor compreender o principal material do SAGRES em análise, o Projeto de Nação. Assim sendo, pelo fato de todos os subcapítulos 5.1, 5.2 e 5.3 versarem em algum grau sobre o Projeto de Nação, optamos por apresentar os resultados da análise imanente dos materiais do SAGRES (subcapítulo 5.3) enquanto um subcapítulo do *Capítulo 5* que trata pormenorizadamente de diversos aspectos do Projeto de Nação.

“elo” entre essas três instituições como sendo Luiz Eduardo Rocha Paiva, o general de brigada ligado diretamente a todos os três *think tanks*. Os seguintes apontamentos a respeito das articulações por trás da elaboração deste documento, igualmente apontaram para essa atuação conjunta movida por uma forte coesão ideológica entre os institutos em tela.

A consulta aos sites oficiais destes três *think tanks* mostrou-se vital para uma melhor compreensão a respeito da origem do Projeto de Nação. De acordo com seu site oficial, o Instituto Federalista já desejava elaborar um projeto de nação para o Brasil desde “a fundação do Movimento Federalista, em 1991, por Thomas Korontai” (Federalista, 2020). Como já aludido ao longo do trabalho, o Instituto Federalista foi fundado em 2005 enquanto desdobramento do Movimento Federalista, ambos idealizados por Korontai. Na sequência, o Instituto aponta suas debilidades e insuficiências para levar à cabo um projeto nacional por conta própria, admitindo que após a “fundação do Instituto Federalista, em 2005, essa ideia já estava mais consolidada, mas ainda faltavam os meios materiais e intelectuais para tarefas desta envergadura” (Federalista, 2020), os quais só viriam a se concretizar anos mais tarde. Acompanhando o já evidenciado processo de aguda politização dos militares durante o governo Bolsonaro, o Projeto de Nação tem seu estopim logo no primeiro ano do governo anterior de tal forma que, apesar do declarado interesse em elaborar um projeto nacional desde 1991, “Somente no ano de 2019 é que o ‘Projeto de Nação’ começou a adquirir forma quando o Instituto Federalista encontrou entidades de alto nível para realizar parcerias” (Federalista, 2020).

Assim sendo, a primeira parceria oficializada deu-se entre o Instituto Federalista e Instituto SAGRES quando “Na metade de 2019 o Federalista firmou parceria específica para a elaboração do projeto com o Instituto Sagres, [...] o qual, há algum tempo também planejava realizar atividades que conduzissem à elaboração de um projeto de nação” (Federalista, 2020). Pela maneira com que apresenta o Projeto de Nação, o Instituto Federalista aparenta ser, à primeira vista, o agente protagonista de toda essa articulação, fato que, como veremos, será contestado mais adiante. Recuando no “tom” de “pioneirismo” de sua apresentação, o Instituto Federalista se vê obrigado a apontar na sequência que “Seria pretensão acreditar que somente o Instituta [sic] Federalista havia sentido a necessidade deste projeto; seria acreditar que somente os seus componentes teriam a capacidade para desenvolver esta atividade” (Federalista, 2020).

Feita a ressalva anterior, o Instituto Federalista aponta o fundamental ponto de inflexão que leva a elaboração do tão pretendido Projeto de Nação:

Certamente outros deviam pensar e sentir o mesmo, mas na imensidão do Brasil, como encontrar pessoas que carregassem as mesmas aspirações e preocupações, mas com o [sic] capacidade intelectual para se lançar ao desafio? Quando a hora chega, quando chega a estação certa os frutos amadurecem. **Eis que, através do Instituto Sagres, tivemos conhecimento que o General Villas Boas, da Reserva do Exército, e ex-comandante do Exército, sentia a necessidade e trabalhava no sentido de criar um instituto que entre suas finalidades estava a elaboração do referido projeto: o IGVB – Instituto General Villas Bôas. Assim, as três entidades uniram-se com o objetivo de elaborar um projeto de nação para o Brasil** (Federalista, 2020).

A passagem anterior evidencia, portanto, o papel determinante desempenhado pelo general Villas Bôas e seu instituto para colocar em andamento as engrenagens deste projeto. Na mesma medida, salienta o importante papel de articulação desempenhado pelo Instituto SAGRES ao conectar os três institutos em torno da tarefa de elaboração do Projeto de Nação. Não por acaso, portanto, o Instituto General Villas Bôas, tendo como um de seus fundadores justamente o general Rocha Paiva (General Villas Bôas, [s.d.a]), já nasce tendo o “Pilar Nacional” como um de seus três eixos de trabalho, como bem apontado anteriormente (General Villas Bôas, [s.d.b]).

Em publicação em seu site oficial, o Instituto General Villas Bôas, evidencia o papel decisivo desempenhado pela figura do general de quatro estrelas para a realização do Projeto de Nação ao deixar claro que “Idealizado pelo General Villas Bôas, o Projeto de Nação é um dos pilares do IGVB e aspira ser a sonhada Grande Estratégia Brasileira” (General Villas Bôas, [s.d.e]). Torna-se evidente, portanto, o papel fundamental desempenhado pelos anseios de Villas Bôas para finalmente ser elaborado o Projeto de Nação, a “Grande Estratégia Brasileira”.

O general de exército já havia deixado claro o interesse em elaborar tal documento quando da realização das entrevistas cedidas a Celso Castro. No livro de entrevistas publicado pelo pesquisador da *Fundação Getúlio Vargas*, ao falar da criação de seu instituto, Villas Bôas já evidenciava a decisão de atuar em três frentes: “O instituto terá três vertentes” (Castro, 2021, p. 234) sendo a terceira delas voltada a “Algo de que muitos já me ouviram falar: o de um projeto nacional. Estamos contando com a colaboração do general Rocha Paiva, general Cardoso, do Instituto Sagres e de mais pessoas e instituições dedicadas a temas nessa esfera” (Castro, 2021, p. 234). Por conseguinte, não restam dúvidas acerca da fundamental influência desempenhada pelos anseios de Villas Bôas como também fica evidente o papel central creditado ao Instituto SAGRES e a Rocha Paiva para a condução de tal projeto. Villas Bôas cita ainda a fundamental atuação do general Mendes Cardoso, um dos fundadores do IGVB

(General Villas Bôas, [s.d.a]), figura a qual, assim como apontado anteriormente, viria a compor o Comitê Revisor do Projeto de Nação, conforme Sagres (2022a, p. 97).

Ainda a respeito dos anseios de Villas Bôas, este afirma nas entrevistas a Celso Castro que a elaboração de um projeto nacional “se torna a cada dia mais crucial e urgente” (Castro, 2021, p. 216) o que o levou até mesmo a expor, quando ainda ocupava o posto de Comandante do Exército, essa fundamental tarefa a políticos brasileiros nos idos das eleições de 2018:

Com vistas nas eleições, convidei os candidatos para conversar. Essa rodada de entrevistas aconteceu antes que as candidaturas fossem oficializadas. **Nelas eu expunha temas relativos à importância de reconstrução de um projeto nacional. Discorria sobre a Amazônia, os problemas e as soluções cabíveis e, por fim, tratava da defesa, das Forças Armadas e de questões importantes que lhes dizem respeito.** Minha expectativa de que esses assuntos fossem discutidos por ocasião dos debates eleitorais acabaram frustradas. Nos poucos que ocorreram, esses temas não foram provocados pelas emissoras (Castro, 2021, p. 216, grifos nossos).

Configurando-se como mais uma das tentativas do ex-comandante do Exército em delinear, em algum grau, a atuação de figuras políticas e os rumos do país, a passagem anterior evidencia alguns dos temas considerados centrais para o projeto nacional idealizado por Villas Bôas: a questão amazônica, a defesa nacional e o papel das Forças Armadas, todos temas fundamentais para o ideário militar brasileiro. Igualmente, fica evidente o desapontamento de Villas Bôas ao ver frustrados seus anseios de que esses temas viessem a pautar os debates eleitorais daquele ano.

Soma-se a isso o diagnóstico dado pelo ex-comandante do Exército de que no Brasil “Por muito tempo, foram ignoradas as questões nacionais e o papel das instituições de Estado” de tal forma que “Talvez tenha contribuído para essas omissões a inexistência de um projeto nacional” (Castro, 2021, p. 215). Segundo o general, apesar do país ter prosperado “Entre as décadas de 1930 e 1980”, período no qual “existia um sentido de projeto”, estaríamos sofremos já há anos dos infortúnios causados pela adesão do povo brasileiro às duas principais “orientações externas” da Guerra Fria, a orientação “do mundo ocidental” e a “orientação soviética”, as quais teriam criado “uma primeira divisão entre os brasileiros, e lá se foi nossa coesão interna” (Castro, 2021, p. 215).

O mesmo diagnóstico é ainda reiterado por Villas Bôas em outro lugar: “Carecemos de um projeto nacional que nos possibilite ter um olhar em direção ao interesse comum, capaz de nos livrar da prevalência do individualismo, do imediatismo e dos interesses grupais ou corporativos” (General Villas Bôas, [s.d.e]). O diagnóstico de necessidade de um projeto nacional delineado por Villas Bôas fora igualmente corroborado por Rocha Paiva quando de

uma fala proferida no *1º Fórum Federalista Nacional*, realizado pelo Instituto Federalista em 20 de outubro de 2018. Naquela ocasião, o “irmão profissional” de Villas Bôas faz um breve diagnóstico daquele contexto dizendo que se trata de um “momento em que o país vive e compreende a necessidade de mudanças, necessidade de encontrar um rumo para o futuro que ele merece, para a sua população, de acordo com a sua história” (Federalista, 2018) e complementa:

É uma encruzilhada que o país vive e o Movimento Federalista aponta um caminho [que] eu acho que é o ideal para o país, tendo em vista o amadurecimento que nós já tivemos ao longo desses séculos de existência e da compreensão de que **é preciso maior liberdade, maior autonomia, mas dentro de uma coesão nacional, em torno da nossa história, em torno das nossas tradições, em torno do nosso civismo e patriotismo** (Federalista, 2018, grifos nossos).

É, portanto, em decorrência deste diagnóstico marcado pela cisão do povo brasileiro e pela relevância frisada pelos institutos em tela acerca da necessidade de se pensar um projeto nacional para o Brasil que, a elaboração de um Projeto de Nação pautado em temas fundamentalmente caros aos militares - como é possível reter das falas de Villas Bôas e Rocha Paiva⁶⁴ -, começa a se colocar na ordem do dia. Vale ressaltar uma vez mais que, esse interesse já há anos latente, somente veio a se concretizar em decorrência da emergência de um quadro histórico marcado pela aguda *politização dos militares brasileiros*, a determinante objetiva que possibilitou a elaboração de um projeto nacional desta envergadura por *think tanks* militares sem grandes constrangimentos e objeções tanto da parte de seus pares quanto de seus opositores.

Para a reta apreensão a respeito da origem e das motivações por trás do Projeto de Nação, mais uma vez fez-se necessária a consulta aos sites oficiais dos três *think tanks* e sobretudo a vídeos disponíveis na plataforma *YouTube*. Nessa direção, o vídeo que trata da cerimônia de lançamento do Projeto de Nação é elucidativo. Em sua fala, Rocha Paiva atesta que “o desenvolvimento desse Projeto de Nação é uma unanimidade nacional” (Sagres, 2022b) corroborando o diagnóstico de Villas Bôas a respeito da imperiosa necessidade de se desenvolver um projeto nacional. Na sequência de sua apresentação, aponta que entre os anos de 1960 e 1984 o Brasil, que antes possuía o 48º maior PIB do mundo, alcança a posição de 8º maior PIB mundial. De acordo com o general isso se deve a “algo como alguns projetos de nação” que foram implementados nesse período, como é o caso do plano “50 anos em 5” de

⁶⁴ Como veremos adiante, temas como “coesão interna”, “civismo” e “patriotismo”, caros aos militares brasileiros e, portanto, não por acaso explicitamente apontados pela dupla de generais Villas Bôas e Rocha Paiva, serão constantemente tratados no Projeto de Nação.

Juscelino Kubitschek e dos Projetos Nacionais de Desenvolvimento dos governos militares (Sagres, 2022b).

Nota-se a partir desses apontamentos iniciais o alinhamento com o diagnóstico de Villas Bôas apresentado anteriormente, segundo o qual, como já vimos, o Brasil galgou desenvolvimento econômico durante as décadas de 1930 e 1980 em decorrência da existência de “um sentido de projeto” (Castro, 2021, p. 215), projeto este que, desde então, faz-se necessário. Prosseguindo em sua fala, o o-coordenador do Projeto de Nação atesta que apesar do nome “Projeto de Nação”, “na realidade ele é a Grande Estratégia Nacional ou a Política Nacional, ele não é um projeto porque um projeto teria início e fim e seria limitado no tempo” (Sagres, 2022b). Assim sendo, o Projeto de Nação “veio para ficar” podendo ser “adaptado às mudanças que houver no cenário ou nos cenários” futuros em decorrência de seu caráter flexível (Sagres, 2022b).

Na sequência de sua apresentação, Rocha Paiva salienta as origens do Projeto de Nação e reafirma as articulações entre os institutos já apontadas anteriormente: “já existia uma conversação [entre o Instituto SAGRES e o Instituto Federalista], mas não havia, vamos dizer assim, um estopim [...] para lançar o projeto à frente”, o que só se tornou possível com o advento do Instituto General Villas Bôas (Sagres, 2022b). É, portanto, na sequência de sua apresentação que Rocha Paiva ressalta as contribuições dadas por cada um dos três *think tanks*: o Instituto SAGRES contribuiu com a “experiência”, com seu “pessoal experiente” e a “metodologia” por trás do Projeto de Nação, enquanto o Instituto Federalista agregou “apoio institucional” e uma “vasta rede de contatos”, o que seria vital para realização da etapa de consulta externa que precede a elaboração do documento (Sagres, 2022b).

A metodologia e as etapas de elaboração do Projeto de Nação, contudo, serão tema do próximo subcapítulo. Por ora, salientamos que a elaboração do Projeto de Nação contou com a aplicação de questionários que possibilitaram a consulta pública a respeito de uma série de temas. Neste sentido, levando em conta o fato de que “estiveram envolvidas mais de 2,5 mil pessoas, seja respondendo às questões propostas pela equipe de análise ou no desdobramento dos 37 cenários temáticos estratégicos elencados como de alta relevância” (General Villas Bôas, 2022), a “vasta rede de contatos” cedida pelo Instituto Federalista, ao que tudo indica, contribuiu decisivamente para a viabilização do Projeto de Nação em especial na disseminação dos questionários como bem salientou Rocha Paiva em sua fala.

Ainda a respeito das etapas de consulta pública, não podem ser ignoradas as evidências de articulação direta entre os *think tanks* em tela e o governo Bolsonaro, o que contribuiu para o êxito dessa etapa de consulta externa. Essa articulação se deu,

fundamentalmente, em torno da figura do então vice-presidente da República Hamilton Mourão que, como já apontamos no *subcapítulo 3.2.2*, mantém vínculos diretos com vários representantes desses institutos, tomando parte em várias de suas atividades e cerimônias em tempos recentes. De acordo com Rocha Paiva, Mourão foi fundamental para o logro dessa empreitada: “nós tivemos o apoio do general Mourão que nos permitiu ir aos ministérios [...] para levar a consulta [Águres]” (Sagres, 2022b), exatamente a etapa de consulta pública do Projeto de Nação. A fundamental participação de Mourão é igualmente saudada pela co-coordenadora do Projeto de Nação nessa mesma cerimônia. Em sua fala, Verônica Korilio faz questão de agradecer

Ao general Antônio Hamilton Mourão **pelas portas que o senhor nos ajudou a abrir** [...] Em todos os ministérios que nós fomos, nós fomos muito bem recebidos. **Nenhum órgão público deixou de nos atender, de nos apoiar e de divulgar aquela consulta** de mais de cem páginas que o general Rocha Paiva falou [Águres] para os seus *mailings* para que a gente pudesse ouvir o maior número possível de cidadãos brasileiros (Sagres, 2022b, grifos nossos).

De posse dessas informações, não restam dúvidas, portanto, acerca das articulações entre o governo vigente daquele período, em especial na figura do então vice-presidente da República e os institutos responsáveis pela elaboração do Projeto de Nação. Vai se evidenciando, portanto, o *caráter militar* do Projeto de Nação, um projeto há anos ansiado pelo ex-comandante do Exército brasileiro, quiçá, o mais renomado comandante militar da última geração, coordenado por um general de brigada com evidentes vínculos profissionais e pessoais a Villas Bôas, tendo na figura do general Mourão, então vice-presidente da República, um fundamental agente facilitador.

Retomando as articulações entre os três institutos em tela, ressalta-se que cada um desempenhou um papel específico na trajetória de elaboração do Projeto de Nação. De acordo com a fala de Thomas Korontai, presidente do Instituto Federalista, nessa mesma cerimônia, evidencia-se o papel fundamentalmente desempenhado pelo Instituto SAGRES na condução e coordenação de todas as etapas de elaboração do Projeto de Nação. Korontai saúda a atuação do SAGRES “pela liderança na elaboração deste projeto para o Brasil dos próximos 15 anos, criando as bases para projeções mais seguras ao novo líder global que vem despertando deste esplêndido berço de oito milhões e meio de quilômetros quadrados” (Sagres, 2022b), deixando claro o papel central depreendido pelo SAGRES na condução desta empreitada.

Quanto ao Instituto General Villas Bôas, Rocha Paiva atesta que este agregou “apoio institucional e uma marca”, qual seja, a “marca Villas Bôas”, conforme Sagres (2022B). Com

isso, Rocha Paiva corrobora um elemento fundamental previamente discutido no *subcapítulo* 3.2.2 do presente trabalho: o fato de que o general Villas Bôas carrega consigo uma imagem de elevado prestígio entre seus pares, imagem a qual os três *think tanks* souberam utilizar para dar relevância e notoriedade ao seu Projeto de Nação. Não por acaso, na sequência de sua apresentação Rocha Paiva faz questão de ressaltar que o general Villas Boas é o “inconteste líder militar, o inconteste líder em sua turma [turma de 1973 da Aman]” chamando atenção para o fato de que “aquilo que ele representou para nós nesse projeto foi o soldado que vai com a bandeira e diz: ‘sigam-me’. Ele é aquele soldado. Ele é um símbolo” (Sagres, 2022b). Arrematando, Rocha Paiva salienta que Villas Bôas “é um símbolo que atraiu o interesse, a vontade, motivou a todos nós a seguirmos adiante com esse projeto” (Sagres, 2022b). Este fato é igualmente ressaltado no discurso de Korontai que homenageia Villas Bôas “pela sua dedicação inquebrantável ao Brasil e pelo interesse, com o seu conhecimento, prestígio e experiência, em ajudar a pensar o futuro desta grande nação por meio do instituto que criou, o IGVB” (Sagres, 2022b). Assim sendo, não restam dúvidas a respeito do papel fundamental desempenhado pelo ex-comandante do Exército e de seu recém fundado instituto para a realização do Projeto de Nação, em especial pela relevância da figura do general Villas Bôas no sentido de inspirar os membros parceiros e de dar legitimidade a essa empreitada.

Ainda em outra apresentação realizada por Rocha Paiva a respeito do Projeto de Nação temos acesso a maiores apontamentos a respeito das articulações por trás da elaboração deste documento e do papel particular desempenhado por cada um dos três institutos em tela. Em palestra disponível no canal oficial na plataforma *Youtube* do *Instituto Brasil Convention & Visitors Bureau*, entidade parceira do Instituto SAGRES, o general de brigada uma vez mais ressalta o crescimento econômico do Brasil durante os anos de 1960 e 1984 em decorrência de “algo como projetos de nação, embriões de projeto de nação” (Bureau, 2022). Levando em conta a ausência de um projeto nacional desde aqueles anos, na sequência de sua apresentação, o palestrante assegura: “sua necessidade é unanimidade” (Bureau, 2022), reiterando o já apresentado diagnóstico de necessidade de se elaborar um projeto nacional.

Mais adiante, Rocha Paiva aponta novamente o fato de que o Projeto Nacional teve seu embrião nas conversações entre o Instituto SAGRES e o Instituto Federalista, o qual, contudo, apenas viria a se concretizar com o advento do Instituto General Villas Bôas. O general de brigada aponta uma vez mais a importância que a “imagem” de Villas Bôas trouxe àquela empreitada: “a marca Villas Bôas/General Villas Bôas era importante. Quando nós resolvemos fazer a parceria [entre] o Instituto SAGRES, Instituto Federalista e Instituto General Villas Bôas e levávamos a ideia da elaboração do Projeto de Nação a diversos entes que nós

queríamos obter a colaboração, o nome Villas Bôas era uma marca importante para a atração” (Bureau, 2022).

Retendo atenção às datas, ressaltamos que o Instituto General Villas Bôas, fundado em dezembro de 2019, conforme Angel (2019), começa suas atividades após já iniciadas as conversas entre os institutos SAGRES e Federalista. Não é por acaso, portanto, que o IGVB, tendo Rocha Paiva como um de seus fundadores (General Villas Bôas, [s.d.a]), inicia suas atividades no ano de 2020 já tendo como um de seus pilares de atuação justamente a elaboração de um projeto nacional. Por conseguinte, o envolvimento do Instituto General Villas Bôas em torno da elaboração do Projeto de Nação se deu imediatamente após o início de suas atividades. Como já dito anteriormente, o IGVB publica a oficialização da parceria com o SAGRES no dia 06 de outubro de 2020, poucos dias, portanto, após o anúncio oficial de início dos trabalhos do instituto, que se deu em 22 de setembro de 2020 em seu site institucional.

Entretanto, a atuação de Villas Bôas e de seu instituto não se limita à questão da “marca Villas Bôas”. De acordo com a palestra de Rocha Paiva, o ex-comandante do Exército foi o responsável por apontá-lo como coordenador do Projeto de Nação: “tendo em vista o estado de saúde dele, ele [Villas Bôas] me pediu para que tocasse esse projeto” (Bureau, 2022) indicativo, portanto, do papel decisório desempenhado por Villas Bôas nessa empreitada além de deixar indicado que, caso não fosse o estado de saúde de Villas Bôas, teria sido ele próprio o coordenador do projeto. Não apenas isso, em sua apresentação na cerimônia de lançamento do Projeto de Nação, Rocha Paiva destaca o papel central de Villas Bôas na escolha de aspectos metodológicos fundamentais para o futuro do projeto. Sem adentrar a fundo na discussão da metodologia por trás do Projeto de Nação - o que será tema do próximo subcapítulo - basta, por ora, salientar que a metodologia utilizada, formulada pelo próprio Instituto SAGRES, orientou a delimitação de 37 temas fundamentais bem como, à luz destes temas, habilitou a elaboração de cenários futuros para o ano de 2035. Em suma, uma metodologia prospectiva, que permitiu a elaboração de cenários futuros para o ano de 2035 e um conjunto de diretrizes que deveriam orientar a atuação do Estado brasileiro durante este período.

Ao apresentar a metodologia utilizada, Rocha Paiva salientou que “a metodologia seguida foi a metodologia FIGE do SAGRES” a qual orientou a formulação de cenários futuros de tipo “tradicional”, ou seja, de modo “mais metodológico e mais demorado” (Sagres, 2022b). Chama atenção, contudo, a participação de Villas Bôas nesta etapa do projeto. De acordo com Rocha Paiva: “conversamos com o Villas Bôas e ele optou por essa

decisão de fazer um cenário [...] daqueles demorados, não um cenário expedito” (Sagres, 2022b). Desvela-se assim, a atuação ativa desempenhada por Villas Bôas tanto na escolha do coordenador do Projeto de Nação quanto na decisão do modelo de cenário futuro a ser elaborado pelo projeto.

Ficam assim indicados alguns breves, porém essenciais, apontamentos a respeito da origem e das motivações por trás da elaboração do Projeto de Nação. O acesso a publicações e vídeos disponíveis nos sites e canais oficiais dos três *think tanks* em tela possibilitaram a melhor compreensão a respeito das articulações que culminaram na elaboração deste projeto nacional, há tanto tempo ansiado pelas partes envolvidas. A partir desses apontamentos, destaca-se o amplo envolvimento de militares e figuras da direita em todas as etapas de desenvolvimento deste projeto. Como vimos, as primeiras discussões a respeito da necessidade de se desenvolver um projeto nacional deram-se em torno dos institutos SAGRES, um *think tank* fundado por militares e o Instituto Federalista, um *think tank* fundado por civis com claro programa político alinhado à direita.

Contudo, esse desejo, até então latente, efetivou-se de fato com o advento do Instituto General Villas Bôas, fundado pelo afamado ex-comandante do Exército que, como vimos, já vinha há anos defendendo a necessidade de se elaborar um projeto nacional e, não por acaso, funda um instituto tendo o “Pilar Nacional” como uma de suas diretrizes de atuação. Considerando o fato de que Rocha Paiva é um dos fundadores do IGVB, não é acaso o alinhamento imediato do Instituto General Villas Bôas aos institutos SAGRES e Federalista em torno dessa questão. Ainda de acordo com os apontamentos a que chegamos, fica clara a atuação direta e ativa do general Villas Bôas tendo assumido um papel de tomada de decisão em uma série de momentos fundamentais como é o caso do apontamento de seu “irmão profissional” Luiz Eduardo Rocha Paiva para o posto de coordenador do projeto, bem como a aprovação de cruciais diretrizes metodológicas. Ainda a respeito do general Villas Bôas, foi possível apreender o enorme prestígio em torno de sua figura e trajetória, a “marca Villas Bôas” como bem destacou Rocha Paiva, a qual foi amplamente utilizada pelos institutos no sentido de legitimar a empreitada em tela.

Igualmente, não podem ser ignoradas as evidentes deflagrações de articulação entre os institutos em tela e o do governo oficial, em especial na figura do então vice-presidente da República. Os materiais consultados apontam o papel fundamental desempenhado pelo general Hamilton Mourão enquanto agente facilitador da propagação das etapas de consulta pública do Projeto de Nação.

Trata-se, portanto, de um projeto idealizado por militares e figuras da direita brasileira, tendo nos primeiros, seu preponderante agente possibilitador. Em suma, um projeto nacional primordialmente coordenado e conduzido, em todas as suas etapas, pelo Instituto SAGRES, um *think tank* militar, junto ao IGVB, outro *think tank* militar e ao Federalista, um *think tank* ligado a civis da direita brasileira, efetivado a partir de uma metodologia - FIGE - igualmente desenvolvida pelo SAGRES. Assim sendo, apesar dos fortes apelos em defender que “O Projeto de Nação não tem dono. Pertence à sociedade e a seu povo” (Sagres, [s.d.c]; Federalista, 2020), as evidências apontam para o sentido contrário, um projeto nacional engendrado, coordenado, legitimado, potencializado e efetivado tendo em figuras militares seu agente preponderante. O estudo da fundamentação teórica e metodológica do Projeto de Nação, tema do próximo subcapítulo, possibilitará ainda maiores contornos que ratificam a prévia constatação.

5.2 A FRASEOLÓGICA DEFESA DA TÉCNICA: AS DEBILIDADES DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DO PROJETO DE NAÇÃO

Como dito anteriormente, o Projeto de Nação será o *fio condutor* de nossa *exposição analítica*, ainda que feita *junto aos* diversos artigos e demais materiais encontrados no site do Instituto SAGRES. Entretanto, antes de tratar do conteúdo dos materiais analisados, devemos entender os procedimentos metodológicos que possibilitaram a consecução deste documento. O objetivo fundamental deste subcapítulo é, portanto, salientar que, apesar do incessante empenho por parte dos militares em apregoar uma *aparência de racionalidade, técnica e imparcialidade* ao Projeto de Nação, a rigor, o Projeto em análise foi elaborado a partir de uma série de questionáveis e dúbios procedimentos metodológicos. Mais do que isso, o objetivo é demonstrar que, apesar das tentativas de apregoar um “caráter coletivo” ao Projeto de Nação, supostamente calcado na consulta ao “povo brasileiro”, este projeto se trata, em última instância, de *seu* Projeto de Nação, pagando elevado tributo, portanto, ao ideário que decisivamente informa seus autores.

Fazendo alusão ao uso de diferentes métodos e ferramentas, o Projeto de Nação reveste-se de um caráter racional e técnico o que habilita em enorme medida, como veremos, apontamentos visceralmente reacionários para a gestão estatal bem como dá guarida para a mais insana fuga da realidade na figura de apontamentos delirantes supostamente embasados teórica e metodologicamente, como é o caso dos apontamentos a respeito do globalismo, figura central de tal propositura. Este esforço, por parte dos militares, em apregoar um suposto

caráter técnico ao Projeto de Nação se realiza fundamentalmente a partir da defesa e do emprego de uma metodologia de elaboração própria do SAGRES pautada na possibilidade de concatenação de uma série de ferramentas e métodos conhecidos em especial na área de gestão estratégica. Como dito anteriormente, o Projeto de Nação foi elaborado a partir de uma metodologia desenvolvida pelo próprio Instituto SAGRES: a metodologia FIGE (Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica). Assim sendo, compreender os fundamentos desta metodologia bem como as mais diversas etapas por trás da elaboração do Projeto de Nação faz-se tarefa fundamental quando nos propomos a apreender o sustentáculo teórico e metodológico da *aparência de racionalidade* dos militares.

Contudo, chama a atenção o fato de o documento final do Projeto de Nação não possuir um capítulo ou seção dedicado a apresentação *a fundo* da metodologia FIGE e de suas etapas, as quais são apenas mencionadas de maneira vaga e sem muitos detalhes nas primeiras páginas do documento final. Assim sendo, para compreender os fundamentos da metodologia do SAGRES, fez-se necessária a consulta a outros materiais disponíveis no site deste *think tank*. Documentos que tratam, de alguma maneira, das etapas de elaboração do Projeto de Nação, em especial aqueles disponíveis nas abas de “Consulta”⁶⁵ e “Apresentações”⁶⁶ do site do Instituto SAGRES, foram bastante contributivos neste sentido. Igualmente, ressaltamos que os apontamentos feitos por Rocha Paiva a respeito dos aspectos metodológicos por trás da elaboração do Projeto de Nação quando das apresentações deste projeto realizadas pelo general disponíveis nos canais do SAGRES e do *Brasil Convention & Visitors Bureau* na plataforma *YouTube*, mostraram-se essenciais para a consecução dos objetivos deste subcapítulo.

5.2.1 O método por trás da elaboração do Projeto de Nação: os fundamentos da metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica

Em um dos materiais a que chegamos, intitulado *Resumo do Projeto de Nação e orientação aos respondentes da Consulta Águres*, é explicitado que a consecução do Projeto de Nação seria possibilitada a partir de quatro fases. A primeira delas seria a de elaboração de Cenários Prospectivos tendo como objetivo a construção de um Cenário Alvo ao final; a segunda fase seria a de definição dos Objetivos Nacionais, a qual se daria com base no Cenário Alvo previamente delimitado; a terceira fase seria a de elaboração das Diretrizes

⁶⁵ Disponível em: <https://sagres.org.br/consulta/>.

⁶⁶ Disponível em: <https://sagres.org.br/apresentacoes/>.

Político-Estratégicas tendo como base os Objetivos Nacionais e uso da ferramenta Matriz SWOT; por último, a quarta fase seria a de integração e consolidação de elementos das fases anteriores culminando na conclusão do Projeto de Nação (Sagres, [2021a], p. 2).

Ainda segundo este documento, a primeira fase de elaboração de cenários futuros se iniciaria com a definição dos “Temas Estratégicos” e suas respectivas “Incertezas Críticas” os quais seriam delimitados a partir de metodologia própria do SAGRES: Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE). Na seção de apresentação do Projeto de Nação os militares reiteram que a definição dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” se deu amparada na metodologia FIGE do Instituto SAGRES:

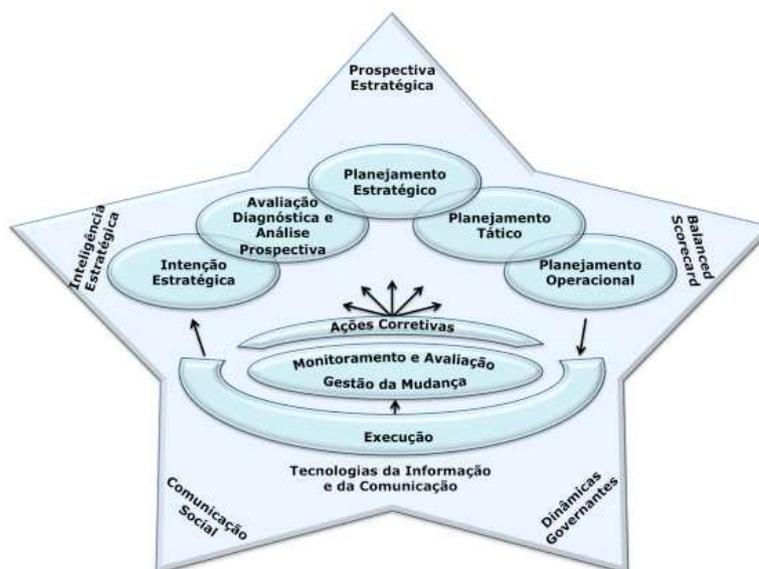
A metodologia empregada – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE) – desenvolvida pelo Instituto Sagres, **implica um denso diagnóstico de desafios nacionais e internacionais, aqui traduzidos como Temas Estratégicos de alta relevância para o País. Estes últimos dão origem a Incertezas Críticas que apontam diferentes possibilidades de como o Tema poderá se comportar num determinado horizonte temporal, aqui definido como sendo 2035.** Vale realçar que foram, inicialmente, levantados 102 Temas, posteriormente consolidados em 37, num processo de aproximações sucessivas (Sagres, 2022a, p. 3, grifos nossos).

É possível reter o caráter “prospectivo” de tal metodologia uma vez que possibilita a apreensão de cenários futuros a partir da definição de “Temas Estratégicos” e suas correspondentes “Incertezas Críticas”. Como dito anteriormente, para o Plano de Nação este cenário futuro está ligado ao ano de 2035. Mas como *de fato* a metodologia FIGE habilita a apreensão dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” para o ano de 2035? Uma vez levantada esta questão, torna-se tarefa necessária para a sequência de nossa análise compreender os fundamentos da metodologia FIGE.

A metodologia em questão nos é apresentada em documento disponível no site do SAGRES intitulado *Metodologia FIGE Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica*. Salta aos olhos, logo de partida, o caráter vago de tal documento que pouco explica como *efetivamente* tal metodologia funciona, suas etapas e principalmente, como ela auxiliaria a delimitação dos “Temas Estratégicos” e “incertezas Críticas” e a consequente elaboração de cenários futuros (prospectivos). Segundo o documento, a metodologia FIGE foi elaborada para “proporcionar, especialmente aos integrantes da alta administração, uma visão clara, holística e sistêmica dos diversos componentes atualmente disponíveis para a gestão organizacional” estando pautada pela “possibilidade de adaptar e integrar modelos e técnicas disponíveis na literatura e praticados por destacadas organizações, públicas e privadas, de modo a atender às necessidades, aos anseios e às expectativas dos gestores, em todos os níveis” (Sagres, [s.d.d], p. 3). Assim sendo, a partir dos apontamentos prévios compreende-se

a razão por trás do nome da metodologia do SAGRES - Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica -, justamente por estar pautada na possibilidade de integração de diferentes métodos e ferramentas de gestão. Vejamos o modelo sintético da metodologia FIGE elaborado pelo Instituto SAGRES:

Figura 3 - Modelo da Metodologia Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE)



Fonte: Sagres ([s.d.d], p. 2).

O modelo deve ser analisado compreendendo que “O cerne da metodologia está baseado na ferramenta iterativa PDCA [Planejar (plan), executar (do), verificar (check) e agir (act)]” (Sagres, [s.d.d], p. 3). A primeira fase do ciclo – Planejamento - está consubstanciada “nas etapas Intenção Estratégica, Avaliação Diagnóstica, Análise Prospectiva, Plano Estratégico, Planos Táticos e Planos Operacionais” (Sagres, [s.d.d], p. 3), conforme podem ser lidas no modelo anterior. Concluída a etapa de planejamento, inicia-se a segunda fase - execução - pautada na “execução dos planos [a qual] é submetida a constantes atividades de Monitoramento e Avaliação [Verificar], as quais resultam em ações corretivas sobre as citadas etapas do planejamento, inclusive sob o aspecto metodológico [Agir]” (Sagres, [s.d.d], p. 3). São com essas breves palavras que o Instituto SAGRES explica seu modelo e conclusivamente apontam que “a interação e a iteração das etapas desse grande PDCA formatam o ciclo de gestão e, quando bem conduzidas, oferecem consistente subsídio para que os dirigentes promovam a tão necessária e tão pouco implementada ‘Gestão da Mudança’” cabendo a ressalva de que por vezes “será preciso iniciar um novo ciclo, com base em profunda revisão de todos os componentes da Intenção Estratégica” (Sagres, [s.d.d], p. 3)

Na sequência de sua limitada apresentação a respeito do funcionamento de cada uma das etapas, o SAGRES aponta que “Para ganhar consistência, o PDCA deve ser apoiado por técnicas e ferramentas proporcionadas por disciplinas que, na atualidade, subsidiam as melhores práticas de planejamento e gestão” (Sagres, [s.d.d], p. 3-4). A respeito das técnicas e ferramentas utilizadas nas etapas do ciclo PDCA o SAGRES menciona que

a **Avaliação Diagnóstica**, em especial no que se refere aos estudos do ambiente externo, tem como base a Inteligência Estratégica. Na sequência, a **análise prospectiva** se vale da Prospectiva Estratégica incluindo, sempre que oportuno, Cenários Futuros. Do mesmo modo, o Balanced Scorecard, criado por Kaplan e Norton (1997), foi adaptado para oferecer instrumentos de gestão adequados ao longo prazo e, quando necessário, a instituições públicas. Também as Dinâmicas Governantes — que incluem conhecimentos oriundos da Teoria dos Jogos, dos Jogos de Atores e das técnicas de Negociação — a Comunicação Social e as Tecnologias da Informação e da Comunicação interagem para proporcionar objetividade e pragmatismo à gestão organizacional (Sagres, [s.d.d], p. 4, grifos nossos).

Uma série de ferramentas e técnicas são mencionadas para a etapa de “Avaliação Diagnóstica e Análise Prospectiva” inerente, como vimos, à fase de “Planejamento” do Ciclo PDCA. No entanto, falta a explanação dos fundamentos de tais ferramentas e em especial como utilizá-las. O documento em tela sequer explica os termos específicos dos quais discorre, como é o caso da “Avaliação Diagnóstica” ou da “Análise Prospectiva”, as quais são apenas mencionadas no texto, sem qualquer tipo de explanação mais a fundo.

Sinteticamente, apesar das imprecisões e insuficiências, entende-se que a metodologia em tela visa auxiliar em especial a alta administração de organizações, tanto de cunho público quanto privado, estando baseada no Ciclo PDCA e na possibilidade de combinação de uma série de técnicas e ferramentas. A rigor, essa definição nada explica *de fato* como a metodologia FIGE é implementada e principalmente, no que diz respeito ao nosso tema, como esta ferramenta auxiliaria na definição dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” que constam no Projeto de Nação. A explanação segue e a metodologia ganha ainda mais traços de imprecisão ao explicar que

Conforme as necessidades, a metodologia FIGE permite e orienta que outras ferramentas, técnicas ou práticas sejam agregadas, tais como: • Reestruturação Organizacional • Gestão de e por projetos • Gestão de e por processos • Gestão de e por competências • Gestão do Conhecimento • Gerenciamento de Crises • Análise e Gestão Riscos • Negociação e Gestão de Conflitos • Comunicação e Feedback • Técnicas de Entrevista • Teoria dos Jogos • Banco de Talentos e Meritocracia • Comunidade de Boas Práticas • Benchmarking Organizacional • Clima Organizacional • Coaching Individual e em Grupo • Consolidação da Cultura de Valores • Liderança • Processo Decisório • Criatividade e Inovação • Cadeia de Valor, Canvas e Planos de Negócio • Mapas Conceituais e Mapas Mentais • Diagramas de Pareto e de Ishikawa • Forças de Porter e Matriz BCG • Indicadores

de Satisfação de Clientes • Parcerias Estratégicas • Centro de Custos e de Resultados
 • Segmentação de Mercado e de Clientes • Inovação de Portfólio • Terceirização de
 Serviços • Método 7S • Seis Sigmas (Sagres, [s.d.d], p. 4-5).

São elencadas surpreendentes trinta e duas ferramentas gerenciais distintas as quais, “conforme as necessidades”, podem vir a ser utilizadas. Ainda na sequência, o documento faz alusão a outras etapas da fase de “Planejamento” do PDCA, ao explicitar que, “na maioria das vezes, essas ferramentas serão incluídas no Plano Estratégico — como um Projeto Estruturante — nos Planos Táticos ou nos Planos Operacionais, como Projetos Executivos” (Sagres, [s.d.d], p. 5). Entretanto — o que a este ponto já não é mais surpreendente —, o documento que explicita a utilização da metodologia FIGE nada diz a respeito das ferramentas previamente citadas, como implementá-las, em qual momento fazê-lo, sob qual responsabilidade etc. Mais uma vez, o documento sequer apresenta do que *de fato* se tratam as etapas mencionadas de “Plano Estratégico”, “Projeto Estruturante”, “Plano Tático”, “Plano Operacional” ou ainda a de “Projeto Executivo” inerentes, como vimos, a fase de “Planejamento” do PDCA da metodologia FIGE. Em suma, o documento nomeia incontáveis termos técnicos da área de gestão e uma série de ferramentas e métodos sem, contudo, explicar do que se trata cada um destes.

Agudizando ainda mais o caráter indeterminado de suas elaborações, há na sequência do documento em tela a ressalva de que “não são as metodologias, os métodos, as técnicas, os modelos, as ferramentas e os instrumentos de Planejamento e Gestão que fazem com que a organização atinja suas metas e logre o sucesso almejado. Tampouco as máquinas, os aparelhos, os computadores e as instalações” e sim “as pessoas” (Sagres, [s.d.d], p. 5) que integram a organização. Uma vez chamada a atenção para o papel fundamental das “pessoas”, o Instituto SAGRES faz ainda uma ressalva final:

Mas, para que estas [as pessoas] se valham de tudo isso e produzam o melhor para a sociedade, é preciso que estejam articuladas, motivadas e reunidas em torno de objetivos comuns, que lhes façam sentido, especialmente em meio à complexa e por vezes nebulosa conjuntura político-econômica que envolve o Brasil, demarcando ambientes de negócio ou de atuação institucional cada vez mais incertos e desafiadores (Sagres, [s.d.d], p. 5-6).

E arremata:

Todavia, se as ferramentas de gestão, por si só, nada produzem, desprezá-las ou empregá-las de modo inadequado é fórmula quase sempre certa para o fracasso, mesmo quando bons líderes e seus colaboradores dedicam muito trabalho e esforço, com persistência e resiliência. Assim sendo, a capacidade de integrar instrumentos de gestão e empregá-los no momento oportuno e da melhor forma configura especial

vantagem competitiva aos dirigentes que adotam a Metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, **sem perder a visão maior, de conjunto, proporcionada pelo Modelo Sagres de Gestão Organizacional** (Sagres, [s.d.d], p. 6, grifos nossos).

Encerra-se com essas exatas palavras o documento que supostamente se propõe a apresentar a metodologia FIGE e explicar seu funcionamento e possibilidades de implementação. A análise deste material evidencia, a despeito das derradeiras frases de efeito que nada agregam para sua efetiva compreensão, o caráter dúbio da metodologia em tela e em especial expressa o baixo rigor teórico e clareza inerentes aos escritos do Instituto SAGRES. O documento expressa, contudo, o ímpeto por parte do SAGRES em atribuir um caráter técnico à sua metodologia própria. Entretanto, em decorrência do inerente baixo rigor teórico, claramente perceptível, a metodologia do SAGRES incorre na mera nomeação de incontáveis ferramentas e métodos distintos além de um sem-número de chavões da área da gestão sem, contudo, explicar seu funcionamento e aplicabilidade. Assim sendo, o documento em tela serve muito mais ao objetivo de forjar uma *aparência de racionalidade* do que efetivamente explicar o funcionamento e as etapas da metodologia FIGE.

Assim sendo, nosso interesse inicial de compreender como tal metodologia *de fato* possibilitou a delimitação dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” que constam no documento final do Projeto de Nação segue sem resposta. Apesar dos pontos de contato entre a metodologia aludida pelo documento em análise e a possibilidade de delimitar os “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” - principalmente no que diz respeito a etapa de Avaliação Diagnóstica e Análise Prospectiva que constam no modelo previamente apresentado sem, contudo, serem esclarecidas -, o Instituto SAGRES não explica com clareza como tal metodologia *de fato* orienta a escolha de tais “Temas” e “Incertezas”. Necessário torna-se, portanto, recorrer a outros materiais.

5.2.2 A primeira etapa de elaboração do Projeto de Nação: esclarecimentos metodológicos a partir da consulta a outros projetos do Instituto SAGRES

Após constatado o caráter vago e impreciso dos fundamentos da metodologia FIGE, recorreremos aos vídeos de apresentação do Projeto de Nação por Rocha Paiva bem como a documentos de consultorias prestadas pelo SAGRES disponíveis no site do Instituto que empregaram essa mesma metodologia para melhor compreendermos as etapas que a compõem e como implementá-las. Os projetos disponíveis no site do Instituto que também

utilizaram tal metodologia são: *Cenários Brasil 2022*⁶⁷, *Cenários Prospectivos 2037 para o benefício da prestação continuada (BPC)*⁶⁸, *Planejamento Estratégico 2016-2020 para o Ministério Público do estado do Maranhão*⁶⁹, *Planejamento 2016-2021: Plano tático-operacional do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa (CAOP-PROAD) do Ministério Público do estado do Maranhão*⁷⁰, *Planejamento Estratégico 2025 do CNPq*⁷¹, *Plano Goiás 2030 Uma nova visão do estado*⁷², *Plano Estratégico AMAZUL*⁷³ e ainda um artigo de autoria do Coronel Raul Sturari, um dos cofundadores do Instituto SAGRES intitulado *Escenarios para la educación superior en el Distrito Federal de Brasil y sus alrededores*⁷⁴.

Do total de 7 Projetos e 1 artigo encontrados, ressalta-se uma série de organizações atendidas pelo SAGRES o que corrobora uma vez mais, a já reiteradas vezes anunciada intromissão por parte do Instituto, através de seus projetos, nos rumos de órgãos públicos das mais diversas instâncias e áreas de atuação. Retomando, porém, nosso interesse em compreender a metodologia FIGE, temos que a chave de compreensão de seus procedimentos e etapas reside nos relatórios finais das consultorias prestadas pelo SAGRES a essas organizações.

Tomemos como lupa dos procedimentos da metodologia FIGE o *Plano Goiás 2030*, fruto de consultoria – voltada ao ano de 2030 visando, portanto, assim como o Projeto de Nação, a elaboração de cenários futuros - prestada pelo Instituto SAGRES ao estado de Goiás no ano de 2011. No documento final do Plano Goiás é explicado que a definição dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” é o primeiro passo a ser tomado para a elaboração de cenários futuros, uma vez que, baseado na metodologia FIGE, “cenários prospectivos são elaborados a partir da combinação de hipóteses relacionadas às incertezas críticas as quais, por sua vez, estão relacionadas, cada uma, a um tema considerado estratégico” (Goiás, 2011, p. 35)⁷⁵. Assim, a elaboração dos cenários futuros só pode se dar a partir dessa primeira etapa de apreensão dos “Temas Estratégicos” e de suas decorrentes “Incertezas Críticas”. Mas como definir os “temas” e “incertezas”? O Plano prossegue e deixa claro que:

⁶⁷ Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/nipe/brasil2022.pdf>.

⁶⁸ Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/nipe/cenarios_2037_bpc.pdf.

⁶⁹ Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/nipe/mpma_modelo_de_gestao.pdf.

⁷⁰ Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/nipe/proad_plano_tatico.pdf.

⁷¹ Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/nipe/cnpq.pdf>.

⁷² Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/nipe/plano_goiás_2030.pdf.

⁷³ Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/nipe/amazul.pdf>.

⁷⁴ Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/nipe/libro_planeacion_prospectiva_estrategica.pdf. Ver páginas 253 a 276.

⁷⁵ Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/nipe/plano_goiás_2030.pdf.

O diagnóstico [sic] realizado durante o projeto foi **baseado em estudos** disponibilizados por diversos órgãos da administração pública, de empresas privadas e de entidades do terceiro setor. Além disso, a **participação dos diversos grupos de interatividade** e a consolidação por parte dos integrantes do NIPE [Núcleo de Inteligência e Prospectiva Estratégicas] foram atividades fundamentais para o sucesso dessa fase. **O resultado foi a identificação de 30 (trinta) temas estratégicos e respectivas incertezas críticas, a seguir relacionados (ordem alfabética), que serviram de base para a elaboração dos cenários** (Goiás, 2011, p. 35, grifos nossos).

Fica entendido, portanto, que são necessários dois procedimentos para definição dos “Temas” e “Incertezas”: a consulta a estudos prospectivos disponíveis e a participação de “grupos de interatividade” dos quais se destacam, para o Plano Goiás, o NIPE - *Núcleo de Inteligência e Prospectiva Estratégicas* e o GTI - *Grupo Técnico-Institucional*. O primeiro deles foi “integrado por servidores efetivos do Estado” tendo como objetivo “realizar a coleta e análise de informações estratégicas, a prospecção de futuros possíveis e, a partir daí, o assessoramento oportuno às decisões da alta administração do Estado” (Goiás, 2011, p. 17). Já o segundo foi “composto por servidores de todas as Secretárias/Órgãos do Governo que normalmente são encarregados das atividades de planejamento de médio e curto prazos” (Goiás, 2011, p. 19) sendo responsável por indicar “as principais ideias as quais, consolidadas, deram origem aos Cenários, aos Objetivos Estratégicos, ao Mapa Estratégico, aos Programas Estruturantes e à Matriz de Dinâmicas Governantes” sendo considerado “o ‘pulmão’ do projeto” (Goiás, 2011, p. 19).

Entretanto, é válido ressaltar, baseado no capítulo de Metodologia do Plano Goiás, que:

Além do NIPE, as diversas atividades de elaboração do Plano Goiás 2030 contaram com a interação de diversos grupos, cujos integrantes foram fundamentais para dar consistência aos resultados. Assim, os Secretários de Estado e titulares de órgãos equivalentes foram ouvidos e suas opiniões processadas. Também assessores dessas autoridades foram ouvidos, em diversas oficinas, no sentido de coletar o pensamento institucional. Também o “grupo de suporte técnico”, constituído de servidores qualificados e oriundos de diversos órgãos foram ouvidos. **Cerca de vinte especialistas, do poder público e da sociedade organizada, também contribuíram, por meio de entrevistas, com informações, opiniões e análises muito pertinentes.** Destaque especial deve ser dado ao Grupo Técnico-Institucional (GTI), com representantes das áreas de planejamento de todos os órgãos cujos titulares se reportam diretamente ao governador. [...] **Todos os grupos de interatividade e demais participantes do Plano Goiás 2030 permanecem ligados ao NIPE**, integrando a rede de colaboradores, fundamentais para a coleta de dados e informações que constituem a matéria prima dos conhecimentos a serem produzidos (Goiás, 2011, p. 14, grifos nossos).

A passagem, além de reiterar a importância dos “grupos de interatividade” para a consecução do Plano Goiás, evidencia algo peculiar: a participação dos assim chamados “especialistas”, os quais

formam outro importante grupo de interatividade, aportando dados, conhecimentos e oportunas opiniões para a elaboração e consolidação dos produtos do Plano. Foram ouvidos tanto especialistas internos, isto é, pertencentes ao executivo goiano, quanto externos, segundo os perfis desejados e as variáveis críticas (Goiás, 2011, p. 19).

Como veremos adiante, a possibilidade de participação dos ditos “especialistas” nas etapas da metodologia FIGE será basilar para a consecução do Projeto de Nação. O escrutínio da metodologia em tela, aponta para um vago critério de escolha de tais “especialistas” em especial em relação aos “especialistas externos”. Não havendo maiores explicações a respeito do procedimento de escolha dos assim chamados “especialistas” para além dos vagos termos “perfis desejados” e “variáveis críticas”, o SAGRES explicita, uma vez mais, o caráter pouco objetivo e principalmente pouco claro de sua metodologia. Em última instância, a ausência de critérios precisos para a escolha dos ditos “especialistas” dá abertura para escolhas deliberadas, o que implica no posterior enviesamento direto do resultado final dos projetos realizados, ainda que orientados por uma metodologia — FIGE — supostamente pautada em “métodos consagrados”, conforme explicita o Projeto de Nação (Sagres, 2022a, p. 9). Portanto, a incapacidade de explicar como se dá a escolha dos ditos “especialistas” coloca-se como recorrente deflagração do questionável rigor teórico da metodologia FIGE e em especial da transparência do Instituto SAGRES em *efetivamente* explicar sob quais critérios se deu a escolha destes indivíduos.

Nesta mesma toada, no que diz respeito ao procedimento de consulta a estudos prospectivos, apesar de uma série de estudos apontados nas referências finais do Plano Goiás, o documento final não deixa indicado *de fato* quais estudos embasaram particularmente a etapa de definição de “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas”. Somente na etapa posterior a de definição dos “Temas” e “Incertezas” é que alguns estudos serão explicitamente citados. É neste momento, portanto, que o SAGRES atesta, mais uma vez, o baixo rigor científico e a falta de clareza de seus escritos.

A este respeito temos, por exemplo, uma citação indireta a um estudo do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a qual somente vem a ser feita na etapa de elaboração do “Cenário Otimista”, etapa posterior a de definição dos “Temas” e “Incertezas” (Goiás, 2011, p. 45). Vale ressaltar o questionável “caráter técnico” dos materiais do SAGRES

uma vez que este estudo do Ipea sequer se encontra nas referências finais do Plano Goiás. Ainda na etapa de elaboração do “Cenário Otimista”, em se tratando do déficit habitacional no estado de Goiás, é possível ler que “Dados de 2009 indicam o déficit de Goiás em cerca de 200 mil habitações” (Goiás, 2011, p. 45) sem ser devidamente referenciada a origem *de fato* de tais dados. O oposto também ocorre, uma vez que uma série de estudos e relatórios aparecem nas referências, mas não são *efetivamente* citados no corpo do texto, não ficando claro, *de fato*, em quais etapas e de que maneira embasaram o Plano Goiás 2030. Assim sendo, com uma série de imprecisões e debilidades metodológicas, o SAGRES não é capaz de demonstrar *efetivamente quais* estudos prospectivos foram utilizados para embasar a etapa de definição dos “Temas” e “Incertezas” e tão pouco é capaz de explicar *como* estes estudos possibilitaram as definições a que chegaram.

Entretanto, apesar das evidentes inconsistências metodológicas, é possível reter os dois procedimentos necessários para a definição dos “Temas” e “Incertezas” tendo como lupa o Plano Goiás elaborado pelo Instituto SAGRES: a consulta a relatórios prospectivos já existentes e a interação, a partir de grupos de trabalho, entre os principais integrantes da organização contratante da consultoria atrelados a eventuais especialistas externos. Esses apontamentos, contudo, nos levam à necessários e pertinentes questionamentos: como esse procedimental metodológico se verificou para o caso do Projeto de Nação já que não se trata de uma consultoria propriamente dita e sim de um projeto elaborado a partir do e pelo próprio Instituto SAGRES? Ou ainda: já que não se trata de uma consultoria externa, os “grupos de interação” do Projeto de Nação foram compostos pelos próprios membros dos *think tanks* responsáveis por sua elaboração?

Antecipando algumas respostas a essas questões é pertinente ressaltar que o Projeto de Nação evidentemente, trata-se de um projeto de elaboração própria do Instituto SAGRES junto ao IGVB e o Federalista e enquanto *seu* Projeto de Nação é ainda mais evidente o caráter enviesado de tal propositura já em suas etapas iniciais dado que, como veremos, são seus próprios membros que irão ditar os rumos de sua elaboração. Para este caso em particular, o Instituto SAGRES e seus membros ocupam simultaneamente a posição de contratante e prestador de serviço, de cliente e consultor. Em outros termos, evocando o caráter técnico de sua metodologia, o Instituto habilita a si mesmo a definir junto com os outros institutos em tela os “Temas” e “Incertezas” tratados no Projeto de Nação. Pautados nestes breves apontamentos seguimos para a análise de outros materiais próprios do Instituto.

5.2.2.1 Os indícios de enviesamento deliberado na apreensão dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” do Projeto de Nação

Retomando as falas de Rocha Paiva em suas apresentações foi possível reter que os procedimentos de apreensão dos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” basilares para a consecução do Projeto de Nação seguiram a linha geral do Plano Goiás: a consulta a estudos prospectivos e a formação de “grupos de interatividade” donde chama a atenção o papel central desempenhado pelos próprios *think tanks* envolvidos junto aos assim chamados “especialistas” na definição dos “Temas” e “Incertezas”. Em sua apresentação ao *Brasil Convention & Visitors Bureau*, o general de brigada ressalta a importância a estudos prospectivos dado que para a consecução desta primeira etapa “foi feita uma pesquisa em vários trabalhos já realizados” (Bureau, 2022) sem, contudo, deixar claro quais trabalhos seriam estes. O general apenas atesta que foram consultados “trabalhos do IPEA, trabalhos da Confederação Nacional da Indústria, Eletrobrás, Petrobrás, Ministério da Defesa” (Bureau, 2022) sem citar explicitamente quais foram os estudos consultados. Os únicos trabalhos claramente explicitados constam nos slides da apresentação de Rocha Paiva de onde é possível ler que os estudos intitulados *Brasil 2022* e *Brasil Três Tempos* foram utilizados nesta etapa de definição dos “Temas” e “Incertezas” (Bureau, 2022).

Contudo, é necessário ressaltar, de antemão, que o estudo *Brasil 2022*, além de ser um relatório de autoria do próprio Instituto SAGRES – o que por si só levanta questionamentos a respeito da legitimidade do uso deste estudo enquanto embasamento teórico para o Projeto de Nação -, realiza a análise de cenários futuros tendo como foco o ano de 2022. Assim sendo, é questionável a real validade deste estudo para o embasamento do Projeto de Nação que tem como foco, como vimos, elaborar cenários futuros voltados ao ano de 2035. A rigor, levando em consideração o fato de que o Projeto de Nação foi publicado no ano de 2022, os cenários elaborados pelo estudo *Brasil 2022* estariam, já naquele momento, muito mais alinhados com o tempo presente do que com possíveis cenários futuros para o ano de 2035.

As mesmas ressalvas devem ser feitas com relação ao estudo *Brasil Três Tempos*, iniciativa do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no ano de 2004. O relatório *Brasil Três Tempos* se propôs a estabelecer cenários futuros e objetivos para três períodos distintos, o primeiro tendo como foco o ano de 2007, o segundo, o ano de 2015 e o terceiro, o ano de 2022. É daí, portanto, que vem o título deste documento uma vez que se trata de um estudo que

tem por objetivo geral estabelecer uma visão da Nação Brasil em suas várias dimensões, definindo um conjunto de objetivos específicos e metas temporais a serem alcançados pelo país (2007, 2015 e 2022), usando a técnica de construção de cenários, com determinação de objetivos intermediários (Brasil, 2004, p. 10).

O estudo em tela apresenta pontos de contato com a temática geral de um “Projeto de Nação” uma vez que seus “marcos temporais [2007, 2015 e 2022], por atravessar vários períodos de mandato eletivo, caracterizam esta prospecção como um projeto de Nação, transcendendo, portanto, a uma visão atual de governo e dos aspectos conjunturais” (Brasil, 2004, p. 10). Contudo, apesar dos pontos de contato temáticos, é necessário indagar, uma vez mais, acerca da validade deste estudo enquanto *embasamento teórico* do Projeto de Nação dado que, assim como o relatório *Brasil 2022*, tem no ano de 2022 o seu horizonte temporal último. Em suma, o ano de 2035 - ou sequer a década de 2030 - não configura o foco da análise prospectiva destes dois estudos, estando, por conseguinte, pouco ou nada habilitados para embasar cenários futuros para o ano de 2035. Outros materiais, contudo, indicam que o Instituto SAGRES teria utilizado estudos de maior escopo temporal para o *embasamento teórico* da escolha dos “Temas” e “Incertezas” do Projeto de Nação.

Encontra-se disponível no site do SAGRES um documento – trata-se de uma apresentação de *PowerPoint* – de autoria do General Luiz Eduardo Rocha Paiva a respeito das distintas etapas de elaboração do Projeto de Nação o qual apresenta informações cruciais para a melhor compreensão dos procedimentos tomados para a definição dos “Temas” e “Incertezas”. Nesta apresentação de slides o general Rocha Paiva deixa claro quais estudos foram utilizados para orientar a definição dos Temas e Incertezas, são eles: *Ipea - Cenários Brasil 2035; CEEEx / CNI - Cenários 2035; Ipea - Megatendências Mundiais 2030; SAGRES - Cenário Brasil 2022* e “Outros” (Paiva, 2021b, p. 10). Desta vez, portanto, o general nomeia claramente estudos que teriam sido utilizados como fundamentação teórica da definição dos “Temas” e “Incertezas”.

Ressaltamos que o escopo de análise da presente pesquisa, bem como o tempo disponível para realizá-la, não permite um escrutínio esmiuçado e detalhado de cada relatório citado. Trata-se, sobretudo, do esforço de compreender a metodologia e os procedimentos tomados pelo SAGRES nas etapas de elaboração do Projeto de Nação. O objetivo último, entretanto, é evidenciar a partir da consulta aos estudos apontados pelo general Rocha Paiva, evidências de certo grau de unilateralidade por parte do Instituto SAGRES no que diz respeito a escolha de certos “Temas” e “Incertezas” além de indicativos de reincidentes procedimentos metodológicos controversos.

Isto dito, é possível destacar que certos “Temas Estratégicos” delimitados por parte do SAGRES, não poderiam ter encontrado embasamento teórico nos relatórios citados. Destes, destaca-se o “Tema Estratégico” a respeito do “Movimento Globalista Mundial”, caracterização central para o Projeto de Nação.

Evidentemente, não estamos supondo que o Projeto de Nação deveria ser uma espécie de “réplica” dos estudos apontados por Rocha Paiva; o intuito é evidenciar traços de enviesamento deliberado — de caráter reacionário — por parte dos *think tanks* envolvidos bem como apontar evidências que atestam as debilidades teóricas e metodológicas inerentes aos procedimentos tomados pelo SAGRES já na primeira etapa de elaboração do Projeto de Nação. Antes de prosseguirmos para a análise do conteúdo dos estudos apontados pelo co-coordenador do Projeto de Nação vejamos os “Temas” e “Incertezas” definidos nas etapas preliminares de elaboração deste projeto. Em documento encontrado no site do Instituto SAGRES intitulado *Temas Estratégicos e Incertezas Críticas* temos acesso aos “Eixos Temáticos”, aos “Temas Estratégicos” e “Incertezas Críticas” definidos na etapa prévia de elaboração de cenários. Segue abaixo as informações aglutinadas em quadro:

Quadro 1 - Eixos, Temas Estratégicos e Incertezas Críticas da etapa de elaboração do Projeto de Nação

Tema Estratégico	Incerteza Crítica
Eixo I - Gestão Estratégica e Estratégia Nacional	
1 - Modelo Integrado de Gestão	Implementação de um Modelo Integrado de Gestão Estratégica no âmbito do Poder Executivo, até 2035, e reflexos para a governança e o andamento de uma Estratégia Nacional (EN)
2 - Estratégia Nacional (Projeto de Nação)	Elaboração e implementação de uma Estratégia Nacional, com aplicação de um Modelo Integrado de Gestão
Eixo II - Desenvolvimento	
3 - Situação da Economia Mundial	Evolução da Economia Mundial, em função da variação do PIB, até 2035
4 - PIB per Capita do Brasil	Posição do Brasil na classificação mundial do PIB per capita (PPC), em 2035
5 - Modelo de Desenvolvimento Econômico do Brasil pós Pandemia da Covid-19	Impacto da Pandemia da Covid-19 na Matriz Econômica do Brasil até 2035
6 - O Brasil no Comércio Exterior	Participação do Brasil no ranking do comércio mundial até 2035
7 - Custo Brasil	Situação da competitividade do País em 2035, em função das políticas de sucessivos governos para reduzir o Custo Brasil

8 - A Indústria no PIB Brasileiro	Evolução da participação da indústria no PIB até 2035
9 - Matriz Energética Brasileira	Participação das energias renováveis (menos poluentes) na Matriz Energética Brasileira até 2035
10 - Exploração Mineral no Brasil	Participação da exploração mineral com alto valor agregado na economia brasileira em 2035
11 - Demanda Mundial por Alimentos	Evolução da demanda mundial por alimentos com reflexos para o Brasil em 2035
12 - O Agronegócio no PIB brasileiro	Participação do Agronegócio na economia brasileira, em 2035
13 - Bioeconomia no Brasil	Efetiva implementação da Bioeconomia no Brasil até 2035
14 - O Turismo no Brasil	A evolução do Turismo no Brasil e o seu posicionamento no cenário global de competitividade da atividade, em 2035
15 - Infraestrutura Econômica do Brasil	Nível de expansão da infraestrutura econômica para atender às necessidades do desenvolvimento e da segurança nacional, em 2035
16 - Integração da Amazônia ao Brasil	Abrangência da integração da Amazônia ao núcleo de poder nacional e às demais regiões do País em 2035.

17 - Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Brasil	Autonomia do Brasil em CTI, em 2035, em função do percentual predominante do PIB investido nesse campo
18 - O acesso à Internet no Brasil	Capacidade de o Poder Executivo ampliar o acesso à Internet de alta velocidade, alcançando a maior parte da população até 2035
19 - Ensino Básico no Brasil	Qualificação do Ensino Básico (Fundamental e Médio) no Brasil numa perspectiva nacional (IDEB) e internacional (PISA), em 2035
20 - Ensino Superior no Brasil	Evolução do Ensino Superior no Brasil como resultado das implementação [sic] das Políticas Públicas de Educação (PPEs), até 2035
21 - Ensino Tecnológico no Brasil	Evolução do Ensino Superior Tecnológico no Brasil, em 2035, em função da avaliação pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)
22 - Ensino Técnico no Brasil	Evolução do Ensino Técnico em quantidade e qualidade de profissionais para suprir as necessidades do mercado em 2035
Eixo III - Relações externas, Segurança Nacional e Inteligência Estratégica	
23 - Nova Ordem Mundial Multipolar, com predominância de EUA e China	Capacidade de o Brasil manter a neutralidade, sem alinhamento com uma das potências líderes no jogo do poder mundial, até 2035

24 - Movimento Globalista Mundial	Existência/Influência do movimento globalista nas decisões do Estado brasileiro, em 2035, visando a implementar sua agenda política, econômica e social
25 - Ameaças à soberania e a outros interesses do Brasil em seu Entorno Estratégico	Impacto sobre a soberania do Brasil, da ocorrência de conflitos interpotências globais em nosso Entorno Estratégico, com foco na América do Sul, Atlântico Sul e Caribe até 2035
26 - Segurança, Defesa e Projeção do Brasil, em face das restrições internacionais nos campos militar e científico-tecnológico	Capacidade de dissuasão militar extrarregional do Brasil para a Segurança, Defesa e Projeção de Poder
27 - Evolução da Inteligência Estratégica Brasileira	Estruturação e integração da Inteligência Estratégica Nacional para o efetivo cumprimento de sua missão institucional até 2035
28 - Defesa Cibernética no Brasil	Situação da defesa cibernética no Brasil em face de ameaças a interesses importantes ou vitais do País, lideradas por atores externos
29 - Segurança Cibernética nos setores de Segurança Pública, Social e Econômico-Financeiro do Brasil	Situação da segurança cibernética no Brasil, em 2035, em face de ameaças aos campos de Segurança Pública e Social e Econômico-Financeiro
Eixo IV - Bem-estar nacional	

30 - Sistema de Saneamento Básico brasileiro	Abrangência do Sistema de Saneamento Básico às regiões com população com baixo índice de assistência em 2035
31 - Sistema Único de Saúde no Brasil	Pagamentos mínimos no Sistema Público de Saúde, em 2035
32 - Situação da Segurança Pública no Brasil	Resultado das Políticas de Segurança Pública no País, em 2035, em face do poder das Organizações Criminosas (ORCRIM)
33 - Sistema Prisional Brasileiro	Eficácia do Sistema Prisional Brasileiro em 2035
34 - Evolução do IDH Nacional em 2035	Situação do IDH Nacional em 2035, fruto da implementação, ou não, de políticas e estratégias adequadas
35 - Corrupção no Brasil	Evolução da corrupção no Brasil, em função de lideranças transformadoras e movimentos sociais até 2035
36 - Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria	Evolução da coesão nacional, do civismo e do sentimento coletivo de Pátria até 2035, com reflexos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do Brasil
37 - O Futuro da Democracia no Ocidente	O futuro do regime democrático no Brasil, em 2035, em face da cisão político-social evidenciada nas democracias ocidentais desde o início do século

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Sagres ([s.d.e])

É possível captar considerável grau de unilateralidade já na primeira etapa de elaboração do Projeto de Nação no que diz respeito à definição de certos “Temas” e suas respectivas “Incertezas”. Estes apontamentos deliberados, como demonstraremos, não podem ter encontrado embasamento nos estudos previamente apontados por Rocha Paiva. Assim sendo, tais apontamentos são consequência exclusiva da posição reacionária e, por vezes, delirante assumida pelos próprios *think tanks* que conduziram a elaboração deste Projeto de Nação. Entretanto, a exposição e discussão acerca de todos os temas apontados ficará para os subcapítulos seguintes, de tal forma que trataremos neste momento somente do “Tema” 24 - *Movimento Globalista Mundial* que, por sua exemplaridade, evidencia os procedimentos enviesados tomados pelos institutos. O objetivo último é salientar que as elaborações a respeito deste “Tema” não encontram embasamento teórico nos estudos apontados por Rocha Paiva sendo, portanto, apontamentos deliberadamente tomados pelos idealizadores do Projeto de Nação.

Ademais, vale ressaltar que há inúmeras evidências acerca do fato de que a “teoria” do “globalismo”, expressão ideológica própria de uma visão de mundo conspiratória que beira a paranoia, tenha eficazmente adentrado o *ideário militar brasileiro* (Chirio, 2021; Filho, 2022; Ferraz, 2020; Alves, 2023). Portanto, enquanto reprodutores do *ideário militar brasileiro*, não é ocasional a inclusão por parte dos *think tanks* em tela do Tema 24 - *Movimento Globalista Mundial* já na fase preliminar de elaboração do Projeto de Nação. Antecipando passagens presentes no documento final do Projeto de Nação - o qual iremos analisar de forma pormenorizada no *subcapítulo 5.3* - é possível ler que o “globalismo” é um “movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos” tendo como entidade central uma “elite financeira mundial, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos, conglomerados transnacionais e outros representantes do ultracapitalismo, com extraordinários recursos financeiros e econômicos” (Sagres, 2022a, p. 11).

É ainda necessário reter que essa “Elite Financeira Mundial” atua “por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários” (Sagres, 2022a, p. 11) e é justamente o caráter supostamente “correto” e “necessário” de suas atitudes que habilita essa elite globalista a se aliar “a países centrais, organismos internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e governos nacionais de quaisquer ideologias, com vistas a projetar seus interesses em escala global” (Sagres, 2022a, p. 12).

Em termos sintéticos, camuflada pela aparência “politicamente correta” de suas práticas, a assim chamada “Elite Financeira Mundial” exerceria sua influência a partir de sua coligação aos países centrais, a ONGs, governos nacionais e organismos internacionais. A articulação entre o “Movimento Globalista Mundial” e essas organizações se explicaria, portanto, pelo fato de que essas entidades atuariam, em grande medida, em nome deste mesmo “politicamente correto”. Assim sendo, exercendo influência sobre essas distintas organizações, a “Elite Financeira Mundial” faria passar seus objetivos de forma oculta, sem maiores oposições.

No que diz respeito aos países centrais cooptados pelos interesses desta “Elite Financeira Mundial”, os materiais dos institutos ressaltam em especial os Estados Unidos e as principais economias europeias. Em relação às ONGs, destacam-se aquelas que atuam com foco em pautas ambientalistas e indígenas, em especial, aquelas voltadas à questão amazônica, temática cara ao ideário militar brasileiro. Já no que diz respeito aos governos nacionais, destacam-se a influência camuflada da “Elite Financeira Mundial” sobre o Partido dos Trabalhadores e o Supremo Tribunal Federal, enquanto no que diz respeito aos organismos internacionais, a ONU aparece como a principal organização capturada pelos interesses do “Movimento Globalista Mundial”. Não por acaso, portanto, pautas climáticas, a defesa de grupos minoritários, a questão indígena e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra são figuras recorrentes nas elaborações do SAGRES dado que configuram potenciais meios de influência camuflada do assim chamado “Movimento Globalista Mundial”. Destes apontamentos iniciais já é possível notar o evidente “teor” conspiratório que permeia a “teoria” do assim chamado “Movimento Globalista Mundial”, “teoria” que, como veremos mais adiante, exercerá decisiva influência sobre o conteúdo da propositura de administração política expressa pelo Projeto de Nação.

Retomemos os estudos explicitados por Rocha Paiva. Indicamos, de partida, que os apontamentos e elaborações destes documentos não parecem ser suficientes para sustentar a existência ou a influência de um “Movimento Globalista Mundial” para o ano de 2035 no Brasil. O termo “globalismo” sequer é explicitamente mencionado pelos estudos indicados por Rocha Paiva. Assim sendo, elencamos passagens desses relatórios as quais, *em tese*, mais se aproximariam de uma “evidência” do “Movimento Globalista Mundial” nos moldes do Projeto de Nação. O intuito fundamental é jogar luz ao fato de que somente o caráter paranoico de sua visão de mundo, que transforma tudo e todos em aliados do “Movimento Globalista Mundial”, possibilitaria aos três Institutos retirar dos estudos consultados,

evidências da real existência ou influência do “globalismo” no Brasil para os cenários futuros de 2035.

Tomemos, por exemplo, o estudo *Ipea - Cenários Brasil 2035* que em realidade se intitula *Brasil 2035 cenários para o desenvolvimento*⁷⁶. Assim como o Projeto de Nação, este estudo também trabalha com cenários prospectivos para o ano de 2035. Dentre as temáticas trabalhadas por este estudo, reteremos atenção sobre os apontamentos acerca do tema “Paz, Defesa e Segurança Nacional”, temática a qual apresenta pontos de contato com as concepções do “globalismo” contidas no Projeto de Nação. A respeito desta temática, o documento aponta ter sido delineadas “tendências e incertezas referentes ao sistema internacional, ao contexto regional e ao cenário doméstico do Brasil” sendo também identificados os “atores internacionais e nacionais que influenciam o contexto de segurança ou conduzem as políticas referentes à defesa nacional” (Ipea, 2017, p. 189).

No que diz respeito ao delineamento das “tendências” concernentes ao tema “Paz, Defesa e Segurança Nacional” é apontado, por exemplo, que em 2035 a Amazônia

deve continuar sendo um foco de tensão, envolvendo tanto atores estatais (como os países pelos quais se estende o território amazônico) quanto não estatais – como organizações não governamentais (ONGs), comunidades indígenas, empresas e membros da comunidade científica (Ipea, 2017, p. 191).

Da passagem anterior é possível reter pontos de contato entre o estudo do *Ipea* e as elaborações do “globalismo” como é o caso das temáticas envolvendo a Amazônia, ONGs e comunidades indígenas. Isto posto, de acordo com o estudo do *Ipea*, um conjunto de “atores” estaria atuando em 2035 no interior da questão amazônica. Seria o “Movimento Globalista Mundial” ou ainda a “Elite Financeira Mundial” um deles?

De acordo com o relatório do *Ipea* todos os processos delimitados para o ano de 2035 no que diz respeito ao tema da “Paz, Defesa e Segurança Nacional” “são moldados pela atuação de atores com poder de influência sobre essa esfera”, ou seja, atores que podem vir a “influenciar ou mesmo alterar tanto o cenário internacional quanto às políticas domésticas, dependendo de sua posição” (Ipea, 2017, p. 193). O levantamento é claro ao apontar *todos* os atores que exerceriam algum grau de influência sobre a temática em tela para o ano de 2035. No nível internacional, foram elencados os Estados Unidos, China e Rússia além de um

⁷⁶ O fato do Projeto de Nação não apresentar um tópico de “Referências” em seu documento final certamente dificulta a delimitação dos textos que foram consultados para sua elaboração. A rigor um estudo intitulado “Cenários Brasil 2035” de autoria do Ipea não pôde ser encontrado. Sustentamos que se trata, portanto, do estudo “Brasil 2035 cenários para o desenvolvimento” elaborado pelo Ipea. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170606_brasil_2035_cenarios_para_de_senvolvimento.PDF.

conjunto de “Estados sul-americanos [os quais] desempenham papel central para o futuro da defesa brasileira” (Ipea, 2017, p. 194) sendo estes Argentina, Colômbia, Venezuela, Equador e Chile.

Já no plano nacional, o estudo aponta a Presidência da República, o Congresso Nacional e ainda o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações enquanto o conjunto de atores que exercem influência sobre a temática da “Paz, Defesa e Segurança Nacional” no ano de 2035 (Ipea, 2017, p. 194). Fica apontado assim, o conjunto de atores que segundo o relatório *Cenários Brasil 2035*, teriam alguma influência sobre a temática em tela, não havendo, portanto, qualquer explícita menção a respeito da configuração de um “Movimento Globalista Mundial” ou ainda da influência de uma suposta “Elite Financeira Mundial” sobre a “Paz, Defesa e Segurança Nacional” em nenhum dos temas debatidos. A rigor, apenas uma visão de mundo comprometida com uma insana concepção de “globalismo” permitiria retirar unilateralmente deste estudo do *Ipea* evidências acerca da conformação de um “Movimento Globalista Mundial” para o ano de 2035.

Quanto ao estudo intitulado “Cenários 2035”, um projeto de autoria do *Centro de Estudos Estratégicos do Exército* (Ceeex) em parceria com a *Confederação Nacional da Indústria* (CNI), vale ressaltar, de início, que em realidade se intitula *Cenário Mundo e Cenários Brasil: Geopolítica e Economia 2020-2030*. Segundo o documento final deste estudo “Os cenários foram finalizados em dezembro de 2019, e tinham como horizonte temporal 15 anos (2020 – 2035)” (SENAI, 2020, p. 10) entretanto,

com o advento da pandemia do Covid-19 e suas possíveis consequências disruptivas nos campos econômico e geopolítico, houve a necessidade de uma revisão dos cenários, inserindo não somente o evento da pandemia, mas também seus possíveis impactos no futuro. **Durante o processo de revisão, a principal sugestão dos especialistas consultados foi de que o horizonte temporal fosse reduzido para 10 anos (2020 – 2030)**. O principal argumento utilizado foi a dificuldade de vislumbrar a manutenção dos impactos e consequências da pandemia ao longo do período original (15 anos), isto é, se as consequências e impactos da pandemia irão perdurar por tanto tempo (SENAI, 2020, p. 10-11, grifos nossos).

Salientamos, portanto, que o estudo em tela foi equivocadamente apresentado pelo general Rocha Paiva tanto no que diz respeito ao título do documento quanto em relação ao horizonte temporal efetivamente trabalhado: 2030 e não 2035. Alguns apontamentos ajudam a esclarecer a razão pela qual o SAGRES aponta ter utilizado tal estudo enquanto embasamento teórico bem como esclarecer a razão que levou aos equívocos de Rocha Paiva. O estudo em

tela, fruto de uma parceria entre o *Centro de Estudos Estratégicos do Exército CEEEx* e o *Sistema SESI/SENAI/CNI* para a elaboração de cenários prospectivos realizada no ano de 2019 (Ceeex, 2020a), contou com a consulta a especialistas para a consecução dos cenários dentre os quais constam três membros do Instituto SAGRES: o próprio general Luiz Eduardo Rocha Paiva, Verônica Korilio Campos e o general Ridauto Lúcio Fernandes (SENAI, 2020, p. 50) figuras que, como vimos, integram a diretoria do SAGRES. Desta feita, ficam evidentes os indicativos de participação direta do próprio Instituto SAGRES na consecução de tal estudo, o que explica o terem apontado como embasamento teórico para o Projeto de Nação.

Em publicação oficial do site do *Centro de Estudos Estratégicos do Exército* relativa à realização de uma oficina voltada a elaboração de cenários prospectivos realizada nos dias 26 e 27 de novembro de 2019 é possível ver em uma das fotos a participação do general Ridauto Lúcio Fernandes e de Maria Verônica Korilio co-coordenadora do Projeto de Nação (Ceeex, 2020a). Em outra publicação do mesmo site a respeito de um workshop sobre prospectiva e planejamento estratégico realizado no dia 8 de maio de 2019 fica claro que “Participaram do evento, além de membros do CEEEx e do Sistema SESI/SENAI/CNI, representantes do Grupo de Estudos e Planejamento Estratégico do Exército (GEPEEx), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Sagres” (Ceeex, 2020b) sendo possível visualizar em uma das fotos disponíveis a participação do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, co-coordenador do Projeto de Nação, compondo a mesa do evento.

Estes apontamentos iniciais a respeito do envolvimento do Instituto SAGRES neste estudo de autoria do CEEEx e do Sistema SESI/SENAI/CNI têm como intuito deixar indicado - para além de mais um indício de interação entre o SAGRES e militares da ativa - que a alusão equivocada a um documento supostamente intitulado “*CEEEx / CNI - Cenários 2035*” feita pelo general Rocha Paiva é consequência da participação direta dos membros do SAGRES nas etapas prévias de consecução deste estudo, momento em que o escopo de análise ainda era o período de 2020 a 2035 (Ceeex, 2020a; 2020b). Assim sendo, Rocha Paiva dá ênfase apenas às informações colhidas quando da participação dos membros do SAGERS nos momentos preliminares de elaboração deste estudo, sinalizando, em larga medida, que o relatório final do *Cenário Mundo e Cenários Brasil: Geopolítica e Economia 2020-2030* não foi lido com a devida cautela e atenção - ou, talvez, sequer tenha sido lido - em sua versão final, o que certamente teria inibido tais equívocos.

Por conseguinte, a utilização deste estudo na elaboração dos “Temas” e “Incertezas” para o Projeto de Nação é questionável em consideráveis aspectos. Em primeiro lugar, é controverso o fato do Instituto SAGRES ter utilizado um estudo, do qual ambos os

coordenadores do Projeto de Nação participaram diretamente das etapas de elaboração de seus cenários futuros. Soma-se a isso, os indícios de que o relatório final deste estudo não foi lido com a atenção necessária. Além disso, a análise deste documento, como veremos adiante, apontou equívocos e ambiguidades em suas próprias elaborações, o que descredibiliza sua utilização enquanto embasamento teórico para o Projeto de Nação.

Feita a ressalva inicial de que o estudo teria como escopo de análise os anos de 2020 a 2030, portanto, o período de uma década, o documento chama a atenção na sequência para o fato de que “Nos próximos 15 anos, o mundo será regido por um sistema multipolar com muitas potências/regiões/blocos competidores” (SENAI, 2020, p. 14). Assim sendo, o estudo tropeça em suas próprias elaborações no que diz respeito ao escopo temporal analisado, contradizendo a ressalva feita de início. Isto dito, coloca-se em xeque o rigor teórico deste estudo apontado pelo SAGRES como parte de seu referencial teórico. Ao que tudo indica, a escrita final do documento não foi devidamente revisada pelos seus idealizadores.

Igualmente, não é possível ignorar o considerável teor regressivo e delirante de certas elaborações contidas neste estudo. Ainda que não permitam tirar daí elementos *probantes* da existência de um “Movimento Globalista Mundial”, é certo que ao menos preparam o terreno, em última instância, para possíveis desdobramentos ainda mais regressivos, como aqueles apresentados no Projeto de Nação. É o caso dos apontamentos acerca das assim chamadas “agenda global” e “agenda ambiental” das quais trataremos em sequência.

Sustentamos que esses temas fazem ressoar o ideário persecutório dos militares brasileiros que, ao fim e ao cabo, é o fio condutor deste estudo. Isto dito, não podemos perder de vista que se trata de uma iniciativa do *Centro de Estudos Estratégicos do Exército*, entidade umbilicalmente ligadas ao ideário militar vigente. Soma-se a isso a ampla participação de figuras militares na elaboração deste estudo. Levando em conta o “Apêndice B” do documento, chama a atenção a predominância de figuras militares dentre os “especialistas participantes” das etapas de elaboração deste estudo prospectivo. Igualmente, vale ressaltar a diversidade de divisões do exército representadas pelos diversos participantes militares⁷⁷. Assim sendo, de acordo com o “Apêndice B”, dos 49 participantes, 30 estão ligados diretamente ao Exército Brasileiro. Somados aos três integrantes do SAGRES já citados, tem-se 33 participantes ligados diretamente ao ideário militar brasileiro vigente.

⁷⁷ São elas: Exército Brasileiro, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Estado-Maior do Exército, Centro de Inteligência do Exército, Diretoria de Sistemas e Material de Emprego Militar, Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro, Diretoria de Material de Aviação do Exército, Departamento de Engenharia e Construção do Exército, Departamento Geral do Pessoal do Exército Brasileiro, Escritório de Projetos do Exército, Secretaria de Economia e Finanças do Exército, Centro de Comunicação Social do Exército, Gabinete do Comandante do Exército (SENAI, 2020, p. 49-50).

Quanto ao conteúdo próprio deste estudo, salientamos que não há explícitos indicativos da conformação de uma “Elite Financeira Mundial” que atua em nome do “globalismo” nos moldes descritos no Projeto de Nação. Há, entretanto, aquilo que estamos chamando de “pontos de contato”. Estes, como iremos sustentar, se dão em decorrência do ideário militar que informa, em maior ou menor grau, tanto o estudo do CEEEx quanto o Projeto de Nação.

Pautado na elaboração de quatro distintos cenários futuros visando o ano de 2030, o estudo do CEEEx e da CNI tem como uma das variáveis de análise para todos estes cenários a “Influência de temas da agenda global para respaldar a ingerência internacional em áreas mundiais de interesses estratégico” (SENAI, 2020, p. 47). A assim chamada “agenda global” não é em momento algum conceituada, contudo, carrega consigo elementos delirantes que se assemelham, em algum grau, aqueles que aparecerão mais intensamente no Projeto de Nação. Assim sendo, ainda que não aponte explicitamente a existência de um “Movimento Globalista Mundial”, flerta com certos elementos conspiratórios que se alinham às elaborações dos *think tanks* analisados na presente pesquisa. A respeito da assim chamada “agenda global”, é apontado em um dos possíveis cenários prospectados que

A pandemia de 2020 reforçou a necessidade de organismos internacionais dedicados a agendas que são por natureza altamente transnacionais, tais como: a Organização Mundial de Saúde (OMS), como forma de orientar, estabelecer diretrizes e medidas preventivas para uma possível nova pandemia; a Organização Mundial do Comércio (OMC), devido à necessidade de regular um “novo” comércio mundial; a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para estabelecer ações amplas de combate ao subemprego; além da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization* – FAO), principalmente para ações de difusão das diretrizes de segurança alimentar (SENAI, 2020, p. 24, grifos nossos).

Apesar de não ser devidamente discutido ao longo do documento, da passagem anterior fica claro que a assim chamada “agenda global” tem natureza “altamente transnacional”. Além disso, fica claro que os ditos “organismos internacionais” atuam em nome desta “agenda global”. Os ditos “organismos internacionais”, como vimos, configuram elemento central para as concepções do “globalismo” nos padrões do Projeto de Nação, contudo, apesar de indicar a intensificação da atuação destas entidades, o estudo do CEEEx não os aponta enquanto um meio de atuação camuflada das “Elites Financeiras Mundiais”. A rigor, não são apresentados elementos que explicitamente apontam a iminente configuração de um “Movimento Globalista Mundial” nos padrões do SAGRES.

Além dos apontamentos acerca da assim chamada “agenda global”, o estudo do CEEEx também se ocupa dos alertas críticos a uma suposta “agenda ambiental”. Estes apontamentos se dão a partir das seguintes variáveis identificadas: “Implantação de agendas ambientais (estatais e não estatais) e amplas frente aos desafios econômicos, políticos e ao avanço do aquecimento global” e “Papel e impacto das certificações ambientais no comércio mundial” (SENAI, 2020, p. 47). Desta feita, ao tecer apontamentos sobre questões ambientais, o estudo aponta os problemas da assim chamada “agenda ambiental” tratada *em todos os cenários criados* como algo negativo, que colocaria em xeque a soberania das nações, deixando entrever daí os vestígios delirantes do ideário militar que o informa.

Este estudo do CEEEx está pautado na elaboração de quatro possíveis cenários futuros para o ano de 2030, de tal forma que os problemas inerentes à assim chamada “agenda ambiental” e seus impactos, nos são apresentados no interior destes quatro distintos cenários. Entretanto, vale ressaltar que, apesar de diferenças pontuais, *todos os cenários* possuem o mesmo eixo estruturante: o temor persecutório em relação aos possíveis impactos da “agenda ambiental” sobre a soberania nacional, tema fundamental do ideário militar brasileiro.

Antes de retomarmos os apontamentos contidos neste documento, vale a ressalva de que, a partir da tentativa de atribuir um caráter impessoal aos cenários prospectados, o conteúdo deste estudo nos é apresentado na forma de discursos fictícios proferidos por figuras igualmente fictícias criadas pelos idealizadores deste relatório. Isto dito, vejamos, em sequência, os apontamentos feitos a respeito da assim chamada “agenda ambiental” para os quatro cenários prospectados.

Em relação ao primeiro cenário prospectado, temos o discurso fictício proferido pelo futuro presidente dos Estados Unidos no ano de 2028 no qual este afirma:

é fundamental que fiquemos atentos para as questões climáticas, que, já de alguns anos, vêm impactando fortemente a geopolítica, a economia e a vida das sociedades. Ainda que tivéssemos assistido a um **aumento das agendas ambientais (estatais e não estatais) mais amplas, em diversos países, e o crescimento da exigência de certificações ambientais no comércio mundial**, essas iniciativas ficaram limitadas às políticas intervencionistas de vários e importantes países. **O uso irresponsável dos nossos recursos hídricos fez da escassez uma ótima desculpa para o crescimento da disputa por esse recurso natural em determinados países.** Apesar das consequências do aquecimento global para o planeta, ainda não foi possível convencer muitos países a respeito da importância e do papel das energias renováveis. De fato, houve um significativo crescimento no uso de tais recursos, mas ainda está muito aquém do que o planeta precisa para manter as mudanças ambientais sob “controle”, se é que isto seja possível [...] (SENAI, 2020, p. 20, grifos nossos).

Para apresentar o segundo cenário futuro prospectado, os idealizadores fazem uso de um discurso fictício apresentado pelo então presidente do Partido Comunista Chinês no ano de 2028:

Outra questão que nossa grande nação deverá ficar atenta são os impactos das mudanças climáticas. **Temos visto um fortalecimento das agendas ambientais (estatais e não estatais) diante dos desafios econômicos, políticos e do avanço da crença no aquecimento global, levando a um forte crescimento do papel e do impacto das certificações ambientais no comércio mundial, que têm sido usadas como poder de barganha na busca por novos mercados e diferenciação competitiva. O uso irresponsável dos recursos naturais e hídricos acentuou a disputa por estes, devido, principalmente, ao acirramento da competição entre os principais atores mundiais e à busca por novas fontes.** O incremento da disputa pelo domínio da narrativa baseada no contraponto entre energias renováveis e não renováveis (energias fósseis) não foi suficiente para impulsionar ações disruptivas que consubstanciassem uma transformação radical e, conseqüentemente, permitisse diminuir significativamente o uso das matrizes energéticas tradicionais (SENAI, 2020, p 27, grifos nossos).

Quanto ao terceiro cenário futuro, temos o fictício documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores da Índia no qual este afirma em 2029 que

Apesar de já sentirmos os efeitos das mudanças climáticas em nossa vida cotidiana e principalmente nas perdas econômicas, o que se observa é um retrocesso das agendas ambientais (estatais e não estatais) amplas devido, principalmente, à disputa pela hegemonia mundial e pelas políticas intervencionistas. Outro ponto que merece ser ressaltado, é que **temos visto um aumento do papel e do impacto das certificações ambientais no comércio mundial, mas que estão sendo usados para restringir o fluxo de comércio mundial e orientados pela disputa pela hegemonia mundial e não pela maior preocupação ambiental. O aumento no ritmo do agravamento da crise hídrica e da disputa por recursos naturais em áreas estratégicas é outro ponto que devemos não somente destacar, mas nos posicionarmos como indutores ao uso mais intenso das energias renováveis, ainda que esse uso esteja condicionado à disponibilidade de matéria-prima e acesso à tecnologia, às políticas econômicas estabelecidas pelos governos e às pressões na disputa pela hegemonia mundial** (SENAI, 2020, p. 35), grifos nossos.

Por fim, o quarto cenário futuro é expresso por uma fictícia carta elaborada pelo presidente da Comissão Europeia no ano de 2030:

Apesar da relutância de muitas nações e blocos econômicos, **verifica-se um aumento das agendas ambientais (estatais e não estatais) diante dos desafios econômicos e políticos, além do discutido, e discutível, avanço do aquecimento global e do protagonismo das certificações ambientais no comércio mundial. Em que pese algumas dessas certificações serem utilizadas somente para fins geopolíticos, acredito que no futuro sua aplicação estará mais atrelada ao bem-estar do planeta.** Gostaria de finalizar esta carta lhes questionando sobre outro importante desafio. **Como iremos nos posicionar frente ao aumento das disputas por recursos naturais.** A União Europeia necessitará ampliar suas ações de substituição das energias fósseis pelas renováveis, ainda que esse uso esteja

condicionado à disponibilidade de matéria-prima, ao acesso à tecnologia, às políticas econômicas estabelecidas pelos governos e às pressões na disputa pela hegemonia mundial (SENAI, 2020, p. 42-43, grifos nossos).

Uma vez apresentados os apontamentos feitos com relação a questões ambientais para cada cenário em sua integridade, é possível destacar o elemento comum a todos eles: a compreensão acerca da existência de uma “agenda ambientalista”, ligada a certificações ambientais internacionais, a qual limita e orienta a atuação dos países e dos mercados a nível global. Soma-se a isso a compreensão uníssona de que os recursos naturais, cada vez mais escassos, se apresentam como o cerne de iminentes disputas a nível internacional. Assim sendo, apesar das diferenças na forma como as discussões são apresentadas, todos os quatro cenários atestam, em maior ou menor grau, a existência da assim chamada “agenda ambiental” e de seus possíveis impactos, sempre negativos sobre os processos políticos e econômicos das nações. Isto dito, nota-se que as elaborações acerca da assim chamada “agenda ambiental” sempre atrelada às “certificações ambientais”, em alguma medida, preparam o terreno para o florescimento das concepções ainda mais delirantes do “politicamente correto” contidas no Projeto de Nação. Esta preocupação persecutória quanto às “certificações ambientais” e seus possíveis impactos sobre decisões políticas e econômicas é muito facilmente instrumentalizada pelo SAGRES em um patamar ainda mais insano enquanto um *meio* “politicamente correto” da atuação camuflada dos interesses das “Elites Financeiras Mundiais”.

Uma vez mais, entretanto, apesar dos pontos de contato, os apontamentos feitos pelo estudo do CEEEx não contém explicitamente a concepção de uma “Elite Financeira Mundial” que atuaria de maneira camuflada por meio da defesa de pautas ambientais “politicamente corretas”, na tentativa de ingerência de processos políticos e econômicos. A rigor, apesar de deixarem entrever um aspecto fundamental do ideário militar por trás deste estudo: o persecutório temor quanto à soberania nacional, a “agenda ambiental” e a “agenda global” não são em momento algum *efetivamente* explicadas conceitualmente e, tão pouco, são explicitamente articuladas a interesses privados de uma suposta “Elite Financeira Mundial”. Em suma, apesar do considerável teor delirante de suas elaborações, o estudo do CEEEx não aponta em nenhum momento a atuação camuflada de um “Movimento Globalista Mundial” a partir das assim chamadas “agenda global” e “agenda ambiental” nos moldes do Projeto de Nação.

Assim sendo, o uso desta iniciativa do CEEEx e da CNI enquanto embasamento teórico para o Projeto de Nação coloca em xeque os procedimentos metodológicos do

SAGRES por diversas razões. Em primeiro lugar, a análise deste documento evidenciou suas contradições internas no que diz respeito ao escopo temporal analisado. Como vimos, o documento entra em contradição de termos ao apresentar o escopo temporal de 2020 a 2030 ao mesmo tempo que mantém certas análises voltadas ao escopo prévio de 2020 a 2035. Esses apontamentos deixam indicado que a versão final deste documento não foi devidamente revisada por seus idealizadores, o que faz questionar, em última análise, a validade dos apontamentos contidos neste estudo do CEEEx.

Além disso, a análise deste documento joga luz sobre o caráter deliberadamente enviesado dos procedimentos tomados pelos idealizadores do Projeto de Nação. Apesar dos pontos de contato, expressões ideológicas de um ideário comum que informa tanto o estudo do CEEEx quanto o Projeto de Nação, o estudo do CEEEx não contém apontamentos explícitos quanto a temática do “globalismo”, não habilitando, portanto, as elaborações no padrão conspiratório contido nos apontamentos do SAGRES. Ademais, as evidências colhidas apontam claros indícios de enviesamento deliberado por parte do SAGRES uma vez que, como vimos, o estudo do CEEEx foi realizado com ampla participação militar contando, diretamente, com a participação de três membros da própria diretoria do SAGRES, dentre eles os dois coordenadores do Projeto de Nação. Soma-se a isso os equívocos de Rocha Paiva que indicam que a versão final deste documento não foi lida – se é que foi lida – com a devida atenção pelos idealizadores do Projeto de Nação. Ao fim e ao cabo, apesar dos pontos de contato, expressões ideológicas de um ideário comum que informa tanto o estudo do CEEEx quanto o Projeto de Nação, as evidências apontam para o caráter controverso e deliberadamente enviesado dos procedimentos metodológicos tomados pelo SAGRES.

Prosseguindo com a análise dos estudos apontados por Rocha Paiva, temos o relatório *Ipea - Megatendências Mundiais 2030*, igualmente pautado na construção de cenários futuros. Reteremos maior atenção ao capítulo de “Geopolítica” dado que esta seria a temática onde mais fortemente se manifestariam as possíveis “evidências” do assim chamado “Movimento Globalista Mundial”. Ressaltamos, de partida que, para este estudo, “a chave no processo de construção de cenários prospectivos” está na identificação das “forças de mudança” ou “também chamadas de sementes de futuro” (Ipea, 2015, p. 13).

As “sementes de futuro” identificadas por este estudo foram selecionadas e agrupadas em categorias e por fim aglutinadas em um material final o qual “foi encaminhado a especialistas pertencentes às diversas áreas da SAE/PR [Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República] com o objetivo de obtenção de críticas e sugestões de aprimoramento das sementes levantadas”, etapa seguida por uma “reunião de debate com

esses especialistas objetivando avaliar as sementes de futuro quanto às suas pertinências e importâncias para o Brasil” (Ipea, 2015, p. 13). Após esse procedimental, foi possível definir as assim chamadas “megatendências” dado que “Como resultado [da reunião], foi adotado método de reavaliação, reagrupamento e desmembramento das sementes, por meio da identificação das principais megatendências mundiais por dimensão e associação das sementes priorizadas” isso porque “Cada megatendência representa a tendência de peso que sintetiza a ideia força das demais sementes agrupadas” (Ipea, 2015, p. 13).

Uma vez sinteticamente apresentado o procedimento metodológico deste estudo reteremos atenção sobre a dimensão “Geopolítica” e em especial sua megatendência de “permanência da ideologia da globalização”. Esta megatendência está atrelada aos “avanços associados ao crescimento do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC)” uma vez que as TIC “têm sido um dos principais determinantes da globalização econômica e financeira” (Ipea, 2015, p. 53). Assim sendo, a globalização - associada aos avanços das TIC - compõe um “movimento [que] torna o mundo cada vez mais interconectado e essa conexão global faz com que o comportamento de um país, de uma empresa ou mesmo de um único indivíduo possa ter alto potencial de impacto nos demais (Rockefeller Foundation e GBN, 2010)” (Ipea, 2015, p. 54).

A megatendência de “permanência da ideologia da globalização” estaria associada a seis “sementes” das quais destaca-se uma em particular: “Até 2030, haverá crescimento da influência de empresas transnacionais nas decisões políticas dos estados” (Ipea, 2015, p. 95). O estudo dispõe de tão somente um parágrafo para descrever essa “semente”. O parágrafo segue na íntegra:

Espera-se também, até 2030, um crescimento da influência das instituições globais. Essa capacidade de influência que as empresas transnacionais possuem poderá, cada vez mais, influenciar nas decisões políticas dos estados. Há também indícios que, até 2030, o mapa econômico tradicional do mundo (com base nos países) será complementado com uma divisão em áreas de atividade e influência das corporações transnacionais, incluindo os bancos (Dynkin, 2011) (Ipea, 2015, p. 54).

A passagem em foco aponta alguns elementos que, à primeira vista, corroboram a concepção de uma “Elite Financeira Global” presente no Projeto de Nação no que diz respeito à influência de empresas transnacionais e bancos sobre as decisões políticas dos Estados. Entretanto, o estudo, além de não trazer desdobramentos adicionais a respeito do tema, tão somente aponta uma influência das “instituições globais” sobre as decisões estatais a partir de seu poderio econômico possibilitado pelo processo da globalização. Em suma, o processo de

globalização dos mercados – a necessária expressão do processo de acumulação ampliada de capital a nível global - “torna o mundo cada vez mais interconectado e essa conexão global faz com que o comportamento de um país, de uma empresa ou mesmo de um único indivíduo possa ter alto potencial de impacto nos demais (Rockefeller Foundation e GBN, 2010)”, conforme Ipea (2015, p. 54).

Assim sendo, o poder de influência das empresas multinacionais sobre as decisões estatais se verificaria em decorrência do próprio processo de globalização ou, se quisermos, o estágio de acumulação ampliada de capital a nível mundial. Se bem entendido, o processo de globalização diz respeito ao advento de um novo parâmetro internacional do sistema de produção e circulação de mercadorias (Chasin, 1996). Logo, mais do que um apontamento prospectivo, trata-se do já vigente padrão de acumulação de capital que tem necessariamente de se dar a nível global. Assim sendo, em decorrência do advento do novo “sistema mundializado do capital”, conforme Cotrim (2000, p. XXX), as empresas e bancos passam a alavancar seu poderio econômico a patamares antes impensáveis.

Portanto, o crescimento da capacidade de influência das instituições globais sobre as decisões políticas dos estados apontados pelo estudo do Ipea, é expressão da relação entre Estado e Capital em seu parâmetro de acumulação global, o “capital globalizado” (Silva; Alves, 2008, p. 180). Trata-se, portanto, de uma megatendência objetivamente ancorada nos novos - porém, já vigente - padrão de acumulação de capital a nível global.

Assim sendo, não aparece nas formulações do relatório do Ipea o caráter conspiratório presente nas elaborações do SAGRES a este respeito. Não há, portanto, - e isso é decisivo - indicativos de que a influência das organizações globais sobre as decisões políticas dos Estados se dá de maneira *essencialmente camuflada e velada*, conforme é apontado pelo Projeto de Nação. Tampouco há apontamentos explícitos a respeito da conformação de uma suposta “Elite Financeira Mundial” que exerceria sua influência de maneira velada, a partir da defesa de pautas “politicamente corretas” muito menos indicativos acerca da associação destas “instituições globais” a governos, ONG’s e movimentos em defesa de grupos minoritários enquanto *meio* de exercer sua influência.

Ao fim e ao cabo, a curta passagem de apenas um parágrafo contida no relatório do Ipea não parece ser, uma vez mais, suficiente para atestar a existência de um “Movimento Globalista Mundial” para o ano de 2030. Assim sendo, apesar dos pontos de contato temáticos, o estudo do Ipea não expressa em seus apontamentos o “tom” alarmista e conspiratório inerente às elaborações do Projeto de Nação. Desta feita, é pertinente enfatizar que as elaborações deste relatório do Ipea não sustentam a iminência do assim chamado

“Movimento Globalista Mundial” para o ano de 2030, de tal forma que sua presença no Projeto de Nação somente pode ser explicada a partir de extrapolações delirantes perpetradas deliberadamente por seus idealizadores.

Dos quatro estudos explicitamente apontados por Rocha Paiva resta, por fim, o já mencionado relatório *Cenários Brasil 2022* de autoria do próprio Instituto SAGRES. Ressaltamos de início o aspecto duplamente questionável da menção a tal estudo: o fato de que se trata de uma elaboração do próprio instituto e principalmente, o fato de que se trata de um estudo prospectivo voltado ao ano de 2022. Assim, faz questionar se um estudo prospectivo voltado ao ano de 2022 daria conta de embasar cenários futuros para o ano de 2035, dado que, a rigor, seu escopo de análise temporal em nada se assemelha ao do Projeto de Nação. levando em consideração que o Projeto de Nação foi elaborado durante os anos de 2020-2022, o estudo *Cenários Brasil 2022* estaria já naquele momento muito mais voltado ao presente do que o futuro propriamente dito. Seu uso, portanto, levanta necessários questionamentos acerca da validade dos procedimentos metodológicos do SAGRES.

Adentrando o conteúdo deste estudo do SAGRES, chama atenção, de imediato, a apresentação consideravelmente mais transparente e esclarecedora dos procedimentos metodológicos realizados quando comparado a diminuta apresentação contida no Projeto de Nação a este respeito. Apesar de não ser nosso intuito apresentar com detalhe as etapas metodológicas do estudo *Cenários Brasil 2022*, faremos alguns breves apontamentos que nos permitirão compreender como se deu a identificação das principais “Incertezas Críticas” que irão nortear a elaboração dos cenários prospectivos. Isto feito, será possível realçar os “pontos de contato” com a temática do “globalismo” bem como ressaltar, uma vez mais, os imprecisos e dúbios procedimentos metodológicos tomados pelo SAGRES. O objetivo último é, contudo, salientar uma vez mais que, apesar dos pontos de contato, este estudo não discorre explicitamente acerca de um “Movimento Globalista Mundial” não habilitando, portanto, os apontamentos conspiratórios contidos no Projeto de Nação.

Igualmente pautado na Metodologia FIGE de autoria do SAGRES, o estudo *Cenários Brasil 2022*, ao contrário do Projeto de Nação, aponta com clareza os procedimentos metodológicos tomados. Tendo como ponto de partida a definição de “Incertezas Críticas”⁷⁸, o estudo *Cenários Brasil 2022* se propõe a realizar um “diagnóstico retrospectivo e conjuntural” que permitiria elencar as “Incertezas” consideradas mais importantes. Assim sendo, esse

⁷⁸ Assim como apresentado anteriormente, o Projeto de Nação tem como ponto de partida a definição de “Temas Estratégicos” a partir dos quais são apontadas “Incertezas críticas”. Contudo, o estudo *Cenários Brasil 2022* tem como ponto de partida apenas a definição de “Incertezas Críticas”. Essa sucinta distinção não implica, entretanto, em divergências relevantes. A metodologia segue, na prática, a mesma linha do Projeto de Nação.

“diagnóstico” “foi realizado no âmbito de duas equipes setoriais, as quais contavam com integrantes das quatro instituições parceiras”⁷⁹ (Sagres, 2018, p. 16). Essas “equipes setoriais” podem ser entendidas como as “equipes de interação” as quais, como vimos anteriormente, são parte fundamental da Metodologia FIGE para a etapa de definição de “Temas” e “Incertezas”. Assim, a partir da atuação das duas “equipes setoriais”, foram “identificadas cerca de 70 (setenta) incertezas que poderiam compor os Cenários Prospectivos” (Sagres, 2018, p. 16-17). Destas, a partir de “um trabalho de seleção envolvendo todos os participantes” foram identificadas 19 incertezas críticas que norteiam as diretrizes deste estudo. Isto dito, apesar da clareza da exposição, ressaltamos mais uma vez o caráter indefinido dos procedimentos que permitiram a identificação dessas “Incertezas”. Como vimos, a apreensão de “Temas” e “Incertezas” a partir da metodologia FIGE está pautada na consulta a estudos prospectivos e na formação de “grupos de interatividade”. Entretanto, a este respeito o estudo *Cenários Brasil 2022* apenas aponta que

Ao longo dos estudos, análises e avaliações, foram identificadas inúmeras variáveis, posteriormente consolidadas em cerca de 70 (setenta) incertezas que poderiam compor os Cenários Prospectivos. No final, um trabalho de seleção envolvendo todos os participantes permitiu identificar 19 (dezenove) Incertezas Críticas (Quadro 1) que deveriam ser submetidas à Análise Morfológica e comporem os Cenários Prospectivos, para o Brasil, tendo como horizonte temporal o ano de 2022 (Sagres, 2018, p 22).

Chama a atenção a alusão a termos vagos e indefinidos como “estudos”, “análises” e “avaliações” a partir dos quais foi possível a seleção final de 19 “Incertezas Críticas” que viriam nortear a consecução dos cenários prospectivos. O documento não informa *de fato* como se deram esses “estudos, análises e avaliações”. Não há, portanto, qualquer alusão explícita e determinada acerca de estudos prospectivos utilizados como embasamento teórico para a seleção destas 19 “Incertezas Críticas”. Assim, não resta dúvida de que no procedimento de identificação das “Incertezas” sobrepesa a atuação dos “grupos de interatividade”. Em suma, são exclusivamente os idealizadores deste estudo os responsáveis pela delimitação unilateral das “Incertezas” utilizadas. Contudo, apesar de terem feito parte deste projeto membros de quatro distintas instituições, evidências apontam a influência determinante desempenhada pelos membros do SAGRES ao longo de sua elaboração⁸⁰. Não

⁷⁹ Este estudo do SAGRES contou com o apoio de membros da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG), do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia e da Academia Brasileira de Estudos Estratégicos (ABRAEE).

⁸⁰ Apesar da participação de membros de outras instituições, trata-se, ao fim e ao cabo, de um estudo preponderantemente idealizado e coordenado pelo Instituto SAGRES e seus membros. A coordenação do projeto ficou a cargo do coronel Raul Sturari, um dos cofundadores do SAGRES. Verônica Korilio, a mesma co-coordenadora do Projeto de Nação, assumiu o posto de coordenadora adjunta do projeto. Já a coordenação das

por acaso, portanto, as “Incertezas” delimitadas pelas “equipes setoriais” se alinham a uma série de temáticas caras ao Instituto SAGRES. Destas, destacam-se duas que possuem pontos de contato com a temática do “globalismo”: as “Incertezas” quanto ao “Papel da ONU na governança do Sistema Internacional” (Sagres, 2018, p. 22) e acerca das “Atuações de outros Governos e ONGs internacionais para acesso a recursos naturais brasileiros” (Sagres, 2018, p. 23).

Tais “Incertezas” apresentam, ao menos tematicamente, pontos de contato com as concepções de “globalismo” do Projeto de Nação uma vez que, como vimos, as “Elites Financeiras Mundiais” fazem exercer sua influência camuflada por intermédio da cooptação, por exemplo, de entidades internacionais, governos e ONGs. Entretanto, apesar destes pontos de contato temáticos, inexistem no estudo *Cenários Brasil 2022* desdobramentos acerca de um “Movimento Globalista Mundial” nos moldes conspiratórios do Projeto de Nação. Vejamos o que este estudo aponta a respeito dessas “Incertezas” elencadas através dos três cenários prospectivos criados.

O primeiro cenário prospectado, o “Cenário Referência”, “foi descrito como uma hipotética entrevista publicada pela “Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais” (Sagres, 2018, p. 70) seguindo, portanto, a mesma linha do estudo do CEEEx com sua busca por apresentar os cenários de maneira lúdica e imparcial. Perguntado acerca do controle de recursos energéticos durante os anos de 2018 e 2022 o entrevistado responde que:

Nos últimos anos, a importância dos recursos energéticos de origem marítima, o petróleo e o gás natural, vem se tornando cada vez mais estratégica para autonomia energética brasileira e, principalmente, na questão da soberania brasileira sobre as jazidas na camada Pré-Sal. **Outro ponto relaciona-se à defesa das riquezas naturais da região da Amazônia, que cada vez mais se torna uma das tarefas mais complexas para as Forças Armadas do Brasil.** O nosso governo deveria empreender ações no sentido de assegurar a segurança energética nacional e a segurança para acesso aos recursos naturais das mais diversas formas. Porém o que se viu no período deste governo [2018-2022] foi um **aumento do acesso clandestino aos recursos naturais brasileiros, em parte motivada por pressão diplomática para concessão de exploração de recursos em moldes mais vantajosos para as potências externas, além de ações encobertas para acesso clandestino direto aos recursos, por parte de ONGs internacionais** (Sagres, 2018, p. 76-77, grifos nossos).

“equipes setoriais” ficou a cargo do coronel Mário Andreuzza, também cofundador do SAGRES, além de Túlio Eufrásio Marques Jr, membro do SAGRES e participante direto na elaboração do Projeto de Nação, conforme Sagres (2022a, p. 97). Os quatro membros do SAGRES ficaram ainda responsáveis, junto a Marilene Antunes Lopes - colaboradora em diversas iniciativas do SAGRES -, pela fundamental tarefa de “análise e redação final” do estudo *Cenários Brasil 2022* (Sagres, 2018, p. 7).

Da passagem anterior são perceptíveis as evidências a temas caros aos militares, em especial a defesa militar da questão amazônica, além do evidenciado aumento do “acesso clandestino” aos recursos naturais do país. A passagem é clara ao evidenciar que esse aumento se deu em decorrência de pressões diplomáticas e de “ações encobertas” por parte de ONGs internacionais. São evidentes os pontos de contato temáticos com os apontamentos do Projeto de Nação, contudo, os apontamentos conspiratórios e alarmistas expostos no projeto de Nação não aparecem no *Cenários Brasil 2022*. Como vimos, o estudo prospecta que em decorrência de “pressões diplomáticas” e “ações encobertas” por parte de ONGs houve o aumento do acesso clandestino aos recursos naturais brasileiros, contudo, o estudo não aponta claramente os agentes que acessam clandestinamente tais recursos. Ademais, não há *explicitamente* o apontamento de que tais “pressões diplomáticas” e “ações encobertas” por parte de ONGs internacionais sejam um *meio* de atuação das “Elites Financeiras Mundiais” como grandes empresas multinacionais e bancos. Na sequência, perguntado em relação a ONU, o entrevistador aponta que em 2022 “A ONU permanece como o principal organismo de governança do sistema internacional, sendo efetivamente controlada pelos países que possuem o poder de veto no Conselho de Segurança” e acrescenta: “devido aos novos paradigmas sistêmicos e o surgimento de novos polos de poder mundial, a importância da ONU tem sido constantemente questionada” (Sagres, 2018, p. 78). A entrevista fictícia acaba justamente com esta última frase não havendo, portanto, maiores desdobramentos. Mais uma vez, a ONU não é apontada enquanto um meio de efetivação de interesses de grandes empresas multinacionais e bancos, a assim chamada “Elite Financeira Mundial”. Em suma, para além dos pontos de contato meramente temáticos, o *Cenários Brasil 2022* não realiza os mesmos desdobramentos persecutórios do Projeto de Nação.

No que diz respeito ao segundo cenário, o “Cenário Otimista”, a prospecção segue a mesma elaboração do primeiro cenário quanto aos recursos naturais brasileiros:

Por meio de ONG's, organismos oficiais e formadores de opinião internacionais, o Brasil e os demais países sofrem constante pressão, no que tange às reservas naturais e aos territórios de povos nativos. Essas pressões que ocorrem no sentido de aumentar a influência multinacional sobre os povos ocupantes de áreas ricas em recursos naturais, fragilizando a soberania, em especial na Amazônia. Contudo, o governo brasileiro e dos demais países da Região têm conseguido, de forma lenta e gradual, administrar essas pressões e, por vezes, até diminuí-las ou neutralizá-las (Sagres, 2018, p. 89-90, grifos nossos).

A distinção entre os dois cenários apresentados até aqui, se dá apenas com relação ao fato de que o “Cenário Otimista” aponta que em 2022 o Brasil vem conseguindo, de alguma

maneira, lidar com o problema de acesso clandestino aos recursos naturais. Nosso objetivo, mais uma vez, não é discutir os desdobramentos de cada cenário, mas sim tentar rastrear evidências explícitas acerca da conformação e atuação de um “Movimento Globalista Mundial”. Como é possível reter da passagem anterior, mantém-se a compreensão de que os recursos naturais brasileiros estão ameaçados em decorrência de pressões de “ONG’s, organismos oficiais e formadores de opinião internacionais” (Sagres, 2018, p. 89). Há ainda a prospecção de que essas “pressões” visam “aumentar a influência multinacional sobre os povos ocupantes de áreas ricas em recursos naturais” (Sagres, 2018, p. 90). Ressalta-se, uma vez mais, o caráter vago dos escritos do documento que não é capaz de delimitar *explicitamente* quem seriam os agentes que visam acessar tais recursos e exercer tal “influência internacional” sobre os recursos naturais brasileiros. Não há, em momento algum, indicativos de que representantes do assim chamado “ultracapitalismo”, nos moldes do Projeto de Nação, estariam exercendo sua influência indireta sobre os recursos naturais brasileiros.

Quanto a ONU que, como aponta o Projeto de Nação, é uma das principais organizações pela qual o “Movimento Globalista Mundial” faz valer sua influência, o “Cenário Otimista” aponta, tão somente que, em 2022 “a ONU permaneceu como principal organismo de governança internacional” (Sagres, 2018, p. 90). Na sequência conclui de maneira otimista dizendo que em 2022 “Novos países obtiveram assento permanente no Conselho de segurança, dentre eles o Brasil” (Sagres, 2018, p. 90) não havendo quaisquer implicações de que a ONU seria um meio de atuação das “Elites Financeiras Mundiais” nos mesmos padrões conspiratórios do Projeto de Nação.

Por fim, quanto ao terceiro cenário, o “Cenário Fora da Concha”, as elaborações são apresentadas por intermédio de um debate fictício entre estudantes em uma plataforma de ensino a distância. Isto dito, um dos alunos fictícios prospecta o aumento do número de países interessados em integrar o Conselho de Segurança da ONU e arremata dizendo que “No fundo, o desejo dessas nações é o de poder, de alguma forma, contribuir para a paz mundial” (Sagres, 2018, p. 102). Este aluno é prontamente contraposto por outra colega de turma: “Nem sempre essa é a razão do interesse, Cadmo. Há também aqueles com interesses velados de obter vantagens econômicas, geopolíticas ou quaisquer outras, mesmo em detrimento de nações vizinhas” (Sagres, 2018, p. 102). A forma lúdica de expor as discussões deixa claro que a ONU é vista como um potencial meio de influência de determinados países no cenário internacional, não havendo quaisquer indicações de “interesses velados” de uma “Elite Financeira Mundial” nos moldes dos apontamentos contidos no Projeto de Nação. Ademais, é

ainda apontado por este cenário que a ONU sofre, em 2022, de “progressiva perda de importância” (Sagres, 2018, p. 105).

Quanto à temática dos recursos naturais, as discussões apresentadas caminham, uma vez mais, para os interesses de estados nacionais e não de uma suposta “Elite Financeira mundial”. O “Cenário Fora da Concha” prospecta uma redução da pressão externa sobre os recursos naturais brasileiros. Contudo, segundo o professor fictício, isto “está mais para um ponto fora da curva” (Sagres, 2018, p. 107). O que explica esse “ponto fora da curva” - sobressai-se aqui o caráter completamente idealista das discussões propostas - seria o fortalecimento do “espírito nacionalista de amplos setores da sociedade” o que teria recentemente afastado “ONGs e governos estrangeiros que ambicionam os recursos naturais brasileiros” (Sagres, 2018, p. 108). Fica claro, portanto, que as preocupações deste estudo quanto a soberania dos recursos naturais brasileiros se dá frente às possíveis interferências realizadas por ONGs e governos e não por “ultracapitalistas” que conformam um suposto “Movimento Globalista Mundial” nos padrões do Projeto de Nação.

Contudo, há de se ressaltar um certo “flerte” com temáticas conspiratórias a partir das falas de um aluno fictício que cumpre o papel de apenas apontar, ao longo das discussões, questionamentos quase sempre contraditórios e ambíguos sendo, constantemente, corrigido pelos demais colegas. Por exemplo, no início das discussões sobre os recursos naturais, este aluno questiona: “Alguém tem dúvida de que os EUA virão buscar nossas riquezas naturais, à força, se precisarem?” sendo prontamente contestado por um colega: “Não é assim [...] Os EUA não têm interesse em arrumar mais um contencioso com o Brasil” (Sagres, 2018, p. 106). Mais adiante indaga sem qualquer relação com as discussões prévias: “Alguém pensa que as grandes multinacionais da indústria farmacêutica desistiram? No máximo, estão dando um tempo” (Sagres, 2018, p. 108). Desta vez a pergunta, que pela primeira vez em todo o documento indaga abertamente a respeito de interesses privados sobre os recursos naturais brasileiros, sequer obtém respostas dos demais colegas não influenciando quaisquer maiores desdobramentos nas discussões apresentadas.

Assim sendo, apesar do “flerte”, não são apresentados nas elaborações do *Cenários Brasil 2022* maiores apontamentos acerca da influência de empresas privadas multinacionais e, muito menos, de uma “Elite Financeira Mundial” sobre os recursos naturais brasileiros. A rigor, esse aluno fictício - chamado “Nobélio” - cumpre ao menos dois papéis essenciais no interior deste documento: o primeiro, de permitir, a partir de seus apontamentos ao longo das discussões, uma série de “arremates” por parte dos demais alunos que exprime, em última

instância, o ideário dos idealizadores do estudo em tela⁸¹ e o segundo, de ao menos deixar apontado questionamentos e temáticas conspiratórias que o SAGRES ainda não se propunha – ou ainda não havia estabelecido as parcerias necessárias para tanto - a responder explicitamente.

Fica assim apresentado o relatório *Cenários Brasil 2022* o qual, vale pontuar, apresenta com considerável maior grau de clareza os procedimentos metodológicos tomados para a consecução dos cenários prospectivos quando comparado com o Projeto de Nação. Como vimos, apesar de pontos de contato meramente temáticos, elaborações a respeito de um iminente “Movimento Globalista Mundial” ou acerca dos perigos do “globalismo” não aparecem em tal estudo. Ademais, vale apontar, ainda mais uma vez, o questionável uso de um estudo de autoria do próprio Instituto SAGRES para embasar a delimitação dos “Temas” e “Incertezas” do Projeto de Nação. Soma-se a isso o fato de que o estudo *Cenários Brasil 2022* realiza a elaboração de cenários futuros visando o ano de 2022 não correspondendo, portanto, ao escopo de análise do Projeto de Nação que visa o ano de 2035.

Nosso objetivo até aqui foi apontar, a partir da apresentação do conteúdo próprio dos estudos elencados pelo general Rocha Paiva, a inexistência de apontamentos explícitos e contundentes acerca do assim chamado “Movimento Globalista Mundial” que pudessem servir de embasamento teórico para as elaborações conspiratórias presentes no Projeto de Nação. Apesar de eventuais pontos de contato temáticos, estes estudos não discorrem em suas prospecções acerca da conformação de uma “Elite Financeira Mundial” de tal forma que a

⁸¹ O recurso de apresentar o cenário prospectado através de um debate entre indivíduos fictícios é utilizado pelo SAGRES para fazer passar suas opiniões próprias a partir de um meio supostamente técnico e imparcial. Como exemplo temos o debate acerca de fatores econômicos que apresenta a prospecção do crescimento do PIB brasileiro em 2022. Este crescimento é tratado por um aluno enquanto um processo que “conforme vimos na Aula 3, deve-se a diversos fatores internos, sendo o mais relevante para efeitos de crescimento econômico o estilo de governo liberal implementado a partir de 2019” (Sagres, 2018, p. 109). A afirmação é prontamente corroborada por outro aluno o qual afirma que além do apoio da sociedade “Outro fator relevante a ser considerado é a forte renovação do Congresso, dando sustentação às medidas liberais adotadas pelo executivo” (Sagres, 2018, p. 109-110). Uma vez feitas tais contribuições o aluno fictício do SAGRES contesta os demais colegas: “Falam desse crescimento como se fosse algo excepcional. Para começar, a base era muito baixa, principalmente devido ao crescimento pífio do governo Temer. É preciso lembrar que no último ano do governo Lula (2010), esse país cresceu 7,53%” (Sagres, 2018, p. 110). Tudo isso para ser imediatamente “corrigido” por outra colega: “Não é bem assim, Nobélio. Você está colocando suas preferências ideológicas para o nosso debate. O ‘crescimento pífio do governo Temer’ foi, em grande parte, herança maldita da Dilma e do próprio Lula, que postergou importantes reformas. Além disso, o crescimento de 2010 foi sobre a base baixa de 2009 (-0,13%) e com foco na demanda interna, que mais tarde se revelou insustentável.” (Sagres, 2018, p. 110). O debate de prontidão toma outros rumos e a última colocação feita pela aluna é a que permanece como correta, sedimentando o ideário pró-liberal do SAGRES enquanto correto. Nota-se que recursos como “conforme vimos na Aula 3” cumprem o papel de apregoar um caráter técnico e imparcial a fala de um dos colegas enquanto a fala do aluno “Nobélio” é apontada enquanto parcial, dotada de “preferências ideológicas”. Ao fim e ao cabo, o recurso de criação de sujeitos fictícios habilita o SAGRES a poder exprimir suas ideias de maneira indireta. O poder de convencimento do caráter técnico e supostamente “imparcial” deste procedimento mostra-se, contudo, ínfimo.

contraposição a um “Movimento Globalista Mundial” não compõe, ao contrário do Projeto de Nação, elemento basilar e estruturante dos cenários prospectivos elaborados pelos estudos previamente apresentados. Em suma, estes estudos não habilitam os desdobramentos contidos no Projeto de Nação em relação a temática do “globalismo”.

Desta feita, ficam evidenciados, tomando a exemplaridade do *Tema 24 - Movimento Globalista Mundial*, indícios de enviesamento deliberado na delimitação dos “Temas” e “Incertezas” já na primeira fase de elaboração do Projeto de Nação por parte dos idealizadores deste estudo. Ao fazê-lo, concomitantemente tratamos de evidenciar, sempre que oportuno, o caráter controverso e dúbio dos procedimentos metodológicos tomados pelo SAGRES na elaboração e fundamentação teórica do Projeto de Nação.

Por fim, vale pontuar que ainda outros “Temas” e “Incertezas” delimitados nesta primeira etapa de elaboração do Projeto de Nação⁸² apontam para este caráter enviesado, merecendo, portanto, maior escrutínio. Contudo, o tempo de que dispomos para a realização deste trabalho não permite a análise dos documentos indicados por Rocha Paiva tendo em vista cada temática presente no Projeto de Nação assim como foi feito para o “Tema” do “Movimento Globalista Mundial” ao longo deste subcapítulo. Ao fim e ao cabo, acreditamos estar suficientemente demonstrado, a partir das discussões acerca do assim chamado “Movimento Globalista Mundial”, o caráter deliberadamente enviesado dos procedimentos tomados pelos idealizadores do Projeto de Nação em relação ao apontamento das temáticas que viriam a orientar este estudo.

Isto posto, não encontrando lastro nos estudos apontados por Rocha Paiva, outro procedimento proposto pela metodologia FIGE explica o apontamento deste “Tema Estratégico” fundamental para o projeto em tela: a formação dos assim chamados “grupos de interatividade”.

5.2.2.2 A atuação do “grupo de interatividade” do SAGRES e a escolha unilateral dos “Temas” e “Incertezas”

Como apontado anteriormente, segundo a Metodologia FIGE os assim chamados “grupos de interatividade” são fundamentais para a etapa de elaboração dos “Temas

⁸² É o caso, por exemplo, do *Tema 31 – Sistema único de Saúde* que traz como “Incerteza Crítica”: “Pagamentos mínimos no Sistema Público de Saúde, em 2035” (Sagres, [s.d.e]), “Incerteza” esta, diretamente atrelada ao ideário liberal dos *thinks tanks* em tela. A este respeito o Projeto de Nação aponta a cobrança de “indenizações” para procedimentos e atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS: “a partir de 2022, os governos passaram a cobrar indenizações, conforme tabela elaborada por especialistas, exclusivamente por parte das pessoas cuja renda familiar fosse maior do que três salários mínimos” (Sagres, 2022a, p. 80).

Estratégicos” e “Incertezas Críticas”. Assim sendo, a análise de como se deu a atuação deste “grupo de interatividade” mostra-se necessária para maior compreensão dos procedimentos tomados pelo SAGRES na elaboração do Projeto de Nação. Alguns materiais encontrados, entre documentos e vídeos, ajudam a iluminar os processos que culminaram na escolha dos “Temas” e “Incertezas” que parametrizam o Projeto de Nação.

De partida temos um documento que nos permite compreender, quem são os integrantes que compuseram este “grupo” para o caso do Projeto de Nação. Trata-se de uma apresentação de *Powerpoint* de autoria de Rocha Paiva disponível no site do SAGRES intitulado *Concepção do Projeto de Nação*. Neste, o general de brigada deixa claro que para a etapa de “Elaboração de Cenários” em tela participaram o “Presidente e Diretor Geopolítica e Conflitos” além de “Voluntários do Sagres e outros” (Paiva, 2021b, p. 10). O presidente do Instituto no ano de 2021 era o Coronel Raul Sturari⁸³ e o Diretor de Geopolítica e Conflitos, o próprio General Luiz Eduardo Rocha Paiva⁸⁴ que, como já mencionado anteriormente, co-coordenou o Projeto de Nação. Já no que diz respeito aos “voluntários do Sagres e outros”, muito provavelmente, trata-se dos indivíduos apontados na lista de “autores do Projeto de Nação” enquanto “Membros e colaboradores do Instituto Sagres”, conforme Sagres (2022a, p. 97). Nas páginas finais do Projeto de Nação são nomeados 41 indivíduos responsáveis por sua autoria, dentre os quais estão presentes membros dos três *think tanks* responsáveis por sua elaboração. Assim sendo, fica claro que a primeira etapa da metodologia FIGE que viria a fundamentar os rumos do Projeto de Nação contou exclusivamente com a partir da ação conjunta de seus próprios idealizadores.

Contudo, vale dizer que a menção ao indeterminado termo “outros” nos slides de Rocha Paiva, poderia deixar indicado a participação de indivíduos não ligados aos *think tanks* nesta primeira etapa. Não nos propomos, entretanto, a tarefa de assumir ou supor nenhuma informação de tal forma que trataremos os autores do Projeto de Nação como sendo aqueles 41 nomes listados ao final do documento. Quanto a isto, a fala da co-coordenadora do Projeto de Nação, Verônica Korilio, na cerimônia oficial de lançamento do projeto é esclarecedora. Contundentemente ela atesta que o Projeto de Nação é resultado da “união de propósitos de

⁸³ De acordo com a biografia do Coronel Raul Sturari disponível no site do Instituto SAGRES temos que o mesmo é “Fundador (2004) e Presidente do Instituto Sagres (2007-2010, 2017 e 2022)”. Disponível em: <https://sagres.org.br/fundadores/>.

⁸⁴ De acordo com a biografia do general disponível no site do Instituto SAGRES. Disponível em: https://sagres.org.br/gen_rpaiva/ e em: <https://sagres.org.br/diretoria/>.

um grupo em torno de quarenta pessoas” (Sagres, 2022b) indicando terem participado de sua elaboração apenas os 41 nomes efetivamente listados ao final do documento⁸⁵.

Uma vez apontados os integrantes do “grupo de interatividade” do Projeto de Nação, o general atesta que a etapa de delimitação de “Temas” e “Incertezas” contou com três distintos momentos além da atuação de um grupo de “especialistas”. Inicialmente foram elencados 102 “Temas Estratégicos”, dos quais, após uma “Primeira Seleção”, delimitou-se apenas 61 “Temas”. Destes, após uma “Segunda Seleção”, apreendeu-se um total de 37 “Temas” (Paiva, 2021b, p. 10), os mesmos previamente apresentados no *Quadro 1*. Entretanto, esta “Segunda Seleção”, ao contrário das duas anteriores, contou, conforme indica a apresentação do general, com a atuação exclusiva dos assim chamados “especialistas”. Contudo, a apresentação de Rocha Paiva não apresenta *explicitamente* quem seriam os integrantes do chamado grupo de “especialistas”. A rigor, não foi possível encontrar essa informação em nenhum dos documentos e vídeos disponíveis nos sites dos Institutos aqui analisados.

Apesar das indeterminações, ressaltamos que esta ideia de valoração dos assim chamados “especialistas” permeará, como demonstraremos adiante, as mais diversas etapas de elaboração do Projeto de Nação. A defesa dessa vaga concepção de “especialistas” será amplamente utilizada pelos *think tanks* em tela na tentativa de apregoar um caráter técnico e capacitado ao Projeto de Nação. Ademais, é mister ressaltar que a valoração da participação dos ditos “especialistas” deixa entrever o elitismo - que marca uma série de tendências irracionaisistas - inerente ao ideário que informa a atuação dos três *think tanks* em tela. A este respeito, um texto publicado nos sites do Instituto Federalista e do Instituto SAGRES⁸⁶ escancara a “gnosologia aristocrática” (Lukács, 2020, p. 15) inerente ao ideário dos autores do Projeto de Nação. Ao tratar da necessidade de se desenvolver um projeto nacional diz o Instituto Federalista:

Pode ser que o referido projeto possa ser pressentido pelo povo simples, embora este não consiga articular pensamentos para traçar as linhas mestras do caminho da prosperidade material e espiritual futuras. As aspirações nacionais, se não estiverem plantadas no coração de cada brasileiro, pelo menos como uma semente à espera da [sic] condições propícias para a germinação, terão poucas forças para vencer as dificuldades sempre presentes em tal empreitada. **Assim, cabe aos cidadãos capazes de ler e interpretar tais aspirações, diagnosticar os problemas e aponta [sic] as prováveis soluções, os fatores favoráveis e desfavoráveis, bem**

⁸⁵ Este apontamento não é, entretanto, livre de controvérsias. Toma-se a exemplaridade da figura do general Villas Bôas uma vez que, apesar da constatada atuação direta e decisiva do ex-comandante do Exército em distintos momentos da elaboração do Projeto de Nação, seu nome não é listado ao final do documento.

⁸⁶ Corroborando o alinhamento ideológico entre as partes, o texto, de autoria do Instituto Federalista, foi integralmente reproduzido em forma de artigo no site oficial do Instituto SAGRES. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/Projeto_Nacao_Visao_InstitutoFederalista.pdf.

como portadores de capacidades de comunicar de maneira simples para os homens simples, e rebuscada para aqueles que exigem explicações técnicas de nível mais elevado, o dever de trabalhar em conjunto para elaborar um projeto tão importante quanto necessário (Federalista, 2020, grifos nossos).

A passagem evidencia abertamente o *aristocratismo gnosiológico* retido pelos autores do Projeto de Nação de que o dito “povo simples” é incapaz de “articular pensamentos” que levem ao desenvolvimento de um projeto nacional. Retém-se daí a compreensão de um papel meramente passivo das massas, cabendo aos “especialistas” aqui tidos como os “cidadãos capazes de ler e interpretar tais aspirações, [a tarefa de] diagnosticar os problemas e aponta[r] as prováveis soluções” (Federalista, 2020). Essa elaboração estabelece explícitos aspectos de continuidade ao elitismo que demarcou o ideário militar e conservador do século XX. Desta tradição, toma-se a exemplaridade das colocações de Golbery do Couto e Silva para quem, como vimos anteriormente, o “povo” deve ser conduzido por uma “elite”, de tal forma que para o general “cabe à elite - e a um certo setor da elite - interpretar suas verdadeiras ‘aspirações sempre algo difusas na alma nacional’” (PE:358)” (Assunção, 1999, p. 79).

Não é casual, portanto, a obsessão com os ditos “especialistas”, tratados como os “portadores de capacidades de comunicar de maneira simples para os homens simples [...] o dever de trabalhar em conjunto” na elaboração de um projeto nacional (Federalista, 2020). Vale reter que os autores do Projeto de Nação colocam a si próprios enquanto “especialistas”, os bastiões do conhecimento e da técnica, capazes de conduzir o “povo simples” a um projeto nacional supostamente desejado pelo conjunto da sociedade. Ao fim e ao cabo, a partir da explícita compreensão acerca de uma congênita incapacidade do “povo simples” em “traçar as linhas mestras do caminho da prosperidade material e espiritual futuras” (Federalista, 2020), os autores do Projeto de Nação presunçosamente colocam-se enquanto encarregados e capazes de fazê-lo.

Retomando o rastreio dos procedimentos tomados na primeira etapa da metodologia FIGE, a versão final do Projeto de Nação, além de não conter um capítulo de metodologia, apenas informa que “foram, inicialmente, levantados 102 Temas, posteriormente consolidados em 37, num processo de aproximações sucessivas” sequer mencionando, portanto, a etapa intermediária que permitiu a seleção de 61 “Temas” ou ainda a atuação dos ditos “especialistas”, conforme indicado por Paiva (2021b). Soma-se a isso o fato de que o apêndice intitulado “Os autores do Projeto de Nação” aponta tão somente três divisões para seus integrantes: “Coordenadores”, “Comitê Revisor” e “Membros e colaboradores do Instituto Sagres” (Sagres, 2022a, p. 97). Assim sendo, não são apontadas as responsabilidades

desempenhadas por cada autor citado e tampouco são apresentadas informações acerca dos assim chamados “especialistas” responsáveis pela realização da última triagem dos “Temas Estratégicos” conforme apontado anteriormente.

Não é possível ignorar, entretanto, o fato de que em outros projetos de autoria do Instituto SAGRES os procedimentos metodológicos são claramente expressos. O já citado *Plano Goiás 2030*, por exemplo, explicita *claramente* em suas páginas finais os nomes de todos os integrantes dos distintos grupos formados para sua consecução, inclusive os assim chamados “especialistas” (Goiás, 2011, p. 128-129). O mesmo pode ser dito do estudo *Cenários Brasil 2022*, o qual aponta, além dos nomes de todos os integrantes, as atividades desempenhadas por cada um, conforme Sagres (2018, p. 7). Ademais, ambos os relatórios apontados possuem um capítulo de “Metodologia” sendo apresentados os fundamentos da metodologia FIGE e as distintas etapas de consecução dos estudos realizados. Isto dito, vai se demonstrando que as constantes imprecisões e controvérsias do Projeto de Nação são, antes de tudo, intencionais.

Isto dito, vale ressaltar mais uma vez que, em face da constante escassez de informações nos materiais do SAGRES, não nos propomos a assumir ou supor quaisquer informações. Trabalhamos, portanto, com aquilo que é *efetivamente* apontado pelo Sagres: o fato de que 41 indivíduos membros dos três *think tanks* em análise são responsáveis pela idealização, coordenação e realização de todas as etapas de elaboração do Projeto de Nação, conforme indicado no relatório final do projeto e reiterado pela fala de Verônica Korilio previamente reproduzida. Assim sendo, as informações *explicitamente* apontadas pelos materiais do SAGRES indicam que o grupo de “especialistas” foi composto por uma parcela dos mesmos 41 autores do Projeto de Nação. Não se trata, portanto, de uma consulta a “especialistas externos” não ligados de alguma maneira aos *think tanks*.

A este respeito, uma vez constatada a ausência de maiores informações metodológicas no documento do Projeto de Nação além da constatada inexistência no site oficial do SAGRES de outros documentos que tratem destes aspectos metodológicos, recorreremos às apresentações de Rocha Paiva disponíveis na plataforma *YouTube* para maiores esclarecimentos. Em sua apresentação ao *Brasil Convention & Visitor Bureau*, o general reitera as informações colhidas até o momento ao dizer que após a pesquisa a estudos prospectivos “nós levantamos cento e dois temas estratégicos que impactariam o Brasil até 2035” (Bureau, 2022). Na sequência, atesta que trabalhar com 102 “Temas” seria “muito difícil” o que levou a necessidade de reduzir este montante:

chegamos então numa primeira aproximação a sessenta temas estratégicos, submetemos a vinte especialistas e pedimos que cada um apontasse, desses sessenta, quais os vinte que eles consideravam mais impactantes e aí compondo a resposta de cada um desses especialistas nós elencamos 37 temas estratégicos (Bureau, 2022).

A fala do general, apesar de não explicitar os nomes que *de fato* compõem este grupo de “especialistas” consultados, contribui, em algum grau, na maior compreensão de como se deu esta etapa de elaboração do Projeto de Nação. A apresentação segue e o palestrante apresenta a etapa imediatamente posterior: “para cada tema estratégico nós levantamos uma incerteza crítica”, ou seja: “como estará o Brasil naquele tema em 2035?” (Bureau, 2022). A partir desses apontamentos, sempre na terceira pessoa, vai se evidenciando o papel decisivo e central empreendido pelos 41 autores do Projeto de Nação no que diz respeito à escolha dos “Temas” e “Incertezas”.

A centralidade dos membros dos *think tanks* nesta primeira etapa metodológica é reiterada por Rocha Paiva em sua fala na cerimônia oficial de lançamento do Projeto de Nação. Assim como o fizera na apresentação anterior, fala sempre na terceira pessoa: “levantamos trinta e sete temas estratégicos, aqueles que vão impactar o Brasil até 2035” (Sagres, 2022b). Nota-se, portanto, a omissão às seleções prévias que permitiram chegar a estes 37 “Temas” finais. Desta vez, sequer há menção aos estudos prospectivos supostamente utilizados como embasamento teórico bem como não há menção ao papel desempenhado pelos ditos “especialistas” na delimitação final dos 37 “Temas”.

Na sequência, o co-coordenador do Projeto de Nação reitera a realização da subsequente etapa de definição de “Incertezas”: “cada tema desses tem uma incerteza crítica, que é como estará o Brasil em 2035 com relação àquele tema” (Sagres, 2022b). Entretanto, como é possível apreender, o co-coordenador do Projeto de Nação se abstém da tarefa de *explicar* os procedimentos metodológicos realizados. Em outros termos, limita-se a tão somente apontar – no caso específico da etapa de escolha dos “Temas” e Incertezas” - *o que* foi realizado e não *como* foi realizado. Todavia, apesar das omissões e indeterminações, as apresentações de Rocha Paiva, que fala sempre na terceira pessoa, evidencia aquilo que a esta altura já é perceptível: o papel exclusivo desempenhado pelos membros dos *think tanks* na etapa de escolha dos “Temas” e “Incertezas”.

Corroborando a constatação prévia, temos ainda outra elucidativa apresentação proferida por Rocha Paiva, na qual o general abertamente comprova o elevado grau de enviesamento no processo de delimitação dos “Temas” e “Incertezas” por parte dos autores do Projeto de Nação. Trata-se de uma palestra proferida no dia 25 de outubro de 2022 na sede

principal do *Clube Militar*, na qual o general co-coordenador do Projeto de Nação volta a apontar três etapas de seleção dos “Temas”: uma primeira, como já discutido anteriormente, a qual chegou a cento e dois “Temas Estratégicos”, uma segunda etapa que permitiu a seleção de sessenta “Temas” e uma terceira e última etapa que, como vimos, contou com a participação de “especialistas” incorrendo na seleção de trinta e sete “Temas”.

Mais uma vez, portanto, Rocha Paiva reitera esta última etapa: “desses sessenta [Temas Estratégicos], nós consultamos vinte especialistas de diversas áreas e pedimos o seguinte: desses sessenta, nos indiquem vinte que acham que são os que terão mais impacto no Brasil [...] até 2035” (Militar, 2022). Na sequência, o general aponta sem quaisquer constrangimentos que “Daí nós extraímos 33 [Temas Estratégicos] e ainda colocamos mais alguns. Colocamos globalismo, colocamos a questão do futuro da democracia, coesão nacional e sentimento coletivo de pátria [...] então chegamos a 37 temas estratégicos” (Militar, 2022)⁸⁷. Desta vez falando diretamente a seus colegas de farda, Rocha Paiva atesta sem embaraços que determinados “Temas” foram deliberadamente apontados pelos próprios autores do Projeto de Nação.

Neste sentido, a fala do general comprova aquilo que estamos tratando de evidenciar ao longo deste subcapítulo: o “Tema” do “Globalismo” *somente* poderia ter sido apontado deliberada e unilateralmente pelos próprios autores do Projeto de Nação sendo, portanto, expressão ideal parcelar de *sua própria* constelação global ideológica. Não surpreende, portanto, o fato de que o “Globalismo” tenha sido justamente um destes “Temas” apontados deliberadamente, conforme atesta Rocha Paiva em sua apresentação aos militares. Igualmente não surpreende o fato de que, *todos* os “Temas” os quais o general abertamente diz terem sido deliberadamente apontados pelos próprios autores do Projeto de Nação, dizem respeito a temas caros aos militares brasileiros. Ademais, chama a atenção um indício de certa “cautela” da parte dos autores do Projeto de Nação em não evidenciar o *caráter militar* dos “Temas” que perfazem *seu* projeto. A este respeito, Rocha Paiva afirma que os autores deste projeto elencaram o “Tema” “coesão nacional e sentimento coletivo de pátria para não colocar patriotismo direto”, o que indica certo cuidado até mesmo na forma de escrita e apresentação daqueles “Temas” mais afeitos ao ideário militar brasileiro.

Ficam assim constatados, a partir da exemplaridade do “Tema” acerca do “globalismo” e da decisiva apresentação de Rocha Paiva nas dependências do *Clube Militar*,

⁸⁷ A rigor, Rocha Paiva apenas apontou três “Temas” que viriam a compor o Projeto de Nação, são eles o Tema 02: Movimento Globalista Mundial, o Tema 03: O Futuro da Democracia no Ocidente e o Tema 11: Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria. Em suma, ainda outro “Tema” não revelado pelo general teria sido deliberadamente escolhido e inserido no Projeto de Nação.

que a etapa de delimitação dos “Temas” e “Incertezas” inegavelmente contou com apontamentos deliberadamente enviesados. Em outros termos, a etapa de escolha de certos “Temas” paga significativo tributo à visão *de mundo* dos próprios autores do Projeto de Nação. Assim sendo, vai se desvelando o *caráter militar* do seu Projeto de Nação bem como vai se esvaindo a *aparência de racionalidade* assiduamente defendida pelos *think tanks* à medida que os mais diversos materiais disponíveis vêm à baila.

Além disso, não podemos perder de vista que, ao contrário de outros projetos, como é o caso do *Plano Goiás 2030*, a realização do Projeto de Nação não se deu a partir de uma consultoria prestada a terceiros, e isto é fundamental. Para o caso específico do Projeto de Nação, os *think tanks* que o idealizaram são os mesmos que viriam a elaborá-lo. A este respeito, em sua fala na cerimônia de lançamento oficial do Projeto de Nação, Verônica Korilio efusivamente salienta que o Projeto de Nação “é resultado da visão conjunta de cidadãos patriotas que creem e que amam o seu país” (Sagres, 2022b). Em outros termos, com a centralidade do SAGRES, os três *think tanks* em tela ficaram responsáveis pela idealização, coordenação e condução de *todas* as etapas de elaboração de um projeto do qual seus próprios membros são a parte interessada e, enquanto *seu* projeto, a definição dos “Temas” e “Incertezas” que viriam a norteá-lo estava, em maior ou menor grau, dada de partida.

Esta apreensão é fundamental, uma vez que os “Temas” e “Incertezas” definidos viriam a, invariavelmente, nortear os rumos deste Projeto de Nação. Assim sendo, apesar das etapas posteriores que contarão inclusive com consultas ao público externo, a delimitação dos *fundamentos* do Projeto de Nação se deu com a exclusiva centralidade de seus próprios idealizadores: os 41 integrantes dos três *think tanks* em análise. Assim sendo, apesar de alterações pontuais, os “Temas” e “Incertezas” apontados nesta primeira etapa são os mesmos que estruturam o relatório final do Projeto de Nação, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Eixos, Temas Estratégicos e Incertezas Críticas conforme documento final do Projeto de Nação

Tema Estratégico	Incerteza Crítica
Eixo I - Geopolítica Mundial	
1 - Nova Ordem Mundial Multipolar, com predominância de EUA e China	Capacidade do Brasil em manter a neutralidade, sem alinhamento com uma das potências líderes no jogo do poder mundial, em 2035
2 - Movimento Globalista Mundial	Existência/Influência do Movimento Globalista nas decisões do Estado brasileiro, em 2035, visando a implementar sua agenda política, econômica e social
3 - O futuro da Democracia no Ocidente	O futuro do regime democrático no Brasil, em 2035, diante da cisão político-social evidenciada nas democracias ocidentais desde o início do século
4 - Ameaças à soberania e a outros interesses do Brasil em seu Entorno Estratégico	Impacto sobre a soberania do Brasil, da ocorrência de conflitos interpotências globais em nosso Entorno Estratégico, com foco na América do Sul, Atlântico Sul e Caribe até 2035
5 - Situação da Economia Mundial	O Brasil no contexto da evolução da economia mundial, em função da variação do PIB global, até 2035
6 - Demanda Mundial por Alimentos	Evolução da demanda mundial por alimentos com reflexos para o Brasil em 2035
Eixo II – Governança Nacional	

7 - Estratégia Nacional (é o próprio “Projeto de Nação” e este Tema tem relação direta com o Tema 8, no tocante a óbices, objetivos e diretrizes)	Elaboração e implementação de uma Estratégia Nacional (EN), com aplicação de um Sistema Integrado de Gestão Estratégica
8 - Sistema Integrado de Gestão	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão Estratégica no âmbito do Poder Executivo, até 2035, e reflexos para a governança e o andamento de uma Estratégia Nacional (EN)
9 - Evolução do IDH Nacional em 2035	Situação do IDH Nacional em 2035, fruto da implementação, ou não, de políticas e estratégias adequadas
10 - Corrupção no Brasil	Evolução da corrupção no Brasil, em função de lideranças transformadoras e de movimentos sociais até 2035
11 - Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria	Evolução da coesão nacional, do civismo e do sentimento coletivo de Pátria até 2035, com reflexos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do Brasil
Eixo III - Desenvolvimento Nacional	
12 - Modelo de Desenvolvimento Econômico do Brasil pós Pandemia Covid-19	Impacto da Pandemia da Covid-19 na Matriz Econômica do Brasil até 2035

13 - Infraestrutura Econômica do Brasil	Nível de expansão da infraestrutura econômica para atender às necessidades do desenvolvimento e da segurança nacional, em 2035
14 - Matriz Energética Brasileira	Participação das energias renováveis (menos poluentes) na Matriz Energética Brasileira, até 2035
15 - O Brasil no Comércio Exterior	Participação do Brasil no ranking do comércio mundial até 2035
16 - O Agronegócio no PIB Brasileiro	Participação do Agronegócio na economia brasileira, em 2035
17 - A Indústria Brasileira	Papel e Relevância da indústria no desenvolvimento econômico do Brasil até 2035
18 - Exploração Mineral no Brasil	Participação da exploração mineral com alto valor agregado na economia brasileira em 2035
19 - Bioeconomia no Brasil	Efetiva implementação da Bioeconomia no Brasil até 2035
20 - O Turismo no Brasil	A evolução do Turismo no Brasil e o seu posicionamento no cenário global de competitividade da atividade, em 2035
21 - Custo Brasil	Situação da competitividade do País em 2035, em função das políticas de sucessivos governos para reduzir o Custo Brasil
22 - PIB per Capita do Brasil	Posição do Brasil na classificação mundial do PIB per capita (PPC), em 2035
Eixo IV - Ciência, Tecnologia e Educação	

23 - Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil	Autonomia do Brasil em CT&I, em 2035, em função do percentual predominante do PIB investido nesse campo
24 - O acesso à internet no Brasil	Capacidade de o Poder Executivo ampliar o acesso à Internet de alta velocidade, alcançando a maior parte da população até 2035
25 - Ensino Básico no Brasil	Qualificação do Ensino Básico do Brasil numa perspectiva nacional (IDEB) e internacional (PISA), em 2035
26 - Educação Superior no Brasil	Evolução da Educação Superior no Brasil como resultado da implementação das Políticas Públicas de Educação (PPEs), até 2035
27 - Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	Evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, em 2035, em função da avaliação pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)
28 - Ensino Técnico no Brasil	Evolução do Ensino Técnico no Brasil, em quantidade e qualidade de profissionais, para suprir as necessidades do mercado em 2035
Eixo V - Saúde	
29 - Sistema de Saneamento Básico brasileiro	Abrangência do Sistema de Saneamento Básico Brasileiro, em 2035

30 - Sistema Único de Saúde no Brasil	Pagamentos mínimos no Sistema Público de Saúde, em 2035
Eixo VI - Segurança e Defesa Nacional	
31 - Integração da Amazônia ao Brasil	Abrangência da integração da Amazônia ao núcleo de poder nacional e às demais regiões do País em 2035
32 - Segurança, Defesa e Projeção do Brasil, diante das restrições internacionais nos campos militar e científico-tecnológico	Capacidade de dissuasão militar extrarregional do Brasil para a Segurança, Defesa e Projeção de Poder
33 - Evolução da Inteligência Estratégica Brasileira	Estruturação e integração da Inteligência Estratégica Nacional, até 2035, para o efetivo cumprimento de sua missão institucional
34 - Defesa Cibernética no Brasil	Situação da Defesa Cibernética no Brasil, diante de ameaças a interesses importantes ou vitais do País, lideradas por atores externos
Eixo VII - Segurança Pública	
35 - Segurança cibernética nos setores de Segurança Pública e Social e Econômico-Financeiro do Brasil	Situação da segurança cibernética no Brasil, em 2035, em face de ameaças aos campos de Segurança Pública e Social e ao Econômico-Financeiro

36 - Situação da Segurança Pública no Brasil	Resultado das Políticas de Segurança Pública (PSP) aplicadas no País, em 2035, diante do poder das Organizações Criminosas (ORCRIM)
37 - Sistema Prisional Brasileiro	Eficácia do Sistema Prisional Brasileiro em 2035

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Sagres (2022a)

Comparando os quadros 1 e 2 é possível reter, apesar de alterações quanto aos “Eixos” temáticos⁸⁸, que os 37 “Temas” e “Incertezas” preliminarmente elencados, com deflagrada unilateralidade, invariavelmente nortearam os rumos do Projeto de Nação. Em vista disto, é válido reter que a primeira etapa da metodologia FIGE permite a elaboração dos *fundamentos* do Projeto de Nação. Isso porque os “Temas” e “Incertezas” elencados irão estabelecer o ponto de partida para as próximas etapas da metodologia FIGE. Como veremos, as próximas etapas da metodologia do SAGRES permitirão desdobramentos o quais, contudo, estarão, de uma maneira ou de outra, circunscritos aos *fundamentos* - os 37 “Temas” e “Incertezas” - previamente estabelecidos pelos autores do Projeto de Nação.

Ficam assim apontados os fundamentos da primeira etapa de elaboração do Projeto de Nação. A análise dos mais diversos materiais disponíveis no site oficial do Instituto SAGRES permitiu apreender considerável grau de enviesamento deliberado e a ausência de rigor metodológico dos procedimentos tomados para a escolha dos “Temas” e “Incertezas”. Soma-se a isso as constantes omissões e indeterminações quando da apresentação dos procedimentos metodológicos realizados. A este respeito, é impossível não apreender a desmedida falta de clareza do Projeto de Nação acerca dos procedimentos metodológicos tomados quando comparado aos demais projetos realizados pelo Instituto SAGRES. Essa distinção joga luz sobre uma questão decisiva: o fato de que o Projeto de Nação não se trata de uma consultoria padrão realizada pelo SAGRES a terceiros. Pelo contrário, trata-se de um projeto no qual a tarefa de coordenação e elaboração se deu pelos mesmos *think tanks* que o idealizaram. Trata-se, portanto, do *seu* Projeto de Nação e enquanto *seu* projeto, este é, em última instância, expressão, em maior ou menor grau, de *sua* visão de mundo. Este fato imediatamente impôs uma questão com a qual os três *think tanks*, inescapavelmente tiveram de lidar: a necessidade de abrandar o *caráter militar* de *seu* Projeto de Nação, que se deu

⁸⁸ É possível observar uma alteração no que diz respeito aos “Eixos” do Projeto de Nação. Na etapa preliminar os “Temas” e “Incertezas” foram elencados em apenas quatro “Eixos” distintos: I - Gestão Estratégica e Estratégia Nacional, II – Desenvolvimento, III - Relações externas, Segurança Nacional e Inteligência Estratégica e IV - Bem-estar nacional (Sagres, [s.d.e]). Estes foram alterados para a escrita da versão final do Projeto de Nação, o qual passou a apresentar sete “Eixos” temáticos: I - Geopolítica Mundial, II - Governança Nacional, III – Desenvolvimento Nacional, IV - Ciência, Tecnologia e Educação, V - Saúde, VI - Segurança e Defesa Nacional e VII - Segurança Pública (Sagres, 2022a). A respeito desta alteração, uma vez mais, Rocha Paiva se limita a descrever *o que* foi feito em vez de explicar *como* e *por que* foi feito. Falando sempre na terceira pessoa, o general afirma que “nós subdividimos aquelas quatro áreas em [sete] módulos” (Sagres, 2022b). A explicitação dos motivos que levaram a essa alteração é, entretanto, inexistente tanto nas falas de Rocha Paiva quanto no relatório final do Projeto de Nação. Ademais, vale dizer que, a despeito da fala do general, a nomenclatura “módulo” não é utilizada na versão final do Projeto de Nação, o qual claramente aponta sete “Eixos” temáticos em seu sumário ao invés de “módulos” (Sagres, 2022a, p. 6-7). Mais uma vez nos deparamos, portanto, com um procedimento não *efetivamente* explicado pelo Instituto SAGRES.

fundamentalmente a partir do esforço de apregoar uma aparência de coletividade e impessoalidade a este projeto.

Não por acaso, portanto, há o apelo por parte do SAGRES ao slogan “Projeto de Nação: o dono é o Brasil” ou ainda “Somos todos Brasil!” (Sagres, 2021b). Soma-se a isso a reiterada vinculação da ideia de que “O Projeto de Nação não tem dono. Pertence à sociedade e a seu povo e, assim, terá um perfil tupiniquim” (Sagres, 2021b). A frase anterior foi integralmente reproduzida em outras publicações disponíveis nos sites dos *think tanks* aqui analisados (Federalista, 2020; Sagres, [s.d.c]). Este suposto caráter coletivo do Projeto de Nação foi ainda reiteradas vezes aludido durante a cerimônia de lançamento do projeto. Em sua fala, o general Rocha Paiva faz questão de ressaltar que o Projeto de Nação “não tem dono, pertence à nação” (Sagres, 2022b). Na mesma apresentação, o general volta a repetir: “o Projeto de Nação não tem dono, pertence ao país” e ainda mais uma vez: “o Projeto não tem dono, apenas autores”, segundo Sagres (2022b).

Outro mecanismo utilizado pelos *think tanks* para apregoar uma aparência de coletividade foi a intensa divulgação da realização de uma consulta externa, a assim chamada “consulta Áugures”, desenvolvida pelo próprio SAGRES, a qual contou com mais de 2500 respondentes. Rocha Paiva fez questão de aludi-lo em sua apresentação: “em todo o Brasil mais de duas mil e quinhentas pessoas responderam” à consulta (Sagres, 2022b). Ademais, Verônica Korilio fez questão de ressaltar que essa consulta possibilitou “ouvir o maior número possível de cidadãos brasileiros” culminando no esforço de “traduzir para dentro de um Projeto de Nação, Projeto de País, um Plano de Estado, os anseios dessas pessoas” (Sagres, 2022b). O site do Instituto General Villas Bôas também fez questão de ressaltar a participação popular na consecução do Projeto de Nação: “No processo de construção do Projeto de Nação, estiveram envolvidas mais de 2,5 mil pessoas, seja respondendo às questões propostas pela equipe de análise ou no desdobramento dos 37 cenários temáticos estratégicos elencados como de alta relevância” (General Villas Bôas, 2022).

Por fim, no documento enviado pelo SAGRES aos respondentes da consulta Áugures vê-se, uma vez mais, a forçosa defesa desse caráter coletivo: “Parabéns, cidadão/cidadã, você está participando de um Projeto de Nação, cujo propósito é criar condições objetivas para o Brasil proporcionar um futuro de justiça e felicidade ao povo brasileiro. O projeto não tem dono ele é seu, isto é, de todos nós” (Sagres, [2021a], p. 1). Entretanto, como veremos, a consulta Áugures não se deu livre de controvérsias. Há indícios de tentativa de enviesamento das respostas obtidas por parte dos *think tanks* a partir de articulações que permitiram o deliberado envio da consulta a destacamentos militares, conforme constata Martins (2021).

Assim sendo, faz-se necessário entender com maior grau de aproximação *como* se efetivou a assim chamada consulta Águres.

5.2.3 A realização da consulta externa do Instituto SAGRES: a “Consulta Águres”

Uma vez estabelecidos os “Temas” e “Incertezas” que fundamentam os rumos do Projeto de Nação, a metodologia FIGE aponta a etapa subsequente, uma consulta externa intitulada Consulta Águres. Em primeiro lugar vale ressaltar que a consulta Águres, metodologia desenvolvida pelo próprio Instituto SAGRES, “é uma adaptação do método Delphi, desenvolvido na RAND Corporation nos anos de 1950/60” (Sagres, [2021a], p. 3). Em suma, o método Delphi

Teve origem nos Jogos de Guerra desenvolvidos pelas Forças Armadas norte-americanas, durante a Segunda Guerra Mundial, e consiste na seleção de um grupo de especialistas que respondem a várias rodadas de consultas sobre determinado assunto, de modo a permitir a visualização das médias de suas percepções (Sagres, [2021a], p. 3).

Assim sendo, trata-se de um método que vem sendo utilizado desde a década de 1960 “para um amplo espectro de temas, permitindo análises prospectivas que subsidiam planejamentos e decisões estratégicas” (Sagres, [2021a], p. 3).

Ao que tudo indica o Instituto SAGRES havia tomado contato com o Método Delphi já nos primeiros anos de atividade do Instituto, conforme indica uma entrevista cedida por dois de seus fundadores, os coronéis Raul Sturari e Mário Andreuzza, ao jornal *Gazeta do Povo* no ano de 2009. Nessa entrevista, os militares fazem questão de ressaltar que “as artes militares têm inspirado a moderna administração há décadas” como é o caso da “Rand Corporation, da Califórnia, [que] usou os jogos de guerra praticados na Segunda Guerra Mundial para desenvolver uma série de projetos, entre eles o método Delphi de pesquisa tecnológica do futuro” (Baldrati, 2009). É justamente de Sturari⁸⁹, a autoria de um dos primeiros artigos publicados no site oficial do SAGRES, o qual buscava apresentar os fundamentos do método Delphi.

Neste curto artigo intitulado *O Método Delphi*, Sturari aponta sinteticamente que “O método consiste basicamente na organização de um grupo de peritos que são consultados

⁸⁹ Ao que tudo indica, entre os fundadores do SAGRES, o coronel Raul Sturari desponta como especialista na temática de estudos prospectivos, tendo elaborado diversos artigos acerca desta temática. Não é casual, portanto, sua atuação hodierna enquanto Diretor de Planejamento e Prospectiva Estratégica do Instituto SAGRES. Maiores informações acerca dos membros que compõem a diretoria do SAGRES e suas respectivas áreas de atuação podem ser acessadas no site oficial do Instituto: <https://sagres.org.br/diretoria/>.

sobre uma série de questões, que serão respondidas de modo intuitivo” o possibilitaria a prospecção de cenários futuros (Sturari, [s.d.a], p. 1). Uma vez finalizada essa primeira consulta ao “grupo de peritos”, os resultados serão “analisados, calculando-se a mediana e a amplitude inter-quartilica” (Sturari, [s.d.a], p. 1). Conseqüentemente, a síntese dos resultados obtidos após a análise estatística será “apresentada a cada um dos participantes que, após tomarem conhecimento, respondem novamente, caracterizando a ênfase interativa do método, também chamada de convergência de opiniões. Essas interações se sucedem até que um consenso seja obtido” (Sturari, [s.d.a], p. 1) de modo que ficam prospectados cenários futuros sobre determinado problema. Importante ressaltar, segundo o coronel que “cada vez mais governos – federal, estaduais e municipais – empresas e institutos de pesquisa se valem dessa prática para a prospecção de cenários futuros, com inestimáveis ganhos para a qualidade da gestão estratégica” (Sturari, [s.d.a], p. 1).

Desvela-se, portanto, um método pautado em distintas e controladas etapas e criterioso uso de análises estatísticas. Isto dito, evidencia-se que a consulta Águres busca simplificar consideravelmente o procedimental definido pelo Método Delphi. A este respeito, diz o SAGRES que a consulta Águres “mantém a essência do Delphi, coletando percepções sobre o futuro, mas se diferencia pela possibilidade de ouvir milhares de pessoas, via web, por processar as opiniões valendo-se de programas informatizados e por realizar somente uma rodada de consulta” (Sagres, [2021a], p. 3). Assim sendo, a metodologia do SAGRES, ao contrário do Método Delphi, não tem como foco uma consulta a um exclusivo “grupo de peritos” e sim a “milhares de respondentes” por meio de apenas uma consulta a ser realizada remotamente via internet. Como já aludido anteriormente, essa possibilidade de consulta a “milhares de respondentes” será fundamental para embasar o discurso dos *think tanks* acerca do caráter supostamente “coletivo” do *seu* Projeto de Nação. Vejamos como os fundamentos da metodologia do SAGRES foram postos em prática para a elaboração do Projeto de Nação.

Segunda foi possível apreender a partir dos materiais do SAGRES, a consulta Águres está pautada no envio de um “caderno de consulta” aos respondentes contendo um conjunto de “hipóteses” para cada uma daquelas 37 “Incertezas” previamente estipuladas. Quanto a esse procedimental, a versão final do Projeto de Nação aponta que

Para gerar a Consulta Águres, as Incertezas Críticas foram desdobradas em Hipóteses que refletem os possíveis comportamentos do Tema no citado horizonte. A tabulação das respostas dos consultandos, às Hipóteses Propostas, permitiu formular, para cada Tema Estratégico, um Cenário Mais Provável e um Cenário Otimista (Sagres, 2022a, p. 3).

Nota-se o caráter meramente descritivo desse apontamento que pouco efetivamente *explicita* como se deu a estruturação do questionário ou a elaboração das diversas “Hipóteses” ligadas a cada “Incerteza Crítica”. Como dito anteriormente, o Projeto de Nação não possui um capítulo de metodologia de tal forma que esta é a única menção a esta etapa metodológica em todo o documento. Assim, recorreremos uma vez mais a outros materiais de autoria do Instituto SAGRES.

A respeito da estruturação do “caderno de consulta”, a apresentação de Rocha Paiva ao *Agenda Brasil & Visitors Bureau* contém alguns apontamentos que nos permitem certa aproximação. Mantendo o tom *meramente descritivo* de suas falas, o general atesta que “nós levantamos para cada incerteza crítica quatro a seis hipóteses” (Bureau, 2022)⁹⁰ o que indica, de partida, mais um procedimental realizado exclusivamente pelos próprios autores do Projeto de Nação. Contudo, assim como o documento do Projeto de Nação, o general não é capaz de *explicitar como* foram elaboradas tais hipóteses. A única explícita menção a esta etapa a que foi possível chegarmos se encontra em uma apresentação de slides de Rocha Paiva disponível no site do SAGRES onde é possível ler que a reunião de elaboração das “Incertezas Críticas” teria uma etapa de “Morfologia (Ambientação e Hipóteses)” (Paiva, 2021b). Contudo, como dito anteriormente, trata-se tão somente de uma *menção* e não de uma *explicação*.

A respeito desta etapa, salientamos que apenas o estudo dos demais projetos de consultoria do Instituto SAGRES permitiram apontar com exatidão que se trata da realização da assim chamada “análise morfológica” por parte dos autores do Projeto de Nação. Tomando, por exemplo, o estudo *Cenários Brasil 2022* de autoria do Instituto SAGRES, temos que, após a identificação dos “Temas” e “Incertezas” “Os analistas passaram então a realizar a Análise Morfológica de cada Incerteza Crítica, buscando identificar as hipóteses possíveis para cada uma delas” (Sagres, 2018, p. 17). Na sequência, o estudo ressalta que “cada Incerteza Crítica foi examinada como se constituísse um universo à parte, onde das hipóteses representariam minicenários [sic]” (Sagres, 2018, p. 17) o que indica que, cada “Hipótese” deve ser elaborada de tal forma que indique um respectivo “mini cenário” futuro. Ao final, uma vez realizada essa etapa, “as Incertezas Críticas e respectivas hipóteses serviram de base para a Consulta Áugures” (Sagres, 2018, p. 17).

Corroborando o mesmo procedimental metodológico, temos no *Plano Goiás 2030* a indicação de que as distintas “Hipóteses” elencadas são “decorrentes da análise morfológica

⁹⁰ Entretanto, a fala do general é contestada pelo conteúdo dos próprios slides de sua apresentação dos quais é possível ler que “Cada IC [Incerteza Crítica] tem de 3 a 5/6 Hipóteses” (Bureau, 2022). Demarca-se, portanto, mais uma imprecisão na fala do general, ainda que essa constatação em nada altere os rumos da discussão aqui pretendida.

das incertezas críticas, as quais se relacionam a cada um dos temas estratégicos” (Goiás, 2011, p. 44). Chama atenção, contudo, o caráter igualmente descritivo tanto do estudo *Cenários Brasil 2022* quanto do *Plano Goiás 2030*. A rigor, quanto a este tema, assim como o Projeto de Nação, ambos os estudos se limitam a apontar *o que foi feito*, não *explicando, portanto, como, efetivamente*, se realiza a assim chamada “Análise Morfológica”. Fica assim delimitado mais um apontamento que evidencia a falta de clareza contida nos materiais do SAGRES a respeito dos procedimentos metodológicos tomados. Outrossim, vale reter que a dita “Análise Morfológica”, a qual permite elaborar um conjunto de “Hipóteses” a partir de cada “Incerteza” previamente delimitada, se trata de mais uma etapa realizada exclusivamente pelos autores do Projeto de Nação.

Retomando a apresentação de Rocha Paiva, vejamos como se deu a realização da consulta pública. Uma vez elencadas tais “hipóteses” acerca dos possíveis desdobramentos de cada “Incerteza” para o ano de 2035, diz o general: “nós fazemos uma consulta ao público e a especialistas” (Bureau, 2022)⁹¹. Esta consulta se deu a partir da elaboração e envio de um “caderno de consulta”, um documento, segundo o general, de 95 páginas⁹² contendo a apresentação de cada um dos 37 “Temas Estratégicos”, suas “Incertezas Críticas” e suas respectivas “hipóteses” além de uma “contextualização” que permitisse ao respondente maior compreensão acerca de cada tema (Bureau, 2022).

Em suma, o envio do “caderno de consulta” buscava apreender o “perfil do respondente”⁹³, o grau de “valorização do tema pelo respondente”⁹⁴ e por fim, dentre as hipóteses apresentadas, qual o respondente “acha mais otimista, ou seja, aquela difícil de chegar [...] e a mais provável, que ele acha que vai chegar” (Bureau, 2022). Nota-se daí, o teor consideravelmente abstrato que conduz à delimitação das hipóteses assim chamadas de “otimista” e “provável”. Soma-se a isso a indicação de que “no momento em que for

⁹¹ Nota-se, uma vez mais, a obsessão com o indeterminado termo “especialistas” que, para este caso, cumpre o papel de atribuir um caráter qualificado aos respondentes da consulta. Quanto a isso, veremos adiante as articulações dos três institutos que possibilitaram o envio da consulta aos assim chamados “especialistas”.

⁹² Este “caderno de consulta” não foi disponibilizado pelo SAGRES em seu site oficial. Tampouco foi apresentado como “Apêndice” ao final do Projeto de Nação. Assim sendo, não foi possível trazer maiores apontamentos quanto a seu conteúdo neste trabalho. Esta apreensão seria relevante pois permitiria visualizar como os think tanks apresentaram cada “Tema” aos respondentes a partir de suas respectivas “Contextualizações” ou “Ambientações”.

⁹³ Em determinado momento de sua apresentação, Rocha Paiva apresenta a estrutura do questionário nos slides de sua autoria. Lê-se nesses slides que o “perfil do respondente” foi determinado a partir da pergunta: “Qual é o seu nível de conhecimento sobre esse assunto?”. Esta poderia ser respondida em cinco distintos graus de conhecimento: “Praticamente nenhum”, “Pouco”, “Médio”, “Bom” e “Muito Bom” (Bureau, 2022).

⁹⁴ Nos mesmos slides da apresentação de Rocha Paiva lê-se que o grau de “valorização do tema pelo respondente” foi medido pela pergunta: “Na sua opinião, qual é a importância desse tema para o Brasil?”. O respondente poderia responder entre cinco distintos graus: “Nenhuma”, “Pouca”, “Média”, “Muita” e “Extrema” (Bureau, 2022).

responder às Hipóteses de cada Incerteza, o respondente deve *se colocar mentalmente* em 2035” feita pelo SAGRES na seção intitulada “orientação aos respondentes sobre a consulta Águres”, conforme Sagres ([2021a], p 4).

Em outro documento enviado aos respondentes da consulta Águres, os autores do Projeto de Nação indeterminadamente salientam: “**É importante ressaltar que esta consulta posiciona o respondente num horizonte temporal futuro, em 2035.** Portanto, ao responder os seus 37 Temas Estratégicos, o senhor(a) deverão [sic] adotar a premissa de que estarão vivendo a realidade de 2035” (Sagres, [2021c], p. 1, grifos no original). Na prática, portanto, ao exigir que o respondente *se coloque mentalmente* no ano de 2035 para elencar as hipóteses que *acha* “otimista” e “provável”, a consulta Águres é, em algum grau, receptiva a uma espécie de *intuicionismo* habilitado, em última instância, pela premissa de se tratar de um estudo prospectivo.

Os fundamentos desta metodologia do SAGRES ganham ainda maior grau de abstração quando da orientação de que o respondente deve “optar por uma Hipótese que julgue otimista (sem ser utópica)” (Sagres, [2021a], p. 4). A apresentação do general Rocha Paiva corrobora esta abstrata orientação. É possível reter dos slides da apresentação do general a exata indicação aos respondentes contida no “caderno de consulta”: “Indique, segundo sua percepção, a hipótese mais otimista (sem ser utópica) e a mais provável” (Bureau, 2022). Contudo, tanto o documento de orientação aos respondentes quanto a apresentação de Rocha Paiva não apresentam maiores esclarecimentos a respeito do que, afinal, se trata uma “hipótese otimista não utópica”⁹⁵. Evidencia-se, portanto, o predominante caráter abstrato que permeia as orientações enviadas aos respondentes da consulta Águres, ficando a cargo destes a tarefa de interpretar as vagas orientações e eleger as “Hipóteses” para cada “Incerteza Crítica”. Em suma, o respondente deverá, *segundo a sua percepção*, elencar a hipótese que *achar* “mais otimista *sem ser utópica*” e a hipótese “mais provável” fazendo o esforço de *se colocar mentalmente no ano de 2035*.

As prévias delimitações sinalizam, portanto, o considerável teor abstrato dos fundamentos da consulta Águres e do conjunto de orientações contidas no “caderno de consulta” e nos demais documentos enviados aos respondentes⁹⁶. Ademais, - e isto é mister -

⁹⁵ A explicação ficou a cargo, uma vez mais, de consulta a outros projetos do SAGRES. No relatório final do estudo *Plano Goiás 2030* nos é apresentado que as hipóteses utópicas são aquelas consideradas “praticamente impossíveis de se realizarem, segundo os respondentes” (Goiás, 2011, p. 44).

⁹⁶ Trata-se dos já citados documentos enviados aos respondentes da consulta Águres estando, ambos, disponíveis no site do Instituto SAGRES. O primeiro, contendo um resumo do Projeto de Nação e orientações aos respondentes, pode ser acessado em: https://sagres.org.br/Apresent/2.%20Resumo%20do%20Pjt%20e%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20aos%20R%20respondentes%20da%20Consulta_J.pdf. O segundo, contendo breves orientações e o link de acesso ao “caderno

os apontamentos prévios permitem antever um certo *apelo* a uma espécie de *intuicionismo prospectivo* advindo dos respondentes da consulta Águres. Este *esforço intuitivo* é apontado, contudo, enquanto um procedimento *aparentemente imbuído de racionalidade* legitimado pela metodologia do SAGRES e, em última instância, pela premissa de se tratar de um *esforço intelectual prospectivo*, no interior do qual a assim chamada “percepção” do respondente assume papel fundamental.

Com estes prévios apontamentos, não estamos sugerindo ou supondo, evidentemente, a completa irrelevância da intuição no fazer científico, assunto já debatido nas discussões teóricas anteriores. A este respeito, Lukács (1967, p. 51) deixou claro que “na realidade a intuição faça parte, psicologicamente, de todo método científico do conhecimento”. A questão a ser combatida, trata-se, entretanto, do “lugar preponderante” que a intuição assume no interior da metodologia objetiva da filosofia irracionalista da fase imperialista que perdura, admitido renovações e continuidades, até os dias de hoje (Lukács, 1967, p. 52). Ainda em outros termos, é necessário denunciar a “glorificação da intuição” perpetrada por “quase todo pensador irracionalista” (Lukács, 2020, p. 15).

Quanto a este debate, ao que tudo indica, a certa *receptividade ao intuicionismo prospectivo* do método do SAGRES advém de sua leitura do método Delphi que, como vimos, fundamenta as bases teóricas e metodológicas da consulta Águres. A este respeito, Raul Sturari, diretor de Planejamento e Prospectiva Estratégica do SAGRES, evidencia a relevância que a assim chamada “acurada percepção” dos respondentes assume no interior do método Delphi:

Sempre que os indicadores estão disponíveis, os administradores em geral sentem-se mais confortáveis extrapolando a série histórica e, assim, estabelecendo uma visão de futuro baseada na tendência. Salvo honrosas exceções, essa prática é quase sempre desastrosa, quando se trata de planejamento estratégico, porque as rupturas de tendência são muito mais comuns do que se imagina. **Para aumentar a confiabilidade, portanto, é preciso recorrer a uma consulta delphi junto a especialistas – também chamados de peritos – que, por seus conhecimentos e acurada percepção da conjuntura, identificarão os cenários mais prováveis, abstraindo-se a série histórica** (Sturari, [s.d.a], p. 1, grifos nossos).

Fica claro, portanto, que a “percepção” dos respondentes é inerente ao esforço de prospecção estratégica pretendida. Em outros termos, pautar-se exclusivamente na “série histórica” dos dados não basta. A rigor, portanto, é a própria natureza da análise pretendida, uma análise prospectiva, que habilita a relevância da assim chamada “percepção”. Além

disso, a passagem anterior aponta que esta consulta deve ser feita exclusivamente com “especialistas - também chamados de peritos”, o que permite certo rastreio dos fundamentos da obsessão do Instituto SAGRES com o termo “especialistas”.

Ademais, não pode ser ignorado o entendimento de Sturari de que o esforço, da parte dos “peritos”, em apontar sua “acurada percepção” acerca de determinado tema é tido como um verdadeiro *esforço intuitivo*. Na exata sequência de seu artigo o coronel do SAGRES aponta sem qualquer hesitação que o método Delphi está pautado em uma consulta controlada a um “grupo de peritos” que responderão “de modo intuitivo” a um conjunto de questões (Sturari, [s.d.], p. 1). Vê-se, portanto, que a centralidade da “percepção” ou em outros termos do esforço de responder “de modo intuitivo” a determinados apontamentos, é tida aqui como legítimo e incontestado procedimento científico. Vale dizer que, desta apreensão dos fundamentos do método Delphi, o SAGRES irá incorporar a centralidade da “percepção” a sua consulta Águres tratando-a, sempre, enquanto imbuída de caráter técnico e científico.

Assim sendo, a elaboração de cenários futuros a partir da “percepção” dos respondentes será balizadora dos diversos estudos prospectivos do SAGRES. É o caso do *Plano Goiás 2030*, o qual deixa claro que a consulta Águres é realizada “coletando percepções que possibilitaram a elaboração dos cenários prospectivos” (Goiás, 2011, p. 13). A “percepção” dos respondentes foi vital para este estudo dado que “Suas percepções foram de grande valia para a identificação, elaboração e descrição do cenário de referência e do cenário otimista, tendo como horizonte temporal o ano de 2030” (Goiás, 2011, p. 19). A centralidade das “percepções” também é explicitada pelo estudo *Cenários Brasil 2022* segundo o qual “O processamento das percepções coletadas foi fundamental para completar as análises da equipe de cenaristas e indicar as mais adequadas combinações que permitiram esquematizar e descrever os Cenários Prospectivos” (Sagres, 2018, p. 10).

Assim sendo, a partir do método Delphi, a metodologia do SAGRES coloca a “percepção” dos respondentes como *força motriz* das análises depreendidas. No entanto, os materiais do SAGRES não vão nunca falar abertamente em termos como “intuição” ou “intuicionismo”. Em seu lugar, falarão sempre em “técnica prospectiva”, “método prospectivo” ou “análise prospectiva” a fim de legitimar e atribuir uma *aparência de racionalidade* ao abstrato esforço intelectual de “percepção” exigido dos respondentes da consulta Águres. Não é casual, portanto, a constante e efusiva defesa por parte dos *think tanks* do caráter técnico e prospectivo da metodologia utilizada para a consecução do Projeto de Nação enquanto forma de legitimar os procedimentos tomados.

A este respeito, toma-se a exemplaridade da inclusão de uma breve seção no Projeto de Nação intitulada “Explicação Necessária”. Nesta, os autores do projeto fazem a ressalva de que a elaboração de cenários futuros

Não se trata de uma vã tentativa de adivinhar o futuro — até porque isso é impossível — mas sim de um exercício baseado em métodos consagrados para: alargar os mapas mentais; visualizar as principais tendências e suas possíveis rupturas; identificar ameaças e oportunidades; e propor medidas para a construção do melhor futuro possível (Sagres, 2022a, p. 9).

Esta “Explicação Necessária” deixa entrever a calorosa tentativa de legitimar os procedimentos tomados pelos *think tanks* a partir, contudo, do acionamento de uma série de “motes” e “frases de efeito”, recurso meramente fraseológico que, a este ponto, possui pouca capacidade de convencimento. Além disso, é sintomático o fato do Projeto de Nação ter suprimido um capítulo de “Metodologia” – presente em todos os projetos anteriores de autoria do Instituto SAGRES – e, em seu lugar, ter apontado uma apelativa seção de “Explicação Necessária” a qual, apesar da menção ao uso de supostos “métodos consagrados”, sequer é capaz de apontar quais foram, *de fato*, os métodos utilizados⁹⁷.

Dentre os recursos fraseológicos acionados, destaca-se, em primeiro lugar, a evocação de uma espécie de mote: “Não se trata de uma vã tentativa de adivinhar o futuro” seguido do arremate: “até porque isso é impossível”. A análise dos artigos publicados no site do Instituto SAGRES, permitiu apontar que essa espécie de “mote” já estava presente nos primeiros conteúdos tratados pelo instituto. Exemplo disso é o 4º artigo publicado no site do SAGRES intitulado *A atitude prospectiva* também de autoria do coronel Raul Sturari o qual, ao tratar da “gestão estratégica prospectiva”, aponta que

Incluindo técnicas e metodologias de planejamento, a gestão estratégica prospectiva permite projetar os possíveis cenários que poderão se formar, em longo prazo. **Não se trata de prever o futuro, e sim de analisar as probabilidades, de modo a construir hoje os eventos que queremos ver realizados, amanhã.** A estratégia também permite enxergar as possibilidades em todas as suas dimensões, aproveitando as janelas de oportunidades e adotando medidas preventivas em relação às ameaças que, nos horizontes temporais visualizados, poderão impedir que os objetivos sejam conquistados (Sturari, [s.d.b], p. 1, grifos nossos).

As elaborações de Sturari, quase idênticas àquelas contidas na “Explicação Necessária”, já prenunciavam o mote: “Não se trata de prever o futuro” que viria a ser utilizado anos mais tarde no Projeto de Nação. Além do mais, em ambos os textos este “mote”

⁹⁷ A título de exemplo, como vimos, a etapa de “Análise Morfológica” que permite a elaboração do conjunto de “Hipóteses” para cada “Incerteza Crítica” sequer é mencionada no relatório final do Projeto de Nação.

cumpra o papel de prenunciar o subsequente arremate de que se trata, na realidade, de um esforço científico pautado em técnicas prospectivas, no conhecimento, e nos mais variados métodos que permitem, em última instância, “a construção do melhor futuro possível” (Sagres, 2022a, p. 9) ou ainda “construir hoje os eventos que queremos ver realizados, amanhã” (Sturari, [s.d.b], p. 1).

Assim sendo, é possível reter que a defesa do caráter “técnico” dos fundamentos metodológicos dos estudos prospectivos não é tema recente nas elaborações do SAGRES. Entretanto, a defesa dessa *aparência de racionalidade* se deu de maneira consideravelmente mais efusiva para o caso do Projeto de Nação, o qual aponta que a análise prospectiva depreendida se trata de um “exercício baseado em métodos consagrados”, métodos os quais o documento é sequer capaz de mencionar (Sagres, 2022a, p. 9). O acionamento dessas “frases de efeito” se deu fundamentalmente em decorrência da necessidade de apregoar um caráter técnico e científico a um Projeto de Nação que, como temos visto até aqui, pouco tem se orientado por “métodos consagrados”. Ao revés, os registros acumulados até o dado momento evidenciam “Temas” e “Incertezas” enviesadamente apontados pelos *think tanks* autores do Projeto de Nação, denunciam a incapacidade dos autores deste projeto em apontar *claramente* quais estudos foram utilizados como embasamento teórico da escolha dos “Temas” bem como denunciam sua incapacidade de *efetivamente explicar* os procedimentos metodológicos que permitiram a elaboração das “Hipóteses” elencadas.

Soma-se ao acionamento destes apontamentos meramente retóricos contidos na “Explicação Necessária” o uso exacerbado do termo “especialista” como forma de atrelar um caráter de “autoridade” aos respondentes da consulta Águres. Como vimos, a consulta a “especialistas” ou “peritos” acerca de determinado tema é procedimental basilar para o método Delphi que fundamenta a consulta Águres elaborada pelo SAGRES. Contudo, apesar das reiteradas ressalvas nos materiais dos SAGRES de que a consulta Águres mantém a “essência” do método Delphi (Goiás, 2011, p. 37; Sagres, 2018, p. 26; Sagres, [2021a], p. 3), na prática, ao objetivar a consulta a “milhares de pessoas”, esta vinculação suscita questionamentos dado que o método Delphi tem como fundamento a realização de uma consulta *controlada* que garante a obtenção da *exclusiva* “percepção” de respondentes considerados “peritos” ou “especialistas”.

Isto dito, salientamos que a possibilidade de consulta a “milhares de pessoas” pela consulta Águres viria a ser realizada, literalmente, para o caso do Projeto de Nação. Como dito anteriormente, em decorrência desta possibilidade de consulta a um amplo público, os *think tanks* obtiveram as “percepções” de 2500 respondentes acerca dos 37 “Temas” presentes

no Projeto de Nação. Esta enorme quantidade de respostas obtidas viria a ser instrumentalizada no sentido de atribuir ao Projeto de Nação a *aparência* de um projeto gestado pelo “povo” brasileiro. Na prática, portanto, essa *imagem* cumpriu a fundamental tarefa de habilitar os “slogans” veiculados pelos *think tanks* de que “o projeto não tem dono” ou ainda de que “o dono é o Brasil”. Contudo, a pesquisa acerca de como a consulta Águres efetivamente se deu permitiu apreender uma série de controvérsias.

Quanto a isso, salientamos, ainda mais uma vez, que o documento final do Projeto de Nação não traz maiores esclarecimentos. Assim sendo, recorremos a outros materiais do SAGRES bem como a matérias de cunho jornalístico para compreendê-lo. Conforme aludido anteriormente, o vice-presidente à época, o general Hamilton Mourão, foi peça fundamental para a concretização da consulta Águres. A este respeito, o general Rocha Paiva saúda o “apoio do general Mourão, que nos permitiu ir aos ministérios [...] para levar a consulta”, fato igualmente aclamado por Veronica Korilio ao apontar que gostaria de “agradecer em primeiro lugar [...] ao general Antônio Hamilton Mourão pelas portas que o senhor nos ajudou a abrir” (Sagres, 2022b).

O explícito vínculo entre os *think tanks* e o governo oficial à época, em especial na figura do vice-presidente da República, foi amplamente ressaltada pelos periódicos nacionais. Conforme Martins (2022) coube a Mourão a tarefa de incumbir o então ministro do turismo “Gilson Machado, de ‘pedir’ a seus funcionários que participassem da elaboração do ‘Projeto de Nação’”. Ainda segundo esta matéria “O ofício assinado por Mauro Fialho de Lima e Souza, assessor especial de Machado, foi bem pouco sutil a respeito: a participação é voluntária, **porém importante termos representatividade no Projeto** (o grifo é do documento original)” (Martins, 2022). O ofício assinado por Mauro Fialho – um coronel do Exército brasileiro – foi encaminhado a “todos os órgãos públicos” ligados ao Ministério do Turismo “inclusive as secretarias de Cultura, do Audiovisual, da Economia Criativa e Diversidade Cultural, de Fomento e Incentivo à Cultura, de Desenvolvimento Cultural e de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual” (Martins, 2022).

Assim sendo, levando em conta a apuração de que não houve estabelecimento de quaisquer acordos oficiais ou convênios “entre os autores do ‘Projeto de Nação’ e o Ministério do Turismo”, conforme Martins (2022), sobressai a fundamental atuação de Mourão na disseminação da consulta Águres. Ademais, esta mesma matéria aponta, a partir do desmedido esforço de disseminação da consulta Águres por intermédio do então vice-presidente da República, aquilo que a este ponto já se tornou evidente: “se vê que houve

uma preocupação de dar ao ‘Projeto de Nação’ a legitimidade de um documento nascido de dentro da sociedade civil brasileira” (Martins, 2022).

No entanto, a difusão da consulta Águres não se deu apenas por intermédio de Mourão e, igualmente, não visou apenas servidores públicos ligados aos ministérios. De acordo com Martins (2021) a consulta Águres também foi enviada a destacamentos do Exército brasileiro como é o caso da “rede de colaboradores do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul” (Martins, 2021). Este episódio, que marca a deliberada disseminação da consulta em meios militares, foi protagonizado pelo Coronel Antônio Augusto Brisolla de Moura, então comandante do Núcleo de Estudos Estratégicos em tela, “a pedido do general Valério Stumpf Trindade, comandante militar do Sul”, conforme apontado por Martins (2021). A mesma matéria contactou o coronel Brisolla que, abertamente apontou os estreitos vínculos entre os *think tanks* autores do Projeto de Nação e os militares da ativa: “Trabalhamos no Exército com planejamento estratégico. Esse instituto [Sagres] quem compôs são militares. E [também o instituto] do general Villas Bôas. A gente tem ligação com esses institutos que trabalham com gestão política e administração” (Martins, 2021).

Chama atenção, contudo, o fato de que o procedimento de envio deliberado da consulta Águres a militares da ativa não foi mencionado em qualquer documento ou outros materiais de autoria dos *think tanks* autores do Projeto de Nação. Como vimos anteriormente, Rocha Paiva e Korilio, os coordenadores do Projeto de Nação, fizeram questão de agradecer abertamente a ajuda de Mourão e destacar o envio da consulta Águres aos ministérios, não havendo qualquer menção em suas falas acerca do envio da consulta a destacamentos militares. Ademais, em suas respectivas falas demonstram ter tomado conhecimento de indagações feitas à época por periódicos acerca do suposto acesso aos e-mails dos servidores alocados nos ministérios.

A este respeito, Rocha Paiva salienta que o general Mourão “nos permitiu ir aos ministérios não para receber o mailing dos ministérios, para levar a consulta aos ministérios, porque eles poderiam disseminar [a consulta Águres] no Brasil todo, eles mesmos, os ministérios” em suma: “nós não pegamos o mailing de ninguém. Eu estou esclarecendo isso porque já saíram coisas na imprensa, coisas que não são verdadeiras” (Sagres, 2022b). Ainda a respeito dessa suposta controvérsia, Korilio salienta que “é importante deixar bastante compartilhado e claro com todos” o fato de que

em todos os ministérios que nós fomos, nós fomos muito bem recebidos. Nem um órgão público deixou de nos atender, de nos apoiar e de divulgar aquela consulta de mais de cem páginas que o general Rocha Paiva falou [Águres] para seus mailings, para que a gente pudesse ouvir o maior número possível de cidadãos brasileiros (Sagres, 2022b).

Além do mais, da fala de Korilio anteriormente reproduzida fica explícito, portanto, que a disseminação da Consulta Águres teria ficado a cargo dos próprios ministérios. Ao que tudo indica, Rocha Paiva se refere a indagações acerca da consulta aos ministérios recebidas já no ano de 2021. Em matéria publicada pelo jornal *Metrópoles* no dia 14 de agosto de 2021 lê-se que “Na última semana, servidores do Ministério do Turismo e do Ministério de Minas e Energia relataram à coluna ter recebido o questionário do Sagres por e-mail” (Barretto, 2021) o que levou o jornal a contactar o Instituto SAGRES. Em resposta ao *Metrópoles*, o general de brigada apontou que “Nós levamos o projeto aos ministérios e eles mesmos passaram não só para seus servidores como para entidades vinculadas. Não recebemos dados de ninguém dos órgãos públicos ou privados até porque isso contraria a Lei Geral de Proteção de Dados” (Barretto, 2021). Vale destacar, entretanto, que a matéria em tela não sustenta que o Instituto SAGRES tenha recebido indevidamente o contato dos servidores.

Além do mais, este não foi o único episódio no qual os autores do Projeto de Nação saíram em defesa da legitimidade de seu projeto. A este respeito, temos uma carta aberta publicada no site oficial do Instituto SAGRES assinada por Sturari e Korilio, então presidente e vice-presidente do Instituto, respectivamente. Esta carta tinha como objetivo rebater apontamentos de um artigo⁹⁸ de Marcelo Godoy publicado no *Estadão* no dia 23 de maio de 2022. Não sendo nosso interesse reproduzir o conteúdo de ambas as partes⁹⁹, visamos apenas destacar a seção final da carta, assinada por Korilio, na qual a então vice-presidente do SAGRES salienta que “a presente carta responde também a maior parte das colocações incorretas apresentadas em outras matérias veiculadas, reiterando que a leitura do texto é a melhor resposta a esses comentários distorcidos” (Sagres, [2022c]).

Assim sendo, a carta publicada pelo SAGRES bem como as falas dos dois coordenadores do Projeto de Nação reproduzidas anteriormente ilustram a atenção do Instituto SAGRES para com a repercussão e a opinião pública acerca de seu Projeto de Nação. Entretanto, o cenário é completamente distinto a respeito das evidências do deliberado envio da consulta Águres a militares da ativa. Além de não mencionarem este procedimento em

⁹⁸ O conteúdo da matéria de Marcelo Godoy pode ser acessado em: <https://www.estadao.com.br/politica/marcelo-godoy/projeto-de-militares-preve-manter-poder-ate-2035-e-fim-da-gratuidade-no-sus-em-2025/>.

⁹⁹ Já a carta de autoria do Instituto SAGRES pode ser acessada em: https://sagres.org.br/projeto_nacao_carta/.

nenhum documento disponível em seu site oficial, a diretoria do Instituto SAGRES, ao contrário do que fizeram com relação a outras contestações feitas por periódicos, não se propuseram a rebater as respaldadas evidências¹⁰⁰ de envio da consulta Águres a militares da ativa que, como vimos, já haviam sido divulgadas pela primeira vez no ano de 2021.

Ainda a este respeito, retomemos a matéria do jornal *Metrópoles* citada anteriormente a qual, após indagar Rocha Paiva acerca da disseminação da consulta Águres, aponta:

Segundo o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, diretor do Sagres e integrante da Comissão da Anistia no governo Bolsonaro, **o questionário foi apresentado em reuniões à Vice-Presidência, Casa Civil e cerca de outros 16 ministérios da gestão Bolsonaro. Universidades e entidades patronais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também receberam explicações do trabalho, de acordo com o militar** (Barretto, 2021, grifos nossos).

Ao trazer os apontamentos de Rocha Paiva, a matéria em tela contribui para melhor compreensão das organizações as quais recebem a consulta Águres. Ademais, a passagem corrobora a eficácia do fundamental apoio de Mourão dado que percentual expressivo dos ministérios do governo Bolsonaro foi efetivamente contactado para disseminação da consulta Águres. Chama atenção, contudo, a omissão da parte de Rocha Paiva acerca do envio desta consulta a militares da ativa, procedimento que, como vimos, já havia sido comprovadamente realizado antes da publicação desta matéria do *Metrópoles*, conforme atesta Martins (2021). Não por acaso, o artigo jornalístico em tela chega a concluir que “No mês passado, o repórter Rafael Moro Martins revelou a existência da pesquisa [Águres], inicialmente distribuída apenas dentro do Exército” (Barretto, 2021).

A omissão do envio deliberado da consulta Águres a militares da ativa atesta a precaução dos *think tanks* em não evidenciar o *caráter militar* do seu Projeto de Nação, ainda que, como vimos, destacamentos militares tenham sido efetivamente acionados para contribuir com suas ditas “percepções” a respeito dos 37 “Temas” que viriam a compor este projeto. A rigor, o envio da consulta a militares da ativa implica em evidente tentativa de enviesamento das “percepções” obtidas pela consulta Águres, de tal forma que coloca em xeque a pretensa aparência de um projeto “técnico” e “imparcial” do qual “o dono é o Brasil”. Soma-se a isso, a omissão do envio da consulta a militares da ativa nos apontamentos

¹⁰⁰ Vale dizer que a matéria publicada pelo jornal *Intercept Brasil* não apenas contactou, como vimos, o coronel Brisolla para maiores explicações como também reproduz integralmente o conteúdo do e-mail enviado pelo coronel a “Rede de Colaboradores do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul” a pedido do general Valério Stumpf, então comandante do Comando Militar do Sul.

contidos no documento intitulado *Resumo do Projeto de Nação e orientação aos respondentes da consulta Águres*.

Neste documento, enviado aos respondentes da consulta Águres, o Instituto SAGRES deixa claro ao leitor do que se trata esta etapa de elaboração do Projeto de Nação: “Etapa atual: lançamento da Consulta a Especialistas. Esta somente será exitosa com a ampla participação da sociedade por intermédio da colaboração de Órgãos e Instituições Públicas, de Empresas do Mercado, de Instituições Acadêmicas e da Sociedade Civil Organizada” (Sagres, [2021a], p 2). Corroborando a fala de Rocha Paiva ao jornal *Metrópoles*, o documento deixa claro que os ditos “especialistas” consultados estão alocados nas mais diversas entidades públicas e privadas. Contudo, é possível reter, tanto da fala do general quanto deste documento, a deliberada omissão do fato de que destacamentos militares tenham sido igualmente consultados nesta etapa de consulta externa. Assim, a análise dos procedimentos inerentes a consulta Águres e dos materiais encontrados desvela a consciente omissão por parte dos *think tanks* desta tentativa de enviesamento dos resultados obtidos além de atestar que esta etapa de consulta externa tenha sido instrumentalizada no sentido de respaldar a *artificial aparência* de um projeto do qual “o dono é o Brasil” (Sagres, [2021a]; 2021b).

Ademais, a análise desta etapa joga luz sobre o baixo rigor teórico-científico dos fundamentos da consulta Águres e dos procedimentos efetivamente tomados. Nesta esteira, é necessário trazer à baila o desmedido uso do termo “especialista” atribuído aos respondentes da consulta Águres nos mais diversos materiais que tratam desta etapa da metodologia FIGE. Retomando o conteúdo próprio do Projeto de Nação temos que os cenários prospectados são “decorrentes de ampla Consulta a Especialistas e ao público em geral (Consulta Augures)” (Sagres, 2022a, p. 3) o que deixa indicado terem sido consultados dois tipos de respondentes: os ditos “especialistas” e o “público em geral”. A este respeito, é válido retomar as apresentações do general Rocha Paiva já reproduzidas ao longo deste trabalho, visando destacar os critérios que orientaram a divulgação da consulta Águres. Como já aludido anteriormente, Rocha Paiva destaca o papel fundamental de Mourão que permitiu a divulgação da consulta a servidores alocados nos ministérios bem como a atuação do Instituto Federalista que permitiu a divulgação da consulta a sua “vasta rede de contatos”, conforme Sagres (2022b).

Isto posto, é possível considerar que os assim chamados “especialistas” dizem respeito àqueles respondentes ligados aos ministérios, enquanto o “público em geral” diz respeito aos respondentes alcançados através da “vasta rede de contato” do Instituto Federalista. Contudo, caso o afirmássemos, estaríamos caindo em suposições. Fato é que, ao analisar o documento

final do Projeto de Nação, chama a atenção a completa inexistência de maiores apontamentos acerca dos critérios utilizados para o envio da consulta Águres aos chamados “especialistas” e “público em geral”. Não há, portanto, quaisquer indicativos no Projeto de Nação acerca de quem efetivamente compõe esses grupos, quais variáveis e critérios foram utilizados para sua delimitação e qual percentual daqueles 2500 respondentes diz respeito a cada um destes grupos.

Assim sendo, os apontamentos acumulados até aqui indicam não ter havido distintas etapas da consulta Águres: uma voltada ao “público geral” e outra voltada aos “especialistas” ligados aos ministérios. Quanto a isto, são esclarecedoras as etapas descritas no documento intitulado *Resumo do Projeto de Nação e orientação aos respondentes da consulta Águres o qual atesta a existência de apenas uma etapa de consulta externa* intitulada “lançamento da Consulta a Especialistas” (Sagres, [2021a], p. 2). Desta maneira, este documento de autoria do SAGRES indica fortemente não ter havido, para a realização da consulta Águres, uma *explícita e consciente* distinção entre respondentes “especialistas” e “público em geral” por parte dos autores do Projeto de Nação. Esta distinção de nomenclaturas fica limitada, portanto, apenas ao nível do discurso, não resultando em quaisquer distinções qualitativas sobre as respostas obtidas.

Ao que tudo indica, portanto, os respondentes da consulta Águres foram tratados *indiscriminadamente* enquanto “especialistas”. Ademais, vale ressaltar que o Projeto de Nação não apresenta quais critérios são utilizados para aferir a alcunha de “especialista” aos respondentes o que, em última instância, habilita o seu uso indiscriminado. Assim sendo, englobando um sem-número de respondentes alcançados a partir critérios imprecisos, o termo “especialista” é atribuído pelos autores do Projeto de Nação a respondentes de distintas formações e áreas de atuação, sendo destituído, portanto, de seu conteúdo real¹⁰¹. Este procedimento implica, ao fim e ao cabo, em uma distinção fundamental entre a consulta Águres e o método Delphi o qual supostamente teria embasado a metodologia do SAGRES.

¹⁰¹ Ao que tudo indica, o Instituto SAGRES parece tomar variáveis como o grau de escolaridade e local de trabalho dos respondentes como *sinônimo imediato* de “especialista”. E isto não é exclusividade do Projeto de Nação. O projeto *Cenários Brasil 2022*, por exemplo, faz questão de destacar a “elevada escolaridade dos respondentes, uma vez que quase a totalidade possui nível superior e cerca da metade é composta de mestres e doutores. Em suma, o perfil dos respondentes implica adequada confiabilidade e excelente qualidade das percepções coletadas na Consulta Águres, robustecendo os trabalhos de análise e suas conclusões” (Sagres, 2018, p. 33). Nota-se que grau de escolaridade do respondente é tido como *imediato indicador* de confiabilidade das respostas, ainda que os respondentes tenham sido perguntados sobre “Incertezas” ligadas a 19 distintas temáticas. Assim sendo, esta *precária e imediata conexão* parece ter sido igualmente feita para o caso do Projeto de Nação, donde os respondentes, muitos deles servidores públicos ligados aos diversos ministérios, são tratados indiscriminadamente como “especialistas”, ainda que a consulta tenha sido pautada por 37 distintos “Temas”, ligados as mais diversas áreas de atuação e do conhecimento.

Como vimos anteriormente, o método Delphi está pautado na consulta *controlada* a um determinado grupo de “peritos” ou “especialistas” de tal forma que este método é capaz de assegurar o caráter “especialista” de seus respondentes. Tudo isto, incorre, portanto, no fato de que quando os respondentes do método Delphi informam suas “percepções” acerca de um tema, *efetivamente conhecem-no a fundo*.

Ao contrário do método Delphi, a análise dos procedimentos tomados nesta etapa indica a incapacidade da metodologia do SAGRES de assegurar a alcunha de “especialista” atribuída indiscriminadamente aos respondentes da consulta Águres. Como vimos anteriormente, com o apoio do general Mourão e do Instituto Federalista, a desordenada e incriteriosa divulgação da consulta Águres, permitiu alcançar um indiscriminado contingente de respondentes, o que reforça a incapacidade de assegurar que as 2500 “percepções” coletadas advém de efetivos “especialistas” acerca dos 37 “Temas” que compõem o Projeto de Nação.

Assim sendo, o indeterminado critério que levou ao envio da consulta Águres aos ministérios e a “vasta rede de contatos” do Instituto Federalista implica em questionáveis desdobramentos, deixando entrever, por exemplo, o fato de que indivíduos que pouco ou quase nada saibam acerca dos “Temas” perguntados tenham recebido esta consulta¹⁰². Quanto a isto, basta retomar os “Temas” contidos no *Quadro 2* e veremos que é insustentável sequer supor que um servidor alocado em algum dos Ministérios seja um verdadeiro “especialista” em todos aqueles “Temas”. Ademais, nada garante *aprioristicamente* que um respondente alocado em um ministério seja sequer um “especialista” em sua própria área de atuação. Soma-se a isso o fato de que vários daqueles 37 “Temas” são umbilicalmente ligados a questões militares, definitivamente distantes, portanto, da alçada de servidores alocados nos variados ministérios que possuem seus quadros técnicos, compostos, majoritariamente, por civis.

Assim sendo, o incriterioso procedimental tomado pelo SAGRES para a seleção do público que receberia a consulta Águres incorre na contestação da alcunha de “especialista” tantas vezes atribuída aos respondentes desta consulta. A rigor, levando em conta o desconhecimento dos respondentes acerca dos “Temas”, este procedimental corrobora a já ressaltada *receptividade* da metodologia do SAGRES a uma espécie de intuícionismo

¹⁰² Faz-se questionar, igualmente, o rigor metodológico do critério de envio a “vasta rede de contatos” do Instituto Federalista. Em se tratando de um dos *think tanks* autores do Projeto de Nação, o envio direto e deliberado a sua “rede de contatos” pode implicar no alinhamento ideológico entre os autores do Projeto de Nação e parte dos respondentes da consulta. Isto dito, faz-se questionar, uma vez mais, a imparcialidade dos critérios utilizados levando em conta a possibilidade de enviesamento de parte das respostas obtidas a partir da consulta Águres.

legitimado, em última instância, sob o pretexto de se tratar de um apontamento prospectivo. Ademais, a incapacidade da metodologia do SAGRES de assegurar o envio exclusivo de sua consulta a verdadeiros especialistas nos “Temas” consultados – conforme o faz o método Delphi - evidencia não apenas o apelo a “percepção” como também deixa entrever certa receptividade a *mera especulação subjetiva* da parte dos respondentes sobre “Temas” que invariavelmente desconhecem.

Essas evidentes fragilidades metodológicas levam os autores do Projeto de Nação a necessariamente ressaltar a elaboração de “Contextualizações” ou “Ambientações” acerca de cada “Tema Estratégico” como forma de apresentar as temáticas aos respondentes. Para entender este procedimento, o qual igualmente não consta nas páginas da versão final do Projeto de Nação, recorremos uma vez mais às apresentações proferidas por Rocha Paiva, o co-coordenador deste projeto. Quanto a este procedimento, o general atesta que a “Contextualização” permite ao respondente “tomar conhecimento do que significa aquilo [...] o que que é aquele tema, qual sua importância, qual a situação no Brasil, quais os óbices que nós temos”, em outros termos, a partir da “Contextualização” o respondente “ia então ter uma ideia daquele tema. Mais aprofundada do que ele já tinha, se fosse uma ideia geral” (Bureau, 2022).

Já em sua apresentação no *Clube Militar*, ao falar do “Tema” da “Mineração no Brasil” o general segue a mesma linha da fala anterior ressaltando que, ao ler a “Contextualização”, o respondente passa a se inteirar sobre o “que é Mineração, qual é a importância da Mineração, qual a situação atual e quais as dificuldades”, em suma: “a pessoa lê e entende o que é mineração, porque cultura geral muita gente tem. Mas ele [respondente], ali, vai entender mais um pouquinho do que é IDH, Custo Brasil, Mineração, Defesa Nacional” (Militar, 2022). Não restam dúvidas, portanto, de que os autores do Projeto de Nação estavam cientes de que o critério utilizado para divulgar a consulta Áugures incorreria, necessariamente, na obtenção de respostas de respondentes com pouco, ou nenhum, conhecimento acerca dos “Temas” perguntados, não se tratando, portanto, de verdadeiros “especialistas”, como é capaz de assegurar o método Delphi (Marques; Freitas, 2018).

Ademais, segundo o general “cada tema tinha uma ambientação de uma a duas páginas” o que parece ser pouco capaz de barrar o apontamento de “percepções” *meramente especulativas* acerca dos temas que os respondentes desconheçam. Soma-se a isto os indicativos de que este procedimento dá certa guarida ao enviesamento das respostas obtidas dado que a “Contextualização”, elaborada sob exclusiva responsabilidade dos próprios autores do Projeto de Nação, pode induzir os respondentes, em especial aqueles com baixo

conhecimento acerca dos “Temas Estratégicos”, a apontar determinadas “Hipóteses” em detrimento de outras.

Ainda levando em conta as potenciais respostas obtidas, a consulta Áugures questiona os respondentes, como vimos anteriormente, acerca de seu grau de conhecimento sobre cada um dos “Temas” além de solicitar que o respondente aponte, segundo sua opinião, a importância de cada “Tema”. Quanto a isto, o general Rocha Paiva ressalta que o respondente que “colocou que conhece muito [sobre um “Tema”] a pontuação para a sua opção já vai ser maior” (Militar, 2022) o que deixa claro ter sido utilizado um critério que atribui “peso” para cada resposta obtida. Contudo, não fica claro se este “peso” é atribuído tanto ao grau de importância apontado para cada “Tema Estratégico” quanto às “Hipóteses” elencadas pelos respondentes. A este respeito, outros projetos prospectivos de autoria do SAGRES que utilizaram o mesmo método de consulta externa, como é o caso do *Plano Goiás 2030* e do *Cenários Brasil 2022*, deixam indicado que este critério não tenha sido utilizado para atribuir “peso” às “Hipóteses” elencadas.

O *Plano Goiás*, por exemplo, traz em seu relatório final tabelas apresentando todos os “Temas” ordenando-os conforme o grau de conhecimento dos respondentes e a importância atribuída a cada um destes (Goiás, 2011, p. 40-41). Ao que tudo indica, esses apontamentos serviram somente para balizar as análises prospectivas, não atribuindo “peso” às “Hipóteses” elencadas pelos respondentes como “otimista” e “provável”. Ao elaborar os cenários futuros levando em conta as “Hipóteses” assinaladas, o *Plano Goiás* leva em conta o *percentual do total de respondentes* que optou por cada “Hipótese”. À título de exemplaridade, temos a análise acerca da “Incerteza: déficit habitacional, em Goiás, em 2030” donde é possível ler que “Na consulta, a maioria [dos respondentes] se divide entre ser possível reduzi-lo [déficit habitacional] em 50% (29%) e 75% (24%). Mas somente 19% acham possível (otimista) zerar o déficit habitacional até o ano de 2030” (Goiás, 2011, p. 46). Fica claro, portanto, que se trata de uma análise percentual simples.

Igualmente, o estudo *Cenários Brasil 2022*, apresenta explicitamente, em tabela, o grau de importância e conhecimento atribuído a cada “Incerteza Crítica” pelos respondentes, conforme Sagres (2018, p. 36). Entretanto, ao contrário do *Plano Goiás*, este estudo mensura o grau resultante de importância de cada “Tema” a partir do “peso” ligado aos distintos graus de conhecimento dos respondentes¹⁰³. Contudo, no que diz respeito a análise das “Hipóteses”

¹⁰³ Assim como foi feito para o Projeto de Nação, tanto o grau de conhecimento quanto o grau de importância de cada “Tema” foram medidos em uma escala de cinco pontos. Assim sendo, o grau de importância de cada “Tema” seria aferido levando em conta o “peso” relativo ao grau de conhecimento assinalado pelo respondente. Em suma, foi realizada a multiplicação simples entre as duas variáveis. Por exemplo, caso um respondente de

elencadas, assim como o *Plano Goiás*, o estudo *Cenários Brasil 2022* deixa claro que as hipóteses são avaliadas levando em conta o percentual do total de respondentes. Como exemplo, tomemos as análises acerca da “Incerteza Crítica 1: O papel da ONU na governança do Sistema Internacional, até 2022” donde lê-se que “a pesquisa indicou que praticamente 73% dos entrevistados (somatório das hipóteses B e C) entende que a ONU permanecerá como o principal organismo de governança da política internacional” (Sagres, 2018, p. 41). Ainda como exemplo, toma-se os apontamentos a respeito da “Incerteza Crítica 5: Atuações de outros governos e ONGs internacionais para acessos a recursos naturais brasileiros, até 2022” donde é apresentado “em relação ao cenário de referência” que “31% dos respondentes entende que ocorrerá um aumento da atuação encoberta por parte de outros governos e de ações de ONGs internacionais para acesso clandestino aos recursos naturais brasileiros” (Sagres, 2018, p. 49). Não restam dúvidas, portanto, que a análise das “Hipóteses” elencadas não leva em conta distinções em relação ao grau de conhecimento assinalado pelos respondentes. Depreende-se, portanto, uma análise descritiva tomando como base o percentual do total de respondentes.

Ademais, é válido ressaltar que ambos os estudos previamente apontados explicitam em gráficos ainda outros dados sobre o público respondente, como faixa etária, grau de escolaridade, atividade laboral desempenhada e faixa de renda. Assim sendo, é possível apreender que, de maneira controversa, o Projeto de Nação não segue o mesmo padrão de transparência e elucidação dos resultados obtidos a partir da consulta Águres presente nos demais estudos prospectivos realizados anteriormente pelo Instituto SAGRES. A rigor, a versão final do Projeto de Nação não traz apontamentos explícitos acerca das respostas obtidas, do grau de conhecimento dos respondentes bem como não apresenta quais “Temas” foram considerados mais importantes pelos respondentes da consulta Águres. Ao contrário dos estudos *Plano Goiás 2030* e *Cenários Brasil 2022*, o Projeto de Nação não apresenta tabelas, gráficos ou quaisquer apontamentos esclarecedores acerca das respostas obtidas. Os únicos apontamentos mais explícitos a este respeito, são feitos verbalmente, em especial, pelas apresentações do general Rocha Paiva.

Como vimos anteriormente, o general apontou ter sido utilizado o critério de “peso” para as respostas obtidas. Entretanto, ao apresentar como se depreendeu a análise das

elevado grau de conhecimento (grau 5) apontasse um tema como muito relevante (grau 5) seria realizada a multiplicação $5 \times 5 = 25$. Ao final, para mensurar o grau de relevância definitivo de cada “Tema” foi realizada uma média simples: somou-se todos os distintos graus de relevância atribuídos a cada “Tema” e dividiu-se este valor final pelo total de respondentes da consulta. Em suma: “o nível médio de conhecimento varia em uma escala de 1 a 5 [...] e o de importância varia em uma escala de 1 a 25. Isso porque a escala de importância já foi ponderada pelo conhecimento”, conforme Sagres (2018, p. 35).

“Hipóteses” assinaladas pelos respondentes, Rocha Paiva indica que, assim como os estudos prospectivos anteriormente apresentados, levou-se em conta a análise descritiva do percentual do total de respondentes. Por exemplo, ao apresentar as “Hipóteses” elencadas em relação ao “Tema 9: Evolução do IDH Nacional em 2035” deixa claro que “vinte e seis por cento considerou a Hipótese A como mais otimista e dezoito [por cento] como mais provável, e assim vai por diante” (Bureau, 2022). Evidencia-se, portanto, que a aferição das “Hipóteses” “otimista” e “provável” levou em conta o percentual simples do total de respondentes que optou por cada “Hipótese”, o que indica que o “peso” ligado ao grau de conhecimento do respondente somente foi utilizado para dimensionar a importância de cada “Tema Estratégico”, exatamente os mesmos critérios utilizados para a elaboração do estudo prospectivo *Cenários Brasil 2022*.

Entretanto, ao contrário deste estudo, o Projeto de Nação não apresenta os “Temas Estratégicos” em ordem da importância indicada pelos respondentes bem como não apresenta o percentual assinalado para cada “Hipótese”. A rigor, portanto, os autores do Projeto de Nação são incapazes de apresentar *explicitamente de que maneira* a consulta Águres *efetivamente* orientou os rumos deste projeto. Em suma, a tantas vezes enaltecida *aparência de racionalidade*, de um estudo rigoroso, pautado em “métodos consagrados”, vai desmoronando à medida que apreendemos as inúmeras controvérsias e debilidades presentes em cada uma das etapas de elaboração do Projeto de Nação.

Assim sendo, os apontamentos acumulados até aqui sugerem uma série de fragilidades teórico-metodológicas nos procedimentos tomados para a consecução do Projeto de Nação, as quais, como vimos, não estiveram presentes em projetos prospectivos anteriores. Ademais, a análise desta etapa de consulta externa sugere haver *baixa aderência efetiva* entre a consulta Águres e o método Delphi. Quanto a isto, salientamos, em primeiro lugar, o fato de que, ao contrário do método Delphi, a metodologia do SAGRES parece ser pouco capaz de *efetivamente assegurar* o caráter de “especialista” de seus respondentes. Como vimos, os indeterminados critérios que orientam a disseminação da consulta Águres a literalmente “milhares de pessoas” habilita o envio desta consulta a respondentes que pouco ou quase nada saibam acerca dos assuntos tratados. Vale dizer que, apesar de indagarem a respeito do grau de conhecimento dos respondentes sobre cada um dos “Temas”, esses dados sequer foram apresentados pelos autores do Projeto de Nação, sendo incapazes de atestar a alcunha de “especialista” do público respondente.

Em segundo lugar, ressalta-se o papel *substancialmente passivo* dos respondentes da consulta Águres em relação a possibilidade de delimitar os fundamentos e os rumos das

análises: os respondentes não são indagados acerca dos “Temas”, não auxiliam na elaboração das “Incertezas” e sequer há espaço para elaborarem o conjunto de “Hipóteses” para cada “Incerteza”. A atuação dos respondentes fica, portanto, circunscrita ao apontamento das “Hipóteses” que julga ser “mais otimista” e “mais provável”.

Retomando literatura especializada a respeito do método Delphi, reconhece-se a possibilidade de haver “estudos que começam de maneira mais direcionada, com questionários semiestruturados ou fechados na primeira rodada, construídos a partir da literatura da área ou de outros instrumentos de recolha de dados, como por exemplo, *surveys*” (Marques; Freitas, 2018, p. 396). Contudo, “o mais comum é que o primeiro [questionário] seja constituído por perguntas abertas” o que possibilita que os respondentes expressem suas opiniões espontaneamente, além do fato de que “pode contribuir para minimizar os vieses resultantes da intervenção do pesquisador ao estabelecer as questões” (Marques; Freitas, 2018, p. 396).

Isto dito, apesar do método Delphi possibilitar a elaboração de questionários fechados na primeira etapa (Marques; Freitas, 2018, p. 396), há aqui uma distinção fundamental entre este método e a consulta Áugures: as pesquisas pautadas no método Delphi possuem *no mínimo* duas etapas de aplicação de questionários de tal forma que “a maioria das pesquisas tem entre duas e quatro rodadas” (Marques; Freitas, 2018, p. 397). Isto porque “Na construção dos questionários a seguir ao primeiro, parte-se da análise das respostas do grupo de especialistas ao primeiro questionário” (Marques; Freitas, 2018, p. 399). Assim sendo, os autores ressaltam que, do segundo questionário em diante, é “muito importante que nesses questionários haja retorno da informação anterior, analisada e resumida, para apreciação do painel de especialistas” (Marques; Freitas, 2018, p. 399) uma vez que um dos *fundamentos* do método Delphi é justamente a *participação ativa* dos respondentes, os quais devem ter espaço para argumentar suas ideias com os demais especialistas e *efetivamente* impactar os rumos da pesquisa.

Portanto, apesar da possibilidade de elaboração de questionários fechados na primeira etapa do método Delphi, a realização de *ao menos dois questionários* implica na necessária possibilidade de debate e revisão das ideias apontadas anteriormente pelos especialistas, fundamento do método Delphi que a consulta Áugures não habilita. Vejamos abaixo os fundamentos das distintas rodadas do método Delphi:

Quadro 3: Descrição das diferentes rodadas de implementação do Delphi

RODADA	DESCRIÇÃO
1º	Questionário não estruturado, que permite aos membros expressarem livremente a sua opinião de forma que os fatores e os temas importantes emergjam. Normalmente é solicitada a opinião sobre determinada temática ou um conjunto de previsões, objetivos, preocupações, ou outras, e também a descrição e a justificação deles de modo o mais completo possível.
2º	Questionário estruturado a partir da análise das respostas da 1ª Rodada. Normalmente, o questionário apresenta a lista de itens referidos pelos especialistas, de maneira agrupada, e é pedido a eles que os classifiquem ou ordenem, segundo critérios claros. É facultado também o sumário estatístico das respostas do grupo e exemplos de afirmações do painel como ilustração.
3º e seguintes	Questionário mais apurado. Sumário estatístico das respostas com informações sobre o grau de consenso. O painel tem oportunidade de alterar suas respostas com base na resposta do grupo. Os especialistas que derem respostas dissonantes são convidados a justificar as suas escolhas.

Fonte: Marques; Freitas (2018, p. 398)

Do quadro anterior, é possível reter que o método Delphi está pautado na apreensão progressiva dos resultados, ou seja, tem como premissa básica habilitar o debate e a articulação das ideias apresentadas pelos especialistas consultados, chegando a cada nova etapa em aproximações mais apuradas. Assim sendo, a partir da premissa de possibilitar o debate “O processo de rodadas de questionários termina quando são atingidos os níveis pretendidos de estabilidade e consenso nas respostas” (Marques; Freitas, 2018, p. 400). Isto dito, é possível - e necessário - indagar acerca do grau de compatibilidade entre os fundamentos do método Delphi e a consulta Águres.

Retendo este questionamento, retomemos as contribuições da revisão de literatura anteriormente citada. A partir deste esforço de revisão, as autoras apontam que “Na literatura consultada, encontram-se descritos três tipos de estudos Delphi” (Marques; Freitas, 2018, p. 392) sendo vital reter que:

Em todas as tipologias de Delphi descritas, **existe um núcleo de características comuns que definem e distinguem esta técnica de outras. São elas: i) anonimato; ii) feedback das contribuições individuais; iii) construção e apresentação da resposta do grupo como um todo; iv) possibilidade de revisão e alteração das respostas** (Linstone & Turoff, 2002; Osborne et al., 2003; Rowe & Wright, 1999; Silva & Tanaka, 1999; Yousuf, 2007) (Marques; Freitas, 2018, p. 393, grifos nossos).

Estes apontamentos acerca do *núcleo de características* do método Delphi corroboram a prévia indagação acerca do *efetivo grau de convergência* entre este método e a consulta Águres uma vez que, ao menos duas dessas características fundamentais estão imediatamente barradas pela metodologia do SAGRES. Isto porque, em decorrência da realização de apenas uma etapa de consulta externa, a metodologia do SAGRES não permite o “feedback das contribuições individuais” bem como não habilita a “possibilidade de revisão e alteração das respostas”. Assim sendo, em comparação com o método Delphi, a potência prospectiva dos respondentes da consulta Águres parece ser consideravelmente mais limitada: não há a possibilidade de expressar ideias livremente, debatê-las com os demais especialistas ou ainda eventualmente revisar os apontamentos feitos anteriormente. Em outros termos, os respondentes do método Delphi assumem um papel central e ativo na proposição dos cenários futuros, enquanto os respondentes da consulta Águres assumem um papel consideravelmente mais pontual e comedido, sendo apenas chamados a apontar um par de “Hipóteses” pré-estabelecidas para cada “Incerteza Crítica”.

Todos esses pontos, somados ao fato de que a metodologia do SAGRES não parte da consulta exclusivamente a verdadeiros “especialistas” acerca dos temas elencados, fazem questionar, ao fim e ao cabo, a tantas vezes proferida afirmação de que a consulta Águres mantém a “essência” do método Delphi (Goiás, 2011, p. 37; Sagres, 2018, p. 26; Sagres, [2021a], p. 3). Assim sendo, os apontamentos acumulados ao longo deste subcapítulo indicam que, essa aproximação entre os dois métodos paga elevado tributo à incontestáveis semelhanças que, entretanto, subsistem apenas no nível mais aparente: ambos os métodos possibilitam a prospecção de cenários futuros contando com a participação do público externo através da aplicação de questionários. Em suma, levando em conta o “núcleo de características” do método Delphi, a defesa da compatibilidade a *nível essencial* entre os dois métodos parece ser pouco sustentável.

Isto dito, encerra-se aqui o esforço de compreensão e consequente apresentação dos fundamentos da consulta Águres de autoria do Instituto SAGRES que possibilitou a consulta externa acerca dos 37 “Temas Estratégicos” contidos no Projeto de Nação. A análise destes fundamentos possibilitou destacar indeterminações e debilidades teórico-metodológicas que, invariavelmente, colocam em xeque o caráter supostamente técnico e rigoroso da metodologia FIGE do Instituto SAGRES. Ademais, em comparação com outros projetos prospectivos realizados anteriormente pelo SAGRES, chama a atenção uma série de controvérsias que permearam esta etapa de consulta externa para o caso específico de consecução do Projeto de Nação.

Dentre essas, debilidades e controvérsias destacam-se: 1) a tarefa de definição e elaboração dos “Temas”, “Incertezas” e “Hipóteses” exclusivamente desempenhada pelos próprios autores do Projeto de Nação; 2) a possibilidade de enviesamento das respostas levando em conta a “Contextualização” igualmente elaborada exclusivamente pelos autores do Projeto de Nação; 3) a ausência de critérios claros e objetivos para a seleção do público respondente; 4) a indireta e incontrollável divulgação da consulta Águres, chegando a respondentes que pouco ou quase nada saibam acerca dos “Temas” perguntados; 5) a receptividade e até mesmo certo apelo a uma espécie de *intuicionismo*, habilitado pela premissa de se tratar de um *esforço intelectual prospectivo*; 6) considerável abertura a apontamentos *meramente especulativos* por parte dos respondentes, em especial acerca dos “Temas” que pouco ou quase nada conhecem; 7) o uso indiscriminado do termo “especialistas” para se referir aos respondentes da consulta Águres, termo que os autores do Projeto de Nação foram incapazes de conceituar, de informar quais critérios são utilizados para delimitar este grupo e muito menos de demonstrar qual percentual dos 2500 respondentes da consulta Águres diz respeito aos assim chamados “especialistas” e qual percentual refere-se ao dito “público geral”; 8) a incapacidade dos autores do Projeto de Nação de divulgar e demonstrar os dados obtidos através da consulta Águres: os percentuais elegidos para cada “Hipótese”, o grau de conhecimento dos respondentes para cada “Tema” e quais “Temas” foram considerados mais importantes por estes; 9) a omissão, por parte dos autores do Projeto de Nação, do envio deliberado da consulta Águres a destacamentos militares e 10) a contestável sustentação da *compatibilidade essencial* entre a consulta Águres e o método Delphi.

Assim foi que, repleta de controvérsias e deixando entrever debilidades teórico-metodológicas, a consulta Águres veio a ser realizada pelos autores do Projeto de Nação. Isto demonstrado, resta apreender de que maneira esta etapa de consulta externa habilitou a seguinte etapa de consecução do Projeto de Nação: a fundamental etapa de elaboração dos cenários futuros. Vejamos, na sequência, os fundamentos desta etapa da metodologia FIGE e como ela efetivamente se deu.

5.2.4 A elaboração dos cenários prospectivos do Projeto de Nação: os “Mini Cenários Foco” e o “Cenário Foco”

Conforme apresentado anteriormente, todo o esforço metodológico por trás do Projeto de Nação, amparado pela metodologia FIGE, tem como fim último a prospecção de cenários

futuros para o Brasil do ano de 2035. Assim sendo, uma vez realizada a consulta Águres, tem-se início a derradeira etapa de apreender e apresentar estes cenários. Quanto ao procedimental que permitiu esta elaboração, o Projeto de Nação aponta, mantendo o tom descritivo, que “A tabulação das respostas dos consultandos, às Hipóteses Propostas, permitiu formular, para cada Tema Estratégico, um Cenário Mais Provável e um Cenário Otimista” (Sagres, 2022a, p. 3). Contudo, - o que a este ponto já não causa espanto – os dados acerca das respostas obtidas sequer chegam a ser apresentados.

Além do mais, ambos cenários “mais provável” e “otimista” também não são expostos pelo documento final do Projeto de Nação. Isto porque, estes cenários simplesmente serviram como embasamento para a elaboração dos ditos “mini cenários foco” relativos a cada um dos 37 “Temas Estratégicos”. Em suma: “Do estudo desses dois Cenários [“Provável” e “Otimista”], a Coordenação do Projeto extraiu um Mini Cenário Foco para cada Tema” (Sagres, 2022a, p. 3) sendo, estes sim, explicitamente apresentados no documento final do projeto. Assim sendo, desta sintética *descrição do que foi realizado*, em detrimento da *explicação efetiva* dos procedimentos tomados e da *explícita apresentação* dos dados obtidos, já é possível entrever ter se tratado, portanto, de mais uma etapa realizada exclusivamente pelos autores deste projeto, em particular pela “coordenação do Projeto de Nação” o que indica ter ficado a cargo do general Rocha Paiva e de Verônica Korilio.

Em síntese, a “Coordenação do projeto” ficou responsável pela elaboração de 37 distintos “mini cenários foco” levando em conta os cenários “otimista” e “provável” para cada um daqueles 37 “Tema Estratégicos” previamente elencados. Cada um destes “mini cenários foco” veio a ser apresentado na *Parte II* do documento final do Projeto de Nação, constituindo a maior parte deste estudo prospectivo¹⁰⁴. Ademais, este conjunto de 37 “mini cenários” foi basilar para a realização de ainda outro procedimento: a elaboração de um “cenário foco”. A este respeito, é apresentado que, a “Coordenação do projeto” elaborou os diversos “mini cenários foco” e, a partir “da sua integração, produziu o Cenário Foco – Brasil 2035” (Sagres, 2022a, p. 3), visando condensar, em uma única elaboração sintética, a totalidade dos “mini cenários” prospectados. Este “cenário foco” viria a ser apresentado na *Parte I* do Projeto de Nação servindo, portanto, como uma espécie de introdução ao Projeto de Nação, antecipando sinteticamente os 37 “mini cenário foco” que serão tratados com maiores elaborações ao longo da *Parte II* do documento.

¹⁰⁴ A este respeito é relevante pontuar que a etapa de elaboração de “mini cenários foco”, nestes termos, parece ser procedimental exclusivo do Projeto de Nação. Por exemplo, a elaboração de “mini cenários” não faz parte dos procedimentos do estudo prospectivo *Plano Goiás 2030* e do recente estudo intitulado *Cenários Brasil 2022*, ambos de autoria do Instituto SAGRES.

Conforme aponta o documento intitulado *Resumo do Projeto de Nação e orientação aos respondentes da consulta Águres*, estes procedimentos de elaboração dos cenários prospectivos para o Brasil de 2035 dizem respeito a 10ª etapa de consecução do Projeto de Nação que objetiva a “tabulação e análise dos resultados da Consulta, correlação de variáveis para estruturação dos Cenários Otimista e Mais Provável, e a formulação do Cenário Alvo” (Sagres, [2021a], p. 3). A respeito da elaboração do “cenário foco” ou ainda “Cenário Alvo”, conforme o documento anteriormente citado, é válido retomar uma das apresentações de Rocha Paiva na qual este afirma que “dos trinta e sete temas, cada um com seu cenário foco específico, o Sturari consolidou num cenário foco integrador” (Sagres, 2022b) deixando claro que esta etapa, anteriormente apontada enquanto responsabilidade da “coordenação do projeto”, não foi realizada exclusivamente pelos coordenadores do Projeto de Nação, o general Rocha Paiva e Verônica Korilio. Esta fala faz questionar, uma vez mais, a clareza dos escritos do SAGRES. A rigor, portanto, não é possível delimitar a efetiva composição da assim chamada “coordenação do projeto”. Vale dizer, contudo, que os elementos disponíveis a este respeito deixam claro que esta etapa de elaboração dos cenários prospectivos tenha sido realizada, invariavelmente, pelos próprios autores do Projeto de Nação, donde parece sopesar a centralidade da atuação do Instituto SAGRES, responsável pela coordenação do projeto¹⁰⁵.

Retomando os procedimentos metodológicos efetivamente tomados para a elaboração dos cenários prospectivos, é da maior importância evidenciar uma fala de Rocha Paiva, na qual afirma que “considerando sempre com base na identidade nacional [...] os nossos anseios, a nossa história, nossos valores e nossas tradições, foi feito o levantamento de cenários” (Sagres, 2022b). Explicitando procedimentos que não constam no documento final do Projeto de Nação, é possível apreender da fala de Rocha Paiva uma evidente *tensão* entre a, tantas vezes aludida, objetividade científica, imparcial e rigorosa das análises realizadas e a explícita intromissão de deliberações subjetivas na condução das análises realizadas e na consequente elaboração dos cenários prospectivos. A este respeito, é sintomática a completa ausência de informações quanto aos dados dos ditos “cenário provável” e “cenário otimista” que teriam sido utilizados no embasamento dos “mini cenários” em detrimento da explícita fala do co-coordenador do Projeto de Nação que advoga em nome da assim chamada “identidade nacional” que *declaradamente* orientou a elaboração dos cenários futuros. Ao fim

¹⁰⁵ A única explícita exceção de participação externa se deu para a pontual tarefa de tabulação dos dados que habilitam a elaboração dos cenários prospectivos. Quanto a isto, Rocha Paiva explicita que houve a contratação de “dois técnicos de TI para fazer a tabulação daqueles dois mil e quinhentos respondentes da nossa pesquisa” (Sagres, 2022b). Vale dizer, contudo, que esta pontual participação externa não implica na proposição dos cenários, tratando-se apenas de uma tarefa de cunho técnico-operacional.

e ao cabo, este critério subjetivo que orientou a elaboração dos cenários prospectivos, dá guarida para que a visão de mundo dos próprios autores do Projeto de Nação, afeita a um conservadorismo ligado a uma suposta “identidade nacional” brasileira, exerça um papel fundamental nos desdobramentos das análises realizadas. E isto, invariavelmente, efetivou-se.

Quanto a isto, é ainda mais sintomático um trecho da apresentação do general Rocha Paiva no qual o palestrante fez questão de apontar a conservadora definição de “O Brasil Sonhado” pelos autores do Projeto de Nação que – grife-se – *norteou*, segundo o general, as análises realizadas. Incurrendo à plateia e apontando para os slides utilizados, o general explicita o ponto de partida subjetivo das análises realizadas: “olhem o que que nos norteou” (Sagres, 2022b). A mesma definição deste “Brasil Sonhado” apresentada por Rocha Paiva nesta ocasião estava presente em outra apresentação de slides de sua autoria, disponível no site do Instituto SAGRES, sendo reproduzida abaixo:

Ser um ator global que participe de acordos regionais e extrarregionais, mas que preserve o máximo de liberdade de ação para garantir interesses importantes ou vitais. Ser reconhecido no mundo como promotor da paz e dos direitos humanos. Alcançar um alto grau de desenvolvimento e poder nacional, que lhe permita garantir: a soberania; a exploração responsável do patrimônio; a integridade territorial; a projeção em áreas de interesse, de forma pacífica; e a segurança, bem-estar e felicidade para a sociedade como um todo. Constituir uma nação que comungue de valores morais, cívicos e democráticos, que fortaleçam a família e a coesão nacional e social (Paiva, 2021b, p. 11, grifos no original).

Essa definição de um “Brasil Sonhado”, o fio condutor das análises realizadas, evidencia um ponto de partida subjetivo imbuído de elementos próprios de um ideário conservador. Corroborando a ideia aludida por Rocha Paiva de que, de fato este “Brasil Sonhado” tenha *norteadado* a realização do Projeto de Nação, é válido ressaltar que esta definição já havia sido apresentada por Rocha Paiva aos demais colaboradores desta empreitada no ano de 2021. O documento anteriormente citado, que data do dia 05 de maio de 2021, atesta, portanto, que este ponto de partida subjetivo que declaradamente *norteou* os rumos do Projeto de Nação já estava definido antes mesmo da obtenção dos dados advindos da realização da consulta Águres¹⁰⁶ os quais deveriam constituir o critério objetivo de elaboração dos cenários futuros. Assim sendo, já estavam deliberadamente definidas, de

¹⁰⁶ A consulta Águres encerrou-se apenas no dia 31 de julho de 2021, conforme Sagres ([2021a]; [2021c]). Ademais, vale retomar a matéria de Martins (2021), donde fica comprovadamente exposto que a Consulta Águres foi encaminhada ao *Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul* no dia 13 de julho de 2021. Assim sendo, há fortes indicativos de que na data de 05 de maio de 2021, a consulta Águres sequer tivesse sido lançada - a data precisa de divulgação da consulta, infelizmente, inexistente nos documentos disponíveis. Assim sendo, não há dúvidas de que este “Brasil Sonhado” já estava prontamente definido antes mesmo da elaboração dos cenários “Provável” e “Otimista”, os quais teriam configurado, segundo o documento final do Projeto de Nação, o único critério utilizado para elaboração dos 37 “mini cenários foco”.

partida, as linhas gerais do Brasil de 2035 ao qual os autores do Projeto de Nação pretendiam chegar. Fica claro, portanto, que a definição deste “Brasil Sonhado” não advém de um esforço de abstração a partir dos dados obtidos pela consulta Áugures, dados que, a rigor, sequer estavam disponíveis naquele momento. Ao revés, esta concepção de Brasil para o ano de 2035 já estava dada de partida, sendo expressão ideológica imediata da visão de mundo dos próprios autores do Projeto de Nação. Isto dito, fica exposto que os procedimentos por trás da elaboração dos “mini cenário foco” vão muito além do simplório apontamento de que “Do estudo desses dois Cenários [Provável e Otimista], a Coordenação do Projeto extrai um Mini Cenário Foco”, exposto nas páginas iniciais do Projeto de Nação (Sagres, 2022a, p. 3).

Além disso, chama a atenção, o fato de que o resultado final desta empreitada, o Projeto de Nação, invariavelmente, expressa em seus “cenários futuros” aqueles mesmos elementos conservadores contidos na definição de “Brasil Sonhado” aprioristicamente elaborada pelos próprios autores do projeto. Assim sendo, tendo sido abertamente declarada enquanto a concepção subjetiva que *norteou* a elaboração do Projeto de Nação, esta definição de “Brasil Sonhado” pelos autores do Projeto de Nação evidencia o papel fundamental exercido pelo ideário conservador dos próprios autores nas análises depreendidas. Todos os elementos somados colocam em xeque a *aparência de racionalidade* deste empreendimento analítico, reiteradas vezes anunciado enquanto uma análise científica rigorosa, constantemente exaltado por seu caráter imparcial e sempre pautado em critérios claros e objetivos. Ao fim e ao cabo, a este ponto, esta *aparência de racionalidade* se torna, senão indefensável, certamente questionável.

Ainda a este respeito, é sintomático o fato de que a *deliberada intromissão de preceitos conservadores* nas análises realizadas é tida como uma espécie de *virtude ideológica* pelos autores do Projeto de Nação. Isto porque tais preceitos conservadores são pautados sempre enquanto elementos fundamentais de um abstrato *ideário do povo brasileiro*. Não por acaso, o subjetivo ponto de partida “liberal e conservador” que teria orientado a elaboração do Projeto de Nação foi apontado, sem quaisquer constrangimentos, nas diversas apresentações da cerimônia oficial de lançamento deste projeto.

Quanto a isto, é ilustrativa a apresentação do coronel Raul Sturari quem, após compartilhar uma frase de Ronald Reagan tido pelo palestrante enquanto “um dos expoentes do moderno liberalismo”, atesta a defesa aberta do liberalismo: “Foi o liberalismo que, disseminado por grande parte do Ocidente, ofereceu o alicerce para as revoluções industriais e para os vertiginosos avanços da ciência e da tecnologia” (Sagres, 2022b). Na imediata sequência de sua apresentação, ao afirmar que “Mesmo quando não aplicado em sua

plenitude, foi essencialmente o liberalismo que proporcionou um período de abundância e bem-estar nunca sequer imaginado na história da humanidade”, Sturari deixa claro a *inconteste defesa do liberalismo* por parte dos autores do Projeto de Nação.

O coronel fundador do SAGRES explicita ainda em outro momento a inconteste defesa do liberalismo e do conservadorismo, preceitos que, como vimos, *nortearam* a realização deste Projeto de Nação:

Refletindo o pensamento da maioria, o projeto mescla algumas características liberais e conservadoras próprias das melhores práticas do século XXI ao tempo em que preserva acurada responsabilidade social e ambiental com ênfase na educação e nos avanços científicos e tecnológicos (Sagres, 2022b).

A fala de Sturari é contributiva no sentido de prenunciar algo que veremos mais de perto no *subcapítulo 5.3* deste trabalho: a dita “maioria” de um abstrato “povo brasileiro” é tratada pelos autores do Projeto de Nação enquanto inquestionavelmente “liberal” e “conservadora”. Em decorrência disto, o Projeto de Nação é tratado por seus autores enquanto *legítima expressão ideológica* da “maioria” do “povo brasileiro”, o que ajuda a explicar o fato da intromissão de tais preceitos nas análises realizadas ser tomada como uma espécie de virtude, sendo declarada, sem quaisquer constrangimentos, pelos palestrantes militares. Em outros termos, esta fraseológica conexão entre o ideário por trás deste projeto e o suposto ideário do dito “povo brasileiro”, ao mesmo tempo que busca legitimar o Projeto de Nação perante determinada fração da população brasileira, habilita seus autores a incorrer em *desdobramentos preponderantemente subjetivos*, habilitados por estarem supostamente alicerçados no ideário da assim chamada “maioria” do “povo brasileiro”. Ademais, desta fala de Sturari é possível sublinhar a resoluta defesa do liberalismo e do conservadorismo, elemento inerente ao ideário dos três *think tanks* em tela, os quais, como veremos adiante, irão compor o pano de fundo das análises e propostas apresentadas nos diversos cenários prospectivos contidos no Projeto de Nação.

Ainda a este respeito é também ilustrativa a fala de Rocha Paiva acerca das *premissas para a elaboração do projeto*. Apresentando tais *premissas*, o general de brigada se volta à plateia e indaga: “qual é a nossa linha de pensamento?” e prontamente explicita ser a

liberdade econômica com responsabilidade social e o conservadorismo evolucionista e não imobilista, aquele que aceita o progresso, aceita o desenvolvimento, mas com base na tradição, nos costumes, na história, no legado de nossos antepassados. Essa é

a ideia, se querem dizer ideologia, mas não é radical, seria essa a ideologia do projeto (Sagres, 2022b).

Não por acaso, portanto, tendo essa “ideologia não radical” enquanto a “linha de pensamento” dos *think tanks* responsáveis pela elaboração do Projeto de Nação, os autores deste projeto defenderão a pontual e diminuta atuação do Estado frente à dinâmica econômica. Assim sendo, esta concepção acerca da atuação estatal trata-se de mais uma das *premissas para a elaboração do projeto* apontadas por Rocha Paiva: “o Estado que nós vemos não é, como eu falei, o Estado que vai ser centralizador e o gestor, ele é um Estado indutor, facilitador, não centralizador e não gestor”, conforme aponta Rocha Paiva (Sagres, 2022b).

Das ilustrativas apresentações do coronel Sturari e do general Rocha Paiva já é mais do que possível entrever a *comunhão ideológica* entre os apontamentos contidos nas *premissas para a elaboração do projeto*, e os fundamentos do *pensamento político* (Lentz, 2019; 2022a) e do *pensamento econômico dos militares brasileiros*, conforme apontado por Lentz (2022a; 2022b). Para apreender o ideário militar brasileiro, o autor em tela se debruça sobre o conteúdo do *Manual Básico da Escola Superior de Guerra* (ESG) uma vez que configura, conforme discutido anteriormente, “o principal documento político doutrinário das Forças Armadas” (Lentz, 2019, p. 49).

Antecipando temas que serão debatidos a fundo no próximo subcapítulo, é da maior importância ressaltar, de partida, que a partir da análise das diversas versões deste *Manual da ESG*, Lentz (2019, p. 69) delimita que “o comunismo é o inimigo-objetivo da doutrina”, posicionamento consolidado no país desde a década de 1930 tendo fincado “raízes profundas” no ideário militar desde então, conforme discutido anteriormente (Motta, 2021, p. 23). Não por acaso, portanto, o esforço científico de Lentz incorre na apreensão de que “o capitalismo de mercado e o anticomunismo [configuram] a espinha dorsal do pensamento econômico dos militares no Brasil” (Lentz, 2022b, p. 46). Além disto, a análise das diversas edições do *Manual da ESG* permitiu identificar “a permanência da crença no capitalismo de livre mercado e intervenção mínima do Estado” na *doutrina militar* “contrariando a imagem ‘estatizante’ e ‘nacionalista’ dos militares na economia” (Lentz, 2022b, p. 46).

Ainda a respeito do modelo de intervenção estatal defendido pelo *ideário militar brasileiro*, é vital destacar a opção dos militares pelo assim chamado “neocapitalismo” (Lentz, 2019; 2022a; 2022b). Segundo Lentz (2019, p. 62) esta concepção “rejeitaria o Estado empresário em troca de um Estado ajustador do capitalismo” de tal forma que, a partir desta compreensão acerca da intervenção estatal, “a doutrina contrapõe dois extremos: a auto

regulação do mercado, insuficiente para conter seus efeitos cíclicos (inflação, concentração); e a ‘ortodoxia socialista’, em que o estado é a própria economia” (Lentz, 2019, p. 62). Fica claro, portanto, que os militares brasileiros se opõem a forte intervenção estatal sobre a economia e a ausência de liberdade econômica, de um lado, e a ausência completa de intervenção do Estado e a “auto regulação do mercado”, de outro.

Destes breves apontamentos – os quais serão discutidos a fundo no próximo subcapítulo – já se torna possível destacar o *alinhamento ideológico* entre os fundamentos do *pensamento econômico dos militares brasileiros* e as *premissas ideológicas* do Projeto de Nação. Quanto a isto é bastante ilustrativa a *premissa* apontada por Rocha Paiva de que o Projeto de Nação “não tem radicalismo de qualquer natureza”, ou seja, “não serve para linha de pensamento radical de qualquer espécie, seja no limite direito ou no limite esquerdo do espectro ideológico” (Sagres, 2022b) fazendo alusão ao comunismo de um lado (limite esquerdo) e ao livre mercado e a ausência do Estado de outro (limite direito). Não por acaso, a partir desta *premissa*, o general de brigada aponta que a “linha de pensamento” do Projeto de Nação está pautada na defesa da “Liberdade econômica, mas não lá no limite direito onde não tem Estado, o Estado mínimo e só mercado”, ou seja, defende o assim chamado “centro do espectro ideológico” (Sagres, 2022b), o qual ao mesmo tempo que compreende a preponderância da iniciativa privada pressupõe a necessária existência do Estado e de sua eventual intervenção sobre a dinâmica econômica.

Ainda a respeito desse *alinhamento ideológico*, é possível - e necessário - retomar brevemente a definição do “Brasil Sonhado” pelos *think tanks* em tela. Esta elaboração aponta claramente o objetivo de promover o “desenvolvimento e poder nacional”, além da “segurança” para a sociedade (Sagres, 2021b, p. 11). Estas elaborações estão umbilicalmente ligadas ao *ideário militar brasileiro*, como é o caso do fundamental conceito de “poder nacional” donde vale ressaltar que “a teoria de poder da doutrina estrutura o poder nacional em expressões, conforme sua capacidade de produzir determinados efeitos: política, econômica, psicossocial e militar” (Lentz, 2019, p. 56). Além disto, é mister ressaltar que o *binômio segurança-desenvolvimento* é igualmente central para a *doutrina militar* (Lentz, 2022a; 2022b). Soma-se a isso, o objetivo da atuação estatal como sendo garantir, além da segurança, o “bem-estar e felicidade para a sociedade como um todo” (Paiva, 2021b, p. 11). A este respeito, é imprescindível sublinhar o fato de que ao longo de suas diversas edições “permaneceu na doutrina a percepção da necessidade de intervenção do Estado na promoção do bem-estar social” (Lentz, 2022b, p. 59).

Ainda a respeito da definição de “Brasil Sonhado”, não podem ser ignoradas a explícita defesa dos conceitos de “liberdade” e de “coesão” (Paiva, 2021b, p. 11). Quanto ao primeiro, Lentz (2019, p. 68) aponta o conceito de “liberdade” enquanto elemento inerente à “ideologia nacional dos militares brasileiros” bem como aponta o conceito de “coesão” enquanto um fundamental indicador de *expressão política do poder nacional* (Lentz, 2019, p. 57). Soma-se a isso a defesa aberta da “família”, conceito igualmente fundamental para o *ideário militar brasileiro*. Segundo a *doutrina*, a “instituição familiar” seria a “primeira e mais importante instituição social, com funções procriativa (biológica e perpetuação), educativa (sociabilidade), econômica (apoio), emotiva (amor, sensibilidade) e transmissora de valores morais (Brasil, 1983)” (Lentz, 2019, p. 49).

Além do mais, é possível destacar ainda o conceito de “evolucionismo” apontado por Lentz (2022b, p. 49) enquanto um dos fundamentos do “núcleo ontológico” do ideário militar, ou seja, “o núcleo duro dos fundamentos do pensamento” dos militares brasileiro (Lentz, 2022b, p. 48). Trata-se, portanto, de um dos quatro¹⁰⁷ “fundamentos que estruturam todo o pensamento político dos militares e, conseqüentemente, seu pensamento econômico” (Lentz, 2022b, p. 49). Assim sendo, não é casual a apreensão de que a *doutrina* “manteve o evolucionismo como uma de suas vigas ontológicas sobre a vida em sociedade” (Lentz, 2022b, p. 49) sendo elemento fundamental para o *ideário militar brasileiro*. Isto dito, igualmente não parece ser casual o fundamental conceito de “conservadorismo evolucionista” abertamente defendido pelo Projeto de Nação enquanto um tipo de conservadorismo que

Não é imobilista, pois aceita e se mobiliza para o progresso e a evolução política, econômica e social, desde que calcados na experiência histórica, valores humanos e identidade nacional e não em transformações ou revoluções como as propostas por ideologias radicais, utópicas e liberticidas (Sagres, 2022a, p. 46).

A este respeito, torna-se relevante explicitar uma passagem de um dos textos de Lentz, a partir do qual é possível sublinhar os fundamentos deste “conservadorismo não imobilista” no interior da *doutrina* que parametriza o *ideário dos militares brasileiros*:

Sejam estatais ou da sociedade, para a doutrina toda instituição traz consigo um sentido conservador, pois quanto mais sólidos forem os valores que as caracterizam, mais fortes serão as instituições. Sem que isso, em tese, signifique ser conservadora nesses valores, inadmitindo mudanças (Brasil, 1983). Tal concepção deriva da relevância vertebral de um *processo de evolução social* e, conseqüentemente, da interdependência das instituições humanas. Nesse sentido, a doutrina sustenta que **as**

¹⁰⁷ São eles: 1) Teísmo antropocêntrico; 2) racionalismo cristão; 3) Evolucionismo e 4) Funcionalismo sistêmico (Lentz, 2022b, p. 49).

sociedades mudam conforme padrões evolucionistas (Lentz, 2019, p. 50, grifos no original).

Da passagem anterior é vital apreender que, para o *ideário militar* todas as instituições, tomadas pela *Doutrina* enquanto “instituições socialmente estruturantes”¹⁰⁸ (Lentz, 2019, p. 49), carregam um “sentido conservador” sem que isso implique, necessariamente, na impossibilidade de mudanças. Assim sendo, vai se desvelando o *vínculo ideológico* entre os conceitos utilizados pelo Projeto de Nação e os fundamentos do *pensamento militar brasileiro*, de tal forma que este último se coloca enquanto *fator explicativo* do primeiro. Em outros termos, vai se revelando o *caráter militar* do Projeto de Nação, uma vez que todos os apontamentos somados até aqui evidenciam, o *alinhamento ideológico* entre o *ideário militar brasileiro* e o ideário dos *think tanks* em tela, de tal forma que o primeiro fundamenta e parametriza o segundo.

Soma-se a esta discussão, a igualmente ilustrativa fala de encerramento da cerimônia oficial de lançamento do Projeto de Nação, proferida pelo então vice-presidente da República, o general Mourão. Em seu pronunciamento, Mourão faz questão de saudar a iniciativa dos três *think tanks* e afirma que o Projeto de Nação

coloca muito claramente aquilo que são os pilares da nossa civilização: o pacto de gerações, o pacto de gerações é a sociedade como um todo, é o contrato entre aqueles que nos antecederam, entre nós que estamos vivendo e aqueles que ainda vão nascer; a democracia como pilar básico também, sem ela não há futuro; o capitalismo como sistema econômico; o Estado de direito, a lei valendo para todos e a sociedade civil forte” (Sagres, 2022b).

Ainda que fazendo alusão a conceitos um tanto indeterminados, é possível reter da fala do general Mourão a defesa de *preceitos liberais e conservadores* os quais, como vimos, são igualmente ressoados pelos *think tanks* responsáveis pela elaboração do Projeto de Nação, *preceitos* inerentes ao *ideário militar brasileiro*. Em especial, destaca-se a *resoluta* defesa do “capitalismo como sistema econômico” enquanto explícito *vínculo ideológico* entre as ideias expressas por Hamilton Mourão, um general de Exército e as *declaradas premissas* que *nortearam* o Projeto de Nação, uma iniciativa *idealizada, coordenada e elaborada* por *think tanks liberais e conservadores* com a *decisiva centralidade* do Instituto SAGRES, um *think tank* umbilicalmente ligado a figuras militares e ao *ideário militar brasileiro*. Ao fim e a cabo, o *vínculo ideológico* entre Mourão e os *think tanks* em tela justifica-se pelo *fato doutrinário*

¹⁰⁸ São elas: 1) Instituições familiares (lar); 2) instituições educacionais e culturais; 3) Instituições religiosas; 4) Instituições de comunicação social e 5) Instituições econômicas (Lentz, 2019, p. 49).

que, em maior ou menor grau, informa sua visão de mundo: o *pensamento militar brasileiro*, conforme explicitado por Lentz (2019; 2022a; 2022b). Por conseguinte, a esta altura parece ser razoável admitir que o *multifacetado ideário militar* decisivamente fundamenta e permeia, as *premissas* que *explicitamente nortearam* a elaboração do Projeto de Nação, de tal forma que, em última instância, este documento veicula o *ideário militar* que o informa.

5.2.5 A última etapa da metodologia FIGE: a elaboração dos “Objetivos Nacionais”, “Diretrizes Político-Estratégicas” e “Óbices”

Para fins deste subcapítulo, é ainda necessário evidenciar a última e derradeira etapa metodológica compreendida pela metodologia do SAGRES, mais uma etapa tomada exclusivamente pelos próprios autores do Projeto de Nação, sendo igualmente possível sublinhar sua fundamentação no *ideário militar*. Trata-se da 11^o etapa de elaboração do Projeto de Nação voltada à “elaboração de Objetivos Nacionais e Diretrizes Político-Estratégicas” (Sagres, [2021a], p. 3) para cada um dos 37 “Temas” previamente elencados. Além da elaboração dos “Objetivos Nacionais” e das “Diretrizes Político-Estratégicas”, o documento final do Projeto de Nação ressalta que para esta última etapa depreendeu-se igualmente o esforço de “identificar os óbices para a concretização daqueles Objetivos” (Sagres, 2022a, p. 3)¹⁰⁹. Assim sendo, já é possível destacar de início que esses conceitos - nesses exatos termos - não se fazem presentes nos demais estudos prospectivos realizados pelo Instituto SAGRES, como é o caso dos já discutidos *Plano Goiás 2030* e *Cenários Brasil 2022*.

Isto posto, o Projeto de Nação apresenta sucintamente os procedimentos metodológicos tomados: “Tendo como norteadores para o futuro, tanto o Cenário Foco como os Mini Cenários Temáticos, a Coordenação do Projeto definiu e propôs os mencionados Objetivos Nacionais e Diretrizes Político-Estratégicas” (Sagres, 2022a, p. 3). Assim sendo, fica claro, de partida, que se trata de mais uma etapa realizada exclusivamente pelos autores do Projeto de Nação na figura da indeterminada “Coordenação do Projeto”. Ademais, vale destacar o caráter abstrato com que tais conceitos são apresentados no interior do projeto, sem uma clara caracterização do que *de fato* significam. Assim, buscando melhor

¹⁰⁹ Assim sendo, a apresentação de cada “Tema” do Projeto de Nação se dá da seguinte forma: em primeiro lugar é apresentado o “Tema Estratégico” seguido de sua específica “Incerteza Crítica” e a descrição do “Mini Cenário Foco” em forma de um curto texto, além de uma listagem de “Objetivos”, “Diretrizes” e “Óbices”, nesta ordem.

compreendê-los, recorreremos uma vez mais as disponíveis apresentações proferidas pelo general coordenador deste projeto.

De partida, é mister compreender que uma das *premissas* do Projeto de Nação é a compreensão de que “o projeto necessita de um centro de governo [...] capaz, não de gerir, não de impor, mas de coordenar e orientar os órgãos de governo de acordo com os objetivos nacionais e as diretrizes político-estratégicas de uma política nacional que a gente está chamando de Projeto nacional” (Sagres, 2022b). Ainda em outra palestra, Rocha Paiva intenta corroborar¹¹⁰ a necessidade de atendimento desta *premissa*: “este centro de governo é até uma das recomendações da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]” (Bureau, 2022) de tal forma que esta recomendação deveria ser atendida para que o Brasil pudesse ingressar nessa organização¹¹¹. Na sequência de sua fala, fica bastante claro a maneira como os *think tanks* entendem que deveria se dar a realização deste Centro de Governo:

a nosso ver, deveria ficar na Secretaria de Assuntos Estratégicos e devia ser considerada [de] nível ministerial, [deveria ter] status de ministério. Ali é que se elaboraria a estratégia nacional, a política nacional. E o centro de governo teria como missão coordenar e orientar os ministérios e secretarias de governo (Bureau, 2022).

Tudo isto está em diálogo com ainda outra *premissa* do Projeto de Nação: “não descemos no nível estratégico setorial e não propusemos estratégias setoriais [...] isso é problema dos ministérios, das secretarias” (Sagres, 2022b). Em decorrência disto, o general esclarece que “ao fazermos o Projeto de Nação nós ficamos no nível político. Por isso que eu digo que é a Política Nacional” (Bureau, 2022). Em outro lugar, fica claro que este “nível político” é entendido enquanto um nível “de Estado” pautado na elaboração de “Estratégias de Estado” (Paiva, 2021b). Em suma, portanto, os autores do Projeto de Nação elaboraram um conjunto de “Objetivos Políticos” também chamados de “Objetivos Nacionais” para cada “Tema” os quais delimitam “o que fazer” (Bureau, 2022). Uma vez elencados tais “Objetivos”, elaboraram “Diretrizes Político-Estratégicas que orientam a forma com que os

¹¹⁰ A menção explícita a esta recomendação da OCDE foi igualmente feita pelo general em outra apresentação como forma de legitimar esta *premissa* do Projeto de Nação. Na cerimônia oficial de lançamento do Projeto de Nação o mesmo diz que a realização de um Centro de Governo “é até a ideia que a OCDA [quis dizer OCDE] quer nos colocar, e que está muito certa” (Sagres, 2022b).

¹¹¹ Esta fala, contudo, indica que a *premissa* de realização de um “Centro de Governo” não advém diretamente das recomendações da OCDE, de tal forma que a alusão a esta recomendação da OCDE feita por Rocha Paiva parece ter sido instrumentalizada como forma de corroborar e legitimar a *premissa* do Projeto de Nação.

ministérios vão elaborar as estratégias [...] para se conseguir chegar naqueles objetivos” (Bureau, 2022).

Trata-se, ao fim e ao cabo, da elaboração daquilo que Rocha Paiva chamou de uma “Política”, ou seja: “eu não estou traçando as estratégias para sair da diretriz para o objetivo. Eu estou dando o objetivo e a diretriz. Quem vai fazer esse miolo são os órgãos setoriais” (Sagres, 2022b). Em apresentação a seus pares nas dependências do *Clube Militar*, o general voltaria a reforçar esta ideia:

na realidade ele [Projeto de Nação] é a proposta de uma política nacional ou de uma grande estratégia nacional ou de uma estratégia nacional, esse seria o nome certo, mas ficou sendo projeto de nação porque assim é conhecido e todo mundo vai entender o que a gente quer fazer (Militar, 2022).

Conclusivamente, o general de brigada deixa claro que o Projeto de Nação está voltado a elaboração de uma estratégia a nível nacional a qual, contudo, deve orientar a elaboração das consequentes estratégias de nível ministerial: “com aquele objetivo político, considerando ameaças e oportunidades, eu levanto as diretrizes político-estratégicas que vão dar o rumo à orientação das estratégias que vão ser desenvolvidas em vários ministérios” (Bureau, 2022).

Isto entendido, estamos agora habilitados a reproduzir os apontamentos contidos no Projeto de Nação, em particular na seção intitulada *Resumo Executivo*, a qual tem como intuito apresentar sucintamente como os *think tanks* entendem a aplicação e o funcionamento de seu projeto a partir dos “Objetivos Nacionais” e das “Diretrizes Político-Estratégicas” elaboradas. Em concordância com o conteúdo das apresentações de Rocha Paiva, o documento aponta que

Ao estabelecer Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas para alcançá-los ou mantê-los, **o chamado Projeto de Nação é, de fato, uma Estratégia Nacional - EN (Grande Estratégia ou Política Nacional), de longo prazo, transversal a sucessivos governos.** Sua longevidade é possível. **A EN proposta é apartidária e sem radicalismos ideológicos, étnicos, religiosos, identitários ou de qualquer natureza, portanto, em total afinidade com o perfil predominante do povo brasileiro.** É decisivo, para o futuro do Brasil, a existência de uma EN, que esteja em permanente execução. Não como um documento definitivo, draconiano, centralizador e difícil de ser atualizado, pois isso a inviabilizaria (Sagres, 2022a, p. 27, grifos nossos).

A prévia elaboração permite sublinhar algo que já foi apontado anteriormente: a fraseológica conexão entre as *premissas* do Projeto de Nação e os traços subjetivos inerentes ao assim chamado “perfil predominante do povo brasileiro”. Esta forçosa conexão,

instrumentalizada no sentido de corroborar a propositura do projeto em tela, paga tributo, em considerável grau, a um movimento de *naturalização* de certos traços de personalidade, tratados como *atributos congênitos* da subjetividade do ser social.

É possível demarcar aqui um marcador irracionalista de *naturalização* de certos atributos da subjetividade humana, um movimento que torna possível, ainda que equivocadamente, elencar uma espécie de *perfil psicológico* do “povo brasileiro”, tratado como *naturalmente* avesso a “radicalismos de qualquer espécie”. E é justamente fazendo alusão a este perfil, que os *think tanks* buscam corroborar seu Projeto de Nação, uma propositura de administração política fraseologicamente legitimada por estar “em total afinidade com o perfil do povo brasileiro”.

A este respeito, vale antecipar que a decorrência imediata deste movimento irracionalista é a *conexão habilitadora* entre as premissas do Projeto de Nação e os *atributos congênitos* deste suposto *perfil psicológico* do “povo brasileiro”. Por sua exemplaridade, é possível destacar o “mini cenário foco” do “Tema 11: Coesão nacional e sentimento coletivo de pátria” – Tema que, como vimos, foi deliberadamente elencado pelos autores do projeto – o qual aponta, para o ano de 2035, o fato de que uma vez enfraquecidos “o poder e a penetração das ideologias radicais na sociedade [...] prevaleceu o tradicional perfil psicossocial da Nação, conservador evolucionista e não imobilista” (Sagres, 2022a, p. 46). É também possível destacar fragmento do “Cenário Foco” o qual descreve explicitamente os traços inerentes ao “perfil político-ideológico” da maioria do povo brasileiro:

Mesmo considerando-se que, em pleno Século XXI, qualquer perfil político-ideológico apresenta-se com contornos de difícil definição, no caso atual é **válido afirmar que os cidadãos brasileiros, em sua maior parte, identificam-se como Conservadores evolucionistas, no campo psicossocial, e Liberais, porém, conscientes da responsabilidade social de apoiar, com políticas públicas sustentáveis, as camadas carentes da sociedade** (Sagres, 2022a, p. 15, grifos nossos).

Das passagens anteriormente aludidas já é possível apreender, com considerável grau de aproximação, a fraseológica conexão intentada pelos autores deste projeto como forma de legitimá-lo. Ademais, vai ficando cada vez mais claro que as *premissas* do Projeto de Nação estão calcadas na “ideologia nacional dos militares brasileiros”, fundamentalmente pautada no “liberalismo conservador” e no “anticomunismo”, conforme apontado por Lentz (2019, p. 68). A esta altura, já é possível apontar com clareza que esta compreensão acerca da realidade brasileira paga elevado tributo a hegemonia ideológica alcançada pela vertente liberal e conservadora dos militares ao longo dos anos, hegemonia que, como vimos, viria – e continua

a fazê-lo – a influenciar fortemente a *doutrina oficial* da instituição militar brasileira (Lentz, 2022a).

Ademais, é possível delimitar que essa *forçosa conexão* se realiza efetivamente a partir da criação de um *mito irracionalista* intitulado “povo brasileiro”, um conceito arbitrariamente formulado que visa condensar, em um *perfil ideológico* tipicamente brasileiro, traços de personalidade os quais são, em última instância, os mesmos defendidos pelos militares brasileiros. Não sendo do nosso interesse aprofundar esta discussão neste momento, basta dizer que a criação subjetiva de mitos é, conforme vimos em Lukács (2020), um incontestável *marcador irracionalista*, uma criação arbitrária e subjetiva que nega o caráter *autoconstitutivo* – ainda que contingente – do ser social.

Trata-se, portanto, de um movimento irracionalista que obstrui a *reta compreensão* do *caráter ativo* do ser social que, como vimos, efetiva-se *no mundo*, autoconstituindo-se, simultaneamente, material e subjetivamente. Em outros termos, o *mítico* conceito de “povo brasileiro” deflagra a incapacidade dos ideólogos militares em efetivamente *explicar* a formação da subjetividade humana enquanto desdobramento da articulação, via atividade sensível, entre o ser social e a sociabilidade, ou seja, entre o homem prático, real e as contingências sócio-históricas que encetam um campo de possíveis desdobramentos no nível da consciência. Se bem entendido, portanto, a subjetividade humana se faz *no mundo*. É, portanto, um desdobramento sócio-historicamente determinado, não sendo razoavelmente possível tomar nenhum traço de personalidade como *atributo congênito* do ser social. Em outras palavras: nenhum atributo está dado aprioristicamente, nem sempre fomos e nem sempre seremos.

Por fim, vale dizer que a criação deste mítico “povo brasileiro” se dá a partir da arbitrária seleção de um conjunto de atributos subjetivos próprios da sociabilidade capitalista, os quais são tomados como atributos congênitos à personalidade humana. Assim, a partir desta criação irracionalista que *responde* à sociabilidade do capital, os militares habilitam-se a rebobinar a história pregressa e prospectar o futuro. Ademais, e isto já está evidente, este *mito* é operacionalizado no sentido de corroborar o tempo presente, a sociedade capitalista. Quanto a isto, vale ressaltar, para fins desta breve discussão, que este *mito irracionalista* que congrega traços de subjetividade próprias do capital, tidos como atributos congênitos ao ser social, é utilizado pelos militares – assim como o fizeram os autores do Projeto de Nação – como forma de justificar o modo de produção capitalista, um “sistema econômico” que estaria em conformidade com a essência mesma do ser humano. Isto dito, é possível destacar, uma vez mais, o *alinhamento ideológico* entre o conteúdo do Projeto de Nação e a *doutrina*

militar oficial, a qual realiza – assim como o projeto – uma fraseológica “vinculação entre natureza humana e sistema econômico [o que] demonstra uma aderência ontológica da doutrina ao capitalismo, estruturada pelas vigas da liberdade de iniciativa individual, igualdade de oportunidades e a compreensão de um ‘bem comum’” (Lentz, 2022b, p. 59). Vai assim, se desvelando o *caráter militar* da propositura em análise.

Retomando as discussões acerca do funcionamento do “Centro de Governo”, é necessário ressaltar aqui ainda mais um indício do *caráter militar* do Projeto de Nação. Tida como uma das *premissas* deste projeto, a criação de um “Centro de Governo” constitui peça fundamental para efetivar a articulação entre as “Estratégias Ministeriais/Setoriais” e conjunto de “Objetivos Nacionais” e “Diretrizes Político-ideológicas” elencados. Quanto a isso, o *Resumo Executivo* explicita que

foi preconizada a criação de um Centro de Governo (CdG) para monitorar o Cenário Foco (ou Alvo) [...] e orientar e coordenar a elaboração das Estratégias Setoriais, de modo a manter o alinhamento com os Objetivos Nacionais e as Diretrizes Político-Estratégicas da EN [Estratégia Nacional] (Sagres, 2022a, p. 27).

Conforme discutido anteriormente, o Projeto de Nação não tem como objetivo elaborar estratégias de nível ministerial também chamadas de “Estratégias Setoriais”, de tal forma que caberia a um Centro de Governo “orientar e coordenar” a elaboração de tais estratégias. Tendo isso em vista, o *Resumo Executivo* explicita como o “Centro de Governo” funcionaria na prática:

A maioria das Diretrizes Político-Estratégicas, correspondentes aos Objetivos Nacionais do Projeto, é transversal a diferentes ministérios/secretarias e segmentos da sociedade. **Cabe aos níveis estratégicos dessas instâncias identificar as diretrizes que lhes competem, para elaborar estratégias e ações a elas correspondentes, de forma alinhada àquelas diretrizes. Quanto ao CdG, cabe identificar as diretrizes, em cada Tema, que impactam mais de um Ministério/Secretaria. Feito isso, o CdG promove encontro desses órgãos para elaborarem o planejamento conjunto para atender às diretrizes comuns.** O Ministério/Secretaria mais impactado por uma diretriz terá a coordenação do planejamento a ela referente. Nos casos de impasse entre esses órgãos, que o CdG não consiga solucionar, a decisão será levada ao Presidente da República (Sagres, 2022a, p. 28, grifos nossos).

Como é possível ver, o “Centro de Governo” irá exercer papel fundamental na construção do “Brasil Sonhado” pelos autores do Projeto de Nação. Fica claro, portanto, que o CdG irá atuar estrategicamente no sentido de articular os “Objetivos” e “Diretrizes” propostos no Projeto de Nação com as eventuais “Estratégias Ministeriais/Setoriais”. Assim sendo, ainda que o general Rocha Paiva tenha dito que a elaboração das “Estratégias Setoriais” seria

“problema” de cada ministério, fica evidente que a tarefa de elaboração de “Estratégias Ministeriais/Setoriais” é entendida pelos autores do Projeto de Nação como um claro “problema” do “Centro de Governo”. Esta elaboração, contudo, não é livre de controvérsias. Em primeiro lugar vale retomar que, segundo o Projeto de Nação, o “Centro de Governo” deveria ser criado a partir da elevação da *Secretaria de Assuntos Estratégicos* ao status de ministério. Isto posto, é da maior importância ressaltar que esta *Secretaria* esteve fortemente ocupada por representantes das Forças Armadas no último governo, de tal forma que, não parece ser casual a orientação em tela.

A rigor, a *Secretaria de Assuntos Estratégicos* sempre esteve ligada aos militares brasileiros. Por exemplo, após a “redemocratização” ou melhor a “sucessão transada” (Chasin, 2000a, p. 143), a *Secretaria* congregou os remanescentes serviços de informações da repressão (Lentz, 2022a, p. 302). Além do mais, já no governo de Fernando Henrique Cardoso houve a criação da Associação de Inteligência Brasileira (Abin) a qual igualmente ficou “aos cuidados da SAE, por meio de sua Subsecretaria de Inteligência (SSI)” (Lentz, 2022a, p. 302). Quanto a isso, é relevante pontuar que

a elaboração do projeto da Abin foi destinada ao general Fernando Cardoso, ex-chefe do Ciex e assessor direto do presidente e, posteriormente, ao general Alberto Mendes Cardoso, então ministro-chefe da Casa Militar de FHC e ex-assessor do antigo SNI [Serviço Nacional de Informações] (1981-1984)” (Lentz, 2022a, p. 302-303).

Assim sendo, já na Nova República “a partir de março de 1996, os serviços de informações voltaram aos cuidados dos militares encarregados do ‘Estado-Maior’ da presidência da república”, donde merece destaque a figura do general Alberto Mendes Cardoso, um dos fundadores e membro do Conselho Superior do Instituto General Villas Bôas (General Villas Bôas, [s.d.a]) e um dos autores do Projeto de Nação e membro do Comitê Revisor desta empreitada (Sagres, 2022a, p. 97). Evidencia-se assim o “pano de fundo” - nada casual - que leva a indicação de criação do “Centro de Governo” a partir da elevação da *Secretaria de Assuntos Estratégicos* ao *status* de ministério.

Ainda a respeito deste “pano de fundo”, não parece ser desimportante o fato de que a mesma *Secretaria* foi chefiada no primeiro ano do governo Bolsonaro pelo general de quatro estrelas Maynard Marques de Santa Rosa (Brasil, 2019b), membro do Conselho Consultivo do Instituto SAGRES (Sagres, [s.d.f]) e, assim como Mendes Cardoso, um dos generais autores do Projeto de Nação e membro do Comitê Revisor do Projeto (Sagres, 2022a, p. 97). Naquele mesmo ano, em entrevista publicada no site oficial do *Governo Brasileiro*, Santa

Rosa, então à frente da *Secretaria*, aponta que o Brasil não possui um planejamento estratégico de longo prazo e atesta o diagnóstico que nos trouxe a isso:

O governo militar tinha uma visão estratégica bastante definida por razões geopolíticas. Quando o regime militar se extinguiu, voltou o fracionamento anterior. É preciso recuperar agora o pensamento estratégico de longo prazo do governo federal. Os estudos que foram feitos recentemente pelo TCU, a partir de 2014, e essa tentativa de se alinhar com a OCDE estão favorecendo esse esforço. **Não é viável um país do tamanho do nosso, com 210 milhões de pessoas, não ter uma visão estratégica centralizada e uma definição de futuro do conjunto** (Brasil, 2019b, grifos nossos).

Entre a apologia à ditadura militar e a menção à OCDE como forma de corroborar a relevância de um planejamento estratégico de longo prazo, o general recai sobre a necessidade de desenvolver-se uma “visão estratégica centralizada”. A este respeito, Santa Rosa antecipa uma série de apontamentos que viriam a constar no Projeto de Nação. Perguntado sobre sua opinião acerca do papel do planejamento estratégico no âmbito do Governo Federal, o general de exército destacou que

A visão de futuro no que diz respeito ao Planejamento Estratégico deve ser construída no Centro do Governo, considerando as tendências evolutivas da sociedade e os parâmetros escolhidos pela maioria na eleição do presidente. Não é mais viável uma centralização total, mas **é possível a centralização no nível de diretriz estratégica. As diretrizes estratégicas precisam ser decompostas nos ministérios mediante um trabalho de articulação feito a partir da Presidência da República. As diretrizes precisam ser centralizadas e a execução descentralizada** (Brasil, 2019c, grifos nossos).

Da fala de Santa Rosa já é possível, destacar até mesmo o uso de conceitos idênticos àqueles contidos no Projeto de Nação, dado que o então chefe da *Secretaria de Assuntos Estratégicos* sublinha a relevância de formulação das “diretrizes estratégicas” capazes de orientar a formulação das estratégias de nível ministerial/setorial, compreensão idêntica àquela presente no Projeto de Nação. Na passagem anterior, Santa Rosa atesta que a articulação em tela deveria se dar “a partir da Presidência da República”, o que ele também chama de “Centro do Governo”. Esta colocação, entretanto, não defende que o presidente seja o exclusivo elaborador do “Planejamento Estratégico” do país. Aí reside a relevância da *Secretaria de Assuntos Estratégicos* a qual, segundo o general, “tem a função institucional de avaliar a conjuntura, levantar as macrotendências de futuro e formular os cenários alternativos a serem submetidos à decisão do governo” (Brasil, 2019b).

Em outros termos, portanto, segundo o general as decisões estratégicas do “Centro do Governo”, ou seja, da presidência da República, deveriam ser orientadas e informadas pelas

“macrotendências” e “cenários alternativos” elaborados pela *Secretaria de Assuntos Estratégicos*. Dito de outra forma, o “Centro do Governo” e a *Secretaria de Assuntos Estratégicos* deveriam atuar em estreito alinhamento de tal forma que o primeiro toma as decisões, enquanto o segundo as orienta. Esse estreito e necessário vínculo é igualmente apontado pelo Projeto de Nação de tal forma que a única real distinção entre as falas de Santa Rosa e o projeto é que, para o general, o “Centro do Governo” trata-se da presidência da República assessorada pela *Secretaria de Assuntos Estratégicos*, enquanto para o segundo o “Centro de Governo” é a própria *Secretaria* elevada a *status* de ministério visando assessorar a tomada de decisão do Executivo Federal. Nota-se, portanto, que o cerne da questão já havia sido antecipado por Santa Rosa: a *Secretaria de Assuntos Estratégicos* deve desempenhar papel decisivo na orientação estratégica do país. Assim sendo, apesar de não falar em um “Centro de Governo” nos termos do Projeto de Nação, Santa Rosa faz alusão a uma espécie de “mote” o qual já antecipava aquele que viria a ser o cerne da elaboração contida no Projeto de Nação: “As diretrizes precisam ser centralizadas e a execução descentralizada” (Brasil, 2019b).

Ademais, vale destacar que Santa Rosa deixa claro que a *Secretaria* trabalhou “com sete agendas estratégicas aprovadas pelo Presidente da República” sendo elas: 1) tecnologia aeroespacial; 2) tecnologia nuclear; 3) Calha Norte do Rio Amazonas; 4) defesa cibernética; 5) saúde; 6) mineração e 7) desenvolvimento tecnológico nacional (Brasil, 2019b), temas que, em maior ou menor grau, serão igualmente trabalhados no Projeto de Nação. Além disso, é possível reter o alinhamento de diversas destas “agendas” com temas caros aos militares brasileiros, o que é sintomático do comprovado enraizamento dos militares nesta *Secretaria*.

Ainda a respeito desta discussão, é necessário pontuar que Santa Rosa deixou o cargo em novembro do primeiro ano do governo Bolsonaro (Rodrigues, 2019), cargo que somente viria a ser assumido novamente em janeiro de 2020 pelo civil Bruno Grossi, indicado diretamente pelo então presidente (Vargas, 2020). Assim sendo, esta indicação supostamente contestaria o *aparelhamento militar* da *Secretaria* em tela. Contudo, transcorrido pouco mais de um mês da posse de Grossi, Bolsonaro colocaria, via decreto, a *Secretaria* “sob sua ‘subordinação direta’” nomeando, no mesmo dia, o almirante da ativa Flávio Augusto Viana Rocha para o cargo antes ocupado por um civil (Mazui, 2020). Em outros termos, a *Secretaria*, novamente ocupada por um militar, passava agora a remeter-se diretamente a Bolsonaro, assumindo papel fundamental na articulação com a Presidência da República. Após essa movimentação na *Secretaria*, o *aparelhamento militar* seguiu, donde destaca-se a indicação do general da ativa Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, para o cargo de

“secretário de Estudos Estratégicos da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República” (Mazui, 2021a), sendo posteriormente nomeado para o cargo de “assessor especial da SAE” (Mazui, 2021b).

Ademais, não é possível deixar de destacar que todas essas mudanças incorreram no notório ganho de relevância desta *Secretaria*, ocupada e chefiada por membros das Forças Armadas, no governo anterior. A este respeito, é sintomática a constatação de que “Trabalhando de forma obsessiva nos bastidores, e cada vez mais desenvolvido no governo, Flávio Rocha ‘assumiu’ até outras funções, como na área diplomática. O Almirante tem tentado cobrir as falhas do cobrir as falhas do chanceler Ernesto Araújo” ou ainda o fato de que o chefe da *Secretaria* “tem usado a SAE como ponta de lança para atuar no governo em outras áreas com desenvoltura. É hoje um dos conselheiros que o presidente mais ouve” (Leitão, 2021).

Todos os elementos somados corroboram o apontamento de Piero Leirner acerca do fato de que parte do projeto militar para o governo Bolsonaro “compreende o agenciamento que eles tentarão impor aos processos políticos, estabelecendo, assim, uma versão tropicalizada do que é o Pentágono norte-americano” (Leirner, 2021a, p. 109). Em outros termos, portanto, é tendo essa conformação e atuação da *Secretaria* em vista que os autores do Projeto de Nação pautaram a sua proposta de criação de um “Centro de Governo” deixando entrever a compreensão de que os militares se veem enquanto legítimos responsáveis pela elaboração do planejamento estratégico de longo prazo do país. Em última instância, a propositura em tela dá guarida para o *velado interesse de ingerência militar* nos processos decisórios tanto do executivo federal quanto dos mais diversos ministérios. Assim sendo, sublinha-se, uma vez mais, o *caráter militar* da propositura em tela.

Para fins deste subcapítulo, é ainda necessário sublinhar outro elemento inerente a este projeto que faz destacar este *caráter militar*. Trata-se dos próprios conceitos utilizados para a elaboração desta assim chamada “Estratégia Nacional”, elaboração que, como veremos, paga tributo a maneira como os militares brasileiros concebem e elaboram seus Planejamentos Estratégicos de longo prazo. Assim sendo, é possível destacar a *origem militar* dos conceitos utilizados pelo Projeto de Nação - “Objetivos Nacionais”, “Diretrizes Político-Estratégicas” e “Óbices” - na “doutrina de ação política” formulada e consolidada pela *Escola Superior de Guerra* constituindo “a versão oficial da estrutura de pensamento ideológico da instituição militar para a política” (Lentz, 2022a, p. 238).

A este respeito, vale dizer que antes mesmo da “consolidação” da *Doutrina*, a qual se deu no ano de 1975, conforme Lentz (2022a, p. 238), a *Escola Superior de Guerra* já havia

produzido há duas décadas o que o autor em tela chama de um “projeto” de *Doutrina*. Este “projeto” se deu a partir da elaboração do “então tenente-coronel Golbery [que] integrou o corpo permanente de pesquisa da escola até 1955, quando elaborou um projeto de doutrina de ação política para a segurança nacional, publicado pela Biblioteca do Exército no mesmo ano, sob o título Planejamento estratégico” (Lentz, 2022a, p. 122). Ao analisar este material¹¹², Lentz (2022a, p. 122) exprime o que chamou de “estrutura básica” deste “projeto” de *Doutrina*:

Estrutura básica: a finalidade da ação política se concentra na fixação de objetivos nacionais de caráter permanente e conjunturais; os meios de efetivação desses objetivos dependem do poder nacional traçado por fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares; a política nacional visaria ‘fortalecer’ e desenvolver o ‘potencial nacional’ desse poder visando os objetivos nacionais; **e a melhor forma de combinar fins e meios, por uma estratégia nacional que produzisse diretrizes governamentais a serem administradas** (Lentz, 2022a, p. 122-123, grifos nossos).

Já é possível apreender daqui uma espécie de embrião daquilo que viria a ser a “doutrina de ação política” dos militares brasileiros e, por consequência, dos conceitos empregados pelos autores do Projeto de Nação. Em especial, destaca-se a fundamental “fixação de objetivos nacionais” além da consecução de uma “estratégia nacional” como “forma de combinar fins e meios” a partir de “diretrizes governamentais” - elaborações quase idênticas àquelas utilizadas para a consecução do Projeto de Nação. Atestando que o cerne dos conceitos utilizados no Projeto de Nação advém do *ideário militar* se faz necessário salientar sumariamente que: “Além de fornecer um esquema para o esforço estratégico da ESG, Golbery oferecia uma interpretação a partir desse esquema sobre quais seriam os objetivos nacionais, suas principais ameaças e qual a melhor estratégia a ser tomada” (Lentz, 2022a, p. 123), concepção idêntica à estrutura do Projeto de Nação.

Na esteira desse “projeto” de *Doutrina* embrionariamente elaborada por Golbery, a “doutrina de ação política” posteriormente consolidada pela *Escola Superior de Guerra*

¹¹² O mesmo material estudado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção, conforme discutido no *subcapítulo 4.3.2* deste trabalho. Ao discutir a formulação dos “Objetivos Nacionais” de Golbery, a autora destaca laivos irracionistas” que possuem a mesma *tônica irracionista* previamente sublinhada a partir do procedimento realizado pelos autores do Projeto de Nação ao elaborar os “Objetivos Nacionais” evocando *mitos* como “identidade nacional” e “povo brasileiro”. Assim sendo, a análise da autora constitui uma relevante baliza analítica para a presente pesquisa ao apontar que “Aos ON [Objetivos Nacionais] Golbery atribui a pretensão de traduzir os interesses e as aspirações e todo o grupo nacional, assim mesmo, *indefinido, uno e indivisível*. No tratamento dessa questão aparecem também os laivos irracionistas do pensamento do general. Temas como ‘instinto’, ‘alma popular’ ou ‘alma nacional’, ‘vontade coletiva’ são aqui recorrentes e aditam-se ao ahistoricismo - ou, antes, anti-historicismo - de seu pensamento” (Assunção, 1999, p. 97).

aponta que “a fixação de objetivos nacionais seria um dos componentes centrais do Estado-nação” (Lentz, 2022a, p. 245). Ademais, merece destaque o fato de que

Seguindo a noção de racionalidade humana que exige um objetivo claro para a ação racional, esses objetivos se organizariam de forma hierárquica na escala individual, grupal, nacional, em decorrência dos valores da sobrevivência, da integração, da expansão, da conservação, da convenção moral, da unidade, da coesão e da integração. **São desses valores, uma vez transformados em aspirações, que “emergem” os objetivos nacionais** (Brasil, 1983) (Lentz, 2022a, p. 245, grifos nossos).

Sem quaisquer pretensões de apontar aqui as minúcias desta *Doutrina*, destaca-se o fato de que os “Objetivos Nacionais” estão calcados em *mitos irracionistas* como “identidade nacional”¹¹³, interesses e aspirações nacionais” (Lentz, 2022a, p. 239), *mitos* igualmente aludidos por Rocha Paiva ao dizer que os “Objetivos Nacionais” foram estipulados em conformidade com os “Cenários” elaborados levando em conta a “identidade nacional” (Sagres, 2022b). Em outros termos, apesar da realização da Consulta Águres que deveria estipular critérios objetivos para a elaboração dos Cenários, o general de brigada deixa claro em sua apresentação na sede do *Clube Militar* que “essa consulta para a elaboração de cenários é feita com base nos anseios, na história, nas tradições do nosso país”, ressaltando uma vez mais as incessantes intromissões subjetivas e a debilidade teórica que conduziu a elaboração deste projeto (Militar, 2022).

Retomando as discussões acerca da *Doutrina militar*, é relevante pontuar que os “Objetivos Nacionais” são divididos em “Objetivos Nacionais Permanentes” e “Objetivos Nacionais Atuais”¹¹⁴. Vale dizer ainda que “os objetivos nacionais permanentes da nação brasileira são definidos sob clara influência do pensamento dos autores Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado e Fernando Azevedo” (Lentz, 2022a, p. 260), autores centrais para o ideário conservador brasileiro. Assim sendo, não parece ser casual o explícito apontamento no site oficial do Instituto SAGRES de que o ideário de Alberto Torres tenha sido utilizado como “fundamentação” do Projeto de Nação¹¹⁵ (Sagres, [s.d.b]).

¹¹³ Para a *Doutrina militar*, a “identidade nacional” condensa os atributos: 1) individualismo; 2) adaptabilidade; 3) improvisação; 4) pacifismo e 5) cordialidade (Lentz, 2022a, p. 259). Vale dizer que “segundo a doutrina, outros elementos da vida contemporânea vêm trazendo características novas, como solidariedade, tolerância e fraternidade”, conforme Lentz (2022a, p. 258).

¹¹⁴ Distinção previamente aludida por Golbery do Couto e Silva, conforme Assunção (1999), o que corrobora a relevância de suas elaborações para a *Doutrina* que viria a consolidar o *ideário militar brasileiro*.

¹¹⁵ Soma-se a isso a menção a outros autores conservadores. A este respeito, destaca-se o artigo intitulado *A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político* igualmente apontado enquanto “fundamentação” do Projeto de Nação. O artigo em tela apresenta o ideário de Azevedo Amaral e Oliveira Viana, este último, figura central para a consecução dos “Objetivos Nacionais Permanentes” da *Doutrina militar*, conforme Lentz (2022a, p. 260).

Em suma, “os objetivos nacionais permanentes seriam aqueles refletores dos ‘interesses e aspirações vitais que, por isto mesmo, subsistem durante longo período do tempo’ (Brasil, 1975)” (Lentz, 2022a, p. 246). Já os “Objetivos Nacionais Atuais” dizem respeito a objetivos de “curto e médio prazo”, ou seja, objetivos “susceptíveis à conjuntura do momento, que ‘expressam etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes’ (Brasil, 1975, p. 37)” (Lentz, 2022a, p. 261). Explicitando ainda mais o *caráter militar* do Projeto de Nação é vital explicitar que a *Doutrina* atesta a necessidade de se apreender os “Óbices” que se oponham ao alcance e manutenção dos “Objetivos nacionais”. Em outros termos, para o ideário militar, os ditos “Óbices” seriam uma série de obstáculos “materiais e imateriais, condicionantes estruturais ou conjunturais, decorrentes de fatos naturais, sociais ou da vontade humana que ‘dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais’ (Brasil, 1983, p. 104)” (Lentz, 2022a, p. 272).

Ainda a respeito dos “Óbices”, vale dizer que “são divididos em dois tipos, sejam internos e/ou externos à nação”, o primeiro tipo trata dos “fatores adversos: destituídos de sentido contestatório. Geram entraves para ‘a conquista e manutenção dos objetivos nacionais’”, enquanto o segundo trata dos “antagonismos: atitude deliberada e contestatória que se contraponha à ‘conquista e manutenção dos objetivos nacionais’” (Lentz, 2022a, p. 272). Isto posto, é igualmente relevante apontar que “A teoria de conflitos da doutrina é clara em colocar o antagonismo político no centro de suas razões de segurança” (Lentz, 2022a, p. 272). Dito de outra forma, os militares brasileiros estiveram preponderantemente voltados a análise dos “Óbices” de tipo “antagônico”, ou seja, aqueles “Óbices”, internos ou externos, que deliberadamente se opõem a consecução dos “Objetivos Nacionais”.

Quanto a isto, no capítulo intitulado *Informação e Inteligência*, Lentz (2022a, p. 303) explicita que “a visão dos militares sobre o tema, segundo a doutrina atualizada da ESG, sofreu poucas modificações” ao longo dos anos. Em outras palavras

a produção de inteligência se manteve submetida ao universo antagônico, cenário este “caracterizado essencialmente pela existência, real ou potencial, de óbices que, deliberadamente, se contraponham ao atingimento dos Objetivos Nacionais Fundamentais” (Brasil, 2006, p. 90) (Lentz, 2022a, p. 303).

A prevalência deste “universo antagônico” no pensamento estratégico dos militares se faz sentir claramente na delimitação dos dois “Óbices” centrais para o Projeto de Nação: o comunismo e o globalismo, os quais definem, em larga medida, a “tônica” da propositura em tela.

Acerca da delimitação dos “Óbices”, é interessante pontuar que os autores do Projeto de Nação explicitam que para a última etapa de elaboração do Projeto de Nação seria aplicada a *Matriz Swot* (Sagres, [2021a], p. 2), ferramenta de gestão bastante conhecida a qual permite elencar atributos internos (forças e fraquezas) e atributos externos (oportunidades e ameaças) acerca de determinado tema. Apesar da alusão ao uso da *Matriz Swot*, chama a atenção a ausência de uma explícita apresentação do conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças elencadas a partir da aplicação dessa ferramenta de gestão. Ainda que termos como “ameaças” e “oportunidades” apareçam ao longo do documento, é sintomática a substituição dos termos técnicos contidos na *Matriz Swot* pelo conceito de “Óbice”, termo, como vimos, inerente ao *ideário militar* e que *efetivamente* delimita os rumos do Projeto de Nação.

Retomando as falas do coordenador do Projeto de Nação, é possível destacar essa constante *tensão* entre os termos técnicos e os termos militares. Explicando os procedimentos tomados, Rocha Paiva afirma que em primeiro lugar “nós levantamos os objetivos nacionais e depois, considerando ameaças e oportunidades, nós levantamos as diretrizes político estratégicas” (Sagres, 2022b). Nota-se aqui a clara referência aos termos contidos na *Matriz Swot*. Entretanto, ainda na mesma apresentação, o co-coordenador do projeto destaca que, após elaborados os cenários prospectivos “nós tivemos várias reuniões para levantar os objetivos nacionais ou se quiserem, objetivos políticos, e as diretrizes político-estratégicas, considerando óbices e oportunidades” (Sagres, 2022b). Assim sendo, as falas de Rocha Paiva são sintomáticas da constante *tensão* entre o suposto caráter técnico, imparcial e coletivo e o caráter militar, parcial e unilateral do Projeto de Nação. A rigor, o fato do termo “Óbice” ter sido oficialmente empregado em detrimento do termo “ameaça”, é sintomático de que o *caráter militar* deste projeto se sobrepõe ao seu frágil caráter técnico, fraseologicamente amparado pelo suposto uso de “métodos consagrados”.

A rigor, portanto, é possível sublinhar a relevância da *Doutrina militar* em todos os principais pontos inerentes às elaborações estratégicas contidas no Projeto de Nação - os conceitos “Objetivos”, “Diretrizes” e “Óbices”. Quanto a isto, é bastante esclarecedora a síntese feita por Lentz de que

o atual planejamento estratégico [explícito pela *Doutrina*] implica quatro grandes fases: **a primeira é o diagnóstico da realidade**, por meio do amplo levantamento da conjuntura nacional em suas expressões de poder político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico; **a segunda, a fixação dos objetivos nacionais fundamentais** (existenciais de longo prazo), de Estado (médio prazo, independente de governos) e de governo (curto prazo, demandas conjunturais), **incluindo a prospecção de cenários** para orientar a decisão política; **a terceira é a concepção estratégica**, que define ações, opções, **diretrizes** e planos estratégicos **no âmbito do**

Estado, especialmente de governo; e a quarta, de gestão, cuidando da execução e acompanhamento do planejamento em constante revisão (Lentz, 2022a, p. 293, grifos nossos).

Da passagem anterior, é possível apreender que o *cerne* do “planejamento estratégico” dos militares brasileiros informa em grande medida as elaborações presentes no Projeto de Nação. Dito de outra forma, as fases apontadas pela *Doutrina* apresentam estreito vínculo com as “fases” de elaboração do Projeto de Nação, as quais seriam: 1) Elaboração de Cenários Prospectivos - Cenário Alvo ao final; 2) Definição de Objetivos Nacionais, com base no Cenário Alvo; 3) Elaboração das Diretrizes Político-Estratégicas, com base nos Objetivos Nacionais e na Matriz Swot; 4) Integração, Consolidação e Conclusão do Projeto (Sagres, [2021a], p. 2).

Em primeiro lugar, assim como aponta a *Doutrina*, os autores do Projeto de Nação realizaram um “diagnóstico de realidade”, o qual, como vimos anteriormente, se deu a partir da suposta consulta a outros estudos prospectivos e a consulta aos assim chamados “especialistas”. Por se tratar de um estudo prospectivo, o “diagnóstico” realizado esteve voltado ao ano de 2035, procedimento que possibilitou a delimitação dos “Temas”, “Incertezas” e as “Hipóteses”. Isto feito, a partir da consulta *Águres*, foi realizada, assim como aponta o planejamento estratégico da *Doutrina*, a “prospecção de cenários” o que possibilitou elaborar os “Mini Cenários-foco” e o conseqüente “Cenário Foco”, sendo que, a partir deste último, elaborou-se os “Objetivos Nacionais” ou, nos termos da *Doutrina*: a “fixação dos objetivos nacionais”. Feito isto, foram elencados, a partir da *Matriz Swot*, os “Óbices” que orientaram a elaboração das “Diretrizes Político-Estratégicas”, procedimento igualmente apontado na etapa de “concepção Estratégica” da *Doutrina*. Por fim, propõe-se a criação de um “Centro de Governo” capaz de realizar a gestão, acompanhamento e revisão do planejamento estratégico, necessidade igualmente explicitada pela *Doutrina*. Vale dizer, contudo, que a proposta de criação de um “Centro de Governo” não é explicitamente apontada pela doutrina.

A respeito da última fase de planejamento estratégico da *Doutrina*, segundo Lentz (2022a, p. 293) “É necessário frisar que a doutrina atualizada da ESG não aponta qual instituição do Estado é responsável por dirigir esse planejamento”. Assim sendo, a proposta de constituição de um “Centro de Governo” não contraria a proposta da *Doutrina*, antes a complementa. Ademais, a proposta de criação de um “Centro de Governo” defendida pelo Projeto de Nação corrobora a hipótese de Rodrigo Lentz:

de que a alta cúpula militar brasileira – seja pelo Estado-Maior Conjunto, seja pelo Alto Comando de cada Força – execute essa estrutura de planejamento nacional, especialmente em relação ao poder político, orientando suas ações com base nessa metodologia da tutela, sobretudo em momentos de crise e instabilidade política (Lentz, 2022a, p. 294).

Em outros termos, portanto, a proposta de alçar a *Secretaria de Assuntos Estratégicos*, historicamente ligada a figuras das Forças Armadas, a um “Centro de Governo” com *status* de ministério além de complementar os apontamentos da *Doutrina*, faz ressoar o *caráter militar* da propositura em tela.

Fica assim exposta a última etapa de consecução do Projeto de Nação, uma etapa, mais uma vez, realizada exclusivamente pelos próprios autores do Projeto de Nação. Reiterando a falta de clareza dos procedimentos tomados, conforme apontado pelo documento final, os procedimentos foram exclusivamente tomados por uma indeterminada “Coordenação do Projeto”. Como vimos, os materiais são incapazes de sequer explicitar quem compõe esta “Coordenação”. Além disto, apesar da menção a realização de uma *Matriz Swot*, nem o Projeto de Nação nem qualquer outro material encontrado é capaz de apontar explicitamente o conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças elencadas. A rigor, fazendo sobressair seu *caráter militar*, o Projeto de Nação apenas apresenta as “ameaças” elencadas, tratadas exclusivamente enquanto “Óbices”. Como vimos, o emprego deste termo, assim como os termos “Objetivos Nacionais” e “Diretriz Político-Estratégica”, paga elevado tributo aos procedimentos inerentes ao planejamento estratégico da *Doutrina militar*. Em outros termos, o cerne do planejamento estratégico da *Doutrina* se faz presente no Projeto de Nação.

Por fim, é ainda possível destacar uma espécie de complementação à quarta fase de planejamento estratégico da *Doutrina*, na proposta específica de criação de um “Centro de Governo” expressa pelo Projeto de Nação. Entretanto, conforme ressaltamos, essa proposta não parece ser nem um pouco casual, visto que visa elevar a *Secretaria de Assuntos Estratégicos* ao nível de ministério. Como vimos, essa *Secretaria* ocupou os remanescentes órgãos de informações da ditadura militar, além de ter sido ocupada ao longo dos anos por uma série de representantes das Forças Armadas, sendo inclusive, recentemente chefiada por um dos próprios generais autores do Projeto de Nação além de ter sido chefiada por um almirante da Marinha no momento em que o projeto foi realizado.

5.2.6 Apontamentos conclusivos

Somadas todas as controvérsias explicitadas ao longo dos últimos subcapítulos, ressaltamos, com considerável grau de apuração, estarmos diante de um documento impregnado de enviesamentos e distorções deliberados. A partir da análise dos procedimentos tomados, foi possível destacar o frágil caráter técnico e o baixo rigor teórico-metodológico dos procedimentos tomados, donde muitas das vezes, sobressaíram apontamentos deliberados, de tal forma que o resultado final do Projeto de Nação pagou elevado tributo a subjetividade mesma de seus autores. Conforme atestado por uma fala do coordenador do projeto, a despeito da consulta aos assim chamados “especialistas”, “Temas” caros aos militares brasileiros foram unilateralmente elencados já na primeira fase da metodologia FIGE. A partir da exemplaridade do “Globalismo”, tornou-se possível apreender que a *visão de mundo dos militares brasileiros*, afeita a conspiracionismos e apontamentos persecutórios, desempenhou papel fundamental nos rumos deste projeto, implicando em declarados enviesamentos já na primeira etapa de sua consecução.

É da maior importância retomar que, em contraposição a outros estudos prospectivos realizados pelo Instituto SAGRES, os procedimentos tomados para a consecução do Projeto de Nação são incontestavelmente menos rigorosos e controversos, fazendo transparecer uma série de indeterminações e imprecisões que, ao que tudo indica, não parecem ter sido casuais. Soma-se a isso a realização da consulta Áugures, a qual deixou entrever, em muitos aspectos, contraposições decisivas à “essência do Método Delphi”, o qual supostamente teria servido de embasamento ao método do SAGRES. Ainda a respeito desta etapa, foi possível apreender uma certa *receptividade* a uma espécie de *intuicionismo* uma vez que os respondentes da consulta eram chamados a elencar um conjunto de “Hipóteses”, grife-se, *posicionando-se mentalmente no ano de 2035*. Além disso, conforme demonstramos, apesar da incessante alusão ao indiscriminado termo “especialistas”, os dúbios procedimentos tomados não são capazes de garantir o envio da consulta a verdadeiros e efetivos especialistas nos termos do Método Delphi. Assim sendo, conforme demonstramos, para o caso do Projeto de Nação o termo “especialista” é *destituído de conteúdo real*. Dito de outra forma, tais procedimentos habilitaram respostas *desinformadas e meramente especulativas* por parte dos 2500 respondentes da consulta. Ainda em relação a essa etapa, foi possível delimitar que os materiais disponíveis omitem o – comprovado - envio deliberado da consulta Áugures a militares da ativa. Levando em conta a incapacidade dos autores do Projeto de Nação de *efetivamente* explicitar os dados obtidos e apresentar os Cenários “Provável” e “Otimista” realizados, torna-se impossível compreender como, *de fato*, a consulta foi capaz de embasar os rumos do Projeto de Nação. Ao fim e ao cabo, os elementos a que chegamos indicam que a

consulta Áugures parece ter servido muito mais para habilitar um “sem número de respondentes”, o que permitiu, em última instância, o uso das recorrentes e apelativas “frases de efeito” como forma de apregoar um caráter coletivo a este projeto.

Quanto à etapa seguinte de elaboração de cenários prospectivos, foi possível apreender, uma vez mais, as intromissões subjetivas nas análises realizadas. Desta análise, foi possível antever a criação de *mitos irracionistas*, como é o caso do “povo brasileiro”, como forma de endossar as propostas apresentadas. Fazendo alusão a preceitos liberais e conservadores, os autores do Projeto de Nação incorrem na *naturalização* de certos traços da subjetividade do ser social, um *procedimento irracionista* que obstrui a reta compreensão de que tais desdobramentos são contingentes. Em outros termos, não estão dados aprioristicamente. Ao revés, considerando o caráter autoconstitutivo – ainda que contingente – do ser social, tais desdobramentos subjetivos realizam-se na relação, via atividade sensível, entre indivíduo e a sociabilidade que lhe coloca um campo de possíveis desdobramentos. Assim, ativa e contingencialmente, o homem se faz *no* mundo, tanto a nível material quanto espiritual. Conforme ressaltado anteriormente - o que é ainda mais vital -, a compreensão acerca deste *naturalizado* “perfil político-ideológico” do “povo brasileiro” encontra seu *fator explicativo* no *ideário militar* que informa a elaboração deste projeto.

A análise permitiu ainda destacar o *alinhamento ideológico* entre as *premissas* do Projeto de Nação e uma série de preceitos inerentes ao *pensamento dos militares brasileiros*, donde destacam-se a incontestada defesa do capitalismo, a resoluta oposição ao comunismo e a defesa da diminuta e pontual intervenção estatal na economia. Conforme tentamos demonstrar, a última etapa de elaboração do Projeto de Nação está calcada nas etapas de planejamento estratégico da *Doutrina militar brasileira*. Ainda que retendo especificidades, a derradeira etapa de consecução dos “Objetivos Nacionais”, “Diretrizes Político-Estratégicas” e “Óbices” explicita o *caráter militar* que informa os procedimentos do Projeto de Nação. Conforme discutido anteriormente, os termos empregados pelo Projeto de Nação advêm da concepção de planejamento estratégico da *Doutrina* que informa o *ideário dos militares brasileiros* e, por conseguinte, a concepção estratégica do “Brasil de 2035” em tela. A este respeito, chama a atenção a ausência do emprego destes termos atrelados ao *ideário militar* em outros estudos prospectivos já realizados pelo SAGRES. Assim sendo, em contraposição ao *Plano Goiás 2030* ou ao *Cenários Brasil 2022*, é possível apreender que o elevado tributo pago pelo Projeto de Nação ao *ideário militar* que informa seus autores não é procedimento habitual do Instituto SAGRES. Destaca-se ainda a pouco casual proposta de criação de um “Centro de Governo” a partir da *Secretaria de Assuntos Estratégica*, uma das *premissas* do

Projeto de Nação, a qual deixa entrever, uma vez mais, os *velados interesses militares* por trás da propositura em tela.

Todos os elementos somados evidenciam a derrocada da análise objetiva e rigorosa em face da explícita intromissão da subjetividade dos autores deste projeto. Ao fim e ao cabo, cai por terra a *aparência de racionalidade*, calcada na técnica, na aplicação de “métodos consagrados” e na imparcialidade das análises, tantas vezes aludida pelos autores do Projeto de Nação, revelando a *essencial* ausência de rigor, a falta de clareza e transparência dos procedimentos, o enviesamento deliberado dos rumos das análises e o *essencial caráter militar* de *seu* projeto. Contrapondo-se às desmedidas frases de efeito de que “O projeto não tem dono” ou ainda de que “O dono é o Brasil”, estamos diante de um *Projeto de Nação essencialmente militar*. Ainda que guardem especificidades ideológicas, os *think tanks* autores deste projeto estão em *comunhão ideológica* quanto a um conjunto de premissas conservadoras e liberais que, como vimos, são informadas pelo *ideário militar* que decisivamente orientou a elaboração de *seu* projeto. Ademais, a análise de todas as etapas atesta a participação de figuras militares em todos os momentos decisivos deste projeto, desde sua idealização, passando por sua coordenação e culminando na elaboração do conteúdo final do Projeto de Nação. Em outros termos, as especificidades ideológicas de cada *think tank* e de cada autor do Projeto de Nação são suprimidas pelas premissas conservadoras e liberais que os comungam, as quais advêm, em última instância, do *ideário militar* que decisivamente implicou os rumos desta empreitada, desde sua idealização até o resultado final obtido.

Assim sendo, a propositura em tela expressa decisivamente elementos do *ideário militar* que a informa. Em particular, os elementos colhidos e apresentados até aqui já permitem apontar que este projeto expressa em suas linhas, a compreensão dos militares brasileiros acerca da atuação do Estado frente a seu objeto de gestão: o modo de produção e distribuição capitalista. Em outros termos, portanto, trata-se da cristalização do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*. Isto aludido, resta agora demonstrá-lo a partir da análise da propositura de administração política expressa pelo Projeto de Nação.

5.3 O PROJETO DE NAÇÃO: A CRISTALIZAÇÃO DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO-POLÍTICO DOS MILITARES BRASILEIROS

Conforme demonstrado anteriormente, o *ideário militar* que informa, em maior ou menor medida, a visão de mundo dos autores do Projeto de Nação, empregou decisivos

desdobramentos ao *seu* projeto. Como vimos, segundo o próprio documento final, trata-se de uma “Estratégia Nacional” de longo prazo, a qual compreende uma série de “Objetivos”, “Diretrizes” e “Óbices” para a atuação estatal nos mais diversos “Temas”. Em outros termos, trata-se de uma propositura de administração política visando o ano de 2035. Assim sendo, a partir das aproximações realizadas até este ponto, nos parece razoável tomar como *pressuposto investigativo* o Projeto de Nação enquanto a cristalização do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*. Ademais, as discussões já realizadas, amparam ainda outro razoável *pressuposto investigativo* o fato de que ainda outros materiais de autoria do Instituto SAGRES expressam em suas linhas o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*. Assim, tomando esses *pressupostos*, nos lançamos a alcançar o *objetivo central* de *apreender, por meio da análise imanente, a natureza do pensamento administrativo-político dos militares expresso em materiais do Instituto SAGRES com o fito de desvelar suas tendências irracionalistas*.

A este respeito, salientamos que os outros *think tanks* autores do Projeto de Nação, o Instituto General Villas Bôas e Federalista não produzem materiais que permitam maiores aproximações ao objeto em tela. Quanto ao Instituto General Villas Bôas, destacamos que, até mesmo pelo pouco tempo de atividade, não apresenta documentos, artigos e demais publicações que discorram acerca da temática em torno da administração política do Estado brasileiro. Entretanto, no que diz respeito ao indivíduo general Villas Bôas, este certamente expressa uma série de preceitos do *ideário militar brasileiro* em suas falas e publicações. Assim sendo, eventuais apontamentos do general serão trazidos à baila ao longo das discussões como forma de corroborar o *alinhamento ideológico* dos *think tanks* militares em tela. Apontamentos estes, advindos especialmente de seu livro de entrevistas já citado ao longo deste trabalho e eventuais publicações em suas redes sociais.

Já em relação ao Instituto Federalista, ainda que possua quantidade relevante de artigos e notas publicadas em seu site oficial, estas estão muito mais voltadas à temática particular deste instituto, não habilitando, portanto, maiores apreensões ao objeto em tela. Ademais, ao contrário dos outros dois institutos, o Federalista não se trata de um *think tank* militar, de tal forma que, apesar do já suficientemente demonstrado *alinhamento ideológico* entre as partes, sustentamos não ser razoável tomá-lo enquanto um imediato propagador do *ideário militar brasileiro*.

Isto posto, salientamos que dentre os autores do Projeto de Nação, o Instituto SAGRES desponta enquanto o profícuo produtor e transmissor de artigos e documentos acerca da temática em análise. Dito de outra forma, os materiais e publicações do Instituto

SAGRES serão efetivamente capazes de contribuir para o maior grau de aproximação ao objeto ideológico em tela. Destaca-se a intensa produção e divulgação por parte deste instituto com relação a materiais em torno da temática da administração política do Estado brasileiro. Além do mais, e isto é vital, o SAGRES publica em seu site oficial uma série de artigos de autoria de figuras militares, o que, ao menos potencialmente, possibilita maiores aproximações ao *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*.

Assim sendo, além do Projeto de Nação, foram também examinados todos os 131 artigos presentes no site oficial do Instituto SAGRES¹¹⁶ e outros materiais pertinentes como por exemplo os documentos que relatam as etapas metodológicas realizadas para a consecução do Projeto de Nação, muitos deles já analisados no subcapítulo anterior. Vale pontuar que nem todos os artigos possibilitaram traçar maiores contornos do *pensamento administrativo-político* em tela, isto é, apenas a análise imanente de tais materiais habilitou a delimitação daqueles artigos que foram efetivamente utilizados na exposição que segue em sequência. Tanto o Projeto de Nação quanto os artigos selecionados e os demais materiais encontrados serão expostos, a partir de seus conteúdos próprios, com o objetivo de apreender a natureza efetiva do *pensamento administrativo-político* dos militares bem como desvelar as evidências irracionalistas presentes em tal ideário.

Como dito anteriormente, o Projeto de Nação do Instituto SAGRES será o fio condutor de nossa exposição dado que se trata do material que expõe de maneira mais bem desenvolvida a compreensão dos militares brasileiros a respeito da atuação do Estado com seu objeto de administração política: o modo de produção capitalista e os conflitos sociais daí emergentes. Publicado em abril de 2022, o Projeto de Nação do Instituto SAGRES é a reiteração de uma série de elementos debatidos já há anos pelo Instituto SAGRES em seus artigos, o que foi possível apreender a partir da análise imanente dos artigos disponíveis no site do Instituto. Assim sendo, a análise imanente destes materiais mostrou-se da maior importância para a reta apreensão do objeto em tela, os quais serão trazidos à baila não de maneira complementar ou acessória ao Projeto de Nação, mas de maneira central, *junto ao* Projeto de Nação porquanto são materiais indispensáveis para a análise proposta.

Vale a ressalva ao leitor do presente trabalho de que diversos artigos disponíveis no site do Instituto SAGRES não apresentam data de publicação nem no corpo do documento nem no próprio site do Instituto. Assim, recorreremos à *Plataforma Lattes* e buscamos pelo nome dos autores de cada um dos artigos na busca por encontrar o ano de publicação destes

¹¹⁶ Disponível em: <https://sagres.org.br/opiniao/>.

materiais. Por vezes, este procedimento se mostrou eficaz, por outras, na grande maioria das vezes, não surtiu efeito. Ressaltamos ainda um outro aspecto ligado aos artigos, qual seja, o fato de que alguns dos artigos disponíveis no site do SAGRES não são necessariamente de sua própria autoria. Uma série de artigos encontrados são de autoria de pessoas físicas não ligadas institucionalmente ao SAGRES ou ainda de autoria de outras instituições e grupos políticos. Portanto, alguns dos textos encontrados, ainda que não de autoria do SAGRES, foram veiculados pelo instituto através de seu site oficial na aba intitulada “nossa opinião”. Evidenciamos dessa forma que estes textos mencionados estão habilitados a compor o conjunto dos materiais que serão analisados justamente por expressarem elementos do *pensamento administrativo-político* militar reverberado pelo SAGRES, sendo tratados pelo Instituto enquanto expressão de *sua própria* opinião como bem indica seu site oficial.

É ainda necessário salientar que ainda outros materiais, em especial livros e artigos científicos de autores especializados na temática militar, foram utilizados como forma de adensar a discussão realizada bem como de permitir sublinhar o *caráter militar* da propositura de administração política analisada. Ainda a este respeito, mostrou-se da maior importância os estudos de Rodrigo Lentz acerca do *pensamento dos militares brasileiros*. Em um de seus estudos, o autor se propõe a destacar o *pensamento econômico dos militares* a partir da *Doutrina militar* elaborada pela *Escola Superior de Guerra*, permitindo-nos o consequentemente destacamento de seu *subproduto* administrativo-político. Assim sendo, nos propomos neste capítulo ao adicional esforço de abstração do *pensamento administrativo-político militar* a partir dos estudos de Rodrigo Lentz acerca do ideário militar¹¹⁷. Isto entendido, salientamos que as análises que seguem, apesar de ter o Projeto de Nação como fio condutor, se voltarão decisivamente a uma série de outros estudos e materiais que permitam a reta apreensão do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*.

Por fim, antes de seguirmos para a análise proposta, torna-se necessário retomar uma passagem de José Chasin, buscando evidenciar que os *resultados* alcançados serão apresentados *no decurso* da análise imanente dos materiais selecionados. Em outros termos,

¹¹⁷ Estamos cientes, portanto, de que este procedimento faz cessar, ainda que momentaneamente, a análise dos materiais do Instituto SAGRES. Em outros termos, as discussões pautadas em estudos científicos acerca do pensamento militar têm como intuito tão somente dar maior estofamento à discussão, visando uma espécie de rastreamento dos fundamentos do *pensamento administrativo-político militar* expresso pela *Doutrina da Escola Superior de Guerra* já há anos. Para que fique claro: os estudos de Lentz e outros pesquisadores não se tratam – e não poderiam se tratar – do objeto de análise elencado para a presente pesquisa, qual seja: os materiais do Instituto SAGRES. Trata-se, como dito no texto, de um *esforço adicional* com o fito de sublinhar os fundamentos do *pensamento administrativo-político* contido na *Doutrina militar* que, de uma maneira ou de outra, também estarão contidos nos materiais do SAGRES.

entende-se que o esforço de apreensão da natureza efetiva do *pensamento administrativo-político militar* bem como o desvelamento de suas inerentes *evidências irracionalistas* se dará em *concomitância* ao próprio incurso investigativo imanente dos materiais que expressam o objeto ideológico em tela. A este respeito, em *O integralismo de Plínio Salgado*, tendo claro que a exposição somente pode se iniciar uma vez finalizada a investigação dos materiais, o filósofo paulista deixa bem claro que ambos os métodos expositivo e investigativo devem ser “colados”:

Em cumprimento à própria especificidade da análise imanente, os Capítulos anteriores, **à medida que avançavam no rastreamento dos escritos plinianos, natural e obrigatoriamente, foram pondo à luz a identificação buscada, de tal forma que a explicação entreteceu a descrição, de maneira que nossa exposição poderia ter tomado o ponto final do capítulo anterior como o ponto final da exposição no seu todo.** Posto que a prova da interpretação que se construía realizava-se pela própria possibilidade de extração, do material examinado, da interpretação oferecida. Razão pela qual, no caso, para levar o rigor ao limite, **buscamos colar o método expositivo ao método de investigação, o que se expressou, no mais visível, no esforço de dizer, o máximo possível, através da própria palavra do objeto analisado.** Isto é, buscamos fazer com que o discurso de Salgado assumisse e sustentasse seu significado próprio, de tal sorte que insubstissem hipóteses analíticas, relativas ao todo ou a partes, que não encontrassem arrimo no próprio fato ideológico posto para exame. **Conseqüentemente a conclusão principiou a ser articulada no mesmo instante que se iniciava o rastreamento dos textos, superando, assim, a pseudodualidade entre apresentação de dados e processo analítico. Os dois apareceram na inteireza de sua unicidade originária** (Chasin, 1978, p. 603, grifos nossos).

Por conseguinte, retemos da passagem acima que a exposição de um objeto ideológico vai sendo realizada à medida em que a análise dos materiais que o expressam vai sendo feita. Trata-se, portanto, de um procedimento que tem como objetivo expor o ideário analisado a partir do conteúdo próprio dos materiais que o expressam. Assim sendo, entendendo que o método investigativo se dá entrelaçado ao método expositivo buscaremos expor a natureza efetiva do *pensamento administrativo político militar* e suas tendências irracionalistas a partir do conteúdo próprio dos materiais do SAGRES que expressam o *fato doutrinário* de nosso interesse.

Contudo, mais uma vez, chamamos atenção para o fato de que a exposição e análise do objeto ideológico somente podem se iniciar uma vez que estiver finalizada a investigação dos materiais por parte do pesquisador. Ou seja, ainda que os métodos investigativo e expositivo sejam “colados”, o pesquisador somente estará apto a “colá-los” uma vez que tiver finalizado a investigação dos materiais e tiver clareza acerca de quais materiais estão aptos a ser utilizados na exposição pretendida e qual a ordenação expositiva a ser seguida, com o intuito de falar o máximo possível a partir do conteúdo dos próprios materiais analisados.

Em suma, pautados nas contribuições de José Chasin e tendo finalizado a investigação dos materiais selecionados, evidenciamos que a exposição do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* e de suas tendências irracionistas se dará simultaneamente à análise imanente proposta a partir da centralidade do Projeto de Nação *junto* a outros selecionados materiais disponíveis no site do Instituto SAGRES – atrelado em momentos específicos, a partir de um *esforço adicional*, a decisivos estudos científicos acerca do ideário militar brasileiro e a eventuais materiais de autoria do general Villas Bôas e do Instituto Federalista.

5.3.1 A relação entre Estado e Capital no interior do pensamento administrativo-político dos militares brasileiros: a “subsidiariedade” do Estado frente o primado do Capital

Conforme aludido anteriormente, o *pensamento administrativo-político* diz respeito a uma espécie de “subproduto” do amplo pensamento econômico, ou seja, uma forma de consciência parcelar, um pensamento particularmente “voltado ao estudo positivo, normativo e crítico-radical daquilo que o Estado capitalista é eventualmente capaz de fazer e faz como gerente da economia do capital e suas contradições correspondentes”, segundo Paço Cunha (2023b, p. 27). A prévia apreensão está de acordo com o apontamento de que a administração política seria uma espécie de “destacamento” da economia política, conforme aludido pelo mesmo autor em outro lugar (Resultado Geral, 2024a). Em concordância com estes termos, assumimos o esforço de apreender a natureza do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* a partir de um ideário mais amplo expresso nas linhas do Projeto de Nação, tendo como objetivo último desvelar as tendências irracionistas inerentes a este ideário. Assim sendo, tomando o conteúdo próprio do Projeto de Nação enquanto expressão de um pensamento econômico mais abrangente, voltado, portanto, a uma série de discussões, defendemos de partida a possibilidade de extração de um *legítimo subproduto* a partir do conteúdo próprio deste projeto: o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* e os elementos essenciais que o configuram.

Ademais, pautados nestes decisivos apontamentos de Paço Cunha, salientamos ser igualmente possível - e necessário - sublinhar o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* a partir dos estudos de Rodrigo Lentz com relação ao *ideário militar brasileiro*, em especial a partir de seu trabalho intitulado *Pensamento econômico na doutrina de ação política das Forças Armadas brasileiras (1974-2014)*. Nesta esteira, é ainda possível destacar os traços essenciais deste objeto ideológico a partir de outros materiais disponíveis no

site do Instituto SAGRES, donde destacam-se uma série de artigos publicados por militares e consortes voltados a discutir, integral ou parcialmente, a administração política do Estado frente a seu objeto de gestão.

Dito de outra maneira, a partir destes documentos, é possível apreender *como* os militares compreendem a relação entre Estado e seu objeto de gestão: o modo capitalista de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida e os conflitos sociais daí emergentes. Assim sendo, o esforço inicial deste subcapítulo será justamente o de apreender, a partir do conteúdo próprio do Projeto de Nação, de estudos científicos e dos demais materiais pertinentes, os apontamentos que exponham a compreensão dos militares brasileiros a respeito desta relação essencial.

Tendo o Projeto de Nação como *fio condutor* da análise proposta, destacamos de partida que o conteúdo deste projeto é redigido, para usar seus próprios termos, *colocando-se mentalmente no ano de 2035*. Assim sendo, muitas das citações que serão apresentadas neste subcapítulo dizem respeito àquilo que *foi* feito, ou seja, descrevem as medidas tomadas e os acontecimentos ocorridos entre 2022 e 2035 que resultaram no “Brasil Sonhado” pelos autores deste projeto. Vale dizer que este primeiro subtópico estará voltado em especial ao conteúdo do “Cenário Foco”, o qual expõe sumariamente a visão de mundo dos autores quanto à essencial relação entre Estado e Capital. Conforme discutimos anteriormente, o “Cenário Foco” é a condensação dos 37 “Mini Cenário Foco” elaborados para cada “Tema”, de tal forma que apresenta uma análise sintética, a qual, a nosso ver, deve ser analisada de partida, dado que permite apreender a compreensão mais geral dos autores quanto à relação Estado e Capital. Já os “Mini Cenários Foco” serão apresentados mais adiante buscando apreender e apresentar os distintos *meios de administração política* acionados pelo Projeto de Nação para cada “Tema”.

Quanto ao conteúdo do “Cenário Foco”, destacamos que os autores do Projeto de Nação novamente fazem uso de um recurso meramente fraseológico para apresentar o cenário elaborado centralmente por eles mesmos: fazem alusão a temas defendidos pela “maioria da população”, ou seja, temas defendidos pelos “liberais e conservadores”. Conforme demonstramos anteriormente, este recurso expositivo não é desinteressado, ao revés, habilita a exposição do próprio ideário dos autores, amparado por uma aparência de imparcialidade, a qual a esta altura já não possui nenhuma capacidade de convencimento. Basta retomar, conforme apresentamos anteriormente, que os próprios autores do Projeto de Nação se auto-intitulam liberais e conservadores. Mais do que isso, em diversos momentos deixaram claro que as *premissas* conservadoras e liberais, previamente discutidas, efetivamente conduziram

os rumos de seu projeto. Em suma, o que a este ponto já está suficientemente demonstrado, o conteúdo dos “cenários” expostos ao longo do Projeto de Nação está essencialmente alinhado à visão de mundo dos próprios autores deste estudo.

Feitas essas ressalvas, tomemos como ponto de arranque a *Parte I* do Projeto de Nação, a qual apresenta o “Cenário Foco” elaborado pelos autores desta empreitada. Supostamente redigido em setembro de 2035, o “Cenário Foco” é apresentado na forma de um “Relatório de Conjuntura”, o qual evidencia que uma “realidade que se tornou visível, nos últimos anos, é que regimes democráticos contemporâneos constituem o principal ambiente de convergência, reconhecimento e reunião entre conservadores e liberais” (Sagres, 2022a, p. 15). Feita esta alusão, os autores do Projeto de Nação apontam que tais “conservadores e liberais” “adotam um liberalismo econômico não desmedido e com responsabilidade de apoio social como um dos fundamentos da democracia, cabendo ao Estado o poder regulador sobre ativos econômicos de alto risco social, no exercício de sua função supletiva, de subsidiariedade” (Sagres, 2022a, p. 15). Assim sendo, fica exposta de partida a compreensão acerca da *função supletiva, de subsidiariedade* do Estado frente a seu objeto de gestão, cabendo à entidade estatal exercer o *poder regulador sobre ativos econômicos de alto risco social*. Este “Cenário Foco”, entretanto, não explicita quais seriam tais “ativos econômicos de alto risco social”, de tal forma que apenas a análise das propostas para os distintos “Mini Cenários Foco” possibilitará tal compreensão.

É da maior importância ressaltar que a prévia elaboração exposta pelo “Cenário Foco” paga elevado tributo a um documento redigido pela *Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina* publicado em 14 de outubro de 2020. Intitulado *Manifesto Conservador nº 1 – o embrião*, tal documento é tomado pelo SAGRES para a elaboração de parte considerável do “Cenário Foco” utilizando, inclusive, passagens inteiras deste *Manifesto* para redigir o “Cenário Foco”, o qual supostamente deveria ser elaborado a partir da articulação entre os distintos “Mini Cenários”. O *Manifesto Conservador* foi publicado como um “artigo” no site oficial do Instituto SAGRES na aba “nossa opinião”, de tal forma que, a conexão aqui evidenciada não é, de forma alguma, casual. Soma-se a isso o fato que a *Frente Parlamentar* autora deste *Manifesto* contou com a participação decisiva do então deputado federal general Eliéser Girão, um militar, conforme discutido anteriormente, com estreitos vínculos com o Instituto SAGRES, tendo sido inclusive o responsável pela redação do *Manifesto* em tela, conforme explicitado em seu site oficial (Girão, 2020a).

Isto posto, ressaltamos que o documento em tela apresenta 21 “pautas conservadoras” defendidas por esta *Frente Parlamentar*, sendo que uma delas é justamente a seguinte:

“Adotamos um liberalismo econômico não desmedido como um dos fundamentos da democracia de mercado, cabendo ao Estado o poder regulador sobre ativos econômicos de alto risco social, no exercício de sua função supletiva, de subsidiariedade” (Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina, 2020, p. 3). Com ínfimas alterações com relação ao trecho previamente citado do “Cenário Foco”, não restam dúvidas de que este documento tenha sido decisivamente utilizado para a redação da *Parte I* do Projeto de Nação.

Assim sendo, evidencia-se cabalmente o baixo rigor teórico e técnico que conduziu a redação deste documento. Vale dizer que, por não haver um tópico de “Referências”, o *Manifesto Conservador* sequer foi oficialmente referendado pelo Projeto de Nação. Dito de outra forma, a alusão às supostas pautas dos “liberais e conservadores”, tidos como a assim chamada “maioria do povo brasileiro” no ano de 2035, nada mais é do que um debilitado recurso fraseológico para fazer passar ideias e propostas em explícita concordância com as *premissas liberais e conservadoras* que declaradamente *nortearam* a elaboração do Projeto de Nação. Conforme demonstramos no *subcapítulo 5.2*, os autores deste projeto incessantemente intentam apregoar uma *aparência de racionalidade* aos procedimentos tomados e às análises realizadas através da defesa do caráter supostamente rigoroso, técnico e imparcial que conduziu as diversas etapas e suas respectivas elaborações teóricas. Entretanto, a esta altura, essa *aparência de racionalidade* já não possui qualquer capacidade de escamotear a *essencial* debilidade teórica e o caráter fraseológico das análises contidas no Projeto de Nação. Dito de outra maneira, já não é mais possível obnubilar o caráter *essencialmente parcial* das análises contidas neste documento, porquanto são expressão do ideário que informa os próprios autores deste projeto.

Uma vez expostas as debilidades e controvérsias inerentes à redação do “Cenário Alvo”, voltemo-nos à apreensão da essencial relação entre Estado e Capital expressa pelo Projeto de Nação. Na sequência deste mesmo “Relatório de Conjuntura” são adicionados novos elementos argumentativos à esta essencialíssima relação ao dizer que os “liberais e conservadores” “defendem o individualismo econômico, a competição, a meritocracia e o sistema de livre empresa” (Sagres, 2022a, p. 15)¹¹⁸. Da passagem anterior já é possível demarcar a *convicta defesa do modo de produção capitalista*, posição inerente ao *ideário militar* que decisivamente informa a propositura de administração política em tela. Conforme já aludido no subcapítulo anterior, a *convicta defesa do modo de produção capitalista*, aqui

¹¹⁸ Trata-se da 15ª pauta do *Manifesto Conservador*: “Acreditamos no individualismo econômico, na competição, na meritocracia e no sistema de livre empresa” (Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina, 2020, p. 3).

tida como o “sistema de livre empresa”, é elemento fundamental do *pensamento administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação.

Soma-se a isso o explícito apontamento de “que as intervenções do Estado na Economia devem regular as relações de mercado e permanecerem restritas às áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional”, conforme Sagres (2022a, p. 15)¹¹⁹. Nota-se que, assim como ocorreu com relação aos ditos “ativos econômicos de alto risco social”, as áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional não são aqui explicitadas. Dito de outra forma, apenas a análise mesma do Projeto de Nação possibilitará a concreta apreensão acerca de quais áreas o Estado deve ou não atuar. Entretanto, a passagem anterior faz sobressair o *caráter militar* que permeia este projeto ao apontar a questão da *Soberania Nacional*, tema caríssimo aos militares brasileiros e tido como um dos “objetivos nacionais permanentes da nação brasileira” pela *Doutrina militar*, conforme aponta Lentz (2019, p. 55). Além do mais, a passagem reitera a defesa do papel de “subsidiariedade do Estado”, ao apontar que a potência administrativo-política do Estado frente a Economia deve restringir-se a tarefa de “regular as relações de mercado”, posicionamento, não por acaso, igualmente defendido pela *Doutrina militar*, segundo Lentz (2022b, p. 56).

Acionando uma vez mais a assim chamada população “liberal e conservadora”, o Projeto de Nação evidencia ainda mais vez sua posição ao defender a “desestatização da Economia e a iniciativa privada, tendo em vista as perenes limitações da gestão pública frente ao arcabouço normativo” (Sagres, 2022a, p. 15)¹²⁰. Não restam dúvidas, portanto, quanto ao baixo grau de intervenção estatal defendido pelo Projeto de Nação, fazendo explícita menção a “desestatização da Economia”. O “Relatório de Conjuntura” segue e a comunhão ideológica entre o Projeto de Nação e o *ideário militar*, afeito a posições conservadoras e liberais, se explicita ainda mais a partir da defesa aberta da propriedade privada e de um indeterminado conceito de “liberdade”, ambos conceitos fundamentalmente defendidos pela *Doutrina militar* (Lentz, 2019, 2022b). A este respeito, o “Relatório de Conjuntura” aponta que em 2035 os “conservadores e liberais” “reconhecem a garantia da propriedade privada como essencial

¹¹⁹ Mais uma passagem retirada *ipsis litteris* do *Manifesto Conservador*: Trata-se da 16ª pauta defendida por este documento: “As intervenções do Estado na Economia devem regular as relações de mercado e permanecerem restritas às áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional” (Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina, 2020, p. 3).

¹²⁰ Trata-se da 17ª pauta do *Manifesto Conservador*: “Defendemos a desestatização da Economia e a iniciativa privada, tendo em vista as perenes limitações da gestão pública frente ao arcabouço normativo” (Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina, 2020, p. 3).

para a liberdade, para o estímulo à produção e para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (Sagres, 2022a, p. 15)¹²¹.

Somados os elementos até aqui expostos, já é possível destacar que os apontamentos contidos no “Cenário Alvo” quanto a “subsidiariedade” do Estado frente a dinâmica econômica estão alinhados a uma das *premissas*¹²² do Projeto de Nação, a qual compreende o Estado enquanto um “indutor”, “facilitador”, “não centralizador” e “não gestor” da dinâmica econômica, conforme delimitado no subcapítulo anterior. Em outros termos, tais apontamentos não são casuais, dizem respeito a *premissas*, ou seja, concepções previamente estabelecidas em concordância com o *ideário militar* afeito a posições conservadoras e liberais que informa decisivamente os autores deste projeto.

Não por acaso, portanto, o Projeto de Nação vai dizer abertamente que essa *premissa* quanto ao papel do Estado foi, grife-se, *preconizada* no momento de elaboração deste documento. Quanto a isso, o *Resumo Executivo* do Projeto de Nação explicitamente que para a elaboração deste documento “Não se preconizou um Estado, nem um Governo que sejam gestores, centralizadores e inflexíveis, sufocando a liberdade de ação de ministérios e secretarias e da iniciativa privada, mas sim indutores, contribuintes e facilitadores do desenvolvimento e do bem-estar da Nação” (Sagres, 2022a, p 27). Em evidente concordância com a *premissa* previamente estipulada, não restam dúvidas de que os apontamentos quanto à relação Estado e Capital contidas no Projeto de Nação são expressão imediata do *ideário militar* que decisivamente informa seus autores. Corroborando o prévio apontamento, da passagem anterior é possível destacar um *fim* da administração política proposta pelo Projeto de Nação: a promoção do “bem-estar da Nação”, objetivo este, não por acaso, igualmente

¹²¹ Diz respeito a mais uma das pautas do Manifesto Conservador. Neste documento seus autores deixam claro que: “Reconhecemos a garantia da propriedade privada como essencial para a liberdade, para o estímulo à produção e para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (Frente Parlamentar Mista dos Conservadores da América Latina, 2020, p. 3).

¹²² Conforme demonstrado ao longo do *subcapítulo 5.2*, as ditas *premissas* do Projeto de Nação deflagram o alinhamento ideológico dos autores deste projeto com a *visão de mundo militar* “conservadora e liberal” que permeia este projeto do início ao fim. Como vimos, a *visão de mundo militar* que informa as *premissas* do Projeto de Nação está pautada na defesa irrisoluta do modo de produção capitalista e de preceitos liberais os quais se articulam com a defesa da atuação meramente subsidiária do Estado frente à dinâmica econômica. Em sua apresentação na cerimônia oficial de lançamento do Projeto de Nação, Rocha Paiva deixa claro que a premissa básica deste projeto seria “alinhar-se à Constituição Federal, seu preâmbulo e Título I [...] e outras normas do marco legal” (Sagres, 2022b). Nesta mesma cerimônia, além desta *premissa básica*, o general de brigada apresenta as demais *premissas* do Projeto de Nação. A partir dos slides da apresentação de Rocha Paiva é possível destacar tais *premissas*: 1) Apartidário, sem radicalismos de quaisquer naturezas e independente (não oficial); 2) Não é um produto acabado – importante ter um Projeto – este pode ser “ajustado”; 3) Estado indutor/facilitador e não centralizador/gestor (Liberalismo Econômico + Responsabilidade Social + Conservadorismo Evolucionista); 4) Não tem “dono” - pertence à Nação (Sociedade Civil e Estado); 5) Não descer ao Nível Estratégico Setorial - não propor estratégias setoriais e 6) Deve ser disponibilizado ao Governo (Constituir um Grupo de Trabalho + Aprimorar o Projeto + Instituir o Projeto) (Sagres, 2022b).

considerado pela *Doutrina militar* como um dos fins últimos da intervenção estatal (Lentz, 2022b, p. 59).

Em outras palavras, vai se mostrando que a modalidade de administração política acionada pelo Projeto de Nação é expressão imediata das *premissas* estabelecidas *aprioristicamente*, as quais pagam elevado tributo ao *pensamento administrativo-político militar* que decisivamente informa os autores desta iniciativa. Isto posto, faz-se necessário trazer à baila outros estudos e materiais acerca das ditas *premissas* que permitam reiterar o *caráter militar*, afeito a preceitos conservadores e liberais, da propositura de administração política defendida por este projeto¹²³.

A respeito, o general Rocha Paiva fez questão de explicitar a *premissa* relativa ao papel do Estado frente a seu objeto de gestão em todas as suas apresentações acerca do projeto que coordenou. Por exemplo, em sua apresentação no *Clube Militar*, o general de brigada ressalta que uma das *premissas* do Projeto de Nação seria a compreensão do “Estado como indutor e facilitador e não centralizador” ou ainda mais explicitamente: “o Estado no nosso Projeto, nós o enxergamos como Estado facilitador e indutor do desenvolvimento e do bem-estar e não como gestor centralizador” (Militar, 2022). Não restam dúvidas, portanto, de que os apontamentos contidos no Projeto de Nação acerca do papel do Estado frente à dinâmica econômica já estavam *aprioristicamente* definidos, ou seja, tais apontamentos não advêm de eventuais consultas a estudos prospectivos ou ainda das respostas obtidas a partir da consulta Áugures, trata-se, ao fim e ao cabo, de uma *premissa* definida de partida pelos próprios autores do Projeto de Nação.

Dito de outra forma, a compreensão acerca do grau de intervenção estatal, ou ainda, a modalidade de administração política defendida pelo Projeto de Nação é expressão imediata do ideário militar que decisivamente informa os autores deste projeto. Ainda a respeito da *premissa* acerca da relação entre Estado e Capital, o documento intitulado *Concepção do Projeto de Nação*, redigido no ano de 2021, já apontava o “Estado como o facilitador ou indutor, não como gestor centralizador” (Paiva, 2021b, p. 5). De autoria do general coordenador do Projeto de Nação e datado do dia 05 de maio de 2021, portanto, um ano antes

¹²³ Não se trata, entretanto, de um mero esforço de apontar *afinidades eletivas* entre o conteúdo de um conjunto de textos. Trata-se, do *esforço simultâneo* de comprovar o *caráter militar* do Projeto de Nação e de apreender a natureza do *pensamento administrativo político* que informa tal projeto. Este esforço de *dupla e simultânea apreensão*, somente poderá ser realizado, conforme aludido anteriormente, *à medida em que* a análise imanente dos materiais é realizada e seus conteúdos e articulações são trazidos à baila. Em suma, portanto, caso ficássemos restritos apenas à análise imanente do Projeto de Nação, a caracterização de seu *caráter militar* seria, no melhor dos casos, apenas um palpite. Vale a ressalva final de que, evidentemente, a *premissa investigativa* aqui proposta não advêm de um vácuo científico, ao revés, possui legítimo ponto de arranque em elementos e indicativos já suficientemente evidenciados a partir das aproximações ao objeto em tela.

da publicação oficial do projeto, o documento em tela corrobora a indicação anterior de que, *de fato*, a concepção de administração política expressa na versão final do Projeto de Nação paga elevado tributo a uma *premissa* concebida *aprioristicamente*. Em outros termos, tal concepção de administração política é expressão imediata do *ideário militar*, em particular seu *subproduto administrativo-político* o qual decisivamente informa os autores desta iniciativa e, por consequência, o conteúdo do Projeto de Nação.

Em seu site oficial, o Instituto SAGRES fez questão de explicitar ainda mais uma vez esta *premissa* com relação à atuação estatal ao dizer, com certa prepotência, que

O Projeto, por meio de propostas de alto nível, tem o propósito de criar condições favoráveis para o Estado exercer **gestão estratégica competente**, de modo a cumprir os papéis de facilitador, mas não gestor, do desenvolvimento responsável e contínuo do país, de garantidor da efetiva segurança nacional, e de fiador da paz e do bem-estar social, condições para proporcionar a justa felicidade ao povo brasileiro (Sagres, [s.d.c.], grifos no original).

Mais uma vez, portanto, o Instituto SAGRES torna pública a compreensão acerca do papel de “subsidiariedade” do Estado frente a iniciativa privada, cabendo ao Estado atuar como “facilitador” do desenvolvimento e garantidor da “segurança nacional” e do “bem-estar social”, tematização esta, não por acaso, com estreitos vínculos ideológicos com a compreensão dos militares brasileiros quanto ao papel do Estado frente a economia capitalista e suas contradições (Lentz, 2022b).

Somados os elementos até aqui apresentados, fica claro que o Projeto de Nação expressa uma modalidade de administração política a qual subentende a diminuta intervenção estatal frente a seu objeto de gestão, ainda que a pontual intervenção seja consentida. Vai se mostrando, portanto, que o *pensamento administrativo-político militar*, que decisivamente informa o conteúdo deste projeto, pressupõe a preponderância da dinâmica econômica no interior da essencialíssima relação entre Estado e Capital. Toma, portanto, a reduzida intervenção estatal como uma espécie de *virtude*, acionando consequentemente uma modalidade de administração política decididamente afeita a uma baixa propensão a intervir e adestrar o Capital. Ao fim e ao cabo, o *pensamento administrativo-político militar* informa uma *premissa* quanto à relação entre Estado e Capital estipulada *a priori*, a qual se fará sentir, como veremos, ao longo de todo o documento do Projeto de Nação.

Mais do que isso, essa *premissa* torna possível destacar o *caráter militar* do Projeto de Nação, dado que, seus apontamentos essenciais advêm do ideário militar que a informa. A

respeito do esforço de destacamento do *caráter militar* desta *premissa* do Projeto de Nação, os estudos de Rodrigo Lentz quanto ao pensamento militar brasileiro são bastante contributivos.

Pautado no esforço de apreensão do *pensamento econômico dos militares brasileiros* a partir da *Doutrina* de ação política das Forças Armadas, Lentz (2022b, p. 56) deixa claro haver, assim como para o Projeto de Nação, “uma perene adesão doutrinária pelo ‘capitalismo de mercado’ em oposição ao ‘capitalismo de Estado’, presente desde a primeira edição consolidada da doutrina”. Em suma, portanto, desde sua consolidação, ocorrida em 1975, a *Doutrina* que “fornece um pensamento político oficial dos militares no Brasil” (Lentz, 2022a, p. 15) e que, conseqüentemente, informa o *pensamento econômico dos militares brasileiros*, tem na intransigente defesa do “capitalismo de mercado” um de seus elementos basilares.

Ademais, os apontamentos de Lentz quanto ao *pensamento econômico dos militares brasileiros* permitem sublinhar o acionamento de uma modalidade de administração política, segundo a qual “o Estado exerceria um papel ajustador do capitalismo em seu processo evolutivo, promovendo o equilíbrio das relações econômicas do mercado por meio de taxaçoão, direitos sociais e distribuição de renda” (Lentz, 2022b, p. 54). Portanto, assim como exposto no Projeto de Nação, fica claro que, apesar da incontestada defesa da iniciativa privada frente a intervenção estatal, os militares brasileiros entendem a necessária, ainda que pontual, atuação do Estado frente a seu objeto de gestão. Esta compreensão acerca da relação entre Estado e Capital, está circunscrita aos fundamentos do “sistema econômico” adotado pela *Doutrina militar*, o assim chamado “neocapitalismo” ou ainda “capitalismo moderno”, conforme Lentz (2022b, p. 53). A este respeito, vale ressaltar que a escolha do “neocapitalismo” por parte da *Doutrina* se deu em resposta a outros dois “sistemas econômicos”, a saber o “Capitalismo Clássico” e o “Socialismo Marxista” (Lentz, 2022b), donde já é possível antever, seguindo as contribuições de Lukács (1967; 2020), a configuração de uma expressão da ideologia da “terceira via” ou “terceiro caminho” articulada pelos militares brasileiros.

Ainda a respeito das imbricações entre o “sistema econômico” defendido pela *Doutrina* e sua conseqüente compreensão acerca da relação entre Estado e Capital, temos que “Embora rejeite o ‘Estado empresário’, ou ainda um ‘capitalismo de Estado’, o ‘neocapitalismo’ argumentaria pela necessidade de intervenção do Estado na economia (Brasil, 1996a)”, conforme Lentz (2022b, p. 54). Vale ressaltar, contudo, que, assim como se vê no Projeto de Nação, “apesar da convicção da intervenção moderadora do Estado, o mercado seguiu como o principal ator na tomada de decisões” no interior do *pensamento econômico militar* (Lentz, 2022b, p. 54). Assim sendo, fica claro que o assim chamado “neocapitalismo” defendido pelos militares brasileiros enceta uma modalidade de

administração política a qual, apesar da explícita defesa da preponderância da dinâmica econômica, consente com a pontual intervenção estatal. Além do mais, vão se revelando, a partir das contribuições de Lentz, os elementos essenciais do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*, elementos igualmente expostos pelo Projeto de Nação.

A este respeito, ainda outros elementos reiteram o *vínculo ideológico* entre os fundamentos do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* e o conteúdo da propositura de administração política do Projeto de Nação. Sublinham-se, nessa trilha, a defesa da essencial “função supletiva, de subsidiariedade” do Estado, ou ainda da restringida atuação do Estado enquanto “poder regulador” da economia, contidas no Projeto de Nação (Sagres, 2022a, p. 15), apontamentos *inerentes* ao *pensamento econômico dos militares brasileiros* (Lentz, 2022b), ou, se quisermos, de seu *subproduto administrativo-político*. Conforme argumenta Lentz, (2022b), ao longo das diversas edições da *Doutrina* houve a *conservação* daquela mesma compreensão acerca da essencial relação entre Estado e Capital defendida pelo Projeto de Nação, a qual sempre defendeu a iniciativa privada e a intervenção mínima do Estado. Quanto a isso, o autor evidencia que, a partir da edição de 1988 da *Doutrina*, a *conservação* da relação entre Estado e Capital foi

acompanhada de uma “revisão evolutiva” **destinada a restringir a ação do Estado à regulação do mercado**, consolidando a compreensão original de que “[...] a maior parcela do conjunto das atividades econômicas deve caber ao setor privado, entrando o setor público no processo da produção e circulação de bens e serviços **de modo subsidiário, isto é, complementando a iniciativa privada**” (Brasil, 1988, p. 86; 2002, p. 94; 2006b, p. 41; 2009b, p. 49; 2014b, p. 50; 1996a) (Lentz, 2022b, p. 56, grifos nossos).

Além de atestar a permanência da *resoluta e incontestada* defesa da iniciativa privada e da diminuta intervenção estatal na economia no interior do *pensamento administrativo-político militar* ao longo dos anos, a passagem anterior evidencia uma “revisão evolutiva” da compreensão dos militares brasileiros quanto a relação entre Estado e Capital, a qual implicou na defesa de uma ainda mais limitada atuação do Estado enquanto *mero regulador do mercado* além da explícita defesa do *modo subsidiário* com o qual o Estado deve administrar politicamente a dinâmica econômica, apontamentos idênticos àqueles expressos pelo Projeto de Nação. Vê-se, portanto, que a “revisão evolutiva” do *pensamento econômico militar* apontada por Lentz (2022b, p. 56) implacavelmente se faz sentir nas *premissas* e no conteúdo dos apontamentos efetivamente expressos pelo Projeto de Nação. A rigor, levando em conta os apontamentos apresentados até aqui, é possível delimitar que o Projeto de Nação

radicaliza tal “revisão evolutiva” ao restringir ainda mais o grau de intervenção estatal sobre seu objeto de gestão uma vez que defende explicitamente que o Estado deve atuar enquanto “poder regulador” exclusivamente de “ativos de alto risco social” ou ainda das “áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional”, conforme vimos anteriormente em Sagres (2022a, p.15). Dito de outra forma, o Projeto de Nação não nega a “revisão evolutiva” do *pensamento administrativo político militar* que o informa, antes parece levá-lo até às últimas consequências.

Revela-se, portanto, o estreito *vínculo ideológico* entre os elementos inerentes ao *pensamento administrativo-político militar*, conforme sublinhado a partir de Lentz (2022b) e os apontamentos expostos no Projeto de Nação no que diz respeito a compreensão acerca da essencial relação entre Estado e Capital. Tanto em um, quanto em outro, é possível sublinhar uma concepção essencialmente equivalente quanto a relação entre Estado e Capital: apesar da incontestada defesa da diminuta intervenção estatal frente a dinâmica econômica, a pressupõem enquanto *essencial* para o bom funcionamento do capitalismo. Como vimos, tanto a *Doutrina* quanto o Projeto de Nação visam decididamente estreitar o grau de intervenção estatal a partir da defesa do “modo subsidiário” com o qual o Estado deve administrar politicamente a dinâmica econômica. Ademais, ambos explicitamente defendem a fundamental atuação estatal enquanto garantidor da “Soberania Nacional” e do “bem-estar” da Nação brasileira atrelada ao restringido - ainda que tido como indispensável - papel de *regulação* das “relações econômicas de mercado”, segundo os termos da *Doutrina* ou de *regulação* das “relações de mercado”, conforme aponta o Projeto de Nação (Sagres, 2022a, p. 15).

Isto posto, é notório que o *pensamento administrativo-político militar*, passível de ser sublinhado a partir das discussões de Lentz acerca do pensamento econômico *militar*, informa decisivamente a compreensão acerca da relação entre Estado e Capital expressa no Projeto de Nação. Dito de outra forma, as semelhanças essenciais entre as discussões apresentadas tanto na *Doutrina militar* quanto no Projeto de Nação, justificam-se, ao fim e ao cabo, pelo fato de que o primeiro consolida os contornos essenciais do *pensamento administrativo-político militar* que informa os autores e, conseqüentemente, as *premissas* que *nortearam* a elaboração do segundo.

Ficam assim apreendidos e expostos os elementos essenciais do pensamento administrativo-político dos militares brasileiros a partir dos apontamentos contidos no Projeto de Nação e das fundamentais contribuições de Rodrigo Lentz quanto ao ideário militar brasileiro. Isto entendido, vale a ressalva de que este primeiro subcapítulo não teve como intuito delimitar o Projeto de Nação enquanto uma espécie de “cópia” da *Doutrina militar*, ao

revés, tratou-se do esforço de apreensão dos elementos essenciais do *fato doutrinário* consolidado, em primeiro lugar pela *Doutrina militar* e conseqüentemente expresso no Projeto de Nação: o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros*.

Conforme vimos anteriormente, por seu caráter prático-propositivo, o Projeto de Nação exprime uma verdadeira propositura de administração política a qual, necessariamente, incorre em implicações particulares, ou seja, apontamentos com contornos teórico-práticos exclusivos deste documento. Esta observação, entretanto, não nega, em absoluto, os elementos essenciais do *pensamento administrativo-político militar* que o informa, antes revela-se que o Projeto de Nação os leva às últimas e explícitas conseqüências práticas.

Um desses elementos essenciais, conforme visto anteriormente, trata-se da defesa do “neocapitalismo”, uma posição de “terceira via” que fundamenta o pensamento administrativo-político militar, o qual, não por acaso, igualmente se expressará na propositura de administração política proposta pelo Projeto de Nação. A tomada de posição em favor do assim chamado “neocapitalismo”, conforme apontado por Lentz (2022b) parametriza o *pensamento econômico militar brasileiro*. Conseqüentemente, a adesão ao “sistema econômico neocapitalista” necessariamente implicou em desdobramentos na compreensão dos militares brasileiros quanto à essencial relação entre Estado e seu objeto de administração política. Dito de outra forma, o *pensamento administrativo-político militar brasileiro* está alinhado aos fundamentos do “neocapitalismo”, porquanto este último configura, para os militares, o objeto a ser administrado politicamente pelo Estado brasileiro.

Não por acaso, já é possível antever que os fundamentos do “neocapitalismo” adotado pelos militares brasileiros se fazem sentir no conteúdo das discussões e propostas contidas no interior do Projeto de Nação. Assim sendo, visando compreender os efetivos impactos desta tomada de posição em nome do “neocapitalismo” no conteúdo próprio do Projeto de Nação, torna-se necessário, em primeiro lugar, compreender a partir de Lentz os fundamentos deste “sistema econômico” bem como a respectiva modalidade de administração política conformada pelos militares visando a manutenção da dinâmica econômica “neocapitalista”. Além do mais, interessa-nos compreender como e porque os militares incorreram nesta escolha, ou seja, compreender a configuração do “impasse” de “terceira via” que desaguou na adesão dos militares brasileiros ao “neocapitalismo”.

5.3.2 Entre o “Capitalismo Clássico” e o “Socialismo Marxista”: o enquadramento do “neocapitalismo” da *Doutrina militar* enquanto uma variante da ideologia de “terceira via”

Conforme antecipado anteriormente, os estudos de Rodrigo Lentz acusam a configuração de uma resposta de “terceira via” ou “terceiro caminho” entre o Capitalismo e o Socialismo no interior do pensamento econômico dos militares brasileiros a qual incorre na defesa dos militares brasileiros por um sistema econômico chamado de “neocapitalismo” (Lentz, 2022b). Assim sendo, a defesa do “neocapitalismo” prenuncia a existência de uma “variante” da ideologia de “terceira via”, para usar os termos de Paço Cunha; Guedes (2022), no interior do pensamento administrativo-político dos militares brasileiros. Essa tomada de posição, como veremos, define em grande medida os contornos essenciais do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* de tal forma que sua análise é da maior importância para o presente trabalho. Em suma, portanto, o presente subcapítulo assume uma dupla tarefa: apreender como se deu essa tomada de posição a partir dos estudos de Lentz, bem como explicitar suas necessárias imbricações com os elementos essenciais do *pensamento administrativo-político militar*. Tudo isso, com o intuito último de apreender um *demarcador irracionalista* no interior do objeto ideológico em tela: uma variante militar da ideologia de “terceira via”. Trata-se, ao fim e ao cabo, da tarefa de enquadrar a tomada de posição pelo “neocapitalismo” enquanto uma renovação da ideologia de “terceira via” a partir das fundamentais contribuições de György Lukács a respeito desta temática.

Seguindo as contribuições do autor magiar vale retomar que a ideologia de “terceira via” ou “terceiro caminho” se trata sumariamente de “uma ideologia segundo a qual nem o capitalismo nem o socialismo correspondem às verdadeiras aspirações da humanidade” (Lukács, 1967, p. 44). Isto posto, constata-se que a ideologia de “terceira via” desempenhou efetiva influência na produção de conhecimento ao longo do trajeto que vai da *segunda fase da decadência ideológica da burguesia* até os tempos hodiernos. A este respeito, são diversos os exemplos de pesquisas pautadas nas contribuições de Lukács que denunciam as renovações da ideologia da “terceira via” por diversos autores relevantes, donde destacam-se figuras militares como é o caso de Golbery do Couto e Silva (Assunção, 1999) e ainda outros autores importantes para a área da Administração, como é o caso de Roberto Simonsen (Paço Cunha; Guedes, 2022), Henri Fayol (Paço Cunha, 2021b) ou ainda Alberto Guerreiro Ramos (Guedes, 2024; Guedes; Cunha; Xavier, 2024). Ainda na trilha das contribuições de Lukács, é possível sublinhar que a “missão social” desta ideologia irracionalista “consiste em impedir a

‘intelligentzia’ de tirar da crise a conclusão socialista” (1967, p. 45), missão igualmente intentada, de uma maneira ou de outra, pelos autores previamente citados.

Adentrando efetivamente as discussões a partir dos estudos de Rodrigo Lentz, destaca-se o tópico intitulado *Capitalismo versus Socialismo* o qual indica, de início, a configuração típica de um “impasse” da ideologia de “terceira via”¹²⁴. Corroborando o apontamento anterior, o autor em tela atesta, de partida, que ao longo das diversas edições dos *Manuais da Escola Superior de Guerra* “se manteve sólida a dicotomia entre capitalismo e socialismo para a caracterização dos sistemas econômicos” (Lentz, 2022b, p. 51). De acordo com Lentz (2022b, p. 51-52) para a *Doutrina militar* o “sistema econômico” capitalista, chamado de “Capitalismo Clássico” ou “Capitalismo Liberal” estaria pautado nas contribuições da “escola clássica” da economia política, donde, sobressaem as contribuições de François Quesnay e Adam Smith. Isto posto, o autor em tela atesta que

Segundo a doutrina, a grande ideia síntese dessa escola clássica “[...] até hoje aceita pelos libertários conservadores, afirma que o indivíduo, agindo estritamente em interesse próprio, estaria trabalhando em harmonia com objetivos de máximo bem-estar para a Sociedade” (Brasil, 1996a, p. 144-145). **Por isso, as intervenções, regulamentações, concessões de monopólios ou subsídios especiais deferidos pelos governos “[...] tendiam a alocar de maneira incorreta o capital” e, com isso, diminuiriam “[...] a contribuição para o bem-estar econômico da sociedade”** (Brasil, 1996a, p. 148) (Lentz, 2022b, p. 52, grifos nossos).

Desta primeira passagem desvela-se a compreensão teórica que leva os militares brasileiros a se oporem *convictamente* a qualquer modalidade de administração política pautada em um grau de intervenção estatal mais prenunciado: a compreensão de que são as ações dos indivíduos, agindo em interesse próprio, que levam *harmonicamente* ao alcance do “bem estar” nacional, posição diametralmente oposta, portanto, a intervenção estatal na economia, a qual, por não visar interesses próprios e sim coletivos tenderia a má alocação dos recursos disponíveis e, portanto, alcançaria um grau de “bem estar” nacional aquém daquele que poderia ser alcançado caso a iniciativa privada tivesse imperado. Chama a atenção a utilização do mesmo *recurso fraseológico* tantas vezes utilizados pelos autores do Projeto de Nação: a alusão aos “libertários conservadores” como forma de corroborar a premissa de que o indivíduo agindo em interesse próprios levaria ao “bem estar” nacional, premissa esta,

¹²⁴ Para a demonstração desta variante da ideologia de “terceira via” estaremos apresentando apontamentos a partir do estudo de Rodrigo Lentz intitulado *Pensamento econômico na Doutrina de ação política das Forças Armadas Brasileiras (1974-2014)*. Ressaltamos, portanto, que, em decorrência da limitação temporal para a realização da presente pesquisa, não foi possível a consulta direta ao conteúdo dos *Manuais da Escola Superior de Guerra*. Estamos convictos, entretanto, de que os apontamentos aqui apresentados a partir de Lentz, ou seja, apontamentos indiretos, serão capazes de demonstrar suficientemente a configuração de uma variante da ideologia de “terceira via” no interior do ideário militar brasileiro.

claramente defendida pela *Doutrina*. Assim sendo, vê-se de partida uma considerável concordância da *Doutrina* com relação ao “Capitalismo Clássico”. Não por acaso, como veremos a seguir, a contraposição da *Doutrina* a este “sistema econômico” estará voltada às epidérmicas “disfunções” do mercado, furtando-se, por conseguinte, da realização de uma verdadeira crítica radical aos fundamentos mesmos do modo de produção capitalista.

Na trilha daquilo que chamamos de uma “considerável concordância” entre as premissas da *Doutrina militar* e o “Capitalismo Clássico”, Lentz (2022b, p. 51) atesta haver a compreensão por parte da *Doutrina* de que o “Capitalismo Clássico” “se comunicaria muito com as demais instituições da sociedade” capitalista. Quanto a isso, o autor em tela aponta sumariamente que para a *Doutrina*:

O capitalismo clássico ou liberal é definido como uma das formas de administração do capital (conjunto de bens capaz de produzir outros bens) regida pela propriedade privada e que objetiva o lucro para quem o possui. Por isso, se comunicaria muito com as demais instituições da sociedade, sobretudo por seus fundamentos: comportamento racional (busca maximizar ganhos e minimizar os custos), propriedade privada (decisão econômica é da empresa e do indivíduo, sendo o capital acumulável), herança (continuidade da propriedade privada e a não-estatização do capital), liberdade de iniciativa (extensão da propriedade privada e condição de “eficiência” frente aos “fatores produtivos”), concorrência (condição de “eficiência” e limitadora de monopólios) (Brasil, 1975) (Lentz, 2022b, p. 51, grifos nossos).

Fica claro, portanto, que os militares brasileiros entendem que os, grife-se, *fundamentos* do “Capitalismo Clássico” estariam em conformidade com as instituições da sociedade capitalista. Soma-se a isso o fato de que “segundo a doutrina, o capitalismo clássico apresentou uma série de êxitos, como a flexibilidade de adaptação, elevação dos padrões de vida, estímulo ao progresso tecnológico e pleno emprego dos fatores de produção”, conforme Lentz (2022b, p. 52). Qual seria, afinal, o alvo da crítica da *Doutrina militar* com relação ao “Capitalismo Clássico”?

De acordo com a *Doutrina*, em contrapartida aos inúmeros êxitos alcançados, o “Capitalismo Clássico” também “expôs deficiências, como conflitos entre ganhos pecuniários e bem-estar social, tendência à concentração da riqueza, motivação para criar escassez, desperdícios na utilização dos recursos, crises periódicas de superprodução e geração de rendas não ganhas (Brasil, 1996a)” (Lentz, 2022b, p. 52). Evidencia-se claramente, portanto, o reconhecimento, por parte dos militares brasileiros, de inúmeros problemas e contradições decorrentes, em última instância, da essencial lógica de reprodução ampliada do capital monopolista. Reconhecimento este, explicitado desde a primeira consolidação da *Doutrina militar*, ocorrida em 1975.

Entretanto, apesar da identificação desse conjunto de “deficiências”, a crítica da *Doutrina* ao capitalismo não alcança radicalmente a lógica de reprodução do modo de produção capitalista que os enceta. Isto porque, apesar do reconhecimento de uma série de contradições, os militares brasileiros, essencialmente anticomunistas, não poderiam adentrar as veredas analíticas do materialismo científico, caminho que habilitaria a reta apreensão da essencial articulação entre tais contradições identificadas e a lógica de reprodução do Capital monopolista vigente. Tem-se, portanto, o pano de fundo ou aquilo que estamos chamando de um “impasse”¹²⁵ ou ainda uma “encruzilhada” (Paço Cunha, p. 2021b) que leva a necessária busca por uma “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo por parte dos militares brasileiros.

A este respeito, é bastante ilustrativo o apontamento de Lentz (2022b, p. 52) de que para a *Doutrina militar* “o capitalismo clássico ou liberal ‘[...] mostrou-se desumano e fez emergir enérgicas ideias reformistas’ (Brasil, 1996a, p. 129)”. Uma dessas “enérgicas ideias reformistas” seria justamente o “Socialismo Marxista”, o qual será decididamente combatido pela *Doutrina militar*¹²⁶. Uma vez explicitada a identificação de uma série de problemas atrelados ao “Capitalismo Clássico” bem como a compreensão dos militares brasileiros quanto ao caráter “desumano” deste “sistema econômico”, vejamos os apontamentos da *Doutrina* acerca do “Socialismo Marxista”.

Tido como um contraponto ao “Capitalismo Clássico”, segundo a *Doutrina* o “Socialismo Marxista”

¹²⁵ Com o emprego do termo “impasse” não estamos sugerindo ter havido uma espécie de “dúvida” dos militares brasileiros entre o capitalismo e o socialismo, questionamento o qual, a rigor, jamais existiu. Isto porque, conforme vimos em Motta (2021, p. 22) o anticomunismo já havia se sedimentado no ideário militar desde o episódio da assim chamada “Intentona Comunista” ocorrida em 1935. Em adição ao empedernido anticomunismo dos militares brasileiros, Lentz (2022a p. 15) destaca a “perene adesão doutrinária pelo ‘capitalismo de mercado’ [...] presente desde a primeira edição consolidada da doutrina”. Portanto, ao empregar o termo “impasse” não estamos sequer supondo que os militares brasileiros, empedernidos anticomunistas e defensores do “capitalismo de mercado”, tenham cogitado a adesão à saída socialista revolucionária. Entretanto, conforme vimos em Lukács (2020) o capitalismo apresenta contradições e conflitos aos quais o ideólogo burguês necessariamente é chamado a responder. Configura-se, portanto, um “impasse” da “terceira via” no sentido da conformação de uma circunstância histórica a qual leva o ideólogo burguês a questionar-se acerca da *melhor maneira de responder* a essas contradições sem, contudo, atingir a crítica radical de seus fundamentos. Em outros termos, conforma-se um “impasse” da “terceira via” que implica a necessidade de elaboração, ou melhor de uma *resposta socialmente necessária* capaz de convincentemente barrar a perspectiva socialista e simultaneamente propor uma forma de lidar com as deficiências do capitalismo incorrendo, ao fim e ao cabo, na manutenção da ordem capitalista vigente. O “impasse” da “terceira via” de que falamos diz respeito, portanto, ao questionamento do ideólogo burguês acerca da melhor forma de lidar com essa dupla problemática e não uma “dúvida” acerca de qual “sistema econômico” deve ser defendido.

¹²⁶ Desta elaboração, vê-se que os militares entendem o advento do socialismo enquanto resposta às contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Portanto, tem-se de fundo a compreensão de que a administração política do capitalismo “desumano” e suas contradições simultaneamente implicaria na obstrução do avanço da “enérgica” perspectiva socialista.

estaria baseado em três grandes fundamentos: teoria econômica de Marx (valor de uso, valor de troca, salário, mais-valia), luta de classes (antagonismo histórico) e período de transição (eliminação da propriedade privada e monopólio empresário do Estado). Essa transição se daria por meio da ditadura do proletariado (derrubada da burguesia pela dominação do proletariado), que, assim como no capitalismo, exige comunicação com as instituições não-econômicas e desaguaria historicamente no fim do Estado num regime comunista (Brasil, 1975; 1996a) (Lentz, 2022b, p. 52).

Da passagem anterior é possível captar um esforço por parte da *Doutrina* em conhecer o “sistema econômico” ao qual se contrapõe. Além da identificação destes três “fundamentos do Socialismo Marxista”, os militares compreendem ainda que “Duas doutrinas seriam responsáveis pelas principais formulações teóricas desse socialismo marxista”, conforme Lentz (2022b, p. 52). Também chamadas pelo autor em tela de “fases”, teríamos a primeira delas como sendo “a fase filosófica formulada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) [...] Também chamada de fase científica do socialismo” (Lentz, 2022b, p. 52). Conforme aponta Lentz (2022b, p. 52), para a *Doutrina* esta “primeira fase” “teria origens no comunismo” o qual seria

definido como “[...] as formas de organização social em que a propriedade dos meios de produção era comunitária e o resultado da produção, isto é, a riqueza criada, era distribuída de forma igualitária” (Brasil, 1996a, p. 157-158). Em suas características estariam o “evolucionismo artificial”, a “cosmologia político-econômica”, o “protagonismo operário” e a lei de formação de valor (Brasil, 1996a, p. 158-160). Já em termos políticos econômicos, a fase científica do socialismo seria marcada por organização produtiva dirigida pelas associações de trabalhadores, concentração do poder à federação livre de comunas criadas pela própria nação, destruição do Estado burguês (burocracias militares e repressivas) e criação do Estado proletário (Lentz, 2022b, p. 52-53).

Apesar do evidente esforço por parte da *Doutrina* em conhecer o adversário ideológico em tela, é possível captar da passagem anterior o emprego de adjetivações imbuídas de juízos de valor como é o caso do assim chamado “evolucionismo artificial” ou ainda incompreensões teóricas como é o caso da suposta defesa de “criação do Estado proletário” por Marx¹²⁷. Contudo, não sendo nosso objetivo tecer maiores apontamentos acerca das controvérsias da compreensão da obra de Marx e Engels realizada pela *Doutrina* – o que demandaria a consulta

¹²⁷ A este respeito, Rago Filho (2010, p. 85) atesta claramente que “Marx jamais propôs a edificação de um ‘Estado operário’”. A defesa de um “Estado operário” seria, em realidade, segundo o autor, fruto do “viés politicista” do “marxismo vulgar e seu taticismo” (Rago Filho, 2010, p. 84). Trata-se, portanto, de uma “defesa imputada às análises marxianas” de tal forma que a criação de um “Estado proletário”, contradição em termos, não poderia ter sido tratada por Marx enquanto um *objetivo finalístico* da revolução *sob a ótica do trabalho*, ao revés: “O ponto de chegada da posição marxiana, na verdade, é a ‘revolução radical’ ou a ‘emancipação humana geral’” (Rago Filho, 2010, p. 84). Em suma, pautado na *redescoberta do estatuto ontológico* do pensamento marxiano, feita por José Chasin, Rago Filho aponta que: “Na obra marxiana, à *revolução política* jamais foi assegurado o *têlos* da construção positiva do reino da liberdade. Muito ao contrário, é rigorosamente tomada como um *meio*, destinado a cumprir apenas as tarefas negativas da revolução do trabalho, a *revolução social*, cujo objetivo final é a emancipação humana geral” (Rago Filho, 2010, p. 73).

direta aos *Manuais da Escola Superior de Guerra* -, destacamos que, apesar do evidente “tom” crítico com o qual a “fase científica do socialismo” é apresentada, a *Doutrina* parece tecer seus mais enérgicos contrapontos a “segunda fase” do “Socialismo Marxista”. De acordo com Lentz (2022b, p. 53) esta fase, também “descrita como o socialismo pragmático e institucionalizado é atribuída à Lênin, após a Revolução Russa de 1917”. De acordo com a *Doutrina militar*:

Lenin teria “pulado etapas” decidindo que a “emancipação dos operários” (que de acordo com Marx deveria ser obra da própria classe proletária) fosse realizada através da “intervenção partidária induzida e consciente”, conseguindo, assim, a coesão operária pelo partido e pela propaganda (Brasil, 1996a, p. 161). Com isso “[...] o regime Marxista-Leninista da ditadura do proletariado evoluiu rapidamente em direção oposta ao marxismo filosófico”, resultando no Estado centralizador e burocrático da União Soviética. Em suas características, o sistema econômico do socialismo marxista-leninista teria a intervenção “direta e total” do Estado, propriedade estatal dos meios de produção e do seu uso, o lucro “apropriado” pelo Estado, a inexistência da livre iniciativa e a planificação global da economia (Lentz, 2022b, p. 53).

É possível captar o “tom” consideravelmente mais enfático das críticas ao “socialismo pragmático e institucionalizado”, donde destaca-se a efusiva discordância da *Doutrina* com relação ao “Estado centralizador e burocrático da União Soviética”. Conforme a passagem anterior, o “socialismo marxista-leninista” estaria pautado na “intervenção ‘direta e total’ do Estado” sobre a dinâmica econômica, pressupondo, portanto, um elevado grau de intervencionismo, o qual é tomado pela *Doutrina* como elemento fulcral de sua crítica ao “sistema econômico do socialismo marxista-leninista” uma vez que é tido como um inibidor da livre iniciativa, da liberdade de ação ou, em outros termos, contrapõem-se a própria *natureza* do ser humano, tido como essencialmente “livre” pela *Doutrina*, conforme antecipado anteriormente (Lentz, 2019, p. 47). Não é casual, portanto, a indicação de Lentz (2022b, p. 53) de que, segundo a *Doutrina* o “Socialismo Marxista” “traria consigo ‘fracassos ou deficiências’, como a imposição do consumo, desigualdades, inflexibilidade, ‘ditadura de minorias’ e, frisa-se, ‘contraria a natureza do homem’”. E justamente por se opor à “natureza do homem”, segundo a *Doutrina militar*

o sistema econômico marxista-leninista, instituidor do “capitalismo de Estado”, teria piores resultados práticos para os mesmos problemas identificados no capitalismo liberal ou clássico, pois seus resultados implicam o “[...] prejuízo das liberdades dos indivíduos ou à sujeição desses às instituições opressoras” (Brasil, 1996a, p. 162) (Lentz, 2022b, p. 53).

Vê-se, portanto, uma articulação entre o *ponto de partida* decididamente anticomunista dos militares brasileiros e um esforço por parte da *Doutrina* em conhecer minimamente o adversário em tela. Em suma, faz transparecer o esforço da *Doutrina* em corroborar sua posição anticomunista a partir da construção de uma argumentação supostamente rigorosa e cientificamente informada.

Em outros termos, desvela-se a, tantas vezes discutida ao longo deste trabalho, imperiosa necessidade de apregoar uma *aparência de racionalidade* ao conteúdo das críticas ao “Socialismo Marxista” contidas nos *Manuais da Escola Superior de Guerra*. Conforme apontou Lukács (2020, p. 14-15) o “conteúdo, a forma, o método, o tom” da reação das distintas fases do irracionalismo “não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo, pelo adversário, pelas condições de luta, que são impostas à *bourgeoisie* reacionária”. Assim sendo, não podemos perder de vista que

o comunismo é o inimigo-objetivo da doutrina, apontado como o grande conjunto de valores, ideias e crenças antagônicas à doutrina, devido a sua concepção de luta entre as classes sociais, ateísmo, materialismo histórico e visão negativa das instituições políticas, em especial o Estado (Lentz, 2019, p. 69).

Dito de outra forma, a contraposição ao “Socialismo Marxista” já estava dada de partida, entretanto, havia a necessidade de acoplar o anticomunismo militar a um discurso supostamente rigoroso, donde o rechaço ao “Estado centralizador e burocrático da União Soviética” ocupa papel central na crítica tecida pela *Doutrina*.

A indicação anterior não é um mero palpite, ao revés está amparada no estudo de Lentz (2022b, p. 53) no qual o autor constata uma “mudança conservadora” do anticomunismo da *Doutrina* ao longo das edições dos *Manuais da Escola Superior de Guerra*. Quanto a isso, o autor aponta que “Sem alterar o âmago do pensamento a respeito [do comunismo], a doutrina suprimiu na edição de 1983 as digressões carregadas de maniqueísmos da edição de 1975” (Lentz, 2022b, p 53). Ademais, corroborando o esforço de construção de uma *aparência de racionalidade*, o autor identifica uma “nova abordagem” a partir da edição de 1996 da *Doutrina*, a qual “buscou argumentos técnicos-econômicos para controlar o fundamento teológico do anticomunismo” presente na *Doutrina* (Lentz, 2022b, p. 53). Dito de forma ainda mais explícita: “há uma mudança conservadora que acompanha uma tendência geral de profissionalização do discurso ideológico da doutrina, isto é, um processo de *pasteurização do discurso anticomunista pós-1988*” (Lentz, 2022b, p. 53).

Isto posto, não se pode perder de vista que o anticomunismo da *Doutrina militar* igualmente se forjou em resposta às “condições de luta”, donde destaca-se o contexto mundial marcado pela Guerra Fria, a qual imprimiu marcas decisivas no quadro ideológico do primeiro período (1945-1991) do “imperialismo tardio” no qual “os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica da economia mundial capitalista [...] travava uma luta global contra a União Soviética a China”, conforme apontou Foster (2023, p. 403-404). Assim sendo, é mister destacar o explícito alinhamento entre os militares brasileiros e o imperialismo norte-americano de tal forma que, segundo (Lentz, 2022b, p. 48) a *Doutrina militar* poderia ser entendida enquanto a “síntese de pensamento entre diversos setores dominantes civis e militares que convergiu com o projeto de hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) no contexto internacional da Guerra Fria”. Não por acaso, o autor em tela aponta justamente “a influência central dos EUA no pensamento político [e por conseguinte no pensamento econômico] das forças armadas, exercida desde o fim da Segunda Guerra Mundial” enquanto fator explicativo das “mudanças conservadoras” identificadas ao longo das edições da *Doutrina* (Lentz, 2022b, p. 60).

Assim sendo, a “mudança conservadora” do anticomunismo da *Doutrina militar* evidenciada por Lentz (2022b) segue a esteira do pensamento burguês no pós-guerra, marcado pelo incessante combate ideológico à experiência da União Soviética (Lukács, 2020). Conforme evidenciou, Lukács (2020, p. 663) o fim da II Guerra Mundial implicou “a preparação de uma nova guerra, dessa vez, contra a União Soviética [...] uma acirrada guerra fria” a qual não barrou, portanto, as renovações do irracionalismo, antes continuou possibilitando renovações, em especial nos Estados Unidos. Nesta trilha, o filósofo húngaro ressalta um aspecto que nos parece chave, o fato de que

os ideólogos do imperialismo americano, e sobretudo Burnham, não consideram, em primeiro lugar, a União Soviética como a potência política rival dos Estados Unidos [...] o perigo real reside, para eles, na difusão do comunismo, pois veem neste, e não no Estado socialista, seu adversário real” (Lukács, 2020, p. 689).

Vê-se, portanto, um contexto global marcado fortemente pela, por assim dizer, “luta ideológica”. Destacamos ainda, que a própria criação da Escola Superior de Guerra se deu de maneira entrelaçada ao contexto internacional¹²⁸ marcado pela Guerra Fria e pelo decisivo

¹²⁸ Atrelado ao quadro internacional marcado pelo “Recrudescimento da Guerra Fria” Svartman (2014, p. 176) destaca que “No Brasil, o governo anticomunista e pró-Estados Unidos de Dutra teve que se ver com o crescimento do trabalhismo, do nacionalismo (capaz de organizar grandes movimentos, como a campanha do petróleo, e de dividir as Forças Armadas) e com o retorno de Getúlio Vargas, agora pelas urnas, à presidência da República”. Isto posto, destacamos que a própria criação da Escola Superior de Guerra e por conseguinte da *Doutrina* que parametriza o *ideário militar brasileiros* se deu em resposta a esse quadro geral formado pela

alinhamento ideológico entre as Forças Armadas brasileiras e norte-americanas. Conforme destaca Svartman (2014, p. 177) “a ESG iniciou seus trabalhos em 1949 contando com a assessoria de três oficiais norte-americanos”, configurando um “novo espaço de articulação institucional entre militares dos dois países”. Dito de outra maneira, o explícito alinhamento ideológico - leia-se influência do ideário militar dos Estados Unidos sobre as Forças Armadas brasileiras - em tela implicaria em inescapáveis consequências para o conteúdo da *Doutrina militar* uma vez que, influenciados pela doutrina estadunidense, e “Fortemente marcados pelo anticomunismo e por uma visão maniqueístas do cenário internacional, os oficiais brasileiros que integraram os primeiros quadros da ESG deram início a formulação da Doutrina de Segurança Nacional” (Svartman, 2014, p. 177).

Sem qualquer intenção de efetivar uma análise de *gênese* do ideário militar brasileiro, destacamos tão somente que os breves elementos previamente apontados, além de reiterarem o empedernido anticomunismo dos militares brasileiros, desvelam o alinhamento ideológico entre as Forças Armadas brasileiras e as estadunidenses e o conseqüente ímpeto em contrapor-se *convincentemente* ao comunismo e à União Soviética que conforma o pano de fundo por trás dos “argumentos técnicos-econômicos” agregados ao discurso anticomunista da *Doutrina* militar ao longo dos anos. Fato é que, conforme apontou Lentz (2022b) o combate ideológico ao comunismo, o incontestado “adversário” da *Doutrina militar*, desaguou em uma dupla análise: o estudo da obra de Marx e Engels, de um lado e a análise do “sistema econômico do socialismo marxista-leninista”, de outro, donde a ênfase recaiu, enquanto necessidade historicamente determinada, sobre o segundo. Isto porque o “socialismo marxista-leninista” também tido pelos militares enquanto a “segunda fase” do “Socialismo Marxista” é marcado por seu representante concreto: o “Estado centralizador e burocrático da União Soviética”, alvo da crítica da Escola Superior de Guerra desde sua fundação em 1949.

Interessa-nos ressaltar, por fim, que o fundamento anticomunista do ideário militar brasileiro e a tomada de posição contrária ao Estado soviético implicarão marcas decisivas no *pensamento administrativo-político militar* expresso pela *Doutrina*. Conforme será demonstrado em sequência, o objeto ideológico de nosso interesse e a respectiva modalidade de administração política que comporta serão decisivamente forjados em resposta ao “sistema econômico do socialismo marxista” e, em especial, e ao “Estado centralizador e burocrático

conjunção entre o quadro internacional e o quadro interno de ebulição da luta de classes. A este respeito é decisivo o apontamento de Svartman (2014, p. 177) ao constatar que “As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos não poderiam deixar de ser afetadas por este quadro e um dos seus primeiros impactos se deu na criação da Escola Superior de Guerra”.

da União Soviética” que marca, conforme antecipamos, a “segunda fase” do “Socialismo Marxista”¹²⁹.

Uma vez expostas, a partir das contribuições de Lentz, as críticas da *Doutrina* com relação ao “Capitalismo Clássico” e ao “Socialismo Marxista”, vejamos o conteúdo do assim chamado “neocapitalismo”, a variante da ideologia de “terceira via” expressa pela *Doutrina militar* enquanto *resposta simultânea* às insuficiências e problemas destes dois “sistemas econômicos”. Corroborando a forja de uma variante da ideologia da “terceira via” pela *Doutrina militar* Lentz (2022b, p. 53) aponta claramente que diante do “Capitalismo Clássico” de um lado e o “Socialismo Marxista” do outro, “A doutrina fez a opção por um sistema econômico que chama de neocapitalismo ou capitalismo moderno”. Ainda em outro lugar o autor volta a exprimir a configuração de uma variante da “terceira via” pelos militares brasileiros deixando claro que, ao discutir os “sistemas econômicos”, a *Doutrina militar* “seguindo a máxima dicotômica” aponta “dois sistemas: capitalismo e socialismo marxista-leninista” (Lentz, 2022a, p. 269) de tal forma que “Considerando essas duas dicotomias, a doutrina prescreve um sistema econômico que chama de neocapitalismo ou capitalismo moderno” (Lentz, 2022a, p. 270).

Assim sendo, ainda que não pautado pelo materialismo e em especial nos apontamentos de Lukács acerca do irracionalismo, os apontamentos do autor brasileiro sustentam suficientemente a configuração de um, por assim dizer, “impasse típico” da ideologia da “terceira via” ao qual a *Doutrina* é chamada a responder, desaguando, conforme apontado, na defesa do “neocapitalismo”. Este “sistema econômico” teria sido “Fabricado pela escola ‘neoclássica’” a partir da conciliação das “ideias originais do capitalismo liberal de 1776 a 1850 com as novas formulações científicas do fim do século XIX” (Lentz, 2022b, p. 53). De acordo com Lentz (2022b, p. 53) “Os principais responsáveis pela ‘síntese neoclássica’ seriam os membros da Escola de Economia da Universidade de Cambridge” donde destacam-se as figuras de Alfred Marshall e John Maynard Keynes, sendo “este último

¹²⁹ A partir do trabalho de Rodrigo Lentz, é possível captar que a *Doutrina* tece seus mais enfáticos contrapontos à “segunda fase” do “Socialismo Marxista”, a qual teria fundado o “Estado centralizador e burocrático da União Soviética”. Como vimos, o “sistema econômico do socialismo marxista-leninista” estaria pautado na “intervenção ‘direta e total’ do Estado” sobre a dinâmica econômica, acionando, portanto, uma modalidade de administração política contra a qual a *Doutrina* é chamada a responder. Desvela-se, ao fim e ao cabo, o *caráter de resposta* das formações ideais, uma vez que os contornos da variante da ideologia da “terceira via” expressa pela *Doutrina militar* é decisivamente forjada em resposta a esta modalidade de administração política soviética inaugurada pela “segunda fase” do “Socialismo Marxista”. Não se trata, entretanto, de dizer que a *Doutrina* se absteve de contestar a “primeira fase” do “Socialismo Marxista”. Ao revés, os estudos de Lentz apontam que a *Doutrina* se opõe claramente à “fase científica/filosófica” do “Socialismo Marxista”. Salientamos, tão somente que, ao menos no que diz respeito a variante da “terceira via” militar, é decisivamente em resposta a modalidade de administração política acionada pela “segunda fase” do “Socialismo Marxista” que a *Doutrina* irá forjar seus principais apontamentos.

apontado pela doutrina como o maior artífice do arcabouço teórico neocapitalista” (Lentz, 2022b, p. 54).

Deve ficar claro, portanto, que o “sistema econômico neocapitalista” - e a respectiva modalidade de administração política que comporta - defendido pelos militares brasileiros não se trata de uma elaboração própria e sim da apropriação de um “arcabouço teórico neocapitalista” produzido por conhecidos teóricos. Ademais, é mister destacar que a defesa dos militares brasileiros com relação ao “neocapitalismo” não se limitou a uma “mera” discussão teórica no interior dos *Manuais da Escola Superior de Guerra* que parametrizam a *Doutrina militar*, ao revés o modelo “neocapitalista” em tela *efetivamente* orientou a modalidade de administração política implantada durante os anos da ditadura militar (1964-1985). A este respeito, é contributivo o estudo de Maria de Lourdes Covre intitulado *A fala dos homens*, no qual a autora analisa o ideário expresso pelos intelectuais tecnocratas que compuseram o corpo burocrático-militar a frente do Estado durante o período da ditadura militar ou, se quisermos, o período do “bonapartismo brasileiro” (Assunção, 2014), ou seja, “a truculência de classe manifesta”, a forma de dominação burguesa em “tempos de guerra”, conforme destacado por Chasin (1982, p. 11).

A vinculação anteriormente apontada não é de forma alguma casual uma vez que a Escola Superior de Guerra foi decisivamente responsável pela formação de militares e civis que vieram a compor o quadro técnico-militar dos governos bonapartistas. A este respeito, Covre (1983, p. 32) explicita que “a ESG tem sido o canal principal por onde passaram quase todos os intelectuais tecnocratas que analisamos”. Ainda a este respeito, após ter “mapeado o alto escalão da presidência da república durante a ditadura de 1964, de Castelo a Sarney” Lentz (2022a, p. 15) aponta a completa inserção de egressos da Escola Superior de Guerra no quadro técnico dos governos bonapartistas desde os primeiros dias da ditadura, uma vez que “dos 18 ocupantes no gabinete da ditadura de Castelo Branco [1964-1967], 14 tinham vínculos com a ESG” (Lentz, 2022a, p. 156). A rigor, de Castelo “até Geisel [1974-1979] ao menos 30% dos militares no governo haviam passado pela ESG; apenas no governo Figueiredo [1979-1985] a presença significativa de militares formados na ESG foi reduzida, chegando a 18%”, conforme constata Lentz (2022a, p. 15-16)¹³⁰. Em adesão aos elementos expostos, Covre (1983, p. 32) atesta que a partir da Escola Superior de Guerra “o Exército vem desenvolvendo seu papel de órgão não só repressivo, mas também ideológico”.

¹³⁰ O autor aponta ainda os percentuais exatos de militares e civis egressos da Escola Superior de Guerra que teriam composto os gabinetes dos presidentes ditadores. Somados civis e militares 48,8% do gabinete de Castelo Branco teria passado pela Escola ao passo que para os demais ditadores teríamos: 33,4% para Costa e Silva, 42,3% para Médici, 41,3% para Geisel e 21% para Figueiredo (Lentz, 2022a, p. 228).

Uma vez exposta a decisiva atuação da Escola Superior de Guerra na formação do quadro técnico do bonapartismo nacional, Covre (1983, p. 41) aponta, não por acaso, que “Os intelectuais tecnocratas falam em três tipologias: o capitalismo liberal, o socialismo e o capitalismo social (neocapitalismo, ‘economia associada’, etc.) para tipificar esse último”, tendo optado justamente pelo “capitalismo social” ou “neocapitalista”. Demonstra-se claramente, portanto, que a discussão acerca do “neocapitalismo” não se limitou, naquelas circunstâncias, ao ambiente da caserna. Pelo contrário, os fundamentos deste “sistema econômico” foram discutidos e utilizados pelo aparato burocrático-militar à frente do timão do Estado na busca pelo aprimoramento da modalidade de administração política efetivamente implementada durante os governos bonapartistas.

Em contraposição a desmedida liberdade econômica e a completa ausência da intervenção estatal de um lado (Capitalismo Clássico) e a completa ausência de liberdade econômica e a exacerbada intervenção estatal sobre a economia de outro (Socialismo Marxista) a *Doutrina* aponta a saída pautada no “neocapitalismo”: a necessidade de “uma espécie de ‘punho visível’ para regular a ‘mão invisível’ do mercado” (Lentz, 2022b, p. 54). Em suma, conforme aludido anteriormente, o “neocapitalismo” adotado pelos militares brasileiros compreende uma modalidade de administração política a qual consente com a, ainda que pontual, intervenção estatal sobre a dinâmica econômica.

Dito de outra forma, a *Doutrina* defende a coexistência entre o “Mercado Livre” e a concedida e pontual intervenção estatal, relação na qual o primeiro fator deve preponderar sobre o segundo. Assim sendo, não se deve perder de vista que, apesar da consentida intervenção estatal sobre a dinâmica econômica

desde sua primeira formulação consolidada, a doutrina é incontornável em assegurar o mercado como o principal centro de decisões do sistema econômico, a instituição econômica integradora de empresas e famílias/indivíduos e caracterizada pela liberdade (Brasil, 1983, p. 141; 1988, p. 82; 2002, p. 88; 2006b, p. 35; 2009b, p. 43; 2014b, p. 44). **Trata-se do “Mercado livre”, ainda que regulado pelo Estado**, que pressupõe a “[...] possibilidade de ser ofertada e demandada, sem restrições, toda espécie de bens e serviços”, ao contrário de seu modelo antagônico de “mercado oficialmente controlado” (Brasil, 1983, p. 141; 1988, p. 82; 2002, p. 88; 2006b, p. 35; 2009b, p. 43; 2014b, p. 44). Caberia à sociedade “[...] buscar os meios para assegurar seu funcionamento”, dado que somente ele “[...] consegue ajustar a produção ao consumo e assegurar a liberdade econômica essencial ao regime democrático” (Brasil, 1983, p. 141-142; 1988, p. 82; 2002, p. 88; 2006b, p. 36; 2009b, p. 43; 2014b, p. 44) (Lentz, 2022b, p. 56, grifos nossos).

Da passagem anterior, fica claro que, apesar da consentida intervenção estatal sobre a dinâmica econômica, os militares brasileiros compreendem o “mercado como o principal

centro de decisões do sistema econômico”. Reiteram, portanto, a preponderância dada ao dito “Mercado livre” frente a intervenção estatal mais proeminente, de tal forma que “para a doutrina, a intervenção do Estado deve estar restrita à correção das ‘disfunções do mercado’” (Lentz, 2022b, p. 55). Assim sendo, apesar de apontar as insuficiências e problemas do “Capitalismo Clássico”, tido explicitamente como *desumano* pela *Doutrina*, vê-se que os militares brasileiros não rompem radicalmente com a ordem capitalista e com a lógica de mercado. Ao revés, o “neocapitalismo” defendido pela *Doutrina* aciona uma *modalidade de administração política das disfunções do Capital*, ou seja, defende a possível e necessária intervenção do Estado, o qual, em suma, deveria atuar “Apenas aprimorando, portanto, fundamentos do capitalismo liberal” (Lentz, 2022b, p. 54).

Assim sendo, apesar de reconhecer as “disfunções do mercado”, a resposta acionada pela *Doutrina militar* incorre em uma propositura de administração política circunscrita, por conseguinte, à economia capitalista. Apesar do “tom” aparentemente crítico ao capitalismo, o diagnóstico dado pela *Doutrina* não permite apreender a essencial vinculação entre tais “disfunções” e a própria lógica de produção e reprodução do Capital, de tal forma que a resposta acionada pelos militares brasileiros deságua, em última instância, em uma propositura de *manutenção da ordem capitalista*. Configura-se, ao fim e ao cabo, uma *apologia indireta do modo de produção capitalista*, ou seja, o “louvor indireto” da sociedade burguesa, “sua defesa a partir de seus ‘lados ruins’”, conforme esclareceu Lukács (2016, p. 104), ou ainda mais uma vez, a defesa do “sistema capitalista partindo precisamente de seus ‘aspectos ruins’” (Lukács, 2020, p. 637).

A este respeito, vale a ressalva de que, apesar do apontamento do filósofo húngaro no *Epílogo d’A Destruição da Razão* acerca do retorno da apologética direta e vulgar nos Estados Unidos no pós-guerra, fato é que os *ideólogos do capital monopolista* jamais cessaram a busca por desenvolver novas modalidades de apologia indireta da ordem capitalista. Quanto a isso é esclarecedor o apontamento de que

Não há dúvidas de que alguns ativistas do imperialismo americano sentem que a apologética direta do capitalismo monopolista lhes coloca numa situação desfavorável, em termos de propaganda, em comparação com a apologética indireta de Hitler. **E assim surgem inevitáveis tentativas de descobrir novas formas de apologética indireta, mais adequadas às situações dos Estados Unidos** (Lukács, 2020, p. 683, grifos nossos).

Assim sendo, fica claro que, a vigência da “apologia direta” e sua *aparência de racionalidade* no período analisado por Lukács no *Epílogo* - a rigor, vigente até os dias atuais

-, não implica no absoluto desaparecimento das tentativas de se produzir novas formas de “apologia indireta” da ordem capitalista¹³¹, as quais muitas das vezes são, por seu caráter velado, formas ainda mais eficazes de manutenção do *status quo*.

Desta feita, apesar da defesa de que o mercado deveria atuar como principal tomador de decisões econômicas, os militares brasileiros seguem a trilha da apologética indireta, uma vez que não se furtam das críticas ao “sistema econômico” de mercado, o modo capitalista de produção e distribuição da riqueza. A este respeito, Lentz (2022b, p. 54) aponta que “a experiência histórica do mercado na direção da economia teria desaguado na sensação de colapso econômico”, compreensão a qual os próprios militares não se opõem, dado que a *Doutrina* entende que

os mecanismos econômicos emergidos desse sistema [de mercado] “[...] refletiam a incapacidade de resolver o problema básico da produção” e resultariam em uma “[...] impossibilidade transitória de coordenar o homem, o capital e os recursos naturais” (Brasil, 1996a, p. 174) (Lentz, 2022b, p. 54).

Em outros termos, esses problemas se explicam pelo fato de que, para a *Doutrina militar*

uma economia capitalista, “como mecanismo perverso”, toma suas decisões de produção baseando-se principalmente “[...] no lucro e não nas necessidades das pessoas”. **Imprescindível, portanto, que “alguém” – e esse alguém é o Estado – procure “[...] remediar as disfunções do mercado”** (Brasil, 1996a, p. 176). Aliás, se justifica a intervenção do Estado visando salvaguardas ao declínio da atividade econômica e promoção de estímulos ao desenvolvimento, não permitindo que níveis de emprego e produção sejam “[...] deixados ao sabor do mercado” (Brasil, 1996a, p. 176). Em apanhado, é para proteger o mercado de si mesmo (Lentz, 2022b, p. 54, grifos nossos).

Da passagem anterior fica evidente que a *Doutrina* não se furta da crítica à economia capitalista, sendo tomada explicitamente enquanto um “mecanismo perverso”, apontamento alinhado com o caráter “desumano” do capitalismo apontado anteriormente. E é justamente a partir do reconhecimento destes problemas e insuficiências que os militares brasileiros

¹³¹ Conforme discutido no subcapítulo 4.2.2, Lukács destaca a figura de Burnham enquanto um ideólogo que intenta uma renovação da apologética indireta em especial através de seu livro *The Managerial Revolution*. Neste sentido, conforme discutido anteriormente Lukács (2020, p. 683) aponta que “Burnham não pretende negar as contradições do capitalismo monopolista, nem simplificá-las como uma “perturbação” de fácil remoção. Pelo contrário, encara essas contradições, da mesma forma como Hitler o fez, como ponto de partida, procurando obter de sua análise uma nova e atraente perspectiva demagógico-social”. Longe de imputar simetrias, destacamos tão somente que, assim como o fez Burnham, os militares não abdicam de apontar os problemas e insuficiências do modo de produção capitalista, ao revés, tomam-nos como ponto de partida para edificar a consequente defesa de um outro “sistema econômico”, o “neocapitalismo” que, ao invés de romper radicalmente com a ordem capitalista e suas inerentes contradições, visa remediá-la *ad infinitum*.

erguem a sua propositura de administração política, visando a intervenção pontual do Estado sobre a dinâmica econômica capitalista, “perversa” e “desumana”. Dessas expressões, é possível captar a *tônica romântica* que perfaz a crítica dos militares brasileiros ao capitalismo, estando presente em diversos apontamentos da *Doutrina* como por exemplo em sua “crítica à ‘irrestrita e desumana busca do lucro’ (Brasil, 1996a, p. 170)” (Lentz, 2022b, p. 55).

Ainda a respeito da crítica de talhe romântico ao capitalismo “perverso”, Lentz (2022b, p. 55) atesta que a *Doutrina militar* entende que “no capitalismo, [...] o comportamento das relações capital/trabalho, a má distribuição de renda, os descaminhos da poluição, a importância dada aos aspectos materiais são canais inibidores do calor humano, afeição e amor genuíno’ (Brasil, 1996a, p. 183)”. Não por acaso, apesar do reconhecimento destes problemas, é sintomática a concepção de que o Estado deveria tão somente, grife-se, “remediar as disfunções do mercado”, conforme explicita a passagem anterior. Dito de outra maneira, desvela-se certo *romantismo* entremeado à crítica ao capitalismo “desumano” realizada pela *Doutrina militar* de tal forma que, apesar do reconhecimento de uma série de problemas e insuficiências do capitalismo, a resposta acionada pelos militares não visa a resolução radical a partir da supressão da própria lógica de produção e reprodução do Capital.

Ao fim e ao cabo, o caráter romântico da crítica ao capitalismo realizada pelos militares deflagra a incompreensão acerca do elo radical entre as “disfunções” identificadas e a própria lógica de reprodução do modo de produção capitalista que, em última instância, enceta tais contradições e conflitos. Ademais, a crítica ao capitalismo leva os militares brasileiros a reconhecerem que “A necessidade de intervenção na economia seria uma exigência evolutiva do próprio capitalismo”, de tal forma que para a *Doutrina*, grife-se, “o neocapitalismo seria capaz de ‘humanizar’ as relações econômicas” (Lentz, 2022b, p. 55). Em suma, informada por uma crítica de talhe romântico que não alcança a crítica radical da ordem capitalista, a propositura de administração política acionada pelo “neocapitalismo” teria horizontes necessariamente limitados, visando tão somente administrar politicamente os conflitos, sem, jamais, resolvê-los.

Além do mais, em algum grau o reconhecimento por parte dos militares acerca da necessidade de intervenção do Estado na dinâmica econômica advém da própria crítica dos militares ao “Socialismo Marxista”. Isto porque, em contraposição às “disfunções” do “Capitalismo Clássico”, a *Doutrina militar* se vê obrigada a reconhecer que o “Socialismo Marxista” “teria seus ‘êxitos’, especialmente por adaptar a produção às necessidades do Estado, promover o equilíbrio forçado da economia e o estímulo ao progresso tecnológico” (Lentz, 2022b, p. 53). Entretanto, apesar do reconhecimento de tais “êxitos” por parte dos

militares, prepondera o anticomunismo: ainda que a *Doutrina militar* tenha reconhecido tais “êxitos” do “Socialismo Marxista”, este reconhecimento se deu apenas, por assim dizer, parcialmente. Em suma: em decorrência do já discutido empedernido anticomunismo das Forças Armadas estava barrada de partida a adesão à perspectiva socialista revolucionária, de tal forma que, apesar do reconhecimento da necessidade da intervenção estatal, o grau de intervenção consentido teria de ser, necessariamente, diminuto.

Prova disto é a própria modalidade de administração política acionada pelo “neocapitalismo”, uma vez que, apesar do reconhecimento da necessidade de intervenção estatal visando remediar as disfunções do mercado

o neocapitalismo doutrinário é crítico ao “capitalismo de Estado” do marxismo-leninismo e defende que a síntese evolutiva do capitalismo é um Estado apenas dirigente, garantidor de um sistema misto de “liberdade econômica” (lucro, concorrência, mercado livre e propriedade privada) e intervenção parcial do Estado (Brasil, 1975, p. 147-148) (Lentz, 2022b, p. 55).

Fica claro, portanto, que o incrustado anticomunismo da *Doutrina* implicou na imediata limitação da intervenção estatal sobre a dinâmica econômica. Em suma, ao mesmo tempo que o “neocapitalismo” reconhece, a partir da crítica romântica ao capitalismo, a necessidade de algum grau de intervenção estatal sobre a dinâmica econômica, visa, em decorrência de seu anticomunismo, limitá-la ao menor grau possível.

Todos os elementos somados até aqui habilitam o consequente enquadramento do “neocapitalismo” defendido pelos militares brasileiros enquanto uma “variante” da ideologia da “terceira via”, uma ideologia a qual atua “na direção de promover alternativas à ortodoxia liberal e ao socialismo, evitando a crítica aguda aos fundamentos do capitalismo” (Paço Cunha, 2022, p. 6). Em outros termos, por se tratar de uma resposta simultânea “aos problemas de acumulação capitalista e ao temor do comunismo” (Paço Cunha, 2022, p. 6), o “neocapitalismo” adotado pela *Doutrina militar* se enquadra enquanto uma “variante” da “terceira via”. Ademais, é possível argumentar a partir das contribuições de Paço Cunha (2022) que o “neocapitalismo” defendido pelos militares brasileiros se insere no quadro da “renovação do liberalismo” ocorrido a partir da década de 1930, processo este também tomado pelo mesmo autor como “neoliberalismo histórico” (Paço Cunha, 2023c; Resultado Geral, 2024b). Em suma, o “neoliberalismo histórico” é marcado pelo “simultâneo abandono da antiga ortodoxia liberal e o pavor a expressões ‘socialistas’, admitindo modos de atuação do Estado na administração política da vida econômica da sociedade” (Resultado geral, 2024b), de tal forma que, admitidas suas particularidades, o “neocapitalismo” e sua respectiva

modalidade de administração política se inserem no quadro geral da “renovação do liberalismo” previamente exposto.

Ademais, parece-nos pertinente retomar o estudo de Maria de Lourdes Covre enquanto forma de demonstrar que a “terceira via” em tela, o “neocapitalismo”, também chamado de “capitalismo social” pelos “intelectuais tecnocratas”, *efetivamente* orientou a modalidade de administração acionada pelo bonapartismo nacional. Isto porque, conforme a autora, em face do “capitalismo liberal” e do “socialismo”, os intelectuais tecnocratas aderiram a um *terceiro caminho*, o “capitalismo social” - “neocapitalismo” -, tomado pelos tecnocratas “como um novo ‘modo de produção’, que configura como aquele que preserva as qualidades ‘positivas’ do capitalismo e do socialismo” (Covre, 1983, p. 41). Em suma, conforme a autora, para os intelectuais tecnocratas do bonapartismo “o ‘capitalismo social’, de uma forma ‘mista’, preserva valores do ‘capitalismo liberal’ [...] e acata valores do ‘socialismo’” (Covre, 1983, p. 43).

Assim sendo, o “neocapitalismo” defendido pelos militares brasileiros – e igualmente defendido pelo corpo burocrático-militar da ditadura - se enquadra enquanto uma “variante” da ideologia da “terceira via”, na trilha do “neoliberalismo histórico”. Ao fim e ao cabo, diante do “impasse” da “terceira via”, a *Doutrina militar* defende um “sistema econômico” que desagua, apesar do “tom crítico” ao capitalismo, na “apologia indireta” deste modo de produção. Isto porque, apesar de todas as críticas, segundo a *Doutrina*, o mercado

constitui a “[...] instituição onde as trocas se processam ou onde reúnem compradores e vendedores, mas, sobretudo, como um sistema de alocação de fatores de produção e de tomada de decisões para a vida econômica” (Brasil, 1983; 1996a, p. 106). Para a doutrina, o mercado é um “excelente instrumento de integração social” e o “mais eficiente meio” para o binômio necessidade/disponibilidade, pois seria nele que “[...] milhões de agentes econômicos interagem livremente, com base nos preços que se formam como consequência dos embates entre aqueles que demandam e aqueles que ofertam bens e serviços” (Brasil, 1983; 1996a, p. 106-107) (Lentz, 2022b, p. 54).

Em suma, nada resta senão *remediar* os conflitos e contradições do mercado. Outrossim, a passagem anterior revela a adesão dos militares brasileiros ao “mercado”, de tal forma que a crítica aos *fundamentos* do modo de produção capitalista, ou ainda uma perspectiva de saída *para além do Capital* jamais esteve em debate. Conforme vimos anteriormente, essa adesão é justificada pelos militares a partir da vinculação entre o “mercado” e a “natureza” do ser humano, tido como *naturalmente* “livre” pela *Doutrina militar*, ou seja, a indeterminada “liberdade”, tomada como *atributo congênito* da subjetividade do ser social, estaria alinhada aos *fundamentos* do modo de produção capitalista.

A este respeito, é decisivo o apontamento de que para a *Doutrina militar* “o ‘mercado livre’ seria a expressão da própria natureza humana (Brasil, 1983, p. 141-142)”, conforme Lentz (2022b, p. 54).

Não por acaso, a modalidade de administração política defendida pelos militares brasileiros infere que o Estado deve tão somente *remediar* as “disfunções do mercado”, com o fito de possibilitar o bom funcionamento do dito “Mercado Livre”. Em resumo, defendem, como bem apontou Lentz (2022b, p. 56), um “mercado livre e regulado”, ou seja, a coexistência da preponderante liberdade econômica e a consentida pontual intervenção estatal, a qual visa garantir a desejável “‘concorrência perfeita’, em que ‘[...] ninguém pode exercer o domínio sobre outrem no mercado’ (Brasil, 1996a, p. 108)” (Lentz, 2022b, p. 56). Portanto, vê-se que a modalidade de administração política do Capital acionada pelo “neocapitalismo” visa barrar os monopólios, uma “disfunção” do mercado, tida pela *Doutrina militar* como “todo o poder do mercado concentrado ‘[...] em um único produtor, num agente, que exerce o controle direto sobre o preço de mercado, gerando ou não escassez de oferta, em função de seus objetivos’ (Brasil, 1996a, p. 108)”, conforme Lentz (2022b, p. 56). Em suma, os monopólios estariam “No par oposto” (Lentz, 2022b, p. 56) da “concorrência perfeita” do “mercado livre e regulado” defendido pela *Doutrina*.

Assim sendo, os elementos previamente discutidos corroboram o apontamento de Lukács (2020, p. 670) de que a existência da concentração e dos monopólios “produz consequências perturbadoras com as quais o apologeta de algum modo tem de lidar”. Como visto até aqui, a maneira encontrada para lidar com essa “disfunção” trata-se da concessão a algum grau de intervenção estatal na dinâmica econômica, visando *remediá-las*. Portanto, por não alcançarem a crítica radical dos monopólios e das demais “disfunções”, o “neocapitalismo” defendido pelos militares brasileiros convive harmonicamente - até certo grau - com todas as ditas “disfunções” do mercado. Trata-se, em suma, de uma propositura de administração política do Capital, ou seja, a *manutenção* da ordem capitalista sem jamais suprimi-la.

Quanto a isso, é sintomática a apreensão dos militares acerca da acumulação de capital enquanto uma espécie de *virtude*, uma vez que o “mercado livre” idealizado pela *Doutrina* “busca a expansão da propriedade privada pela acumulação de capital e riqueza (Brasil, 1996a)”, conforme Lentz (2022b, p. 56). Assim sendo, vale destacar que para a *Doutrina militar*

a empresa é o principal vetor de produção e de acumulação de capital e, no regime neocapitalista “[...] é, em princípio, privada, atuando o Estado em caráter complementar para suprir carências que o sistema empresarial apresenta” (Brasil, 1988, p. 83; 2002, p. 89; 2006b, p. 36; 2009b, p. 44; 2014b, p. 45) (Lentz, 2022b, p. 56).

Fica claro, portanto, que apesar do “tom” crítico da *Doutrina* ao capitalismo, as “disfunções” do mercado identificadas pelos militares são entendidas enquanto problemas desvencilhados da contraditória lógica capitalista de acumulação em escala ampliada.

Em vista disso, disfunções como a “desigualdade econômica” e o “desemprego” - contradições atreladas a lógica essencial de concorrência e acumulação de Capital - serão tratadas enquanto problemas meramente epidérmicos e, porquanto, problemas superficiais, devem ser tratados apenas ao nível da superfície do “sistema econômico”. Em suma, são entendidos enquanto problemas *inelimináveis*, inerentes a qualquer “sistema econômico”, de tal forma que a *Doutrina* militar aponta, sem quaisquer constrangimentos, que nada resta senão tão somente *amenizá-los*.

A este respeito, é ilustrativo o apontamento de que os militares brasileiros entendem que “A desigualdade econômica seria inerente a qualquer sistema econômico, inclusive no socialismo ‘marxista-leninista’, sendo a capacidade individual uma relevante ‘[...] explicação das desigualdades da repartição de renda’ (Brasil, 1996a, p. 104)” (Lentz, 2022b, p. 57). Vê-se, portanto, uma espécie de *naturalização* da “desigualdade econômica”, fenômeno tratado apenas como um problema epidérmico, dissociado, portanto, da lógica contraditória de acumulação de riqueza sob a égide do Capital. Ademais, desvela-se que, além de não efetivarem uma crítica verdadeiramente radical aos fundamentos do capitalismo, os militares brasileiros encontram a “raiz” desta “disfunção”: delegam o problema da desigualdade a ordem das “capacidades individuais”. Em suma, a *Doutrina* entende que “a desigualdade decorreria da diferença natural de habilidades e capacidades individuais, não expressando em si uma anomalia sistêmica (Brasil, 1996a)” (Lentz, 2022b, p. 57).

Ainda a respeito da desigualdade econômica a Doutrina fará questão de apontar que o problema da “repartição de renda” estaria “mais associado ‘[...] às causas da desigualdade, que se revelam com maior regularidade, são as relacionadas com a aptidão ou o conjunto de habilidades de cada indivíduo no mercado de trabalho’ (Brasil, 1996a, p. 121)” (Lentz, 2022b, p. 57). A rigor, o problema da “repartição de renda” “segundo a doutrina, não é nem de concentração de renda nem de escassez, mas sim de capacitação individual (Brasil, 1996a, p. 122)” (Lentz, 2022b, p. 57). Todos os elementos somados, Lentz (2022b, p. 57) conclui que “pode-se afirmar com certa segurança que, para a doutrina, a desigualdade de renda deve ser

apenas administrada para que não afete a função consumo ao ponto de desequilibrar o sistema econômico”.

Assim como tratam a questão da desigualdade de renda, o problema do desemprego também é tratado pelos militares enquanto “uma questão de recursos humanos” (Lentz, 2022, p. 58). Ainda a este respeito, Lentz (2022b, p. 58) atesta que “embora se poste na direção do pleno emprego, esse neocapitalismo convive com o desemprego e/ou o subemprego”. Portanto, assim como o fizeram com relação à “disfunção” da desigualdade, o problema do desemprego é *naturalizado*, ou seja, é tratado como uma disfunção *ineliminável*, presente em todo e qualquer “sistema econômico”, restando apenas a tarefa de *amenizá-la*. Ao fim e ao cabo, para os militares brasileiros “O desemprego e o subemprego constituem, para qualquer economia, ‘problemas graves que devem ser minimizados’, sem serem, contudo, antagônicos ao pensamento econômico da doutrina (Brasil, 1983, p. 140; 1988, p. 80; 2002, p. 85; 2006b, p. 31; 2009b, p. 39; 2014b, p. 40)” (Lentz, 2022, p. 58).

Não restam dúvidas, portanto, acerca dos horizontes limitados da modalidade de administração política acionada pelos militares brasileiros, modalidade a qual convive, com considerável grau de harmonia, com uma série de “disfunções” às quais, ao menos aparentemente, são críticos. Por conseguinte, vê-se que o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* se encontra em uma linha tênue entre a apologética indireta do modo de produção capitalista e aquela apologia vulgar atrelada a uma aparência de racionalidade de que Lukács destacou no *Epílogo*.

Assim sendo, ao passo que a crítica de talhe romântico da *Doutrina* desvela as epidérmicas “disfunções” do mercado sob a égide do Capital, impede, por seus horizontes limitados, que os militares incorram na reta apreensão da vinculação entre tais “disfunções” e a própria lógica de reprodução do modo de produção capitalista. Soma-se a isso, os impactos do empedernido anticomunismo dos militares brasileiros, o qual já estava cristalizado no ideário das Forças Armadas antes mesmo da consolidação da primeira versão da *Doutrina militar*. Em decorrência disto, apesar do reconhecimento das “disfunções” do mercado e da compreensão acerca da necessidade da intervenção estatal, o anticomunismo da *Doutrina* implicou na necessária restrição desta intervenção ao grau mais limitado possível.

Ficam assim apontados os elementos fundamentais do *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* sublinhados a partir do “neocapitalismo” oficialmente defendido pela *Doutrina das Forças Armadas*. Moldado enquanto dupla resposta ao capitalismo e ao socialismo, o *fato doutrinário* em tela se enquadra como uma “variante” da ideologia da “terceira via” na esteira da renovação do liberalismo ou, se quisermos, na

esteira do “neoliberalismo histórico” (Paço Cunha, 2023c; Resultado Geral, 2024b). Ao fim e ao cabo, informa uma modalidade de administração política a qual concomitantemente “contrapõe dois extremos: a autorregulação do mercado, insuficiente para conter seus efeitos cíclicos (inflação e concentração), e a ‘ortodoxia socialista’, em que o Estado seria a própria economia” (Lentz, 2022a, p. 271). Ainda em outras palavras, visando alcançar um “mercado livre e regulado” (Lentz, 2022b, p. 56), o pensamento *administrativo-político militar brasileiro* consente com “um Estado dirigente que assegure um sistema misto de ‘liberdade econômica’ (lucro, concorrência, propriedade privada) e participação do Estado” (Lentz, 2022a, p. 271).

Assim sendo, advindo de um ideário militar mais amplo e moldado na conjunção entre o decidido anticomunismo e certo grau de romantismo com relação ao capitalismo “desumano”, o *pensamento administrativo-político militar* aciona uma modalidade de administração política de horizontes limitados. A restrita intervenção estatal consentida pelos militares brasileiros deveria tão somente, como vimos, “amenizar”, “remediar” ou ainda “minimizar” as “disfunções” da economia capitalista, visando alcançar um indeterminado “bem estar” nacional. Por conseguinte, o Estado deveria ocupar uma posição de “subsidiariedade” ou ainda uma postura “suplementar” com relação ao “Mercado Livre”, visando a *manutenção* da ordem capitalista, deixando, em última instância, intocados os fundamentos do modo de produção vigente.

Por fim, vale dizer que intervenções estatais de cunho, por assim dizer, proeminentes, são eventualmente consentidas em situações de caráter extraordinário. A este respeito a *Doutrina* defende que

a intervenção do Estado na gestão de empresas ou políticas nacionalizantes deveria ocorrer apenas em **áreas de desinteresse privado e que sejam “[...] geoeconomicamente pioneiros, de risco elevado, de lenta maturação ou que exijam grande aporte de recursos e que, por sua natureza, sejam considerados imprescindíveis e de interesse para a Segurança Nacional”** (Brasil, 2002, p. 94; 2006b, p. 41; 2009b, p. 49; 2014b, p. 50) (Lentz, 2022b, p. 58, grifos nossos).

Da passagem anterior desvela-se a articulação entre a modalidade de administração política defendida pelos militares brasileiros e a temática da “Segurança Nacional”, tema caríssimo às Forças Armadas brasileiras e que, como veremos, se fará sentir em demasia nas linhas do Projeto de Nação. De acordo com Lentz (2022b, p. 58) “As razões de segurança se fundamentam na teoria dos conflitos da doutrina” de tal forma que, em suma, “seu núcleo principal é a constituição de antagonismos e pressões, internos e externos. É isso que poderá

ameaçar a coesão, o equilíbrio, a unidade e a harmonia do sistema econômico capitalista”. Como veremos adiante a questão da “Segurança Nacional” perpassa as mais diversas proposituras acionadas pelo Projeto de Nação uma vez que visa abertamente sanar os identificados “Óbices” que possam implicar na debacle da dita “coesão” nacional e no “equilíbrio” da economia capitalista.

Por fim, Lentz (2022b, p. 58) destaca ainda outra forma de intervenção estatal mais proeminente consentida pelos militares brasileiros: o chamado “planejamento neocapitalista da doutrina” também tido como “planejamento indicativo” da dinâmica econômica, conforme Lentz (2022b, p. 59). Trata-se de uma intervenção estatal na “conjuntura econômica” atrelada a “funções do dirigismo, de planejamento e das corporações”, donde “uma das principais ferramentas é a política econômica baseada no planejamento estratégico, correspondente ao núcleo instrumental do pensamento econômico” (Lentz, 2022b, p. 58).

Conforme aponta Lentz em outro lugar, o “núcleo instrumental” da *Doutrina* “reúne um ‘passo a passo’ de como atualizar os objetivos nacionais, a política nacional e a estratégia nacional conforme as mudanças conjunturais, sejam de ordem interna ou externa, de curto, médio ou longo prazo. É, literalmente, um manual prático de ação política” (Lentz, 2022a, p. 240). Assim sendo, ao falar do “núcleo instrumental do pensamento econômico” o autor em tela indica a aplicação deste ferramental estratégico na intervenção estatal, o que incorreria em um “planejamento indicativo” da economia “Baseado na observação mais judiciosa da realidade e um enorme campo analítico” (Lentz, 2022b, p. 58), delimitação que guarda estreitos vínculos com o Projeto de Nação, tomado abertamente enquanto uma “Estratégia Nacional” pautada em “Objetivos Nacionais” e em “Diretrizes Político-Estratégicas” de longo prazo. Conforme dito anteriormente, o “Centro de Governo” acionado pelo Projeto de Nação visa justamente efetivar um planejamento estratégico de longo prazo, levando, portanto, o ideário administrativo-político militar às últimas consequências práticas.

Reiterando a posição anticomunista dos militares brasileiros, vale destacar por fim que o “planejamento neocapitalista da doutrina seria antagônico ao planejamento centralizado” (Lentz, 2022b, p. 58), sendo este último, como vimos, vinculado pelos militares ao “Socialismo Marxista”. Portanto, apesar de habilitar o planejamento estratégico da dinâmica econômica, o dito “planejamento indicativo” das Forças Armadas não implica em um dirigismo centralizado. Ao revés, destacando o suposto “caráter técnico e imparcial” dos militares brasileiros, Lentz (2022b, p. 59) atesta que segundo a *Doutrina* o “planejamento indicativo” trata-se de um modelo “tecnocrático, racional, profissional especializado e mais congruente com os agentes capitalistas, perfazendo um planejamento ‘[...] de sentido liberal,

com imagem participativa, em face de interesses a serem beneficiados' (Brasil, 1996a, p. 126)". Assim, apesar de implicar uma intervenção mais proeminente, fica claro que o "planejamento indicativo" defendido pelos militares trata-se explicitamente de um planejamento "de sentido liberal" devendo estar alinhado, portanto, aos interesses dos "agentes capitalistas".

Ainda mais uma vez, portanto, desvela-se o alinhamento dos militares brasileiros ao modo de produção capitalista. Assim sendo, pautados na constante "retórica anticomunista, o planejamento centralizado seria o vício e o planejamento indicativo seria a virtude" (Lentz, 2022b, p. 59). Este é o fim último da propositura de administração política defendida pelos militares brasileiros: efetivar simultânea negação da saída socialista e a defesa de uma proposta manutenção *ad infinitum* da ordem social capitalista.

Além do mais, tratamos de demonstrar articuladamente no decorrer da análise a renovação de uma "tendência irracionalista" na figura do "neocapitalismo" defendido pelos militares, uma variante da ideologia da "terceira via" expressa no *pensamento administrativo-político militar*. Soma-se a isso o esforço de apreensão de um conjunto de "marcadores do irracionalismo", para usar o termo de Paço Cunha em Resultado Geral (2024c) ou ainda de "laivos irracionalistas", conforme Assunção (1999), inerentes ao *fato doutrinário* em tela. Em apanhado, destacam-se a renovação de uma variante da "terceira via" demarcada simultaneamente pelo anticomunismo exacerbado e a crítica de "tônica" romântica às ditas "disfunções" do mercado levando a um processo de *naturalização* das contradições do Capital, a negação do caráter historicamente contingente - ainda que autoconstitutivo - da subjetividade do ser social a partir do tratamento de um conjunto de traços de personalidade próprios da sociedade burguesa enquanto *atributos congênitos* da assim chamada "natureza humana" além da apologética vinculação entre os fundamentos mesmos do modo de produção capitalista e a "natureza humana" assim entendida. Ao fim e ao cabo, apesar das críticas ao capitalismo e suas "disfunções", o *pensamento administrativo-político militar* inerente à *Doutrina das Forças Armadas* realiza aquela que Lukács (2020, p. 219) apontou como a "meta central" do irracionalismo, qual seja, "fornecer uma apologia indireta da ordem social capitalista".

Feita esta explanação, vejamos a seguir como o *pensamento administrativo-político militar* e suas feições irracionalistas se apresentam no Projeto de Nação. Assim como aludido anteriormente, especialmente por seu caráter teórico-prático, o Projeto de Nação apresenta, necessariamente, uma série de propostas para os mais diversos "Temas", portanto, propostas específicas deste documento. Entretanto, conforme será demonstrado, as propostas

apresentadas não contrariam o *pensamento administrativo-político militar* que informa este projeto, antes, o levam às últimas consequências práticas. Isto posto, vejamos na sequência de que maneira e em que grau os elementos fundamentais do *pensamento administrativo-político militar* sublinhados até aqui se expressam nas linhas do Projeto de Nação.

5.3.3 A propositura “progressiva” (conservadora) da economia brasileira nos marcos do capitalismo globalizado: a reiteração da resoluta defesa da centralidade da iniciativa privada e da “subsidiariedade” do Estado na particularidade do Projeto de Nação

Tendo perscrutado ainda mais de perto os fundamentos do *pensamento administrativo-político militar* consolidado na *Doutrina da Escola Superior de Guerra*, foi possível sublinhar os principais contornos do sistema econômico “neocapitalista” defendido pelos militares brasileiros bem como os impactos essenciais desta “terceira via” na própria conformação do *fato doutrinário* de nosso interesse. Conforme apreendido no subcapítulo anterior, a opção pelo “neocapitalismo” habilita e conforma uma modalidade de administração política a qual toma o “Mercado Livre” como força motriz do crescimento econômico. Contudo, sem qualquer tipo de intervenção estatal, esse *laissez-faire* próprio do “Capitalismo Clássico” tende a apresentar “disfunções” alegadamente “desumanas”, cabendo ao Estado atuar, a partir de sua posição de “complementariedade” econômica, enquanto um agente capaz de “amenizar”, “remediar” ou ainda “minimizar” tais “disfunções” do mercado capitalista. Em suma, portanto, os militares brasileiros compreendem que o desenvolvimento econômico tem no primado do “mercado livre” seu agente central ainda que simultaneamente compreendam que a intervenção estatal, pontual e complementar, seja *imprescindível* como forma de “regular” o mercado e suas disfunções, alcançando, portanto, o “mercado livre e regulado” de que falou Lentz (2022b, p. 56).

Isto posto, estamos agora melhor habilitados a *apreender* a maneira e o grau com que tais elementos essenciais do *pensamento administrativo-político militar* efetivamente informam o conteúdo da particular propositura de administração política exposta pelo Projeto de Nação. Nesta toada, o presente subcapítulo se propõe a deslindar o grau de intervenção estatal sobre a dinâmica econômica admitido pela particular propositura de administração política contida no Projeto de Nação. Tendo em vista esse intuito, serão trazidas à baila em

especial as discussões contidas nos “Temas Estratégicos” voltados *diretamente*¹³² ao papel do Estado brasileiros sobre a economia.

Isto posto, interessam-nos especialmente os “Temas Estratégicos” contidos no “Eixo III: Desenvolvimento Nacional” justamente por se tratarem dos “Temas” nos quais o Projeto de Nação expõe com maior ênfase a compreensão de seus autores acerca do papel do Estado sobre a dinâmica econômica. Em termos gerais, o Projeto de Nação expressa uma propositura de administração política do processo de acumulação visando um “progresso” em termos econômicos, tendo como ponto fulcral deste “progresso” o avanço da iniciativa privada e a diminuta, ainda que imprescindível, intervenção estatal. Neste sentido, a análise que segue permitirá ressaltar, uma vez mais, o papel de “subsidiariedade” ou ainda de “complementariedade” do Estado no processo de desenvolvimento econômico nacional.

A respeito do papel do Estado no desenvolvimento econômico, é mister retomar brevemente o estudo de Paço Cunha e Guedes (2022) acerca da propositura de administração política de Roberto Simonsen no qual os pesquisadores apreendem que Simonsen propõe um “progresso” econômico de horizonte conservador, isto porque sua propositura de “progresso” se dá “nos parâmetros da economia capitalista” (Paço Cunha; Guedes, 2022, p. 726). Em suma, portanto, a propositura de administração política de Simonsen apontava uma “seta para frente” em termos econômicos, ainda que este “progresso” estivesse voltado a um horizonte conservador (Paço Cunha; Guedes, 2024, p. 722). Dito de outra forma, a propositura de administração política de Simonsen apesar de “progressiva” em termos econômicos, concomitantemente

representa um conservadorismo na medida em que alimenta a visão de uma sociedade idealizada em termos essencialmente capitalistas, em que o progresso técnico é considerado dentro dos parâmetros do modo de produção capitalista e do horizonte de um ideólogo industrialista (Paço Cunha; Guedes, 2024, p. 722).

Isto posto, parece-nos relevante destacar que “progresso” e “conservadorismo” não necessariamente se obstruem ou ao menos não são, para o ideólogo burguês, motivo de desconforto. Ademais, a pesquisa dos autores previamente citados aponta contribuições que habilitam a melhor apreensão do ideário de nosso interesse justamente porque, assim como Simonsen – guardadas as evidentes particularidades de cada propositura –, o Projeto de Nação

¹³² Referimo-nos aos “Temas Estratégicos” do Projeto de Nação voltados a discutir o papel do Estado brasileiro sobre a dinâmica econômica, os investimentos estatais, as taxações e as regulações (acionamento de meios jurídicos), as propostas de estatização e/ou privatização, em suma: os temas que permitam apreender como o Projeto de Nação entende o papel do Estado no desenvolvimento econômico nacional. Não serão discutidos neste momento, portanto, temáticas ligadas a defesa, educação e saúde, por exemplo.

expressa, como veremos, uma proposta de “progresso” em termos econômicos acoplada a um horizonte conservador, isto porque visa o genuíno desenvolvimento econômico circunscrito ao modo de produção capitalista.

Retomando a particular propositura de administração exposta pelo Projeto de Nação voltemo-nos ao “Eixo III: Desenvolvimento Nacional”, aquele que melhor expõe a proposta de “progresso” econômico, ainda que conservador, contida no projeto. Tomemos, de partida, o “Tema 12: Modelo de Desenvolvimento Econômico do Brasil pós Pandemia Covid-19” no qual é visível a compreensão de que o desenvolvimento da economia brasileira terá na iniciativa privada seu agente central, cabendo ao Estado atuar de forma *subsidiária*, ou ainda enquanto *indutor* e *facilitador* do desenvolvimento econômico, para usar os termos do Instituto SAGRES aludidos no *subcapítulo 5.3.1*. Informados decisivamente pelo *pensamento administrativo-político militar*, a intervenção estatal mais proeminente é tida como um verdadeiro “Óbice” ao desenvolvimento econômico nacional proposto. Não por acaso, o Projeto de Nação aponta, por exemplo, o “Tamanho e peso do Estado” (Sagres, 2022a, p. 50) como um dos explícitos “Óbices” ao seu “Modelo de Desenvolvimento”.

Pautado neste “Modelo de Desenvolvimento”, o Projeto de Nação visa a “sofisticação da matriz econômica brasileira” tendo na iniciativa privada e no “Mercado Livre” sua força motriz, de tal forma que a síntese do diagnóstico feita é a seguinte:

Em 2035, observa-se a mudança da matriz do PIB de 2021, com predominância ainda em Comércio e Serviços, mas com maior participação também da Indústria de produtos semimanufaturados e manufaturados, com destaque para o crescimento exponencial da Agropecuária (em parte inserida na indústria). Exportação ainda predominante de produtos básicos, mas com aumento significativo em produtos semimanufaturados e ampliação relativa em produtos manufaturados, comparada a 2021, em função de impactos positivos vindos do agronegócio (Sagres, 2022a, p. 49).

Conforme dito anteriormente, o Projeto de Nação expõe o que *deve ser feito* a partir do “recurso lúdico” de elaboração de um cenário futuro que aponta aquilo que *foi feito* durante o período de 2022 a 2035. Isto dito, voltemo-nos a passagem anterior a qual permite sublinhar com clareza o interesse genuíno dos autores desta empreitada pelo “progresso” econômico, pela diversificação da “matriz econômica brasileira” e pelo avanço da indústria além de permitir sublinhar aquele que é tido como o setor essencial para o avanço econômico nacional: o agronegócio.

Tendo a iniciativa privada como força motriz do desenvolvimento econômico, a propositura em tela aponta um conjunto das “ideias-força e os eixos centrais” que conduziram à sofisticação da matriz econômica nacional, sendo estas:

conquistar a confiança de investidores nacionais e internacionais, promover reformas estruturantes, reduzir a burocracia e a ineficiência pública, induzir a modernização do setor produtivo e a melhoria da produtividade, bem como a implantação de uma legislação tributária para atender às necessidades e especificidades do Brasil (Sagres, 2022a, p. 49).

Vê-se, portanto, que o Estado é relegado a um papel coadjuvante na efetivação do “progresso” econômico nacional. O conjunto de “Diretrizes” apontadas para o “Tema 12” são bastante sintomáticas do papel de “subsidiariedade” ou ainda de “complementaridade” que o Estado deve assumir neste processo, donde destaca-se a “Diretriz” voltada a “Acelerar programas de desestatização e ampliar investimentos em Educação, Saneamento, Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação” (Sagres, 2022a, p. 49). Já é possível destacar, portanto, o alinhamento entre este apontamento e os fundamentos do *pensamento administrativo político-militar*, o qual parametriza a baixa intervenção estatal direta sobre a dinâmica econômica, consentindo com a eventual intervenção estatal mais proeminente em áreas de baixo interesse privado ou em áreas as quais necessitam de grandes aportes financeiros iniciais, compreensão igualmente defendida, como vimos, pela *Doutrina militar*.

Ademais, o Projeto de Nação retém a ideia inerente ao *pensamento administrativo-político militar* acerca das inerentes incapacidades e falhas do Estado enquanto agente central do processo de desenvolvimento econômico¹³³, o que pode ser sublinhado a partir do conjunto de “Diretrizes” que aponta sintomaticamente as tarefas de “Ampliar iniciativas de racionalidade nos gastos públicos”, “Neutralizar o excesso de burocracia”, “Reduzir gastos públicos” ou ainda mais explicitamente: “ampliar a liberdade econômica” (Sagres, 2022a, p. 49-50). Em outros termos, a propositura de administração política expressa pelo Projeto de Nação apresenta baixa inclinação ao efetivo adestramento do Capital, cabendo

¹³³ A este respeito, vale retomar a crítica da *Doutrina militar* acerca do “Socialismo marxista”, donde fica apontado que o Estado enquanto agente central do desenvolvimento econômico seria, inclusive, menos sucedido do que o completo *laissez-faire* do “Capitalismo Clássico”, isto porque a intervenção estatal mais proeminente contraria a própria, grife-se, *natureza humana*. Em suma, para a *Doutrina* que parametriza o *pensamento econômico dos militares brasileiros* e, por conseguinte, seu *subproduto administrativo-político*, “o sistema econômico marxista-leninista, instituidor do ‘capitalismo de Estado’, teria piores resultados práticos para os mesmos problemas identificados no capitalismo liberal ou clássico, pois seus resultados implicam o [...] prejuízo das liberdades dos indivíduos ou à sujeição desses às instituições opressoras’ (Brasil, 1996a, p. 162)”, conforme apontado por Lentz (2022b, p. 53).

ao Estado brasileiro atuar *complementarmente* à iniciativa privada no processo de desenvolvimento econômico.

Além do mais, as “Diretrizes” previamente destacadas fazem sobressair a incessante tentativa dos autores desta empreitada em apregoar uma *aparência de racionalidade* ao conteúdo de seus apontamentos. No que diz respeito às propostas de “progresso” econômico, essa imperiosa necessidade se faz destacar, por exemplo, a partir da defesa da pretendida “racionalidade” dos gastos públicos ou ainda do “pragmatismo” que deveria orientar a atuação estatal, segundo o Projeto de Nação. Outrossim, esta *incessante tentativa* se faz notar explicitamente em uma das “Diretrizes” do “Tema 12”, a qual aponta que o Estado deve “Atuar com maior pragmatismo, sabendo combinar racionalidade com responsabilidade na defesa do meio ambiente” (Sagres, 2022a, 50).

Isto posto, faz-se necessário retomar as contribuições de Lukács no *Epílogo da Destruição da Razão*, no qual o autor denuncia o retorno da apologética direta do modo de produção capitalista por parte dos ideólogos do capital monopolista, uma apologia ligada a uma *aparência de racionalidade*, a defesa da defesa da “técnica” e do “pragmatismo” que supostamente permeia as elaborações dos ideólogos burgueses estadunidenses no pós-guerra. Ainda que respondendo a um quadro histórico fundamentalmente distinto daquele que marcou os Estados Unidos no pós-guerra, o Projeto de Nação, de uma maneira ou de outra, efetiva uma apologia aberta do modo de produção capitalista ao defender a atuação “técnica” e “pragmática” do Estado “subsidiário” como forma de assegurar a “liberdade econômica” da iniciativa privada, a qual deve preponderar no processo de desenvolvimento econômico nacional.

Não se pode perder de vista, entretanto, que, apesar da defesa de seu caráter “subsidiário”, o Estado é tido pelo Projeto de Nação enquanto agente imprescindível para o desenvolvimento econômico nacional, porquanto uma “instituição permanente” da “organização social” para os militares brasileiros (Lentz, 2019, 2022a). Assim sendo, retendo a imprescindibilidade do Estado nesse processo, a apologia do Projeto de Nação ao modo de produção capitalista efetiva-se justamente pela forma como denuncia as dificuldades ou melhor, os “Óbices” para se alcançar o desenvolvimento econômico: os problemas e dificuldades que barram o “progresso” econômico advêm preeminentemente das falhas da gestão estatal, da ausência de “racionalidade” e “pragmatismo” da modalidade de administração política acionada. Conseqüentemente, ao enfatizar os equívocos e insuficiências da gestão estatal, o Projeto de Nação furta-se da crítica à essencial lógica de

produção e reprodução do modo de produção capitalista e das contradições e conflitos que daí decorrem.

Isto dito, destacamos que o enfoque crítico do Projeto de Nação sobre as insuficiências da gestão estatal paga tributo a tendências *politicistas* (Chasin, 1977), as quais ressaltam o Estado e suas falhas de administração política enquanto preeminente fator explicativo dos problemas e contradições da economia capitalista. A rigor, as marcas do *politicismo* que “reduz o complexo de problemas à esfera da política” se fazem sentir nas mais diversas variantes do “neoliberalismo histórico” ao longo do século XX até os tempos hodiernos (Resultado Geral, 2023). Além do mais, segundo o mesmo autor, as marcas do *politicismo* se fazem perceber na “missão social” que irmana as distintas variantes do “neoliberalismo histórico”, “missão” que, inclusive, “continua operante no nosso tempo”, qual seja, a tarefa “de convencer a todos que os problemas identificados na vida econômica da sociedade decorrem dos métodos falhos de sua administração e não estão ligados de maneira alguma a essência deste modo de produção capitalista” (Resultado Geral, 2023).

Conforme discutido anteriormente a partir dos estudos de Lentz e Covre, o “sistema econômico neocapitalista” - que implica em decisivos desdobramentos e conformações inerentes ao *pensamento administrativo-político militar* - enquadra-se enquanto uma variante do “neoliberalismo histórico” de tal forma que realiza à sua maneira essa mesma “missão social”. Por conseguinte, informado decisivamente pelo *pensamento administrativo-político militar*, não é de forma alguma casual o apontamento por parte do Projeto de Nação de uma série de falhas da gestão estatal enquanto verdadeiros “Óbices” ao “Modelo de Desenvolvimento Econômico” proposto. Deste conjunto de “Óbices” destacam-se, por exemplo, a “Ineficiência e baixa produtividade da gestão pública”, a “Dificuldade e morosidade na aprovação da Reforma Tributária”, os “Gastos públicos muito elevados, em especial nos períodos de eleições, dificultando a alocação de recursos direcionados aos componentes da Matriz Econômica” ou ainda o “Excesso de proteção regulatória, impedindo a abertura econômica e dificultando a competição no mercado internacional” (Sagres, 2022a, p. 50).

Portanto, vê-se que a conformação dos principais “Óbices” que potencialmente obstruem o desenvolvimento econômico nacional paga tributo a tendências *politicistas*, uma vez que os “Óbices” elencados estão ligados a preeminente denúncia de uma série de falhas inerentes ao Estado e sua administração política, sendo a entidade estatal tida como pouco racional em seus gastos, pouco pragmática, pouco efetiva em suas ações, pouco produtiva e demasiadamente burocrática, colocando entraves – especialmente jurídicos - ao

desenvolvimento econômico nacional. Soma-se a esse conjunto de “Óbices” o destaque dado pelo Projeto de Nação ao dito “Custo Brasil”, apontado enquanto um inibidor do “progresso” econômico nacional. Constantemente denunciado enquanto um “Óbice” em diversos “Temas Estratégicos” ligados a economia brasileira, o “Custo Brasil” - que chega a ser, inclusive, tratado detalhadamente em um “Tema” específico - é sintomático do “teor” *politicista* que permeia a crítica dos autores do Projeto de Nação ao Estado e sua administração política.

Fazendo sobressair seu caráter *politicista*, o Projeto de Nação aponta no “Tema 21: Custo Brasil” que este se trata de “um conjunto de práticas impeditivas, legislações equivocadas, deficiências em infraestrutura e em instituições, que tornam o custo de produzir e comercializar no Brasil acima do que poderia ser se governo e sociedade atuassem de forma diferente” (Sagres, 2022a, p. 65). Ainda que não diga respeito exclusivamente a insuficiências do Estado, a constante inclusão do “Custo Brasil” enquanto um “Óbice” ao “progresso” dos mais diversos setores da economia brasileira habilita a – não casual – denúncia das falhas e insuficiências do Estado enquanto preponderante gestor da economia, em especial no que diz respeito a entraves jurídicos como leis e taxações que inibem o desenvolvimento econômico de talhe “neoliberalista” proposto pelo Projeto de Nação.

Isto posto, não é de forma alguma casual a ênfase dada, por parte do “Tema 21” às insuficiências do Estado enquanto verdadeiros “Óbices” ao “Custo Brasil”, ou seja, as inescapáveis falhas inerentes ao Estado e sua administração política aumentam diretamente o “Custo Brasil”. Toma-se como exemplo o conjunto de “Óbices” elencados abaixo:

Burocracia e controles estatais gerando morosidade, ineficiência produtiva e custos desnecessários [...] Práticas administrativas menos eficientes do que as normalmente aplicadas pelas economias mais avançadas do mundo [...] Omissão do Estado com destaque para o relacionado ao ativismo no campo jurídico, gerando insegurança jurídica e patrimonial [...] Ativismo judicial fragilizando contratos e instituições jurídicas [...] Atendimento a interesses que sustentam práticas tributárias desnecessárias, resultando no aumento do custo final e administrativo do setor produtivo [...] Corrupção e práticas desleais, aumentando o custo de transação (Sagres, 2022a, p. 65).

Em sincronia com os fundamentos do *pensamento administrativo-político militar brasileiro* que decisivamente informa o conteúdo da propositura do Projeto de Nação, o “Tema 21” aponta enfaticamente uma série de insuficiências do Estado enquanto incontestes entraves ao desenvolvimento econômico nacional. Vê-se, portanto, o “teor” *politicista* que permeia tal crítica ao focar as inerentes falhas do Estado e as insuficiências de sua intervenção enquanto preeminente fator explicativo do insucesso econômico brasileiro.

Além do mais, parecemos mister destacar ainda outro “Óbice” elencado pelos autores do Projeto de Nação no que diz respeito ao “Custo Brasil”, qual seja, o “Arcabouço institucional e legal induzindo à formação de oligopólios nos mercados internos e dificultando a competição e eficiência” (Sagres, 2022a, p. 66). Dito de outra forma, os oligopólios, contradição radicalmente advinda da lógica concorrencial e de acumulação de capital do modo de produção capitalista, aparecem para os autores do Projeto de Nação enquanto um problema advindo do “Arcabouço institucional e legal” do Estado, falhas as quais *induzem* a formação de oligopólios. Não restam dúvidas, portanto, que tal crítica *politicista* tão somente capaz de apontar “conexões aparentes” (Lukács, 2020, p. 673) habilitam os autores do Projeto de Nação a furtarem-se da tarefa de compreensão das conexões radicais – e, portanto, verdadeiramente *explicativas* – entre a formação de oligopólios e a lógica própria do modo de produção vigente.

Tendo identificado esse “Óbice” estatal que *induz* a formação dos oligopólios, os autores do Projeto de Nação consequentemente apontam a resolução a partir de uma “Diretriz” do “Tema 21”, a qual aponta a tarefa estatal de “Criar mecanismo institucionais que diminuam o grau de oligopolização da economia brasileira e aumentem a competitividade” (Sagres, 2022a, p. 65). Flertando com a propositura Lippmanniana e Röpkeana de combate aos monopólios¹³⁴, conforme discutido no *subcapítulo 4.2.1*, o Projeto de Nação aponta a criação de vagos “mecanismo institucionais” como forma de, grife-se, *diminuir* o grau de oligopolização da economia brasileira. Isto posto, vale destacar que diferentemente de um Lippmann e de um Röpke, o Projeto de Nação não incorre na desmedida potência resolutiva do Estado frente aos problemas da acumulação. Em suma, Lippmann e Röpke visavam *eliminar* os monopólios, enquanto o Projeto de Nação visa tão somente *diminuir* o grau de oligopolização.

Destacamos que tanto na propositura de Lippmann e de Röpke quanto na propositura do Projeto de Nação há uma proposta aparentemente embasada, técnica e rigorosa como forma de lidar com as contradições da acumulação. Entretanto, para além da aparência de racionalidade de tais propostas, subsiste, tanto lá quanto aqui, a tarefa última de manter intacta a crítica radical aos fundamentos do modo de produção capitalista vigente. Em outros termos, assim como o fizeram os ideólogos do capital monopolista, o Projeto de Nação renova, à sua maneira, os contornos fundamentais da “nova forma de irracionalismo” de que falou Lukács

¹³⁴ Como vimos anteriormente no *subcapítulo 4.2.1*, Lippmann e Röpke, ideólogos do capital monopolista, apontam, com considerável grau de voluntarismo e atribuindo uma desmedida potência resolutiva a intervenção estatal, o acionamento de *meios jurídicos* de administração política, como forma de resolver o inescapável problema da formação dos monopólios.

(2020, p. 673), uma tendência irracionalista abertamente apologética do modo de produção capitalista, ainda que da *aparência de racionalidade* de seus apontamentos.

A rigor, ao focar a crítica de talhe *politicista* às insuficiências e falhas do Estado, os problemas e contradições identificados pelos autores do Projeto de Nação jamais são entendidos, portanto, em sua profunda articulação com a lógica mesma do modo de produção vigente. Ao fim e ao cabo, reiterando os fundamentos do *politicismo*, o Projeto de Nação cumpre a “missão social” de manter intocados os fundamentos do modo de produção capitalista, efetiva, ao fim e ao cabo, uma apologia aberta deste modo de produção.

Em decorrência da apologia aberta ao modo de produção capitalista, o Projeto de Nação efetiva uma propositura de administração política de horizontes *necessariamente* conservadores, conforme já enunciado. Mais uma vez vale a ressalva de que, apesar dos horizontes circunscritos ao modo de produção vigente e da defesa da iniciativa privada, a propositura de administração política em tela não implica na desimportância da atuação estatal, antes o contrário. A este respeito, ainda no “Tema 12” o Projeto de Nação aponta - em 2035 - que a pretendida “diversificação da Matriz Econômica” foi em algum grau alcançada, ainda que tenha se mantido “o peso relativo dos setores onde o Brasil se destaca e que foram usados para alavancar outros onde era menos forte” (Sagres, 2022a, p. 49).

Conforme dito anteriormente, destes “setores onde o Brasil se destaca”, a ênfase explicitamente está sobre o agronegócio o qual, durante os anos de 2022 e 2035 “ampliou sua industrialização, agregando valor a seus produtos e parte dos saldos foram reinvestidos em ciência, tecnologia e educação” (Sagres, 2022a, p. 49). Vale dizer, entretanto, que o crescimento do agronegócio é fruto da administração política proposta pelo Projeto de Nação, a qual teve como uma de suas “Diretrizes” justamente “Ampliar o agronegócio, estendendo sua área de atuação no setor industrial e científico-tecnológicos, de modo a aumentar os dividendos e a posição de preeminência internacional do Brasil nesse setor” (Sagres, 2022a, p. 50). Ademais, correspondendo a proposta “progressiva” de desenvolvimento econômico, caberia ao Estado “Redirecionar os investimentos em CT&I [Ciência, Tecnologia e Informação], em todos os setores da economia, no âmbito do Estado e do mercado” (Sagres, 2022a, p. 50).

Vê-se, portanto, que apesar de tomar a iniciativa privada enquanto preponderante força motriz do desenvolvimento econômico nacional, o Estado é apontado pelo Projeto de Nação enquanto legítimo e imprescindível *indutor* do “progresso” econômico proposto. Em adição, vale dizer que o genuíno objetivo de “progresso” econômico - ainda que conservador - exposto pelo Projeto de Nação não é fortuito, antes responde, como veremos a seguir, às

“funções derivadas do conflito interestatal no plano internacional” (Paço Cunha, 2021a, p. 6) implicando no explícito “Objetivo” de alavancar o Brasil no *ranking* do comércio mundial até 2035 exposto no “Tema 15” do Projeto de Nação (Sagres, 2022a, p. 54).

5.3.3.1 A “projeção do poder nacional”: das funções derivadas do conflito interestatal no plano internacional ao ímpeto do “progresso” econômico (de horizonte conservador)

Conforme explicitado no “Tema 15: O Brasil no Comércio Exterior”, o Projeto de Nação visa “Elevar a participação do Brasil no *ranking* do comércio mundial até 2035, da posição de início dos anos 2020 (17º lugar), para uma colocação entre o 18º e o 22º lugar” (Sagres, 2022a, p. 54). Isto posto, fica claro que a propositura de “progresso” econômico defendido pelo Projeto de Nação articula-se com o objetivo ulterior de alavancar a posição do país no mercado global de tal forma que a modalidade de administração política em tela, em algum grau responde às “funções derivadas do conflito interestatal no plano internacional”, conforme apontado por Paço Cunha (2021, p. 6). Ainda de acordo com o autor tais “funções”, também tidas como “interesses nacionais”, estão atreladas ao âmbito da disputa internacional entre países e suas respectivas economias, isto porque:

Embora tenha passagem nos territórios nacionais, o palco da acumulação de capital é o mercado mundial, abarcando a divisão internacional do trabalho, as cadeias globais de valor dominadas pelas grandes corporações e cortada pelas finanças, a obtenção de recursos, os mercados e vantagens tecnológicas etc. **A capacidade estatal está na articulação com os outros Estados nacionais e capitais privados nacionais e transnacionais, ajuste ou modificação da posição na divisão internacional entre as economias** (Paço Cunha, 2021, p. 6-7, grifos nossos).

Uma vez esclarecidas de onde partem tais “funções” que acionam certos meios de administração política, fica claro que o Projeto de Nação reconhece a imperiosa necessidade de galgar posições no âmbito da disputa econômica interestatal chegando a explicitar que “A participação do Brasil no ranking de comércio exterior é uma das medidas do quanto somos um ator relevante na economia mundial” (Sagres, 2022a, p. 54). Entretanto, somado a esse explícito apontamento, o Projeto de Nação faz sobressair o *caráter militar* que permeia seu conteúdo ao dizer que a posição do Brasil no *ranking* mundial se coloca como “um dos fatores de projeção do poder nacional, gerando capacidade de influenciar em fóruns mundiais sobre qualquer tema”, conforme Sagres (2022, p. 54).

Isto posto, é mister apontar o fato de que o conceito de “poder nacional” é elemento fundamental do *idéário militar brasileiro* parametrizado pela *Doutrina da Escola Superior de*

Guerra. A este respeito, Lentz (2019, p. 56) aponta que segundo a *Doutrina* “o Estado é o principal poder nacional [...] Entretanto, não é o único poder da nação”. Compreendendo, portanto, que além do Estado “Outros campos da sociedade exercem poder, conforme suas capacidades, recursos e interesses [...] a teoria de poder da doutrina estrutura o poder nacional em expressões, conforme sua capacidade de produzir determinados efeitos: política, econômica, psicossocial e militar” (Lentz, 2019, p. 56).

Por conseguinte, fica claro que o objetivo de galgar posições no *ranking* econômico mundial expresso pelo Projeto de Nação coloca-se enquanto uma “expressão econômica” do “poder nacional”, possibilitando, portanto, a “projeção do poder nacional” pretendida pelo projeto. Além do mais, vale destacar que o já comentado binômio Segurança e Desenvolvimento “representam as duas vigas substantivas de toda a doutrina e irão balizar o conceito das expressões, fundamentos, fatores, componentes, órgãos e avaliações do chamado poder nacional”, conforme Lentz (2019, p. 56).

Revela-se, portanto, uma articulação entre as funções derivadas do conflito interestatal no âmbito da disputa econômica internacional e os ímpetos “progressivos” - ainda que conservadores - em termos econômicos expressos pelo *pensamento administrativo-político militar*. Mais do que isso, a articulação aludida parece ter como “elo” a compreensão dos militares brasileiros de que o “progresso” econômico diz respeito à efetivação de uma “expressão econômica” do “poder nacional”. Em suma, de uma maneira ou de outra, o ímpeto pelo “desenvolvimento” da economia nacional exposto pelo Projeto de Nação não é casual, antes paga tributo ao *ideário militar* que decisivamente o informa, sendo o “progresso” econômico tido como fundamental expressão (econômica) do “poder nacional”. Ainda a respeito do “poder nacional”, Lentz aponta sumariamente em outro lugar que:

Para a doutrina, o poder é intrínseco à intenção humana, uma vez que, para “[...] satisfazer seus interesses, deve o homem agir impondo sua vontade de forma a assegurar-lhe o domínio sobre quaisquer outras forças ou óbices que lhe oponham” (Brasil, 1983, p. 64). A formulação de poder da doutrina define o poder nacional em expressões, conforme sua capacidade de produzir determinados efeitos: expressão política (povo, território, instituições políticas), expressão econômica (recursos humanos, recursos naturais e instituições políticas), expressão psicossocial (população, meio ambiente, instituições sociais), expressão militar (recursos humanos, território e instituições militares). Basicamente, o poder é visto não apenas concentrado no Estado, mas presente também na sociedade e interdependente, cada um com seus fundamentos, fatores, componentes, órgãos e funções (Brasil, 2014a; 2009a; 2006a; 2002; 1996a; 1988; 1983; 1975). Especificamente, a expressão econômica do poder nacional teria como seus fundamentos o homem (predominante), a terra (recursos naturais) e as instituições econômicas, que “[...] se integram organicamente por relações interativas e de interdependência visando às metas de Segurança e desenvolvimento e ao sentido finalístico da Doutrina da ESG que é o Bem Comum” (Brasil, 1996a, p. 93) (Lentz, 2022b, p. 50-51).

Assim sendo, fazendo sobressair seu *caráter militar*, o “Tema 15” do Projeto de Nação expõe a intrínseca necessidade de projetar o “poder nacional” do Brasil a partir de - neste caso específico - sua “expressão econômica” no âmbito da concorrência interestatal. De acordo com o Projeto de Nação esta tarefa somente se concretizaria caso o país desenvolvesse sua economia em termos “progressivos”. Quanto a isso o diagnóstico dado para o ano de 2020 pelo Projeto de Nação segue a mesma linha dos apontamentos anteriores: “Embora já tivéssemos uma agricultura muito competitiva [...] o mesmo não acontecia com os setores industrial [...] e com o de serviços” (Sagres, 2022a, p. 54). Isto dito, o projeto explicita sua propositura de “progresso” econômico:

Nos anos 2020, governos e sociedade viram a necessidade de virar esse jogo. Investiu-se na melhoria da infraestrutura nacional e em reformas institucionais, como: a tributária, para evitar a exportação de tributos; a judicial, para promover previsibilidade e segurança no cumprimento de contratos; e a trabalhista, para aumentar a competitividade da produção. Houve redução do Custo Brasil e as melhorias nos setores da indústria e de serviços estão em curso, apesar de não terem atingido a maturidade até o momento. Em 2035, as reformas institucionais, somadas à intensificação do investimento na melhoria da infraestrutura e nas empresas dos setores industrial e de serviços, resultaram em melhora na participação do Brasil no ranking de comércio mundial, agora, em torno dos 18º - 22º lugar (Sagres, 2022a, p. 54).

Em concordância com os apontamentos da *Doutrina militar* de que tanto Estado quanto Sociedade expressam o “poder nacional”, o Projeto de Nação aponta uma série de medidas acionadas tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada na busca por elevar a posição do país no *ranking* do comércio mundial. Reiterando a *aparência de racionalidade* de seus apontamentos e críticas, o Projeto de Nação volta a colocar o Estado e suas insuficiências no centro dos “Óbices”, ou seja, enquanto entraves à objetivada projeção do “poder nacional” do Brasil no comércio exterior. Como exemplo temos a “Carga tributária pesada e burocrática, penalizando a produção e o comércio de bens e serviços” além da “Ausência de ‘inteligência comercial competitiva’, focada em Comércio Exterior, integrada e coordenada pelo Governo Federal” (Sagres, 2022a, p. 55). Ademais, fazendo sobressair seu explícito alinhamento ao primado da iniciativa privada enquanto força motriz do desenvolvimento econômico nacional, o Projeto de Nação aponta a “Cultura de baixa proatividade do empresariado na busca e criação de oportunidades, deixando as iniciativas a cargo do governo” enquanto um verdadeiro “Óbice” aos objetivos do país para o comércio exterior.

Portanto, alinhado aos “Óbices” identificados, o Projeto de Nação aponta uma série de “Diretrizes” donde destaca-se o acionamento de *meios jurídicos* de administração política

(Paço Cunha, 2021) como é o caso de “Reduzir e simplificar a estrutura tributária incidente sobre a produção e circulação de bens e serviços no País”, “Reduzir e simplificar a estrutura legal relacionada ao fluxo de capitais do País”, “Reduzir, simplificar e otimizar a burocracia relacionada ao processo de desembaraço alfandegário”, “Simplificar a estrutura legal que rege todo o ciclo de vida das empresas” bem como “Simplificar a estrutura legal que rege a gestão de recursos humanos nas empresas, particularmente no que tange à admissão e demissão de empregados, sem perda de seus direitos adquiridos” (Sagres, 2022a, p. 54-55).

Já é possível apreender daqui que - em se tratando da intervenção *direta* do Estado sobre a economia - a modalidade de administração política acionada pelo Projeto de Nação visa, preponderantemente, alterações jurídicas as quais têm como objetivo desentravar a burocracia estatal e possibilitar o assim chamado “livre” desenvolvimento da iniciativa privada. Entretanto, o que a este ponto já é perceptível, os apontamentos do Projeto de Nação, apesar de sua *aparência de racionalidade e pragmatismo*, são *essencialmente* vagos. É possível destacar, conseqüentemente, que tais apontamentos possuem como pano de fundo a compreensão de que o desenvolvimento econômico, ainda que “induzido” pelo Estado, deve ter na iniciativa privada seu agente preponderante. Contudo, pautados em explícitas *premissas conservadoras e liberais* e na compreensão militar do idealizado “mercado livre e regulado”, os autores do Projeto de Nação são incapazes de *efetivamente explicar* os fundamentos de tais *premissas* e porque estas são defendidas em face de uma intervenção estatal mais proeminente.

A rigor, as críticas à intervenção estatal mais proeminente, supostamente amparadas em argumentos racionais e pragmáticos, possuem pouco ou nenhum conteúdo explicativo, se baseiam muito mais em verdadeiras *premissas* do que em consequentes, rigorosas e articuladas explicações objetivas da realidade capitalista e das hipocapacidades e ineficiências do Estado em atuar enquanto administrador político do “capital como um todo”, em seu objetivo último de efetivar a aspiral positiva de acumulação de capital em escala necessariamente ampliada. Em suma, o Projeto de Nação mostra-se pouco capaz de explicar *como e porque* tais “Diretrizes” apontadas implicam no imediato desenvolvimento econômico. Ao fim e ao cabo, carentes de maiores explicações e demonstrações, tais apontamentos pagam tributo a empedernida, e por conseguinte, inquestionável defesa do modo de produção capitalista, tido como o sistema ideal de produção e distribuição da riqueza por parte dos militares brasileiros.

Dito de outra forma, pagando elevado tributo aos fundamentos do *pensamento administrativo-político militar*, o Projeto de Nação toma inquestionavelmente o “mercado

livre” - ainda que pontualmente regulado – enquanto uma espécie de virtude, a preponderante e inconteste força motriz do desenvolvimento econômico nacional. Ao Estado, essencialmente ineficaz, burocrático e pouco pragmático, caberia, portanto, tão somente atuar *complementarmente* a iniciativa privada, *induzindo* o progresso econômico a partir da centralidade do “mercado livre”. Em suma, deve o Estado assumir sua posição de “subsidiariedade” frente ao primado do Capital.

Por conseguinte, as críticas de talhe *politicista* às incontestes - e, portanto, não demonstradas - insuficiências do Estado enquanto gestor do processo de acumulação de capital expostas pelo Projeto de Nação seguem a trilha da renovação da “nova forma de irracionalismo”, conforme denunciado por Lukács no *Epílogo da Destruição da Razão*, uma tendência irracionalista pautada na defesa diretamente apologética do capitalismo a qual, apesar de expor uma “cadeia argumentativa puramente conceitual e científica”, esta é de fato *apenas aparente*, isto porque

o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediaticidade da superfície da realidade econômica (Lukács, 2020, p. 673).

Entretanto, vale destacar que, para além dos constantes apontamentos vagos e carentes de maiores explicações objetivas que permeiam os diversos “Mini Cenários” do Projeto de Nação, há um “Tema” voltado a efetivação da “projeção do poder nacional” que trata de forma consideravelmente mais bem desenvolvida e consequente o conteúdo de suas respectivas propostas de intervenção estatal sobre a dinâmica econômica. Trata-se do “Tema 16: O Agronegócio no PIB Brasileiro” que trata do fator chave do “progresso” econômico brasileiro, conforme apontado anteriormente.

5.3.3.1.1 As áreas estratégicas para a “Soberania Nacional” brasileira em meio a propositura de “progresso” (conservador) econômico do Projeto de Nação: a pontual e excepcional concessão a proeminente intervenção estatal sobre a dinâmica econômica

Este “Tema” apresenta “Diretrizes” consideravelmente mais consequentes e detalhadas quanto a articulação entre o Estado e Capital no “progresso” econômico a partir do Agronegócio. Em outras palavras, é possível sublinhar uma *menor relutância* por parte do Projeto de Nação com relação à admitida intervenção estatal neste particular setor da

economia nacional. Apresentado um total de 18 “Diretrizes Político-Estratégicas”, além de reiterar a explícita relevância desta temática para o Projeto de Nação, o “Tema” em tela se coloca como aquele com maior número de “Diretrizes”, das quais se destacam:

Implantar políticas públicas vigorosas no estímulo à produção de insumos, defensivos e sementes agrícolas brasileiras, como meios de garantir a soberania no Agronegócio e ao mesmo tempo reduzir a grande dependência estrangeira atualmente observada [...] Implantar política pública que estimule a ocupação, recuperação, preservação, conservação e conversão dos 12 (doze) milhões de hectares de áreas de pastagens degradadas do País em áreas de proteção ou de produção de alimentos ambientalmente sustentáveis [...] Implantar políticas públicas que estimulem o protagonismo de empreendimentos nacionais em nosso território como estratégia de exploração e de controle do Agronegócio brasileiro [...] Impor medidas legais efetivas que regulem a aquisição de terras brasileiras pelo capital estrangeiro, de modo a preservar a soberania e outros interesses importantes do País [...] Implantar políticas públicas de investimentos em infraestrutura de transporte e logística como estratégia de aumentar a competitividade do Agronegócio brasileiro pela redução dos custos logísticos [...] Estimular o uso racional da água e dos solos na agricultura e na pecuária, por meio da difusão das práticas conservacionistas mais adequadas e do incentivo à adoção de novas tecnologias, em parceria com Universidades e Instituições de Pesquisas (Sagres, 2022a, p. 56-57)

Chama a atenção o grau evidentemente mais proeminente da intervenção estatal sobre o setor do Agronegócio admitida pelo Projeto de Nação no que diz respeito ao “Tema 16”, ainda que o grau concedido não incorra em uma oposição em termos a fundamental centralidade do “Mercado Livre” e do papel de “subsidiariedade” do Estado que permeia o *pensamento administrativo-político militar*. Ao que tudo indica, o grau de intervenção mais proeminente - bem como o caráter mais consequente de tais “Diretrizes”¹³⁵ - se justifica pelo fato de que o Agronegócio esteja diretamente ligado a outro fator fundamental inerente ao *ideário militar* mais amplo: a “Soberania Nacional”. Em suma, a intervenção mais proeminente em tela está intrinsecamente alinhada a compreensão acerca da relação Estado e Capital contida no “Cenário Foco” - já discutida no subcapítulo 3.3.1 -, donde vale retomar que, informado decisivamente pelo *pensamento administrativo-político militar*, o Projeto de Nação defende que “as intervenções do Estado na Economia devem regular as relações de mercado e permanecerem restritas às áreas estratégicas essenciais para a soberania nacional” (Sagres, 2022a, p. 15).

¹³⁵ Vale ressaltar que, as “Diretrizes” pautadas em premissas conservadoras e liberais e sem quaisquer maiores explicações também estão presentes no “Tema 16” como é o caso da “Diretriz” que aponta a necessidade de “Estimular a reforma tributária, uma vez que a atual carga é fator de queda na competitividade e rentabilidade” (Sagres, 2022a, p. 57). Alinhada a incontestável defesa do “Mercado Livre” por parte dos autores do Projeto de Nação, a “Diretriz” em tela não é informada, contudo, quais os parâmetros de tal reforma tributária e porque a atual carga tributária se coloca enquanto um “fator de queda na competitividade e rentabilidade”.

Ainda no “Cenário Foco” o Projeto de Nação faz questão de explicitar que a “soberania — um dos cinco Fundamentos da República Federativa do Brasil (Art. 1º da Constituição Federal) — é a situação de um país quando não existe um ator superior em seu território” (Sagres, 2022a, p. 13). Soma-se a isso o diagnóstico dado pelo projeto, *posicionando-se mentalmente em 2035*, de que “atualmente, em eventuais conflitos que envolvem altos interesses de potências mundiais, embora o Brasil participe da solução, tem encontrado dificuldade para preservar interesses importantes, inclusive, a plena soberania para explorar seu próprio patrimônio” (Sagres, 2022a, p. 13). Vê-se, portanto, que, pagando tributo ao *ideário militar* mais amplo, o Projeto de Nação prospecta contundentes ameaças à “Soberania” do Brasil para o ano de 2035.

Por conseguinte, retomando o “Tema 16”, não é de forma alguma casual a indicação por parte dos autores do Projeto de Nação quanto a um conjunto de “Óbices” que apontam explícitas ameaças à “soberania nacional” do Brasil para explorar seu território e seus recursos a partir da atividade agropecuária. Dentre esse conjunto de “Óbices” destaca-se: “As campanhas internacionais para comprometer a imagem do Brasil como não cumpridor de critérios de preservação ambiental” ou ainda mais explicitamente os “Óbices” que denunciam as: “Tentativas de potências globais para assumirem papel predominante na exploração e controle do Agronegócio brasileiro” bem como a “Ameaça concreta de aquisição de imensas terras no Brasil pelo capital estrangeiro” (Sagres, 2022a, p. 58).

Não restam dúvidas, portanto, de que o maior grau de intervenção estatal admitido para o “Tema 16” justifica-se pelo fato de que a atividade agropecuária é tida como um fundamental fator da “Soberania Nacional” brasileira. Além do mais, os apontamentos contidos no “Tema 16” apresentam explícitos entrelaçamentos com o “Tema 06: Demanda Mundial por Alimentos”, o qual tem como um de seus “Objetivos” justamente “Estimular e proteger o agronegócio nacional como fator de segurança alimentar, global e nacional” ou ainda a “Diretriz” que de forma incontestante aponta a necessidade de “Garantir a soberania nacional no agronegócio”, conforme Sagres (2022a, p. 37). Prospectando um “Mini Cenário” segundo o qual “A demanda mundial por alimentos continua aumentando” é apontado, em diálogo com o “Tema 16”, que “O Brasil tem conseguido superar a concorrência internacional e é um dos dois maiores produtores e exportadores de produtos alimentícios, tendo expandido em 35% o volume total da produção de alimentos” (Sagres, 2022a, p. 37).

Além do mais, assim como o fizeram no “Tema 16”, os autores do Projeto de Nação apontam uma série de “Óbices” que afetam a “Soberania Nacional” neste setor considerado estratégico, como é o caso de “campanhas internacionais caluniosas para comprometer a

imagem do Brasil como não cumpridor de critérios de preservação ambiental”, a “Tentativa de potências globais assumirem papel predominante na exploração e controle do agronegócio brasileiro” além de “Pressões ambientalistas patrocinadas pelos concorrentes americanos e europeus restringindo o crescimento da área produtiva” (Sagres, 2022a, p. 38). Isto posto, vale ressaltar que a saída apontada pelo Projeto de Nação *flerta* com um certo protecionismo nacionalista de talhe reacionário¹³⁶, porquanto uma *receosa reação* às presumidas intromissões e ingerências por parte de potências externas no setor estratégico do agronegócio. A respeito desta *nuance protecionista de cunho nacionalista*, o “Tema 06” aponta o que foi feito para o Brasil ter expandido a produção de alimentos a partir do agronegócio:

O País se impôs por suas políticas e estratégias que, sem perder de vista os interesses nacionais, provaram ser possível produzir mais e com melhor qualidade, explorando o meio ambiente de maneira responsável e sustentável. **O capital nacional, público e privado, garante que prevaleçam os interesses nacionais no agronegócio e são mitigadas as campanhas internacionais para colar uma imagem negativa do País, no que tange ao desenvolvimento sustentável desse setor** (Sagres, 2022a, p. 37, grifos nossos).

Da passagem anterior é possível sublinhar uma explícita predileção pelo assim chamado “capital nacional, público e privado” enquanto forma de salvaguardar a preeminência dos “interesses nacionais no agronegócio”, uma proposta que, ainda que não negue em absoluto o capital externo, *flerta* com certo protecionismo nacionalista. Reiterando esta *nuance protecionista* e em concordância com a relevância atribuída pelo “Tema 06” ao agronegócio enquanto atividade chave para a manutenção da “Soberania Nacional”, o “Cenário Alvo” mescla as duas temáticas em tela (demanda mundial por alimentos e agronegócio) e aponta sumariamente que

o agronegócio brasileiro tem obtido sucessivos ganhos de produtividade, ampliando nossa vantagem competitiva em âmbito internacional. Para se ter uma ideia, atualmente o País produz cerca de 35% a mais do que há quinze anos, sem desmatamentos significativos e de maneira ambientalmente responsável e sustentável. **Lideranças políticas, empresariais e a sociedade compreenderam a importância de o capital nacional ter preeminência nas decisões nesse campo de alta relevância estratégica, diante das iniciativas de atores alienígenas de assumir posições decisórias no agronegócio do País.** A própria imagem do Brasil no exterior tem se apresentado cada vez melhor, mesmo depois de frequentes ataques

¹³⁶ A este respeito vale retomar, mais uma vez, as contribuições críticas de José Chasin e Livia Cotrim para com as proposituras nacionalistas em resposta ao estágio globalizado do modo de produção capitalista. Conforme já aludido anteriormente, diante do capitalismo globalizado, Chasin apontou já na década de 1990 que “Em verdade, não tem alternativa: ou participa dessa *civilização* ou envereda pela estagnação degenerativa” (Chasin, 1996, p. 105). Seguindo as contribuições de Chasin, Cotrim (2020, p. XXX) aponta que “Pensar a partir do nacionalismo é, hoje, pôr-se contra a lógica do movimento histórico”.

arquitetados por entidades com escusos interesses (Sagres, 2022a, p. 14, grifos nossos).

A derradeira passagem anterior expõe claramente a “alta relevância estratégica” do agronegócio para a “Soberania Nacional” brasileira, o que implica na defesa da preeminência do dito “capital nacional” nas decisões estratégicas com relação a este setor da econômica. Além do mais, a relevância estratégica atribuída ao desenvolvimento do agronegócio nacional faz sobressair a imperiosa necessidade de responder aos ímpetos da disputa econômica interestatal. Quanto a essa articulação, o “Tema 16” apresenta uma prospecção a qual aponta que durante o período entre os anos de 2022 a 2035:

Os governos adotaram medidas que garantiram a sanidade, a qualidade e a segurança dos alimentos produzidos no País. Foram seguidos protocolos internacionais e nacionais, com base em estudos realizados, também, por especialistas brasileiros, para identificar quais estavam bem fundamentados e escoimados de outros interesses. **Dessa forma, o Brasil se impôs diante de campanhas internacionais, algumas com o propósito nítido de lograr vantagens no comércio mundial** (Sagres, 2022a, p. 56, grifos nossos).

Assim sendo, não restam dúvidas de que a intervenção estatal mais proeminente admitida para o setor da agricultura responde, de uma maneira ou de outra, às disputas do “comércio mundial”, conforme explicitado na passagem anterior. Ademais, é possível destacar que a proposta de “progresso” (conservador) da propositura de administração política em tela abarca certa *nuance protecionista* no que diz respeito ao agronegócio em decorrência de sua “alta relevância estratégica” para a “Soberania Nacional” brasileira e, por conseguinte, para a ambicionada “projeção do poder nacional” no âmbito da disputa econômica interestatal.

Além do agronegócio, ainda outro setor da economia é explicitamente apontado enquanto estrategicamente relevante para a “Soberania Nacional”, qual seja: a mineração, a qual será tratada particularmente no “Tema 18: Exploração Mineral no Brasil”. Neste, a intervenção estatal, visando *induzir* o desenvolvimento do setor da mineração nacional, é tida, assim como o foi para a agricultura, com considerável *menor relutância* por parte do Projeto de Nação. Ademais, assim como foi para o “Tema 16: O Agronegócio no PIB Brasileiro”, o “Tema 18” habilita o destacamento de certa *nuance protecionista* em meio a propositura de administração política do Capital exposta pelo Projeto de Nação.

Entretanto, antes de adentrarmos o conteúdo do “Tema 18”, vale destacar os sintéticos apontamentos apresentados no “Cenário Foco” do Projeto de Nação com relação ao setor da mineração. Apontando um cenário prospectivo para o ano de 2035, o Projeto de Nação

explicita que o setor da mineração foi decisivamente afetado por interesses e ingerências externas, isto porque

na última década, **determinados conflitos no Entorno Estratégico do Brasil ameaçaram a soberania nacional, com prejuízo para explorar o próprio patrimônio, comprometeram nossa liderança regional.** Como exemplo pode ser citado o contencioso de 2028 entre EUA e seus aliados, de um lado, e China e Rússia, de outro, tendo como palco a Guiana e sua produção de ouro e, especialmente, de bauxita. A potência oriental adquiriu vastas áreas de mineração da Guiana e iniciou um processo acelerado de produção predatória para o meio ambiente, com vistas a atingir a liderança do mercado mundial, dominado pela Austrália. Os impactos logo se fizeram sentir no Suriname, na Venezuela e mesmo no Brasil. Houve forte reação de entidades ambientalistas internacionais e de direitos humanos, tendo em vista as condições degradantes dos empregados. Uma escalada nas negociações motivou o deslocamento de parte da Quarta Frota dos EUA para as proximidades da Costa da Guiana e da Venezuela. Por fim, **acordos internacionais foram firmados, restringindo a produção de bauxita e alumínio em toda a América do Sul — inclusive pelo Brasil, na condição de maior produtor das Américas e quarto maior produtor mundial. Os prejuízos atualmente ultrapassam US\$ 4 bilhões** (Sagres, 2022a, p. 13, grifos nossos).

A prospecção anteriormente apresentada – vale dizer, com certo tom ficcional – aponta a ameaçada “Soberania Nacional” no que diz respeito a hipocapacidade do Brasil em explorar seus recursos minerais no ano de 2035. Pode-se dizer, portanto, que, em contraposição ao logro do desenvolvimento econômico de outros setores da economia, “O mesmo não acontece, contudo, no setor de mineração, especialmente no que se refere à exportação de alto valor agregado” (Sagres, 2022a, p. 18). A explicação para as dificuldades encontradas se dá a partir da seguinte prospecção:

Atendendo às manifestações ambientalistas — internas e externas — o Brasil estabeleceu normas mais rígidas para a exploração mineral, que retardaram o desenvolvimento de pesquisas e, conseqüentemente, de implementação de estratégias para ampliar a exploração mineral com agregação de valor aos produtos dela decorrentes. Assim, a exportação de minérios in natura permanece com relevante presença nesse comércio, sendo um objetivo dos últimos governos a sua diminuição em prol do aumento da participação da mineração com alto valor agregado na economia nacional (Sagres, 2022a, p. 18, grifos nossos).

E é a partir da prospecção deste cenário futuro adverso que o “Tema 18” aponta o conseqüente “Objetivo” de “Ampliar a participação da exploração mineral na economia brasileira, por meio de políticas públicas e de incentivos à iniciativa privada, buscando agregar valor à exploração mineral no Brasil” (Sagres, 2022a, p. 60). Tendo como norte esse “Objetivo”, é possível dizer que a intervenção estatal angariou certa eficácia, uma vez que, apesar da fragilidade da “Soberania Nacional” para a ampla exploração deste setor da economia, o Projeto de Nação aponta que “em 2035, há um aumento na exportação mineral

com alto valor agregado, mas ainda abaixo do nível que promete atingir”, conforme Sagres (2022a, p. 60).

Assim sendo, ainda que em menor grau do que aquele visto para o agronegócio, o Projeto de Nação aponta sem maiores relutâncias o fundamental papel desempenhado pelo estado no que diz respeito à estratégica manutenção da “Soberania Nacional” para a exploração dos recursos minerais brasileiros. Quanto a isso, o projeto aponta sem maiores constrangimentos a tarefa estatal de cunho protecionista de “Regulamentar a participação de capital estrangeiro nas atividades de exploração mineral, com o cuidado de salvaguardar os interesses e a soberania nacionais, particularmente, no que tange aos minerais de alto valor estratégico para a segurança e desenvolvimento do Brasil” (Sagres, 2022a, p. 61) enquanto uma das “Diretrizes” para a estratégica intervenção estatal sobre a exploração mineral no Brasil. Vê-se, portanto, que aquela *nuance protecionista de cunho nacionalista* presente nas discussões do “Tema 16” perdura para o caso da intervenção estatal acionada com relação ao “Tema 18”.

Da mesma forma que ocorreu para o caso do agronegócio, o Projeto de Nação aponta as intromissões e pressões externas enquanto contundentes “Óbices” a “Soberania Nacional” com relação a exploração dos recursos minerais brasileiros, como é o caso de “pressões internacionais sobre o Brasil [as quais] limitam muito o desenvolvimento de nossa Mineração”, a identificada “Ingerência de atores e grupos de pressão para tomada de decisões políticas em prol de interesses próprios e não da Nação” ou ainda mais explicitamente, a prospecção de “Vulnerabilidades do País diante de pressões internacionais para participar da exploração mineral no Brasil, com ações que comprometem nossa soberania, nosso patrimônio e outros interesses importantes” (Sagres, 2022a, p. 61).

Não restam dúvidas, portanto, que a questão da “Soberania Nacional”, inerente ao ideário militar mais amplo, exerce decisiva influência nos contornos particulares da propositura de administração política em tela. Além do mais, perduram para o “Tema 18” as críticas de talhe *politicista* às insuficiências do Estado enquanto *indutor* e *facilitador* da mineração nacional. Conforme apontado anteriormente, essas críticas *politicistas* se articulam com a aparência de racionalidade dos *meios* de administração política apontados pelas “Diretrizes” do Projeto de Nação. Em suma: se os erros e falhas identificados respondem às inerentes insuficiências da gestão do Estado (Óbices), as medidas de administração política acionadas (Diretrizes) devem justamente buscar sanar tais insuficiências. Assim sendo, para além dos apontamentos de talhe protecionista, o “Tema 18” aponta um conjunto de “Óbices” que denunciam, uma vez mais, as insuficiências da gestão estatal como é o caso das seguintes:

Legislação complexa e restritiva, ensejando privilégios [...] Desconhecimento da potencialidade do Setor Mineral pela sociedade e por segmentos importantes da liderança nacional [...] Mapeamento geológico nacional incompleto [...] Insuficiência de políticas de PD&I [Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação] e estratégias de apoio e incentivo à Mineração, com o objetivo de agregar valor aos produtos da exploração mineral (Sagres, 2022a, p. 61).

Portanto, são elencadas, uma vez mais, um conjunto de “Óbices” de talhe *politicista*, os quais fazem sobressair as falhas da gestão estatal bem como a legislação brasileira enquanto preeminentes fatores explicativos dos problemas identificados para o setor da mineração. Novamente, portanto, os “Óbices” elencados mantêm intocados os fundamentos da economia capitalista e como estes fundamentos não apenas encetam uma série de contradições econômicas como também determinam - enquanto um campo de possibilidades e restrições - as distintas modalidades de administração política efetivamente acionadas pelo Estado brasileiro. Assim sendo, em resposta aos “Óbices” identificados, o Projeto de Nação segue apontando o acionamento de *meios jurídicos* como é o caso da “Diretriz” voltada a “Atualizar a legislação referente à exploração mineral, simplificando-a e tornando-a mais flexível, de modo a facilitar o aumento da exploração mineral, tanto in natura, quanto de alto valor agregado”, conforme Sagres (2022a, p. 61).

É possível destacar uma vez mais a *aparência de racionalidade* desta “Diretriz”, ainda que, a rigor, se trate de um apontamento *meramente descritivo*, não havendo, portanto, qualquer explicação detalhada e cientificamente fundamentada acerca da atual “legislação referente à exploração mineral” e muito menos uma contundente explicação acerca do *porque* simplificar e flexibilizar tal legislação impactaria positivamente no desenvolvimento desse setor. Reitera-se aqui a incontestável *crença resoluta* por parte dos militares brasileiros de que o “Mercado Livre”, ainda que em algum grau regulado, coloca-se como a virtuosa força motriz do desenvolvimento econômico nacional. Em outros termos, essa *crença* é assumida *a priori* enquanto uma verdadeira *premissa*, de tal forma que efetivamente explicá-la não é necessário.

A articulação entre a *aparência de racionalidade* e o acionamento de *meios jurídicos* de administração política se expressa ainda mais claramente na “Diretriz” que aponta a necessidade de “Adequar a legislação relativa à exploração mineral a [grife-se] normas racionais de proteção ambiental, com especial atenção à questão dos resíduos e rejeitos” (Sagres, 2022a, p. 61). Contudo, para além da *aparência de racionalidade, técnica e cientificidade* desta “Diretriz”, o Projeto de Nação sequer é capaz de explicar do que *efetivamente* se trata uma “norma racional de proteção ambiental”. A rigor, a alusão aos

termos “racional” e “pragmático” são utilizados aqui, assim como feito com relação ao termo “especialista” para as etapas de elaboração do Projeto de Nação, como forma de apregoar uma *aparência de racionalidade* a um conjunto de “Diretrizes” que, ao fim e ao cabo, compreendem desencadeamentos meramente superficiais que carecem de explicação objetiva entre a articulação entre a atuação do Estado sobre seu objeto de gestão. Trata-se, como falou Lukács (2020, p. 673) acerca da “nova forma de irracionalismo” a partir de elaborações pautadas em “conexões aparentes” ou ainda em “conexões não existentes”.

Além dos *meios jurídicos* a imperiosa necessidade de apregoar uma *aparência de racionalidade* ao Projeto de Nação igualmente se faz sentir no acionamento de *medidas administrativas* de administração política, as quais conforme Paço Cunha (2021, p. 7) tratam-se de “políticas públicas, programas governamentais, inserção econômica do Estado (como estatizações ou o contrário) [...] e manipulação das variáveis macroeconômicas, política econômica e monetária”. Nesta seara, o Projeto de Nação aponta a “Diretriz” voltada a “Implantar o Plano Nacional de Mineração, de forma a aumentar de 4 (quatro) para 10% a contribuição do setor para o PIB nacional” (Sagres, 2022a, p. 61). Entretanto, uma vez mais, para além do “tom” técnico desta proposta, o Projeto de Nação é incapaz de explicar sequer os contornos gerais deste suposto “Plano Nacional de Mineração”, o qual é tão somente mencionado em meio a um conjunto de “Diretrizes”. Reside o questionamento: como poderia o “Plano Nacional de Mineração”, acerca do qual sequer são mencionados seu conteúdo e seus apontamentos, ser capaz de aumentar de 4% para 10% a participação da mineração no PIB brasileiro? Fato é que o Projeto de Nação é incapaz de explicá-lo.

Isto posto, fica assim delimitada a reincidência das debilidades teórico-metodológicas que permeiam os apontamentos do Projeto de Nação, apesar da incessante tentativa, por parte dos autores desta empreitada, em apregoar uma *aparência de racionalidade* aos seus apontamentos. Soma-se a isso a apreensão acerca do maior grau de intervencionismo estatal bem como a menor relutância por parte dos autores do Projeto de Nação no que diz respeito aos apontamentos acerca do papel do Estado enquanto indutor do “progresso” econômico (conservador) dos setores do agronegócio e da mineração. Conforme foi possível apreender, o maior grau de intervenção admitido para esses setores justifica-se pelo fato de serem tomados enquanto setores estratégicos para a “Soberania Nacional” brasileira, elemento fundamental do *ideário militar brasileiro* exercendo, por conseguinte, impactos na conformação do *pensamento administrativo-político militar* o qual informa decisivamente o conteúdo da propositura exposta pelo o Projeto de Nação em tela.

Outrossim, o maior grau de intervenção estatal admitido para os “Temas Estratégicos” voltados ao agronegócio e a mineração indicam uma certa *nuance protecionista de cunho nacionalista* por parte do Projeto de Nação. Vale dizer, contudo, que essa *nuance protecionista*, que não nega em absoluto o primado da iniciativa privada frente a “subsidiariedade” do Estado, se explica por se tratarem de “Temas” estratégicos para a “Soberania Nacional”, conforme demonstrado anteriormente. Além do mais, como veremos a seguir, nem todas as áreas da economia consideradas “estratégicas” para a “Soberania Nacional” encetam tal *nuance protecionista* por parte do Projeto de Nação, como é o caso do “Tema 19: Bioeconomia no Brasil”. A rigor, para além dos setores do agronegócio e mineração, o Projeto de Nação não irá admitir maiores graus de intervenção estatal para as demais áreas da economia, fazendo sobressair com ainda maior ênfase às críticas de talhe *politicista* ao Estado e às insuficiências e falhas de sua administração política.

5.3.3.1.2 A propositura de “progresso” econômico (conservador) das demais áreas da economia: a predileção pelas virtuosas “parcerias público-privadas” enquanto forma de reiteração do incontestado primado do Capital frente a “subsidiariedade” do Estado

O ímpeto “progressivo” - ainda que de horizonte conservador - da economia nacional igualmente se fará presente na propositura de administração política das demais áreas da economia nacional. Assim sendo, pautado no objetivo de “projetar o poder nacional” do Brasil no âmbito da disputa econômica interestatal, o Projeto de Nação aponta prospecções futuras, como veremos, para ainda outros setores da economia brasileira bem como trata do papel assumido pelo Estado enquanto *indutor e facilitador subsidiário* do “progresso” econômico destes setores. Conforme aludido anteriormente, se faz sentir para os demais setores a retomada da relutância em admitir um maior grau de intervenção estatal sobre a dinâmica econômica, e isto se dará até mesmo para áreas consideradas “estratégicas”, como é o caso da bioeconomia.

Apesar de se tratar de uma temática trabalhada detalhadamente pelo Projeto de Nação no “Tema 19”, a bioeconomia não é em momento algum explicitamente conceituada. Isto posto, antes de avançarmos na análise do conteúdo próprio do Projeto de Nação, tomemos um artigo publicado no site do Instituto SAGRES intitulado *Bioeconomia: Uma Proposta de Programa Nacional de Inovação em Biorrefinarias (BPiB)* como forma de visando conceituar esse setor da economia nacional. De autoria de Marcondes Araújo, servidor do Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação e um dos autores do Projeto de Nação, o artigo apresenta a definição da Associação Brasileira de Bioinovação a qual define a bioeconomia enquanto um

Ramo econômico emergente englobando toda cadeia de valor orientada pelo conhecimento científico e tecnológico avançados, na busca por inovações e aplicação de recursos biológicos e renováveis em processos industriais para gerar atividade econômica circular e benefício social e ambiental coletivo (Araújo, [2019], p. 1).

Feito este breve apontamento, retomemos o conteúdo do Projeto de Nação. No “Tema 19: Bioeconomia no Brasil” nos é apontado a prospecção de que em 2035 “A comunidade mundial tem plena consciência da elevada importância estratégica da Bioeconomia para reforçar a pujança econômica dos países e a sua consequente projeção em posição de destaque nas relações internacionais” (Sagres, 2022a, p. 62). Fica claro, de partida, a compreensão por parte do Projeto de Nação de que o desenvolvimento da bioeconomia impacta na projeção econômica do Brasil no palco da disputa econômica interestatal. Isto entendido, o Projeto de Nação aponta o “Objetivo” para este “Tema” como sendo

Criar e implementar estratégias flexíveis e eficazes, com base em critérios racionais de preservação ambiental, a fim de minimizar ingerências externas, e que viabilizem a organização e a modernização dos ecossistemas brasileiros, facilitando o desenvolvimento da Bioeconomia (Sagres, 2022a, p. 62).

Deste “Objetivo” já é possível destacar dois elementos presentes ao longo dos diversos apontamentos até aqui apresentados: o receio quanto às “ingerências externas” e a mera *aparência de racionalidade* das propostas apresentadas, aqui explicitada na figura dos ditos “critérios racionais de preservação ambiental”, termo vago e pouco capaz de *efetivamente* explicar aquilo que se espera para o desenvolvimento da bioeconomia brasileira. Fato é que, diferente da *nuance protecionista* com relação aos setores da agropecuária e da mineração, o Projeto de Nação não apresenta quaisquer relutâncias em delimitar a relevância de potências e capitais externos para o desenvolvimento da bioeconomia nacional, antes a defende. A este respeito é sintomática a “Diretriz” voltada a “Focar, selecionar, acelerar a colaboração e cooperação internacional em Bioeconomia com países e organizações parceiras selecionadas” ou ainda mais explicitamente a “Diretriz” que aponta a tarefa de “Criar, modernizar e flexibilizar o marco regulatório, incluindo a facilitação do investimento direto estrangeiro, que são fatores críticos para o País produzir ciência, tecnologia, inovação e negócios de impacto e gerar riqueza a partir dos incontáveis ativos da bioeconomia” (Sagres, 2022a, p. 62-63). Não

restam dúvidas, portanto, de que o “investimento direto estrangeiro” não é tomado com o grau de receio antes visto para as áreas estratégicas do agronegócio e mineração.

Além do mais, retornam para o “Tema 19” em grau demasiado as críticas de talhe politicista aos problemas identificados. Conforme apontado no “Mini Cenário” do “Tema 19”, apesar dos incipientes investimentos com relação a bioeconomia, esta área se encontra ainda estagnada. Neste sentido, o conjunto de “Óbices” apontados fazem sobressair as insuficiências e falhas do Estado como é o caso dos seguintes:

Insuficiência de investimento para a geração de novos conhecimentos, empreendedorismo e inovação [...] Gasto público da Federação não sustentável [...] Ineficiência e baixa produtividade da gestão pública [...] Incoerência ou baixa integração dos programas de incentivo e das ações em políticas públicas para o desenvolvimento da Bioeconomia em órgãos governamentais [...] Morosidade na aprovação e contínua atualização de Reformas Estruturantes que modernizem a economia e a sociedade (Sagres, 2022a, p. 63).

Vê-se claramente, portanto, o retorno das efusivas críticas às insuficiências do Estado enquanto indutor da bioeconomia nacional. Soma-se a esse conjunto de “Óbices” ainda outro: a assim chamada “insegurança jurídica” enquanto um dos fatores responsáveis pela queda da “atratividade e volume dos altos investimentos privados [grife-se] necessários” para o “progresso” deste setor, conforme Sagres (2022a, p. 63). Não por acaso, somam-se às “Diretrizes” já apontadas as tarefas de “Ampliar iniciativas de racionalidade e eficiência no gasto público” bem como “Modernizar o Marco Regulatório em Bioeconomia, removendo e reduzindo a burocracia para estimular a competição nos mercados” (Sagres, 2022a, p. 62).

Entretanto, há ainda outra “Diretriz” que mais bem define o caráter “neocapitalista” da propositura de administração política em tela, qual seja: “Acelerar programas de desestatização e ampliar investimentos em Educação e em Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive em Bioeconomia”¹³⁷ (Sagres, 2022a, p. 62). Essa “Diretriz” - a qual igualmente orienta o amplo “Modelo de Desenvolvimento Econômico” nacional proposto pelo Projeto de Nação - traduz da forma evidente o caráter “neocapitalista” da propositura em tela uma vez que, fazendo sobressair o caráter de “complementaridade” do Estado com relação a economia, visa a retirada do Estado do âmbito da produção direta de mercadorias relegando-o a tarefa de investir no desenvolvimento de setores e áreas que *induzam e facilitem* o consequente “progresso” econômico a partir da centralidade da iniciativa privada ou ainda do “Mercado Livre” - ainda que “regulado”.

¹³⁷ “Diretriz” idêntica a 5º “Diretriz” apontada para o “Tema 12: Modelo de Desenvolvimento Econômico do Brasil pós Pandemia Covid-19”, conforme pode ser visto em Sagres (2022a, p. 49).

Vale dizer que, apesar da indicação explícita quanto aos investimentos por parte do Estado no setor da bioeconomia, o Projeto de Nação faz questão de apontar que parte desses investimentos também se deu pela iniciativa privada. De acordo com o “Mini Cenário Foco” do “Tema 19” “Nos anos 2020, o Brasil ampliou a pesquisa e os investimentos nesse setor, principalmente, por meio de parcerias público-privadas (PPP)”, conforme Sagres (2022a, p. 62). Mantendo o constante “tom” descritivo – que perdura desde as etapas de elaboração do Projeto de Nação - a propositura em tela enfatiza tais parcerias enquanto uma virtuosa maneira de angariar o “progresso” econômico desejado, ainda que, a rigor, sejam incapazes de explicar em que grau e de que maneira tais parcerias efetivamente possibilitam o desenvolvimento econômico objetivado. Conforme veremos, a alusão a realização de parcerias público-privadas não se restringe ao “Tema 19”, estando presente em diversos outros “Temas” e discussões. Isto porque, tais parcerias, além de apregoarem um “tom” técnico à relação entre Estado e Capital admitida pelo Projeto de Nação, habilitam a concatenação entre a imperiosa necessidade de defender o primado da iniciativa privada e a necessidade de consentir algum grau de intervenção estatal sobre a economia, enquanto indutor do “progresso” econômico. Assim sendo, tais parcerias público-privadas serão tomadas enquanto uma virtuosa maneira de se alcançar o pleno – e técnico – desenvolvimento econômico nacional ansiado.

Para além do “Tema 19”, tais parcerias serão explicitamente acionadas para o “Tema 13: Infraestrutura Econômica do Brasil”, temática vital para o desenvolvimento econômico nacional. De partida, vale apontar que o “Objetivo” apontado para o “Tema 13” se trata de “Expandir e modernizar a infraestrutura econômica brasileira, para atender às necessidades de desenvolvimento, segurança e bem-estar da sociedade”¹³⁸, segundo Sagres (2022a, p. 51). O cumprimento deste “Objetivo” coloca-se, portanto, como tarefa fundamental para a efetivação do “progresso” econômico desejado pelo Projeto de Nação. Buscando atestar a relevância deste setor para o desenvolvimento da economia nacional o projeto aponta que

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) define infraestrutura econômica como sendo aquela “cuja função precípua é a de dar apoio às atividades do setor produtivo, englobando os segmentos de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis e telecomunicações” (Sagres, 2022a, p. 51)¹³⁹.

¹³⁸ Os explícitos apontamentos quanto ao “desenvolvimento”, “segurança” e o “bem-estar” contidos no “Objetivo” do “Tema 13” fazem sobressair sem quaisquer restrições o *caráter militar* que permeia o Projeto de Nação.

¹³⁹ Entretanto, corroborando a já tantas vezes denunciada debilidade teórico-metodológico do estudo em tela, não há qualquer menção ou referência acerca da origem de onde esta citação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada provém.

Uma vez apontada a relevância deste setor, o Projeto de Nação prospecta a partir do “Mini Cenário Foco” do “Tema 13” que “Em 2035, são observados resultados positivos da combinação de PPP e de maior abertura à participação de capitais privados, inclusive investimentos estrangeiros, na infraestrutura econômica” (Sagres, 2022a, p. 51)¹⁴⁰. Uma vez mais, portanto, a realização das parcerias público-privadas é apontada enquanto fator explicativo para o logro do ansiado “progresso” econômico nacional. Entretanto, mantendo o “tom” meramente descritivo, o Projeto de Nação é incapaz de *efetivamente explicar* como se deu tal parceria, quais foram os termos acordados e tampouco aferir qual montante dos investimentos em infraestrutura ficou a cargo do Estado e qual montante ficou a cargo da iniciativa privada.

Ainda a respeito do caráter meramente descritivo dos apontamentos do Projeto de Nação, destaca-se em meio a um conjunto de vagas “Diretrizes” aquela que aponta a tarefa de “Manter alto nível de divulgação das vantagens ao flexibilizar as formas de entrada de capital estrangeiro em investimentos produtivos no País, com especial foco em emprego e renda” (Sagres, 2022a, p. 51). Alinhada ao “Mini Cenário Foco” acerca da relevância da participação de investimentos estrangeiros na “Infraestrutura Econômica do Brasil”, a “Diretriz” em tela explicita ser benéfica a entrada de “capital estrangeiro em investimento produtivo no País”. Mais do que isso, a “Diretriz” indica ser necessário divulgar as vantagens advindas com a flexibilização da entrada de capital estrangeiro nesse setor da economia brasileira.

Contudo, ainda mais uma vez, o Projeto de Nação se abstém da tarefa de *explicar* quais são as formas de entrada de capital estrangeiro no país, qual dessas formas deve ser flexibilizada e porque isso deve ser feito. Além do mais, ainda que aponte vantagens atreladas aos investimentos externos como é o caso do aumento da taxa de emprego e renda, o Projeto de Nação desconsidera toda a lógica concorrencial do modo de produção capitalista, de tal forma que a inserção de capital estrangeiro no país pode, inclusive, gerar o efeito oposto daquele indicado nesta “Diretriz”. Fato é que, não havendo qualquer tipo de menção a estudos, relatórios e artigos científicos que venham a corroborar tais apontamentos, sobressai em última instância o caráter vago e simplório das conexões apontadas. Tratam-se, em suma, de “conexões aparentes”, apesar de sua “tônica” técnica e criteriosa, conforme apontou Lukács (2020, p. 673).

¹⁴⁰ Vê-se de fato que, para além do prévio *flerte protecionista* com relação aos setores do agronegócio e mineração, os investimentos estrangeiros na economia nacional voltam a ser fomentados sem maiores relutâncias por parte do Projeto de Nação.

Como veremos, a predileção pela realização das ditas parcerias público-privadas se fará sentir em propostas voltadas a ainda outros setores da economia brasileira como é o caso do “Tema 14: Matriz Energética Brasileira”. Com relação a esta temática, o Projeto de Nação aponta a tarefa de “Ampliar a participação das Energias Renováveis (hídricas, eólicas, biomassa, fotovoltaicas e de demais fontes para fins de energia elétrica) na Matriz Energética Brasileira, de modo a elevar substancialmente os indicadores econômicos do Brasil” enquanto o “Objetivo” que norteou a atuação estatal com relação a este setor bem como orientou a delimitação das “Diretrizes” apontadas.

Isto posto, em conformidade com os apontamentos com relação ao “Tema 13: Infraestrutura Econômica do Brasil”, os autores do Projeto de Nação delimitam para o “Tema 14: Matriz Energética Brasileira” as “Diretrizes” voltadas a “Facilitar o estabelecimento de PPP para investir em energias renováveis” bem como “Otimizar a participação do capital internacional no aproveitamento de energias renováveis, salvaguardando os interesses nacionais, particularmente, os relativos ao segmento de defesa do país”¹⁴¹ (Sagres, 2022a, p. 53). Há a reincidência, portanto, da realização das virtuosas parcerias público-privadas assim como da defesa da relevância dos investimentos externos para o “progresso” econômico do setor em tela.

Vale destacar que ainda outra “Diretriz” aponta o papel, grife-se, não desimportante desempenhado pelo Estado brasileiro no desenvolvimento deste setor ao delimitar a tarefa de “Adequar a legislação a fim de ampliar e racionalizar o emprego de recursos públicos, de modo a aumentar os investimentos para o maior aproveitamento de energias renováveis na Matriz Energética do Brasil”, conforme Sagres (2022a, p 53). Ressaltamos que esta admitida intervenção estatal novamente consubstancia o acionamento de *meios jurídicos* (adequação da legislação) e a aparência de técnica e rigor das políticas públicas acionadas (racionalização do emprego de recursos públicos).

Por fim, vale dizer que o explícito destaque dado para o Estado e para os investimentos públicos para o desenvolvimento do setor é logo contrabalanceado com os fortes investimentos de cunho privado prospectados pelos autores do Projeto de Nação para a “Matriz Energética Brasileira”. Em outros termos, até mesmo quando é admitido algum tipo de intervenção estatal mais proeminente a alusão às virtuosas parcerias público-privadas feita

¹⁴¹ Vê-se que para esta segunda “Diretriz”, apesar de tomada como elemento vantajoso, a participação do capital internacional não deve ultrapassar a linha dos ditos “interesses nacionais”, ou seja, não deve ameaçar os interesses estratégicos da defesa nacional brasileira, tema evidentemente caro aos militares. Uma vez mais, portanto, é possível captar os impactos de elementos inerentes ao *ideário militar mais amplo* sobre minuciosos contornos da propositura em tela.

pelo Projeto de Nação trata de contrabalancear qualquer eventual “centralidade do Estado” nos rumos da economia brasileira. É ilustrativo deste “contrabalanceamento”, o curto “Mini Cenário Foco” prospectivo apresentado para o “Tema 14”, o qual segue integralmente abaixo:

Em 2035, se verifica uma forte elevação da demanda por energia quando comparada com o início dos anos 2020. **Considerando a implementação de Políticas Públicas favoráveis, com grande participação da iniciativa privada**, percebe-se um aumento do índice de uso de energias renováveis de 42,9% para 55,0%, tornando a Matriz Energética Brasileira mais sustentável (Sagres, 2022a, p. 53, grifos nossos).

Reiterando os preceitos “neocapitalistas” que marcam o *pensamento administrativo-político militar brasileiro*, o Projeto de Nação prospecta – como uma espécie de virtude – a articulação entre a concedida atuação estatal enquanto *facilitador* do desenvolvimento econômico e a “grande participação da iniciativa privada” no que diz respeito ao “progresso” econômico da “Matriz Energética Brasileira”.

Outrossim, destacamos que discussões acerca da temática em tela já ocupam espaço nas discussões do Instituto SAGRES há anos. Toma-se, por exemplo, o artigo de 2005 intitulado “A questão nuclear” de autoria do coronel Mário Andreuzza, um dos fundadores do SAGRES, no qual o militar discute o caráter estratégico e os ganhos econômicos atrelados ao desenvolvimento de usinas nucleares no Brasil. Isto posto, o coronel defende que “o Brasil precisa da Usina Nuclear Angra 3 para não ter de enfrentar outra crise de desabastecimento de energia nos próximos anos” (Andreuzza, [2005], p.1)¹⁴². Ademais, em concordância com os ímpetus da “projeção do poder nacional” no palco da disputa interestatal, o militar fundador do SAGRES aponta que o tema nuclear “deve ser explorado para colocar o Brasil numa posição diferenciada nas negociações internacionais, permitindo o livre uso da energia nuclear para o desenvolvimento econômico e social do país” (Andreuzza, [2005], p. 2).

Por fim, e certamente não menos importante, o “Tema 17: A Indústria Brasileira” igualmente expõe a predileção pelo acionamento das parcerias público-privadas como forma de efetivar o desejado “progresso” econômico nacional. Assim sendo, em conformidade com as discussões já antecipadas com relação ao setor industrial, os autores do Projeto de Nação delimitam para o “Tema 17” o “Objetivo” de “Retomar o processo de crescimento industrial, posicionando e mantendo o País nos padrões definidos pela OCDE” no que diz respeito ao “Tema 17” (Sagres, 2022a, p. 59). Corroborando o caráter “progressivo” da propositura em tela, os autores de Projeto de Nação reconhecem a relevância do desenvolvimento da indústria

¹⁴² O ano de publicação foi aferido a partir da consulta a página da *Plataforma Lattes* do autor. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4759262A2&token>.

brasileira, porquanto se trata de “um caminho tecnológico para gerar riqueza e desenvolvimento” (Sagres, 2022a, p. 59).

Tendo feito essa alusão, o projeto aponta prospectivamente a partir do “Mini Cenário Foco” do “Tema 17” que “No Brasil, esse caminho foi construído por meio de PPP, com fortes investimentos de ambos os setores em CT&I, infraestrutura, indústria e agronegócio”, conforme Sagres (2022a, p. 59). Assim sendo, uma vez mais, as parcerias público-privadas são apontadas enquanto uma medida fundamental para o desenvolvimento econômico nacional. Destaca-se, portanto, de uma maneira ou de outra, a relevância atribuída ao Estado em meio a propositura de “progresso” econômico em tela tendo sido responsável - junto à iniciativa privada – por “fortes investimentos” no setor industrial brasileiro. Não por acaso uma das “Diretrizes” do “Tema 17” apontava justamente a tarefa de “Aumentar os investimentos públicos e privados em PD&I no setor industrial, de modo a elevar significativamente a produção de itens com alto valor agregado” (Sagres, 2022a, p. 59).

O reconhecimento por parte dos autores do Projeto de Nação acerca da relevância do papel do Estado para o desenvolvimento industrial brasileira se faz ainda sentir na “Diretriz” que orienta o Estado brasileiro a integrar o conjunto de “Diretrizes” elencadas “em um projeto abrangente e de longo prazo de revitalização do Parque Industrial Brasileiro” (Sagres, 2022a, p. 59). Soma-se a isso o reconhecimento da inovação tecnológica enquanto elemento fundamental para o desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Tal reconhecimento incorre no acionamento do Estado enquanto indutor desse processo, cabendo a entidade estatal “Elaborar uma estratégia nacional que amplie a participação mundial do Brasil em inovação industrial” de tal forma, conforme aponta o “Mini Cenário Foco”, em 2035 “As tecnologias digitais (Indústria 4.0) assumiram papel central nas estratégias de política industrial, comercial, de competitividade e de inovação, resultando na produção de itens de maior valor agregado, em especial, das indústrias de transformação e de bens de capital” (Sagres, 2022a, p. 59).

Além do mais, em resposta a identificação da “Baixa integração da indústria nacional com as cadeias de produção mundial, devido ao protecionismo, com prejuízo da qualidade e da competitividade do produto nacional” (Sagres, 2022a, p. 60) enquanto um “Óbice” para o desenvolvimento industrial brasileiro, a propositura em tela aponta a tarefa estatal de “Eliminar barreiras protecionistas e aumentar a integração com as cadeias produtivas mundiais” (Sagres, 2022a, p. 59). Conseqüentemente, é possível destacar o incontestável ímpeto “progressivo” da propositura em tela atrelado ao reconhecimento da imprescindibilidade do

Estado enquanto *indutor* – para usar os termos do SAGRES – do desenvolvimento industrial brasileiro.

Desta feita, ainda que permaneça aqui a incessante “tônica” *politicista*¹⁴³ que permeia os apontamentos do Projeto de Nação com relação ao Estado e sua administração política, não restam dúvidas de que, em se tratando do âmbito econômico, o projeto em análise conforma uma propositura de administração política com a “seta” voltada para a frente, genuinamente “progressiva” – ainda que de horizontes conservadores –, portanto. Não por acaso, o “Mini Cenário Foco” do “Tema 17” prospecta que, em decorrência do conjunto de ações tomadas – donde sobressaem as virtuosas parcerias público-privadas –, “em 2035 a indústria nacional dispõe de elevada autonomia e diversidade de parcerias em produtos de alto valor estratégico, reduzindo a dependência internacional”, segundo Sagres (2022a, p. 59).

Ainda em outros termos, diante do estágio globalizado do modo de produção capitalista e em resposta à concorrência econômica interestatal, a propositura acionada pelo Projeto de Nação visa justamente adentrar a “arena” da disputa econômica mundial, fomentando o “progresso” e inovação da indústria nacional. A rigor, conforme discutido ao longo deste subcapítulo, esse ímpeto “progressivo” (ainda que conservador) arrima a propositura de administração política voltada ao plano econômico, de tal forma que elementos “progressivos” puderam ser apreendidos em especial a partir da análise do *Eixo III: Desenvolvimento Nacional* do Projeto de Nação, o qual versa sobre um conjunto de “Temas Estratégicos” diretamente voltados ao “progresso” de distintos setores da economia brasileira.

5.3.3.2 Conclusões parcelares: do ímpeto pelo “Desenvolvimento” à resposta “progressiva” em face do estágio globalizado do capitalismo

De forma sintética, somados os elementos e discussões até aqui apresentados, parece-nos coerente destacar o caráter “progressivo” (ainda que de horizontes conservadores) da propositura de administração política exposta pelo Projeto de Nação no que diz respeito particularmente à questão econômica. Ainda que tal elemento se encontre para além do escopo de análise da presente pesquisa, foi possível destacar que o ímpeto pelo “Desenvolvimento”, elemento basilar do *ideário militar mais amplo*, determina decisivamente

¹⁴³ Os incessantes apontamentos críticos de talhe politicista ao Estado e às falhas de sua gestão se fazem presentes no “Tema 17”, por exemplo, na dupla de “Óbices” as quais apontam o “Modelo tributário impondo altos custos de produção e comercialização de produtos” bem como a “Insegurança jurídica e ativismo judicial resultando em exportação de investimento industrial e desestímulo de investimento no Brasil” (Sagres, 2022a, p. 60) enquanto entraves ao desenvolvimento industrial brasileiro.

a “seta” *para a frente* no que diz respeito a propositura de administração política da dinâmica econômica capitalista acionada pelo Projeto de Nação. Soma-se a isso a indicação dos impactos de ainda outro elemento proveniente do ideário *militar mais amplo* sobre tal propositura, qual seja, o “poder nacional” e, em especial, sua expressão econômica.

Assim sendo, é coerente destacar que, de uma maneira ou de outra, tais elementos, fundamentais para o *pensamento militar brasileiro*, informam o objetivo último do Projeto de Nação com relação a economia nacional: utilizar-se do desenvolvimento econômico como forma de “projetar o poder nacional” no âmbito da disputa interestatal, conforme abertamente explicitado pelos autores do Projeto de Nação. Assim sendo, visando alcançar este objetivo, a propositura de administração política em tela incorre em uma resposta “progressiva” no que diz respeito ao fator econômico diante do estágio globalizado do capitalismo. Dito de outra maneira, visando alçar o Brasil a posições cada vez mais altas no *ranking* do comércio mundial e “projetar”, por conseguinte, o “poder nacional”, o Projeto de Nação coloca-se enquanto uma “Estratégia Nacional” voltada à genuinamente desenvolver os diversos setores da economia brasileira.

Ademais, conforme vimos, além do “Desenvolvimento” e do “Poder Nacional”, ainda outro elemento basilar do *pensamento militar mais amplo* exerceu decisiva influência sobre os contornos específicos da propositura em tela. Trata-se da fundamental “Soberania Nacional” a qual, uma vez voltada à questão econômica, orientou a seleção de setores “estratégicos” para o desenvolvimento econômico brasileiro. Por conseguinte, o Projeto de Nação destacou o agronegócio e a mineração – com destaque para o primeiro – enquanto setores “estratégicos” para a “soberania” econômica nacional. Desta feita, ao contrário da habitual defesa da preponderância da iniciativa privada e da crítica a intervenção estatal mais proeminente presente nas proposições aos demais setores da economia, a propositura de administração política acionada para estes setores “estratégicos” apresentou *nuances protecionistas de cunho nacionalista*, admitindo pontual e excepcionalmente um maior grau de intervenção estatal sobre a dinâmica econômica como forma de garantir a “soberania” brasileira para a exploração destes recursos.

Além do mais, não se pode perder de vista os impactos da resoluta defesa do modo de produção capitalista, elemento inerente ao *pensamento administrativo político-militar*, sobre os contornos da propositura em análise. Conforme foi possível apreender, em decorrência da incontestável compreensão acerca do modo de produção capitalista enquanto “sistema econômico” ideal, o Projeto de Nação incorre na defesa do primado da iniciativa privada enquanto força motriz de sua propositura de “progresso” econômico. Soma-se a isso os

visíveis impactos do anticomunismo empedernido sobre os contornos das propostas do Projeto de Nação. Assim como ressaltamos, apesar do reconhecimento da imprescindibilidade do Estado para a efetivação da propositura de desenvolvimento econômico ansiado, o Projeto de Nação incessantemente intenta restringir a intervenção do Estado sobre a dinâmica econômica. Em suma, pagando elevado tributo ao *pensamento administrativo-político militar*, o Estado assume no interior da propositura em tela seu posto de *agente subsidiário* do desenvolvimento, ou seja, tão somente *induzindo* o desenvolvimento econômico que deve se dar com a preponderância da iniciativa privada.

Assim sendo, em decorrência da incontestada adesão ao capitalismo, fator fundamental do *pensamento administrativo-político militar*, a propositura expressa pelo Projeto de Nação incorre na renovação da “nova forma de irracionalismo”, uma defesa aberta ao modo de produção capitalista atrelada a uma *aparência de racionalidade*. Desta feita, parece-nos consequente aferir que, de fato, a propositura de “progresso” em tela possui horizontes conservadores, porquanto não visam ultrapassar os liames da ordem capitalista vigente. Além do mais, pagando tributo ao anticomunismo e a consequente ojeriza a qualquer intervenção estatal direta e mais proeminente sobre a dinâmica econômica, o Projeto de Nação incorre no constante apontamento das inerentes insuficiências do Estado e das falhas de sua gestão enquanto verdadeiros “Óbices” ao desenvolvimento econômico nacional. Como vimos, a análise da propositura em tela permitiu apreender o *caráter politicista* de tais críticas ao Estado e a sua gestão, as quais fazem sobressair o agente estatal e as falhas de sua administração política enquanto proeminentes fatores explicativos do insucesso econômico. Em adição, vale destacar que tais críticas de talhe *politicista* acabam se entrelaçando a *aparência de racionalidade* das “Diretrizes” do Projeto de Nação culminando em uma acrítica e superficial propositura de administração do capitalismo. Ao fim e ao cabo, este entrelaçamento permite aos autores do Projeto de Nação realizarem a tarefa última do irracionalismo: manter intactos os fundamentos do modo de produção capitalista, enquanto visam administrá-lo infinitamente.

Apesar dos pesares, ainda que entremeado por apontamentos *politicistas* e marcadores do irracionalismo, a propositura de administração política em análise genuinamente apresenta uma “seta” voltada *para a frente* no que diz respeito a questões econômicas. Entretanto, como veremos a seguir, a “seta” estará apontada para o sentido contrário no que diz respeito às discussões acerca de questões ideológicas e políticas as quais igualmente apresentam, por consequência, impactos sobre assuntos sociais.

5.3.4 A propositura regressivo-conspiratória no plano ideopolítico diante do Socialismo e do “Ultracapitalismo”: o acionamento do Estado no persecutório combate ao “marxismo cultural” e ao “globalismo” na particularidade do Projeto de Nação

Uma vez apreendido o caráter “progressivo” (ainda que de horizonte conservador) da resposta particularmente acionada pelo Projeto de Nação no que diz respeito a sua propositura de administração política voltada ao plano diretamente econômico, o presente subcapítulo segue o objetivo último de apreender a natureza do *pensamento administrativo-político militar* a partir de seus impactos sobre as propostas e discussões voltadas ao plano ideopolítico – com diretas consequências sobre o plano social – contidas na propositura do Projeto de Nação com relação ao período de 2022 a 2035.

Como veremos, na particularidade das análises contidas no Projeto de Nação, o empedernido anticomunismo e a posição romântica frente ao capitalismo “desumano”, elementos inerentes ao *pensamento administrativo-político militar brasileiro* serão alçados às últimas consequências teórico-práticas, incorrendo no acionamento de uma propositura de feições fundamentalmente *conspiratórias*. Pautados nos fundamentos da “terceira via” militar, ou seja, na ojeriza ao Socialismo, de um lado e na crítica de tonalidade romântica ao desmedido *laissez faire*, de outro, o Projeto de Nação se volta a denunciar e a decisivamente combater dois adversários político-ideológicos danosos ao Brasil: o “marxismo cultural” e o “globalismo”, respectivamente tomados enquanto os principais e mais nocivos representantes do Socialismo e do “Ultracapitalismo”.

Assim sendo, é possível destacar aquilo que estamos chamando de uma *atualização parcial* do “impasse” da “terceira via” militar na particularidade do Projeto de Nação. Isto porque, se de um lado o Projeto de Nação reitera o anticomunismo ferrenho e a ojeriza ao Socialismo da “terceira via” militar, de outro volta-se a criticar o assim chamado “Ultracapitalismo” vigente, uma espécie de *atualização* dos problemas e contradições inerentes ao *laissez faire* que marca o “Capitalismo Clássico”, alvo da crítica da *Doutrina militar*. Isto posto, vale dizer que o assim chamado “Ultracapitalismo” criticado pelo Projeto de Nação nada mais é do que o desmedido *laissez faire*, alvo essencial da crítica dos militares brasileiros ao “Capitalismo Clássico”, em sua expressão hodierna, correspondente ao estágio globalizado do capitalismo e da consequente potencialização da acumulação de capital.

Por conseguinte, os apontamentos críticos ao Socialismo e ao “Ultracapitalismo” contidos no Projeto de Nação e em outros materiais do Instituto SAGRES não se opõem aos *fundamentos* da “terceira via” militar, os quais em *sua essência* permanecem exatamente os

mesmos: a ojeriza ao Estado centralizador e a ausência da livre iniciativa, de um lado (Socialismo) e a crítica a ausência do Estado e a desmedida liberdade do *desumano* mercado capitalista, de outro (Capitalismo Clássico e Ultracapitalismo).

Dito de outra forma, essa *atualização parcial* expressa pelo Projeto de Nação volta-se muito mais a tarefa de denunciar as “novas feições” - “marxismo cultural” e “globalismo” - dos antigos adversários ideológicos dos militares brasileiros - Socialismo e *laissez faire* - do que a tarefa de efetivamente discutir os *fundamentos econômicos* de seus correspondentes “sistemas econômicos”. Em suma, por seu caráter prático-propositivo, o Projeto de Nação não se propõe a profundamente discutir científica e teoricamente os elementos dos “sistemas econômicos” Socialista e “Ultracapitalista”, volta-se com maior ênfase a denúncia e ao combate aos seus principais e mais nocivos representantes hodiernos: o “marxismo cultural” e o “globalismo”, respectivamente.

Como veremos, o persecutório combate a estes dois adversários irá implicar em decisivas marcas regressivas no que diz respeito aos apontamentos ideológicos e políticos - desaguando sobre o plano social - contidos na propositura expressa pelo Projeto de Nação. Para utilizar os termos próprios do Projeto de Nação, a propositura em tela objetiva, para o plano ideopolítico, o acionamento de medidas voltadas a denunciar e a combater as “ideologias radicais” que supostamente ameaçam o Brasil durante o período de 2022 a 2035.

Por fim, vale destacar que apesar de ocuparem polos opostos no plano ideológico, os interesses do “globalismo” e do “marxismo cultural”, tratados pelo Projeto de Nação enquanto representantes de “ideologias radicais”, eventualmente acabam se entrelaçando. Por conseguinte, como veremos adiante, o ímpeto em combater estas “ideologias radicais” irá determinar o “tom” regressivo-conspiratório que permeia as análises prospectivas e, consequentemente, as propostas e medidas direcionadas aos mais diversos “Temas Estratégicos” do Projeto de Nação. Ao fim e ao cabo, o combate às “ideologias radicais” (Socialistas e Ultracapitalistas) e seus principais representantes (Marxismo Cultural e Movimento Globalista Mundial) compõe decisivamente o pano de fundo da propositura de administração política acionada pelo Projeto de Nação, não podendo ser, portanto, ignorada pela análise aqui pretendida.

5.3.4.1 A atualização parcial do “impasse” da “terceira via” militar: a crítica romântica ao “Ultracapitalismo” e a conspiratória concepção do assim chamado “globalismo”

Seguindo a imperiosa busca por parte dos ideólogos burgueses do capital monopolista por efetivar uma apologética indireta do modo de produção capitalista – vide os escritos de Burnham, conforme apontado por Lukács (2020) –, o Projeto de Nação efetiva uma *atualização parcial* do “impasse” da “terceira via” militar, porquanto tece críticas de talhe *romântico* ao assim chamado “Ultracapitalismo”. Informados decisivamente pelo *pensamento administrativo-político militar*, os autores do Projeto de Nação levam a crítica romântica às ditas “disfunções” do modo de produção capitalista às últimas consequências, retirando dos vigentes problemas da acumulação de Capital e da tendência de formação dos monopólios a suposta confirmação necessária acerca da conformação de um novo adversário que coloca a “Segurança” e a “Soberania Nacional” em xeque: o “globalismo”, ou se quisermos, o assim chamado “Movimento Globalista Mundial”, conforme apontado pelo Projeto de Nação.

Assim como demonstramos anteriormente, o “Tema 02: Movimento Globalista Mundial” foi deliberadamente incluído na lista de 37 “Temas” que conformam o escopo do Projeto de Nação, o que explicita a relevância desta temática para os autores desta empreitada. Mais do que isso, corrobora as inúmeras evidências de que esta temática de talhe conspiratório tenha eficazmente penetrado o *ideário militar brasileiro* (Chirio, 2021; Filho, 2022; Ferraz, 2020; Alves, 2023). Neste sentido, pela posição de destaque ocupada pela temática do “globalismo” no interior do Projeto de Nação, este documento é sintomático do convencimento dos militares brasileiros acerca da existência do adversário “globalista”, fruto de uma certa posição *romântica* no plano ideopolítico com relação ao capitalismo globalizado, em suma uma reação aos “novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias”, para retomar a determinação de Chasin (1996, p. 104).

Além do mais, vale ressaltar que segundo o Projeto de Nação, a “elite financeira mundial” tem como objetivo último constituir um “governo mundial” (Sagres, 2022a, p. 30) capaz de intervir nos rumos dos mais diversos países. Entendido nesses termos conspiratórios, não espanta que a existência do “Movimento Globalista Mundial” tenha se propagado dentro da caserna e sido aceita por considerável contingente das Forças Armadas brasileiras, sendo tratada, não por acaso, enquanto um “Óbice” à “Segurança” e à “Soberania Nacional” brasileira pelos militares brasileiros e, por conseguinte, pelo Projeto de Nação.

A respeito da circulação da conspiratória concepção acerca do perigo “globalista” dentro da caserna é sintomática a realização de “Um trabalho de conclusão de curso intitulado ‘O Globalismo e o papel do Exército Brasileiro’ [...] apresentado em 2019 em um curso de especialização na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)”, conforme apontado por Filho (2022) e tendo sido objeto de análise crítica em outro lugar (Alves,

2023).¹⁴⁴ Não se pode perder de vista que a ECEME, a mesma Escola comandada pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva¹⁴⁵ durante o período de 2004 a 2006, é voltada exclusivamente a formação de oficiais do Exército brasileiro, ou seja, o trabalho de conclusão de curso em tela foi produzido no interior de um centro de formação dos comandantes militares do país. Além do mais, fazendo sobressair o caráter conspiratório inerente a elaboração do “globalismo” o militar autor deste trabalho aponta que sua pesquisa “teve como objetivo “apresentar as estratégias globalistas, em particular o ambientalismo, o globalismo pedagógico e a revolução cultural, que tem como agentes os metacapitalistas encastelados nas Organizações Internacionais, como ONU e UNESCO” (Filho, 2022), apontamentos igualmente presentes no interior da propositura do Projeto de Nação.

Feito esse preâmbulo, o presente subtópico visa apontar que a concepção do “globalismo” exposta pelo Projeto de Nação não é de forma alguma casual. Ao revés, paga tributo ao posicionamento *romântico* frente ao capitalismo “desumano” inerente ao *pensamento administrativo político militar* que decisivamente informa seus autores. Adicionalmente sustentamos que a análise que segue, ao apontar a relevância atribuída pelos autores do Projeto de Nação à temática do “globalismo”, é, em algum grau, sintomática do convencimento de parcela considerável das Forças Armadas acerca da conformação deste novo adversário. Em suma, as análises que seguem, ao apresentar a conspiratória concepção do adversário globalista a partir dos materiais do Instituto SAGRES, se colocam como procedimento fundamental para a conseqüente análise e compreensão da propositura de administração política voltada ao plano ideopolítico exposta pelo Projeto de Nação em sua busca por combater este adversário “ultracapitalista”.

De partida, vale retomar o apontamento de que o principal representante do “globalismo” é a “elite financeira mundial”, formada, assim como apontado em outro momento deste trabalho, “por megainvestidores, bancos, conglomerados transnacionais e

¹⁴⁴ Além de analisar criticamente este trabalho de conclusão de curso voltado a temática do “globalismo”, Alves (2023) aponta ainda outro trabalho defendido no ano de 2019 por um oficial do Exército em um curso da ECEME, desta vez, contudo, voltado a temática do “marxismo cultural”. Intitulado “A evolução do pensamento marxista e a luta pela hegemonia cultural”, o trabalho em tela teria como objetivo “verificar os avanços da guerra pela hegemonia cultural empreendida por partidos de viés socialista no Brasil” (Alves, 2023, p. 43). Fazendo sobressair o “tom” persecutório que permeia tais elaborações, Alves (2023, p. 43) aponta que de acordo com o militar responsável por tal pesquisa, a principal contribuição de seu trabalho vai no sentido de “mostrar o avanço dos ideais socialistas em grande parte da mídia e considerável parte do mundo acadêmico nacional, contribuindo significativamente para a compreensão do discurso marxista uníssono no campo cultural brasileiro”. Em suma, portanto, tanto a temática do “globalismo” quanto do “marxismo cultural” adentraram o ambiente da caserna e circulam sem constrangimentos no interior da ECEME, um dos principais ambientes de formação acadêmica dos militares brasileiros.

¹⁴⁵ Além de ter sido diretor da ECEME, Rocha Paiva é professor emérito da mesma instituição e responsável por dar à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército a alcunha de “Escola Marechal Castelo Branco”.

outros representantes do ultracapitalismo, com extraordinários recursos financeiros e econômicos” (Sagres, 2022a, p. 11). Corroborando o prévio apontamento, o Projeto de Nação volta a classificar mais adiante a assim chamada “elite financeira mundial” enquanto um “ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos transnacionais e outros entes megacapitalistas” (Sagres, 2022a, p. 30). Além de fazerem sobressair a “tônica” romântica que perpassa a crítica do Projeto de Nação ao “Ultracapitalismo” no plano ideopolítico, as prévias definições deixam claro que a “elite financeira mundial”, principal representante dos interesses “globalistas”, estão justamente alinhadas ao assim chamado “Ultracapitalismo”.

A rigor, conforme antecipamos, a concepção do “Ultracapitalismo” é informada por um certo posicionamento romântico frente ao vigente estágio globalizado do modo de produção capitalista, fator objetivo que efetivamente possibilita o acúmulo de “extraordinários recursos financeiros e econômicos” (Chasin, 1996, p. 104) bem como possibilita a formação de tais “elites financeiras mundiais”. Entretanto, por seu caráter prático-propositivo, para além destes sucintos apontamentos acerca do “Ultracapitalismo”, o Projeto de Nação reterá sua atenção a tarefa de denunciar e combater o adversário “globalista” e não a tarefa de discutir cientificamente os contornos do “Ultracapitalismo” propriamente. Assim sendo, torna-se necessário recorrer a outros materiais do Instituto SAGRES como forma de melhor apreender os fundamentos da crítica dos autores do Projeto de Nação ao assim chamado “Ultracapitalismo”.

Dentre o conjunto de materiais e publicações de autoria do Instituto SAGRES a respeito da temática em tela destaca-se a realização de um curso – publicado em forma de videoaulas – de autoria do Instituto SAGRES intitulado *Revolução Socialista Permanente no Brasil* no qual apresentam o “globalismo” justamente enquanto uma “ideologia radical” do “ultracapitalismo”. O curso em tela, que chegou a ser citado no Relatório final da CPMI do 08 de janeiro (Brasil, 2023, p. 204), é proferido, não por acaso, pelo também mencionado no Relatório, general Rocha Paiva, coordenador do Projeto de Nação e figura abertamente adepta das persecutórias concepções do “globalismo” e do “marxismo cultural”, tendo publicado uma série de artigos acerca destes temas no site do Instituto SAGRES. Dito de outra forma, a mera realização deste curso por parte do SAGRES, publicado em seu canal oficial na plataforma *YouTube*, é sintomática da recente adesão de parcela dos militares brasileiros às conspiratórias teorias acerca do “marxismo cultural” e do “globalismo”.

Na primeira parte do curso¹⁴⁶, em explícita comunhão ideológica com a *essência* do “impasse” da “terceira via” militar apontado pela *Doutrina das Forças Armadas*, o general de brigada ressalta que existem dois tipos de “ideologias”, quais sejam, “as ideologias de cunho socialista [...] que pregam o planejamento centralizado e o mercado controlado” e “a capitalista libertária [...] que é o Estado mínimo e mercado autorregulado” (Sagres, 2021d). Daqui fica claro que a essência da “terceira via” militar (anticomunismo empedernido e oposição ao *laissez faire*) se faz presente no curso do Instituto SAGRES proferido pelo general Rocha Paiva.

Na sequência de sua palestra Rocha Paiva faz um apontamento da maior importância: deixa claro que as “ideologias” em tela “têm uma base, um viés principal econômico” (Sagres, 2021d). Isto posto, Rocha Paiva faz sobressair o “tom” romântico que permeia a crítica dos militares brasileiros ao modo de produção capitalista ao explicitar criticamente que para a “ideologia capitalista libertária”, a qual responde ao “viés econômico” “Ultracapitalista”, “o que vale é o lucro”, ou seja, para essa “ideologia” “o ser humano tem que trabalhar em função do lucro” (Sagres, 2021d). Reiterando o “tom” romântico que permeia a crítica dos militares brasileiros ao modo de produção capitalista, ainda na sequência de sua apresentação o palestrante ressalta que a “ideologia capitalista libertária” em tela “não valoriza a família, não valoriza a religião, não valoriza o ser humano como ser humano e sim como um instrumento de trabalho e de gerar capital, gerar lucro” (Sagres, 2021d). Não restam dúvidas, portanto, de que tais apontamentos estão calcados na *romântica* noção de “Capitalismo desumano”, presente, como vimos, na *Doutrina militar*.

Entretanto, para além da comunhão ideológica entre os materiais do SAGRES e o *ideário militar*, a qual a esta altura já se tornou evidente, interessa-nos apontar as análises particulares do SAGRES ao dito “Ultracapitalismo” e seu principal representante: o “globalismo”. A este respeito, em sua apresentação, o general de brigada volta a dizer que, grife-se, “no campo econômico” existem duas “ideologias”, de um lado “as ideologias de esquerda, socialistas e lá do outro lado a ultracapitalista que muitos chamam de neoliberalismo” (Sagres, 2021d). Acerca desta última, Rocha Paiva deixa claro que “o ultracapitalismo é o Estado mínimo” ou ainda mais explicitamente: “o lado direito, ultracapitalista, é o Estado mínimo” (Sagres, 2021d).

¹⁴⁶ O curso em tela foi publicado em duas partes no canal oficial do Instituto SAGRES na plataforma *Youtube*. A primeira parte pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=bENCK42FaZO&t=368s&ab_channel=InstitutoSagres. Já a segunda parte pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=6K5VtmI3eN4&ab_channel=InstitutoSagres.

Assim sendo, reiterando o caráter *romântico* da crítica ao capitalismo e sem alterar a essencial recusa ao *laissez faire*, o Instituto SAGRES desvela os contornos de sua *atualização parcial* do “impasse” da “terceira via” militar, falamos agora de um “novo” impasse entre o Socialismo e o “Ultracapitalismo”, ainda que este último nada mais seja do que o modo de produção capitalista em seu vigente estágio globalizado e monopolista que conforma o “campo econômico” do qual brota a “ideologia capitalista libertária” e seu principal agente: as “elites financeiras mundiais”.

Assim sendo, é a partir da crítica de talhe *romântico* ao “Ultracapitalismo” que o SAGRES irá conjurar seu adversário “globalista”, tido, como vimos, enquanto principal representante do “ultracapitalismo”. Em elaboração idêntica àquela contida no Projeto de Nação, o general vai dizer que se trata dos “megainvestidores internacionais, os bancos internacionais e as transnacionais, são atores não estatais, é a elite financeira global que tem um grande poder financeiro e econômico” (Sagres, 2021d). Ressaltando o caráter conspiratório de tal elaboração o general de brigada deixa claro que “essa elite financeira global defende um discurso globalista [...] ter um centro burocrático internacional que controle e dirija a vida econômica, política e social das Nações” (Sagres, 2021d), elaboração idêntica àquela que iria aparecer no Projeto de Nação um ano mais tarde¹⁴⁷.

Contudo, para além dos breves apontamentos contidos no Projeto de Nação, o curso do SAGRES aponta exemplos explícitos de integrantes da assim chamada “elite financeira mundial”. A este respeito o general questiona: “E quem é que controla o mundo? Quem faz parte dessa elite financeira global?” e, na sequência, aponta quem são: “os Rockefeller, os Rotschild, JP Morgan, Goldman Sachs, Soros, Mellon”, em outras palavras, uma “elite” que representa “um por cento da população mundial e domina metade da riqueza do mundo” (Sagres, 2021d). Contudo, não se pode perder de vista que para além desse 1% que ocupa o topo do “Movimento Globalista Mundial”, ainda outras entidades atuam em nome da “ideologia globalista” como bancos transnacionais, organismos multilaterais, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, as grandes empresas transnacionais, os governos e ainda a cidadania (cidadãos), conforme explicita o general (Sagres, 2021d).

Além de todos esses representantes, o “Movimento Globalista Mundial” ainda “dispõe de Centros de Estudos Estratégicos” responsáveis por elaborar políticas a serem propostas “às lideranças políticas dos países”, sendo exemplos destes “Centros” o Conselho de Relações

¹⁴⁷ Corrobora-se, portanto, o apontamento prévio de que a inclusão do “Tema Estratégico” acerca do “Movimento Globalista Mundial” nada tem que ver com a “consulta a especialistas” ou a consulta Áugures realizada, sendo expressão imediata das ideias defendidas pelo Instituto SAGRES.

Exteriores, a Comissão Trilateral (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e o Diálogo Interamericano (um “braço” da Comissão Trilateral), conforme aponta o general (Sagres, 2021d)¹⁴⁸. Para concluir, o general aponta a fundamental ideia da *dissimulação* por trás dos interesses “globalistas” dizendo que as “elites financeiras mundiais” “estão por trás do discurso do ambientalismo” além de temas como “Direitos Humanos” e a “Questão indígena” (Sagres, 2021d). Ainda a respeito do caráter *dissimulado* e camuflado com que agem os representantes do “globalismo”, o coordenador do Projeto de Nação denuncia que tais representantes “fazem aliança com outros atores não estatais como ONGs” além de eventuais alianças “com as lideranças de esquerda fabianistas e marxistas [...] aliados de ocasião” do “Movimento Globalista Mundial”¹⁴⁹ (Sagres, 2021d). Em suma, portanto, o “Movimento Globalista Mundial” possui incontáveis maneiras de efetivar seus *camuflados* interesses.

Em explícita concordância com os termos apresentados no curso do SAGRES, o Projeto de Nação apresenta em seu “Cenário Alvo” o seguinte diagnóstico prospectivo acerca da atuação do “globalismo” no Brasil no ano de 2035:

No Brasil, atualmente, é visível a união de esforços entre determinadas entidades nacionais e o movimento globalista, inclusive com o apoio de relevantes atores internacionais, visando a interferir nas decisões de governantes e legisladores, especialmente em pautas destinadas a conceder benesses a determinadas minorias, em detrimento da maioria da população, a exercer ingerência em nosso desenvolvimento econômico, usando pautas ambientalistas a reboque de seus interesses e não pela necessária preservação da natureza, e a provocar crises que enfraquecem a Nação em sua busca pelo desenvolvimento (Sagres, 2022a, p. 12).

Vê-se, portanto, que o “movimento globalista” instalou-se no Brasil no ano de 2035 e objetiva *camufladamente* “interferir nas decisões de governantes e legisladores” a partir de, grife-se, *visíveis* parcerias estabelecidas com “entidades nacionais” e “relevantes atores internacionais”. Soma-se a esse diagnóstico prospectivo o persecutório apontamento de que

O globalismo tem outra face, mais sofisticada, que pode ser caracterizada como “o ativismo judicial político-partidário”, onde parcela do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública atuam sob um prisma exclusivamente ideológico, reinterpretando e agredindo o arcabouço legal vigente, a começar pela Constituição brasileira (Sagres, 2022a, p. 12).

¹⁴⁸ Esses mesmos “Centros de Estudos Estratégicos” estarão presentes em elaboração do Projeto de Nação ao apontar a presença de “centros de estudos estratégicos (Comissão Trilateral, Diálogo Interamericano, CFR – Council on Foreign Relations e outros) ligados ao Movimento e às bandeiras globalistas” enquanto um dos “óbices” do combate ao “globalismo” (Sagres, 2022a, p. 31).

¹⁴⁹ Vê-se, portanto, que o Instituto SAGRES identifica a possibilidade de união de esforços entre as “elites financeiras mundiais” e os representantes da esquerda socialista. Uma vez que ambas as “ideologias” socialista e “capitalista libertária” são denunciadas por seu caráter “internacionalista”, as mesmas acabam eventualmente incorrendo na confluência de interesses e, por conseguinte, seus principais representantes acabam atuando de forma conjunta.

Em suma, o Projeto de Nação denuncia que a “elite financeira mundial” atua não de forma direta e sim de forma indireta, *dissimulada*, visando “cooptar, aliar-se ou se alinhar com potências mundiais, organismos internacionais e ONGs, haja vista a capacidade desses entes de se projetarem em escala global” (Sagres, 2022a, p. 30). Isto porque, conforme o projeto em análise “O argumento central do globalismo é de que lidar com problemas cada vez mais complexos, como crises econômicas, proteção do meio ambiente, direitos humanos e outros, requer um processo centralizado de tomada de decisões em nível mundial” (Sagres, 2022a, p. 30). Trata-se, ao fim e ao cabo, do objetivo de construir o assim chamado “Governo Mundial” o qual, em termos militares, se coloca enquanto um “Óbice” a “Segurança” e a “Soberania Nacional” brasileira, o que certamente ajuda a explicar o convencimento de parte considerável das Forças Armadas acerca da suposta conformação de um “Movimento Globalista Mundial”.

Vê-se, portanto, que o ímpeto pela manutenção da “Segurança Nacional”, elemento basilar do *ideário militar mais amplo*, desempenha papel fundamental na adesão a esta elaboração de talhe essencialmente conspiratório. Soma-se a isso a crítica de “tônica” *romântica* ao “Ultracapitalismo” a partir da qual o Instituto SAGRES retira os supostos elementos probantes da conformação do “Movimento Globalista Mundial”. Em suma, vê-se que o persecutório adversário “globalista” é *conjurado* a partir da conjunção entre o posicionamento *romântico* em face do estágio globalizado do modo de produção capitalista e os ímpetos pela manutenção da “Segurança Nacional”, ambos elementos inerentes ao *ideário militar*, um *fato doutrinário* essencialmente condicionado à defesa e à manutenção da ordem vigente.

Destacamos que, apesar de uma série de apontamentos acerca da suposta conformação do “Movimento Globalista Mundial” e da descrição minuciosa de como esse “Movimento” opera *camufladamente* visando alcançar seus objetivos e interesses internacionalistas, o Projeto de Nação é incapaz de apontar elementos concretos que comprovem a conformação deste novo adversário seu real impacto sobre a realidade política, econômica e social brasileira. Soma-se a isso a completa ausência de referências bibliográficas e de citações a relatórios, pesquisas e trabalhos científicos que explicitamente apontem a existência deste “Movimento” e suas formas de atuação. Efetiva-se, portanto, a *debacle da razão*, porquanto as efusivas denúncias e apontamentos a respeito do “Movimento Globalista Mundial” apresentados pelos autores do Projeto de Nação amparam-se em elaborações *essencialmente conspiratórias*, carentes de qualquer respaldo científico e de rigorosa demonstração objetiva.

Como veremos a seguir, assim como ocorrido para o caso do “globalismo”, os autores do Projeto de Nação aderem completamente à concepção do “marxismo cultural” também tomado como a “revolução socialista gramscista”, a qual se dá de maneira sorrateira, escamoteada, a partir da suposta intromissão das esquerdas socialistas em posições de destaque na política, na sociedade, na mídia e na educação. Vejamos a seguir como os autores desta empreitada concebem o “marxismo cultural”, o principal e mais nocivo representante do Socialismo.

5.3.4.2 Do anticomunismo empedernido à adesão à concepção do assim chamado “marxismo cultural”

Conforme discutido anteriormente, o anticomunismo já se sedimentou no *ideário das Forças Armadas brasileiras* há anos, desde o fatídico episódio da “Intentona Comunista” (Motta, 2021), fato igualmente apontado pelo general Villas Bôas em seu livro de entrevistas ao elencar a “Intentona” enquanto um episódio “determinante para a consolidação do sentimento anticomunista entre os militares” (Castro, 2021, p. 163). Não por acaso, são diversos os exemplos de artigos publicados no site oficial do Instituto SAGRES que permitem sublinhar, em maior ou menor grau, esse atributo inerente ao *ideário militar*.

Isto posto, o presente subcapítulo visa explicitar a constante presença do anticomunismo nos materiais do SAGRES ao longo dos anos bem como compreender, a partir destes materiais, como este *think tank* militar concebe os novos contornos do “marxismo cultural” - também tido como “revolução gramscista” ou ainda outros termos menos habituais -, o principal e mais nocivo representante do “Socialismo” nos tempos atuais. Este subcapítulo visa, portanto, rastrear a presença do anticomunismo nos diversos materiais do SAGRES com o intuito de apontar que os decisivos impactos do “marxismo cultural”, esta temática de “teor” conspiratório, sobre o conteúdo do Projeto de Nação, não é de forma alguma casual ou ainda particular deste documento, ao revés trata-se de uma temática discutida há anos pelo SAGRES e passível de ser rastreada a partir da análise de seus diversos materiais. Além do mais, o presente subcapítulo visa, em algum grau, corroborar as evidências já anunciadas acerca do convencimento de parte considerável dos militares brasileiros acerca da existência de uma velada revolução socialista em curso no país, uma “revolução gramscista” pautada em um “marxismo cultural”, tratada pelos militares enquanto um verdadeiro “Óbice” ao Brasil (Chirio, 2021; Godoy, 2021; Pinto, 2021; Alves 2023).

O anticomunismo, explícito *marcador* do irracionalismo, está presente em diversos artigos publicados no site oficial do SAGRES, dos quais destacam-se, como veremos, os artigos de autoria do general Rocha Paiva, o coordenador do Projeto de Nação. Como veremos, assim como o é para as Forças Armadas brasileiras, os membros e colaboradores do SAGRES expressam em seus artigos a completa ojeriza não somente ao comunismo como também às esquerdas de maneira geral. Vale dizer ainda que, na grande maioria das vezes, esse *marcador* do irracionalismo aparece em meio a uma análise mais ampla, o que, no entanto, não inibe o caráter decididamente anticomunista das figuras em tela. Ademais, destacamos que os materiais do SAGRES se ocupam muito mais da crítica, denúncia e proposta de combate aos representantes e “ideologias” ligados ao socialismo e às esquerdas em geral do que da tarefa de realizar profundas discussões teóricas e científicas acerca do socialismo e das “ideologias” de esquerda compatíveis com este “sistema econômico”.

Dito isto, toma-se de partida o artigo intitulado *O Brasil no Mundo de 2025: Incerteza e Desafios das Relações Internacionais* de autoria de Roberto Carvalho de Medeiros, oficial da Marinha do Brasil e autor de diversos artigos publicados no site do SAGRES¹⁵⁰, no qual o autor intenta realizar uma análise prospectiva¹⁵¹ voltada para o ano de 2025. Com “tom” alarmista¹⁵², o oficial da Marinha prospecta de partida que em 2025 “O mundo está em crise! Crise grave porque engloba a confiança e a credibilidade” (Medeiros, [2013], p. 1)¹⁵³. Entretanto, para além do alarmismo, elemento que se fará presente em outros materiais do SAGRES, interessa-nos apontar a prospecção de Medeiros de que em 2025 “A Rússia tenta retomar um papel de liderança global com grande esforço, entretanto colhe frutos amargos pelo plantio equivocado de um governo socialista com base no mercado capitalista” (Medeiros, [2013], p. 1). Do caráter ríspido com que o “Sagriano emérito” (Sagres, [s.d.g]) decididamente se opõe ao “governo socialista com base no mercado capitalista”, sublinha-se aquilo que aludimos anteriormente: a forma pontual com que os materiais do SAGRES

¹⁵⁰ Com um total de 27 artigos publicados, Roberto Carvalho de Medeiros, Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval, é o autor com maior número de publicações no site do Instituto SAGRES. Não se trata, portanto, de um colaborador eventual e desimportante. Não por acaso, portanto, o oficial da Marinha chega a ser explicitamente apontado pelo próprio Instituto SAGRES em seu site oficial enquanto uma “Sagriano emérito”, conforme (Sagres, [s.d.g]).

¹⁵¹ Vê-se, mais uma vez, portanto, que trabalhos em torno da temática de estudos prospectivos já estavam em voga muito antes da elaboração do Projeto de Nação.

¹⁵² Esse mesmo “tom” alarmista além de estar presente, como veremos, em diversos outros materiais do SAGRES também se faz presente em materiais de outros *think tanks* militares como é o caso do *Grupo Inconfidência*, conforme Chirio (2021).

¹⁵³ Ainda que da ausência da data de publicação no corpo do texto, a consulta ao *Currículo Lattes* de Roberto Medeiros habilitou a apreensão exata do ano de publicação do artigo em tela. A página oficial do currículo de Medeiros está disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4559147Y3&token>.

explicitam seu posicionamento decididamente anticomunista, ou seja, na maioria das vezes esse *marcador* do irracionalismo aparece em meio a discussões mais amplas.

Isto posto, também publicado em 2013, temos um artigo de autoria de Mário Andreuzza, um dos fundadores do SAGRES, que traz já em seu título o mesmo ‘tom’ alarmista que permeia os diversos artigos publicados no site do SAGRES: *O Brasil em chamas*. Neste artigo, o qual trata justamente das conhecidas *jornadas de 2013*, Andreuzza, então presidente do Instituto SAGRES, aponta que “A classe média cansou” e foi às ruas manifestar-se. Feito este apontamento, o coronel do Exército aponta uma série de razões pelas quais a dita “Classe média” se pôs a protestar, fazendo passar, a partir desse procedimento, suas próprias opiniões e reflexões. Retomando a crítica *politicista* que jamais se volta a análise concreta dos fundamentos do modo de produção capitalista, Andreuzza aponta que nas *jornadas de 2013* a “classe média” “se manifestou contra a baixa qualidade das nossas estradas, portos e aeroportos e pela carência de saneamento básico, pelos apagões de energia elétrica, contra o caos das grandes cidades” (Andreuzza, [2013], p 1).

Sem jamais voltar sua crítica à própria lógica do modo de produção que enceta uma série de conflitos e contradições, o coronel do Exército volta a fazer sobressair suas críticas de talhe *politicista* às insuficiências e falhas da gestão Estatal ao dizer que nas *jornadas* “Muita gente queria protestar contra a utilização política de empresas estatais e de economia mista, com recursos financeiros mal aplicados ou utilizados de maneira inescrupulosa, ocasionando graves prejuízos” (Andreuzza, [2013], p. 1-2). Adiante, Andreuzza volta a fazer passar suas críticas ao fazer alusão aos alvos da crítica da dita “classe média” ou aquilo que ele chama de uma “marcha ordeira”, a qual

foi contra o alto custo da máquina governamental, com os seus trinta e nove ministérios, criados, em sua maioria, apenas para abrigar políticos obscuros e os interesses dos partidos da base aliada. Embora não estivesse escrito nas faixas, a manifestação foi contra o aparelhamento do Estado, inclusive o da mais alta corte do Poder Judiciário, por pessoas ligadas ao partido político da “presidenta” (Andreuzza, [2013], p. 2).

Vê-se, portanto, que das iniciais críticas *politicistas* às insuficiências do Estado, Andreuzza recaí sobre a crítica explícita a membros do Partido dos Trabalhadores, os quais seriam, segundo o coronel, responsáveis pelo aparelhamento do Estado e, por conseguinte, um fator explicativo das insuficiências e falhas previamente denunciadas. Mais uma vez, portanto, será em meio a essa discussão mais ampla com relação a uma série de temas que

envolvem as *Jornadas de 2013* que Andreuzza fará passar seus apontamentos decididamente anticomunistas.

Fazendo ressoar ainda mais veementemente o anticomunismo que orienta o *pensamento militar brasileiro*, Andreuzza aponta que “Essa gente ordeira [...] não suporta mais o estímulo à luta de classes, à invasão de propriedades particulares e à desagregação da sociedade” (Andreuzza, [2013], p. 2). Daqui já é possível sublinhar outro *marcador do irracionalismo* atrelado ao anticomunismo que, não por acaso, estará fortemente presente nas linhas do Projeto de Nação, qual seja: a *decidida negação da luta de classes*, tomada de posição que incorrerá em apontamentos fundamentalmente regressivos no interior da propositura voltada ao nível ideopolítico - desaguando sobre o plano social.

A partir da passagem anterior, o coronel Andreuzza incorre na negação da luta de classes como consequência do empedernido anticomunismo do ideário das Forças Armadas brasileiras, segundo as quais, a rigor, as essenciais cisuras de classe inerentes à sociabilidade do Capital não existem concretamente. Dito de outra forma, a “desagregação da sociedade”, para usar os termos de Andreuzza, ou ainda ao rompimento da “Coesão Nacional”, para usar o devido termo militar, somente se dão *artificialmente*, em decorrência de fatores *alheios* à essência mesma da sociedade e do povo brasileiro. Destes fatores, evidentemente destaca-se a “luta de classes” – classes estas, essencialmente antagônicas, inerentes à sociabilidade do Capital –, tratada sempre como um fator *alheio* à sociabilidade do capital, algo *artificialmente* implantado pelas esquerdas. Assim sendo, tendo que negar as cisuras de classe inerentes a sociedade capitalista, Andreuzza aponta que a luta de classes é, em realidade, “estimulada” pelas esquerdas, ou seja, trata o antagonismo de classe enquanto um elemento alheio a forma de sociedade capitalista vigente, incorrendo na negação da luta de classes enquanto elemento atrelado a essência mesma da forma de sociedade do Capital. Por fim, o cofundador do Instituto de SAGRES deixa claro que

A passeata foi contra a subordinação da política externa brasileira aos ditames do Foro de São Paulo, com o país caudatário das decisões de governos populistas e ditatoriais da América Latina. Foi contra as tentativas de macular as Forças Armadas; foi contra a Comissão da (In)Verdade; contra a tentativa sorradeira de silenciar a imprensa; e contra a intenção manifesta de implantar, paulatinamente, o comunismo no Brasil, travestido agora com o nome de socialismo bolivariano (Andreuzza, [2013], p. 2).

Fazendo transparecer sua tomada de posição decididamente anticomunista – que, em realidade, incorre na ojeriza a qualquer perspectiva à esquerda – o coronel do SAGRES aponta na passagem anterior um elemento fundamental que estará presente em diversos artigos

publicados no site materiais do SAGRES: a conspiratória crença de que está em processo uma revolução socialista pacífica voltada a implantar, grife-se, *paulatinamente, o comunismo no Brasil*. Está aí a *essência* da elaboração do SAGRES acerca da suposta “revolução gramscista” vigente no Brasil e no mundo pautada no “marxismo cultural”: o caráter escamoteado, velado com que atualmente as esquerdas efetivam a revolução comunista. Fala-se, portanto, no abandono da revolução socialista armada em nome de uma revolução socialista pacífica que vai *paulatinamente* se apoderando da política, da educação, dos valores, dos costumes e da cultura de determinado país.

E é em oposição a persecutória concepção da “revolução gramscista” pela via pacífica que desponta a figura do general Rocha Paiva, coordenador do Projeto de Nação e principal responsável por publicações denunciando e opondo-se a esta nova estratégia revolucionária das esquerdas socialistas. Em um de seus artigos, publicado em 2019, o general atesta haver uma “turbulência política na América Latina, principalmente no Chile, Venezuela, Bolívia e Equador” e, buscando entender “o que pode estar por trás desses acontecimentos”, Rocha Paiva indaga: “Seria uma ação orquestrada por movimentos internacionalistas da esquerda socialista marxista, um deles o Foro de São Paulo? Tudo indica que sim” (Paiva, [2019], p.1)¹⁵⁴. Assim como o fizera Andreuzza, Rocha Paiva denuncia os movimentos de esquerda voltados a suposta revolução socialista pacífica em curso no Brasil, fazendo menção explícita ao Foro de São Paulo enquanto um destes movimentos. Entretanto, indo muito além do que foi Andreuzza, o general de brigada deixa claro que “O Brasil não é igual a nenhum desses países. Aqui, sempre houve um [grife-se] Poder Moderador com tremenda autoridade moral” (Paiva, [2019], p.1), tratando, evidentemente, do Exército brasileiro.

Mantendo a ameaça de acionamento do “Poder Moderador”, ainda na sequência de seu curto artigo, Rocha Paiva se dirige aos partidos de esquerda atrelados a denunciada perspectiva revolucionária gramscista vigente: “Não somos como lá, nem acolá. Entenderam, PT, PC-do B, PSol e outros?” deixando claro que “Embora não o seja de direito, o Exército Brasileiro ainda é, de fato, o ‘Poder Moderador’” (Paiva, [2019], p.1), pronto a intervir e opor-se às escamoteadas ações revolucionárias perpetradas por esses partidos socialistas. Ainda mais adiante – e isto nos é mister –, Rocha Paiva é ainda mais explícito quanto a vigência de uma “revolução gramscista” no país: “O Brasil tem dois inimigos internos” sendo

¹⁵⁴ Apesar deste artigo de Rocha Paiva intitulado *Aqui não é como lá, nem acolá* ter sido disponibilizado no site do Instituto SAGRES sem data de publicação, é sabido que este mesmo artigo foi publicado na 475ª edição da *Revista do Clube Militar* no ano de 2019. Desta maneira, portanto, chegamos à data de publicação oficial desta publicação. O artigo de Rocha Paiva se encontra na 10ª página da edição 475ª da *Revista do Clube Militar*, a qual pode ser acessada a partir do link a seguir: <https://www.calameo.com/read/0018195988f6961e2a0cc>.

eles “o socialismo marxista gramscista [sic] e a liderança patrimonialista corrupta [...] tumores em estado adiantado [qu]e poderão levar o país a vivenciar o caos político e social de nossos irmãos latinoamericanos” (Paiva, [2019], p. 2). Não restam dúvidas, portanto, acerca do convencimento do coordenador do Projeto de Nação acerca da vigência do “socialismo marxista gramscista” no Brasil, um “tumor em estado adiantado” que se coloca enquanto um verdadeiro “inimigo interno”, ou seja, trata-se de um “Óbice” ao Brasil. Neste sentido, vai se desvelando que a persecutória denúncia e combate a velada “revolução gramscista” ou ainda ao “marxismo cultural” não é temática exclusiva do Projeto de Nação, já estando presente em materiais anteriormente publicados pelo SAGRES. Ademais, é bastante sintomático o fato de que os materiais do SAGRES que mais efusivamente denunciam o “gramscismo” advenham justamente da pena daquele que viria a ser o coordenador do Projeto de Nação.

Reiterando o anticomunismo exacerbado presente nos apontamentos prévios, o general vai ainda dizer que o Exército brasileiro tomado por ele enquanto o legítimo “Poder Moderador” “jamais permitirá que inimigos internos, tal qual grupos radicais e partidos revolucionários destruam a União, promovam uma guerra civil e implantem um regime socialista liberticida nos moldes bolivarianos” (Paiva, [2019], p.1). Em suma, prenunciando apontamentos que estariam presentes em seu fatídico post de Facebook publicado em 2021 do qual já discutimos anteriormente no *subcapítulo 3.2.2*, Rocha Paiva já havia apontado neste artigo publicado no ano de 2019 que

Ou o “organismo nacional” reage por si próprio ou o Exército terá que exercer, pacificamente, o Poder Moderador. Ou ainda, como última opção, embora mais grave e menos desejável, liderar aquela “equipe cirúrgica”, a fim de defender a paz social, impedir a guerra civil, garantir o prosseguimento da Lava Jato contra a corrupção, restabelecer a lei, a ordem e garantir o rumo do país a uma verdadeira democracia (Paiva, [2019], p. 2).

Vê-se, portanto, que a incontestável crença quanto a existência de uma “revolução gramscista” escamoteada em curso no país leva o general de brigada coordenador do Projeto de Nação às últimas consequências prático-propositivas: o acionamento do Exército, ou se quisermos, o acionamento de *meios coercitivos de administração política*, ou seja, a “ameaça ou efetivo emprego das armas” (Paço Cunha, 2021, p. 7)) como forma de barrar este “Óbice” antagônico a “Segurança Nacional” e a “Coesão Social” brasileira. Isto entendido, pautados em Lukács (2020) parece-nos coerente destacar que tais apontamentos até aqui apresentados com relação a “revolução gramscista” por parte das figuras militares ligadas ao SAGRES – e o

mesmo vale para o “globalismo” – estão assentados sobre consideráveis doses de *desespero* e *cinismo*, elementos presentes em diversos pensadores e elaborações irracionalistas.

Assim como concluiu Lukács (2020, p. 681) com relação aos fatores que *motivam* as elaborações de Lippmann, um *ideólogo do Capital monopolista*, indicamos que *ambos* elementos motivam a persecutória crença, denúncia e combate a assim chamada “revolução gramscista”, *uma revolução em andamento no Brasil*, conforme explicitamente denunciado por Rocha Paiva. Tomando os textos até aqui discutidos já é possível sublinhar que, conjurado em meio ao desespero – o “medo irracionalista” com relação à “insegurança” presente já no ideário do general Golbery (Assunção, 1999) – e o cinismo, a crença incontestada por parte dos militares do SAGRES a respeito da vigência de uma conspiratória e velada “revolução socialista gramscista” em curso no país habilita o enquadramento de um conjunto de pautas políticas e movimentos sociais enquanto verdadeiros representantes do assim chamado “marxismo cultural”, o que leva os adeptos desta “elaboração”, como já é possível apreender a partir da exemplaridade do texto de Rocha Paiva, ao acionamento de regressivas e persecutórias medidas de administração política, medidas as quais visam simultaneamente combater e denunciar a “revolução gramscista” em andamento.

Longe de querermos traçar um estudo de gênese e função das elaborações de talhe conspiratório do SAGRES com relação à assim chamada “revolução gramscista” e ao “marxismo cultural”, parece-nos relevante, ao menos indicar, que tais elaborações aparentam responder eficazmente ao vigente quadro histórico marcado pelo “futuro ausente” (Chasin, 2023), um “futuro” marcado “pela falta de perspectiva de revolucionamento do modo de vida, pela ausência de qualquer visualização de dias diferentes”, conforme sintetizado por Vaisman (2023).

Dito de outra forma, conforme apontou Chasin em *Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*, “há que reconhecer a morte da esquerda, que o surgimento da assim chamada esquerda não marxista só faz confirmar” (Chasin, 1989, p. 27). O filósofo paulista reconhece, portanto, a “morte da esquerda real e a ressurreição do liberalismo” (Chasin, 1989, p. 27) enquanto elementos caracterizadores do quadro histórico analisado por ele – vigente, em maior ou menor grau, até os dias de hoje. Para que fique claro, trata-se da morte da *esquerda real*, ou seja, da esquerda *verdadeiramente revolucionária*. Ademais, vale dizer que tal reconhecimento por parte de Chasin

não é, portanto, manifestação de pessimismo, nem muito menos uma declaração do fim da história. Pelo contrário, é **cumprir a exigência revolucionária elementar de aferição objetiva do quadro histórico vigente**, facultada exatamente pela

manutenção de perspectivas, que suscita senso crítico e de realidade, inclusive em circunstâncias de extrema adversidade, como a desenhada nestes finais de século (Chasin, 1989, p. 28, grifos nossos).

Assim sendo, expondo uma análise balizada pelo primado do real, Chasin aponta um quadro histórico reconhecidamente marcado pela debacle e pelo descrédito da *esquerda real*¹⁵⁵, a esquerda pautada em uma perspectiva revolucionária sobre a “lógica do trabalho” (Chasin, 1989, p. 29), ou seja, aquela voltada à compreensão e ao deslindamento radical dos fundamentos do modo de produção capitalista com o fito de *efetivamente* destruí-lo. Ainda a respeito do quadro histórico em tela, vale destacar ainda um sintético apontamento de Chasin:

Em síntese, ao longo deste século, a decadência do marxismo, desencadeada pela II Internacional e levada ao paroxismo pela vulgata “stalinista”, é alimentada também, em que pesem diferenças agudas de níveis e meios, pela **especulação epistemologista e politicista**, formas da descaracterização e perda da revolução teórica realizada por Marx, através das quais é processado o empobrecimento da inteligência e da sensibilidade de todo o período, **assim adubado à perfeição para o vicejar dos consolos irracionais e o readvento triunfante do neoliberalismo** (Chasin, 1989, p. 29, grifos nossos).

Pautados nessas contribuições de Chasin, apontamos estarmos diante de um quadro histórico marcado por regressivos desdobramentos no plano ideológico, um quadro que habilita quase irrestritamente o advento, renovação e proliferação de tendências irracionais. Um regressivo quadro histórico que paga elevado tributo a “morte da esquerda real”, um quadro no qual as esquerdas atuais, as quais não mais nutrem qualquer perspectiva revolucionária, fazem sobressair apontamentos fincados no mero *politicismo* ou ainda nas contemporâneas “pautas identitárias”, tomada de posição adstringida, a qual, de uma maneira ou de outra, habilita a suposta *confirmação necessária* – ainda que falsa – de que está em curso no Brasil e no mundo uma conspiratória “revolução gramscista” pautada na busca das esquerdas por *velada e paulatinamente* aparelhar o Estado e assumir a hegemonia nos campos dos costumes, da educação, da comunicação e da cultura de maneira geral.

Assim sendo, é necessário retomar uma vez mais as contribuições de José Chasin em *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*, donde o filósofo paulista tece o definitivo apontamento de que “quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia

¹⁵⁵ Vale a importante ressalva de que apesar do reconhecimento da “morte da esquerda real” o filósofo paulista deixa claro que “a potência onímoda da lógica do trabalho não foi nem pode ser extinta” (Chasin, 1989, p. 27). Para que fique claro: “a morte da esquerda não é a extinção da perspectiva histórica da esquerda [...] porque eliminar em definitivo a prospectiva da lógica humano-societária do trabalho compreenderia a eliminação de toda e qualquer forma de trabalho, isto é, o trabalho enquanto trabalho, o que é uma impossibilidade para o homem enquanto homem” (Chasin, 1989, p. 28).

cotidiana” (Chasin, 1989, p. 121). Em suma, portanto, é em decorrência e em resposta a este quadro histórico que tais elaborações conspiratórias com relação ao “marxismo cultural” ganham profusão, servindo à tarefa de manter vivo o anticomunismo que acaba recaindo, em decorrência da ausência de efetiva e *real* oposição à esquerda, em apontamentos cada vez mais regressivos, fundamentalmente contrários a qualquer movimento político e ideológico comprometido, em maior ou menor grau, com os interesses da classe trabalhadora.

Em suma, em decorrência do quadro histórico vigente, um quadro habilitador da proliferação quase irrestrita de tendências regressivas, o Instituto SAGRES faz avançar sua luta contra a suposta “revolução gramscista” - a qual se consubstancia com a luta ao “globalismo” - a persecutória denúncia e combate a tudo aquilo que chamam de pautas “politicamente corretas”, as quais estariam, segundo seus autores atreladas ao “marxismo cultural” e ao “globalismo”. Ao fim e ao cabo, sob a égide do “politicamente correto” o SAGRES habilita-se a taxar um sem-número de partidos políticos e movimentos político-sociais enquanto verdadeiros e incontestes integrantes da “revolução gramscista” em andamento no país, incorrendo em uma caçada persecutória a todo e qualquer tipo de movimento político e social à esquerda.

Ademais, vale dizer que, não por acaso, a ojeriza aos movimentos políticos e sociais supostamente atrelados ao discurso “politicamente correto” é igualmente expressa pelo general Villas Bôas em seu livro de entrevistas. Mais do que isso, neste livro, organizado por Celso Castro, Villas Bôas tece uma breve análise a respeito dos acontecimentos recentes envolvendo as falhas e controvérsias da esquerda brasileira, especialmente o Partido dos Trabalhadores, que levaram as Forças Armadas brasileiras a uma tomada de posição fundamentalmente contrária “à esquerda em geral”:

Os governos do PT, a despeito de nos terem proporcionado algum alívio orçamentário, foram aos poucos desencantando aqueles em quem despertaram algum otimismo inicial. Os casos gravíssimos de corrupção, a progressiva deterioração da economia, a falta de visão de Estado, a Comissão da Verdade e a autocrítica do PT, documento elaborado em maio de 2016, pelo diretório de São Paulo, no qual reconhecem como erros não terem alterado os currículos das escolas militares, bem como por não terem interferido nas promoções **provocaram um sentimento não simpático à esquerda em geral** (Castro, 2021, p. 164, grifos nossos).

Além do mais, estabelecendo certo “ponto de contato” com a análise chasiniana a respeito do quadro histórico vigente, marcado pelo “futuro ausente” e pela “morte da esquerda real”, Villas Bôas conclui sua breve análise dizendo que a edificação desse “sentimento não simpático à esquerda em geral” por parte das Forças Armadas brasileiras teve ainda outro

fator “determinante”, qual seja, “o fato de a esquerda, com pautas esvaziadas desde a queda do comunismo, terem aderido ao ‘politicamente correto’” (Castro, 2021, p. 164). Assim sendo, reconhecendo, de uma maneira ou de outra, a “morte da esquerda real”, Villas Bôas atesta explicitamente que no quadro histórico vigente “O politicamente correto adquiriu um caráter de ideologia” (Castro, 2021, p. 164). Trata-se, portanto, de um “conjunto de pensamentos [que] esprou-se por nossa sociedade, estimulado pela militância da esquerda” (Castro, 2021, p. 164).

Ainda segundo o general de Exército, uma vez tendo adquirido um “caráter de ideologia”, o “politicamente correto” “como todas elas [ideologias], passou a empenhar todas as energias e recursos no seu próprio fortalecimento. Em decorrência, tem dificuldades para enxergar e interpretar a realidade, não se importando com os resultados produzidos” (Castro, 2021, p. 164). Na sequência desta mesma fala, Villas Bôas chega ao ápice do cinismo ao dizer que no quadro atual o conjunto de pensamentos pautados no “politicamente correto” “Transformou-se em ferramenta de ação do moderno imperialismo” (Castro, 2021, p. 165), ainda que o dito “moderno imperialismo” sequer seja conceituado pelo general.

Por fim, fazendo sobressair o “medo irracionalista” que tais ideias “politicamente corretas” exercem sobre o *ideário militar* com relação a “coesão nacional”, tema caro aos militares brasileiros, Villas Bôas aponta - em concordância - que “O ministro Aldo Rebelo a chama [ideologia do “politicamente correto”] de teoria da separatividade, pois destrói nossa coesão nacional” (Castro, 2021, p. 165). Desta fala, portanto, Villas Bôas revela aquilo que os materiais do SAGRES já vinham demonstrando, o fato de que os ímpetus pela manutenção da “Segurança” e da “Coesão” nacionais desempenham papel não desimportante na tomada de posição decididamente contrária por parte das Forças Armadas ao discurso “politicamente correto”, atrelado às minorias e “pautas identitárias” próprias da esquerda vigente.

Por fim, pautado na suposta “teoria da separatividade” anteriormente aludida, Villas Bôas chega inclusive a fazer menção a Lippmann, o mesmo ideólogo representante da “nova forma de irracionalismo” denunciado por Lukács, dizendo, com considerável dose de cinismo, que o discurso do “politicamente correto” das esquerdas atuais

Tem a intenção de obrigar que todos pensem da mesma maneira. Um jornalista americano já falecido, Walter Lippmann, assinalou que, quando todos pensam igualmente, é porque ninguém está pensando. Ademais, tende a, repetidamente, fazer “mais do mesmo”, alimentando-se da própria falta de resultados. **Quanto maior a ênfase, por exemplo, nas teorias de gênero, maior a homofobia; quanto mais igualdade de gêneros, mais cresce o feminicídio; quanto mais se combate a discriminação racial, mais ela se intensifica; quanto maior o ambientalismo,**

mais se agride o meio ambiente; e quanto mais forte o indigenismo, pior se tornam as condições de vida de nossos índios (Castro, 2021, p. 165).

Em suma, assim como se deu com relação a negação da luta de classes anteriormente discutida, os problemas e cisuras sociais identificados por Villas Bôas não são entendidos em sua inter-relação com sua base real de existência, a sociabilidade do Capital que as enceta, ao revés, a profusão dessas cisuras sociais - leia-se, a quebra da “Coesão nacional” - intensifica-se à medida em que são debatidas e combatidas através do discurso “politicamente correto” das esquerdas vigentes – donde sobressai o Partido dos Trabalhadores.

Por conseguinte, é possível reter destes apontamentos de Villas Bôas que os militares brasileiros e, por conseguinte as figuras ligadas ao Instituto SAGRES, estão convencidos de que as esquerdas brasileiras – em especial o Partido dos Trabalhadores – estão pautadas em um discurso do “politicamente correto”, uma espécie de “evidência necessária” que supostamente comprovaria a vigência de uma “ideologia” atrelada a paulatina e velada “revolução socialista gramscista” em andamento no país, a qual visa quebrar a “coesão” da sociedade brasileira. Não por acaso, retomando os textos do general Rocha Paiva, o “irmão profissional” de Villas Bôas, temos a explícita e persecutória denúncia de que o “contexto nacional entre 1994 e 2016” diz respeito a “duas décadas de governos socialistas, [nas quais] os interesses nacionais subordinaram-se a políticas de cunho ideológico, populista e internacionalista, com foco na permanência dos socialistas no governo para a futura conquista do poder” (Paiva, [s.d.], p. 1). Além do mais, segundo o general de brigada, durante o período em tela, tais “governos socialistas”

Desmoralizaram o Estado, como indutor e partícipe do desenvolvimento nacional, enfraqueceram as instituições e a justiça, causando o retrocesso do aperfeiçoamento da democracia e comprometendo a crença no futuro do país. Corromperam e depravaram parcela considerável da sociedade, com o constante ataque aos valores morais, cívicos e cristãos e à instituição da família, etapas da implantação do regime socialista [...] Na política externa, arriscaram a soberania, o patrimônio e a integridade territorial, cedendo a pressões internacionais e, ainda, comprometeram a coesão do país, com suas políticas desastrosas na Amazônia, nas questões indígena e quilombola, bem como desprezando o fortalecimento do poder militar para a defesa do Brasil (Paiva, [s.d.], p. 1-2, grifos nossos).

Da passagem anterior, além da alusão ao Estado enquanto *indutor* do desenvolvimento econômico nacional, elemento basilar do *pensamento administrativo-político* militar que viria a definir fundamentalmente o conteúdo das análises do Projeto de Nação com relação ao plano econômico, o general Rocha Paiva faz sobressair a resoluta crença de parcela dos militares

brasileiros de que os governos de 1994 a 2016 - Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e os governos do Partido dos Trabalhadores - tratam-se de “governos socialistas”, responsáveis por comprometer a “coesão do país” bem como perpetrar o descrédito dos “valores morais, cívicos e cristãos” além do ataque a “instituição da família”, grife-se, “etapas da implantação do regime socialista” nos conspiratórios moldes do assim chamado “gramscismo”. Isto posto, destacamos que essa mesma resoluta crença é também expressa pelo, tantas vezes mencionado neste trabalho, general Eliéser Girão em um de seus artigos publicados no ano de 2020 no site do Instituto SAGRES, no qual o então Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte expressa a importância de se defender “princípios conservadores e liberais”, princípios os quais, segundo Girão, “estão revitalizando nosso povo, após décadas de atrasos socialistas, cujos representantes aliaram extrema incompetência a exorbitantes níveis de corrupção” (Girão, 2020, p. 2).

Como dito, anteriormente, pautados na conspiratória elaboração do “marxismo cultural”, os militares ligados ao SAGRES estão convencidos de que os governos brasileiros das últimas três décadas, em especial os governos do Partido dos Trabalhadores, estão comprometidos com a “revolução socialista gramscista” em curso no país. Esta compreensão se dá de maneira ainda mais explícita em outro texto de Rocha Paiva publicado em 06 de janeiro de 2023, dias após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se de um artigo voltado a alertar os comandantes das Forças Armadas quanto aos perigos atrelados ao Partido dos Trabalhadores, um “nefasto partido socialista liberticida”, conforme Paiva (2023a, p. 2). Neste artigo, o coordenador do Projeto de Nação aponta que tanto as lideranças quanto os documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores apresentam o “propósito de tomar o poder e implantar um regime socialista no Brasil” (Paiva, 2023a, p. 1).

Neste sentido, Rocha Paiva “pinça” passagens da “Resolução Política do PT, de 03/11/2014” como é o caso da seguinte: “É urgente construir hegemonia na sociedade, promover reformas estruturais, com destaque para a reforma política e a democratização da mídia” (Paiva, 2023a, p. 1). Fazendo sobressair o caráter persecutório e pouco rigoroso de sua análise, o general do SAGRES esclarece, a partir deste trecho “pinçado”, que “A hegemonia do partido revolucionário na sociedade é o jargão usado para designar um objetivo da estratégia gramscista de tomada do poder e a democratização da mídia é o fim das liberdades de imprensa e de expressão” (Paiva, 2023a, p. 1), não restando dúvidas, portanto, com relação a sua convicção de que o Partido dos Trabalhadores é um verdadeiro representante da “revolução socialista gramscista” vigente no Brasil.

Na sequência, Rocha Paiva “pinça” ainda outra passagem dessa mesma resolução do Partido dos Trabalhadores a qual sustenta que “Para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e revolução cultural” (Paiva, 2023a, p. 1). Diante desta passagem, o general de brigada retira sua evidência de que o Partido dos Trabalhadores está alinhado ao “marxismo cultural”, uma vez que a

Revolução cultural é a estratégia gramscista para transformar a sociedade por meio da fragilização e fragmentação da família, da destruição dos valores morais, éticos e cívicos, do patriotismo e do amor à história, aos costumes e às tradições nacionais, tudo isso visando anestesiar, paulatinamente, a sociedade para ela aceitar a imposição do regime socialista sem reagir (Paiva, 2023a, p. 1).

Feitos esses breves apontamentos de rigor contestável, Rocha Paiva volta-se aos comandantes das Forças Armadas: “Comandantes! A revolução cultural é incompatível com o DNA das FA”, conforme Paiva (2023a, p. 1). Na sequência de seu artigo, o general de brigada volta a alertar os comandantes com relação aos perigos que o “marxismo cultural” do Partido dos Trabalhadores pode ocasionar as Forças Armadas brasileiras:

Na sua autocrítica, em 2016, o PT lamentou não ter ampliado o seu controle na sociedade e ter deixado de modificar os currículos das academias militares e de promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista. **A infiltração na gestão interna das FA e seu isolamento da sociedade, a desmilitarização das Polícias Militares e a ação de grupos armados estão entre as estratégias de fragilização do aparato de segurança do Estado e de criação do clima revolucionário, para a tomada do poder e a implantação do socialismo [...]** É esse o cenário com que os novos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica vão se deparar, **sendo as FA o último baluarte capaz de impedir a tomada do poder e implantação de um regime socialista, haja vista o grau de infiltração e o consequente enfraquecimento ou neutralização já logrados nos demais segmentos da Nação. O propósito dos mentores ideológicos do PT é encurralar e neutralizar as FA, promovendo sua bolivarianização. Em consequência, se não forem impedidas as tentativas de ingerência e infiltração nas FA, cairá o mais poderoso bastião contra os propósitos do PT e de seus aliados**, claramente declarados por José Dirceu e José Genoíno, mentores ideológicos desse nefasto partido socialista liberticida (Paiva, 2023a, p. 1-2, grifos nossos).

Da extensa passagem anterior é possível apreender o entrelaçamento entre o desespero e o cinismo irracionais que perfazem o ideário das figuras militares em tela, donde sobressai a figura do general Rocha Paiva, convicto dos “Óbices” que a “revolução socialista gramscista” em andamento já está ocasionando às Forças Armadas brasileiras. Assim sendo, pautado em concepções de talhe conspiratório, o general finda seu artigo incitando os comandantes das Forças Armadas a uma tomada de posição perante a volta ao poder do “nefasto partido socialista liberticida”:

Os comandantes e demais chefes militares saberão defender e preservar o legado da História, os exemplos dos heróis, as tradições, os princípios e valores morais e cívicos da Nação e de nossas FA. Só assim o Brasil manterá o rumo para se tornar uma democracia de fato, como preconizado no Preâmbulo da Constituição [...] O dilema entre lealdade e disciplina ocorre em situações extremas ao chefe militar do alto escalão. Tal dúvida não pode existir quando silêncio e omissão causarem um dano insuportável à Nação, ela sim credora de sua irrestrita lealdade. **Aos superiores o chefe militar deve obediência, cooperação, respeito e disciplinada franqueza, mas a sua lealdade em situações limites é, unicamente e acima de tudo, devida à Nação** (Paiva, 2023a, p. 2, grifos nossos).

Vê-se, portanto, que o persecutório convencimento de Rocha Paiva com relação a vigência de uma “revolução socialista gramscista” no Brasil leva-o, uma vez mais, às últimas consequências, incitando os então comandantes das Forças Armadas em exercício a uma contundente tomada de posição com relação ao Partido dos Trabalhadores. Além do mais, ainda em outro artigo publicado em 03 de janeiro de 2023, dias após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, Rocha Paiva volta, uma vez mais¹⁵⁶, a explicitar seu apoio aos manifestantes diante dos quartéis do Exército ao redor do país, uma “heroica parcela da sociedade que mostra patriotismo, cidadania, civismo e admirável resistência há dois meses diante dos quartéis em todo País” (Paiva, 2023b, p. 1). Ainda na sequência de seu artigo, o general do SAGRES se coloca a descreditar as eleições que habilitaram o retorno do Partido dos Trabalhadores ao poder, concordando com “a falta de confiança de grande parte da sociedade no processo eleitoral diante de robustas denúncias sobre graves anomalias, fraudes para muitos, capazes de terem influído no resultado final” (Paiva, 2023b, p. 1).

Entretanto, mais do que o apreço pelas manifestações golpistas, interessa-nos ressaltar uma vez mais a convicção de Rocha Paiva de que o Partido dos Trabalhadores está alinhado a uma “revolução socialista gramscista” ao dizer que se trata de um “governo retrógrado [que] fará o Brasil sofrer retrocessos em inúmeros setores e haverá esforço do PT e aliados em intensificar e acelerar a estratégia gramscista para implantar o regime socialista radical e liberticida” (Paiva, 2023b, p. 1). Ademais, diante da concretização das eleições e da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o general Rocha Paiva saúda uma vez mais as ditas “manifestações patrióticas” tida por ele como “atos genuinamente democráticos” e professa sua esperança de que o “exemplo” advindo dessas manifestações “motive uma oposição democrática combativa no Congresso, no setor produtivo, na academia e em toda a sociedade civil para impedir a concretização das propostas socialistas que liquidarão o desenvolvimento, a segurança e o bem estar da Nação” (Paiva, 2023b, p. 2). Por fim, ainda mais uma vez volta a flertar com o

¹⁵⁶ Isto porque, conforme demonstrado anteriormente no *Subcapítulo 3.2.2*, o general Rocha Paiva já havia manifestado seu apreço e apoio às manifestações golpistas em artigo publicado na *Revista do Clube Militar*.

acionamento das Forças Armadas ao dizer que “A sustentação dessa luta democrática requer o concurso de FA [Forças Armadas] moral e materialmente fortes - o fiel da balança -, pois elas terão um papel decisivo” (Paiva, 2023b, p. 2).

Fica explícito, portanto, o desespero irracionalista que a suposta “revolução gramscista” provoca nas elaborações dos militares do SAGRES, donde destacam-se as elaborações de Rocha Paiva, o coordenador do Projeto de Nação, membro da diretoria do SAGRES, colaborador do Instituto Federalista e um dos fundadores do Instituto General Villas Bôas. Além do mais, vê-se que, convicto da vigência de uma “revolução gramscista” em andamento no país, o general Rocha Paiva incorre no franco e explícito apoio às manifestações golpistas bem como recorre às reiteradas ameaças de acionamento de meios coercitivos, chegando a voltar-se diretamente aos comandantes das Forças Armadas, como forma de deter o avanço desta “revolução gramscista”.

Assim sendo, não é de forma alguma casual o fato de ser justamente da autoria do general Rocha Paiva o curso acerca da assim chamada *Revolução Socialista Permanente no Brasil*, publicado em duas partes nas plataformas oficiais do Instituto SAGRES. Conforme já discutido anteriormente, na primeira parte de seu curso, o general do SAGRES volta-se a apresentar as ideologias “Socialistas” e “Ultracapitalistas” bem como a denunciar a vigência do “Movimento Globalista Mundial” e suas formas de ação. Além do mais, já na primeira do curso em tela, Rocha Paiva já havia explicitado que o objetivo último desta empreitada seria fazer com que os ouvintes “reconheçam a existência de uma revolução socialista permanente no Brasil”, conforme Sagres (2021d). Soma-a isso o fato de que, já na primeira parte do curso, Rocha Paiva havia destacado a relevância do “discurso do politicamente correto [...] a forma que eles [revolucionários socialistas] conseguem, digamos assim, anestesiar a sociedade facilitando a tomada do poder através do trabalho de massa” (Sagres, 2021d).

Contudo, será na segunda parte de seu curso que o general de brigada irá tratar com maior ênfase da assim chamada “revolução gramscista” em andamento no Brasil. De partida, Rocha Paiva apresenta uma série de tentativas de tomada de poder por parte das esquerdas revolucionárias ao longo dos anos no Brasil, donde interessa-nos trazer à baila os apontamentos do general com relação a suposta tentativa de tomada de poder intentada “desde 1960”, a qual “continua até agora”, qual seja, “a via pacífica de linha gramscista” (Sagres, 2021e).

Buscando legitimar a vigência da “revolução gramscista” no país defendida pelo SAGRES, Rocha Paiva apresenta a “estratégia gramscista no Brasil”, destacando, uma vez mais, a atuação do Foro de São Paulo – do qual faz parte o Partido dos Trabalhadores – uma

organização a qual, segundo o general, “obedece a linha gramscista” (Sagres, 2021e). Ainda no esforço de corroborar a tese defendida acerca da existência de uma “revolução gramscista” em andamento no Brasil, na sequência de sua apresentação, fazendo alusão ao discurso “politicamente correto”, o general do SAGRES aponta que a suposta “revolução gramscista” se assenta no “discurso dos direitos humanos, o discurso da justiça social, o direito ao aborto [...] a liberalização das drogas, as políticas de gênero [...] e o discurso da igualdade estando acima do mérito” (Sagres, 2021e). A partir destes apontamentos, Rocha Paiva faz explicitar aquilo que já aludimos anteriormente: o caráter reacionário da tomada de posição do Instituto SAGRES com relação a toda e qualquer pauta “progressista” no plano ideológico e político, pautas estas, tomadas persecutoriamente enquanto verdadeiros meios de atuação da velada “revolução gramscista” em curso.

Mais adiante, o autor do curso faz alusão explícita a um elemento reiteradas vezes tratado ao longo deste subcapítulo, qual seja, a articulação entre a “revolução socialista gramscista” e o “marxismo cultural”. Isto porque, segundo Rocha Paiva, nesta forma de revolução pela via pacífica “o partido revolucionário tem um trabalho no campo cultural e intelectual, é o [grife-se] marxismo cultural” (Sagres, 2021e). Explicitando o reacionarismo inerente a tomada de posição no plano ideológico, Rocha Paiva aponta que tal “revolução” pautada no “marxismo cultural” se faz a partir de um “discurso de mudanças de valores tradicionais, cívicos, religiosos por valores sociais, do aborto, da liberdade total, da política de gênero” (Sagres, 2021e). Ainda na sequência, o militar chega ao ápice do reacionarismo ao dizer que a suposta “revolução” em andamento no país alinha-se a uma “doutrinação gay nas escolas públicas” também tida pelo general como uma “doutrinação sexual” (Sagres, 2021e).

Desvela-se, portanto, que, ao contrário do “tom” pragmático e *aparentemente racional* dos apontamentos do Instituto SAGRES com relação ao plano econômico, as elaborações do SAGRES com relação ao plano ideopolítico estão imbuídas de um “tom” persecutório, abertamente afeito a conspiracionismos, incorrendo em apontamentos explicitamente reacionários contra qualquer movimento político e social “progressista”.

Ainda de acordo com o general do SAGRES, esta velada revolução pauta-se em quatro etapas para a tomada do poder: a primeira delas seria a “revolução cultural”, a qual “visa enfraquecer e desunir a nação, havendo uma mudança ou a quebra de seus valores morais”, a segunda seria a “hegemonia do partido”, através da qual “o partido assume o controle das instituições e estruturas que dirigem e garantem a sociedade, inclusive as instituições de segurança, de defesa do Estado”, a terceira trata-se da “tomada do poder” a qual “viria através da provocação de uma crise política, econômica e moral contra o Estado burguês” e, por fim, a

quarta etapa de “implantação do Estado Socialista”, na qual o “movimento revolucionário” “toma o poder do Estado e implanta o sistema socialista [...] e evolui mais tarde para o comunismo” (Sagres, 2021e).

Feita a explanação acerca das etapas da assim chamada “estratégia gramscista no Brasil”, o general volta a tecer comentários com o fito de corroborar sua tese de que está em andamento no país uma “revolução socialista gramscista”. Isto porque, segundo ele, no Brasil “uma estratégia gramscista para chegar ao poder está consubstanciada no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 de 2009” (Sagres, 20213). Isto dito, o general volta-se aos ouvintes: “Nesse Programa os senhores identificam perfeitamente a revolução cultural, a busca pela relativização da moral e dos costumes e da implantação de moral e costumes de valores sociais” (Sagres, 2021e). Ademais, conforme aludido anteriormente, no início de sua apresentação o general já havia mencionado o Foro de São Paulo enquanto um movimento atrelado à “revolução gramscista”. Neste sentido, Rocha Paiva volta-se a apresentar “a linha que eles [partidos ligados ao Foro de São Paulo] pretendem adotar na revolução gramscista [...] que é uma revolução marxista”, qual seja “ter a hegemonia do partido na sociedade, isso está escrito na resolução do PT de três de novembro de dois mil e quatorze” (Sagres, 2021e), a mesma “Resolução” trabalhada pelo general em um de seus artigos, como vimos anteriormente.

Além do mais, segundo o general a “revolução gramscista” em andamento no país visa o “aparelhamento do Estado e da sociedade civil, colocando seus militantes em conselhos, conselhos com poder de decisão dentro de várias instâncias do Estado e da sociedade civil. Isto está no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 de 2009” (Sagres, 2021e). Por fim, desvelando uma vez mais o desespero reacionário que motiva suas elaborações, Rocha Paiva aponta que a vigente “revolução gramscista” no Brasil visa “superar o senso comum” através da “perda de referências morais, de referências do que seja honestidade, do que seja comportamento, do que seja civismo, obediência às leis”, em suma: visa “uniformizar pensamentos e consciências. Eles [revolucionários gramscistas] fazem isso através de uma [grife-se] propaganda subliminar, isso está em documentos do PT” (Sagres, 2021e), documentos os quais não são sequer nomeados ao longo de sua apresentação.

A rigor, é entre meras menções a documentos e trechos pinçados que o general do SAGRES intenta a todo custo corroborar sua persecutória tese de que está em curso no país uma “revolução gramscista” pautada no “marxismo cultural”. Por conseguinte, desvela-se que o cerne da argumentação de Rocha Paiva não está, e não poderia estar, pautado em argumentos rigorosos, amparados por pesquisas científicas, ao revés, desvela-se que o cerne

de toda a sua argumentação é o *desespero irracionalista* suscitado pela ascensão dos movimentos de massa e pelas crescentes pautas políticas e sociais “progressistas”, tidas como verdadeiros “óbices” a “Coesão” da sociedade brasileira, ao patriotismo, ao civismo e aos valores morais e cívicos, temas caríssimos aos militares brasileiros.

Além do mais, é possível - e necessário - sublinhar considerável dose de cinismo entremeadado à conspiratória análise apresentada por Rocha Paiva uma vez que, na prática, a tentativa de convencimento da suposta vigência de uma “revolução gramscista” no país acaba sendo operacionalizada no sentido de suscitar a ojeriza, a denúncia e o combate persecutório a todo e qualquer movimento político e social, por assim dizer, “progressista”, ainda que, a rigor, a grande maioria destes movimentos estejam ligados a uma esquerda “adstringida” – de postura *politicista* e defensores de limitadas “pautas identitárias” –, a qual sequer é capaz de vislumbrar um horizonte *verdadeiramente* revolucionário.

Assim sendo, desvela-se, assim como se deu com relação ao “globalismo”, a perpetração da *debacle da razão* por parte das elaborações do SAGRES quando voltadas ao plano ideopolítico. Em outros termos, a desesperada elaboração voltada a denunciar e combater a assim chamada “revolução gramscista” e o “marxismo cultural” desvela uma vertente de talhe conspiratório do “delírio contemporâneo” (Paço Cunha, Ferraz, 2015, p. 193). Ao fim e ao cabo, a conspiratória e regressiva elaboração em análise trata-se de uma “falsidade socialmente necessária” (Paço Cunha, Ferraz, 2015, p. 193), cumprindo a “missão social” de manter vivo o espírito anticomunista dentro das Forças Armadas diante de um quadro histórico marcado pela “morte da esquerda real”, conforme demonstrou Chasin (1989, p. 27).

Fica assim demonstrada a desmedida adesão por parte do Instituto SAGRES a conspiratória compreensão acerca da vigência de uma suposta “revolução gramscista” em andamento no país, uma elaboração de talhe persecutório, conjurada entre o desespero produzido pela ameaça que os movimentos políticos e sociais “progressistas” exercem sobre a “Segurança” e a “Coesão” nacionais e o cinismo reacionário que visa estimular a ojeriza, a denúncia e o combate a todo e qualquer um destes movimentos “progressistas”, ainda que tais movimentos, em decorrência de um presente marcado pelo “futuro ausente”, não visem um horizonte *verdadeiramente* revolucionário.

Como veremos na imediata sequência, o convencimento do SAGRES com relação a vigência de uma “revolução gramscista” no Brasil bem como o convencimento acerca da existência de um “Movimento Globalista Mundial” irão imprimir decisivas marcas regressivas na propositura exposta pelo Projeto de Nação no que diz respeito ao plano ideopolítico, com

consequentes desdobramentos igualmente decisivos sobre o plano social. Por conseguinte, as persecutórias e delirantes concepções do SAGRES com relação ao “globalismo” e ao “gramscismo” exercerão decisivos impactos sobre o *pensamento administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação, informando uma propositura que, não por acaso, aciona o Estado para a insana denúncia e combate às ideologias “Socialista” e “Ultracapitalista” e seus principais e mais nocivos representantes atuais, o “marxismo cultural” e o “globalismo” respectivamente.

5.3.4.3 A propositura do Projeto de Nação diante de seus adversários político-ideológicos: entre a denúncia e o combate persecutório

Conforme viemos demonstrando ao longo deste subcapítulo a partir da análise de diversos materiais, o Instituto SAGRES e suas elaborações sinalizam o convencimento de parte não desimportante dos militares brasileiros com relação a existência de uma dupla de “Óbices” ao Brasil no período atual, quais sejam, o “Movimento Globalista Mundial” de talhe “ultracapitalista” e a “revolução gramscista” em andamento no país através do assim chamado “marxismo cultural”. Isto dito, parece-nos relevante ressaltar uma vez mais que a presença destas elaborações conspiratórias nos materiais do SAGRES e, por conseguinte, em seu Projeto de Nação não dizem respeito a apontamentos *exclusivos* do Instituto SAGRES. Dito de outra forma, tais elaborações por parte do SAGRES não contrariam o *ideário militar brasileiro* que informa decisivamente seus membros, antes permitem acessar elaborações e elementos persecutórios que já vêm adentrando o próprio *ideário militar* que os informa há pelo menos três décadas.

Isto porque já no final da década de 1980 o então chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), o general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, “aumentaria a difusão dos relatórios do Centro [de Informações do Exército] nos quartéis e começaria a propagar a ideia de que as forças adversas no interior do país, identificadas com os partidos de esquerda, haviam apenas mudado de estratégia para a conquista do poder” (Godoy, 2021, p. 56), tratando, evidentemente, da “estratégia gramscista”. Assim sendo, uma vez identificada essa nova “estratégia para a conquista do poder”, durante a década de 1990 “o general fará palestras pelo país e publicará textos sobre a luta contra o ‘gramscismo’ e o ‘marxismo cultural’ identificados como sucessores da hermenêutica leninista no movimento comunista Internacional”, conforme Godoy (2021, p. 57).

Marcelo Godoy destaca ainda que através das constantes denúncias, palestras e publicações acerca desta temática, Coutinho “mantinha o discurso anticomunista entre militares, mantendo o perigo vermelho vivo e identificando a ameaça com forças políticas progressistas” (Godoy, 2021, p. 57), a mesma “missão social” ressaltada no subcapítulo anterior a partir da análise dos materiais do SAGRES. Vale dizer ainda que a estratégia do general Coutinho para propagar a “teoria” do “gramscismo” e do “marxismo cultural” e manter vivo o anticomunismo no *ideário militar* “contaria nos anos 1990 com o auxílio do surgimento de grupos mantidos por oficiais da reserva, como Inconfidência, Guararapes e Ternuma” (Godoy, 2021, p. 57), sendo sido este último presidido pelo próprio coordenador do Projeto de Nação, o general Rocha Paiva.

Ademais, destacamos que o grupo Inconfidência citado por Marcelo Godoy é estudado de perto por Maud Chirio, responsável por analisar as edições de 1998 a 2014 do *Jornal Inconfidência*, produzido por este grupo de militares da reserva. Das análises de Chirio interessa-nos ressaltar a presença de elaborações com relação ao “gramscismo” e ao “globalismo” idênticas àquelas que viriam a estar presente anos mais tarde nos materiais do SAGRES, das quais destacam-se as publicações de Rocha Paiva. Após analisar as edições do *Jornal Inconfidência*, Chirio aponta sinteticamente que

Desde os primeiros anos do século XXI, o jornal foi efetivamente o instrumento de propaganda de um sistema ideológico coerente, à luz do qual toda a realidade política e social brasileira foi interpretada: **uma revolução comunista está em curso na América Latina e no Brasil em particular**; suas principais áreas de atuação são a educação, incluindo a transmissão do conhecimento histórico, a moral, a sexualidade, as relações de gênero e as lutas de comunidades que trabalham para fragmentar a nação (negra e indígena); os meios de comunicação e a classe política são ou cúmplices neste projeto ou vendidos, inconscientes e incapazes de enfrentá-lo; finalmente, há uma orquestração internacional dessa subversão, que inclui, por um lado, os regimes e organizações esquerdistas (Cuba e Venezuela, e o Foro de São Paulo) e de outro as **organizações internacionais “globalistas” (ONU) e ONGs estrangeiras**. Essa representação do mundo provém diretamente da teoria do “marxismo cultural” ou da “revolução gramsciana” (Chirio, 2021, p. 178-179, grifos nossos).

Da extensa passagem anterior, fica claro que as delirantes e conspiratórias elaborações acerca da “revolução gramscista” em andamento no país e do “globalismo” presentes nos materiais do SAGRES não são *exclusivas* do *think tank* aqui analisado, já estando presentes no início do século XXI nas diversas elaborações do Inconfidência, um grupo formado por militares da reserva e diretamente ligado à Avellar Coutinho, o que ajuda a explicar a presença destas temáticas delirantes em suas elaborações desde há muito. Além do mais, de acordo com Chirio o Grupo Inconfidência contou com a colaboração de Olavo de Carvalho desde os idos

de 1999, “a estrela do jornal” (Chirio, 2021, p. 177) e, segunda a autora, “o principal propagador dessas teses [“gramscismo” e “globalismo”] desde meados dos anos 1990” no Brasil (Chirio, 2021, p. 179), o que também ajuda a explicar a presença de tais temáticas nas elaborações deste grupo formado por militares reservistas.

Feito este necessário preâmbulo, sustentamos, portanto, que as elaborações de cunho persecutório contidas na propositura do Projeto de Nação visando combater os adversários ideológicos e políticos da Nação - “globalismo” e “marxismo cultural” - não se tratam de elementos absolutamente alheios aos militares brasileiros, antes o contrário: permite apreender que, em algum grau, tais elementos conspiratórios *de fato* ganharam e continuam ganhando profusão dentro das Forças Armadas brasileiras, exercendo, por conseguinte, impactos sobre o ideário militar.

Isto posto, vejamos como tais elementos conspiratórios aparecem na particularidade do Projeto de Nação quando do acionamento do Estado visando lidar com o avanço destes “óbices” políticos e ideológicos à nação brasileira. Antes, contudo, parece-nos relevante ressaltar que, quando voltada ao plano ideopolítico, a propositura em tela se ocupa de uma dupla tarefa com relação ao “globalismo” e o “marxismo cultural”: o combate e a denúncia, donde muitas das vezes esta última tarefa, como veremos, prepondera sobre a primeira. Dito de outra maneira, o Projeto de Nação visa em algum grau convencer o leitor acerca da existência e dos perigos de tais adversários.

5.3.4.3.1 O Projeto de Nação diante do “Movimento Globalista Mundial”: a paranoica denúncia acima do combate efetivo

Essa ênfase na denúncia com o fito de convencer o leitor pode ser sublinhada claramente a partir do “mini cenário foco” do “Tema 02: Movimento Globalista Mundial”, uma vez que, ao invés de apresentar a suposta prospecção realizada para o ano de 2035 com relação a este “Tema”, este “mini cenário” volta-se preminentemente a apresentar este adversário e seus inerentes perigos com relação ao Brasil. Assim sendo, com um “tom” meramente expositivo, o “mini cenário futuro” em tela exprime uma série de definições e apontamentos, os quais, a rigor, não apresentam qualquer conteúdo prospectivo. Como forma de demonstrar o apontamento anteriormente feito, reproduzimos na sequência o conteúdo do “mini cenário foco”¹⁵⁷ em sua integralidade:

¹⁵⁷ Vale mencionar que trechos deste “mini cenário foco” já foram citados anteriormente ao longo do trabalho.

O globalismo é um movimento internacionalista, cujo objetivo é massificar a humanidade, progressivamente, para dominá-la; determinar, dirigir e controlar, tanto as relações internacionais, quanto as dos cidadãos entre si, por meio de intervenções e decretos autoritários. No centro do movimento está a Elite Financeira Mundial, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos transnacionais e outros entes megacapitalistas, com extraordinários recursos financeiros e econômicos. O argumento central do globalismo é de que lidar com problemas cada vez mais complexos, como crises econômicas, proteção do meio ambiente, direitos humanos e outros, requer um processo centralizado de tomada de decisões em nível mundial. É comum a Elite cooptar, aliar-se ou se alinhar com potências mundiais, organismos internacionais e ONGs, haja vista a capacidade desses entes de se projetarem em escala global. No entanto, não é normal o consenso interpotências em diversos temas da Agenda Global, dificultando a constituição do governo mundial. Tais alianças, mesmo circunstanciais, permitem a projeção da Elite em países ou regiões para garantir interesses comuns, daí elas financiarem lideranças nacionais, não importando as ideologias que professem. **Em 2035, o Movimento Globalista procura interferir nas decisões dos governos brasileiros, ameaçando interesses importantes, particularmente quando aliado a potências globais e quando apoiado por relevantes setores nacionais nos campos político e social** (Sagres, 2022a, p. 30, grifos nossos).

Desta extensa passagem, vê-se claramente, conforme aludido anteriormente, que o conteúdo do “mini cenário foco” em tela visa preminentemente apresentar ao leitor o assim chamado “Movimento Globalista Mundial”, seus principais representantes e sua forma de agir em detrimento de elaborar um verdadeiro cenário prospectivo com relação a este “Tema” tendo em vista o período de 2022 a 2035. Apenas a última sentença desse “mini cenário foco” - está grifada na passagem anterior - faz alusão ao período prospectivo analisado (2022-2035), entretanto, é possível destacar o caráter genérico desta precária e pontual prospecção realizada. Vê-se, portanto, que o interesse em apresentar e convencer o leitor acerca da configuração do “Movimento Globalista Mundial” sobressai ao interesse em realizar uma efetiva análise prospectiva com relação a este “Tema”.

Na sequência, supostamente amparado nesta debilitada e pontual prospecção com relação ao “globalismo”, o Projeto de Nação aponta o persecutório “Objetivo” de “Limitar a ingerência do Movimento Globalista nos âmbitos político, diplomático, econômico, militar, científico-tecnológico e sociocultural, preparando a Nação para enfrentar os desafios do globalismo, garantindo a consecução dos interesses nacionais” (Sagres, 2022a, p. 31). O caráter persecutório que informa o “Objetivo” deste “Tema” segue vigente, não por acaso, nos “Óbices” apontados. Fazendo sobressair o caráter regressivo-conspiratório que permeia os apontamentos do SAGRES com relação ao plano ideopolítico, o Projeto de Nação elenca uma série de “Óbices”, dos quais destacam-se:

Domínio da mídia internacional e cooptação de grande parte da mídia nacional, inclusive ONGs e centros de estudos estratégicos (Comissão Trilateral, Diálogo

Interamericano, CFR – Council on Foreign Relations e outros)¹⁵⁸ ligados ao Movimento e às bandeiras globalistas, seja por idealismo ingênuo, seja por outros interesses [...] **Poder midiático e eleitoral do discurso globalista, cujos temas que defende estão, em grande parte, incorporados à agenda das Nações Unidas**, no âmbito das sociedades e das lideranças nacionais (Sagres, 2022a, p. 31, grifos nossos).

Reiterando o caráter conspiratório inerente às análises apresentadas no curso proferido por Rocha Paiva e inclusive apresentando pontos de contato com a obra de Avellar Coutinho, os “Óbices” elencados estão pautados exclusivamente na crença absoluta dos autores do Projeto de Nação com relação a existência do “Movimento Globalista Mundial” e sua velada forma de exercer influência no Brasil e no mundo através da cooptação da mídia e de ONGs além de sua escamoteada influência em organismos multilaterais como é o caso das Nações Unidas, explicitamente apontada pelo Projeto de Nação. Vale dizer que o próprio fato de se tratar de um estudo prospectivo habilita os autores desta empreitada a tecer tais apontamentos delirantes sob a premissa de se tratar de uma “prospecção”, a qual, ao fim e ao cabo, carece de qualquer amparo na realidade mesma. A rigor, como já destacado, a carência de amparo na realidade mesma é, e somente poderia ser, o fundamento que arrima tal variante do “delírio contemporâneo”.

Entretanto, como forma de abrandar o “tom” conspiratório dos apontamentos do “Tema 02”, os autores do Projeto de Nação recorrem uma vez mais à defesa da “aparência de racionalidade” de seus escritos. Por exemplo, ainda no “Tema 02” o Projeto de Nação aponta a “Miopia estratégica da liderança nacional e da sociedade que, sem conhecimento da História e da Geopolítica mundiais, não percebe as possíveis consequências danosas do jogo do poder no cenário global” (Sagres, 2022a, p. 31) enquanto um “Óbice” para lidar com o “Movimento Globalista Mundial”. Ao recorrer a esse apontamento, os autores do Projeto de Nação explicitamente se colocam como atores efetivamente capazes de enxergar, ao contrário das “míopes” lideranças e sociedade brasileira, tais “possíveis consequências danosas do jogo do poder no cenário global”. Desvela-se, portanto, ainda outro *fraseológico* sustentáculo ao qual os autores do Projeto de Nação têm que recorrer: a defesa de que os apontamentos contidos nesta propositura com relação ao “Movimento Globalista Mundial” estão calcados em um vasto “conhecimento da História e da Geopolítica mundiais” com o fito último de fazer passar

¹⁵⁸ Aqui não é possível deixar de destacar que todos esses “centros de estudos estratégicos” citados pelo Projeto de Nação são detalhadamente denunciados pelo general Sérgio Augusto Avellar Coutinho em seu livro *Cenas da Nova Ordem Mundial*, publicado em 2010 pela Editora Biblioteca do Exército. O livro de Coutinho pode ser acessado em: <file:///C:/Users/Rodrigo%20Vieira/Downloads/Cenas%20da%20Nova%20Ordem%20Mundial%20-%20reduzido.pdf>.

seus delirantes apontamentos como racionais e técnicos, em suma: livres do “Óbice” da “miopia estratégica” que afeta tanto as lideranças nacionais quanto a sociedade brasileira como um todo.

Ainda na sequência, outro “Óbice” é elencado atestando o “Deficiente espírito cívico e patriótico da Nação, tendente a enfraquecer a coesão social, o que fragiliza o Brasil no enfrentamento desse desafio e de outros da agenda global”, conforme Sagres (2022a, p. 31). Daqui é possível reter uma vez mais aquilo que a esta altura já está claro: o fato de que a “coesão nacional” do povo brasileiro é elemento fundamental do ideário militar brasileiro e, por conseguinte, o ímpeto por sua manutenção impacta o conteúdo do pensamento administrativo-político cristalizado na propositura em análise. Não por acaso, portanto, a primeira “Diretriz” elencada visando orientar a ação do Estado com relação ao “Movimento Globalista Mundial” explicita a relevância de “Fortalecer o espírito cívico, patriótico e os valores morais e éticos da sociedade, com vistas a recuperar a coesão nacional” (Sagres, 2022a, p. 31), elaborações idênticas àquelas presentes no curso ministrado pelo general Rocha Paiva, conforme discutido anteriormente.

Além desta “Diretriz” voltada à manutenção da “coesão nacional”, o Projeto de Nação exprime a relevância de se “Privilegiar, em especial no campo diplomático, acordos bilaterais com prioridade sobre os multilaterais, particularmente no âmbito de organismos internacionais”, conforme Sagres (2022a, p. 31). A predileção pelos acordos bilaterais não é de forma alguma casual, trata-se de uma paranoica tentativa de minar as supostas ingerências do “Movimento Globalista Mundial” sobre o Brasil através de organizações multilaterais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas.

Ademais, vale dizer que em seu estudo acerca das publicações do *Jornal Inconfidência*, além de ter apontado a possibilidade de articulação de interesses entre o “marxismo cultural” e o “globalismo”, Maud Chirio explicita que “os movimentos feministas, LGBTQI+, negro, autóctone, de contracultura e até mesmo o multilateralismo diplomático são as novas faces da revolução comunista” (Chirio, 2021, p. 179), demonstrando, portanto, que o “medo irracionalista” que arrima a tomada de posição do Projeto de Nação com relação aos acordos multilaterais não é casual.

Vê-se cabalmente, portanto, que, diante de um mesmo campo de possibilidades proporcionado pelo estágio globalizado do capitalismo, o qual potencializa – e necessita – o surgimento de novas formas de relação interestatal no âmbito da econômica, da política e, claro, da diplomacia, o Projeto de Nação aponta “setas” em sentidos opostos no que diz respeito ao plano econômico e ao plano ideopolítico. Se para o “Tema 15: O Brasil no

Comércio Exterior” a primeira “Diretriz” elencada parametriza a atuação estatal no sentido “progressivo” de “Aumentar e fortalecer a participação brasileira em organismos multilaterais internacionais, com especial atenção à OCDE, OMC entre outros” (Sagres, 2022a, p. 54), no “Tema 02”, como vimos, a “seta” está apontada para trás, em sentido “regressivo” uma vez que persecutoriamente privilegia acordos bilaterais sobre os multilaterais, em especial quando estes acordos se derem no interior de organismos multilaterais.

Em suma, quando voltado ao plano econômico, o Projeto de Nação toma as novas relações interestatais a nível mundial como legítimos meios de efetivação do “Desenvolvimento” nacional, o “progresso” econômico (ainda que conservador) do país, ao passo que, quando voltado ao plano ideopolítico, tais relações são tomadas como verdadeiros “Óbices” à “Segurança” e à “Soberania” nacionais, uma forma velada do “Movimento Globalista Mundial” quebrar a “Coesão” do povo brasileiro e perpetrar sua ingerência sobre as decisões nacionais brasileiras. Do contraste anteriormente discutido é possível sublinhar, ainda mais uma vez, o “desespero irracionalista” que arrima o conteúdo regressivo-conspiratório da propositura de administração política em tela quando voltada ao plano ideopolítico.

Além do mais, ainda no “Tema 02”, o Projeto de Nação vai elencar uma “Diretriz” que reitera a já prenunciada preeminência da denúncia persecutória dos perigos do “globalismo” frente ao seu efetivo combate. Assim sendo, com o fito de convencer a população acerca de sua existência, caberia ao Estado

Promover ampla discussão, nos meios políticos, empresariais, acadêmicos e outros segmentos da sociedade civil, a respeito da estratégia globalista e seus reflexos negativos no desenvolvimento, segurança nacional e coesão social, a fim de preparar a Nação para enfrentar os desafios do cenário mundial (Sagres, 2022a, p. 31).

Da proposta de acionamento do Estado visando proporcionar uma - genérica - “ampla discussão” acerca do “globalismo”, o Projeto de Nação faz explícita menção a uma tríade de elementos basilares ao *ideário militar* – Desenvolvimento, Segurança e Coesão nacionais –, demonstrando que tais elementos imprimem marcas, de uma maneira ou de outra, no *pensamento administrativo-político* que informa o conteúdo da propositura em tela.

Para além do “Tema 02”, vale destacar que a “Coesão Nacional”, tema caro aos militares brasileiros, é detalhadamente tratada pelo Projeto de Nação a partir do “Tema 11: Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria”. Conforme demonstrado no *subcapítulo* 5.2.2.2, assim como o “Tema 02: Movimento Globalista Mundial”, o “Tema 11” foi deliberadamente elencado pelos autores do Projeto de Nação, o que deixa claro que sua

inclusão na versão final do projeto aqui analisado não é de forma alguma casual. Como veremos, o “Tema 11” reitera uma série de elementos conspiratórios presentes nos diversos materiais do SAGRES discutidos anteriormente, em especial os apontamentos apresentados no curso ministrado pelo general Rocha Paiva.

5.3.4.3.2 O ímpeto pela manutenção da “Coesão Nacional”: a denúncia e o combate persecutório ao “marxismo cultural”

Portanto, antes de adentrarmos a apresentação e discussão do conteúdo do “Tema 11”, é mister retomar uma passagem da *Parte I* do curso proferido Rocha Paiva no qual o coordenador do Projeto de Nação atesta, ao falar das ideologias “socialista” e “ultracapitalista”, que “ambas estas linhas são radicais, materialistas, dogmáticas, ateístas, relativizam os valores e levam ao fanatismo”, isto porque “ideologias fragilizam a coesão nacional porque elas são utópicas e levam ao radicalismo” (Sagres, 2021d). Em suma, a partir das falas do general retemos ainda mais uma vez a preocupação dos militares com respeito a manutenção da “coesão nacional” bem como a compreensão de que tanto as ideologias socialistas quanto as “ultracapitalistas” são tratadas como “Óbices” para com a “Coesão Nacional”.

Entretanto, vale dizer que apesar da explícita menção anterior de que tanto as ideologias “ultracapitalistas” quanto às ideologias “socialistas” colocam-se como “Óbices” a “Coesão Nacional” brasileira, o “Tema 11” parece focar a denúncia e o combate ao “marxismo cultural” e as ideologias “socialistas”¹⁵⁹. Basta retomarmos os “Óbices” elencados para o “Tema 11” para comprovar o apontamento anteriormente aludido. Por exemplo, um dos “óbices” listados denuncia “O poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, adeptas do Estado centralizador no planejamento e na condução da economia, junto aos altos escalões da Nação e a importantes segmentos formadores de opinião” (Sagres, 2022a, p. 47). Além deste, o “Tema 11” aponta ainda a “Efetiva relativização dos valores, da ética e do civismo, como consequência [grife-se] da revolução cultural que vem comprometendo a coesão nacional” (Sagres, 2022a, p. 47), fazendo clara alusão ao “marxismo cultural” vigente no país. Vê-se, portanto, que o “tom” persecutório das análises contidas no Projeto de Nação com relação ao “globalismo” se expressa também nos apontamentos com relação ao “Tema 11”.

¹⁵⁹ Muito provavelmente isso se deu para evitar repetições, dado que o “Tema 02” já havia apresentado os “Óbices” que o “Movimento Globalista Mundial” impõe sobre a “Coesão Nacional”.

Pagando elevado tributo ao convencimento por parte dos autores do Projeto de Nação acerca da vigência de uma “revolução gramscista” no país, o “tom” conspiratório dos “Óbices” elencados para o “Tema 11” também se fará presente, não por acaso, no conjunto de “Diretrizes” elencadas com o fito de orientar a atuação do Estado com relação ao tema da “Coesão Nacional”. Deste conjunto de “Diretrizes” destacamos de partida, por sua exemplaridade, àquela que aponta a necessidade de “Combater a revolução cultural promovida pelas correntes ideológicas radicais”, aludindo uma vez mais à “revolução gramscista” em andamento no Brasil. Além desta, o Projeto de Nação aponta ainda que o Estado deve se atentar às seguintes “Diretrizes”:

Neutralizar o poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, que advogam antivalores culturais brasileiros, bem como um estado centralizador e gestor do desenvolvimento e do bem-estar da população [...] Promover o surgimento, a expansão e a consolidação de organizações e movimentos que defendam o pensamento liberal, com responsabilidade social, e o conservadorismo evolucionista [...] Promover o sentimento coletivo de Nação, buscando integrar os grupos étnicos, religiosos e outros, bem como incentivar a sua convivência harmônica e respeitosa [...] Formular estratégias de divulgação e valorização da História e dos vultos históricos do Brasil, sem viés ideológico, a fim de resgatar a identidade nacional (Sagres, 2022a, p. 46).

Isto posto, é impossível não notar o caráter impreciso e vago que perpassa os prévios apontamentos, donde o interesse em denunciar o “poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico” e em defender apologeticamente os preceitos “liberais e conservadores evolucionistas” parece se sobrepôr ao interesse em elaborar efetivas e claras medidas a serem realizadas pelo Estado e ao interesse em explicar *como* tais medidas devem ser implementadas.

Contudo, na sequência do “Tema 11” é apresentada ainda outra “Diretriz”, a qual estará presente em uma série de outros “Temas” voltados ao plano ideopolítico, qual seja, aquela que atesta a relevância de “Recuperar os valores morais, éticos e o civismo na sociedade como um todo, particularmente no Sistema de Educação”, conforme Sagres (2022a, p. 46). Como veremos, as medidas voltadas à educação, elemento inerente às “necessidades comunitárias” (Paço Cunha, 2021, p. 6), às quais o Estado é chamado, de uma maneira ou de outra, a atuar, estarão no centro do combate aos adversários político-ideológicos do Projeto de Nação adquirindo, por conseguinte, “tom” igualmente persecutório.

Por exemplo, no “Tema 11” é possível dizer que o enfoque no “Sistema de Educação” surtiu efeitos, uma vez que, segundo o “mini cenário foco” apresentado para este “Tema”, em 2035

O sucesso do modelo econômico¹⁶⁰ liberal, com responsabilidade social (centro do espectro ideológico), acrescido de estratégias exitosas nos setores de ensino, na formação de líderes e em movimentos sociais enfraqueceram o poder e a penetração das ideologias radicais na sociedade (Sagres, 2022a, p. 46).

Além do mais, a eficácia das medidas ligadas à educação é ainda corroborada pela prospecção de que no ano de 2035 “Houve o revigoramento do patriotismo, do civismo e de valores morais tradicionais, em contraposição a valores sociais¹⁶¹, muitos deles contaminados pelas ideologias radicais” (Sagres, 2022a, p. 46). Em suma, ainda segundo o “mini cenário foco” do “Tema 11”, em decorrência do combate aos adversários político-ideológicos do Projeto de Nação com ênfase em medidas voltadas à educação “prevaleceu o tradicional perfil psicossocial da Nação, conservador evolucionista e não imobilista” (Sagres, 2022a, p. 46).

Vale dizer, portanto que, visando combater as “ideologias radicais”, o acionamento de medidas voltadas ao “Sistema Educacional” possibilitou a manutenção da “Coesão Nacional” e o fortalecimento dos valores conservadores e liberais - inerentes ao ideário militar - explicitamente defendidos pelos autores do Projeto de Nação. Isto posto, faz-se necessário retomar a *Parte I* do curso de Rocha Paiva, na qual o general do SAGRES explicita que o “centro democrático” e o “conservadorismo” tratam-se de “não ideologias”, isto porque são “baseadas em princípios e valores” e “não dividem a nação” (Sagres, 2021d).

Para que fique claro, o “centro democrático” de que fala Rocha Paiva “prega um liberalismo econômico moderado em que leve também em consideração o ser humano [...] é a democracia social” enquanto o “conservadorismo” defende um “progresso calcado na experiência acumulada, nos valores, nas tradições e não em ideologias utópicas [...] está mais do lado liberalismo econômico” (Sagres, 2021d). Dito de outra forma, a combinação entre conservadorismo e liberalismo com responsabilidade social defendida pelo SAGRES – e pelos militares brasileiros - está blindada de qualquer caráter ideológico, ou seja, não apresenta ameaças à “Coesão Nacional”. Por conseguinte, visando combater as “ideologias radicais”, não surpreende que as medidas voltadas ao “Sistema Educacional” tenham dado ênfase justamente a estas “não ideologias” defendidas pelos autores do Projeto de Nação e pelos militares brasileiros.

¹⁶⁰ Vê-se, portanto, o entrelaçamento entre o “progresso” (conservador) da economia e o enfraquecimento das “ideologias radicais” que se opõem à “coesão nacional”. Ademais, vê-se que, ao contrário do “Tem 02 Movimento Globalista Mundial”, o “Tema 11” apresenta uma análise de cunho, ao menos aparentemente, prospectivo.

¹⁶¹ Mesmo termo presente nas elaborações de Rocha Paiva, o qual diz respeito aos valores do “discurso do politicamente correto” atrelado ao “marxismo cultural”.

5.3.4.3.3 O Estado e a promoção da educação conservadora: o retorno da aparência de racionalidade em meio ao delírio regressivo-conspiratório

A relevância da atuação do Estado através de alterações no “Sistema Educacional” já havia sido prenunciada no “Cenário Foco” do Projeto de Nação, donde é apresentado que durante o período de 2022 a 2035 houve o “aperfeiçoamento do modelo de educação, pública e privada” de tal forma que “Os currículos foram ‘desideologizados’ e hoje são constituídos por avançados conteúdos teóricos e práticos, inclusive no campo social, reforçando valores morais, éticos e cívicos e contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras” (Sagres, 2022a, p. 12). Não por acaso, portanto, o “Cenário Foco” aponta que em decorrência da eficácia de tais medidas voltadas à educação “houve o enfraquecimento das correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social e aumentando a coesão nacional” (Sagres, 2022a, p. 12). Destes apontamentos feitos já no início do Projeto de Nação, é possível sublinhar, ainda mais uma vez, o caráter conspiratório que permeia o conteúdo da propositura em tela quando voltado ao plano ideopolítico, fazendo explícita alusão aos assim chamados “currículos ideologizados”, alvo da crítica reacionária a educação supostamente cooptada pelo “marxismo cultural”.

Contudo, é na sequência do “Cenário Foco” que o Projeto de Nação incorre em apontamentos profundamente regressivos e conspiratórios ao tratar tanto da educação básica quanto da educação superior no Brasil. Com relação a educação básica, o “Cenário Foco” elaborado aponta que:

há tempos uma parcela de nossas crianças e adolescentes sofria com a **ideologização do sistema educacional, com a doutrinação facciosa efetuada por professores militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais, com prejuízo da qualidade do ensino**. Foram décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade [...] Esse quadro só começou a mudar nos últimos 15 anos, quando a sociedade, mais amadurecida e consciente, passou a exigir mudanças e a se contrapor às **agressões — físicas, mentais e psicológicas — a que seus filhos e conhecidos eram submetidos, no ambiente escolar**, por uma parcela daqueles que deveriam ser seus líderes e abnegados educadores. A partir daí, um longo e lento processo de melhoria vem sendo observado, embora em ritmo mais lento do que se deveria exigir. Com base em boas práticas internacionais, os currículos e as práticas pedagógicas estão sendo revisados, novas tecnologias educacionais estão sendo adotadas, sem serem supervalorizadas com relação ao ensinamento dos conteúdos das disciplinas, a infraestrutura física está sendo reformada e os professores estão sendo aperfeiçoados. Além disso, **especial atenção está sendo conferida à valorização de boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos**, bem como à formação e ao aperfeiçoamento de professores no tocante aos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos (Sagres, 2022a, p. 19-20, grifos nossos).

Além deste longo diagnóstico dado a educação básica, o seguinte é apresentado com relação à educação superior:

Quanto à Educação Superior, o quadro não era muito diferente. **Amplios setores das Instituições de Ensino Superior (IES) — principalmente as públicas — transformaram-se em centros de luta ideológica e de doutrinação político-partidária.** Em sala de aula, pouco era feito no sentido de transmitir os conteúdos, ensinar o aluno a pensar, orientar as pesquisas sobre as diversas correntes de pensamento e elucidar sobre como realizar as melhores análises, buscando as opções de vida mais favoráveis, segundo as crenças e convicções de cada aluno. Tudo era feito para que o aluno fosse obrigado a pensar exatamente como pensava o professor, caso contrário não conseguiria se formar e tampouco seria aceito pelo grupo. Nos [sic] ensino universitário, inclusive no Superior Tecnológico, os debates políticos e ideológicos se tornaram equilibrados, com abertura para diferentes correntes de pensamento (Sagres, 2022a, p. 20, grifos nossos).

Dos prévios diagnósticos realizados pelo Projeto de Nação no que diz respeito a educação nacional, tanto no nível básico quanto superior, vê-se a decidida compreensão de que a área da educação se tornou um verdadeiro campo de batalha ideológico tomado pelas “ideologias radicais”, comprometendo, portanto, a “Coesão” da sociedade brasileira e, por conseguinte, colocando em xeque a “Segurança” interna do país. Assim sendo, em resposta ao diagnóstico regressivo-conspiratório dado, o Projeto de Nação aponta a saída, uma vez mais, pelo acionamento de medidas imbuídas de uma *aparência de racionalidade*, presente, como temos visto, em diversos outros apontamentos da propositura em análise. Isto porque, ainda de acordo com o “Cenário Foco”, no que diz respeito aos problemas identificados com relação à educação superior “ideologizada” o “ponto crítico de maior relevância era a baixa qualidade da gestão do sistema educacional, não tanto o montante de recursos financeiros a ele dedicado” (Sagres, 2022a, p. 20).

Recorrendo uma vez mais a apontamentos *politicistas*, o Projeto de Nação expõe as supostas falhas da gestão estatal com relação à educação superior enquanto o preeminente fator explicativo da delirante “ideologização” da educação brasileira. Ao apontar a “baixa qualidade da gestão do sistema educacional” enquanto preeminente fator explicativo dos problemas identificados, o Projeto de Nação somente poderia incorrer no acionamento de uma proposta de aprimoramento da gestão como forma de lidar com a “ideologização” da educação superior brasileira: “nos meados da década de 2020 foi iniciado um processo de melhoria da gestão”, conforme Sagres (2022a, p. 20). Como veremos, o enfoque na “gestão” também será o fio condutor da propositura voltada à “desideologização” da educação básica brasileira.

Tomemos, portanto, o “Tema 25: Ensino Básico no Brasil” no qual os autores do Projeto de Nação identificam, não por acaso, a “Ideologização radical do ensino” e as

“Práticas inadequadas de gestão de recurso” enquanto “Óbices” à concretização do sistema de ensino de talhe conservador ansiado. Por conseguinte, as “Diretrizes” elaboradas pelos autores do Projeto de Nação para o “Tema 25” entrelaçam a luta persecutória contra as “ideologias radicais” e o acionamento de pragmáticas medidas de “gestão” imbuídas de uma *aparência de racionalidade*. A este respeito, destacam-se a “Diretriz” que aponta a necessidade de “Aperfeiçoar a gestão dos recursos destinados ao sistema de ensino” bem como a “Diretriz” que exprime a relevância de “Coibir a ideologização nociva do ensino” (Sagres, 2022a, p. 73). Explicitando a posição decididamente contrária a qualquer movimento político e ideológico atrelado aos interesses da classe trabalhadora, ainda outra “Diretriz” indica que o Estado deve “Implementar Políticas Públicas para limitar a ingerência do corporativismo sindical, no que comprometa o cumprimento das atribuições legais do Sistema de Ensino” (Sagres, 2022a, p 73)

Destacamos, contudo, o caráter vago que permeia as “Diretrizes” anteriormente apresentadas – presente em diversos outros materiais do SAGRES, conforme demonstrado ao longo deste trabalho –, de tal forma que, para além destes apontamentos de cunho geral, o Projeto de Nação é incapaz de apontar detalhes de *como* tais “Diretrizes” devem ser realizadas e *quais* medidas serão efetivamente implementadas. Há, entretanto, outras “Diretrizes” de caráter mais explícito como é o caso daquela que foi amplamente debatida durante o governo Bolsonaro – e continua sendo debatida –, qual seja: “Estudar as vantagens de disseminar o modelo das escolas cívico-militares, no tocante às normas de disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas sem que, necessariamente, os estabelecimentos de ensino sejam transformados nesse modelo escolar”, conforme (Sagres, 2022a, p 74).

O mesmo caráter vago das “Diretrizes” elencadas se fará presente no conteúdo do “mini cenário foco” do “Tema 25”, o qual aponta que durante o período de 2022 a 2035 foram implementadas “políticas públicas” bem como “parcerias público-privado” as quais

visaram os gargalos e distorções do sistema de Educação Básica, particularmente, no tocante à necessária reforma de currículos, às práticas pedagógicas, às infraestruturas físicas, aos equipamentos didáticos, especialmente os tecnológicos, no que concerne [sic] à sua provisão e técnicas de utilização pedagógica (Sagres, 2022a, p. 73).

Fato é que “especial atenção foi conferida à valorização de boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos” alcançando o ulterior objetivo persecutório com relação a educação: “A ideologização do ensino básico foi neutralizada” (Sagres, 2022a, p. 73).

Mantendo o mesmo caráter genérico da propositura voltada a educação básica, o “Tema 26: Educação Superior no Brasil” identifica que “a maior deficiência do Brasil na Educação Superior era a baixa qualidade da gestão do sistema educacional” acionando, por conseguinte, um genérico e impreciso “aprimoramento da gestão”, o qual “permitiu a implementação de Políticas Públicas eficazes, que promoveram a integração com a iniciativa privada, em especial com o setor produtivo” (Sagres, 2022a, p. 75).

A rigor, o “aprimoramento da gestão” da educação superior reitera o mesmo teor conspiratório que arrima as medidas acionadas com relação a educação básica, havendo, por exemplo, a elaboração da “Diretriz” que explicita a relevância de “Reduzir a ideologização nociva nas universidades e escolas, buscando otimizar o tempo disponível e garantir a liberdade de pensamento e expressão quando e onde for preciso” (Sagres, 2022a, p. 75). Ainda na sequência do “Tema 26” o Projeto de Nação chega ao ápice do reacionarismo conspiratório ao apontar que o Estado deve “Reformular o processo de escolha de reitores das universidades públicas, de modo a restringir as influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum” (Sagres, 2022a, p. 75).

Desvela-se, portanto, para além da *aparência de racionalidade e pragmatismo* da proposta de “aprimoramento da gestão” do “sistema educacional” brasileiro, o conteúdo *essencialmente* vago e regressivo das medidas acionadas. Em suma, tendo como ponto de arranque o desespero irracionalista com relação às “ideologias radicais”, o Projeto de Nação incorre na defesa de um “sistema educacional” de talhe conservador pautado no acionamento de genéricas medidas regressivo-conspiratórias como forma de cumprir o objetivo último para a educação nacional: barrar a suposta “ideologização” da educação brasileira.

Além do mais, vale dizer que a implementação deste “sistema educacional” de talhe conservador angariou consequências – e isto nos é relevante – sobre o modelo político defendido pela propositura em tela, fortalecendo a democracia e reduzindo a corrupção, temáticas que serão trabalhadas nos “Temas 10” e “Tema 03” do Projeto de Nação, respectivamente. Isto dito, vejamos as inter-relações entre o “sistema educacional” conservador e o aprimoramento do modelo político ansiado pelo SAGRES.

5.3.4.3.4 A educação conservadora e o deságue no aprimoramento do modelo político: a manutenção da democracia e o combate à corrupção

Como veremos, na busca persecutória por barrar a assim chamada “ideologização” do “sistema educacional” brasileiro, o Projeto de Nação acaba barrando ainda outro adversário

político-ideológico do Instituto SAGRES, qual seja as “lideranças patrimonialistas e fisiológicas” do país. A respeito deste adversário, vale retomar, uma vez mais, a *Parte I* do curso ministrado pelo general Rocha Paiva, na qual este já havia antecipado os perigos do assim chamado “patrimonialismo”¹⁶², ou seja, quando “a liderança política considera que o Estado é um bem de família ou de um partido ou de um grupo” (Sagres, 2021d). Além do mais, segundo o general a liderança política patrimonialista “organiza uma burocracia de controle e privatiza os bens públicos” estando “presente no Brasil há décadas, talvez até há séculos” (Sagres, 2021d).

Ainda segundo o curso de Rocha Paiva, as “lideranças patrimonialistas” estariam atreladas à “ameaça” da “corrupção endêmica” ao Brasil, conforme Sagres (2021d). Não por acaso, portanto, a primeira “Diretriz” elencada para o “Tema 10: Corrupção no Brasil” explicita a relevância de “Reduzir o poder político da liderança patrimonialista fisiológica” (Sagres, 2022a, p. 44). Além do mais, visando combater a corrupção, o Projeto de Nação aponta ser necessário “Recuperar valores morais, éticos e o civismo na sociedade como um todo, particularmente, no Sistema de Ensino” e “Coibir a pregação ideológica radical nos três níveis da Educação” (Sagres, 2022a, p. 44). Por conseguinte, fica claro que o “sistema educacional” de talhe conservador proposto pelo Projeto de Nação desagua, de uma maneira ou de outra, no combate à corrupção.

A respeito desta inter-relação, o “mini cenário foco” do “Tema 10” apresenta claramente que “Em 2035, o combate à corrupção no Brasil apresenta uma evolução positiva, como resultado do aperfeiçoamento do modelo de educação” (Sagres, 2022a, p. 44). Ademais, o Projeto de Nação aponta que em decorrência das alterações de talhe “racional” e “pragmático” no “sistema educacional” brasileiro “Os currículos foram desideologizados [...] reforçando valores morais, éticos e cívicos [...] contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras” levando, conseqüentemente, a “redução do poder das antigas lideranças patrimonialistas fisiológicas para governar, legislar e julgar em causa própria, ao arrepio dos interesses nacionais” (Sagres, 2022a, p. 44).

Elaboração quase idêntica será apresentada para o “Tema 03: O Futuro da Democracia no Ocidente”, donde lê-se que “em 2035, o regime democrático está mais estável” (Sagres, 2022a, p. 32). Isto porque, após “mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político, surgiram novas lideranças, que ocuparam espaços onde prevaleciam as antigas

¹⁶² Vale dizer que, segundo o general, ao contrário do socialismo e do “globalismo”, o “patrimonialismo” não se trata de uma “ideologia” (Sagres, 2021d). Entretanto, de acordo com os materiais do SAGRES, as lideranças patrimonialistas atuam em nome de “ideologias”. Em suma, devem ser igualmente combatidas.

lideranças patrimonialistas fisiológicas, em grande medida envolvidas em corrupção” (Sagres, 2022a, p. 32). Ainda como consequência das alterações no “sistema educacional” o “Tema 03” explicita que “houve o enfraquecimento das correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social, aumentando a coesão” (Sagres, 2022a, p. 32) e fortalecendo, por conseguinte, a democracia no país. Vê-se, portanto, que o modelo “democrático” defendido pelo Projeto de Nação está calcado em preceitos ideopolíticos conservadores (valores, civismo, tradições), em preceitos econômicos liberais e na “Coesão Nacional”, leia-se: no embate persecutório a qualquer movimento político-ideológico à esquerda, tidos, a todo instante, enquanto “perigosos” movimentos ligados a “ideologias radicais”.

Não por acaso, o “Tema 03” tem como “Objetivo” último “Fortalecer a democracia por meio de reformas institucionais que saneiem as disfuncionalidades do Estado, neutralizem a corrupção, o poder de ideologias radicais de qualquer natureza e valorizem o civismo e o liberalismo econômico com responsabilidade social” (Sagres, 2022a, p. 32). Desvela-se, portanto, que, as premissas conservadoras e liberais são tidas como a virtuosa chave de resposta para a resolução dos problemas identificados tanto no plano econômico quanto no plano ideopolítico. Além do mais, é possível destacar que a manutenção da “Coesão Nacional” a partir da denúncia e da luta regressivo-conspiratória - em especial no âmbito da educação - contra as assim chamadas “ideologias radicais e utópicas” e seus principais representantes (“globalismo” e “marxismo cultural”) é tida como premissa básica para o bom funcionamento da “democracia” conservadora defendida pelo Projeto de Nação.

Vê-se, portanto, que todas as discussões voltadas ao plano ideopolítico perpassam, em maior ou menor grau, a temática da “Coesão Nacional”, tema caro aos militares brasileiros que implica em decisivas consequências sobre a propositura do Projeto de Nação. Retomando o conjunto de “Diretrizes” elencadas para o “Tema 03” é possível sublinhar, ainda mais uma vez, a relevância da manutenção da “Coesão Nacional” para o Projeto de Nação, de tal forma que o Estado deveria:

Neutralizar o poder político e social das correntes de pensamento radical, sectárias, não democráticas, que dividem a Nação, comprometendo sua coesão e, em consequência, a capacidade de enfrentar os desafios internos e externos [...] Promover ampla discussão, nos meios políticos, empresariais, acadêmicos e em outros segmentos da sociedade civil, a respeito da geopolítica global e seus reflexos no desenvolvimento, segurança nacional e coesão social, a fim de preparar a Nação para enfrentar os desafios do cenário mundial (Sagres, 2022a, p. 32).

Por fim, o “Tema 03” aponta ainda outra “Diretriz” que explicita claramente os preceitos militares que informam a propositura em tela ao dizer que o Estado deveria

“Fortalecer o poder nacional, onde se inclui a coesão social, para enfrentar os desafios do cenário mundial” (Sagres, 2022a, p. 32). Conforme aponta a *Doutrina militar*, a “coesão” é parte inerente do “poder nacional”, a rigor, trata-se de um “indicador” da “expressão política” do “poder nacional” (Lentz, 2022a, p. 252). Assim sendo, se para o plano econômico o Projeto de Nação aciona o Estado com o fito “projetar o poder nacional”, para o plano ideopolítico aciona-o visando “fortalecer o poder nacional, onde se inclui a coesão social”.

Por conseguinte, visando “projetar o poder nacional” no âmbito econômico, a propositura em tela aponta um “progresso” (conservador) ao passo que, visando “fortalecer o poder nacional, onde se inclui a coesão social” no plano ideopolítico, aponta um “regresso” afeito a conspiracionismos, incorrendo na denúncia e no combate persecutório aos adversários político-ideológicos que colocam em xeque a “Coesão Nacional” e na edificação de uma “Democracia” de talhe conservador.

5.3.4.4 Conclusões parcelares: do ímpeto pela manutenção da “Segurança” e da “Coesão Nacional” à resposta regressivo-conspiratória no plano ideopolítico

De posse de todos os apontamentos e argumentações coletados ao longo deste subcapítulo, destacamos sinteticamente o caráter “regressivo-conspiratório” da propositura de administração política exposta pelo Projeto de Nação quando voltada ao plano ideopolítico, tendo decisivos desdobramentos sobre o plano social. Conforme discutido, o Projeto de Nação identifica dois principais e mais danosos adversários político-ideológicos à “Segurança” e à “Coesão” nacionais, são eles: o “globalismo” e o “marxismo cultural”, de tal forma que a propositura acionada visa incessantemente denunciá-los e combatê-los. Conjuradas em meio ao desespero e ao cinismo, tais “teorias” conspiratórias, variantes do “delírio contemporâneo”, são assimiladas sem restrições pelo Instituto SAGRES, desaguando em apontamentos explicitamente regressivos na particularidade do Projeto de Nação.

A análise dos mais variados materiais do Instituto SAGRES permitiu a apreensão de que a concepção do “globalismo” por parte do SAGRES está amparada em uma crítica de certa “tônica” *romântica* a um desmedido *laissez-faire* exponenciado pelo vigente estágio globalizado do capitalismo, tomado pelo SAGRES como o “Ultracapitalismo”. Em suma, o assim chamado “Ultracapitalismo” potencializaria a acumulação de Capital em escala cada vez mais ampliada, gerando, por conseguinte, a formação de uma “Elite Financeira Mundial”, representante central do “Movimento Globalista Mundial”. De acordo com os materiais do SAGRES, este “Movimento” atuaria de forma *velada*, através da cooptação de governos

nacionais, organizações internacionais e ONGs para fazer passar seus interesses particulares no Brasil e no mundo. Além do mais, de acordo com os materiais do SAGRES o “Movimento Globalista” teria como fim último criar um “governo mundial” visando reger política, econômica e socialmente os diversos países do mundo. Destes materiais foi possível extrair o caráter conspiratório que perpassa toda a elaboração com relação ao “globalismo”, a qual incorre em uma persecutória propositura de denúncia e combate a este adversário “ultracapitalista”. Entretanto, conforme vimos, o Projeto de Nação se ocupou preeminentemente da tarefa de denunciar o “globalismo” e convencer o leitor acerca da suposta existência deste adversário em detrimento da tarefa de acionar o Estado visando efetivamente combatê-lo. Do conjunto de medidas acionadas visando orientar a atuação do Estado diante do “globalismo”, destacamos a sintomática “Diretriz” que explicita o “medo irracionalista” que arrima tais apontamentos persecutórios: a “Diretriz” que sustenta a predileção por “acordos bilaterais” em detrimento de “acordos multilaterais” uma vez que estes últimos são tomados pelos autores do Projeto de Nação como verdadeiros meios de atuação do “Movimento Globalista Mundial”, ou seja, uma forma *velada* de perpetrar ingerências no Brasil.

Além do mais, a análise imanente que veio sendo realizada neste subcapítulo permitiu apreender a constante presença do anticomunismo, um marcador do irracionalismo, nos materiais disponíveis no site e canais do Instituto SAGRES. Mais do que isso, foi possível destacar o convencimento por parte dos membros deste *think tank* militar acerca de uma “revolução socialista gramscista” em andamento no país. Em suma, de acordo com os materiais do SAGRES o “gramscismo” ou o “marxismo cultural” se pautaria em uma estratégia voltada a uma “revolução” pela via pacífica, atuando no Brasil de forma *escamoteada* através do discurso do “politicamente correto” com o fito de *paulatinamente* capturar o Estado, a mídia, as universidades e escolas. Como vimos, essa “teoria” de talhe conspiratório foi conjurada a partir da consubstanciação entre o desespero e o cinismo, desaguando em apontamentos explicitamente regressivo-conspiratórios no plano ideopolítico servindo à “missão social” de manter vivo o anticomunismo no ideário das Forças Armadas brasileiras em um quadro histórico marcado pela “morte da esquerda real”. Por conseguinte, no ápice do cinismo, a irrestrita adesão por parte do Instituto SAGRES a essa “teoria” conspiratória deságua na denúncia e na luta persecutória contra todo e qualquer movimento político-ideológico ligado aos interesses das massas trabalhadoras.

Fato é que tanto o “globalismo” quanto o “marxismo cultural” são tomados enquanto verdadeiros “Óbices” à “Segurança Nacional” brasileira, isto porque tanto um quanto o outro

são representantes das assim chamadas “ideologias radicais e utópicas”, responsáveis por ocasionar a quebra da “Coesão Nacional”, fator fundamental do “Poder Nacional” no plano ideopolítico. Por conseguinte, o Projeto de Nação aciona o Estado na luta persecutória contra esses dois adversários e às correspondentes “ideologias” às quais estão atrelados, enfocando uma genérica “melhoria da gestão” do “sistema educacional” brasileiro com o objetivo último de “desideologizar” os currículos e restituir a “Coesão” da sociedade brasileira.

Como vimos, o Projeto de Nação aponta que a assim chamada “ideologização” do ensino - tanto superior quanto básico - no Brasil encontra seu proeminente fator explicativo nas falhas da gestão estatal. Uma vez feita esta crítica de cunho *politicista*, os autores do Projeto de Nação apresentam, não por acaso, uma proposta de “melhoria da gestão” da educação, a qual é instrumentalizada no sentido de conferir a sempre almejada *aparência de racionalidade* à propositura em análise. Contudo, a análise das propostas para a educação revelou a *essencial* falta de conteúdo, apontamentos persecutórios, vagos e imprecisos, pautados proeminentemente em uma conspiratória concepção da realidade.

Ao fim e ao cabo, seguindo as *premissas* conservadoras e liberais que declaradamente *nortearam* a elaboração do Projeto de Nação, o “sistema educacional” proposto está pautado em valores conservadores e liberais uma vez que estes não estão atrelados a “ideologias”, ou seja, não dividem a nação, antes o contrário: são tidos como a virtuosa combinação de valores capazes de propiciar a ansiada “Coesão Nacional”. Ademais, convencidos da “ideologização” da educação superior, os autores do Projeto de Nação fazem explicitar as elevadas doses de cinismo que arrimam suas elaborações ao explicitamente acionar o Estado visando intervir na escolha dos reitores das universidades públicas do país como uma forma de barrar a propagação das “ideologias radicais e utópicas”.

Além do mais, esse “sistema educacional” de talhe conservador desaguaria no combate a ainda outro “inimigo interno” do país, as hediondas e corruptas “lideranças patrimonialistas” da política nacional. Isto porque a educação conservadora defendida pelo Projeto de Nação produziria novas lideranças conservadoras e liberais capazes de conduzir a nação e se opor ao “patrimonialismo”. É neste contexto, portanto, que o Projeto de Nação desvela sua concepção de “democracia”, um modelo político no qual impera os valores conservadores e liberais e absolutamente todos os adversários político-ideológicos foram eliminados.

Desta feita, explicitamente nutrida por “teorias” conspiratórias, a propositura de administração política em tela aponta uma “seta” *para trás* quando voltada ao plano ideopolítico, acionando o Estado para a denúncia e a luta persecutória aos “adversários” político-ideológicos da Nação. Conforme foi possível sublinhar, o ímpeto pela manutenção da

“Segurança” e pela “Coesão Nacional” desempenha consequências decisivas sobre o *pensamento administrativo-político militar*, levando a incessante sondagem por possíveis “adversários”, ou melhor “Óbices”, político-ideológicos a serem combatidos pelo Estado brasileiro.

Por fim, parece-nos coerente – e necessário – apontar que a adesão dos autores do Projeto de Nação ao conspiracionismo, o “delírio contemporâneo”, não parece ser de forma alguma casual. Conforme vimos, as “teorias” que fomentam a luta contra o “globalismo” e o “marxismo cultural” vêm rondando livremente os quartéis do Exército brasileiro há pelo menos três décadas no Brasil e tendo ganhado profusão na última década. Por conseguinte, a forte e constante presença destes elementos conspiratórios no Projeto de Nação e em uma série de outros materiais do SAGRES é sintomática da efetiva entrada destas “teorias” nos quartéis e, por conseguinte, no ideário das Forças Armadas brasileiras, ainda que não seja possível precisar – e não foi este o objetivo do presente trabalho – o grau de alastramento destas “teorias” conspiratórias dentro das Forças Armadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do presente tópico para fins conclusivos deste trabalho tem como objetivo apontar, calcados nas contribuições de José Chasin, que, a rigor, a “conclusão” já está feita. Retomemos os dizeres do filósofo brasileiro quando dos momentos finais de sua tese de doutoramento, *O Integralismo de Plínio Salgado*: “não caberia o que tradicionalmente é entendido por uma conclusão; no caso seria uma redundância empobrecida, pois não seria mais do que um simples resumo, enquanto a análise imanente propriamente dita, a seu plano, é conclusiva no seu próprio decurso” (Chasin, 1978, p. 604).

Daí destacamos que para as “considerações finais” da presente proposta de pesquisa não nos propomos a fazer uma recapitulação de tudo que foi extraído e exposto a partir dos materiais analisados no capítulo anterior. Como bem disse Chasin, as considerações finais se iniciam no primeiro momento em que se dá a análise imanente e a exposição da trama interna do ideário analisado. Assim, a *pseudodualidade* entre método analítico e expositivo cai por terra deixando claro que as “conclusões” vieram sendo elaboradas, satisfatoriamente – e necessariamente -, ao longo de todo o capítulo anterior em meio ao decurso da análise imanente dos materiais selecionados tendo como objetivo apreender e expor a natureza efetiva do objeto ideológico em tela visando desvelar suas tendências irracionalistas.

Por conseguinte, resta apontar sinteticamente o conjunto dos principais achados alcançados ao longo do trajeto analítico-expositivo trilhado no capítulo anterior, trajeto que teve como norte a consecução do objetivo central do presente trabalho, qual seja: apreender, por meio da análise imanente, a natureza do pensamento administrativo-político dos militares expresso em materiais do Instituto SAGRES com o fito de desvelar suas tendências irracionalistas. Uma vez perscrutado e exposto o conjunto de materiais do SAGRES tendo como fio condutor o Projeto de Nação, foi possível apreender a natureza “progressiva” (ainda que conservadora) do *pensamento administrativo-político militar* quando voltado ao plano econômico e “regressiva” quando voltada ao plano ideopolítico - este último plano tendo consequências sobre o âmbito social. Assim sendo, o fato doutrinário em tela informou uma propositura de administração política voltada a simultaneamente induzir o desenvolvimento econômico (tendo um horizonte conservador) e denunciar e combater os adversários político-ideológicos da Nação brasileira.

Conforme foi possível apreender, quando voltado ao plano econômico, o *pensamento administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação informa uma propositura de caráter genuinamente “progressivo” (ainda que conservador) da economia nacional. Em suma, diante do vigente estágio globalizado do capitalismo e de sua correspondente arena de disputa econômica interestatal, o *fato doutrinário* de nosso interesse, arrimado pelo ímpeto do “Desenvolvimento”, um elemento basilar do ideário militar brasileiro, informa uma propositura de “progresso” (conservador) da economia brasileira visando cumprir o declarado objetivo de “projetar” o “Poder Nacional” no âmbito da disputa econômica internacional. Como vimos, a propositura de “progresso” econômico expressa pelo Projeto de Nação foi declaradamente *norteada* por uma *premissa*, a qual toma como virtude o desenvolvimento econômico pautado no primado da iniciativa privada diante da “subsidiariedade” do Estado, o qual deve tão somente *induzir e facilitar* o desenvolvimento econômico nacional.

Desta concepção acerca da essencial relação entre Estado e Capital, foi possível delimitar a comunhão ideológica entre a *premissa* que *norteou* o Projeto de Nação e os preceitos “neocapitalistas” da *Doutrina das Forças Armadas*, a qual igualmente toma como virtude o primado do Capital diante do caráter “complementar” do Estado, defendendo o dito “mercado livre e regulado”. Além do mais, foi possível apreender que, apesar de considerado enquanto um agente “subsidiário” do desenvolvimento econômico, o *pensamento administrativo-político militar* toma o Estado enquanto fator imprescindível para a efetivação do “progresso” econômico inclusive admitindo, eventual e pontualmente, uma intervenção estatal mais proeminente com relação aos setores considerados estratégicos para a garantia da

“Soberania Nacional” no plano econômico, outro elemento inerente ao ideário militar brasileiro.

Desta feita, foi possível apreender que a propositura de “progresso” (conservador) expressa pelo Projeto de Nação efetiva uma variante da apologética direta do modo de produção capitalista. Assim como se deu para a propositura dos ideólogos do Capital monopolista denunciados por Lukács no *Epílogo* - em especial Lippmann e Röpke - a propositura de “progresso” conservador informada pelo *pensamento administrativo-político militar* efetiva uma defesa abertamente apologética do capitalismo amparada pela *aparência de racionalidade* de seus apontamentos, tendência aderente a “nova forma de irracionalismo” do Capital monopolista, conforme apontou György Lukács no *Epílogo* de *A Destruição da Razão*. Como vimos, na particularidade do Projeto de Nação, esta *aparência* se efetivou a partir da conjunção entre críticas de talhe *politicista* às inerentes insuficiências e falhas do Estado enquanto gestor da economia capitalista e os consequentes apontamentos de caráter “técnico” e “pragmático” como forma de racionalizar e profissionalizar a atuação estatal voltada ao plano econômico.

A partir de tais críticas *politicistas* o Projeto de Nação enfoca as insuficiências do Estado e as falhas de sua gestão enquanto os proeminentes fatores que entravam o desenvolvimento da economia nacional. Ao efetuar este movimento, os autores do Projeto de Nação furtam-se da tarefa de compreensão da inter-relação entre o Estado e seu objeto de gestão, não sendo capazes de apreender que, além de se tratarem de questões inerentes ao próprio Estado, as falhas e insuficiências da gestão estatal estão interligadas a essencial lógica do modo de produção capitalista, seu objeto de administração política, que enceta uma série de contradições e conflitos os quais entravam, limitam e restringem a potência resolutiva da administração política do Estado. Assim sendo, ao tomar o Estado e suas falhas como o proeminente fator explicativo que obstaculiza sua propositura de “progresso” econômico, o Projeto de Nação deixa intocados os fundamentos do modo de produção vigente, tido, como o “sistema econômico” ideal, restando, portanto, apenas a tarefa de administrá-lo politicamente *ad infinitum*. Dito de outra forma, amparada na *aparência de racionalidade* de seus apontamentos voltados a “aprimorar” a atuação estatal, o *pensamento administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação furta-se da crítica aos fundamentos do modo de produção capitalista. Ao fim e ao cabo, ao deixar intocada a tarefa de apreensão da lógica essencial do modo de produção vigente, a propositura de “progresso” (conservador) econômico em análise efetiva uma defesa aberta do modo de produção capitalista atrelado à *aparência de racionalidade* de seus apontamentos.

Já quando voltado ao plano ideopolítico, o pensamento *administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação informa uma propositura de caráter “regressivo”, abertamente afeita a conspiracionismos. Conforme foi possível apreender a partir dos materiais analisados, o caráter “regressivo-conspiratório” da propositura voltada ao plano ideopolítico é arrimado pelo ímpeto da manutenção da “Segurança Nacional” e da “Coesão Nacional”, ambos elementos basilares do ideário militar brasileiro, levando o Instituto SAGRES a definir, pautados em “teorias” de talhe conspiratório, dois adversários político-ideológicos: o “globalismo” e o “marxismo cultural”. Por conseguinte, a assimilação irrestrita e a propagação de tais “teorias” conspiratórias, variantes do “delírio contemporâneo”, por parte do Instituto SAGRES, incorre na elaboração de uma propositura de administração política dotada de apontamentos regressivos no que diz respeito ao plano ideopolítico, uma vez que aciona o Estado para a denúncia e o combate persecutório aos adversários político-ideológicos identificados.

No que diz respeito ao “globalismo”, foi possível apreender, a partir da análise dos materiais do SAGRES, que sua concepção advém de uma crítica imbuída de uma certa “tônica” *romântica* ao assim chamado “Ultracapitalismo”. Como vimos, fazendo ecoar a *essência* da crítica da *Doutrina militar* com relação ao “Capitalismo Clássico”, o Instituto SAGRES concebe o “Ultracapitalismo” como sendo o desmedido *laissez-faire* exponenciado pelo atual estágio globalizado do capitalismo. Assim sendo, de acordo com os materiais do SAGRES, o “Ultracapitalismo”, o “mercado autorregulado” em escala global, potencializaria o surgimento da assim chamada “Elite Financeira Mundial”, principal representante do “Movimento Globalista Mundial” que tem como objetivo a criação de um “governo mundial” voltado a controlar os rumos políticos, econômicos e sociais dos diversos países do mundo.

Além do mais, conforme vimos, de acordo com os materiais do SAGRES o “Movimento Globalista Mundial” atuaria de forma *velada* através da cooptação de governos, entidades multilaterais e ONGs. Não por acaso, uma vez entendido nestes termos explicitamente conspiratórios, o “globalismo” é apontado pelo SAGRES como um verdadeiro “Óbice” político-ideológico ao Brasil, tendo sido justamente uma das temáticas - Tema 02 - deliberadamente escolhidas pelos autores do Projeto de Nação para compor as linhas do *seu* projeto. Isto posto, vimos que na particularidade do Projeto de Nação o Estado é acionado tanto para a denúncia quanto ao combate ao “globalismo”, donde visando convencer a população acerca da existência deste adversário, o conteúdo da análise do Tema 02 faz sobressair a tarefa da denúncia em relação ao efetivo combate. Contudo, é na explícita proposta de combate ao “globalismo” que o Projeto de Nação desvela seu caráter “regressivo”

uma vez que, arrimado pelo desespero, pelo “medo irracionalista”, aponta a predileção pelos “acordos bilaterais” em face dos “acordos multilaterais” visto que estes últimos, segundo o SAGRES, muitas vezes são cooptados pelo “Movimento Globalista Mundial”, ou seja, os “acordos multilaterais” são tomados como um possível *meio* de atuação *velada* do “globalismo” sobre o país. Em suma, se no plano econômico a propositura em tela aponta uma “seta” para a frente visando adentrar a arena de disputa econômica interestatal, no plano ideopolítico a mesma propositura aponta uma “seta” para trás abdicando da tarefa de retirar dos novos parâmetros de relações internacionais a nível mundial ganhos para o Brasil.

Além do “globalismo”, foi possível apreender ainda outro adversário do Projeto de Nação ao qual o Estado é chamado a denunciar e combater, o “marxismo cultural”. Pagando tributo ao anticomunismo empedernido, presente nos escritos do SAGRES já desde há muito, os apontamentos com relação ao “marxismo cultural” desvelam, uma vez mais, a adesão por parte deste *think tank* militar a “teorias” conspiratórias, variantes do “delírio contemporâneo”. Em suma, os materiais analisados apontam o irrestrito convencimento por parte do SAGRES acerca de uma “revolução socialista gramscista” em andamento no país. Apresentando o mesmo teor conspiratório presente nas críticas ao “globalismo”, os materiais do SAGRES apontam que a “revolução gramscista” supostamente em andamento no país se trata de uma revolução pela “via pacífica” uma vez que tem como objetivo *velada e paulatinamente* perpetrar uma “revolução cultural” no Brasil, adentrando o Estado, a mídia, as universidades e escolas a partir de seu discurso “politicamente correto”.

Assim sendo, o anticomunismo empedernido, um marcador do irracionalismo presente no *pensamento administrativo-político militar*, incorre na adesão por parte do SAGRES a “teoria” que denuncia a “revolução gramscista” atrelada ao “marxismo cultural”, o mais explícito conspiracionismo reacionário, conjurado a partir da consubstanciação entre o desespero e o cinismo irracionalistas. Por conseguinte, o incontestável convencimento acerca da existência de uma “revolução gramscista” em andamento no país deságua em apontamentos regressivo-conspiratórios na particularidade do Projeto de Nação no que diz respeito ao plano ideopolítico. Como vimos, essa “teoria” conspiratória cumpre a “missão social” de manter vivo o anticomunismo no ideário das Forças Armadas em um quadro histórico marcado pela “morte da esquerda real”, desaguando, no ápice do cinismo reacionário, na denúncia e na luta persecutória contra todo e qualquer movimento político-ideológico atrelado aos interesses das massas trabalhadoras.

Além do mais, como vimos, tanto o “globalismo” quanto o “marxismo cultural” são considerados “Óbices” à “Segurança Nacional” uma vez que ambos estão ligados a

“ideologias radicais e utópicas” que levam a quebra da “Coesão Nacional”. Em suma, o “globalismo” atua em nome da ideologia “ultacapitalista” ou “capitalista libertária” enquanto o “marxismo cultural” atua em nome da ideologia socialista. Assim sendo, visando barrar o avanço destas ideologias no país, o Projeto de Nação propõe uma genérica “melhoria da gestão” do “sistema educacional” por parte do Estado recaindo novamente, portanto, em apontamentos imbuídos de uma *aparência de racionalidade*. E mais uma vez esses apontamentos que defendem a “racionalidade” e o “pragmatismo” da atuação estatal estão amparados em críticas de talhe *politicista* ao Estado, uma vez que a assim chamada “ideologização” do ensino básico e superior do país encontram seu proeminente fator explicativo nas falhas e insuficiências da gestão estatal. Entretanto, para além da aparência de racionalidade de seus apontamentos, o Projeto de Nação faz revelar o conspiracionismo e o cinismo que sustentam o conteúdo de seus apontamentos ao explicitamente acionar o Estado para a escolha de reitores das universidades públicas do país como forma de supostamente minar a difusão das “ideologias radicais e utópicas” que colocam em xeque a “Segurança Nacional” e a “Coesão Nacional”.

Como vimos, a proposta de “melhoria da gestão do sistema educacional” está amparada na promoção de valores conservadores e liberais, isto porque segundo o SAGRES, tais valores são “não-ideologias”, ou seja, não quebram a “Coesão Nacional”. Assim sendo, o Projeto de Nação aponta que em decorrência da efetivação deste “sistema educacional” conservador e liberal o ensino foi “desideologizado” bem como as corruptas “lideranças patrimonialistas” da política nacional foram combatidas. E é tendo a derrota de todos seus adversários político-ideológicos como premissa que os autores do Projeto de Nação revelam sua caracterização de “democracia”, um modelo político pautado em valores conservadores e liberais, valores presentes no ideário militar, como vimos, há anos.

Ao fim e ao cabo, a análise dos materiais do SAGRES habilitou a apreensão de que a propositura de administração política voltada ao plano ideológico está profundamente nutrida por “teorias” conspiratórias, incorrendo em no rebaixamento ideológico do *pensamento administrativo-político militar* cristalizado no Projeto de Nação. Em suma, o ímpeto pela manutenção da “Segurança Nacional” e da “Coesão Nacional” atrelado ao desespero e o cinismo desempenham decisivas consequências sobre tal fato doutrinário, incorrendo em apontamentos regressivo-conspiratórios quando voltados ao plano ideopolítico.

Em suma, estamos diante de um ideário conformado entre a técnica e o delírio, apresentando “setas” em sentidos opostos com relação ao plano econômico e ao plano ideopolítico. Quando vertido em uma propositura de administração política, o *pensamento*

administrativo-político militar incorre em um “seta” *para a frente* em termos econômicos, porquanto aciona o Estado visando o “progresso” (conservador) da economia e em uma “seta” *para trás* em termos ideopolíticos, porquanto adere a conspiracionismos, incorrendo em apontamentos “regressivo-conspiratórios” e no acionamento do Estado visando a denúncia e o combate persecutório aos adversários político-ideológicos da nação brasileira.

Feita a síntese geral dos achados da pesquisa, resta para fins deste capítulo final fazer três apontamentos. O primeiro, vai no sentido de apontar algumas contribuições da presente pesquisa. O segundo, visa salientar as limitações da pesquisa em tela e o terceiro tem como objetivo indicar a possibilidade de pesquisas futuras.

Com relação às contribuições da presente pesquisa destacamos em primeiro lugar a apreensão de tendências irracionalistas no *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* o que coloca em xeque a imagem de racionalidade das Forças Armadas. A apreensão destas tendências revela, de um lado, que a “nova forma de irracionalismo” ligada a uma *aparência de racionalidade*, conforme denunciado por Lukács no *Epílogo*, perdura até os dias de hoje, enquanto de outro, revela a vigência do “delírio contemporâneo”, um agudo rebaixamento ideológico que incorre em conspiracionismos arrimados pelo desespero e pelo cinismo irracionalistas na particularidade do Projeto de Nação.

Além do mais, tendo feito um *esforço adicional* de sublinhar maiores contornos do *pensamento administrativo-político militar* a partir dos estudos de Rodrigo Lenz com relação a *Doutrina das Forças Armadas*, foi possível apreender que o *fato doutrinário* de nosso interesse está marcado por uma variante da ideologia da “terceira via”, uma tendência irracionalista voltada a apologia indireta do capitalismo, conforme apontado por Lukács. Dito de outra forma, para além dos materiais do SAGRES analisados de perto neste trabalho, é possível dizer que o irracionalismo já se fazia presente na *Doutrina* que parametriza o pensamento dos militares brasileiros desde suas primeiras edições consolidadas.

Ainda outro esforço adicional da pesquisa diz respeito a análise da atuação política recente do Instituto SAGRES e de seus *think tanks* parceiros, o que revelou a forte atuação política destes institutos e sua relevância em especial durante o governo anterior. Soma-se a este esforço adicional a análise de todos os procedimentos metodológicos tomados para a consecução do Projeto de Nação o que revelou uma série de controvérsias e debilidades teórico-metodológicas, achado que volta a colocar em xeque a imagem de racionalidade e o caráter técnico dos militares brasileiros.

No que diz respeito às contribuições para a área da Administração, a presente pesquisa contribui ainda no sentido de apreender uma propositura de administração política concreta,

análise escassa na área da Administração. Ainda acerca da área da Administração, apontamos que o próprio recorte e caracterização do objeto ideológico estudado nesta pesquisa - o *pensamento administrativo-político dos militares brasileiros* - revela a possibilidade de realização de pesquisas futuras tendo como objeto ideológico outras formas de *pensamento administrativo-político*, um *subproduto* do pensamento econômico, conforme discutido anteriormente.

Já no que diz respeito às limitações da presente pesquisa, salientamos em primeiro lugar que a apreensão do objeto ideológico de nosso interesse se deu a partir da análise imanente dos materiais de somente um *think tank* militar, o Instituto SAGRES, o que pode implicar em algum grau, por assim dizer, de particularidade dos apontamentos. Até mesmo por isso trouxemos discussões baseadas no pensamento militar para além dos SAGRES como é caso dos estudos de Lentz e Covre como forma de corroborar o “caráter militar” do ideário expresso nos materiais do *think tank* aqui analisado. Além do mais, ainda que suficientemente capaz de concluir o objetivo central da pesquisa, a investigação efetivou somente a análise imanente dos materiais do SAGRES, de tal forma que estudos de gênese e função do pensamento administrativo-político militar não foram efetivados. Ainda outra limitação vai no sentido da própria delimitação do objeto ideológico em tela o qual - apesar de um *recorte legítimo* - se coloca como parte de um ideário militar multifacetado, o qual não foi aqui estudado em sua totalidade.

Destas considerações adentramos o segundo e último apontamento referente a indicação de possíveis pesquisas futuras. Destacamos, frente aos limites do presente trabalho, que futuras análises de gênese e função do mesmo objeto ideológico se colocam como de considerável importância. Sugere-se ainda a possibilidade - e necessidade - de futuros incursos analíticos sobre materiais publicados por outros *think tanks* militares bem como sobre materiais oficiais das Forças Armadas brasileiras como forma de adensar os resultados aos quais chegamos. Por fim, destaca-se a possibilidade de realização de estudos que levem em conta não somente o *pensamento administrativo-político dos militares* brasileiros, como também outras partes do ideário militar mais amplo em especial o pensamento econômico dos militares brasileiros o qual, além de conter o subproduto administrativo-político trata de outras questões relevantes para a área da Administração.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. Os kids pretos: o papel da elite de combate do Exército nas maquinações golpistas. **Piauí**, 06 jun. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/os-kids-pretos/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ALVES, R. **Anticomunismo nas Forças Armadas: Um estudo de caso à partir de monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Federal de São Carlos. São Carlos, 2023.

ANDREUZZA, M. **A QUESTÃO NUCLEAR**. [2005]. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/questaonuclear.pdf>.

ANDREUZZA, M. **O BRASIL EM CHAMAS**. [2013]. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/o_brasil_em_chamas.pdf.

AMADO, G. General leva livro de Ustra para as sessões da Comissão de Anistia. **O Globo**, 05 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/general-leva-livro-de-ustra-para-as-sessoes-da-comissao-de-anistia-23998017>. Acesso em: 13 abr. 2024.

AMARAL, L. Antes de cargo na Saúde, general apoiou empresa suspeita junto ao governo. **UOL**, 02 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/02/antes-de-cargo-na-saude-general-apoiou-empresa-suspeita-junto-ao-governo.htm>. Acesso em: 13 abr. 2024.

AMAZÔNIA. Amazônia brasileira para sempre, 2019. Simpósio 2019. Disponível em: <https://www.amazoniaenossa.com.br/simposio-2019/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ANGEL, N. ‘Começo hoje a minha mais nova missão’, diz general Villas Boas sobre instituto para portadores de doenças raras. **G1**, 04 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/12/04/comeco-hoje-a-minha-mais-nova-missao-diz-general-villas-boas-sobre-instituto-para-portadores-de-doencas-raras.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2024.

ARAUJO, P. EXCLUSIVO: A mão de empresário amigo de Mourão e fã de Dallagnol no “projeto de nação” dos militares. **Diário do Centro do Mundo**, 28 maio. 2022. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/projeto-militares-2035-empresario-aliado-de-mourao/>. Acesso em: 27, mar. 2024.

ARAUJO, M. Bioeconomia: **Uma Proposta de Programa Nacional de Inovação em Biorrefinarias (BPIB)**. [2019] Disponível em: [https://sagres.org.br/artigos/Marcondes%20M.%20De%20Araujo%20-%20White%20Paper%20Programa%20Nacional%20Biorrefinarias%20\(Vers%C3%A3o%2029.05.2019\).pdf](https://sagres.org.br/artigos/Marcondes%20M.%20De%20Araujo%20-%20White%20Paper%20Programa%20Nacional%20Biorrefinarias%20(Vers%C3%A3o%2029.05.2019).pdf).

ARBIA, A. **O momento estrutural do Estado: incontrollabilidade do capital como determinação primária do Estado moderno**. In Moraes, R; Rodrigues, M.; Cavalcante, A.

(Org.). Panorama da produção discente do PPGSS-UFRJ (1º ed, p. 105–122). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

ASSUNÇÃO, V. **O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1999.

ASSUNÇÃO, V. No princípio era o medo: as bases do pensamento conservador do general Golbery do Couto e Silva. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 1, n. 2, abr. 2005.

ASSUNÇÃO, V. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, n. 17, p. 38-62, 2014.

ASSUNÇÃO, V. Ocidente e história em Golbery do Couto e Silva. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 392-443, nov. 2019.

BALDRATI, B. Artes militares inspiram a administração. **Gazeta do Povo**, 20 out. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/pos-e-carreira/artes-militares-inspiram-a-administracao-by91gmmym4yis9xmquyu6m/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BARRETTO, E. Ministérios enviaram a servidores pesquisa de instituto privado de militares da reserva: Servidores públicos receberam questionários por e-mail. **Metrópoles**, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ministerios-enviaram-a-servidores-pesquisa-de-instituto-privado-de-militares-da-reserva>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BASTOS, F. O que são ‘kids pretos’? Mauro Cid, general Ridauto e outros militares investigados pelo 8 de janeiro integraram Forças Especiais do Exército. **G1**, 30 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/09/30/o-que-sao-kids-pretos-mauro-cid-general-ridauto-e-outros-militares-investigados-pelo-8-de-janeiro-integraram-forcas-especiais-do-exercito.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BÔAS, E. **Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras [...]**. 03, abr. 2018. Twitter: @Gen_VillasBoas. Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336. Acesso em: 01, abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto Brasil 3 tempos: 2007, 2015 e 2022**. Brasília: Núcleo de Estudos Estratégicos da Presidência da República (NAE)/Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom). 2004. Disponível em: <https://brasil2100.com.br/wp-content/uploads/2023/05/1896d254-81c6-4cb0-a647-9c5b8964eaf2.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. - Recurso eletrônico - Brasília: CNV, 2014. 976 p. - (Relatório da Comissão Nacional da

Verdade; v. 1). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Ministra Damares anuncia mudanças na Comissão de Anistia durante evento em Brasília.** [Brasília]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 27 mar. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/ministra-damares-anuncia-mudancas-na-comissao-de-anistia-durante-evento-em-brasilia>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria-Geral. **SG-PR realiza transmissão de comando da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.** [Brasília]: Secretaria-Geral, 14 jan. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2019/fevereiro/sg-pr-realiza-transmissao-de-comando-da-secretaria-especial-de-assuntos-estrategicos>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Entrevista com o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos, Maynard Santa Rosa.** [Brasília]: Secretaria-Geral, 19 jul. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2019/julho/entrevista-com-o-secretario-especial-de-assuntos-estrategicos-maynard-santa-rosa>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **Relatório Final.** Brasília: CPMI, 2023. 1333 p. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Transparência e Prestação de Contas: Izalci Lucas – DF, Pessoal de Gabinete em 2019,** [s.d.a]. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/4770/pessoal/?local=gabinete&ano=2019>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Transparência e Prestação de Contas: Izalci Lucas – DF, Pessoal de Gabinete em 2020,** [s.d.b]. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/4770/pessoal/?local=gabinete&ano=2020>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Transparência e Prestação de Contas: Izalci Lucas – DF, Pessoal de Gabinete em 2021,** [s.d.c]. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/4770/pessoal/?local=gabinete&ano=2021>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Transparência e Prestação de Contas: Izalci Lucas – DF, Pessoal de Gabinete em 2022,** [s.d.d]. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/4770/pessoal/?local=gabinete&ano=2022>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BUREAU, Brasil Convention & Visitors. **AGENDA BRASIL 16SET2022 GENERAL ROCHA PAIVA.** Youtube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GrHReXmfLPA&ab_channel=BrasilConvention%26VisitorsBureau%28Oficial%29. Acesso em: 09 maio. 2024.

CASTRO, C. (Org.). **General Villas Bôas: Conversas com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CEEEEX realiza a terceira oficina para elaboração de cenários prospectivos em parceria com o Sistema SESI/SENAI/CNI. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 14 set. 2020a. Disponível em: https://ceeex.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=112&catid=2&Itemid=114&lang=pt-br. Acesso em: 25 jan, 2024.

CEEEEX realiza, em parceria com o Sistema SESI/SENAI/CNI, o Workshop sobre prospectiva e planejamento estratégico. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 28 set. 2020b. Disponível em: https://ceeex.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=120&catid=2&lang=pt-br. Acesso em: 25 jan, 2024.

CHASIN, J. A “Politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico. **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Editorial Grijalbo, n. 2, 1977.

CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Editora Ciências Humanas. 1978.

CHASIN, J. **“HASTA CUANDO”? A Propósito das Eleições de Novembro**. Nova Escrita/Ensaio 10. São Paulo: Editora Escrita, 1982.

CHASIN, J. **Método dialético**. Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, 1988. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/Chasin/ano/mes/metodo.htm>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CHASIN, J. **A sucessão na Crise e a Crise na Esquerda**. Ensaio 17/18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

CHASIN, J. **Prefácio: Marx no tempo da Nova Gazeta Renana**. In: MARX, K. A burguesia e a contra-revolução. Trad. José Chasin, Maria Dolores Prades e Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 3 ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

CHASIN, J. O poder do real. In: **O mundo hoje 95/96**: anuário econômico e geopolítico mundial. São Paulo: Ensaio, 1996.

CHASIN, J. A sucessão transada. In: CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a. p. 143-150.

CHASIN, J. **Ad hominem – rota e prospectiva de um projeto marxista**. In: Ensaio Ad Hominem 1 – Tomo III: Política. Santo André: AdHominem, 2000b.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHASIN, J. **O futuro ausente**. Belo Horizonte: Verinotio Livros, 2023.

CHIRIO, M. Da linha dura ao marxismo cultural. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014). In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **Comandante do Exército recebe homenagem da CNI**. Agência de notícias da Indústria, 21 fev. 2018. Disponível em: <[CNI - Confederação Nacional da Indústria. **VÍDEO: Minuto da Indústria - Presidente Bolsonaro recebe a Ordem do Mérito Industrial**. Agência de notícias da indústria, 13 dez. 2019. Disponível em: <\[COVRE, M. **A fala dos homens**. São Paulo: Brasiliense, 1983.\]\(https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/video-minuto-da-industria-presidente-bolsonaro-recebe-a-ordem-do-merito-industrial/>. Acesso em: 06 abr. 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/comandante-do-exercito-recebe-homenagem-da-cni/#:~:text=O%20comandante%20do%20Ex%C3%A9rcito%20Brasileiro,Nacional%20da%20Ind%C3%BAstria%20(CNI)>. Acesso em: 06 abr. 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CRISTALDO, R. C. A administração política: epistemologia, metodologia e estado da arte; um estudo bibliométrico. **Revista Eletrônica de Administração**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 693–724, 2021.

CRISTALDO, R. C. Administração política: fenômeno, essência e totalidade. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 23, n. 1, p. 333-344, 2022.

COTRIM, L. **O capital atrofico: da via colonial à mundialização**. In: CHASIN, J. A miséria brasileira – 1964-1994: do Golpe Militar à crise social. Santo André: AdHominem, 2000.

CRUZ, T; NETO, J. A Produção Acadêmica sobre Administração Política: Uma Análise em Periódicos Nacionais no Período de 1993 a 2017. **VI Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2019.

DREIFUSS, R. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

EBLOG – Blog do Exército Brasileiro. [s.d.]. **Autores: Gen Bda Luiz Eduarda Rocha Paiva**. Disponível em: <[>. Acesso em 12 abr. 2024.](https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/blogger/rochapaiva.html)

FARAGE, E. Educação superior pública, ultraneoliberalismo e extrema direita no Brasil: traços do retrocesso em curso. **Revista Tópicos Educacionais** [online]. 28(1), 70-97, 2022.

FEDERALISTA, Instituto. [s.d.a]. **Diretoria Instituto Federalista**. Disponível em: <[FEDERALISTA, Instituto. \[s.d.b\]. **História do Instituto Federalista**. Disponível em: <](https://if.org.br/diretoria-instituto-federalista/>. Acesso em: 27 mar. 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FEDERALISTA, Instituto. **1º Fórum Federalista Nacional – Parte da manhã**. Youtube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HjB4QMWgASA&t=13032s&ab_channel=InstitutoFederalista. Acesso em: 07 maio. 2024.

FEDERALISTA, Instituto. 26 dez. 2020. **Projeto de Nação para o Brasil**. Disponível em: <<https://if.org.br/projeto-de-nacao-para-o-brasil/>>. Acesso em: 07 maio. 2024.

FERRAZ, R. Bolsonaro tem papel de ‘causar explosão’ para permitir ação ‘reparadora’ de militares, diz antropólogo. **BBC News Brasil**, 7 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52926714>. Acesso em: 16 maio. 2023.

FILHO, J. ‘Equilibrado e de bom senso’, Olavo de Carvalho seguirá vivo entre os militares. **Intercept Brasil**, 30 jan. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/01/30/olavo-de-carvalho-militares/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FONSECA, J. Os olavistas e a guerra dentro do governo Bolsonaro. **Exame**, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/joel-pinheiro-da-fonseca/a-guerra-dentro-do-governo/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FORÇAS Armadas são a instituição mais confiável para 32,6% dos brasileiros. **Poder 360**, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/forcas-armadas-sao-a-instituicao-mais-confiavel-para-32-6-dos-brasileiros/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FOSTER, J. B. O novo irracionalismo. Tradução por Lara Nora Portugal Penna. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 28, n. 2, pp. 383-413, 2023.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DOS CONSERVADORES DA AMÉRICA LATINA. **Manifesto Conservador nº 1 - o embrião**. 2020. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/Manif%20Conservador%20n.%201%20o%20embria%CC%83o%20v_19Out20.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

FUCCILLE, L. As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer!. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. [s.d.a]. **Sobre o IGVB**. Disponível em: <<https://igvb.org/o-instituto/>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. [s.d.b]. **Home**. Disponível em: <<https://igvb.org/>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. 22 set. 2020a. **Começam os trabalhos no Instituto General Villas Bôas**. Disponível em: <<https://igvb.org/blog/comecam-os-trabalhos-no-instituto-general-villas-boas/>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. 22 dez. 2020b. **IGVB lança coleção de livros Pensadores do Brasil.** Disponível em: <<https://igvb.org/blog/instituto-general-villas-boas-lanca-colecao-de-livros-pensadores-do-brasil/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. 06 out. 2020c. **Instituto General Villas Bôas firma acordo de cooperação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.** Disponível em: <<https://igvb.org/blog/instituto-general-villas-boas-firma-acordo-de-cooperacao-com-o-ministerio-da-ciencia-tecnologia-e-inovacoes/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. 09 out. 2020d. **Instituto General Villas Bôas apresenta projeto de capacitação profissional e assina protocolos de intenções.** Disponível em: <<https://igvb.org/blog/instituto-general-villas-boas-apresenta-projeto-de-capitacao-profissional-e-assina-protocolos-de-intencoes/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. 06 out. 2020e. **Instituto General Villas Bôas e Instituto SAGRES trabalhando juntos por um projeto de nação.** Disponível em: <<https://igvb.org/blog/instituto-general-villas-boas-e-instituto-sagres-trabalhando-juntos-por-um-projeto-de-nacao/>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto. 19 mar. 2022. **IGVB, SAGRES e Federalista lançam Projeto de Nação.** Disponível em: <<https://igvb.org/blog/igvb-sagres-e-federalista-lancam-projeto-de-nacao/>>. Acesso em: 08 maio. 2024.

GIELOW, I. ‘Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização de quartéis’, diz Villas Bôas. **Folha de São Paulo**, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml>. Acesso em: 31 mar. 2024.

GIELOW, I. Radicalização proposta por entorno de Bolsonaro alarma militares. **Folha de São Paulo**, 30 out, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/radicalizacao-proposta-por-entorno-de-bolsonaro-alarma-militares.shtml>. Acesso em: 17 mai, 2023.

GIELOW, I.; FERNANDES, T.; DIAS, M. Forças Armadas são obstáculo a quem quer tomar poder, afirma Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/so-forcas-armadas-impedem-golpes-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 31, mar. 2024.

GIOVANAZ, D. General que ameaçou “ruptura” após decisão de Fachin é fã do torturador Ustra. **Brasil de Fato**, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/11/general-que-ameacou-ruptura-apos-decisao-de-fachin-e-fa-do-torturador-ustra>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GIRÃO, E. General Girão: Deputado Federal, 8 nov. 2020a. **A convergência dos ideais conservadores.** Disponível em:

<https://generalgirao.com.br/a_convergencia_dos_ideais_conservadores/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

GIRÃO, E. **PRINCÍPIOS DA POTIGUARIDADE**, 2020b. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/Princi%CC%81pios%20da%20Potiguaridade.pdf>.

GODOY, M. Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

GOIÁS – Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. **Plano Goiás 2030 Uma nova visão do Estado**. Goiânia: Seplan, 2011.

GOMES, F. O jovem percurso da Administração Política. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 7-24, 2012.

GUEDES, Leandro T.; CUNHA, Elcemir P.; XAVIER, Wesley S. O Irracionalismo e sua Teoria do Conhecimento: Reação Agnóstico-relativista de Guerreiro Ramos ao Marxismo (1939-1955). **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 28, n. 2, pp. 232-258; jul-dez, 2023.

GUEDES, L. **O irracionalismo de Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Administração da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024.

GULLINO, D. General da Comissão da Anistia divulga texto em apoio a manifestação e com críticas ao Legislativo. **O Globo**, 29 fev. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/general-da-comissao-da-anistia-divulga-texto-em-apoio-manifestacao-com-criticas-ao-legislativo-24279625>. Acesso em 13 abr. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, Assecor, 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Megatendências mundiais 2030: o que as entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil**. Brasília: Ipea, 2015.

LENTZ, R. O pensamento político dos militares brasileiros: a Doutrina de “Segurança Nacional” revisitada (1930-1985). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 34, n. 70, p. 39-71, jan./abr. 2019.

LUCAS, I. Izalci Senador, 30 nov. 2019a. **Izalci participa do evento Movimento Moda Connect com a participação de jovens do projeto Rompendo Barreiras**. Disponível em: <<https://izalci.com.br/sem-categoria/assistencia-social/izalci-participa-do-evento-movimento-moda-connect-com-a-participacao-de-jovens-do-projeto-rompendo-barreiras/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

LUCAS, I. Izalci Senador, 16 mar. 2019b. **Izalci prestigia a esposa Ivone, que recebeu a medalha “Amigo da Marinha”**. Disponível em: <<https://izalci.com.br/noticias/izalci-prestigia-a-esposa-ivone-que-recebeu-a-medalha-amigo-da-marinha/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

LUCAS, I. Izalci Senador, 21 set. 2020. **RS: Governo lança projeto Rompendo Barreiras, para incentivar qualificação de pessoas com deficiência física.** Disponível: <<https://izalci.com.br/noticias/rs-governo-lanca-projeto-rompendo-barreiras-para-incentivar-qualificacao-de-pessoas-com-deficiencia-fisica/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

LUCAS, I. Izalci Senador, 09 fev. 2021. Movimento Moda Connect oferece cursos gratuitos de moda sustentável e tem participação de alunos do Projeto Rompendo Barreiras. Disponível em: <<https://izalci.com.br/noticias/movimento-moda-connect-oferece-cursos-gratuitos-de-moda-sustentavel-e-tem-participacao-de-alunos-do-projeto-rompendo-barreiras/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

JANOT, M. et al. Desprojeto de Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/desprojetos-de-brasil/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LEIRNER, P. Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 53, 2 dez. 2021a.

LEIRNER, Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021b. p. 270.

LEITÃO, M. Almirante Flávio Rocha, ativo e invisível. *Veja*. 02 mar. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/almirante-flavio-rocha-ativo-e-invisivel>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LENTZ, R. O pensamento político dos militares brasileiros: a doutrina de “segurança nacional” revisitada (1930-1985). **Revista da Escola Superior de Guerra**, [S.l.], v. 34, n. 70, p. 39-71, apr. 2019.

LENTZ, Rodrigo. **República de segurança nacional: militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022a.

LENTZ, R. Pensamento econômico na doutrina de ação política das forças armadas brasileira (1976-2016). **Revista Debates**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 45–63, 2022b.

LOUREIRO, I. **A Revolução Alemã (1918-1923)**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LOZZI, M. **Ibict se reúne com autoridades governamentais para discutir a valorização da ciência e tecnologia**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 02 out, 2019. Disponível em: <<https://antigo.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/647-ibict-se-reune-com-autoridades-governamentais-para-discutir-a-valorizacao-da-ciencia-e-tecnologia>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Editora Senzala, 1967.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**. Entrevista a Leo Kofler, L., Hans H. Holz, Wolfgang Abendroth. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social. v. 1.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social. v. 2.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **Marx e Engels como historiadores da literatura.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão.** São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUKÁCS, G. **Goethe e seu tempo.** São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. DE. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, v. 29, n. 2, p. 389–415, maio 2018.
- MARTINS, R. Militares constrangeram servidores a validar seu ‘Projeto de Nação’. **The Intercept Brasil**, 24 mai. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/05/24/militares-constrangeram-civis-validar-projeto-de-na-cao/>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- MARTINS, R. Braço forte, e-mail amigo. **The Intercept Brasil**, 17 jul. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/07/17/braco-forte-e-mail-amigo/>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução.** In: MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política – livro III: o processo global da produção capitalista. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, K. **Miséria da filosofia.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política – livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017c.
- MARX, K. **Nova Gazeta Renana.** Trad. Lívia Cotrim. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MAZUI, G. Bolsonaro nomeia almirante para Secretaria de Assuntos Estratégicos. G1. 14 fev. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/14/bolsonaro-nomeia-almirante-para-secretaria-de-assuntos-estrategicos.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MAZUI, G. Ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello é nomeado para novo cargo no governo Bolsonaro. **G1**. 01 jun. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/01/ex-ministro-da-saude-pazuello-e-nomeado-para-novo-cargo-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MAZUI, G. Ex-ministro Pazuello troca de cargo na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência. **G1**. 01 out. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/01/ex-ministro-pazuello-troca-de-cargo-na-secretaria-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MEDEIROS, R. **O Brasil no Mundo de 2025: Incertezas e Desafios das Relações Internacionais**. [2013]. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/desafio_relacoes_internacionais.pdf.

MELITO, L. Villas Bôas revela atuação política do Exército que culminou na eleição de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/10/villas-boas-revela-atuacao-politica-do-exercito-que-culminou-na-eleicao-de-bolsonaro>. Acesso em 01 abr. 2024.

MELO, C. O projeto de poder do Partido Militar até 2035. **Carta Capital**, 27 maio. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/video/o-projeto-de-poder-do-partido-militar-ate-2035/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MILITAR, Clube. **Projeto de Nação “Brasil 2035” - um País Sonhado | Ciclo de Palestras Sena Madureira**. YouTube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_5u2970AmtI&list=PLot6moFfn6c6IVPBxAfIIIFRL3uJgB0G1-&index=22&ab_channel=ClubeMilitar. Acesso em: 17 jun, 2024.

MOTORYN, P. Consultoria de militares que querem poder até 2035 ganhou R\$ 170 mil da Codevasf sob Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 25 mai. 2022. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/25/consultoria-de-militares-que-querem-poder-ate-2035-ganhou-r-170-mil-da-codevasf-sob-bolsonaro>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASSIF, L. Xadrez do Projeto de Nação e o Partido Militar. **GGN O jornal de todos os brasis**, 24 maio. 2022. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/xadrez-2/xadrez-do-projeto-de-nacao-e-o-partido-militar-por-luis-nassif/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

NETO, M. Fileiras desconhecidas. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

NETTO, J. **Karl Marx: Uma Biografia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

NEVES, R. General alvo da PF dirige ONG que fez ‘Projeto de Nação’ com Villas Bôas. **UOL**, 04 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/10/04/instituto-sagres-investigado-por-cpi-fez-plano-de-poder-para-militares.htm>. Acesso em: 21 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. AMAN-MATA: Jair Bolsonaro empregou 79 ex-colegas de Aman em cargos de comando e com supersalários no governo. **The Intercept Brasil**, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/08/31/jair-bolsonaro-empregou-79-ex-colegas-de-aman-e-m-cargos-de-comando-e-com-supersalarios-no-governo/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PAIVA, L. **Coronel Ustra o heroico “Doutor Tibiriçá - O vigilante da Terra”**. Academia de História Militar Terrestre do Brasil, [2015]. Disponível em: <<https://www.ahimtb.org.br/CoronelUstra.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PAIVA, L. Aqui não é como lá, nem acolá. [2019]. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/aqui_nao_e_como_la.pdf.

PAIVA, L. **Epílogo: A Verdade Sufocada**. Velho General, 15 out. 2020. Disponível em: <https://velhogeneral2018.files.wordpress.com/2020/10/epilogo-a-verdade-sufocada.pdf>. Acesso em 12 abr. 2024.

PAIVA, L. Facebook, 2021a. **Aproxima-se o ponto de ruptura** [...]. 08 mar. 2021. Facebook: Luiz Eduardo Rocha Paiva. Disponível em: <https://www.facebook.com/luizeduardo.rochapaiva/posts/473485163687791>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PAIVA, L. **Concepção do Projeto de Nação**. Brasília: Instituto SAGRES, 2021b. Disponível em: <https://sagres.org.br/Apresent/ProjetoNacao.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PAIVA, L. Vocês merecem admiração, respeito, acolhimento e esperança. **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, n. 487. 2022.

PAIVA, L. **DESAFIO AOS NOVOS COMANDANTES I: blindar as Forças contra sua bolivarianização**. 2023a. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/GenRochaPaiva_%20Desafios_NovosComandantes_I.pdf.

PAIVA, L. **NE DSIT VIRTUS**. 2023b. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/NE%20DESIT%20VIRTUS%20Gen%20RP.pdf>.

PAIVA, L. **O LEGADO MORAL DE CAXIAS**. [s.d.]. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/legado_moral_de_caxias.pdf.

PANITCH, L.; GINDIN, S. **The making of global capitalism: the political economy of American empire**. London: Verso. 2013.

PAÇO CUNHA, E.; FERRAZ, D. L. da S. Marxismo, Estudos Organizacionais e a luta contra o irracionalismo. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 73, 2015.

PAÇO CUNHA, E.; GUEDES, L. “Teoria das relações humanas” como ideologia na particularidade brasileira (1929-1963). **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 957-1018, 2016.

PAÇO CUNHA, E.; GUEDES, L. T. A administração política de Roberto Simonsen e a ideologia da terceira via no capitalismo atrofico brasileiro. **Revista Eletrônica de Administração**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 697–730, 2022.

PAÇO CUNHA, E.; MENDES, G. P. A. Capacidades Estatais da Administração Política da Inovação Tecnológica no Contexto da Indústria 4.0 no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2022.

PAÇO CUNHA, E.; MENDES, G. P. A.; FERREIRA, R. V. Interação e Autonomia entre Estado e Capital: Uma Análise Baseada nos Membros da Câmara Brasileira da Indústria 4.0. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2023.

PAÇO CUNHA, E. Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista. Marx e o Marxismo — **Revista do Niep** — Marx, v. 4, n. 7, p. 201-233, Feb. 2016.

PAÇO CUNHA, E. CIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA: MANIFESTO E MISÉRIA DA FILOSOFIA. **Sapere Aude**, v. 9, n. 18, p. 161-177, 23 dez. 2018.

PAÇO CUNHA, E. Centralidade da Gestão e os Limites da Razão Política: As Contradições Sociais como Objeto Real da Gestão do Estado. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 5, n. 2. 2019.

PAÇO CUNHA, E. Capacidades Estatais para Administração Política: Proposta Analítica Fundamentada na Ontologia Materialista. In: **Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 2021, Online. XLV Encontro da ANPAD. EnANPAD, 2021a.

PAÇO CUNHA, E. Henri Fayol na encruzilhada da terceira via: organização da grande corporação e conflito social na forja do ideário fayolista. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 2, p. 233 - 261, 2021b.

PAÇO CUNHA, E. Keynes, Hayek e Friedman: pensamento econômico como ideologia na combinação histórica dos métodos de administração política do capital a partir da renovação do (neo)liberalismo. XLVI **Encontro da ANPAD** —EnANPAD, 2022.

PAÇO CUNHA, E. Problemas selecionados em determinação social do pensamento. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 28, n. 1, pp. 123-146, Edição Especial, 2023a.

PAÇO CUNHA, E. Administração Política no Itinerário Intelectual de R. Santos (1980-1993). **Revista Brasileira de Administração Política**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2023b.

PAÇO CUNHA, E. O dentista, o jardineiro e o engenheiro na administração da economia capitalista. **Resultado Geral**, Juiz de Fora, 28 ago. 2023c. Disponível em: https://resultadogeral.substack.com/p/o-dentista-o-jardineiro-e-o-engenheiro?r=2o3kxy&utm_campaign=post&utm_medium=web&triedRedirect=true. Acesso em: 10 jul. 2024.

PASSARINHO, N. Atuação de militares é ‘surpresa positiva’ do governo Bolsonaro, diz professor de Harvard que estuda Brasil há 30 anos. **BBC News Brasil**, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47909660>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PINTO, E. Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura como método. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

PORTO, D. Entenda o que é o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). **CNN Brasil**, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-que-e-o-gabinete-de-seguranca-institucional-gsi/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

QUEIROZ, H. Administração política e Guerreiro Ramos: epistemologia e método. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 2, n. 2. 2015.

RAGO FILHO, A. A teoria da via colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio**, VI (11), 71-86, 2010.

RANGEL, R. Bolsonaro e sua “ala técnica”. **Veja**, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/ricardo-rangel/bolsonaro-e-sua-ala-tecnica>. Acesso em: 16 mai. 2023.

RESULTADO GERAL: Podcast de Crítica da Economia Política. [Locução de]: Thiago Martins Jorge. Entrevistado: Elcemir Paço Cunha. Juiz de Fora: Spotify, 5 fev. 2024a. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5PtqD2zkzDhAApXPVw6Hj9?si=3701e4e9937f495e>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RESULTADO GERAL: Blog de Crítica da Economia Política. Citação: M. Friedman e o “neoliberalismo” como método. **Resultado Geral**, Juiz de Fora, 11 jun. 2024b. Disponível em: <https://resultadogeral.substack.com/p/citacao-m-friedman-e-o-neoliberalismo>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RESULTADO GERAL: Podcast de Crítica da Economia Política. [Locução de]: Elcemir Paço Cunha. Entrevistado: Leandro Theodoro Guedes; Lara Nora Portugal Penna. Juiz de Fora: Spotify, 19 mar. 2024c. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3uAqH19ZsgiamtS1ZZINLy>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RESULTADO GERAL: Podcast de Crítica da Economia Política. Bidenomics no quadro do neoliberalismo histórico. [Locução de]: Elcemir Paço Cunha. Juiz de Fora: Spotify, 16 out. 2023. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5RUCgxSkzEc4BUyE0exNhI>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RODRIGUES, M. Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República pede demissão do cargo. **G1**. 04 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/04/secretario-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia-da-republica-pede-demissao-do-cargo.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SAGRES, Instituto. **Estatuto**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://sagres.org.br/docs/estatuto.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SAGRES, Instituto. **Cenários Brasil 2022**. Brasília, 2018.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [2020]. **Fórum do Semiárido: O evento**. Disponível em: <<https://sagres.org.br/o-evento/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SAGRES, Instituto. **Resumo do Projeto de Nação e orientação aos respondentes da Consulta Águres**. Brasília, [2021a]. Disponível em: https://sagres.org.br/Apresent/2.%20Resumo%20do%20Pjt%20e%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20aos%20Respondentes%20da%20Consulta_J.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

SAGRES, Instituto. **Projeto de Nação: rumos, objetivos e diretrizes estratégicas para um Brasil forte e feliz**. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://sagres.org.br/Apresent/1.%20Proj.%20Na%C3%A7%C3%A3o%20-%20Folder%20Elet%C3%B4nico.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SAGRES, Instituto. **Link da Consulta Águres**. Brasília, [2021c]. Disponível: <https://sagres.org.br/Apresent/3.%20Consulta%20a%20Especialistas%20-%20V.Digital%2014.02.21-1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SAGRES, Instituto. **Revolução Socialista Permanente no Brasil – Parte 1**. Youtube, 2021d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bENCK42FaZQ&t=368s&ab_channel=InstitutoSagres. Acesso em: 15 jul. 2024.

SAGRES, Instituto. **Revolução Socialista Permanente no Brasil – Parte 2**. Youtube, 2021e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6K5VtmI3eN4>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SAGRES, Instituto. **PROJETO DE NAÇÃO: Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices**. Brasília, 2022a.

SAGRES, Instituto. **Projeto de Nação - Solenidade de Lançamento**. YouTube, 2022b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZNhzTS-aDF4&t=1266s&ab_channel=InstitutoSagres. Acesso em: 28 jan. 2024.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [2022c]. **RESPOSTA SAGRES RELATIVA AO PROJETO DE NAÇÃO ENVIADA A ALGUNS ÓRGÃOS DE IMPRENSA**: Carta enviada ao Fórum de Leitores no dia 24 de maio de 2022. Disponível em: https://sagres.org.br/projeto_nacao_carta/. Acesso em: 11 jun. 2024.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [s.d.a]. **Fundadores**. Disponível em: <<https://sagres.org.br/fundadores/>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [s.d.b]. **Projeto de Nação - Fio Lógico**. Disponível em: <<https://sagres.org.br/projeto-de-nacao-fio-logico/>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [s.d.c]. **Visão geral do Projeto de Nação**. Disponível em: < <https://sagres.org.br/projeto-nacao/>>. Acesso em: 09 maio, 2024.

SAGRES, Instituto. **Metodologia FIGE Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica**. [s.d.d]. Disponível em: <https://www.sagres.org.br/docs/fige2017.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SAGRES, Instituto. **TEMAS ESTRATÉGICOS E INCERTEZAS CRÍTICAS**. [s.d.e]. Disponível em: <https://sagres.org.br/Apresent/4.%20PROJ.%20NA%C3%87%C3%83O%20-%20Listagem%20Temas%20e%20Incertezas-convertido.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [s.d.f]. **Diretoria: Gestão 2024**. Disponível em: <<https://sagres.org.br/diretoria/>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SAGRES, Instituto. SAGRES: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, [s.d.g]. **Sagreanos Eméritos**. Disponível em: <<https://sagres.org.br/sagreanos-emeritos/>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SANTINI, L. A saúde era pior antes do SUS. **O Globo**, 09 jun. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/artigos/post/2022/06/saude-era-pior-antes-do-sus.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 4, p. 102-135, 1993.

SANTOS, R. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 5, p. 50-77, 2001.

SANTOS, E. Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, forças armadas e política. In: FILHO, J. R. M. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 270.

SANTOS, J. Forças Armadas são a instituição mais confiável para 32,6% dos brasileiros. **Veja**, 11 maio. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/forcas-armadas-sao-a-instituicao-mais-confiavel-p-ara-326-dos-brasileiros/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Nacional. **Cenários Mundo e Cenários Brasil: geopolítica e economia 2020-2030**. Brasília: SENAI/DN, 2020.

SILVA, S. M.; ALVES, A. J. L. J. Chasin e a tese da “Via Colonial”. **Verinotio** – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas, n. 9, Ano V, nov. 2008.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOARES, J. Quem é o general da reserva alvo da PF nesta sexta. **CNN Brasil**, 29 set. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-o-general-da-reserva-alvo-da-pf-nesta-sexta/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOBRINHO, W. Com 85 assessores, senador Izalci Lucas emprega o mesmo que empresa média. **UOL**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/24/85-assessores-izalci-lucas-o-senador-que-vale-por-uma-media-empresa.htm>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SVARTMAN, E. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **OPIS**, Goiânia, v. 14, n. Especial, p. 160–184, 2014.

STURARI, R. **O MÉTODO DELPHI**. [s.d.a]. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/delphi.pdf>.

STURARI, R. **A ATITUDE PROSPECTIVA**. [s.d.b]. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/prospectiva.pdf>.

TOLEDO, C. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRALLI, C. VÍDEO mostra ação de 8 de janeiro que PF suspeita ter sido orientada por ‘kids pretos’ do Exército. **G1**, 30 set. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/09/30/video-mostra-acao-de-8-de-janeiro-que-pf-suspeita-ter-sido-orientada-por-kids-pretos-do-exercito.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

TRALLI, C. Saiba quem é Ridauto Fernandes, general ‘kid preto’ acusado de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. **G1**, 29 set. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/09/29/saiba-quem-e-ridauto-fernandes.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

TRICONTINENTAL. **O lobby dos militares no Legislativo**. Boletim Especial nº1/2023. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Jun 2023.

VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

VAISMAN, E. A Usina Onto-societária do Pensamento. **Verinotio** – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas, v. 4, n. 4, 2006.

VAISMAN, E. O que é possível dizer sobre as relações entre filosofia e sociedade em pleno século XXI?. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, pp. 277-307, jan./jun. 2021.

VAISMAN, E; FORTES, R. Editorial: Por que não somos lukácsianos. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 27, n. 2, pp. VII-XXIII, mar. 2022.

VAISMAN, E. **Prefácio**. In: CHASIN, J. O futuro ausente. Belo Horizonte: Verinotio Livros, 2023.

VALENTE, R. General fala em intervenção se Justiça não agir contra corrupção. **Folha de São Paulo**, 17 set. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1919322-general-do-exercito-ameaca-impor-so-lucao-para-crise-politica-no-pais.shtml>. Acesso em 07 abr. 2024.

VARGAS, M. Bolsonaro escolhe servidor da Economia para Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Estadão**, 02 jan. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-escolhe-servidor-da-economia-para-secretaria-de-assuntos-estrategicos/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VICTOR, F.; FEITOZA, C. Visitas de Bolsonaro e Tomás a Villas Bôas em mês turbulento põem ex-comandante de volta à cena. **Folha de São Paulo**, 09 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/visitas-de-bolsonaro-e-tomas-a-villas-boas-em-mes-turbulento-poem-ex-comandante-de-volta-a-cena.shtml#comentarios>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ZANINI, F. Instituto de general Villas Bôas tem convênios com governo e verba federal. **Folha de São Paulo**, 18 abr. 2021. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/instituto-de-general-villas-boas-tem-convenios-com-governo-e-verba-federal.shtml>. Acesso em 02 abr. 2024.